



# REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

Revista 0 item 21 e 22 ANO 2014

ISSN ISSN 2183-9115



ÍNDICE REVISTA 0 ITEM 21 E 22

**ÍNDICE colaboradores revista 0 – 2014 item 21 E 22**

[Lista colaboradores revista 0 2014 item 22](#)

**TEMAS ITEM 21**

**TEMA 1 LETRAS AÇORIANAS**

- 1.1. A mulher e as letras nos Açores
- 1.2. A mulher nas letras lusófonas no resto do mundo
- 1.3. Literatura de matriz açoriana em geral
- 1.4. Açorianos em Macau e em Timor - D. Arquímínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa Nunes e D. Paulo José Tavares, (bispos açorianos em Macau), Áureo da Costa Nunes de Castro, João Paulino de Azevedo e Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado
- 1.5. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores, *por exemplo*:
  - Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other engravings*, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.
  - Bullar, Joseph / Henry (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
  - Henriques, Borges de F. (1867): *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.
  - ORRICO, Maria "Terra de Lúcia",
  - Petri, Romana "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha",
  - Tabucchi, Antonio, "Mulher de Porto Pim"
  - Twain Mark (1899): *The Innocents Abroad, Volume I*, New York; London: Harper & Brothers Publishers. (capítulos sobre os Açores, Faial), CAP. V/VI
  - Urdike, John. "Azores", *Harper's Magazine*, March 1964, pp 11-37

**TEMA 2 Lusofonia no mundo - Língua, linguística e literatura (lusófonas)**

- 2.1. Língua de Identidade e Criação
- 2.2. Língua Portuguesa no tempo e no espaço
- 2.3. Língua Portuguesa nos Mídia e no Ciberespaço
- 2.4. Ensino e currículos. Corpus da Lusofonia.
- 2.5 Política da Língua
- 2.6. Lusofonia na arte e noutras ciências (vulcanologia, arqueologia, etc.)
- 2.7. Outros temas lusófonos

**TEMA 3 Tradutologia.**

Literatura lusófona, tradução de e para português

**TEMA 4. Homenagem a 9 autoras do Arquipélago da Escrita (Açores)**

- BRITES ARAÚJO, JOANA FÉLIX, JUDITE JORGE, LUÍSA RIBEIRO, LUÍSA SOARES, MADALENA FÉRIN, MADALENA SAN-BENTO, NATÁLIA CORREIA, RENATA CORREIA BOTELHO

**1. LISTA COLABORADORES REVISTA 0 2014 ITEM 21**

1.	<a href="#">AFONSO TEIXEIRA FILHO</a>	KATHOLIEKE UNIVERSITEIT LOVAINA, BÉLGICA	AS TRADUÇÃO DE O PARAÍSO PERDIDO DE JOHN MILTON
2.	<a href="#">ALEXANDRE BANHOS</a>	FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA	O PORTUGUÊS DA GALIZA SEGUNDO O SEXO DOS UTENTES
3.	<a href="#">ANABELA MIMOSO</a>	CEI-EF ULHT, PORTO, PORTUGAL	REBELLO DE BETTENCOURT: RAÍZES DE BASALTO
4.	<a href="#">ANABELA SARDO</a>	INST.º POLITÉCNICO GUARDA, PORTUGAL	A PROPÓSITO DO TEXTO 'OS INSUSPEITOS', AS PAIXÕES DE ANA TERESA PEREIRA.
5.	<a href="#">BARBARA JURŠIČ</a>	MINISTÉRIO DO INTERIOR, ESLOVÉNIA	METAMORFOSES DA IDENTIDADE NACIONAL EM ALGUNS DOS ROMANCES PORTUGUESES DO SÉC. XIX.
6.	<a href="#">CHRYS CHRYSTELLO</a>	AICL, AUSTRÁLIA	POESIA
7.	<a href="#">DANIELA FREGONESE</a>	UNIV SÃO PAULO, BRASIL	ANÁLISE DO DISCURSO DAS PERSONAGENS FEMININAS DE MACHADO DE ASSIS: ESCOLHAS LEXICAIS PRIVILEGIADAS
8.	<a href="#">EDSON LUIZ OLIVEIRA</a>	UNIV SÃO PAULO, BRASIL	LÍNGUA PORTUGUESA E IDENTIDADE TIMORENSE
9.	<a href="#">GRAÇA B CASTANHO</a>	UNIV AÇORES	UDL - TPW, UM PROJETO INTERNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS, CELEBRAR 800 ANOS DE VIDA PORTUGUESA
10.	<a href="#">JOÃO PEDRO PORTO</a>	ESCRITOR AÇORIANO AÇORES	PORTA AZUL
11.	<a href="#">JOSÉ JORGE DE MELO</a>	AUTOR AÇORIANO AÇORES	JOSÉ JORGE DE MELO: A PESSOA E A OBRA
12.	<a href="#">JOSÉ SOARES</a>	JORNALISTA, AÇORES	FARIA E MAIA EM PORTO FORMOSO
13.	<a href="#">KATHARINE BAKER</a>	TRADUTORA, EUA	DOIS ROMANCES DE LEITARIAS NO CONDADO DE TULARE NA CALIFÓRNIA: "LAND OF MILK AND MONEY", ANTHONY BARCELLOS "JÁ NÃO GOSTO DE CHOCOLATES", ÁLAMO OLIVEIRA.

14.	<a href="#">LAURA AREIAS</a>	CLEPUL UNIV. DE LISBOA PORTUGAL	MURMÚRIOS COM VINHO DE MISSA, DE ÁLAMO OLIVEIRA: UM GRANDE ROMANCE SOBRE A SOLIDÃO
15.	<a href="#">LUCIANO PEREIRA</a>	INST.º POLITº DE SETÚBAL PORTUGAL	A ROSA É SEM PORQUÊ. HOMENAGEM A Mª EDUARDA, POETIZA VULCÂNICA
16.	<a href="#">MARIA DOVIGO</a>	AGLP	Temos de quebrar a dualidade entre a língua da natureza e a língua da civilização, ideia que orienta o 'decreto do plurilinguismo'
17.	<a href="#">Mª ZÉLIA BORGES</a>	UNIV. PRESB. MACKENZIE BRASIL	CRISTÓVÃO DE AGUIAR, ESCRITOR AÇORIANO, VISCERALMENTE ILHÉU
18.	<a href="#">MÁRIO MOURA</a>	UNIVERSIDADE AÇORES	ESBOÇO GEOGRÁFICO DE FÁBRICAS, DE ÁREAS DE CULTIVO E DE PRODUTORES DE CHÁ DE SÃO MIGUEL
19.	<a href="#">PATRÍCIA KONDO</a>	UNIV DE SÃO PAULO, BRASIL	HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E A EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ORIENTE
20.	<a href="#">PERPÉTUA SANTOS SILVA</a>	CIES-IUL LISBOA PORTUGAL	LÍNGUAS DE USO E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU MODERADORA DE SESSÕES FAZ PARTE DO SECRETARIADO EXECUTIVO DO XXI COLÓQUIO
21.	<a href="#">ROLF KEMMLER</a>	CEL-UTAD, VILA REAL/ALEMANHA	NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA IV: OS IRMÃOS BULLAR E - A WINTER IN THE AZORES: AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841) APRESENTA "MARTA DE JESUS" DE ÁLAMO OLIVEIRA
22.	<a href="#">ZILDA ZAPPAROLI</a>	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL	STABLEX: UMA FERRAMENTA LINGUÍSTICO-COMPUTACIONAL PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE CORPORA

[Lista colaboradores revista 0 2014 item 22](#)

**1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT, LEUVEN, BÉLGICA, BRASIL**

**TEMA 3. AS TRADUÇÕES PARA O PORTUGUÊS DO PARAÍSO PERDIDO, DE JOHN MILTON, AFONSO TEIXEIRA FILHO, PROFESSOR DOUTOR, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT LEUVEN.**

**1. RESUMO**

Neste ensaio, trataremos de alguns problemas relacionados com a tradução de poesia. Começaremos por definir o conceito de literalidade e suas limitações. Em seguida, mostraremos em que medida as traduções para o português do *Paraíso Perdido*, de John Milton, se afastam dessa literalidade. Mostraremos também que outras limitações sujeitaram os tradutores do poema.

**2. INTRODUÇÃO**

O crítico francês Antoine Berman, em um ensaio intitulado "Chateaubriand, tradutor de Milton", faz uma distinção entre tradução à letra e tradução palavra por palavra. A tradução palavra por palavra seria, para ele, aquela apegada aos aspectos semânticos do texto. A tradução à letra, aquela apegada aos aspectos poéticos do texto. A esta última ele denomina tradução literal.

A tradução literal deve repor o maior número possível de características do original: o ritmo, os jogos de palavra, a estrutura, o núcleo prosaico do poema, etc. Mas deve ser "a expressão de uma certa relação com a língua materna (a qual, obrigatoriamente, violenta)"<sup>1</sup>.

Mas a tradução literal é também uma retradução. As primeiras traduções de uma obra costumam reproduzir em outra língua as ideias contidas no texto original. As segundas traduções, ou retraduições, procurarão servir de contraponto às primeiras traduções, trazendo para a língua de chegada uma

<sup>1</sup> BERMAN, 2012, p. 138.



nova relação com o texto original e estabelecendo, por sua vez, uma nova relação entre as duas línguas. A retradução ocorre numa relação bastante íntima com o original, intimidade essa que as primeiras traduções não têm. Mas a retradução relaciona-se, também de maneira íntima, com as traduções existentes, ao criticá-las, ao oporem-se a elas.

Berman dá como exemplo de retraduições, *Antígona* e *Édipo* de Sófocles, feitas por Hölderlin; a tradução do *Paradise Lost* de John Milton, por Chateaubriand; e a *Eneida* de Virgílio, feita por Pierre Klossowski.

Para traduzir Milton, François-René Chateaubriand, mestre incontestável da prosa francesa, decidiu renunciar aos “imensos recursos dessa prova que ele dominava com maestria”.

O poema original é uma obra que recorre à literalidade em diversas passagens. Milton cita literalmente escritores latinos, como Virgílio e Sêneca; italianos como Dante e Ariosto; cita a Bíblia, quer em sua versão latina, a *Vulgata*, como em sua versão inglesa, a *Authorized Version*. Além de traduzir literalmente esses poetas, Milton usa uma sintaxe bastante estranha à língua inglesa, dando ao texto a aparência de ser uma tradução literal de algum poema latino. Chateaubriand traduzirá Milton da mesma forma: literalmente.

No entanto, Chateaubriand, mesmo recorrendo à literalidade, não traduz Milton em versos, mas em prosa. Em primeiro lugar, porque Chateaubriand era o mestre da prosa; em segundo lugar, porque a épica tem uma proximidade muito grande com a prosa, por ser um poema narrativo. E o resultado será um texto em francês que, a todo instante, violenta as regras de prosódia da língua francesa; um texto que força para dentro da língua estruturas estranhas a ela. É uma tradução que se opõe a todas as outras feitas até então. Chateaubriand dirá: “Até agora as traduções dessa obra-prima foram menos verdadeiras traduções que *épitomes* ou *amplificações parafraseadas*, nas quais o sentido geral é apenas perceptível.

As críticas a essas traduções promovem aquilo que Berman chama de retradução. Para ele, é no âmbito das retraduições que surgem as obras-primas

da tradução. Pois as primeiras traduções servem para introduzir obras estrangeiras na cultura de um povo. Os primeiros contatos são de apresentação, de explicação. Quando a obra já não é mais estranha à língua é que se pode traduzi-la com mais perfeição. E isso é feito com os olhos voltados para o original e para as traduções existentes.

Por exemplo. Milton escreve:

*Rocks, caves, lakes, fens, bogs, dens, and shades of death*  
O que Chateaubriand traduz da seguinte maneira:  
*rocs, grottes, lacs, mares, gouffres, antres et ombres de mort*

Ao passo que outro tradutor francês, ao qual Chateaubriand se refere, havia traduzido a passagem desta forma:

*des rochers, des fondrières, des lacs, des précipices et des marais empestés,*  
*elles retrouvaient d'épouvantables ténèbres, les ombres de la mort*

Chateaubriand afirma que procurou traduzir os monossílabos de Milton por monossílabos, para manter o ritmo do original, enquanto o outro tradutor francês, Dupré de Saint-Maur, não se importava com isso, pois estava mais preocupado em compor um texto dentro das normas estilísticas de sua época, seguindo todas as regras da gramática. O texto de Chateaubriand é uma tradução literal do poema de Milton: “rochas, grutas, lagos, mares, abismos, antros e sombras da morte.” O texto de Saint-Maur é uma paráfrase empolada: “[por] rochedos, poços, lagos, precipícios e pântanos empestados, encontravam trevas aterrorizantes, sombras da morte.”

Chateaubriand critica também o fato de que outros tradutores omitiram ou acrescentaram passagens e que a melhor forma de traduzir Milton é palavra por palavra, mesmo que, para isso, tivesse ele de desobedecer o regime dos verbos franceses.

### 3. O PARAÍSO PERDIDO

A primeira tradução do *Paradise Lost* para o português foi feita no século XVIII e, até hoje, existem apenas seis traduções completas do poema para essa língua. Nenhuma dela, contudo, pode ser considerada uma retradução. Nenhuma delas se debruça sobre as outras de maneira crítica. A única delas a fazer menção a outras traduções é, justamente, a última, publicada em 2006.

O poema foi traduzido pela primeira vez por um padre, José Amaro da Silva, e foi publicada em 1789. A tradução era em prosa. A segunda é obra de Francisco Bento Maria Targini. Feita em versos, foi publicada em 1823. A terceira, também em versos, foi realizada por um médico, em 1840, e é aquela que conta com o maior número de edições no Brasil. Posteriormente, apareceram outras duas traduções em prosa: a primeira, de uma brasileira, Conceição Sotto Maior (1946); e a segunda, feita por dois portugueses, Fernando da Costa Soares e Raul Domingos Mateus da Silva (2002)<sup>2</sup>. Por fim, em 2006, veio à luz uma nova tradução em versos, em edição bilíngue, até há pouco esgotada, realizada pelo dramaturgo Daniel Jonas. Há ainda uma edição brasileira, cujo título é *Paraíso Perdido*, mas se trata de uma tradução de uma paráfrase do texto.

Os tradutores deram pouco atenção às traduções existentes. E, quando o fizeram, trataram de desdenhá-las apenas. No prefácio de sua tradução, Targini discorre sobre uma série de traduções feitas para outras línguas, como o italiano, o castelhano e o alemão. Mas a crítica não tem coerência com o resultado apresentado por Targini em seu *Paraíso Perdido*. Ele critica, sobretudo, aqueles que traduziram Milton em prosa.

A tradução de Targini é obra de um literato competente, mas seu texto parece mais Camões do que Milton. Daniel Jonas, por sua vez, menciona todas as traduções que foram feitas, até então, do poema. Mas não as critica de fato.<sup>3</sup> No entanto, realiza uma tradução não apenas eficiente, mas, em certo sentido inovadora. Consegue verter os decassílabos de Milton em decassílabos portugueses, perdendo pouco ou não perdendo nada, em termos semânticos.

<sup>2</sup> Trata-se, aparentemente, de uma reedição, embora seja a única a constar do catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal.

<sup>3</sup> Daniel Jonas confessa que só teve acesso a duas traduções existente: a de António Leitão e a de Soares e Mateus (esta última, em prosa). Faz, contudo algumas observações sobre a tradução de

Em seguida, trataremos de cada uma das traduções mencionadas.

#### 4. OS TRADUTORES

##### 4.1. JOSÉ AMARO DA SILVA

A primeira tradução do *Paradise Lost* em língua portuguesa surgiu em 1789 e teve como autor o Padre José Amaro da Silva, presbítero vimaranense. Na mesma edição, está o *Paraíso restaurado*, do mesmo Milton. De seu tradutor não há notícia. Não se encontram registros de sua vida nem de sua obra. A única coisa que se sabe dele é que foi presbítero e tradutor de Milton.

Quanto aos critérios utilizados por ele em sua tradução, podemos inferir, antes de analisar o poema, pelo que diz o editor no prefácio ao livro:

*estando eu persuadido de que esta nação tão gloriosa, como sábia, me tem honrado com aceitação, que tem feito de todas as Obras, que ou a instruaõ, ou a deleitem, me animei a mandar traduzir o célebre, e douto poema de JOAO MILTON, intitulado o Paraíso Perdido, com muitas Notas Historicas, Mythologicas, e Geograficas, e as observações de Mr. Addison; como também o Paraíso restaurado, outro poema do mesmo Author.*

O editor, no entanto, ressalta que Milton era bom poeta e mau político e que servia a um tirano; mas que seu poema estava bem ao gosto da época. Entretanto, o poeta não podia ser censurado a não ser por “*algumas pinturas, e descrições, ou frouxas, ou dilatadas; porém comparadas com as bellezas, que tem, estas fazem esquecer o que não hé tão bom*”.

E, por fim, conclui seu prefácio com esta nota: “*Da minha parte concorri, para que a Traducção fosse fiel, e tudo ajudasse ao asseio, e bondade da Obra; e assim irei continuando em patentear ao Público tudo quanto achar util, ou deleitoso.*”

António Leitão, mostrando-se mais interessado em um prefácio laudatório a essa tradução do que à tradução em si.

Não cabe ver nessas palavras nenhuma interferência do editor, e sim um cuidado em relação à censura e ao Ofício. Seja como for, será preciso ater-se a uma ou outra deformação ao texto provocada pelo caráter ideológico do autor e de sua época.

Amaro da Silva inicia o texto com a frase “eu canto”. O verbo cantar só vai aparecer no verso 6 do original, mas, aqui, quem canta é a Musa Celestial.

A escolha do tradutor se deu por uma tentativa de imitar Homero e Virgílio que iniciam seus épicos desta forma:

*Canta-me, ó deusa, do Peleio Aquiles / A ira tenaz... (Homero, Ilíada, v. 1)*

*Canta, ó Musa, o varão que astucioso... (Homero, Odisseia, v. 1)  
... as horríveis / Armas canto, e o varão... (Virgílio, Eneida, vv. 5, 6)*

Essa fórmula aparece também em Ariosto e Camões, bem como em diversos poetas épicos menores. O tradutor do *Paradise Lost* obedeceu a uma fórmula que o próprio Milton não seguiu; e não o fez por motivos religiosos. Como cristão, Milton sabe que os textos sagrados eram inspirados pelo Espírito Santo de Deus; os autores bíblicos, portanto, não cantavam nada, apenas reproduziam em linguagem própria o que lhes inspirava o Espírito Santo. Milton não canta pois reivindica a inspiração do Espírito, como se pode ver nos versos 17-19 do poema: “*O Spirit... / Instruct me...*”

Em seguida, vemos que Amaro da Silva substitui “gosto mortal” por “funestos efeitos”. Não cremos que o fizesse por implicações estéticas, ou seja, por manter as aliterações, pois a aliteração era considerada efeito de mau-gosto para os clássicos e era usada com muita parcimônia.

Pouco depois, o tradutor verte “morte e males” por “mal da morte”; substitui “Éden” por “Paraíso”; escreve “Deus, feito homem” em vez de “homem

superior”; acrescenta “julgar as Nações”. O segundo parágrafo da tradução, por sua vez, mantém-se mais fiel ao original.

Não é difícil de perceber que os acréscimos e desvios feitos pelo tradutor são de caráter ideológicos. Atentemos para o fato de ser ele um padre católico.

#### 4.2. TARGINI

Francisco Bento Maria Targini talvez tenha sido aquele que melhor verteu para o português o poema de Milton. No prólogo de sua tradução, publicada em 1823, afirma ele que “*a maior parte das naçoens cultas da Europa procuraram então traduzir em prosa, ou em verso o Poema Épico do Paraíso Perdido; porém todas té o presente o tem mal vertido*”.

A primeira crítica que faz às traduções é o fato de muitas delas terem sido feitas em prosa, o que seria o mesmo que tocar Haydn ou Mozart “*fóra de compasso em hum órgão desaffinado*”. Em seguida, critica também os que traduziram em versos o poema, pois não fizeram outra coisa que “*paraphrasear o seu texto, omitindo episodios, sentenças, e versos...*”

Targini repudia também as traduções em versos rimados do poema, alegando que as rimas prejudicam a força e a concisão e diminuem a grandeza do poema.

Embora Targini se refira à tradução francesa de Delille, podemos dizer que força e grandeza são fatores que não podem ser medidos objetivamente, muito menos pela régua da rima. Quanto à concisão, as línguas românicas certamente não possuem a concisão do inglês e, nesse sentido, a concisão estaria prejudicada antes mesmo de o poema ser traduzido.

A melhor tradução do poema de Milton, segundo o mesmo Targini, era a de um italiano chamado Paolo Rolli (1735), que, não obstante, emitiu muitas passagens do original, por não estarem de acordo com a disciplina católica, e substituiu-as por versos de cunho próprio. Tradução mais fiel fez Felix Mariottini (1813), ainda que inferior a de Rolli.

As mesmas adulterações foram feitas em alemão. A primeira saiu em 1706, de autoria de Samuel Grootner, em caracteres góticos e versos rimados. O tradutor omite dois episódios inteiros e diversos versos, o que teria ocorrido ou por falta de entendimento ou por motivos ideológicos.

Em 1812, surge uma tradução espanhola, feita pelo Arcediago de Alcaraz, D. J. de Escoiquiz. Essa tradução também é rimada e escora-se na de Delille. Targini afirma, ainda, que, até à sua época, não havia tradução portuguesa que fizesse juz ao poema de Milton, apesar de ser a língua portuguesa a mais adequada para reproduzir o *Paraíso perdido*, segundo ele. Targini pensava na epopeia camoniana. Mas pensava também que traduzir o *Paradise Lost* seria uma forma de não deixar morrer a língua portuguesa.

O critério utilizado por ele para a sua tradução pode ser resumido em suas próprias palavras:

*O merecimento de hum autor, e a sublimidade da sua obra somente se faz recommendavel traduzindo-se com exactidão as suas ideas, pensamentos, sentenças, desinencias, figuras, e todos os artificios, e rasgos de imaginação, e linguagem por outras iguaes e correspondentes bellezas do idioma em que devem ser vertidas, guardando-se sempre a harmonia, metro, elegancia das phrases, e idiotismos de ambas as línguas, em quanto for compatível com a nobreza e decoro dellas: de outra forma toda a vei são serâ infiel, e desacreditàra o autor, e o seu traductor. Esta foi a norma que segui na presente translação do Paraíso Perdido. (Targini, p. xxxij)*

Por fim, Targini afirma que preferira a clareza épica (do português) à concisão (do inglês) e que, por isso, optara por não obedecer o mesmo número de versos do original ainda que mantivesse quase o mesmo número de vocábulos. Quanto ao verso, optou pelo endecassílabo (decassílabo terminado em palavra paroxítona) solto (versos brancos).

Essa tradução foi baseada na edição de 1749 e é densamente anotada. O tradutor adverte, contudo, para que o leitor não estranhe determinadas ideias do autor que possam vir a chocar o leitor, referindo-se à fé presbiteriana de Milton e às ideias republicanas do autor.

Como sabemos, Milton serviu ao governo de Cromwell, o qual, na época de Targini, era considerado governo de um usurpador, visto que depusera o rei e o enviara para o patíbulo. Portugal e o restante da Europa consideravam esse acontecimento como uma monstruosidade, por serem governados por reis, tidos como legítimos representantes de Deus na terra.

No entanto, quando analisamos os versos de Targini, não vimos neles desvios acentuados. A tradução é quase literal.

#### 4.3. LIMA LEITÃO

António José de Lima Leitão era médico e serviu no Alto Comando Imperial de Napoleão, depois que Junot invadiu Portugal. Como médico, Lima Leitão, viajou para o Rio de Janeiro, onde se encontrava a família real portuguesa, que o nomeou cirurgião em Moçambique e, depois, nas Índias. Participou das Cortes de Lisboa como deputado e é tido como o introdutor da homeopatia em Portugal.

Como literato, traduziu Virgílio, Lucrécio, Horácio, Racine, Boileau, Milton e outros.

A tradução do *Paradise Lost*, feita por Lima Leitão, foi publicada em 1840, durante o reinado de Fernando II. Ela também foi feita em versos endecassílabos soltos.

Lima Leitão utiliza, como Targini, o hipérbato. No entanto, esse recurso é quase obrigatório na confecção de versos em português, devido ao tamanho das palavras e ao deslocamento delas para a composição do ritmo. Não podemos, portanto, atribuir o uso do hipérbato apenas à manutenção da fidelidade do texto. Milton utilizou o hipérbato para imitar o latim; seus



tradutores portugueses o fizeram pelas razões mencionadas acima. Verificamos isso facilmente: basta ver que os hipérbatos do original não são reproduzidos na tradução, e que os hipérbatos da tradução não se encontram no original.

Uma das características do *Paradise Lost* é a forma com que Milton trata a sintaxe e o léxico da língua inglesa. Sempre que sente necessidade, o poeta desobedece as regras gerais para impor as suas próprias. O texto de Milton é repleto de latinismos, italianismos, hebraísmos e *pastiches* da *Vulgata*, da *Versão Autorizada* da Bíblia (1602) e de passagens dos clássicos latinos e italianos.

O texto de Lima Leitão não tem nada disso. É, no entanto, o que mais se utiliza. Quase toda edição contemporânea do *Paraíso perdido* reproduz essa tradução.

Quando a lemos, fica-nos a impressão de ser algo bem literal, mas há muitos desvios. Primeiro, ao deslocar o verso 6 para o começo, como fez Amaro da Silva; depois, por verter *heavenly* por “empíria”, em vez de usar o termo mais comum “celestial” ou “celeste”. Depois, usará “fruto vedado” em vez de “fruto proibido”, o que não nos pareceu uma boa escolha. Usará também “dita celestial” em vez de “ditoso acento” ou “ditoso repouso”; “com vôo inteiro” em vez de “sem vôo medíocre”; etc.

Percebe-se, nessa tradução, que foi preciso interpolar alguns termos, alguns apostos para completar a medida do verso. Mas ele, em geral, é bastante fiel ao texto original.

#### 4.4. CONCEIÇÃO G. SOTTO MAIOR

Essa tradução é a que nos parece hoje mais legível e mais atualizada. Feita em prosa, reproduz com bastante fidelidade o texto de Milton. Recebeu a seguinte nota do *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro:

*O Sr. Manoel Bandeira ofereceu à Academia, em nome da autora, uma tradução do “Paraíso Perdido”, dizendo que “quem já leu no original a obra de Milton, sabe que traduzi-la é tarefa de amedrontas um gigante.*

*Mas a Sra. Conceição Sotto Maior não se amedrontou, e durante três anos batalhou com coragem e paciência nessa “selva selvagia” de dificuldades, apresentando-nos agora o resultado dos seus esforços – a tradução em prosa excelente e vigorosa da obra-prima da epopeia religiosa. O trabalho honra a inteligência feminina brasileira, e é com desvanecimento que o transmito à Academia”.*

O juízo de Manoel Bandeira não é exagerado. A tradução de Sotto Maior é bastante fiel ao sentido do texto original, embora careça de todos os elementos estéticos contidos no poema de Milton. Da tradutora, pouco sabemos. Em visita que fizemos à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, só encontramos um livro traduzido por ele: *Afinidades eletivas*, de Goethe, publicado pela mesma editora de seu *Paraíso Perdido*, a Ediouro do Rio de Janeiro.

#### 4.5. PAULO MATOS PEIXOTO

Essa tradução é a mais curiosa de todas e merece uma análise mais extensa. Começemos pelo tradutor.

Paulo Matos Peixoto era dono da editora Matos Peixoto, que funcionou na década de 1960. Vinte anos depois, fundou a Paumape, um acrônimo de seu próprio nome. Por meio delas, publicou obras e traduções de sua própria autoria, traduções de obras da Literatura Universal e livros jurídicos.

*O paraíso perdido* parece ser uma tradução de uma adaptação feita em inglês do poema de Milton.

Essa adaptação é, na verdade, uma imitação. Poderíamos considerá-la uma paráfrase, mas esse termo deve ser tomado com cuidado quando se trata de tradução.

A paráfrase é, de acordo com Dryden, uma tradução com latitude, na qual o tradutor toma a ideia do texto e a reconstrói com palavras dele próprio. Mas, o que vemos na adaptação que Matos Peixoto traduziu é aquilo que Dryden chama de imitação, um texto em que já não se abandona apenas as palavras do

original, mas, em muitas passagens o sentido. Do original é mantida apenas a ideia central.

O texto que Matos Peixoto traduziu é, em primeiro lugar, muito mais conciso do que o poema de Milton, com um terço do tamanho. É também dividido em doze livros, mas acrescenta a eles uma “Invocação” (retirada do Livro I). Essa Invocação contém elementos inexistentes no original: “Ó Verdade, única Musa digna do meu canto!” Milton não invoca a Verdade como musa. Milton apenas diz que sua musa é celestial. Trata-se de um acréscimo. Outros acréscimos podem ser vistos ao longo de toda a adaptação e, sobre eles, discorreremos em tempo oportuno. Por enquanto, basta-nos classificar esse texto como uma imitação do poema de Milton. E não poderemos dizer quase nada acerca da tradução, uma vez que não temos em mãos a obra na qual se baseou a tradução.

#### 4.6. DANIEL JONAS

A tradução de Daniel Jonas foi publicada pela Editora Cotovia, de Portugal e lançada em 2006. No mesmo ano, saiu a segunda edição. Até há pouco estava esgotada e a terceira edição saiu apenas em 2013. Trata-se, sem dúvida, de uma grade tradução.

Daniel Jonas teve o cuidado de traduzir o poema de forma interlinear, procurando encaixar cada verso inglês dentro de um verso português, evitando, quando pôde, que uma parte do verso caísse no verso seguinte; e fazendo com que a tradução tivesse o mesmo número de versos que o original. Dessa forma, pôde lançar uma edição bilingue com correspondência simétrica.

O primeiro verso da tradução indica, falsamente, de que se tratará de uma paráfrase:

*Of man's first disobedience*  
será traduzido por:  
*Da rebeldia adâmica*

É uma interpretação. Sabemos que Adão comeu o fruto proibido, mas a mulher também o fez. Nesse caso, a palavra *man* do original deve referir-se a toda a espécie humana. O pecado de Adão é o pecado de toda a humanidade, o qual será redimido apenas pela chegada do “greater man” (v. 4), ou seja, Cristo, o qual tirará o pecado do mundo. De qualquer forma, a palavra hebraica para homem é *adam*. O termo “Adão”, como nome próprio, foi usado, pela primeira vez, na tradução grega do Antigo Testamento, conhecida como *Septuaginta* ou Tradução dos LXX. Todas as traduções posteriores a acompanharam.

Daniel Jonas, no entanto, não precisava ter utilizado o termo “adâmica”, uma vez que “do homem” se encaixava perfeitamente ao verso de dez sílabas. Mas sua tradução segue de maneira bastante literal. Um grande problema para ele seria a versão daquilo que já era versão em Milton:

*profundo Inferno / Recebe o novo dono, o que traz / Mente por tempo ou espaço não trocável. / A mente é em si mesma o seu lugar, / Faz do inferno Céu, faz do Céu inferno.” (I, vv. 251-5);*  
*Melhor reinar no inferno que no Céu / Servir” (I, vv. 263-4);*  
*quem irá / Leva o peso que sobra da esperança.” (II, vv. 415-6);*  
*Do bem e do mal muito então falaram, / De ventura e angústia derradeira” (II, vv. 562-3);*  
*com consciência má me ralam / Que repouso ou descanso não encontro.” (II, vv. 801-2);*  
*Turbam-no horror, dúvida, / Nos seus encapelados pensamentos, / E em baixo o inferno nele, que nele o inferno / Ele traz” (IV, vv. 18-21);*  
*em ponderação funda suspira” (IV, v. 31).*

Esses versos são os mesmos mencionados por Chateaubriand na introdução a seu *Paradis Perdue*. São citações de Homero, Virgílio, Dante, etc. Por exemplo, Aquiles diz a Ulisses, na *Odisseia*; “É melhor ser um escravo na terra do que reinar no inferno”. Milton inverteu o sentido: “Better to reign in hell, than serve in heaven.” Daniel Jonas conserva o sentido dado por Milton e faz com que o leitor ainda se lembre de Aquiles.

Além disso, nessa tradução, encontramos musicalidade, ritmo e sonoridade. Faltou a ela, porém, aquilo que sobrava em Chateaubriand: audácia, inovação e um diálogo promíscuo entre as duas línguas envolvidas na tradução.

## 5. OS LIMITES DA LITERALIDADE

O que se perde e o que se ganha numa tradução é justamente aquilo que ela tem de mais importante. Metáforas, imagens e sons perdem-se na tradução. Um tradutor habilidoso, na maioria dos casos, dará novas cores às metáforas, novos brilhos às imagens e produzirá novos sons. Por mais literal que seja a tradução, determinadas características do texto não poderão ser traduzidas, mas apenas parafraseadas.

A literalidade limita-se a determinadas operações. É possível reproduzir o sentido e, com um pouco mais de dificuldade, o ritmo. Mas a reprodução da sonoridade revela alguns problemas incontornáveis. Quando determinados sons, que no original cumprem uma função ligada ao sentido, deixam de ser traduzidos, prejudicam o entendimento e a estética do texto. Por outro lado, se esses sons forem reproduzidos na tradução, poderão destoar da sonoridade do texto traduzido resultando numa falta de harmonia.

São também problemáticas a reprodução das metáforas e a reprodução das imagens. Muitas imagens, se reproduzidas literalmente, não serão percebidas no universo linguístico do texto traduzido. O mesmo ocorre com as metáforas, com os provérbios e com os jogos de palavras. Tudo isso pode, e deve, ser reproduzido, mas, para que o texto tenha uma coerência interna, essa reprodução se dará como paráfrase.

A literalidade depende, sobretudo, da visão do tradutor. O tradutor deve, antes de mais nada, ser um profundo analista do texto; deve lê-lo, entendê-lo, analisá-lo e interpretá-lo. Isso impõe uma nova fronteira para a literalidade. Muitas vezes o tradutor negligencia determinados aspectos do texto porque não percebeu a importância que esses aspectos tinham. Vamos dar um exemplo.

O exemplo será uma passagem do Canto IV do *Paraíso Perdido*, vv. 639-658). Nessa passagem, Eva descreve as maravilhas do Éden. É uma passagem cheia de musicalidade, e que procura reproduzir os sons da natureza, o balanço das folhas, o sussurro do vento entre as árvores, o barulho da chuva sobre a relva e a delicadeza do orvalho da manhã. No entanto, nenhuma dessas belezas se compara à beleza de seu homem. Veremos como os tradutores para o português verteram essa passagem.

*With thee conversing I forget all time, [SLIDE]  
All seasons and thir change, all please alike.  
Sweet is the breath of morn, her rising sweet,  
With charm of earliest Birds; pleasant the Sun  
When first on this delightful Land he spreads  
His orient Beams, on herb, tree, fruit, and flour,  
Glistring with dew; fragrant the fertile earth  
After soft showers; and sweet the coming on  
Of grateful Eevning milde, then silent Night  
With this her solemn Bird and this fair Moon,  
And these the Gemms of Heav'n, her starrie train:  
But neither breath of Morn when she ascends  
With charm of earliest Birds, nor rising Sun  
On this delightful land, nor herb, fruit, floure,  
Glistening with dew, nor fragrance after showers,  
Nor grateful Eevning mild, nor silent Night  
With this her solemn Bird, nor walk by Moon,  
Or glittering Starr-light without thee is sweet.  
But wherfore all night long shine these, for whom  
This glorious sight, when sleep hath shut all eyes?*

Como se pode perceber, essa passagem é bastante musical, repleta de assonâncias e aliterações, repleta de recursos poéticos. Não é apenas um discurso laudatório, mas também uma fala pessimista, uma vez que Eva, tentada pela serpente, sentia que ela e seu homem estavam prestes a perder o Paraíso. Isso está indicado no último verso da passagem: “when sleep hath shut all eyes”. Todavia, Milton faz uso de um outro recurso, algo que nenhum dos tradutores

percebeu. Milton usa duas vezes a palavra “evening”, para representar tanto o declínio do dia como a queda iminente do homem.

*Of grateful Eevning milde, then silent Night (v. 647)*  
*Nor grateful Eevning mild, nor silent Night (v. 654)*

Apesar de a palavra *evening* ser corriqueira em inglês, não é fácil traduzi-la em português. Encontramos essa palavra traduzida em português ora por “noite”, ora por “tarde”, “tardinha”, “entardecer”. E “noite”, em inglês pode ser traduzida como *night*, também. Os versos mencionados apresentam um problema para os tradutores, pois *evening* e *night* aparecem juntas.

Amaro, o primeiro a traduzir o poema, verte os versos da seguinte forma:

*nem a fresca, e agradável entrada da noite, nem a mesma noite.*

O segundo tradutor do poema, Targini, escreve:

*Ou da tarde a frescura deleitável, / e da noite o silencio.*

E Leitão, o terceiro tradutor, verteu a passagem desta forma:

*Nem da agradável tarde a perspectiva, / Nem da noite o silêncio...*

Deixando de lado as recentes traduções em prosa, vemos que Daniel Jonas, o mais recente tradutor de Milton, consegue um belo resultado:

*Nem branda a tarde, nem a noite muda.*

Todas as traduções mostradas acima reproduzem os versos com precisão semântica. Mas nenhuma delas conseguiu resolver dois problemas importantes.

1. Os tradutores não viram que a palavra “night” forma uma rima interna com a palavra “sight”, encontrada ao final da passagem citada. E isso é muito importante, porque o cair da noite assemelha-se aos olhos

fechados de Adão, toldando-lhe a visão. É uma imagem que não pode ser desprezada.

2. Tampouco os tradutores conseguiram ver que o termo “evening” contém o nome “Eve”, a forma inglesa de Eva.

Um problema adicional seria: Tivessem eles percebido tudo isso, poderiam traduzir?

## 6. CONCLUSÃO

Depois de ler muitas traduções de *Paradise Lost*, pudemos perceber que os tradutores não tinham a mesma sensibilidade musical que Milton. Embora a prosódia latinizada de Milton nos pareça, hoje, ridícula, até mesmo os críticos modernos elogiaram a musicalidade do poema. T. S. Elliot, por exemplo, depois de fazer as observações mais ferinas a respeito do verso de Milton -- dizendo que Milton escrevia inglês como se o inglês fosse uma língua estrangeira --, observa que talvez o *Paradise Lost* seja o poema mais musical da língua inglesa. E atribui isso ao fato de Milton estar cego quando compôs o *Paradise Lost*, o que lhe teria favorecido o sentido da audição e lhe prejudicado a capacidade de criar imagens.

Milton era um músico, um músico da palavra. A palavra era seu instrumento, a coisa mais importante para ele. Na obra *Areopagética*, pode-se ver o quanto era cara para ele a liberdade de expressão.

Em um discurso no Parlamento, ele diz:

*Give me the liberty to know, to utter, and to argue freely according to conscience, above all liberties.*

No fim da vida, o poeta estava cego e compôs o *Paradise Lost* ditando-o para as filhas. Era um poema para ser recitado, lido em voz alta. Tão importantes eram para ele as palavras que o poema todo é sobre palavras. A palavra de Deus a criar o universo. A palavra de Satanás, um grande orador. A palavra do mesmo Satanás para tentar Eva. A palavra de Eva, para convencer Adão a comer o fruto

proibido. A palavra empenhada de Adão, de que não comeria o fruto. E, por fim, a palavra do próprio Milton.

Todas essas vozes e mais as vozes dos tradutores cumprem um papel no poema, como atores ou como intérpretes. E nenhuma delas pode ser calada.

## 7. BIBLIOGRAFIA

### 7.1. GERAL

- BASTOS DA SILVA, Jorge Miguel. "Milton e Pope em Portugal (séculos XVIII e XIX): as traduções de F. B. M. Targini e o contexto da crítica" in *Cadernos de tradução*, ISSN 2175-7968. Florianópolis: UFSC, s/d.
- BENJAMIN, Walter. "The Task of the Translator", in *Illuminations*. London: FontanaPress, 1992.
- BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra – ou o albergue do longínquo*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
- CAMPOS, Haroldo. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Da tradução como criação e como crítica" in *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FALEIRO, ÁLVARO. "A crítica da retradução poética", in *Itinerários*, nº 28. Araraquara: UNESP, 2009.
- FATEMEH, M-E-T. "Retraduire", in *Plume – Revue d'AILLF*. Teerã: Université de Téhéran, 2010.
- MARZ, Louis L. *Milton – Paradise Lost: A Collection of Critical Essays*. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- MILTON, John. *Paradise Lost*. Longman Annotated English Poets. London: Longman, 1987.

### 7.2. TRADUÇÕES DO PARADISE LOST

- MILTON, João. *O paraíso perdido*. Dois tomos. Trad. Francisco Bento Maria Targini. Pariz: Typographia de Firmino Didot, 1823.
- MILTON, John. *Le Paradis perdu de Milton*. Traduction de François-René Chateaubriand. Document électronique. Gallica [Acessado em 6.9.2011].  
<http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-101389&M=tdm>
- \_\_\_\_\_. *O paraíso perdido*. Trad. Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O paraíso perdido*. Trad. Conceição G. Sotto Maior. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Paraíso Perdido*. Trad. Antônio José de Lima Leitão. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Paraíso perdido, poema heroico de J. Milton*. Trad. Pe. José Amaro da Silva. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1830.
- \_\_\_\_\_. *Paraíso Perdido*. Tradução, introdução e notas de Daniel Jonas. 3ª. edição. Lisboa: Cotovia, 2006.

## 2. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA

### TEMA 2.1 O PORTUGUÊS DA GALIZA SEGUNDO O GÊNERO DOS UTENTES ALEXANDRE BANHOS CAMPO. FUNDAÇÃO MEENDINHO

### 1. As mulheres como elemento fulcral na socialização de comportamentos, incluídos entre eles, de jeito privilegiado, os linguísticos.

A transmissão normal das línguas produz-se na contorna familiar e no espaço geográfico humano no que essa contorna familiar está inserida. Ao serem as famílias tradicionais realidades muito alargadas nas que convivem pessoas de gerações muito distintas, isso faz que a língua que se socializa e transmite venha resultar relativamente estável e pouco inovadora.

No processo socializador da língua -que é o instrumento privilegiado para todas as socializações, incluída a conceção do mundo, o como ele é percebido e como nos enfrentamos com ele, tem nas mulheres o role fulcral. Atribui-se a doutora da Igreja, Teresa de Ávila, a seguinte recomendação às suas freiras: "Ponde muito cuidado na educação e formação das meninas, pois formando-as a elas formais povos".

O que ela exprime, e que confirma a moderna sociologia e psicologia social, é que os povos eram (são) basicamente o que forem as suas mulheres, os modelos que as mulheres socializarem são os que iam deixar marcação, é dizer, a pegada mais destacada nas conceções de esses povos e o jeito em como eles se exprimem e apreijam o mundo.

Nas mulheres, o fato da sua condição de minorizadas e submetidas na sociedade patriarcal, faz que elas tendam sempre a ocupar a centralidade do sistema, pois é muito complicado estar na condição de desenvolver roles subalternos e a vez manterem posturas que não se corresponderem a centralidade social.

A língua feminina sendo a mesma que a masculina, é a vez diferente e peculiar, pois toda mulher é educada para guia de crianças, cuidadosa da contorna, socializador de padrões de comportamento; e o seu uso linguístico reproduz esses roles.

Nos homens há uma grande importância para o progredimento na hierarquia social, e por tanto para valorizar essas hierarquias, frente às mulheres que valorizam mais serem elemento de conciliar, de consenso, com o seu papel ativo -muitas vezes não consciente - como criadoras de comunidade.

Para as mulheres, pela sua situação social, é muito mais difícil romper as normas que respondem a centralidade, que para os homens. A prática social da mulher tende sempre a centrá-la no que é a *norma central* da sua comunidade, o que chamaríamos as estratégias que se correspondem ao seu role de elemento chave socializador e de criadoras de comunidade.

Por isso se percebem as mulheres – tradicionalmente - como mais conservadoras. Só que estamos ante esse mesmo comportamento de procura da centralidade, que faz também que resultem as mulheres às mais inovadoras, e que adotem mais rapidamente as inovações que são de prestígio e que se correspondem a uma nova centralidade social. Essa inovação vai fortemente unida a seu papel como mulheres, o estarem sempre na procura da centralidade social.

Na Galiza tradicional, o sucesso do português da Galiza, foi o de se converter durante todo o longo período de cultura ágrafa, consequência derivada “naturalmente” do submetimento militar à luva de ferro de Castela, designado pelo cronista do reino de Isabel e Fernando, Jerónimo Zurita, como: *-Doma e castração do reino da Galiza.*

O português era a língua do modo de vida tradicional, termo que não se limitava a abranger simplesmente a sociedade agrária rural, pois de feito, a

---

<sup>4</sup> Chamo Crunha, porque é o nome autêntico e original da cidade, é o único que recolhem os textos medievais (escrito nas seguintes formas crunha, crunna e cruña), é o único que se recolhe em castelhano antes de Filipe II, é o único que se conhece em Portugal antes de 1580. E é a forma que seguem dizendo os nativos primários. O nome foi mudado em tempos de Filipe II ao assimilá-lo com a localidade castelhana de *Coruña Del Conde* (antiga Clunia romana, e que nada tem a ver com o antigo topônimo originário pré romano de Crunh – que vem a ser algo assim em céltico como o *presqu-ile* francês atual). Em português gasta-se Corunha porque toda a toponímia peninsular portuguesa após 1640 manteve os nomes que gastavam os castelhanos, que já foram incutidos nas elites.

qualquer morador nessa Galiza era impossível realizar unha vida plena e normal sem fazê-lo em português da Galiza.

A sociedade da Galiza a norte do Minho, fazia necessária e imprescindível a nossa língua, tanto nos espaços rurais como nos urbanizados. O castelhano era a língua do poder e do aparato -formado por castelhanos - estrangeiros, na Galiza.

Na década final do s. XIX dizia Manuel Murguia que se revelava chocante achar algum morador indígena na Crunha<sup>4</sup> que não falasse galego, e que, salvo algum que chamaríamos hoje *snoob*, no galego vivia toda a população, reduzindo-se o seu contacto com o castelhano às relações formais administrativas e aos processos de formação regrados, aos que, nos níveis mais altos, só acessava uma exígua minoria.

### 1.1. As mulheres e o seu papel na permanência na Galiza do português

O role das mulheres foi fulcral no mantimento da língua na Galiza, pois enquanto os homens emigravam, elas ficavam na terra com as crianças, a sua emigração era mais lenta, e só para acompanharem muito depois a homens assentados nos novos destinos. Os homens eram incluídos nos exércitos, poderosa arma de horizontalização linguística, os homens conseguiram vagas subalternas (só contínuos) na administração castelhana na Galiza<sup>5</sup>. Podiam alcançar postos mais importantes nessa mesma administração, porém isso sempre era fora da terra nacional.

A língua das mulheres era diferente da dos homens, era de mais qualidade com mais riqueza vocabular<sup>6</sup>, pois tinham elas um menor contacto que os

<sup>5</sup> Houve de sempre uma forte emigração temporária e fixa a Portugal, que permitiu que muitas inovações de vocábulos que se faziam nesse reino, chagassem ao português da Galiza, onde se incorporavam com toda naturalidade. Portugal e o seu modelo de língua nunca deixaram de estar influenciando nas falas populares da Galiza.

<sup>6</sup> Na Tese de doutoramento do lexicógrafo galego professor Isaac Alonso Estraviz, na recolha de material de campo, no seu trabalho para o dicionário, as informadoras populares e as que são fonte de informação são quase todas mulheres.

homens com o castelhano, que neles chegava muito mais fortemente pela via militar, -o serviço nos exércitos -, e pela emigração, especialmente a emigração de baixo percurso e temporária por terras de Castela. Os homens aceitavam sem problema as inovações castelhanas e o palavreiro castelhano, que incorporavam a sua linguagem, porém as mulheres mantinham uma língua portuguesa muito mais fiel a ela própria.

Esse role social das mulheres era fulcral na ocupação absoluta do espaço social central pelo português da Galiza, do que não estavam excluídas, nessa Galiza tradicional<sup>7</sup>, nenhuma camada social. Essas mulheres eram o motor da pressão social que se fazia na Galiza (ao norte do Minho), para afeiar e fazer impossível a existência na sua contorna de pessoas que não se inserirem na língua e na cultura tradicionais.

É bem certo que um role fulcral da castelhanização da Galiza foi o realizado pela Igreja Católica. Toda ela passou durante quatrocentos anos (e segue), não só a dependerem todas as ordens - desaparecida a província eclesiástica da Galiza - de Valhadolid, não só isso, se não que todos os postos hierarquicamente chave na estrutura da Igreja, passou com eles, como se passou com a administração e a justiça, estavam todos ocupados por homens e mulheres (abadessas) de Castela.

Com certeza que houve galegos que alcançaram grande poder nas escalas eclesiásticas, do que é bom exemplo Manuel Figueroa, porém todo o seu poder foi alcançado na medida em que foram poderosos agentes da Igreja e do estado, mas em territórios longe da sua terra berço.

Porém a Igreja funcionava em latim, e o castelhano na Igreja não ia além de ser percebida por essa sua clientela principal, que no cristianismo, são as mulheres, mas como um outro latim, algo que ia unido a ritualização religiosa, que lhe dava um ar escuro e de mistério mas que a vez tinha pouco a ver com o

<sup>7</sup> Uma das cousas que negam, como palavra de ordem, os defensores da subalternidade do português da Galiza a respeito d castelhano e a dialetização das falas da Galiza pelo castelhano.

<sup>8</sup> É muito interessante a origem da palavra nação, e o fato que esta fosse gerada nas universidades, em primeiro lugar na de Paris, onde aos estudantes que procediam de distintas territórios e falas,

falar do povo. Isso sim a palavra *Dios (Deus) Iglesia (Igreja)* foram das primeiras castelhanas em fazer-se universais no mundo tradicional da Galiza.

### 1.2. A modernização, e o papel da escola, poder e meios na socialização de comportamentos

Após a revolução francesa, nasceu uma nova concepção da escola e da formação, que pouco a pouco se foi estendendo por toda a parte.

A formação da escola, era a capacidade de garantirem aos destinatários o saberem ler e escrever (na língua nacional). Convertendo isso, em algo que já não é cousa duma minoria, como, aliás, era antes. Pois os ilustrados resultavam bastante indiferentes com o que quer que fosse que falava o povo. Mas agora ler e escrever, são rudimentos básicos e necessários para o desenvolvimento burguês, e essas capacidades, tenta-se alargá-las a toda a população.

Com a revolução, nasce uma nova ideia da escola, unida a uma nova ideia do que é ser nação, e a escola converte-se em *escola nacional* e em elemento privilegiado da nacionalização.

Estamos no quadro do nascimento do que são os modernos estados nacionais. A nação aparece como *cousa de todos*, já não é cousa limitada a aristocracia e os possuidores do poder<sup>8</sup>. Além disso, o progredimento económico, o desenvolvimento científico técnico, e o comércio vão gerar capas burguesas crescentemente poderosas e desligadas dos poderes anteriores e tradicionais do antigo regime, que vão reclamar para si a fatia que lhes corresponde nas nações. Não só isso, as novas concepções do nacional e da nação vão-se ajustar muito bem às demandas da burguesia que aspira ao controle duma fatia, o mais alargada possível dessa riqueza, da produção e do mercado, que quer guardada para si dentro dos limites bem balizados do espaço nacional.

chamava-se de *nationes*. Sobre a origem da palavra nação, e a construção de modelos literários, Alexandre Banhos pronunciou uma palestra organizada pelo Facho da Crunha, no Centro Cultural de Caixagalicia nos Cantões o ano 2006.

O fracasso do modelo espanhol de modernização, as contínuas guerras civis do século XIX, com o enfiamento entre liberais e conservadores, cousa nada simples no quadro peninsular, pois teve aspetos muito complexos, pois liberal jungia-se quase sempre com maior centralização, e conservador com o mantimento do mundo tradicional<sup>9</sup>.

O liberalismo batia forte contra a diferença, e nesse quadro é que aparecem identidades nacionais, novas que se afirmam como tais e que se contrapõem a “espanhola”, identidades originadas política e socialmente no século XIX, no século de nascença dos modelos burgueses “nacionais”, e que como tais no modelo espanhol, afirmam-se das suas nações frente ao modelo uniformizador que impulsionava o poder central castelhano.

Após a primeira república espanhola e o seu projeto federal, imos assistir ao processo de restauração, onde liberais e conservadores castelhanos se combinam na construção dum estado e duma Espanha uniforme.

A fim do século XIX o analfabetismo fora reduzido substancialmente e a escola “nacional” converte-se em elemento privilegiado de estender o castelhano como única língua da modernidade e do progresso por toda parte. Porém a pegada do mundo tradicional, e das mulheres, que curiosamente além de representar a centralidade estavam menos escolarizadas, faz que o português da Galiza permaneça com incrível força.

Ao chegar o segundo período republicano, (república federável que dizia o artigo 1º da constituição), abroham com força as demandas nacionais, dos não castelhanos. Rodrigues Lapa, esse galego da Anadia, vai ser testemunha privilegiada do processo na Galiza.

Esse período vai ruir pelas conceções da centralização castelhana, que é a que vai botar a terra, com lume e sangue<sup>10</sup> (Um as duas-centas mil pessoas vão morrer na luta nos frentes de batalha, e umas 270000 vão morrer assassinadas

<sup>9</sup> No convulso século XIX espanhol, as vezes também se produzia que conservador fosse centralizador e liberal uma posição contrária, A biografia do general catalão Prim, até o seu assassinato, servem para olharmos ai muito matiz.

na repressão na retaguarda franquista (e 45000 na republicana), assassinatos (os seus) para os que o franquismo negociou a imunidade -na transição política, sob a ameaça da bota militar.

No período da segunda república, da correlação entre urbanização, estrutura de classes e trabalho (pensai que já com o período da Restauração antes citado, se colocaram os alicerces de uma moderna administração, e o Supremo Tribunal de Justiça adota esse nome, pois até fins do século XIX esse órgão era chamado *Consejo de Castilla*. Nesse processo de modernização um empregado público perdia o seu emprego por usarem -no seu trabalho- uma segunda vez o português da Galiza.

Pois bem, ainda assim, temos que o 95% por cento da população no 1935 vivia plenamente e exclusivamente no português da Galiza.

## 2. A urbanização e modernização da sociedade galega, e efeitos no comportamento linguístico dos géneros.

Um efeito da noite de pedra do franquismo, foi inicialmente travar o processo de urbanização e modernização da Galiza, que sob a segunda república teve um grande crescimento económico.

O estado espanhol não recuperou o PIB, - a produção económica - do ano 1935, até o ano 1953 e no caso galego, até o ano 1954. Na Galiza, as cidades despovoam-se, a gente foge para o rural e com ele a língua ganha centralidade social. A pressão social era tão forte que as palavras de ordem nas escolas do franquismo de “no sea animal, hable la lengua del imperio”. O “hablecristiano”. O desprezo e menorização e as contínuas loas e vivas à língua do império, o castelhano, não permeabilizavam por baixo da pele o corpo social, entanto se manteve a força do viver tradicional.

<sup>10</sup> Não esqueçamos que a palavra de ordem de esse movimento integralista castelhano, era “Espanha antes *roja* (vermelha) que rota”

Nos anos 50 a escola chegou a todo lado, era absolutamente universal, começa um período de crescimento económico unido a uma forte emigração do rural da Galiza, que se acentuará nos anos sessenta. -Primeiro foi América 55-61, logo Europa e resto do espaço peninsular, -e internamente para as cidades.

A população urbana da Galiza, que não chegava ao dez por cento do total, começa a crescer inabalável, não só nas cidades se não também em todas as vilas. Hoje anda por volta do 75/80 por cento da população.

Além disso, a modernização -e o progresso científico-técnico - faz que o castelhano - rádio e televisão - penetre na intimidade do lar. Foi o ministro Fraga o que fez nos anos sessenta, que em todas as aldeias existisse a televisão, criando espaços públicos – “*tele-club*”. E colocando televisões comunitárias para garantir o seu acesso a todos, independentemente da capacidade económica para a sua aquisição – muito cara naquela altura.

Todo isso faz, que independentemente do seu assentamento na sua própria língua nacional, o português da Galiza, galegos e sobre todo galegas, forem a cada passo mais capacitadas para usarem com qualidade e fluidize o castelhano.

A final dos anos 50, o estado espanhol apontara-se ao *planejamento económico centralizado*; criaram-se os planos plurianuais de desenvolvimento económico, com um ministério de planejamento económico<sup>11</sup>, Criavam-se empresas públicas onde faltava a iniciativa privada ou essa era muito fraca, planificavam-se as exportações e importações, travando tudo o que for competitivo com a planificação desenvolvida internamente, e submetendo as importações a quotas muito limitativas, planificava-se a centralização económica e a reestruturação espacial do poder económico no estado, estamos ante o *potenciamento de Madrid*<sup>12</sup>, e não era alheio a isso, uma planificação e intervenção linguística.

<sup>11</sup> Após a guerra houve o sistema autárquico, no que já se desenvolveram modelos de planificação, seguindo um modelo que tentava imitar a feito na Itália mussoliniana e na Alemanha de Hitler.

<sup>12</sup>[http://pplingua.org/opiniom/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=3&id=5735&Itemid=81](http://pplingua.org/opiniom/index.php?option=com_content&view=article&catid=3&id=5735&Itemid=81)

Os estados sempre fazem política linguística ainda quando não o afirmarem, e em matéria de planificação apontam principalmente ao planejamento do status das línguas (função ideológica muito poderosa).

A diferença entre a planificação do corpus e a do status é basicamente metodológica; de feito, toda ação sobre uma língua que tenha como objetivo mudar o seu status implica sempre uma manipulação do corpus, assim como todo processo de standardização tem como objetivo habilitar a variedade em questão, -variedade que na Galiza (sob Espanha) não é o *lixboês*, se não o castelhano - para cumprir determinadas funções dentro da sociedade.

O conceito de planificação linguística fundamenta-se em dous conceitos básicos, o da variação e câmbio em função de eleição explícita entre alternativas (variantes, em sentido alargado, incluindo línguas – entre as variantes. Sempre em função dos objetivos propostos, o poder escolhe a variável que julga mais conveniente, ou melhor, aquela que se ajusta ao que é o *projeto nacional* do estado.

No estado espanhol incluía o acesso dos moradores do estado a todas as variantes e sotaques internas (internas no estado) e externas do castelhano, pondo de relevo como a função primordial e seu valor fulcral a ideia de *universalidade*; ao contrário do caso português de Portugal, e aceitando os distintos sotaques como formas perfeitamente validas de exprimir-se a *superioridade* do castelhano. Nas televisões era, e é para um português, muito curioso reparar nos distintos tipos de sotaque dos locutores, ou ver que a publicidade podia recorrer até a sotaques muito particulares e locais<sup>13</sup>.

Todo processo de planejamento linguístico supõe câmbios linguísticos deliberados, levados avante por organizações que se estabelecem com o fim de

<sup>13</sup> Num encontro – agalico - com o professor Ernesto Guerra da Cal em Lisboa em 1994 /recolhido in Agalia num. 39, comentou: Em 1964 com motivo do falecimento da minha mãe desloquei-me dos Estados Unidos ao estado espanhol. A coisa que mais me surpreendeu ao chegar, foi que Madrid mudara o seu jeito de falar, o seu castelhano era muito distinto do que se falava antes de 1936, antes era uma língua como a que está recolhida nas comédias de Arniches, agora falava tão distinto,

cumprirem esse fim; como em qualquer outro tipo de planejamento, orientado para o futuro. As estratégias de ação são especificadas com anterioridade.

Todavia que é certo, que todo planejamento linguístico está sustentada por uma política linguística, não sempre esta última é aplicada de jeito efetivo e a médio desse planejamento e acorde com ele.

Dão-se casos de eleições de línguas que são meramente formuladas, mas não chegam nunca a instrumentar-se realmente, é o caso do português da Galiza. Na Galiza há uma secretaria-geral do governo que se chama de **Política linguística**, é o *planejamento* que o poder chama “normalização do galego (Lei 1/1983 de normalização)” e a *atividade privilegiada que realiza o poder a respeito dela*, nunca é neutro.

As políticas linguísticas, como todas as políticas, baseiam-se na existência de relações de poder de uns, os aparatos estatais, sobre outros, os utentes das línguas. Por essa razão é que as políticas da linguagem existiram “desde sempre”. A imposição do castelhano no estado espanhol como *língua nacional* pela *escola nacional* é um exemplo dessa política.

Como dizíamos, o sistema educativo é, sem dúvida, a ferramenta mais usada e eficaz que empregam os governos para levar avante as suas políticas linguísticas: Habilita o falante e impõe modelo e status.

Se uma variedade foi selecionada como língua nacional<sup>14</sup>, o governo pode ordenar que seja ensinada como matéria na escola, e que seja o médio de instrução para ensinar outras matérias<sup>15</sup>.

Dentro do sistema educativo, o mestre erige-se como o executor por excelência do planejamento, controlando, premiando ou reprimindo as atuações linguísticas dos alunos, (por isso é escola nacional).

<sup>14</sup> Selecionar uma significa que a outra língua (é) foi estigmatizada socialmente igualando-a a miséria e atraso. (a variante dos índios, com força cultural e linguística enquanto manterem a sua comunidade tradicional. Tenho uma anedota curiosa falando com um nativo americano, que me

A função unificadora consiste em reforçar os sentimentos de adscrição grupal, através da pose duma língua comum, nisso temem um role fulcral os meios e a sua criação de modelos e de sentimentos “nacionais”.

Manter o comportamento privado dos falantes, *alheio à planificação linguística estatal (é dizer indiferente)*, não sempre é possível, pois cumpre grande força interna de coesão social. É dizer, ao se estar ante um processo de desestruturação planificada da língua nacional, e já que logo, isso chega a influir nas escolhas linguísticas dos indivíduos em situações comunicativas informais.

Isso ocorre quando as políticas linguísticas, ao elevar o status duma língua estão a estigmatizar a outra (não é o caso suíço ou canadiano), e fomentar atitudes particularmente positivas para a primeira e negativas para a segunda, de modo tal que os falantes consideram que a língua estigmatizada é um obstáculo para as possibilidades de ascensão social.

Os falantes são agentes que secundam o planejamento dos estados, convertendo-se em verdadeiros micro-agentes planejadores, dentro do seu próprio lar, quando o espaço social que fai(zia) à língua necessária afunde-se.

Para logramos que a gente mude os seus hábitos linguísticos nos estilos menos formais e mais identitários, a política linguística da imposição, tem que lograr dalgum jeito, a mudança nos modelos socioculturais, a desagregação das componentes identitárias, e na resposta e interiorização de aspetos a ver com a sensação de progresso social, a que são mui sensíveis componentes a ver com o género e os roles, a jogar no âmbito da socialização de comportamentos linguísticos, é dizer com a centralidade social e a posição dos géneros respeito a essa centralidade

contava que os seus pais eram índios, porém ele já não era, pois usava a língua nacional do estado, a língua era que o fazia índio).

<sup>15</sup> É muito interessante o modelo do Bahasa indonésio, como língua planificada e artificial, de enorme sucesso.

Isso também é um bom instrumento para o pesquisador, medir o grau de compactação -coerência interna - que leve a que no desenvolvimento informal se faça absolutamente necessária a língua estigmatizada. O uso duma determinada variedade linguística nos domínios informais, está sempre muito achegado às questões identitárias dos falantes, e se estas forem fortes, temos aí uma poderosa alavanca para fazer uma planificação linguística de sucesso de essa diferente “comunidade nacional” submetida.

Poderia ser possível a continuidade indefinida de uma Galiza diglósica? (todavia que a diglossia não for universal no sentido Fergusoniano, só dos que se mantiverem como falantes de português da Galiza?)

Sim pode manter-se estável em tanto se conserva a divisão funcional linguística e a necessidade dos modelos. É dizer quando o modelo de *language Planning* – é um modelo de diglossia universal – de todas as camadas sociais, e estável. (alemão da Suíça, francês do Québeque, guarani de Paraguai).

Porém, desestruturado a trama social, só poderia haver mudança e recuperação, se a língua nacional for projetada como verdadeira língua “nacional” e por tanto língua A, aproveitando todas as ferramentas de que se dispõe -no caso galego, do português no âmbito internacional, porém isso implica um alto grau de controlo do poder político (e o deslocamento da outra língua) e dos seus instrumentos. Se isso não existir, manter-se-á, se for quem nessa sociedade, de construir um *apartheid* linguístico, reforçado por elementos poderosos, como pode ser, uma religião diferenciada.

<sup>16</sup> É muito elucidativo o seguinte feito: Que língua adota um emigrante estabelecido na Galiza, o português da Galiza ou o castelhano? Os imigrantes também tendem a centralidade social. A resposta é óbvia, o castelhano. Porém passa-se o mesmo na Catalunha, que jogador do *Barça* imigrado adota o catalão...nenhum por isso os catalães sabem perfeitamente claro que se querem sobreviver como povo, isso só se pode conseguir criando uns espaços de normalidade que se chamam estados, e dispõem da força social para o fazerem.

Do ponto de vista sociológico é muito interessante o tema da imigração e a língua. Os emigrantes raramente modificam pautas de conduta linguísticas, salvo que na sociedade em que se instalem ocupem os papéis dominantes. Na Galiza sempre se destacou o papel da emigração, e só agora começam a fazer-se estudos que ponham de manifesto, que desde o século XV até praticamente muito recentemente, dentro dos elementos dirigentes, os imigrantes castelhanos tiveram um papel

## 2.1. O dismorfismo linguístico segundo o género do utente

Falava no princípio, de *o feito de as mulheres*, pela sua situação na sociedade patriarcal, tenderem sempre a ocupar a centralidade no sistema. A elas, estarem fora da centralidade social, produz-lhes insegurança vital.

A Galiza é uma sociedade desestruturada, onde as conceções sociais que igualam o castelhano como língua de progresso e o português da Galiza como elemento de atraso, não foram removidas, estão (seguem) profundamente inseridas na alma do povo.

Produziu-se uma modernização económica e uma forte urbanização. As atividades produtivas primárias ocupam menos dos 5 por cento da população e o mundo tradicional que sustinha a língua esvaeceu.

Na Galiza há um planeamento linguístico, que trata com absoluta normalidade e inamovibilidade o castelhano; nem há nenhum objetivo de deslocá-lo do seu espaço de privilégio, -nem o poder espanhol o consente<sup>16</sup>. O castelhano não é discutível como língua da Galiza, diria mais, como a verdadeira língua “nacional (da nação espanhola)” da Galiza. O castelhano representa a centralidade social, e as mulheres, mais inovadoras para avançarem sempre para a centralidade, assumem o castelhano dum jeito mais firme que os homens, para os que, essa centralidade tem menos importância.

O planeamento linguístico chamado na Galiza “normalização” (impossível dados os entraves em que se assenta), desenha uma defesa do *galego*, que de

dominante e maioritário. Todavia nos anos 90 do século passado, um estudo da CI, mostrava que nas administrações públicas (todas) no ano 90 nos cargos relevantes e nos postos de funcionários de mais responsabilidade os não nados na Galiza chegavam até case 40 % no conjunto, e nalguns casos e grupos ultrapassava a incrível cifra de 80% por exemplo engenheiros agrícolas e de montes das administrações públicas na Galiza 7 num total de 275. Nos postos baixos nunca se dava esta situação). Um caso exemplar disto é o Alguer (alghero) na Sardenha. Em 1776 a população de língua catalã, após unha duríssima peste e reduzida a só 168 pessoas (SilvioSalvi *La Lingue tagliate*). Cedo chegaram muitos sardos a ocupar o vazio, mas adotam a língua catalã que era a da classe dominante. Também os ingleses na Índia nunca passaram do 0,1 % mas a sua intervenção culturalmente marcou decisivamente, pois desenhava os modelos dominantes. Os imigrantes são sempre pessoas que independentemente da sua origem integram-se na centralidade social de quem os acolhe.

feito é um verdadeiro programa de substituição linguística firme e sem paragem, uma substituição que objetivamente há que chamar de estupefaciente<sup>17</sup>. Não é casual que os textos em galego para as escolas sejam adaptações dos textos em castelhano que transluzem o castelhano por toda parte, fazendo, ó ironia, *castelhano em galego*.

Desapareceu a pressão social a prol da língua, resta só o remorso identitário, quiçá mais forte do que aparentemente posa parecer, mas até no campo informal avança com força o castelhano.

## 2.2. O efeito da pressão ambiental nos modelos linguísticos

Resultado de tudo isso, é um acrescentamento muito forte da pressão ambiental a prol do castelhano e contra o português da Galiza, que é língua de idosos que a levam com eles à terra.

As mulheres são o elemento que sofre com mais força essa pressão social. A transmissão da língua entre as gerações quebrou; escassamente o 10 por cento das crianças crescem parcialmente no português da Galiza, e submersas numa imensidão de castelhano, além disso, está bem travado e impossibilitado o acesso ao português de Portugal e da Lusofonia toda, salvo minorias ativas e privilegiadas. Deu-se uma perda de qualidade linguística e vocabular, os falantes, fora de atividades informais são a cada passo mais inseguros na língua do país, que resulta a cada passo mais e mais degradada.

<sup>17</sup> Sempre comento que na Galiza, essa Secretaria-geral de Política linguística chamar-se-ia de **Política linguística para garantir os direitos do castelhano e do galego**, E que deveria aplicar a planificação normalizadora que vivemos, ao castelhano, e com **normalizadores lingüísticos** do castelhano contratados em todas as instituições.

<sup>18</sup> O acratismo e despreocupação com o idioma nacional das novas elites políticas, de muitos cargos relevantes ligados ao nacionalismo, os quais têm que funcionar como **elites sociais**, fazem muito mal à língua, tanto ou mais que a política e os políticos espanhóis, pois ainda que não se for consciente está-se enviando unha mensagem subliminal e muito efetiva de qual é a importância da língua.

<sup>19</sup> É de muito interesse esta entrevista com Xurxo Souto na que põe um magnífico exemplo do labor da escola com falantes nativos.

<http://pglingua.org/especiais/novas-da-galiza/1392-xurxo-souto-la-musica-e-emocom-portanto-a-musica-cantada-em-portugues-e-musica-nossa-e-parte-das-nossas-emoconsr>

Se isto está reforçado por pretensas elites galeguizadoras com o seu modelo absolutamente deturpado, dum jeito tal como nunca se atreveriam a fazer com o castelhano...está mais que clara a mensagem que recebe o nosso povo<sup>18</sup>

Nas novas gerações onde o português é já língua minoritária, e que são as que curiosamente passaram por uma escola onde tiveram em teoria umas quantas matérias, além da língua “em galego, essa escola funcionou, como demonstram todos os estudos, como uma verdadeira força de empobrecimento da língua e de *normalização* (esta sim) bem certinha do castelhano,<sup>19</sup>além de difundir e estabelecer um modelo de língua que é um canto subliminal permanente ao castelhano.

O modelo de língua galega que o poder impõe e difunde, numa sociedade avançada como a nossa, insiste nos clichês mais estereotipados e ruralizantes, mais acaídos a idosos, criados sob o franquismo, como jeito de travar processos verdadeiros de criação de espaços de normalidade real para a língua<sup>20</sup>.

E é impossível constituir um projeto galego de normalidade e como tal inserido na lusofonia, é dizer, é impossível a recuperação do português da Galiza, se não se incutir esse modelo em elites dominantes e referenciadoras, que *per se* são urbanas, ocupando a centralidade, e convertendo já que logo às mulheres em verdadeiros agentes de essa nova centralidade.

## 3. Consideração final

<sup>20</sup> Para além do role fundamental que tem a escola como elemento de socialização do modelo linguístico, teríamos que criar uma rede escolar própria e arredada da escola espanhola, seguindo o modelo vasco das ikastolas, é dizer o modelo **Semente** que se tenta desde o reintegracionismo, mas com escassos meios e sobre todo carentes de recursos económicos. E fazer políticas de construção de espaços sócias de exclusividade da língua nacional e compactadores sociais. Seria fundamental na Galiza fazermos-nos de uma igreja que fosse nacional, pois a força de esse elemento é um poderoso catalisador. É fulcral incidir nos aspetos informais do sucesso linguístico o estabelecer políticas de língua acaídas aos roles e a percepção da língua que tem os distintos gêneros e a maior ou menor resistência social, criando espaços de normalidade.

Porém, além do trabalho incansável do reintegracionismo...eu só percebo muito erro, e a consolidação abençoada por todo lado do modelo estupefaciente de substituição linguística.

Pode-se fazer isso se a Galiza não conseguir a independência, é dizer, a construção da sua estatalidade, -jeito privilegiado de garantirem-se uns mínimos os povos, ou uma absorção – confederação-federação por/com Portugal<sup>21</sup>?- Ou acham que poderia dar-se uma impossível miragem de nova configuração do estado espanhol, onde o relacionamento da Galiza com Portugal esteja assente em novas pautas e o espaço central e de referência para a Galiza for o poderoso espaço urbano do norte português, Porto.

Acho que sem o sim as duas hipótese formuladas, a resposta noutro caso e fácil de suster, não.

**Não é possível um futuro duma Galiza sob Espanha, na sua língua portuguesa. Todavia que no país das meigas, as vezes produzem-se surpreendentes milagres para os que não pareceram fazer nada a sério os seus moradores.**

#### 4. BIBLIOGRAFIA

Jornadas organizadas pela AGAL sobre língua e género 2008

Qual língua qual género de Raquel Miragaia

<http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4393>

Construindo modelos de língua e políticas de género de Alexandre Banhos

<http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4422>

O papel da mulher na transmissão da língua de Pilar Garcia Negro

<http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=4384>

*Introduccion a la Sociolingüística* de Ronald Wardhaugh Servizo Publicações da Univ. de Santiago de Compostela

*Sociolingüística a l'aula* de Bernat Joan i Marí La Busca edicions

*Estandardització I Establiment De Les Llengües* de Xavier Lamuela, edicions 62

*Sociologia da Família, Teorias e debates* de Analia Maria Cardoso Torres

<http://www.analiatorres.com/pdf/agregacao/RelatoriodaUCSociologiadaFamiliaTeoriasedebate.pdf>

#### 3. ANABELA FREITAS (MIMOSO), CEI-EF ULHT, GAIA, PORTUGAL

<sup>21</sup> Tal e como foi o projeto nacional português desde 1230 até 1476, batalha de Toro, onde Afonso V perde a integração da Galiza a norte do Minho em Portugal (onde era palavra de ordem da monarquia reclamar o que juridicamente lhes correspondia de acordo ao testamento de Afonso VIII da Galiza-

#### TEMA 1.3. REBELO DE BETTENCOURT – RAÍZES DE BASALTO

No ano em que se comemora o 120º aniversário do nascimento de José Rebelo de Bettencourt, é de inteira justiça divulgar a sua obra. Nascido a 30 de agosto de 1894 em Ponta Delgada e falecido a 4 de setembro de 1969, também em Ponta Delgada, José Rebelo Bettencourt, ou Rebelo de Bettencourt, como assinava frequentemente, foi poeta, ensaísta, tradutor e um marcante jornalista.

Conheceu muitas figuras do panorama literário e artístico da época, como Antero de Figueiredo, João de Barros, de quem foi amigo pessoal, Dias de Melo, Eduíno de Jesus, Domingos Rebelo, Artur Duarte, Stuart Carvalhais (que apresentou a Columbano e a quem homenageia por ocasião da sua morte).

Conheceu também Almada Negreiros, numa exposição no salão Bobone de quadros que escandalizaram os burgueses de então. Em 1917, Carlos Filipe Porfírio, prestes a lançar o *Portugal Futurista*, apresentou-o, no Martinho da Arcada, a Santa-Rita Pintor.

Esses conhecimentos valeram-lhe o convite para colaborar no número único do *Portugal Futurista*. Mas apesar de dedicar algumas páginas de admiração aos poetas de *Orfeu*, de facto o seu pensamento estava bem mais de acordo como nacionalismo literário de um Afonso Lopes Vieira, que tanto admirava, ou de Correia de Oliveira, como está bem patente na sua obra poética. Embora com as raízes de basalto, R.B. tem um lugar importante no panorama literário e intelectual português da primeira metade do século XX.

#### 1. INTRODUÇÃO

Foi através da leitura de um artigo de Vasco Rosa, inserido na revista *Pessoa Plural* da Brown University que, pela primeira vez, tive conhecimento da obra de Rebelo de Bettencourt. O artigo apresentava um texto crítico deste sobre Fernando Pessoa, extraído do *Diário dos Açores* (1930).

Leão.. Porém se Portugal cala sobre Olivença –ocupada ilicitamente-, não percebo eu, no espaço europeu, Portugal com uma política proativa, do tipo do que gastam os húngaros a respeito das suas minorias noutros estados...por nenhures.

Na verdade, o texto tinha sido publicado pela primeira vez no livro *O Mundo das Imagens* (1928: 75-78). Surpreendeu-me a capacidade crítica, a abertura de pensamento, a receção elogiosa de Fernando Pessoa, não só por concordar com o seu teor, mas sobretudo pela coragem de a ter encetado numa altura em que este era ainda um escritor ignorado por parte do público ou depreciado por outra parte. Foi essa a razão fundamental que me levou a decidir estudar a vida e obra deste crítico, ensaísta, jornalista e poeta açoriano. Mais tarde, já durante este estudo, descobriria outra razão que me aproximaria Rebelo de Bettencourt: a admiração mútua por Teófilo Braga.

Apesar da importância da sua obra, não há muita informação publicada sobre ela nem sobre o seu autor. Eduíno de Jesus, seu conterrâneo e amigo pessoal, é o crítico que melhor o conhece e quem mais sobre ele sabe, tendo publicado dois verbetes a seu respeito: um na *Enciclopédia Luso-brasileira* (1986), outro no *Dicionário Cronológico* (1994).

Ruy Galvão de Carvalho, também micalense, inclui-lo-ia na *Antologia Poética dos Açores*, esboçando aí uma breve nota biobibliográfica. O mesmo já tinha sido feito por Pedro da Silveira, em 1977, juntamente com a transcrição de dois poemas da antologia *Vozes do Mar e do Vento*. Numa outra antologia (*12 Poetas Açorianos*), António Manuel Couto Viana publicava excertos de poemas e um artigo sobre R. B. que, embora não acrescente nada à sua biografia, é altamente elogiosa em relação à sua poesia.

Recentemente (2008), Fernando Cabral Martins também inclui no *Dicionário de Fernando Pessoa* um verbete sobre o autor que ora trazemos à colação.

As informações repetem-se: data de nascimento e morte, alguma bibliografia, principais revistas e jornais em que colaborou, referência ao contacto com o modernismo, à defesa do nacionalismo. E é tudo. Urgia, pois, fazer um estudo mais aprofundado sobre a sua vida e obra.

Partindo, assim, da análise documental de textos de Rebelo de Bettencourt de vária tipologia, confrontando-os, quando necessário, com o pensamento da época, apoiando-nos ainda em informação fornecida pela família e pelas

sugestões de Eduíno de Jesus, intentamos sacudir da poeira do tempo a sua memória, dando a conhecer o autor e o seu ideário intelectual.

## 2. A VIDA

José Rebelo Bettencourt é filho de José Inácio Rebelo e de Maria da Purificação Bettencourt. Nasceu a 30 de agosto de 1894 na freguesia de S. Sebastião, em Ponta Delgada. Seria batizado na igreja paroquial do mosteiro de S. Sebastião. Casaria com Irene Teresa de Lima de quem teve dois filhos: Maria Eduarda Lima Rebelo de Bettencourt e José Inácio Lima Rebelo de Bettencourt. Teve ainda outro filho – João Bettencourt – fruto de uma ligação anterior.

Viria a falecer em Ponta Delgada, na freguesia de S. José, vítima de «doença arteriosclerótica degenerativa do coração», em 4 de setembro de 1969, segundo reza a certidão de óbito.

Começaria por usar o nome literário de José Rebelo na revista *Alma Nova* – 1916 – e nos primeiros livros: *Ode a Camões* (1913) e *Cantigas* (1917). No entanto, no *Portugal Futurista* (1917), assinaria Bettencourt-Rebelo, o que, segundo Silveira (1977), seria devido a erro de Santa Rita.

Posteriormente, e ainda na revista *Alma Nova*, assinaria Rebelo de Bettencourt, forma mais comum de assinar os seus artigos e livros. Também, esporadicamente, usou as iniciais R.B. e B<sup>t</sup>. R.<sup>o</sup> (estas últimas no *Portugal Futurista*), daí terem surgido dúvidas sobre qual seria o seu verdadeiro nome. As dúvidas foram inicialmente levantadas por Eduíno de Jesus (1994), e, depois, na sua esteira, por Cabral Martins (2008). De facto, o nome oficial é José Rebelo Bettencourt, atestado pela certidão de óbito, e não de Bettencourt, como o autor mais gostava de assinar e como registou nos assentos de batismo de dois dos filhos.

Frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde, em 1916, frequentava o 3º ano. Não terminou, no entanto, o curso. Viria ainda a estudar no University College (Londres), segundo refere Silveira (p. 230), mas também não concluiria aí nenhum curso.

O seu nacionalismo ativo levou-o ao debate de ideias, nas páginas de livros, jornais ou revistas, mas também à defesa mais direta de causas. A sua preocupação na luta pelo engrandecimento do país levou-o a manifestar uma visão algo ingénuo em relação ao colonialismo e ao racismo, mas é também testemunha dos seus elevados padrões morais e éticos.

Espírito inquieto, aberto, diletante e cosmopolita, era um apaixonado pelas viagens. Observador atento, pôs esses dons ao serviço do jornalismo, assinando vários textos sobre cidades portuguesas, mas também algumas estrangeiras que visitou, como Londres e Hamburgo, e sobre as praias e a excelência do turismo português. Correr mundo – a vocação de um ilhéu: «Nasci numa cidade, à beira-mar, numa ilha atlântica. Depois, nas minhas veias, ainda corre um pouco de sangue de antigos navegadores e de velhos emigrantes. Um navio representa sempre para mim o mistério e o deslumbramento de outras terras distantes e desconhecidas, de outras ilhas, de outros povos. O mar! A volúpia das viagens!» (*Gazeta*, nº 1289, de 1 de setembro de 1941).

Dotado de uma fina ironia, não hesitou em incluir nos seus artigos, nomeadamente na rubrica “Panorama” da *Gazeta*, alguns episódios anedóticos. A sua sensibilidade social fê-lo, várias vezes, assumir a defesa dos mais fracos.

Conheceu muitas figuras do panorama literário e artístico da época, como Antero de Figueiredo, João de Barros (de quem foi amigo pessoal), Dias de Melo, Eduíno de Jesus, Domingos Rebelo. Artur Duarte, Stuart Carvalhais... Conheceu também Almada Negreiros. Em 1917, Carlos Filipe Porfírio, prestes a lançar o *Portugal Futurista*, apresentou-o, no Martinho da Arcada, a Santa-Rita Pintor.

Grande apreciador das artes e grande conhecedor do meio artístico, era presença habitual em exposições e em peças de teatro, aproveitadas por ele para a elaboração de artigos sobre pintura, sobre textos dramáticos, sobre artistas plásticos, sobre atores e atrizes, que ele publicava em várias revistas, nomeadamente na *Alma Nova* e na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*.

Dedicou grande parte do seu labor intelectual ao jornalismo e às traduções que lhe ocupariam muito tempo, o que, logicamente, o afastaria da produção literária. Mas era então assim que os intelectuais ganhavam a vida.

As suas qualidades humanas e literárias eram muito apreciadas pelos seus pares. O nº 1795 da *Gazeta*, de 1 de outubro de 1962, assinalaria as comemorações das suas bodas de ouro jornalísticas, levadas a cabo em Ponta Delgada pelo jornal *Diário dos Açores* (onde iniciara a sua carreira jornalística em 1912), e assinaladas com um jantar de homenagem.

O nº 1822, de 16 de novembro de 1963 marcaria a comemoração das bodas de ouro da sua atividade literária. No artigo (de Mário Cardoso) salientava-se o seu humor, a sua cultura, a camaradagem, a educação. Citando os artigos publicados anteriormente no *Diário dos Açores*, faz também referência à elegância com que cultivava a língua «dentro de uma língua está um povo», diria R.B. – 1928: 8), à inspiração e originalidade da sua poesia.

O seu nome seria lembrado pelos seus conterrâneos, em 2011, altura em que a Câmara Municipal de Ponta Delgada o homenageia, atribuindo o seu nome a uma artéria da cidade: Rua José Rebelo de Bettencourt, cita na urbanização do Serrado do Carmo, no Livramento.

No entanto, a maioria da sua vida seria feita fora da ilha natal e do seio da família. Regressaria ao lar para morrer.

### 3. A OBRA

#### 3.1. POESIA

*Ode a Camões*, publicado em 1913 pela Tipografia do *Diário dos Açores*, é o seu livro de estreia. Em 1915 surgia o segundo livro, *Canções do Amor e da Terra*, depois *Cantigas* (1917), *Oceano Atlântico* (1934) e *Vozes do Mar e do Vento* (1953).

Do primeiro livro de poesia não encontramos nenhum exemplar nem referências críticas a ele. Do segundo nos deu conta o próprio autor, em *O Mundo das Imagens*, ao relatar-nos o encontro com Teófilo Braga, em 1916,

precisamente para lho ofertar. Aproveitou o relato desse encontro para autocriticar a poesia do livro, publicado no ano anterior. Sobre ele, dizia o autor: «*Sem unidade e sem estilo, esse livro, longe de marcar uma individualidade, denunciava a indisciplina de uma inteligencia que não soubera encontrar ainda na arte um rumo certo e próprio para a minha sensibilidade*» (p.29). Revelava também aí as suas influências: «Em todas essas páginas, escritas no entanto com sinceridade, sentia-se bem a influencia de todos os poetas que lêra até então e mais me tinham apaixonado, como Junqueiro, pela forma sonora, Augusto Gil, pela delicadeza, Antonio Correia de Oliveira, pela sua religiosidade, e Afonso Lopes Vieira, pelos motivos novos num lirismo novo.» (p. 29).

No entanto, a obra granjearia vários encômios. Por exemplo, o jornal “A Voz do Sul” de Silves chamava-lhe «livro de um poeta a valer»; Maurício Monteiro afirmaria que nele «aparecem quadras perfeitíssimas que rivalizam com as melhores que conhecemos, e que só por si bastariam para lhe valorizar a obra». O “Diário da Madeira” diria que José Rebelo era um poeta que sabia cantar «á lusitana, com alma, com amôr, com sentimento, sem pieguices que irritam e enervam». (1928: pp. 44-45).

Por sua vez, *Cantigas* foi recebido com simpatia por Antero de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira, Agostinho de Campos, Teresa Leitão de Barros, Ferreira de Castro e Afonso Lopes Vieira. São quadras ao gosto popular:

*Passa o sorriso nos lábios,  
Passa o perfume da flôr,  
Passa o tempo, passa a vida,  
Só não passa o meu amôr! (p. 16).*

*Ó minha terra de encantos  
E de encantadas manhãs,  
Onde as mulheres e as flores  
De tão lindas são irmãs! (p. 20).*

Em 1934, a Tipografia Insular publicava *Oceano Atlântico*. Destacamos o poema «Voz de oiro, dedicado à filha» - D. Maria Eduarda Lima Rebelo de Bettencourt Pinto, mãe do poeta Eduardo Bettencourt Pinto:

*Minh'alma é cheia de canto  
Da tua voz a falar.  
– Nunca te possas calar,  
Voz de oiro que eu amo tanto!*

*Com ela, enfim, pude achar  
Da vida todo o encanto.  
– Marejam em doce pranto  
Meus olhos, só de lembrar!*

*Deus queira que eu tenha a sorte  
De ouvi-la à hora da morte,  
A pedir por mim rezando,*

*Para eu morrer sem sentir,  
Como se morre a dormir,  
Como se morre sonhando.*

Em 1953 saía a lume as *Vozes do Mar e do Vento*, editado em Lisboa nas Oficinas Gráficas da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. O autor subintitulava o livro de *Antologia Poética*. Retoma alguns poemas das obras anteriores, embora com algumas alterações. A primeira parte é o “Oceano Atlântico”, refundição da obra homónima publicada anteriormente; a segunda, “*Cantigas*”, como a obra que lhe deu origem; a terceira parte “*Ansiedade*”. O livro vem ilustrado com um retrato do poeta, num desenho de M. de Souza Gomes, datado de 1943. Dele destacamos o poema inicial «Mar Açoriano», onde R.B. se interroga melancolicamente sobre o significado da vida:

*Quem sou? Para onde vou? Ânsia insofrida!  
De que tempos remotos é que eu vim?  
Onde começa e quando acaba a vida?  
Tudo é vago mistério dentro de mim.*

A paisagem açoriana impõe aí a sua presença de uma maneira insistente, triste, dolente:

Esta paisagem de tristeza e bruma

*Que eu sinto irmã de Antero, o Poeta, o Santo,  
Vai-me contando a sua mágoa, e o pranto  
Tomba nas minhas rimas uma a uma.*

*Rochedo hirto, de perfil severo,  
Sobre as ondas do mar descendo a prumo.  
Quem ensinou ao nosso pobre Antero  
Que a vida é vã e tudo o mais é fumo?*

A dor do poeta funde-se com a dor do Atlântico:

*Longa, saudosa, anda uma voz chorando...  
– Ó mar, eu sou irmão das tuas mágoas!  
E nos meus versos oiço o ritmo brando  
Que eu aprendi com a canção das águas!*

Mas é também a voz do sangue, a sedução do mar:

*Trago em meu sangue, o sangue dos emigrantes.  
– Oiço-os de longe em sua voz de além...  
Não se morre de todo! Por instantes,  
Sinto que em mim existe mais alguém!*

Mais do que tudo, é a voz de todo um povo:

*E a minha pena, comovidamente,  
Compõe-me os versos que eu, depois, nem sei  
Se fui eu que os rimei  
Se mos ditou a voz da minha gente!*

Poemas sentidos, ao gosto neorromântico, («muito convencionais», diria Martins; 2008: 86), poemas de quem parte, poemas de ilhéu, como em «Digo

*adeus à minha terra», até porque as saudades andam dentro de nós: «Tenho saudades da Ilha,/ Mesmo antes de ir embora».*

Poemas de quem sofre a paisagem:

*A tristeza é irmã desta chuva a tombar...  
– Foi numa tarde assim que Antero de Quental,  
Desiludido e só, se resolveu matar. (do poema: «Sob a chuva do tédio»).*

Não é, contudo, uma poesia obsessivamente triste. Sobretudo quando canta os costumes da terra, como em «Para queimar na noite de S. Pedro» ou «Em louvor do vinho de cheiro».

Já em “Cantigas” (como a obra homónima), as quadras trazem-nos ecos da voz do povo em glosas. A maioria das vezes resvalam para a tristeza:

*Esta vida são dois dias...  
(Tão pouco para te amar!)  
Ó vida, não corras tanto!  
Ó morte, vem devagar!  
(De: «Quem canta seu mal espanta»).*

Mas R. B. é também o poeta do amor, como em «Sol de primavera». Amores infelizes, breves, enganosos («Basta só que ela minta e mais ninguém»), amores não correspondidos («– Para te dar só tenho uma alma em flor, Mas essa não a queres!»). Mas amores maiores que a própria morte:

*Eterno, para além da morte, sim!  
– Eu só entendo a vida assim vivida  
E entendo o amor, só quando se ama assim!  
(Do poema: Para além da morte)*

Eduíno de Jesus tem razão quando afirma que: «Como poeta ficou incólume à influência das estéticas modernistas. Ilhéu exilado no continente, reconstrói, nos seus versos a “paisagem de tristeza e bruma” das ilhas, fala do Amor e da Terra, traduz em cadências nostálgicas as “vozes do mar e do vento” que embalaram a sua adolescência e lhe percutem ainda na concha da memória; ou

*então exprime o sentimento poético do povo da sua ilha em cantigas simples como as do cancionero popular.» (Dic. Cronológico, p. 468).*

Mas, se é verdade que ficou incólume às estéticas modernistas, o mesmo não se pode dizer em relação às do nacionalismo literário. Assim, privilegiou tematicamente a exaltação da gesta dos descobrimentos, dos humildes, dos costumes e tradições da terra, da casa portuguesa, dos arraiais e romarias, das procissões, do mar, da paisagem açoriana.

Couto Viana (2008) diria que «*é suficiente tudo quanto deixou impresso para o consagrar poeta. É poeta-poeta, notável pelo seu lirismo português e pela sua arte*» (p. 129).

Na verdade, conseguiu cumprir o desiderato a que se propunha no seu segundo livro de poemas, *Cantigas* (1917):

*Grande poeta é aquele  
que ao rimar o que ele sente,  
Deixa em seus versos, chorando,  
A Alma de toda a gente! (p. 43).*

### 3.2 CONTOS

Rebello de Bettencourt publicou ainda, em 1920 (?), na oficina da Rua da Horta Seca, em Lisboa, propriedade do editor Carlos d'Ornelas, o livro de contos *A Feiticeira da Vila*, na coleção «A Grande Novela». Na verdade, o livro contém três contos: “A Feiticeira da Vila”, “O Sapateiro e o Diabo” e “A Morte do Sacristão”, cada um deles ilustrado com uma ingénua estampa. Embora os títulos dos contos nos pareçam remeter para o conto tradicional oral, a verdade é que eles se aproximam muito do conto fantástico.

Segundo o autor, o livro foi escrito aproveitando «lendas e superstições açorianas», e revela-nos uma outra faceta de R.B.: a de narrador. Os diálogos são fluidos e a prosa está recheada de expressões populares, de apontamentos sobre a vida nas freguesias açorianas. Os temas remetem-nos para o sobrenatural, que o narrador sabiamente prepara, criando para isso a atmosfera inquietante,

sombria, propícia ao aparecimento de feiticeiras, de bruxedos e do diabo. Cenários terríficos, quase caricaturais do terror, conseguidos pelo recurso a lugares-comuns da literatura gótica, conferem um certo pendor irónico aos textos, acentuado por finais inesperados, pouco convencionais. Bem estudadas pausas da ação ajudam a criar o devido *suspense*. Para além disso, R.B. manipula muito bem nestas três narrativas os conhecimentos da literatura tradicional e da literatura fantástica.

### 3.3. TRADUÇÕES

Na sua labuta pela vida, ver-se-ia forçado a recorrer também às traduções. Traduziu obras como: *O potro vermelho* de J. Steinbeck (1950); *Os Pássaros* de Michelet (s.d.); *La Bandera: Romance* de Pierre Mac Orlan (1955); *Gargântua e Pantagruel* de François Rabelais (tradução e adaptação – 1957). Mas fez também revisões de traduções, como: *Debaixo do céu* de Pearl S. Buck (1967), traduzido por Mário Quintana; *A Casuarina* de W. Somerset Maugham, tradução de Leonel Vallandro (1956?) ou *As Chuvas Vieram* de Louis Bromfield, traduzido por Sousa Júnior (1955).

### 3.4. ENSAIOS

Entre maio de 1919 e março de 1920, escreveria em Ponta Delgada *Os Novos Escritores. Ensaio de Crítica nacionalista sobre a Arte e as Ideias da Nova Geração*, publicado ainda em 1920. O *Mundo das Imagens* seria publicado em 1928. Em 1929, o *Diário dos Açores* editaria *A Função Social do Teatro*. Em 1942, a tipografia da Gazeta dos Caminhos de Ferro publicava *Teófilo Braga: mestre nacionalista*. Nesse mesmo ano, em que se comemorava o 1º centenário do nascimento de Antero de Quental (a 18 de abril), a Empresa Literária Universal dá à estampa *O Verdadeiro Antero*. Em 1950, novamente na gráfica da Gazeta, sairia *Erico Veríssimo e o Romance Brasileiro*.

Podemos verificar que, também nos ensaios, a sua preocupação fundamental foi para com a crítica nacionalista, a que dedicou uma das suas obras – *Os Novos Escritores*. Nela explica que face à crise de ideias e de valores que então se vivia, a saída era ressuscitar «na nossa alma estrangeirada, a alma

nacional, a alma gloriosa e altiva, a alma portuguesa» (p. 11). E o caminho para essa saída passava pela crítica nacionalista: «A crítica tem funções sociais a desempenhar. Só ela, revelando a consciência nacional e impondo às nossas consciências as leis naturais da nossa raça e do nosso sangue, é que nos levará à nossa autonomia moral, com a qual a nossa autonomia política mais se completará e melhor se identificará com a nossa terra.» (p.12).

Aliás, o ressurgimento já se estava a dar em Portugal em várias frentes: na arte, no folclore, na decoração e na arquitetura – o voltar à típica casa portuguesa. Na poesia, com a recuperação dos metros antigos, e na pintura (p.13). Autores de obras bem portuguesas mereceram aí o destaque de R.B.. São eles: Augusto Gil, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, Antero de Figueiredo e Silva Gaio. A eles consagrou pequenos capítulos da obra.

A última parte foi dedicada à «nova geração» que visava resgatar Portugal das ideias estrangeiras, através de uma nova cruzada: António Sardinha, Álvaro Maia, Luís Chaves, Hipólito Raposo, Aquilino Ribeiro, Luís de Almeida Braga; Luís de Freitas Branco, Domingos Rebelo, Alberto de Monsaraz, Francisco Beliz, António Correia de Oliveira e Carlos Selvagem.

O livro seguinte, *O Mundo das Imagens, Crónicas*, publicado em 1928, granjearia rasgados elogios da crítica. O livro reúne várias crónicas escritas anos antes. A primeira parte, intitulada “Poetas e Prosadores”, inclui artigos sobre oito escritores da preferência do autor (Afonso Lopes Vieira, Câmara Lima, Antero de Quental, Antero de Figueiredo, Teófilo Braga, Santibañez del Rio, João de Barros e Ferreira de Castro); a segunda, “O Café Martinho do meu Tempo” inclui seis artigos sobre a Geração de Orfeu; a terceira, “Como eu Descobri a Inglaterra”, é uma série de sete ensaios sobre aspetos da vida inglesa. No último, “Ao ritmo da pena”, figura apenas um texto: «Sinfonia de inverno», onde faz uma reflexão sobre o ciclo da vida.

Em 1929, o *Diário dos Açores* dava à estampa o livro *A Função Social do teatro. Entrevistas e Comentários*. De facto, é nítida essa divisão bipartida: na primeira, contudo, há não só entrevistas a homens ligados ao teatro, aí cabe também um ensaio à volta de um texto de Eça de Queirós; a outra – a Conclusão

– é uma reflexão sobre o estado do teatro no país, defendendo R.B. a urgência da criação de um teatro nacional que nos colocasse dentro da Europa e que fosse «um instrumento de cultura e de elevação moral» (p. 32).

A gráfica da Gazeta dos Caminhos de Ferro publica, em 1942, *Teófilo Braga, mestre nacionalista com duas cartas íntimas e uma breve antologia poética*. O livro está dedicado à sua terra natal: «À cidade de Ponta Delgada, onde nasceu Teófilo Braga, o homem que acreditou no amor, nos destinos da Pátria e encontrou, na voluptuosa alegria do trabalho, a força com que soube resistir ao proceloso embate da “maior dôr humana”».

Além da biografia de Teófilo que aí traça, salienta a importância da sua obra, nomeadamente no pensamento integralista. Inclui ainda duas cartas do mestre: uma dirigida a D. Maria do Carmo Xavier, então ainda sua noiva (datada de 1866) e outra dirigida a Francisco de Sousa Supico, seu mentor em Ponta Delgada. Finalmente dá a conhecer alguns poemas do autor.

Em 1950, era a vez de publicar o ensaio *Erico Veríssimo e o Romance Brasileiro*, na verdade uma separata da *Gazeta* (nº 1508 de 16 de outubro de 1950). Nas passagens transcritas e comentadas da obra que mais profundamente avalia – *Clarissa* – perpassa uma ternura que nos mostra um homem dotado de uma grande sensibilidade que contrasta com o porte altivo, severo dos seus retratos.

### 3.5.JORNAIS E REVISTAS

Em 1912, Rebelo Bettencourt começava a sua carreira jornalística, emprestando a sua colaboração ao *Diário dos Açores*, em cuja redação trabalharia. Fundaria ainda e dirigiria em Ponta Delgada o semanário, depois bissemanário e diário, *O Distrito*, e seria redator, de *A Pátria* (Silveira: 230), de Angra do Heroísmo onde, em 1921, Vitorino Nemésio começaria a sua carreira jornalística.

Data de 1914 o início da sua colaboração na revista *Alma Nova*, ainda no primeiro volume, com a rubrica “Pelos teatros” que incluía notícias sobre cinema, teatro, concertos e variedades.

Em 1917 começaria a sua colaboração em *O Século* (que, de resto, terminaria em 1918), jornal então, recordamos, de inspiração monárquica.

Data desse mesmo ano a colaboração no número único do *Portugal Futurista*, número que seria apreendido à porta da tipografia. A revista incluía um artigo seu a elogiar o trabalho de Santa Rita (“Santa Rita Pintor”, pp. 3-4) e outro sobre “O Futurismo” (pp. 6-9), aliás, como o autor confessa, trata-se de «Interpretações e tradução livre de F.T. Marinetti, Boccioni, Carrá». Ambos os artigos vêm também reproduzidos em *O Mundo das Imagens* (respetivamente: pp. 65-69 e pp. 78-87).

Em 1923, na *Revista Portuguesa* (1923-1924) de Victor Falcão envereda pela crítica literária. A revista, editada em Lisboa, e que integra rubricas de literatura, artes plásticas, música, desporto, mesmo tendo colaborações de autores com sensibilidades diversas, assume o dever de perseguir a renovação na arte e na vida, sem esquecer o tradicionalismo.

Colaboraria ainda no magazine mensal *Civilização* (nomeadamente com um artigo sobre “A ilha da Madeira”), que Ferreira de Castro e Campos Monteiro dirigiram (1928-1939), ao lado de nomes como António Botto, António Ferro, Carlos Queirós, Fernanda de Castro, Fidelino de Figueiredo, Florbela Espanca, Júlio Dantas, Repórter X, Vitorino Nemésio... Em 1929 defenderia, no *Lisboa Galante*, o direito dos pintores modernistas a serem representados no Museu de Arte Contemporânea (Martins, 2008: 86).

Esta presença constante em jornais e revistas portuguesas levou a que os seus méritos jornalísticos fossem valorizados também além-fronteiras. Em 22 de abril de 1931, o jornal *Correio dos Açores*, num artigo intitulado “Rebello de Bettencourt”, citando o *Diário dos Açores*, reportava que ele tinha sido escolhido para correspondente em Lisboa do *Jornal Português*. Era o mais antigo jornal da colónia portuguesa e também o de maior circulação no Brasil. Não lhe poupa elogios o jornal açoriano: «Jornalista brilhante, senhor de uma prosa rica de côr

e de ritmo, poeta de emoção e escritor elegantíssimo», são os epítetos. O seu papel seria deveras importante para a região, já que como: «Açoreano devotado, conta o ilustre jornalista organizar no “Jornal Português” páginas especiais sobre os Açores, que serão um belo serviço de propaganda do arquipélago».

Fez ainda parte da redação da *Gazeta dos Caminhos de Ferro* desde 1937 e, a partir de 1954 (nº 1586 de 16 de janeiro) seria um dos seus secretários e depois secretário-geral (a partir do nº 1904 de 16 de abril de 1967 e até ao nº 1932, de 16 dezembro de 1968). Aí colabora com artigos sobre turismo, teatro, literatura, artes plásticas e vida social. Segundo Silveira (1977: 230), colaboraria ainda na revista de turismo *Viagem*. Mas poderíamos ainda referir o *Jornal do Comércio*, *Almanaque dos Açores*, *Revista Insular de Turismo*, *O Diabo*...

Não se pode entender a importância destas colaborações sem se ter em conta a relevância cultural que na época tinham os jornais e as revistas. Na verdade, desde finais do séc. XIX que os jornais proliferavam no país, beneficiando da função social muito alargada que assumiam. Eram também eles que garantiam a popularidade do nome dos escritores. Num esforço para agradar a todos os públicos, desdobrava-se em múltiplas temáticas específicas. Assim, havia uma ativa imprensa popular, sensacionalista, a par de publicações literárias, científicas e agrícolas... que, entre 1900 e 1930, produziam cerca de 10 revistas por ano (Ramos; 2008: 49-54). É neste contexto que teremos de entender a ação jornalística de R.B., que serviu de base a algumas das suas obras ensaísticas e de veículo divulgador da sua obra. Deu-lhe visibilidade e notoriedade, permitiu-lhe viver da pena.

#### 4.O PENSAMENTO DE REBELO DE BETTENCOURT

Mas, por volta da altura em que RB nasceu (os finais do séc. XIX), tempo de grandes perturbações sociopolíticas, tinha sido também a época em que estudantes, intelectuais e escritores protagonizaram intervenções de indignação e revolta. Os heróis não eram então os militares, mas sim os escritores. Por isso, esse foi um tempo de intensa atividade literária, jornalística, crítica.

Com o advento da República não se perdeu esta dinâmica e não seria de esperar isso, dado o fervor com que a jovem República legislou a favor de mais e melhor educação. A República configurava-se assim, para muitos intelectuais, a consumação de um anseio, a promessa do primado da cultura. E, no início, a República parecia corresponder inteiramente a esses ideais. Mas a ilusão iria durar pouco.

As respostas dadas pelos intelectuais à insatisfação gerada pela falta de resposta da República aos seus anseios podem, em traços gerais, agrupar-se em dois grupos: um de vanguarda (ou, melhor dito, de vanguardas), que visava pôr Portugal na Europa; outro profundamente nacionalista, mais voltado para a recuperação das formas da arte tradicional portuguesa.

E não há dúvida de que o melhor representante das vanguardas e o seu expoente máximo é *Orpheu* (1915). Suspensa a sua publicação no nº 2, o *Portugal Futurista* (1917) de Carlos Profírio inscrevia-se como seu sucessor. Santa Rita, apresentado por Carlos Profírio, no Martinho da Arcada, fala do projeto a Rebelo de Bettencourt. Conta este: «*E convidou-me para sêr o redator em chefe da nova revista. Mas eu não gostára do galicismo do redator em chefe, delicadamente me recusei a tam subida honra, alegando sêr um ilustre desconhecido, sem obra modernista que me impusesse, mas que não me recusaria a escrever alguns artigos, porque apesar de ter rimado até então uns versos amorudos, dentro dos moldes vulgares, sentia, no entanto a necessidade de se crear uma nova arte para com ela exprimirmos as nossas emoções que eram tambem novas.*» (1928: 58-59). E cumpriu. Escreveu para a novel revista, como vimos: «E no *Portugal Futurista*, publiquei, a pedido de Santa Rita Pintôr, um longo artigo sobre a filosofia futurista, inspirado nas teorias de Marinetti, Carrá e Boccioni». (1928: 79-80).

Sobre essa juventude vanguardista, com quem, num dado momento, se identificou, dirá Rebelo Bettencourt: «...tínhamos da vida uma visão otimista. O nosso otimismo era o segredo da nossa fôrça moral. Santa Rita Pintôr – prégavamos a energia e a coragem. Almada Negreiros fotografára-se de aviador. E todos, o José Pacheco, o Filipe Porfírio, o Fernando Pessoa e o Victor Falcão queríamos uma outra vida mais agitada e febril, mais moça e mais europeia, com mais ideias

fortes e menos idealismos doentios. Era preciso romper com uma arte velha e amoral, e crear uma outra que fosse o espelho fiel e completo da nossa mocidade intensa. Santa Rita pensou na criação de uma grande revista que nos pusesse em contacto com a Europa. Era preciso destruir para reconstruir de nôvo e era um sonho de reconstrução o nosso. E o *Portugal Futurista*, dentro do seu aparente destrambelhamento, não foi mais do que a afirmação, ruidosa e alacre, duma mocidade generosa que não queria envelhecer, e queria fazer de Portugal uma nação europeia.» (1928: 55).

Repare-se no uso da primeira pessoa do plural, que atesta a simpatia que, na altura, as vanguardas despertavam no jornalista micaelense. Plural recorrente no ensaio: «Nós, em 1917, acreditávamos em nós, na nossa voluptuosa e otimista juventude. Sêr moço era para nós um dever patriótico. Portugal envelhecido – para remoçar-se precisava da mocidade convicta sincera dos rapazes. E nós, por patriotismo, não só queríamos remoçar Portugal com a nossa juventude, nós queríamos fazer de Lisbôa a cabeça da Europa.» (1928: 54).

A geração a que ele se referia viera fazer a diferença e fazer o país recuperar do atraso cultural: «E um paiz que tem a fortuna de ter tido uma geração de rapazes como foi Santa Rita Pintôr e como é Almada Negreiros – é um paiz quasi do século XX. E já não é mau sêr *quasi* – porque antes do Almada e do Santa Rita, Portugal, no ramerrão da sua arte, da sua literatura e das suas ideias – ignorava ainda onde ficava a Europa...» (1928: p.74).

Conforme reconheceu na conversa com Santa Rita, Rebelo de Bettencourt não tinha obra modernista. Não tinha, não teve. Mas o espírito renovador entusiasmou-o: «Eu próprio não pude furtar-me ás seduções da filosofia futurista, na qual eu via, com surpresa e com delicia, a arte de sêr eternamente moço, porque naquela idade, com aqueles vinte anos, assustava-me a ideia de envelhecer, muito mais do que a morte.» (1928: 79).

Mas, se optou pelo nacionalismo, pelos metros tradicionais, pela exaltação da paisagem, da história, da cultura nacional, isso não lhe nublou o conhecimento. Exaltou as vanguardas, deu-as a conhecer e foi grande admirador dos seus jovens mentores: «*Santa Rita Pintôr tinha a faculdade de vêr as coisas*

*d’outra maneira, exatamente como elas deveriam sêr; José d’Almada Negreiros tem o poder de transformar o impossível numa realidade palpável, mas Fernando Pessoa tem o dom de pensar, de reduzir a ideias todas as suas sensações. As suas imagens são ainda pensamentos e o proprio ritmo dos seus versos é também uma serie de ideias – ideias postas em musica.» (1920: p.75).*

Essa admiração por Pessoa está bem patente em *O Mundo em Imagens*: «Quasi todos os poetas fazem-nos sentir as suas emoções e só elas, e o nosso coração, alheando-se de si mesmo – só estremece com o sentimento alheio. Fernando Pessoa, pelo contrario, faz-nos acordar ao mesmo tempo um novo **mundo de imagens**, que não são dele somente, mas são nossas também.» (Sublinhado meu; p.76). E isso devia-se ao facto de Fernando Pessoa tinha dado à nossa literatura uma dimensão maior, libertando-a de um dos seus principais problemas: «*A nossa literatura definha-se no limite estreito das nossas fronteiras, exatamente porque lhe falta um sentido europeu, que, se o tivesse, lhe daria um caracter internacional, embora fosse ao mesmo tempo enraizadamente nacionalista. E é obra de um português europeu a obra lírica de Fernando Pessoa.*» (pp. 77-78).

No entanto, não seria pela experiência do futurismo ou de qualquer outra vanguarda que ele optaria. Na verdade, foi mais pela via do nacionalismo literário, sob a égide de António Sardinha, guia do integralismo lusitano, e que ele tanto admirava, numa linha que ele queria que se aproximasse de Afonso Lopes Vieira e de António Correia de Oliveira que ele considera «um dos grandes poetas portugueses da atualidade e um dos poucos que melhor, mais liricamente, exprimem o sentimento lírico da Raça» (*Gazeta dos Caminhos de Ferro*, nº 1622, de 16 de julho de 1955). O importante era respeitar a tradição: «Regressar ao passado é ir pedir aos nossos mortos o conselho e a experiência» (1920: 80).

R.B. foi grande defensor do nacionalismo, aproveitando as páginas das revistas em que colaborava. Assim, se na revista *Viagens*, mostrava a beleza geográfica do país, na *Gazeta* não se cansou de mostrar a grandeza de Portugal, quer em termos de paisagem natural e humana (artigos sobre as nossas cidades, sobre as praias), quer em termos histórico-culturais, como os artigos sobre a

língua portuguesa e sobre a gesta dos Descobrimentos, sobretudo nos anos mais conturbados da história: os anos da II Grande Guerra.

Em 1940, ano dos centenários e da Exposição do Mundo Português, dedicou especial atenção ao nacionalismo em vários artigos. Haveria de lembrar a Revolução de 1640 e o direito que os portugueses ganharam à sua liberdade (*Gazeta*, nº 1297, de 1 de janeiro de 1942). No nº 1263, as marchas de Sto. António foram pretexto para mostrar que o povo português não era um povo «vencido e triste», mas festivo e alegre na candura dos seus divertimentos. Não perde de vista, no entanto, que «o nosso nacionalismo tem a caracterizá-lo o universalismo» (nº 1267). Concomitantemente, defendeu o fortalecimento do caráter para a melhoria da raça, através da educação.

A sua honestidade intelectual, a sua preocupação com a crise com que o país no rescaldo da 1ª Grande Guerra se deparava, levam-no a refletir, a fazer aquilo que ele chama «um ato de consciência» (1920: 11), que, muito embora enformado pelas ideias em voga na sua geração, soa desapaixonado, como pretendia. Fá-lo para, por um lado, explicar o pessimismo geral e, por outro, apontar o caminho a seguir por essa nova geração de intelectuais, cujo destino, entendia, era guiar o povo.

## 5. CONCLUSÃO

Tocado pelas tendências do pensamento cultural da época, oscilando, por vezes, entre uma e outras, B.R. manteve-se sempre fiel aos seus valores éticos e morais e nunca caiu em extremismos. Acreditava na tolerância e na fraternidade entre os povos. Podemos comprová-lo da *Gazeta*, sobretudo numa entrevista que faz a Mateus Moreno, major, professor no Colégio Militar, sobre a colonização de Angola, onde deixa transparecer a sua simpatia pelas ideias do entrevistado, da bondade da colonização dessa província, do portuguesismo das povoações autóctones, da ideia de que ali era Portugal (nº 1350 de 16 de março de 1944). Com alguma ingenuidade, acreditava na possibilidade de um Império humanizado.

No que diz respeito ao seu ideário político, não escondeu as suas simpatias pelas pessoas, não pela cartilha política. Se saudou, em 1958, a candidatura de

Américo Tomás à presidência da República (*Gazeta*, nº1690 de 16 de maio de 1958), se enveredou pela defesa de posições tomadas por Salazar, como o pacto de não-agressão celebrado entre o ditador português e Franco (*Gazeta*, nº1241 de 1 de setembro de 1939) e se assinalou o centenário de João Franco, apontando-o como «uma das grandes figuras do seu tempo» (*Gazeta*, nº 1627, de 1 de outubro de 1955), na verdade não se deixou obnubilar pelo pensamento dominante e, em 1955, assinalaria também o passamento do general Norton de Matos, considerando-o «uma grande figura nacional» (*Gazeta*, nº 1610, de 16 de janeiro).

Era ainda um homem dotado de uma sensibilidade enternecedora, como deixa transparecer sobretudo na poesia, mas também em algumas crónicas.

Açoriano de nascimento, Rebelo Bettencourt era um homem do mundo. Logo, circunscrevê-lo ao local do seu nascimento, hastear a bandeira de um regionalismo exacerbado, não é prestar-lhe jus. Couto Viana, por exemplo, aponta-lhe um lugar mais destacado no panorama literário nacional: «Rebelo Bettencourt foi um dos autênticos poetas dos Açores. Com suficiente merecimento para ocupar lugar digno na História da Poesia Portuguesa» (p. 128).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, J. (1985). *Bibliografia Geral dos Açores*. Angra do Heroísmo: S.R.E.C. – IN-CM.  
*Alma Nova: revista ilustrada*. 1915 - 1929.  
*Antologia de Poesia Açoriana Do Século XVIII a 1975* (1977), Seleção Prefácio e Notas de Pedro da Silveira. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.  
 Bettencourt, J. R. (1915). *Canções do Amor e da Terra*. Porto: Ed. Figueirinhas.  
 Bettencourt, J. R. (1917). *Cantigas*. Lisboa: s.n. (Imprensa Lucas).  
 Bettencourt, J. R. (1917). Santa Rita Pintor. *Portugal Futurista*, ed. fac-similada (1982). Estudos prévios de Nuno Júdice e Teolinda Gersão. Lisboa: Contexto Ed.  
 Bettencourt, J. R. (1917). O Futurismo. *Portugal Futurista*, ed. fac-similada (1982). Estudos prévios de Nuno Júdice e Teolinda Gersão. Lisboa: Contexto Ed.  
 Bettencourt, J. R. (1920). *Os Novos Escritores. Ensaio de Crítica nacionalista sobre a Arte e as Ideias da Nova Geração*. Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade.  
 Bettencourt, J. R. (1928). *O mundo das imagens (crónicas)*. Lisboa: Ressurgimento.  
 Bettencourt, J. R. (1929). *A Função Social do Teatro. Entrevistas e Comentários*. Ponta Delgada: Ed. “Diário dos Açores”.  
 Bettencourt, J. R. (1935). *Oceano Atlântico. Poemas da Terra e do Amor*. Ponta Delgada: Tip. Insular, Ltda.

- Bettencourt, J. R. (1942). *Teófilo Braga, mestre nacionalista com duas cartas íntimas e uma breve antologia poética*. Lisboa: Ed. Gazeta dos Caminhos de Ferro.  
 Bettencourt, J. R. (1950). *Erico Veríssimo e o Romance Brasileiro*. Lisboa: Ed. Rev. “Viagem”.  
 Bettencourt, J. R. (1953). *Vozes do Mar e do Vento. Antologia Poética*. Lisboa: s.e.  
 Carvalho, R. G. (1979, 1984) — *Antologia Poética dos Açores*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2 vols..  
*Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (1994), org. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Lisboa. Pub. Europa-América. vol. III.  
*Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português* (2008), coord. de Fernando Cabral Martins, Lisboa: Caminho  
*Enciclopédia Luso-brasileira* (1986). Lisboa: Verbo. Vol. 21.  
*Gazeta dos Caminhos de Ferro*. 1902-1971.  
 Ramos, R. (2008). A Nação Intelectual. *História de Portugal* (dir. de Mattoso, J.). Lisboa: Círculo de Leitores, vol. XI.  
 Rosa, V. (2012). Rebelo de Bettencourt e Fernando Pessoa: Dois poemas publicados no *Diário dos Açores. Pessoa Plural*, nº 1 (primavera). Providence: Brown University.  
 Viana, A.M. C. (2008). Rebelo de Bettencourt, *12 Poetas Açorianos*. Lisboa: Ed. Salamandra.

## 4. ANABELA NAIA SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL

TEMA 2.2. A PROPÓSITO DO TEXTO ‘OS INSUSPEITOS’, AS PAIXÕES DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA NAIA SARDO, UDI, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito do tema “A mulher nas letras lusófonas no resto do mundo”, proposto pelo XXI Colóquio da Lusofonia, e no sentido de homenagear “a mulher e as letras”, propomo-nos analisar um texto da escritora portuguesa Ana Teresa Pereira também ela nascida numa perolina ilha atlântica, neste caso no arquipélago da Madeira. O objetivo é apresentar a obra desta escritora, os prémios que lhe foram atribuídos até 2012 e realçar aquela que é uma das suas paixões cruciais, a literatura policial, uma das evidências do carácter autobiográfico dos seus textos.

Ana Teresa Pereira assume, abertamente, a marca autobiográfica das suas narrativas, espaço no qual verte, sem inibição, os seus gostos e paixões, bem

como as suas obsessões primordiais: a Literatura, o Cinema e a Pintura. Iremos, a título exemplificativo, trazer a lume o texto “Os insuspeitos”, narrativa inicial de *Histórias Policiais*, um livro publicado em 2006.

## 2. A OBRA E OS PRÉMIOS

Ana Teresa Pereira tem vindo a construir, desde 1989, uma obra sólida e coerente que conta com a publicação de mais de trinta títulos, que enumeramos a seguir:

1. *Matar a Imagem* (1989);
2. *As Personagens* (1990);
3. *A Última História* (1991);
4. *A Casa dos Pássaros* (1991);
5. *A Casa da Areia* (1991);
6. *A Casa dos Penhascos* (1991);
7. *A Casa das Sombras* (1991);
8. *A Casa do Nevoeiro* (1992);
9. *A Cidade Fantasma* (1993);
10. *Num Lugar Solitário* (1996);
11. *Fairy Tales* (1996);
12. *A Coisa que Eu Sou* (1997);
13. *A Noite Mais Escura da Alma* (1997/98);
14. *As Rosas Mortas* (1998);
15. *O Rosto de Deus* (1999);
16. *Se Eu Morrer Antes de Acordar* (2000);
17. *Até que a Morte nos Separe* (2000);
18. *O Vale dos Malditos* (2000);
19. *A Dança dos Fantasmas* (2001);
20. *A Linguagem dos Pássaros* (2001);
21. *Intimações de Morte* (2002);
22. *O Ponto de Vista dos Demónios* (2002);
23. *Contos* (2003);

24. *Se Nos Encontrarmos de Novo* (2004);
25. *O Mar de Gelo* (2005);
26. *O Sentido da Neve* (2005);
27. *A Neve* (2006);
28. *Histórias Policiais* (2006);
29. *Quando Atravessares o Rio* (2007);
30. *O Fim de Lizzie* (2008);
31. *O verão Selvagem dos Teus Olhos* (2008);
32. *As Duas Casas* (2009);
33. *O Fim de Lizzie e Outras Histórias* (2009);
34. *Inverness* (2010);
35. *A Outra* (2010);
36. *Los Monstruos; Os Monstros; Les Monstres* – edição trilingue (2010);
37. *A Pantera* (2011);
38. *O Lago* (2011);
39. *As Longas Tardes de Chuva em Nova Orleães* (2013);
40. *A Porta Secreta* (2013).

A obra tem sido reconhecida através da atribuição de prémios e menções honrosas. A escritora madeirense recebeu, em 1989, o Prémio Caminho da Literatura Policial com o seu primeiro livro *Matar a Imagem*. Em 1990, com *Personagens*, foi distinguida com a menção honrosa do Prémio Revelação de Ficção da Associação Portuguesa de Escritores (APE). Catorze anos mais tarde, em 2004, ganhou o Prémio PEN Clube Português<sup>22</sup> de Ficção (*ex-aequo*)<sup>23</sup> com *Se Nos Encontrarmos de Novo* e, em 2007, o Prémio Máxima de Literatura com *A Neve*. Este livro tinha recebido, em 2006, o Prémio Edmundo Bettencourt, atribuído pela Câmara Municipal do Funchal. Em 2010, foi novamente distinguida (de entre cento e quarenta e dois concorrentes), pelo júri do mesmo prémio, com o conto *A Outra*, apresentado sob o pseudónimo Lara Croft. O júri justificou a escolha pela “beleza da história contada, o uso marcadamente literário e pessoal da linguagem, o domínio seguro e original da técnica narrativa, o ritmo narrativo acompanhado de força imagética e dimensão lúdica”.<sup>24</sup> Também, neste mesmo ano, o livro *O Verão Selvagem dos Teus Olhos* ficou entre os dez finalistas<sup>25</sup> do

<sup>22</sup> PEN (Poetas, Ensaístas e Novelistas) Clube Português - Poesia, Ensaio, Ficção e Primeira Obra.

<sup>23</sup> Ana Teresa Pereira e José Tolentino de Mendonça (nascido em 1965, padre, teólogo e escritor português também natural da Ilha da Madeira) foram contemplados, em 2005, com os prémios literários atribuídos pelo PEN Clube Português, nos géneros da ficção e do ensaio, respetivamente.

<sup>24</sup> Informação disponível em <<http://www.publico.pt/Cultura/ana-teresa-pereira-vence-premio-edmundo-bettencourt-1439721>>, consulta a 22/10/2011.

<sup>25</sup> Os escritores finalistas foram sete portugueses, um espanhol, um mexicano e uma brasileira: Inês Pedrosa, por *A Eternidade e o Desejo* (Dom Quixote); Pedro Almeida Vieira, por *A Mão Esquerda de Deus* (Dom Quixote; Mário de Carvalho, por *A Sala Magenta* (Caminho); Maria Velho da Costa, por

Prémio Literário Casino da Póvoa<sup>26</sup>, que seria atribuído a Maria Velho da Costa com o livro *Myra*.

Em outubro de 2012, Ana Teresa Pereira venceu o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (APE) com o livro *O Lago*, publicado nos finais de 2011. A escritora foi uma das cinco finalistas do galardão, de entre as cento e três obras admitidas ao concurso. Este certame é apoiado pela Secretaria de Estado da Cultura, pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.<sup>27</sup> e pela Sociedade Portuguesa de Autores. Os outros quatro finalistas foram grandes nomes da literatura portuguesa contemporânea, a saber, Maria Teresa Horta, com *As Luzes de Leonor*; Mário Cláudio, com *Tiago Veiga – Uma Biografia*; Nuno Júdice, com *O Complexo de Sagitário*, e Teolinda Gersão com *Cidade de Ulisses*.

É de realçar a importância da atribuição deste prémio que, ao longo dos anos, já distinguiu, entre outros, nomes maiores da Literatura Portuguesa como, por exemplo, Vergílio Ferreira, António Lobo Antunes, Agustina Bessa-Luís, Francisco José Viegas e José Saramago.

José Manuel Gonçalves, membro e porta-voz do júri, declarou que *O Lago*

*... não é uma rutura com a obra da escritora, mas revela uma certa novidade formal e até algum experimentalismo o que agradou ao júri. O que gostámos naquele romance foi de uma certa novidade formal e de um certo experimentalismo, que não é novo na sua obra do ponto de vista estrutural e formal.*<sup>28</sup>

Acerca da atribuição deste galardão, António Guerreiro, num breve artigo, publicado em novembro de 2012 e intitulado “A escritora que na semana passada viu o seu último livro premiado pela APE não é facilmente classificável”, reforça o que vários críticos haviam dito sobre Ana Teresa Pereira, ou seja, que a mesma é

*um caso singular no panorama atual da ficção narrativa da literatura portuguesa Servem-lhe, com justeza, estes predicados: prolixa - trinta livros desde 1989, eclética — cultivava uma pluralidade de géneros, obsessiva - nas referências, nos cenários e nas personagens que transitam, com o mesmo nome, de livro para livro. (...) a escritora parece mover-se no mundo da ficção como se ele fosse a sua realidade, até ao ponto em que deixa de haver um interior e um*

*Myra* (Assírio & Alvim); Valter Hugo Mãe, por *O apocalipse dos trabalhadores* (QuidNovi); A. M. Pires Cabral, por *O Cónego* (Cotovia); Juan José Millás, por *O Mundo* (Planeta); Ana Teresa Pereira, por *O Verão Selvagem dos Teus Olhos* (Relógio d'Água); Adriana Lisboa, por *Rakushisha* (Quetzal) e Gonzalo Celorio, por *Três Lindas Cubanas* (Quetzal). Foram escolhidos, de entre um conjunto de 160 obras de autores ibero-americanos, por um júri composto por Carlos Vaz Marques, Dulce Maria Cardoso, Fernando J.B. Martinho, Patrícia Reis e Vergílio Alberto Vieira. O prémio foi anunciado a 24 de fevereiro, no primeiro dia da 11.ª edição das Correntes d' Escritas. (Informação disponível em <<http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/pelouro-cultural/areas-de-accao/povoa-cultural/pelouro-cultural/areas-de-accao/correntes-d-escritas/correntes-descritas-2010/premio-literario-casino-da-povoa>>, consulta a 22/10/2011).

<sup>26</sup> O Prémio Literário Casino da Póvoa, um galardão internacional, instituído em 2004, premeia autores dos vários países de língua portuguesa e de línguas hispânicas, com obras em 1ª. Edição, editadas em Portugal, excluindo-se as obras póstumas e, ainda, aquelas da autoria de galardoados com o Prémio Literário Casino da Póvoa nos últimos seis anos. Foram vencedores, em edições anteriores a 2010, os seguintes escritores:

- Lídia Jorge, *O Vento Assobiando nas Gruas* (2004);

- António Franco Alexandre, *Duende* (2005);  
 - Carlos Ruíz Záfon, *A Sombra do Vento* (2006);  
 - Ana Luísa Amaral, *A Génese do Amor* (2007);  
 - Ruy Duarte de Carvalho, *desmedida, luanda - s. paulo – s. francisco e volta* (2008);  
 - Gastão Cruz, *A Moeda do Tempo*, (2009);  
 - Maria Velho da Costa, *Myra* (2010);  
 - Pedro Tamen, *O Livro do Sapateiro* (2011).  
 (Informação disponível em <[http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/pelouro-cultural/areas-de-accao/correntes-d-escritas/correntes-descritas-2010/premio-literario-casino-da-povoa](http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/pelouro-cultural/areas-de-accao/povoa-cultural/pelouro-cultural/areas-de-accao/correntes-d-escritas/correntes-descritas-2010/premio-literario-casino-da-povoa)>, consulta em 22/10/2011; e em <http://www.cm-pvarzim.pt/groups/staff/conteudo/noticias/correntes-d2019escritas-anuncia-premio-literario-para-2012>>, consulta a 30 de janeiro de 2012).

<sup>27</sup> A partir da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro, o designado Instituto Camões passou a designar-se “Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.” (CICL).

<sup>28</sup> Informação disponível em <<http://rr.sapo.pt/printArticle.aspx?did=82519>>, consulta a 25/10/2012.

*exterior da literatura. (...) as narrativas desta escritora situam-se noutro lado: do lado de um mundo interior obsessivo, inquietante, (...) parece movida por uma hipermemória literária - ou melhor, por um imaginário fornecido pela literatura e pelo cinema (...).* (Guerreiro, 2012: s. p.)

Concluindo, sobre Ana Teresa Pereira, podemos afirmar que a avaliação da qualidade e singularidade desta escritora se faz tendo em conta cada um dos seus livros, mas, sobretudo, pelo conjunto de toda a obra publicada. A mesma revela-se pela ousadia de ser diferente.

Para além dos contos, novelas e romances que tem publicado desde 1989, Ana Teresa Pereira tem vindo a colaborar com diversos jornais e revistas (*Público, Expresso, Diário de Notícias - Funchal, Islenha, Margem 2*), de que destacamos as crónicas no suplemento *Mil Folhas*, coluna “A Quatro Mãos”, do jornal *Público*, as quais nos permitem concluir que o universo temático e imagético das mesmas, bem como de outros textos escritos pela autora, é precisamente o mesmo das suas obras ficcionais. Entre 2000 e 2004, Ana Teresa Pereira assinou a coluna supramencionada ao lado de João Barrento, José Tolentino de Mendonça e Hélder Macedo. Algumas crónicas aí escritas foram agrupadas e publicadas, posteriormente, nos livros *O Ponto de Vista dos Demónios* (2002) e *O Sentido da Neve* (2005).

Fernando Pinto do Amaral, num artigo publicado na página de Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, l. P.<sup>29</sup>, considera que um dos aspetos mais importantes das transformações que a Literatura Portuguesa tem experimentado, nos últimos vinte e cinco anos, tem sido o declínio da ideia de vanguarda e o desaparecimento dos grupos literários e movimentos que marcaram o século XX até aos anos sessenta e setenta. Nesta perspetiva, os autores contemporâneos (finais do século XX e inícios do XXI) não se apresentam como os arautos de uma mensagem coletiva, mas, simplesmente, sustentando um ponto de vista pessoal que exprime e dá forma a um universo singular.

<sup>29</sup> Informação disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/contportcult/literature.html>>, consulta a 07/02/2008, p. 1.

Nesse mesmo breve artigo, o crítico literário aponta os principais poetas e prosadores portugueses, desde Sophia de Mello Breyner Andresen e Eugénio de Andrade, que começaram a escrever nos anos quarenta do século XX, até aos escritores mais contemporâneos, que caracteriza numa pincelada, como Rosa Lobato Faria, Helena Marques, Rita Ferro, Domingos Amaral, Rui Zink e Miguel Esteves Cardoso. Refere, finalmente, aqueles que deram, segundo a sua opinião, nova vida à literatura portuguesa nos anos noventa do século passado. É o caso de Pedro Paixão “with his fragmented and anti-rhetorical style”; Inês Pedrosa “who seems to possess a road map of contemporary feelings”; e Ana Teresa Pereira “who lives within a universe of portents”<sup>30</sup>

Esta ideia de uma escritora “que vive dentro de um universo de portentos” era já referenciada por Rui Magalhães no livro *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Neste texto, afirma-se que para

*se compreender os livros de Ana Teresa Pereira é necessário ir além deles mesmos, ir além da representação que, em cada momento, somos tentados a construir. Ler Ana Teresa Pereira é descer da falsa luz da imagem até à escuridão absoluta onde mesmo o confronto com os nossos próprios fantasmas é ainda uma forma de representação, de desistência, de não-compreensão.* (Magalhães, 1999: 9)

Para o professor e filósofo, os “textos de Ana Teresa Pereira são, acima de tudo, fragmentos de um filme impossível que contasse eternamente a mesma história” (Magalhães, 1999: 137).

José Guardado Moreira, num breve texto intitulado “A casa dos espelhos”, refere-se ao território muito próprio de Ana Teresa Pereira como possuindo

*(...) temas fortes muito seus, e uma capacidade inédita de revitalizar géneros ou subgéneros (...). O jogo da escrita, o prazer dos reflexos para sempre*

<sup>30</sup> Informação disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/contportcult/literature.html>>, consulta a 07/02/2008, p. 3.

*sublimados, o permanente reenviar para uma referência literária ou cinematográfica constituem-se nela como materiais de feitura de um mundo aparentemente encerrado em alguns tópicos reconhecíveis, mas que se desdobram constantemente como imagens de imagens, num número infinito de variações (...) tudo se conjuga para dotar os seus livros de uma atmosfera única (...).*” (2001: 108)

Rosélia Fonseca inicia a sua dissertação de mestrado com uma asserção que corrobora a opinião de Rui Magalhães e de outros críticos literários:

*a leitura dos livros de Ana Teresa Pereira permite a descoberta de um universo literário que se afasta dos cânones tradicionais e, dentro da moderna literatura, envereda por um mundo interior, onde a diegese é menos importante do que a personagem, onde o ser reclama um mundo, o lado de dentro.* (Fonseca, 2003: 7)

### 3. CARÁTER AUTOBIOGRÁFICO DA OBRA PEREIRIANA

Duarte Pinheiro, no preâmbulo da sua tese de doutoramento, *Além-sombras: Ana Teresa Pereira*, reconhece que entrar no universo labiríntico de Ana Teresa Pereira

*é entrar na casa dos espelhos. Tudo o que o constitui chega até nós, leitores, refletido. (...) As histórias sucedem-se indistintas, como se fossem todas versões de uma só, numa perspetiva autobiográfica, podíamos dizer que são monólogos provenientes do interior da autora para o interior da mesma, num egocentrismo aberto e, ao mesmo tempo, antagonicamente fechado.* (Pinheiro, 2010: 2)

<sup>31</sup> Confirme-se, em *O Rosto de Deus*, nas páginas 48 e 99, por exemplo.

Pedro de Barros refere-se à obra pereiriana como “um universo bastante peculiar que ocupa um lugar único no panorama literário português contemporâneo, construído a partir de imagens que se repetem exaustivamente, imagens de uma beleza terrível e fantástica” (Barros, 2010: 5). Acrescenta, ainda, que a leitura de Ana Teresa Pereira desperta “sentimentos de caráter ruinoso” (Barros, 2010: 9) porque, ao nos embrenharmos no seu universo singular

*e procedermos à análise cuidada de todas essas imagens que perpassam as obras da autora, verificamos que o próprio processo de descodificação e de interpretação dos textos de Ana Teresa Pereira se assemelha ao ato de vasculhar por entre as ruínas de séculos de uma casa abandonada, onde cada vestígio encontrado se repete incessantemente, suscetível de ser confundido com um outro apenas uns passos mais adiante. Quando postos nos seus lugares (ou onde imaginamos serem os seus lugares), esses vestígios, essas pedras nos escombros em ruínas, constituirão a casa de palavras de Ana Teresa Pereira, o seu universo fantástico e misterioso, de plena valorização da ruína como espaço/tempo de exploração de múltiplos lugares do medo.* (Barros, 2010: 5)

Concordando inteiramente com o que acaba de ser referido, e porque, efetivamente, o universo em causa é fantástico e enigmático, ainda que se explorem esses numerosos lugares do medo, como acredita Barros, e talvez também por isso mesmo, parece-nos que existe, na obra em análise, e como já afirmámos em outros textos nossos, uma palavra adequada para definir a escrita pereiriana, que surge várias vezes no seu livro *O Rosto de Deus*<sup>31</sup>. Esse vocábulo é utilizado para descrever a sensação que provoca a escrita de Tom<sup>32</sup>, a *personagem* recorrente nas histórias pereirianas, sobre as outras personagens: “encantamento” e condensa, na perfeição, o efeito da escrita de Ana Teresa Pereira sobre os seus leitores: o “importante era o encantamento, ver, sentir...” (Pereira, 1999: 48).

<sup>32</sup> Sobre Tom, essa *personagem* enigmática e omnipresente na obra, leia-se a dissertação de Rosélia Fonseca, *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*.

Este enlevo face à obra advém dos muitos e diversos aspetos, tópicos recorrentes e fulcrais que podemos sintetizar da seguinte forma:

1. *as suas ficções estabelecem relações variadas com outros textos num intrincado labirinto de citações e apropriações, que constitui um desafio a qualquer esforço de delineação estrutural;*
2. *a profusão de referências literárias e artísticas não têm a ver com a cultura tradicional e a literatura portuguesa;*
3. *para além da interação constante com outras obras, os textos da autora estabelecem um diálogo problematizante com mais do que um género, diluindo fronteiras, como afirma Patrícia Freitas, e “fundindo tradição erudita com tipologias associadas à cultura popular ou de massas” (2011: 67);*
4. *a utilização de vocábulos ingleses agregados ao discurso é revelador de uma literatura globalizante e universal que desafia a própria noção de uma literatura nacional;*
5. *a preponderância de indícios dos géneros policial e fantástico tendo em conta, porém, que existe uma subversão dos motivos emblemáticos do policial, razão que fez emergir a condição fantástica dos seus textos;*
6. *o facto de o policial se ter constituído como ponto de partida da obra apurou a afirmação de algumas das características mais marcantes da ficção pereiriana, como a circularidade, que delinea o retorno apelante aos mesmos temas, personagens e espaços, facilitando a propagação das versões de uma mesma história;*
7. *a existência de uma forte componente autobiográfica na produção literária pereiriana.*

A última característica elencada verifica-se na transposição das recordações da infância para os seus livros, como a análise dos mesmos mostra e a própria autora atesta, quando confessa:

*nasci numa ilha, cresci numa ilha. Há imagens que fazem parte de mim: a neve a cair no Pico do Areeiro, a estrada velha do Seixal num dia de tempestade, o Paul da Serra coberto por um lençol de água; o Paul do*

*Mar que até há alguns anos era um lugar solitário, ‘the edge of the world’. O jardim da Quinta do Palheiro, onde se passam tantas das minhas histórias. Mas também cresci numa casa onde havia gatos e livros, sobretudo livros ingleses. Há imagens de livros que são tão fortes como as outras: a rapariga que se perde de noite nas ruas escuras cheias de nevoeiro e encontra uma loja aberta; a casa junto à charneca e as quatro crianças que brincam no jardim e cantam ‘Mulberry Bush’. Eu podia passar o resto da vida a escrever a partir dessas duas imagens. (Catalão, 2010: 37)*

A propósito da problemática do carácter autobiográfico da obra pereiriana, Duarte Pinheiro fala da “pessoalidade” das histórias de Ana Teresa Pereira; alude à “dimensão que a autora confere a outras histórias para formar as suas”; realça “a linguagem e discurso totalmente novos na nossa literatura e que ela deposita nas suas personagens e narradores”; fala do processo de construção narrativa “que gira em torno das personagens e das imagens literárias, pictóricas e cinematográficas que alimentam a narrativa” e enfatiza o “cariz autobiográfico” das mesmas (Pinheiro, 2010: 24).

No nosso texto “Quando a ficção vive na e da ficção”, escrito no início da primeira década de 2000, já nos referíamos a este aspeto autobiográfico da obra pereiriana quando afirmávamos:

*Se procurarmos destrinçar o material de que são feitas as personagens (e nos lembrarmos da recorrência obsessiva de determinados temas), parece-nos, acima de tudo, que são construídas de pedaços da própria escritora. São feitas do mesmo material dos seus sonhos e dos seus pesadelos, e das imagens (literárias) que as preenchem, diluindo-se, num todo que as confunde, autor, narrador e personagens, ou melhor, derramando-se nas personagens a essência de que é feita a escritora:*

*“todos os livros sou eu própria, o material de que sou feita.”* (Sardo, 2002: s. p.)

Esta constatação será corroborada, anos mais tarde, numa entrevista dada, pela escritora, a Maria Leonor Nunes, na qual afirma: “tudo o que escrevemos é autobiográfico” (Nunes, 2008: 11) e pode ser comprovada ao longo de toda a obra publicada.

De entre as referências literárias fundamentais de Ana Teresa Pereira, podemos referir os autores e as obras policiais. A sua paixão pela literatura policial transparece em “Os insuspeitos”, narrativa inicial do livro, significativamente intitulado *Histórias Policiais*, publicado em 2006 e composto pelo texto mencionado e por três novelas, duas das quais (“A noite dá-me um nome” e “A cidade fantasma”) tinham tido uma primeira publicação, na Editorial Caminho, em 1993. A que dá início ao livro intitula-se “Numa manhã fria”.

“Insuspeitos” (páginas 9 a 22) tem o título homónimo da tradução portuguesa do filme realizado, em 1943, por Richard Thorpe (1896 - 1991), *Above Suspicion* e do livro da escritora americana Charlotte Armstrong (1905 - 1969), *O Insuspeito*, um dos dez romances policiais preferidos de Ana Teresa Pereira.

Neste texto, datado de 5 de maio de 2006, Ana Teresa Pereira revela a lista daqueles que considera serem, para si, os dez melhores romances policiais: (1) John Dickson Carr, *The Burning Court, O Enigma da Cripta*; (2) William Irish *Merried a Dead Man, A Intrusa*; (3) Ellery Queen, *Ten Days’s Wonder, Dez Dias de Mistério*; (4) Charlotte Armstrong, *The Unsuspected, O Insuspeito*; (5) Pat McGerr, *Follow as the Night, A Morte Mora no 14º Andar*; (6) Agatha Christie,

<sup>33</sup> John Dickson Carr (1906 – 1977); William Irish, pseudónimo de Cornell Woolrich (1903 – 1968); Ellery Queen é o nome da personagem ficcional e pseudónimo usado por dois escritores Americanos do século XX: Daniel Nathan/Frederic Dannay (1905 – 1982) e Manford (Emanuel) Lepofsky/Manfred Bennington Lee (1905 – 1971); Charlotte Armstrong (1905 – 1969); Patricia (‘Pat’) McGerr (1917 – 1985); Agatha Christie (1890 – 1976); Francis Iles, pseudónimo de Anthony Berkeley Cox (1893 – 1971); Bill Ballinger (1912 – 1980); Dorothy L. Sayers (1893 – 1957) e Nicholas Blake (1904 – 1972); (informação disponível em Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003 - 2012).

<sup>34</sup> Como se sabe, é difícil chegar a uma definição de policial, uma vez que as obras que aí se poderão enquadrar têm características híbridas e, ao longo dos tempos, foram-lhe sendo acopladas

*Murder is Easy, O Último Suspeito*; (7) Francis Iles, *Before the Fact, Suspeita*; (8) Bill Ballinger, *Portrait in Smoke, Versão Original*; (9) Dorothy L. Sayers, *Strong Poison, Intriga e Veneno*; (10) Nicholas Blake, *The Abominable Snowman, O Homem da Neve*.<sup>33</sup> Estes escritores norte-americanos, ingleses e irlandeses, todos da primeira metade do século XX, são autores de policiais que influenciaram decisivamente a obra de Ana Teresa Pereira.

O texto começa com uma citação que parece, antes de mais, definir a forma muito pessoal como a escritora encara a questão do género, em particular aquele a que se poderá chamar “género policial”<sup>34</sup> (na linha dos estudos anglo-saxónicos e do estudo de Maria de Lurdes Sampaio, *História Crítica do Género Policial em Portugal*<sup>35</sup>):

*(...) para quê discutir a ficção policial? (...) ‘ao discutir os romances policiais, não é minha intenção tentar estabelecer regras. Pretendo falar apenas de gostos e preferências pessoais. Há mil e uma maneiras de construir o enredo de um crime e todas estão corretas’.* (Pereira, 2006: 9)

A Ana Teresa Pereira seduz, acima de tudo, “falar dos seus gostos e preferências pessoais”, não lhe interessando definições nem cânones explícitos. O que pretende é divagar sobre os livros que mais a marcaram. Ao mesmo tempo, vai mencionando outros nomes que, embora tenha retirado da sua lista inicial de melhores romances policiais, fazem parte do seu universo referencial. Tal é o caso de *The Moonstone*, de Wilkie Collins, “que considera o melhor e mais longo policial de sempre” (Pereira, 2006: 10); de *The Hound of the Baskervilles*,

etiquetas ou afixos, como por exemplo: policial psicológico; policial histórico; **metaphysical detective fiction**; **romance hard-boiled** ou **noir**. Todorov, no estudo “Typologie du Roman Policier”, em vez de avançar com uma definição, propôs uma abordagem a partir de subgéneros: policial clássico, romance de enigma, romance negro e romance de suspense.

<sup>35</sup> A este respeito, leia-se a bordagem feita por Patrícia Freitas no capítulo I, “A vertigem do policial”, da dissertação de mestrado **Do Escritor ao Predador: Mistérios e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira**.

de Conan Doyle; e de *Le Mystère de la Chambre Jaune*, de Gaston Leroux, “o primeiro romance sobre um crime num quarto fechado” (Pereira, 2006: 10).

Escolhe, pois, *O Enigma da Cripta*, de John Dickson Carr, para encabeçar a sua listagem dando, a seguir, explicações sobre o romance, o escritor, os detetives inesquecíveis que ele criou; o seu romance mais conhecido, *The Hollow Man (Os Três Ataúdes)*; as mulheres dos seus livros “personagens muito fortes, por vezes de uma sensualidade enorme, que as aproxima dos vampiros e das feiticeiras” (Pereira, 2006: 11); e alguns dos livros deste escritor, concluindo que “é possível elaborar uma lista dos melhores policiais só com livros de Dickson Carr” (Pereira, 2006: 11). A seguir, fala de William Irish/Cornell Woolrich, justificando o facto de ter escolhido *A Intrusa* em vez daquele que considera ser um dos melhores livros deste escritor, *O Anjo Negro*, rematando que ambos “são quase metafísicos” (Pereira, 2006: 12) e a “matéria” com que este autor trabalhava eram o suspense, a solidão e a angústia. Sobre Ellery Queen, dá-nos as referências fundamentais: pseudónimo e protagonista dos principais livros que escreveram Frederic Dannay e Manfred Lee. Indica, também, alguns dos seus livros violentos, cruéis e poéticos, em especial *Perigo Oculto* e *A Mansão Negra (The Lamp of God)*, “uma novela perfeitamente mágica passada num cenário de neve” (Pereira, 2006: 13). Logo a seguir, menciona outros livros de Charlotte Armstrong Lewi (como *Veneno - A Dram of Poison*), mas considera *O Insuspeito* como “um dos livros mais belos que [leu na sua] vida” (Pereira, 2006: 13), admitindo que a “história tem algo de conto de fadas” (Pereira, 2006: 13). Acerca de Patricia McGerr, realça uma das características aliciantes de alguns dos seus livros: “começamos por saber quem é o assassino e só no final descobrimos quem é a vítima” (Pereira, 2006: 15). Sobre *A Morte Mora no 14º Andar*, escreve: “Nunca li um policial em que o móbil do crime fosse tão fascinante. E poucas vezes li um livro em que as personagens estivessem tão vivas” (Pereira, 2006: 13). Declara, ainda, neste texto inicial de *Histórias Policiais*, que Agatha Christie “é demasiado conhecida para precisar de uma introdução”.

<sup>36</sup> Desde 1992, Minette Walters (n. 1949) tem cativado leitores e críticos com os seus romances psicológicos “that explore the dark heart beating below a calm surface. (...) Minette’s work has also won crime writing’s top awards, including the Crime Writers’ Association John Creasey award for best

Ana Teresa Pereira escolheu *O Último Suspeito*, entre muitos outros que identicamente poderia ter considerado, porque o mesmo a “encantou” desde a primeira vez que o leu. No caso de Francis Iles, pseudónimo de Anthony Berkeley Cox, a dificuldade foi optar entre *O Mistério dos Bombons Envenenados* e *Suspeita*. Acaba por escolher *Suspeita* porque é “um livro muito diferente. Sabemos quem é o criminoso logo na primeira página” (Pereira, 2006: 17). No que diz respeito a *Versão Original*, de Bill Ballinger, destaca o facto de o livro ter sido “escrito em dois níveis diferentes” (Pereira, 2006: 18), ou seja, uma narração na primeira pessoa e, depois, uma narração “na terceira pessoa, crua (...)” (Pereira, 2006: 18). Acerca da escritora inglesa Dorothy L. Sayers, evidencia o facto de ter sido a criadora de Lord Peter Wimsey, “um dos detetives mais importantes da ficção policial” (Pereira, 2006: 18). Dos livros do poeta e crítico anglo-irlandês Nicholas Blake/Cecil Day Lewis, Ana Teresa Pereira escolheu *O Homem da Neve* por ser “um belo romance com algumas referências a Henry James, particularmente a *The Turn of the Screw*” (Pereira, 2006: 18), um dos autores e livros mais queridos da escritora.

Tendo terminado a explanação sobre os dez livros da sua lista, que alterou depois de ter lido um ensaio de Dickson Carr, refere-se, ainda, ao “policial negro”, mas para dizer que os autores desse subgénero sempre lhe interessaram pouco, com a exceção de histórias de escritores como Dashiell Hammett, Raymond Chandler ou Georges Simenon. Como se pode ver, a sua lista não inclui nenhum policial contemporâneo. Se o fizesse, teria sido um livro de Minette Walters<sup>36</sup>, conforme assevera.

Neste texto sobre a sua própria obra, as suas afeições e as suas escolhas, não podia faltar Henry James e a menção ao seu “ensaio” *The Art of Fiction*, bem como a declaração concludente da importância das imagens literárias na vida usualmente apelidada “real”: “Elas caminham na rua no meio das outras pessoas: (...), Ellery Queen, Marie Stevens, (...), Lina Aysgarth e Grandy” (Pereira, 2006: 21).

first novel for *The Ice House* and the Edgar Allan Poe Award for best crime novel published in America for *The Sculptress*. Five of her novels have been adapted for television” (informação disponível em <<http://www.minettewalters.co.uk/books/index.htm>>, consulta a 12/02/2012).

## 4. Bibliografia

- CATALÃO, Rui (2010), “Sou capaz de qualquer coisa pelos meus livros”. *Público, Ípsilon*, 02 de julho: 36 - 37. (Também disponível em <<http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=260267>>, consulta a 18/07/2010).
- BARROS, Pedro Luís da Cruz Corga de (2010), *Os lugares da ruína em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado. Funchal: Extensão da Universidade Católica Portuguesa.
- FREITAS, Patrícia Ferreira Mota (2011), *Do Escritor como Predador: Mistério e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- GUERREIRO António (2012), “A escritora que na semana a passada viu o seu último livro premiado pela APE não é facilmente classificável.” *Atual*, n.º 2088, 3 de novembro.
- MAGALHÃES, Rui (1999), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.
- MOREIRA, José Guardado (2001), “Casa dos Espelhos”. *LER Livros & Leitores*, n.º 50, primavera: 108.
- NUNES, Maria Leonor (2008), “O outro lado do espelho”. *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto: 10 - 11.
- PEREIRA, Ana Teresa,  
(1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (178 pp.).  
(2006) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (250 pp.).
- PINHEIRO, Duarte  
(2010) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade Fernando Pessoa.  
(2011) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Fonte da Palavra.
- SAMPAIO, Maria de Lurdes Morgado (2007), *História Crítica do Género Policial em Portugal (1870 - 1970): Transfusões e Transferências*. Edição de Autor, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SARDO, Anabela,  
(2002), “Quando a ficção vive na e da ficção”. Ensaio acerca da obra de Ana Teresa Pereira, *CIBERKIOSK 2002, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade*, 19 de maio. (Disponível em <http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html>. em <http://anateresapereira.wordpress.com/outros-textos/quando-a-ficcao-vive-na-e-da-ficcao/> e em <http://anateresapereira.no.sapo.pt/quandoaficcao.html>).
- (2013), *A Audácia de ser Diferente: a Escrita Obsessiva de Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.

## 1. INTRODUÇÃO

Procurarei observar e analisar as *metamorfozes da identidade nacional de Portugal na Península Ibérica através de algumas obras da literatura oitocentista*.

A identidade nacional, matéria do imaginário coletivo (Benedict Anderson), tem longa história de definição e reconfigurações condicionada pelas circunstâncias históricas (socioculturais e políticas), exprimindo-se na Literatura de um modo mediato e simbólico, modo que perscrutarei através de alguns dos textos mais representativos desse itinerário, assinalando os sentidos das transformações reconfiguradoras.

A identidade nacional portuguesa baseia-se nos assim chamados mitos fundadores, ligados aos acontecimentos históricos e existenciais de composição da nação portuguesa que são relacionados de modo a impô-la como *comunidade eleita*. Além das figuras como o herói nacional Viriato dos tempos romanos, o primeiro rei português D. Afonso Henriques, relacionado com o milagre de Ourique, do século XII, o rei D. Sebastião, desaparecido em Alcácer-Quibir em Marrocos no século de Camões, e outros, o protagonista nos conteúdos míticos é Portugal, um Portugal mitificado.

No ressurgimento do *nacionalismo* no século XIX, os heróis mitificados e, sobretudo, o país inteiro aparecem nas obras literárias dos autores e intelectuais daquela época, que são, para citar alguns, Almeida Garrett, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, António Nobre, Cesário Verde e Fernando Pessoa. Nomeadamente os autores românticos sublinhavam nas suas obras a grandeza anterior de Portugal e a decadência da época em que viviam. Portugal aparece na figura de Doido, de um rei decaído, chamado Ninguém. Entre a saga de Camões, onde no final os heróis recebem a recompensa na Ilha dos Amores, e as obras da época romântica pode assinalar-se um itinerário sinuoso da euforia e luminosidade às sombras da vivência e imaginários nacionais.

## 5. BARBARA JURŠIČ MINISTÉRIO DO INTERIOR, ESLOVÉNIA

Neste artigo analisarei duas das grandes obras identitárias do século XIX: **Almeida Garrett: *Frei Luís de Sousa, e Guerra Junqueiro: *Pátria****. As outras muito significativas que serão tratadas num artigo aparte, são: **Almeida Garrett: *Camões e Viagens na minha terra, Júlio Dinis: *Os Fidalgos da Casa Mourisca e Uma Família Inglesa, Eça de Queirós: *A Ilustre Casa de Ramires, Guerra Junqueiro: *Finis Patriae******.

Tendo em conta as teorias científicas da identidade e da alteridade, da fenomenologia e antropologia do *eu* e do *outro*, a questão que se põe é como, num espaço geográfico específico, neste caso, na Península Ibérica, Portugal *se vê* no quadro de uma relação em que o *outro*, vizinha Espanha e, mais tarde, a Europa, se constitui como *espelho* através do qual o próprio *se define* e *se vê definido*.

Será este *olhar em relação* que observarei nalguns dos textos oitocentistas, onde aparece a *narrativa identitária* que se prolonga até ao século XX: as paisagens nacionais são *compreendidas* pela subjetividade dos autores que nelas assinalam motivos, figuras, situações e histórias onde se cristalizam as suas *interpretações* da identidade nacional, uma hermenêutica da cultura evidenciando a tradição e a modernidade, a inovação e os modelos, a relação entre a comunidade e a literatura e entre o *eu* e o *outro* nacionais.

A minha hipótese principal é que a literatura portuguesa, desde os seus princípios medievais até hoje, fica marcada irrecuperavelmente com a sua identidade que tinha sido alicerçada no mito.

No século XIX e parcialmente no século XX literário português, os textos literários influenciaram o processo de formação, de preservação e de revivificação da identidade nacional portuguesa em diferentes épocas de existência da Nação portuguesa (nação, estado, pátria).

A influência do mito durante a história é significativa, o mito tem influenciado a cultura e a literatura e através delas também o aspeto social da nação portuguesa. A questão que se coloca durante a leitura e o estudo dos textos oitocentistas acima mencionados e, se é possível falar no mito de um país

inteiro, quer dizer não só no mito *sobre* Portugal, mas no mito *de* Portugal. Quem é que neste caso serve de espelho?

Podemos resumir que a literatura portuguesa, desde os seus princípios medievais até hoje, fica fatalmente marcada pela sua identidade, sendo isso evidenciado nomeadamente nas obras dos autores do século XIX e também algumas do século XX. A construção do mito de Portugal foi influenciada pelos factos históricos e pelos heróis históricos mais ou menos mitificados que contribuíram para a formação da identidade nacional portuguesa na Península Ibérica. O mito de Portugal foi revivificado e reconfigurado através da história. As diferentes épocas literárias foram marcadas de diferente maneira por ele. Nos textos literários, o mito de Portugal aparece tratado de ângulos diferentes, dependendo da época em que está tratado. Os autores oitocentistas que foram acima mencionados, tratam o mito de Portugal ou seja o tema de formação e das reconfigurações da identidade nacional portuguesa na Península Ibérica.

Vamos ver em duas das obras citadas selecionadas, de que modo o século XIX literário português, que se prolonga tematicamente ao século XX, reavalia essa história do imaginário coletivo: quais os traços, temas, figuras e motivos que destaca e quais as narrativas identitárias que se exprimem neles. Para analisar o mito, terei em conta a teorização de Barthes e de José Eduardo Franco.

Elaborei este gráfico baseando-me também nas ideias de Professor José Eduardo Franco que diz o seguinte:

"A *elaboração cultural* do que chamamos o **complexo mítico da identidade nacionalizante** portuguesa teve lugar na Modernidade com especial incidência entre os séculos XV-XVIII. Discursos de vários géneros (*literário, poético, historiográfico, geográfico, etc.*) estabeleceram este complexo mitificante em que hoje nos revemos enquanto povo, quer de forma declarada e consciente, quer de forma latente no inconsciente coletivo, mas que se vai manifestando de muitos modos.



A mitificação das origens, as gestas portuguesas engrandecidas epicamente, a sobrevalorização de uma idade de ouro e a visão utópica de uma destinação teleologicamente predita para erguer o Quinto Império do Mundo constituem as quatro dimensões, os quatro pontos de afirmação de sentido histórico que se distinguem. O anticastelhanismo, o anti-islamismo, o antissemitismo e o antijesuitismo constituem os pontos de negação modelados por um discurso propagandístico intenso com implicações condicionantes da leitura da nossa história e dos nossos projetos de viabilidade enquanto país. A ideia Europa, cada vez mais mitificada com o avançar da modernidade e das nossas perdas, funcionará como espelho, palco, meta e modelo, onde procurámos legitimação, reconhecimento credenciado, além de, a dada altura, se torna meta/paradigma crítica do nosso ,atraso` e do nosso desejo de progresso nunca satisfatoriamente alcançado. Os diferentes espaços do império em expansão (Norte de África, Costa Atlântica africana e Oriente; e depois os novamente desejados (Brasil primeiro, África depois) serão os nossos pontos de fuga, saídas almejadas para superar as crises e encontrar uma nova viabilidade para o Portugal.<sup>37</sup>

<sup>37</sup> José Eduardo Franco, *Relatório de agregação, História da cultura portuguesa na época moderna, Lisboa, 2011*

Se aplicarmos este esquema ao estudo da literatura, dos textos literários que tratam a identidade nacional, podemos dizer o seguinte: os mitos fundadores são a tradição, a parte do imaginário tradicional de uma nação, neste caso a portuguesa, e influenciaram a criação da identidade, neste caso a identidade nacional portuguesa (vamos ver o particular e o coletivo e como podem tornar-se um só). Uma das influências à identidade nacional é o que Professor Franco chama Ponto de espelho. Quanto ao nosso tema, estes são Espanha e a Europa que, por conseguinte, têm influência sobre a reformulação e a conservação da literatura. A literatura que é sempre uma interpretação subjetiva (também da identidade nacional), influencia a identidade nacional, que pela sua vez, influencia a literatura e onde se destacam as figuras, os motivos, as situações e as histórias.

Encontrei um artigo da Professora Fernanda Abreu da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, que quero mencionar e citar algumas das frases pela curiosidade e a ligação com a questão das identidades nacionais na Península. O título do artigo é bastante intrigante: “Labirintos da identidade: de como um fidalgo castelhano-mancheiro foi chamado a salvar a Pátria portuguesa”. Ela queixa-se do que podemos também constatar das obras literárias estudadas:

*“O problema da nossa identidade, a nossa, quero dizer, de Portugal enquanto nação e dos portugueses enquanto povo (...) constitui uma das mais marcantes preocupações da literatura (romance, poesia, teatro) e do pensamento português contemporâneo. O que não deixa de ser singular num país com quase nove séculos de existência. Há mesmo quem veja nessa preocupação, uma característica da cultura portuguesa do nosso tempo. Curiosamente, os nossos vizinhos castelhanos, por exemplo, com uma nacionalidade cuja consolidação política é posterior à nossa não dão hoje mostrar dessa espécie de angústia (ou obsessão) da identidade que, como disse, parece oferecer-se como suporte de uma parte importante da nossa produção literária e ensaística.”<sup>38</sup>*

<sup>38</sup> Fernanda Abreu: *Labirintos da identidade: de como um fidalgo castelhano-mancheiro foi chamado a salvar a pátria portuguesa. (Da Literatura Comparada ao fado lusitano), Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no .9, 1996, Edições Colibri, p. 188, Lisboa*

A Professora acha então que os portugueses mostram uma espécie de obsessão quanto à identidade nacional. Mas a questão que se coloca é: porquê? Os mitos fundadores não são assaz firmes para assegurarem que a consciência pessoal e nacional não fique abalada? Os portugueses, aparentemente, depois da perda da independência nos finais do século XV, já não creem na nação portuguesa e na possibilidade de ela poder viver sozinha e não só existir, de poder viver bem e sem corrupção, maldade e línguas más. Se calhar não se trata de não saber quem são mas de não quererem aceitar quem são... a imagem dos portugueses – no espelho perante eles mesmos ou perante os outros, quer dizer o mundo, por isso olham incessantemente neste espelho para descobrir que são (como indivíduos e como portugueses).

Eduardo Lourenço no *Labirinto da Saudade* (1978, pp. 82-84) diz que esta “preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses” nos vem dos românticos. E também que “dos dois países, outrora rivais, o mais quixotesco não é aquele que é o berço do Herói, mas o nosso”.<sup>39</sup>

A Professora Fernanda Abreu diz no seu artigo também que os portugueses “vão também fundir a figura de Dom Quixote com a de Dom Sebastião e chamá-lo a salvar a pátria portuguesa.”

As figuras cervantinas de Dom Quixote e Sancho aparecem na literatura oitocentista para expressar o desencanto político e social. (p.e. Almeida Garrett). Pelos traços cavaleiresco e messiânico do imaginário português são, por alguns dos autores do século XIX, fundidos o quixotismo e o sebastianismo. O sebastianismo, que aparece também em *Frei Luís de Sousa*, é, segundo Oliveira Martins, considerado como um elemento primordial para a compreensão da História portuguesa. E também da identidade nacional, constatamos nós. O Messias desejado é sempre evocado numa época difícil, de decadência. (vamos ver que obras surgem agora, nestes tempos nossos de crise).

Vamos, neste espírito, ver agora alguns dos exemplos da literatura do século XIX nos quais encontramos temas ligadas à identidade.

<sup>39</sup> Eduardo Lourenço, *A Espanha e Nós. Nós e a Europa ou as duas Razões*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 84

## 2. ALMEIDA GARRETT: FREI LUÍS DE SOUSA (1843)

O maior drama romântico português, da autoria de Almeida Garrett, é uma das melhores peças teatrais da literatura portuguesa. Foi representada pela primeira vez em 1843 e publicada no ano seguinte.

Nele encontramos o simbolismo dos 4 **retratos** ou seja imagens de:

- 1.) *Manuel de Sousa* - é nacionalista e deita fogo ao seu palácio o que, metaforicamente, significa: dar exemplo de liberdade, mas, ao mesmo tempo, as chamadas devoram o retrato dele. Esta personagem é muito autobiográfica,
- 2.) *D. João de Portugal* – simboliza a ideia da Pátria,
- 3.) *Camões* – testemunha do culto camoniano no século XIX, é símbolo de patriotismo, logo no princípio da peça, Madalena aparece com o livro na mão,
- 4.) *D. Sebastião* – simboliza a ideia da Pátria, como *D. João de Portugal*, o sebastianismo é visto como uma forma de patriotismo (regresso, promessa, desejo da volta, espera). Testemunhamos, durante o livro todo, de um pressentimento de desgraça, de presença obsessiva de uma espera (o clima de expectativa sebastiânica).

Os dos pontos 2.) e 4.) ficaram ambos “(...)naquela fatal batalha!”<sup>40</sup>

As personagens todas são da família que simboliza por sua vez a Pátria e a morte da família (Maria morre numa morte física, Madalena e Manuel de Sousa morrem numa morte social porque vão ao convento), simboliza por sua vez a morte da Pátria.

A acção da obra *Frei Luís de Sousa* remete-nos para uma época mais antiga, mais precisamente para a época do domínio filipino.

Em 1580, Filipe II de Espanha chegou a Portugal depois do seu exército, comandado pelo duque de Alba, ter submetido os últimos focos de resistência no continente. No ano seguinte, foi aclamado rei de Portugal nas Cortes de

<sup>40</sup> Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, Editora Europa-América, 10a edição, 2005, Ato segundo, Cena III, p. 75

Tomar com o título de Filipe I, inaugurando um período de dominação espanhola que só terminaria em 1640, quando uma revolta liderada por setores da nobreza fez subir ao trono D. João, duque de Bragança. Foram 60 anos de «união» com Espanha, um destino que talvez parecesse natural, política e economicamente, no enquadramento ibérico da época, mas que se revelou efémero e condenado ao fracasso.

A ação, nos seus traços fundamentais, radica na vida real de Frei Luís de Sousa (Manuel de Sousa Coutinho): D. João de Portugal foi dado como morto na batalha de Alcácer-Quibir. Sua mulher, D. Madalena de Vilhena, depois de sete anos de espera, casa com Manuel de Sousa Coutinho. Deste segundo casamento nasceu uma filha, D. Maria. Só Telmo, o velho criado, permanece fiel ao seu antigo amo (D. João) acreditando, por isso, no seu regresso – o que cria um clima de presságio. De facto, numa fatídica sexta-feira, D. João regressa na figura de romeiro, o que naturalmente leva à destruição da família. D. Manuel e D. Madalena decidem professar e a filha acaba por morrer "de vergonha".

#### FIGURAS:

Madalena tem agouros, pressentimentos, premonições trágicas, ela lê um livro (Camões).

"Oh, Telmo. Deus te perdoe o mal que me fazes."<sup>41</sup> (comparação com a Pátria).

" (...) depois daquela funesta jornada de África que me deixou viúva, órfã e sem ninguém."<sup>42</sup> (alusão a batalha de Alcácer-Quibir).

Madalena a Telmo: "E és tu o que andas continuamente e quase por acinte a sustentar essa quimera, a levantar esse fantasma (...)."<sup>43</sup>

Ela, com a sua morte social, simboliza a morte da Pátria ou seja, com a sua vida e o seu destino a decadência da Pátria.

<sup>41</sup> Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, Editora Europa-América, 10a edição, 2005, Acto primeiro, Cena II, p. 48

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.49

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 51

<sup>44</sup> *Ibidem*, Cena III, p. 53

<sup>45</sup> *Ibidem*.

Manuel de Sousa Coutinho é uma figura trágica como a mulher dele, Madalena, na situação em que se encontra, todas as virtudes dele não servem para nada, como no caso da Pátria, o seu pai, diz Telmo, foi grande homem, e Portugal já teve grandes homens, grandes pais da Pátria que já não há. Simboliza também o espírito da liberdade e o amor à Pátria que, na situação dada, não chegam para salvá-lo ou salvá-la a ela.

Maria que é filha deles, tem 13 anos (não esqueçamos a simbólica do número!), é a "Voz do povo, voz de Deus"<sup>44</sup>

Ela evoca D. Sebastião:

" (...) é o outro, é o da ilha encoberta onde está el-rei D. Sebastião, que não morreu e que há de vir, um dia de névoa muito cerrada."<sup>45</sup>

Ela morre de morte física e simboliza a morte da Pátria e a sua decadência como os pais dela.

D. João de Portugal tem uma simbologia muito forte, significa a alusão a Portugal, a sua presença é constante (mesmo sem quase aparecer), a sua presença/sombra dá sentido a tudo o que se vai passando.

Com as palavras de Telmo: " (...) espelho de cavalaria e gentileza, aquela flor dos bons. Ah, meu nobre, meu santo amo!"<sup>46</sup> Esta frase leva-nos aos tempos felizes, tempos de ouro em que Portugal vivia uma época feliz.

"Ninguém"<sup>47</sup>, a palavra dita pelo Romeiro, ressoa como um eco pela peça fora, ele é ninguém, Portugal é ninguém.

Romeiro é uma repetição da página 103. "Ninguém, Telmo; ninguém, se nem já tu me conheces!"<sup>48</sup>, ele é a personagem anterior, ele é a personagem principal e ninguém ao mesmo tempo.

Telmo, o aio, assemelha-se por vezes ao coro da tragédia clássica grega e significa a consciência da família

" (...) não me lembreis de tudo o que eu era"<sup>49</sup> – alusão ao país inteiro, " (...) tenho cá uma coisa que me diz que, antes de muito, se há de ver quem é que quer mais à nossa menina nesta casa."<sup>50</sup>, este é um agouro,

<sup>46</sup> *Ibidem*, Cena II, pp. 50, 51

<sup>47</sup> *Ibidem*, Acto segundo, Cena XV, p. 92

<sup>48</sup> *Ibidem*, Acto terceiro, Cena III, p. 103

<sup>49</sup> *Ibidem*, Ato primeiro, Cena II, p. 45

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 47

Quando diz “ (...) vivo ou morto (...)”<sup>51</sup> fala do marido supostamente falecido de Madalena, D. João de Portugal,

Evoca também o mito, aquele com quem se compara, nesta obra, D. João de Portugal, “ (...) o nosso bravo rei, o nosso santo rei D. Sebastião.”<sup>52</sup>, o fazedor da identidade nacional.

Queixa-se quanto a Madalena e D. João: “Respeito, devoção, lealdade, tudo lhe tivestes, como tão nobre e honrada senhora que sois. Mas amor!”<sup>53</sup>

Telmo está sempre a recordar o ex-marido a Madalena. Com a repetição, a simbologia fica ainda mais acentuada e a identidade nacional ainda mais posta em questão.

Por entre os **motivos**, podemos destacar aquele do Ato primeiro: o retrato (em corpo inteiro, de um cavaleiro moço, vestido de preto, com a cruz branca de noviço de S. João de Jerusalém).

Entre os **temas** destacam-se o do amor e da liberdade de amar, o do fatum/destino que é uma ideia ligada ao sebastianismo, messianismo, do agouro e do pressentimento o que significa um nítido regresso às fontes da tragédia grega, porque isto não aparece na fé cristã. (fado, presente 3 vezes<sup>54</sup>). Um tema muito importante e omnipresente é o da morte: seja a morte real (Maria) ou a social (Madalena e Manuel de Sousa, o País). Morre uma família, morre uma Pátria.

A **verdadeira ação** consiste na progressiva corporização de um espetro (D. João) que se faz personagem na pessoa de Romeiro.

A **figura de escritor** é a de um escritor patriótico que tem o papel de escritor patriótico<sup>55</sup>, porque a situação no País estava má, vivia-se o período do cabralismo (1842) e a censura proibiu a representação em 1843, por isso a obra foi levada à cena num teatro particular só em 1850.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 49

<sup>52</sup> *Ibidem*, Cena III, p. 53

<sup>53</sup> *Ibidem*, Cena II, p. 50

<sup>54</sup> *Ibidem*, Acto segundo, Cena X, p. 84

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 126

### 3. GUERRA JUNQUEIRO: PÁTRIA (1896)

*Esta é a ditosa pátria minha amada.*  
**CAMÕES**

Esta obra é uma crítica, uma crítica à crise que "não era simplesmente económica, política ou financeira. Muito mais: nacional."<sup>56</sup>

**As personagens** são as seguintes e muito significativas e carregadas de simbolismo já nos seus nomes: um Doido, o Rei, MAGNUS (duque), OPIPARUS (príncipe), CIGANUS (marquês), ASTROLOGUS, IAGO (cão), JUDAS (cão) e VENENO (cão).

Nesta obra, também encontramos o simbolismo dos **retratos**<sup>57</sup>:

- da dinastia de Bragança (é como recordando-se de um escuro passado)
- o Doido que se confronta com o seu fantasma e ancestral Nun'Álvares, e que simboliza a Pátria, dá-se progressivamente conta que o retrato é dele próprio, antes de esta consciência emergir, passa-se por uma fase na qual o individual (o indivíduo) e a coletividade “confluem e se fundem simbolicamente”<sup>58</sup>.

Passo a citar o fragmento ilustrador do que se disse na frase anterior:

“Oh, que figura estranha e luminosa!...  
Que aparição aquela!...  
E eu já a vi... eu já a vi... lembro-me dela...  
Mas onde foi?... Cabeça tonta!... Onde seria?!...  
Ah, ah, já me recordo!... quando eu vivia,

<sup>56</sup> *Guerra Junqueiro, Pátria*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1911, p. 190

<sup>57</sup> *Ibidem*, Cena VII, p. 51

<sup>58</sup> Annabela Rita, *Portugal em retratos de fim-de-século oitocentista (entre Eça e Junqueiro)*. Revista TriploV de Artes, Religiões e Ciências, Número 6, Lisboa, 2010.

Tive assim um parente... um irmão... Um irmão?  
 Eu nunca tive irmão!...  
 Oh, que loucura! oh, que loucura!  
 Mas eu conheço este fantasma... esta figura...  
 Aquele ar singular de guerreiro e de monge...  
 Eu conheço-o... Mas onde foi? quando é que foi? lá muito ao longe...  
 Muito ao longe... Ora espera!... Já sei! Não era irmão, não era!...  
 Fui eu próprio!... Fui eu assim!... Fui eu! fui eu! fui eu!  
 É tal e qual... é exato,  
 O meu retrato!...  
 Fui eu!...  
 Ah, fui eu... um outro eu... que andou no mundo e já morreu!<sup>59</sup>

O Doido reencontra-se consigo mesmo e reconhece-se, corre de braços abertos ao encontro dele (o fantasma), ao encontro de si mesmo, ao encontro da sua alma “A minha alma! a minha alma!... nova... nova”<sup>60</sup> que se lhe embebe no corpo. O sofrimento da Pátria assemelha-se ao sofrimento do Cristo durante a crucificação. “Portugal, rei do Oriente”<sup>61</sup>, está escrito ao topo da cruz. Guerra Junqueiro eleva a Pátria ao céu porque diz: “É a Dor o exalta, a Dor o diviniza.”<sup>62</sup> Portugal torna-se uma espécie de mártir mas santificado, divinizado e purificado pelo sofrimento pelo qual está a passar.

Assemelha-o ao **Cristo** ao dizer: “Deus! Abandonas-me!...”<sup>63</sup>

Mas, caminha um aldeão com uma criança em direção à cruz... E a esperança renasce. Também a esperança de renascimento do imaginário sebástico e messiânico através dos feitos da criança.

#### FIGURAS:

<sup>59</sup> Guerra Junqueiro, *Pátria, Lello & Irmão Editores, Porto, 1911, Cena XXII, p. 164*

<sup>60</sup> *Ibidem, Cena XXIII, p. 168*

<sup>61</sup> *Ibidem, p. 181*

<sup>62</sup> *Ibidem.*

<sup>63</sup> *Ibidem, p. 182*

**O DOIDO:** Nesta personagem marcante são reconfigurados a Pátria/Portugal, Camões, Nuno Álvares e D. Sebastião. D. Sebastião, Camões e Dom Quixote partilham a mesma circunstância de ser “loucos”. Estes são chamados a salvar a Pátria, o Messias, o Salvador em Portugal ainda não nasceu.

Mas, embora lembrando tantas pessoas, ele queixa-se de já não ter nome: “Como me chamo... como me chamo?”  
 Ai! não me lembro ... perdi o nome na escuridão ...”<sup>64</sup>

Ele surge, no meio de um grande temporal, “enorme, cadavérico, envolto em farrapos, as longas barbas brancas flutuando. Numa das mãos o bordão. Na outra um velho livro em pedaços. Lembra um doido e um profeta, D. Quixote e o rei Lear.”<sup>65</sup>

O bordão simboliza o viajante e o peregrino e as cruzadas onde se lhe acrescentam a cruz e a espada, a espada que aparece no final do relato. A espada, o montante de Nun’Álvares, que é mais do que uma figura um símbolo, encontrada pela criança simboliza a esperança, uma esperança nova para a nação portuguesa. A criança encontra-a caída e a ergue, e, como diz a Professora Annabela Rita,

“retomando a cena fundadora do ciclo arturiano e a da renovação nacional (Aljubarrota), mas também reescrevendo, no gesto do braço, a transfiguração descrita por Mateus no Novo Testamento e representada por Rafael, onde uma criança hesita entre o assombro e a alienação.”<sup>66</sup>

Na cena final, depois da tragédia coletiva, surge a esperança, uma esperança de renascimento do imaginário sebástico, messiânico.

<sup>64</sup> *Ibidem, Cena III, p. 34*

<sup>65</sup> *Ibidem, Cena VI, p. 44*

<sup>66</sup> Annabela Rita, *Portugal em retratos de fim de século oitocentista (entre Eça e Junqueiro)*. Revista *TriploV de Artes, Religiões e Ciências, Número 6, Lisboa, 2010.*

E, servindo-me das palavras de Professora Annabela Rita novamente, “entre a cruz e a espada, a vida e a morte, a guerra e a paz, num campo de batalha e redenção, desolação e assombro, define-se a identidade nacional.”<sup>67</sup>

O tema principal desta obra é então a crítica a “*um povo imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo (...) um clero português, desmoralizado e fatalista, liberal e ateu (...) uma burguesia, cívica e politicamente corrupta (...) ...*”.<sup>68</sup> Neste mar de desgraça humana que é também a desgraça nacional, o autor vê uma luz, uma esperança nas crianças ou seja em aquilo que é novo e incorrupto, com ajuda dos alicerces da nação portuguesa, da história e daqueles que construíram a história e formaram a nação portuguesa e a Pátria.

O autor não deixa de mencionar o ultimato inglês, “*um padrão de imperecível ignomínia... quando for publicado no Diário do Governo, será um verdadeiro dia de luto,*”<sup>69</sup> e propõe como solução “à morte”<sup>70</sup> a república.

Estes são só uns dos exemplos, como a identidade nacional ficou influenciada ou remodelada pela literatura e vice-versa e como os mitos fundadores e os imaginários, intimamente ligados à formação da nação portuguesa e à ideia da Pátria (e dela mesma), representam um papel muito importante neste tema crucial que é a identidade nacional.

#### 4. Referências bibliográficas

- Abreu, Fernanda (1996): *Labirintos da identidade: de como um fidalgo castelhano-mancheiro foi chamado a salvar a pátria portuguesa. (Da Literatura Comparada ao fado lusíada)*. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no.9, Edições Colibri, pp. 187-199, Lisboa
- Almeida Garrett (1986): *Camões*. Comunicação: Lisboa.
- Almeida Garrett (2003): *Viagens na minha terra*. Porto editora: Porto.
- Almeida Garrett (2004): *Frei Luís de Sousa*. Europa-América, Mem Martins.
- Anderson, Benedict (2005): *As comunidades imaginadas*. Edições 70: Lisboa, 3a edição.
- Barthes, Roland (1957): *Mythologies*. Seuil, Paris.
- Barthes, Roland (1971): *Književnost, mitologija, semiologija*. Nolit, Beograd.
- Beckert, Cristina (2008): *Um pensar para o Outro*. Centro de filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Guerra Junqueiro, Pátria, Lello & Irmão Editores, Porto, 1911, pp. 185, 186

Calafate, Pedro (2006): *Portugal como problema, Volumes I, II, III e IV*. Fundação Luso-Americana e Público, Lisboa.

Cerdeira da Silva, Teresa Cristina (1989): *José Saramago: Entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*, Dom Quixote, Lisboa.

Costa Lobo, A. de Sousa Silva (2011): *Origens do sebastianismo*. Texto, Alfragide.

Cunha Leão, Francisco da (2007): *Do homem português, ensaios*. Guimarães editores: Lisboa.

Černigoj, Matej (2007): *Jaz in mi: raziskovanje temeljev socialne psihologije*. IPSA, Ljubljana.

Dias, Jorge (2004): *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*. Imprensa nacional - Casa da moeda, Lisboa.

Dinis, Júlio (1871): *Os fidalgos da casa mourisca*. Empreza Litteraria e Typographica, Porto.

Dinis, Júlio (1875): *Uma família inglesa*. Empreza Litteraria e Typographica, Porto.

Duarte Mathias, Marcello (2001): *A memória dos outros*. Gótica, Lisboa.

Franclim, Sérgio (2009): *A mitologia portuguesa*. Ministério dos livros, Parede.

Franco, José Eduardo, Calafate, Pedro (2012): *A Europa segundo Portugal*. Gradiva, Lisboa.

Franco, José Eduardo (2009): *A dança dos demónios*. Círculo de leitores, Lisboa.

Franco, José Eduardo (2011): *Relatório de agregação, História da cultura portuguesa na época moderna*

Guerra Junqueiro (1911): *Pátria*. Lello & Irmão Editores, Porto.

Guerra Junqueiro (1891): *Finis Patriae*. Empreza Litteraria e Typographica, Porto.

Lourenço, Eduardo (2005): *O labirinto da saudade*. Gradiva, Lisboa, 4a edição.

Martinho, Fernando J.B. (2004): *Literatura portuguesa do século XX*. Instituto Camões, Lisboa.

Nava, Ana Sofia (2003): *O cérebro apanhado em flagrante*. Climepsi, Lisboa.

Pessoa, Fernando (2002): *Os portugueses*. Alma azul, Coimbra.

Pinheiro, Teresa, Cieszyńska, Beata, Franco, José Eduardo (2011): *Peripheral Identities*. Pearlbooks, Parede.

Queirós, Eça (1900): *A ilustre casa de Ramires*. Lello & Irmão, Porto.

Quental, Antero de (1996): *Causas de decadência dos povos peninsulares*. Ulmeiro: Lisboa.

Real, Miguel (2012): *A vocação histórica de Portugal*. Esfera do caos, Lisboa.

Rita, Annabela (2003): *No Fundo dos Espelhos. Incursões na cena literária* (ensaios). Edições Caixotim, Porto.

Rita, Annabela (2004): *Breves & Longas no País das Maravilhas* (ensaios). Roma Editora, Lisboa.

Rita, Annabela (2006): *Emergências Estéticas* (ensaios). Roma Editora, Lisboa.

Rita, Annabela (2007): *No Fundo dos Espelhos. Em visita* (ensaios). Edições Caixotim, Porto.

Rita, Annabela (2012): *Paisagem & Figuras*. Esfera do caos, Lisboa.

Rita, Annabela (2010): *Portugal em retratos de fim-de-século oitocentista (entre Eça e Junqueiro)*. Revista TriplóV de Artes, Religiões e Ciências, Número 6, Lisboa.

Sanches de Baêna, Miguel, Loução, Paulo Alexandre (2008): *Grandes enigmas da história de Portugal, Vol. I, Ésquilo*, Lisboa.

Saraiva, António José (1995): *A tertúlia ocidental*. Gradiva, Lisboa, 2a edição.

Saraiva, António José, Lopes, Óscar (1992): *História da literatura portuguesa*, Porto Editora, Porto, 16ª edição.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 213

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 221

Vargas Díaz-Toledo, Aurélio (2012): *Os livros de cavalarias portuguesas dos séculos XVI-XVIII*. Pearlbooks, Parede.

6. CHRYS CHRYSTELLO, AICL – AÇORES/ AUSTRÁLIA

**POESIAS ESCOLHIDAS (AUTOR)**

**574. SOLETRAS AUTONOMIA, 2013**

ilhas de névoas e gaze  
de novelões e conteiras  
do verde e do azul  
ó gente de basalto  
quem canta a tua gesta?

terras de maroiços  
cais de rola-pipas  
mar imenso abraçado  
lacerado por vulcões

ilhas de bardos e músicos  
republicanos presidentes  
poetas, pintores e artistas  
anteros, nemésios e natálias

quem te liberta das grilhetas  
do passado feudal  
da escravatura da fé  
do atavismo ancestral?

soletras autonomia  
gaguejas liberdade  
titubeias emancipação

com laivos de insubmissão  
como a irmã galiza  
cicias um 25 de abril  
que tarda em chegar

**594. AUTONOMIAS NOMINAIS 2013,**

*“para saberes quem te governa descobre quem não podes criticar”*  
Voltaire

hoje acordei sem voz  
sem mãos,  
sem pés  
sem coração.

habito nove ilhas de mil cores  
arquipélago de mil autores  
num fiasco de autonomia  
pobreza sem alegria

na independência poucos confiam  
em busca de subvenções porfiam  
melhor é ficar mudo e quedo  
viver dos subsídios esmoleres  
submissos e acomodados  
pobres despreocupados  
servos enfeudados  
ingénuos explorados  
na eterna espera de Godot  
de um Mandela que não nasceu

assim se explicam os açores  
ilhas de mil e uma dores

---

**579. BANDEIRA POR DESFRALDAR, 2013**

quero cantar armas e brasões assinalados  
faustos doutroa que poucos igualaram  
em vez de chorar corruptos governantes  
dilapidando pátrias vetustas

quero cantar navegadores e descobertas  
missionários e colonizadores  
em vez de chorar vendedores de pátrias  
de troicas estrangeiras marionetas

quero cantar guerras e batalhas  
expulsões de castelhanos e mouros  
em vez de chorar um país vendido  
à especulação bancária e ao IV reich

quero cantar a vizinha galiza livre  
celta, orgulhosa, ancestral  
em vez de chorar a repressão  
e extermínio por castela

quero cantar liberdade, igualdade e fraternidade  
em vez de chorar esta escravatura  
o silêncio e o medo sem futuro  
que nos impõem  
até que alguém sem hesitações  
nem temores  
se erga e vá  
desfraldar a bandeira dos açores

---

**510. LANCHA DO PICO 2011**

lá vem a lancha  
    lá vem  
traz imigrantes, viajantes  
memórias vãs por limar  
da terra, do fogo  
do tempo sem prazo  
da fome e do medo  
das socas de milho  
das pedras por maroiçar

votaram com os pés  
fizeram-se ao mar  
sem botes nem baleias  
para a lonjura das amercas  
novas vinhas por esmoutar

voltam abonados  
impantes de dólas  
sem sueras nem albarcas  
ao rossio do mar  
lampeiros, apatacados  
emigrantes mendigos  
de memórias por aparar  
perderam as terras  
ganharam o mar

lá vem a lancha  
    lá vem  
a bordo não traz ninguém  
picarotos perdidos  
como só esta ilha tem

comem e bebem  
reveem parentes  
e gente de bem  
perdidos em tempos idos  
repetem saudades dos entes  
sabe-se lá de quem

apadrinham festas e procissões  
pagam dízimos e promessas  
missas por alma de quem partiu

emigrados em amarcanas missões  
lágrimas da ilha que os repeliu  
do sangue fizeram vinho  
do magma medraram uvas  
em terra de rola pipas  
debouçam bocainas, traveses e jarões  
plantam casas e novos luxos  
nas ilhas vazias de gente  
com leiva de memórias idas  
musgo de antepassados  
à espera de filhos e netos  
sem regressos nem partidas

lá vem a lancha  
                    lá vem  
vazia  
            já não traz ninguém

---

**504. VOLITANDO 2011**

vieram os deuses  
plantaram ilhas

onde dantes havia água  
nasceu a ilha-mãe,  
havia a mãe-ilha, outra era marilha,  
uma a ilha menina, outra ilha-filha  
nove irmãs  
filhas de poseidon e de afrodite  
nascidas da espuma do mar  
nos montes verdes  
rugia o dragão  
cuspiam chamas  
tremia o chão  
secavam ribeiras  
vomitavam magma  
chovia o trovão  
de thor filho de odin  
esquecido das gentes e animais  
pobres escravos e colonos  
amanhadores de rochas e fomes  
desbravadores de mínguas  
crentes e temerosos  
orando promessas seculares  
criam no destino sentindo-se culpados  
ainda hoje penam  
liberdades que não pagam dízimos  
votam com os pés da emigração  
a libertação de todas as cangas  
mas voltam sempre  
romeiros em promessas várias  
açorianos até ao tutano  
sem alforrias nem autonomias  
perenes escravos destas ilhas  
escrevem a história que poucos leem.

---

**534. AÇORIANICES 2011**

disseram para falar de hortênsias  
plantar a palavra mar e algum sal  
lugares comuns de bruma  
azáleas, camélias, novelões,  
conceiras, milhafres e cagarros  
e assim se cria um escritor açoriano

houve mesmo quem acreditasse  
autores nasceram assim  
nas ilhas e na estranja  
ganharam prémios, foto no jornal  
o governo pagava e promovia  
era uma primeira açorianidade

desta janela de neblina  
avisto o mar em desalinho  
mas sem hidranjas  
nem açores a esvoaçar  
nem vacas alpinistas  
não terei nome no basalto

cantarei o arquipélago da escrita  
sem títulos nem honrarias  
sem adjetivos telúricos  
sem versos de rima quebrada

não é açoriano quem quer  
mas quem o sente.

---

**545. SAL 2012**

sempre que vou ao mar  
na boca fica-me um travo a sal  
sempre que vou à galiza  
os lábios falam-me de portugal  
e em goa, timor ou macau  
no brasil ou cochinchina  
nunca me sinto mal  
sândalo, cravinho e canela  
arroz-doce, bebinca, balachão  
a língua que nos une tem sal  
nela me deito e me deixo vogar  
nesse oceano da lusofonia  
sem ventos nem adamastores  
navegam todas as naus  
todos irmãos num só mar  
bandeiras do mundo sem passaporte  
esta a nossa cantiga de embalar  
sonhos, utopias por provar.

**517. A ILHA DE TODOS OS MEDOS 2011**

uma ilha pode ser de todos  
onde quer que se habite  
viver na ilha é quase um naufrágio  
respirar sob as águas turvas  
viajar através do corpo submerso  
vir à tona turbulenta  
partir da ilha sem sair dela  
levá-la para mundos outros  
recriar a origem em qualquer destino  
crenças, festas e procissões

uma ilha pode ser de todos  
mas só alguns a usufruem  
poucos exibem como passaporte

sem pudor de regionalismos  
atraso, incultura, insucesso  
secular canga feudal, ancestralidade  
alheados na negação da açorianidade  
vencendo na escrita fora da ilha  
arrogância, ostracismo, solidão  
sotaques polidos, discursos em vão

uma ilha pode ser de todos  
deneguem anátemas e maldições  
contra ilhanizados e açorianizados  
albardem-se oportunistas da literatura  
acoutados em rótulos de ocasião  
enjeitem escritores renegados  
tertúlias de Lisboa a Coimbra  
promovam-se os que se não promovem  
pedreiros do magma e lava  
que sentem o que escrevem  
que redigem a alma única  
sabor a mar e terramotos

uma ilha pode ser de todos  
merece-a quem a habita  
uma ilha pode ser de todos  
os livros a quem os lê  
a escrita a quem a fabrica

---

<sup>71</sup> Cristóvão De Aguiar

<sup>72</sup> Fernando Aires

<sup>73</sup> Cristóvão De Aguiar

<sup>74</sup> João De Melo

<sup>75</sup> Maria De Fátima Borges

<sup>76</sup> Marcolino Candeias

<sup>77</sup> Daniel De Sá

<sup>78</sup> Eduardo Bettencourt Pinto

<sup>79</sup> Eduardo Bettencourt Pinto

<sup>80</sup> Roberto De Mesquita

<sup>81</sup> J. Martins Garcia

em relação de bordo<sup>71</sup>  
na ilha de nunca mais<sup>72</sup>  
raiz original e comovida<sup>73</sup>  
com lágrimas de gente feliz<sup>74</sup>  
estude-se a cor cíclame<sup>75</sup>  
na distância deste tempo<sup>76</sup>  
quando Deus Teve Medo De Ser Homem<sup>77</sup>  
e era o príncipe dos regressos<sup>78</sup>  
em a sombra de uma rosa<sup>79</sup>  
quando havia almas cativas<sup>80</sup>  
no contrabando original<sup>81</sup>  
estava o mar rubro<sup>82</sup>  
de histórias ao entardecer<sup>83</sup>

exaltem e reeditem  
o lavrador de ilhas<sup>84</sup>  
nas escadas do império<sup>85</sup>  
marinheiro com residência<sup>86</sup>  
plantador de palavras vendedor de lérias<sup>87</sup>  
que foi ao mar buscar laranjas<sup>88</sup>  
e eu fui ao pico e piquei-me<sup>89</sup>  
à boquinha da noite<sup>90</sup>  
nos silos do silêncio<sup>91</sup>  
em a ilha grande fechada<sup>92</sup>

era desta açorianidade

<sup>82</sup> Dias De Melo

<sup>83</sup> Fernando Aires

<sup>84</sup> J H Santos Barros

<sup>85</sup> Vasco Pereira Da Costa

<sup>86</sup> Urbano Bettencourt

<sup>87</sup> Vasco Pereira Da Costa

<sup>88</sup> Pedro Da Silveira

<sup>89</sup> Álamo Oliveira

<sup>90</sup> Dias De Melo

<sup>91</sup> Eduíno De Jesus

<sup>92</sup> Daniel De Sá

que vos queria falar  
medram poetas nestas ilhas  
contistas, ensaístas,  
novelistas, romancistas  
narradores contadores,  
dramaturgos, sonhadores

deixai-me hastear a bandeira deste povo  
e gritar o que lhe vai na alma  
uma ilha pode ser de todos  
onde quer que se habite  
ninguém a ama ou deseja  
como os que nela se querem  
sejam nascidos e vividos,  
ou apenas trasladados  
com raízes que nenhum machado cortará  
colhendo flores que só o poeta cantará  
voando quimeras que só o vate sonhará

uma ilha pode ser de todos  
onde quer que se habite  
deixai que a chame minha  
quero-a só para mim  
mãe de todas as filhas  
mar de todas as ilhas  
ela pode ser de todos  
a ilha de todos os medos

---

**563. QUANDO MORRER, 2012**

quando eu morrer  
não declare nada  
que eu não tivesse dito

não elogie nem critique

quando eu morrer  
não vá ao meu velório  
nem mande flores  
escreva uma frase lapidar  
e publique-a

quando eu morrer  
faça uma festa  
leia um poema meu  
beba um bom champanhe francês  
fume um cubano  
seja politicamente incorreto  
como eu seria

quando eu morrer  
sem ver luz ao fim do túnel  
vou esquecer muitas coisas  
mas pedirei à minha mulher  
que me construa novo taj mahal

---

**564. POLIR SÓIS COM UMA PENEIRA 2012**

polir textos é como arear pratas  
dissipa-se a sujidade  
mas o fulgor que resta  
cintila com menor valia

polir amizades é como sacudir o pó  
com a gentileza de uma pena  
nada se perde nem se transforma  
basta um gesto, um telefonema

uma SMS, uma mensagem  
talvez apenas um *like* no Facebook  
como se fosse natal todos os dias

polir matrimónios é complicado  
questão de sorte e perícia  
em panos de fina seda  
como limar diamantes em bruto  
pode quebrar a agulha ou o casamento  
e em vez de 24 ficam 6 quilates

polir países é arriscado  
as limas devem ser amoladas  
à prova de lóbis e desgovernos  
cortam-se as esquinas angulosas  
talham-se as aparas mais finas  
em areias de fina brancura

é como ir ao alfaiate do tempo  
encomendar um fato por medida  
para dar com a cor do cabelo  
ir ao barbeiro do futuro  
fazer a barba que não se tem  
e há o risco de cortar o país todo  
talhar pessoas  
trinchar tradições  
sem memória  
nem história  
serrar distritos, fender concelhos  
encurtar fronteiras até ao mar  
até finar portugal em praias e arribas

polir palavras é bem mais fácil  
corta-se uma folha de papel em a4  
verifica-se a tinta nos tinteiros

gravam-se caracteres como granito  
basalto, quartzo ou ametista  
lavram-se sulcos como rios  
erguem-se sombras como montanhas  
sombras de marés vivas ou mar chão  
deixa-se a marinar em banho-maria  
leva-se ao lume brando com pitada de sal  
junta-se pimenta a gosto e louro e basilicão  
retira-se do fogo e serve-se a gosto

sempre ansiei ser poeta  
navegar em utopias  
escrever cardápios de vida  
imensos e belos como o oceano  
livres e úteis como o ar  
na solidão dos mares açorianos

---

**617. GEOMETRIAS, 2013**

a elipse veio à janela  
mordaz sorriu com malícia  
lenta, descreveu um círculo  
com um dichote brejeiro  
triangulou um piscar de olho  
e numa hipérbole sensual  
com uma risada estrídula  
sentou-se quadrada no meu colo

---

**571. CÂNTICO QUÂNTICO AÇORIANO, 2013**

se os escritores soubessem física quântica

saberiam como as suas obras se disseminam

uma partícula associada à sua antipartícula  
um anti-b-mesão associado ao b-mesão  
mas deteriorando-se mais depressa que o b-mesão  
no meio da maléfica antimatéria  
vagueando pelo universo pluriverso

se os escritores soubessem física quântica  
viveriam todos nos açores  
pois é aqui que o alter ego é a chave  
da maior questão da existência  
como nasceu e como vai morrer  
este nosso universo

---

**515. A NAU SEM ESCORBUTO 2011**

arribou nesta praia deserta  
a nau sem escorbuto  
sem mastro nem pendão  
sem carga nem marinhagem  
sem especiarias do oriente  
nem arroz do sião ou malaca  
sem pérolas de ormuz  
nem diamantes da índia  
sem cavalos das arábias  
nem marfim das áfrias  
fora de cochim a meca  
de ternate a timor  
sem compradores  
nem lusitanos feitores

nesta açoriana praia deserta

longe do mar eritreu  
há mouros e judeus conversos  
cristãos por batizar

os senhores dos açores  
ocupam lugares de proa  
a barlavento das gentes  
não vieram de calecute  
nem estiveram em cipango  
não cuidam da pimenta do reino  
da noz-moscada, do cravo-da-índia  
do açafraão, anis, gengibre e canela  
não foram a banda, ceilão ou malucas

os senhores dos açores,  
que não é terra de gentios  
chamam-lhe sua e de mais ninguém  
como samorim a regem  
feitos marajás em palácios  
ofertam bugigangas aos nativos  
promessas vãs e eleitorais

sentado na ameia  
frente à seteira  
em castelo sem pendão  
envio migas de letras  
a todos sem literário pão  
crónicas avulsas de vidas vividas  
pecados sem perdão

e o povo sem saber da fome  
do frio que aí vem  
das vacas que se foram  
do leite que não mungiram  
dos campos que não araram

das colheitas que não comeram  
feliz vota nos que prometem  
sempre a mesma solução

lá fora há guerras sem pátrias  
mutilados e estropiados  
cá já temos sem-abrigo  
drogaditos e malfeitores  
assaltantes, meliantes  
económicos dissabores  
da troica que tudo leva  
e cobra dívidas que herdamos  
de tantos ditos senhores

não há santos que nos valham  
nem procissões e andores  
preces e velas acesas  
romeiros de todas as dores  
somos um povo infeliz e abúlico  
sem sonhos nem destemores  
vergados ao duro peso  
de vis especuladores

da história magnânima nem sombras restam  
nem bardos nem cantores  
nem escribas dedicados

o povo sofrendo medos  
erros grosseiros  
enganos ledos  
sem naus nem caravelas  
sem espadas nem aduelas  
sem especiarias nem língua franca  
cantando fados a tétis com paixão  
com futebol e telenovelas

e fé sem outra afeição

o povo escravo de novo  
sofre consternado  
às dívidas acorrentado  
à mingua de dízimos e outros enfados  
sem contar os créditos mal parados  
come demagogia e paga iliteracia  
santa liberdade e democracia  
chora lágrimas de crocodilo  
lendo jornais desportivos  
com as letras aprendidas  
nas novas oportunidades

o povo sofrendo fomes e enfermidades  
vendia os anéis e comia os dedos  
emigrava quando podia  
queixava-se da sorte caipora  
temia do governo as novidades

a geração rasca a parva passara  
timidamente na crise despontara  
bancos enriqueciam na austeridade  
à custa da plebe e do suor já suado  
de brandos costumes acostumado  
não descera às ruas este povo  
faltava-lhe força e inteligência  
nem era gleba de novo  
antes novos ricos da indigência

ancorada a nau fmi de novos reis  
em terra de pagãos e infiéis  
não daria berloques aos nativos  
apenas a chibata e o chicote  
as grilhetas de trabalhos cativos

sem abrigo nem culote

e um poeta solitário  
no alto do seu castelo  
gritava a bom gritar  
mas não o ouviam as massas  
sem perder tempo para se educar  
e acreditavam nos seus donos  
compradores de votos  
com promessas a acenar  
o jardim à beira-mar plantado  
há muito inculto e estiolado  
ia fenecendo devagar  
sem gente para o cuidar  
e dos vindouros muitos virão  
dizer que o poeta pressagiava  
o fim desta bela nação.

---

**573. FADOS E SAMBAS, 2013**

ser ilhéu é um fado triste  
entoado como um samba alegre  
cantigas ao desafio  
cantorias desgarradas

os corpos e as palavras  
pintam realidades inesperadas  
todos ficam todos partem  
em dia de são vapor  
tão longe sempre perto  
em calafonas e canadás

ser ilhéu é um fado triste

entoado como um samba alegre  
manta remendada de nove cores  
tapete voador da saudade  
sementes da memória  
nas paredes do tempo  
rasgando o silêncio  
mundos mágicos sem chave

e eu ilhéu de abril  
filho de muitas ilhas  
choro este fado

---

**588. AS 4 IDADES DO HOMEM, 2013**

adoro as quatro idades do homem  
infante de sonhos húmidos  
mil e um futuros sem pressas  
adolescente de sonhos psicadélicos  
a pressa do futuro que se pode perder  
a meia idade de sonhos pesadélicos  
com a lentidão de quem viveu  
a necessidade de contemplar o vivido  
reviver conquistas esquecer amarguras  
na última etapa sem sonhos délicos  
sem medos e sem futuro  
esperando encontrar a alma  
sem alzheimer nem demências

---

**576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, 2013**

tu que nasceste açoriano  
nem vais acreditar  
onde os açores não voam

não bebi café em ouarzazate  
não fui aos 2 mil anos de persépolis  
não cacei leões na gorongosa  
não comi chicharrinhos em rabo de peixe  
não vi petra nem os budas de bamiyan  
nem vi índios de roraima  
não fumei ganza nas praias de goa  
nem fui em adoração a katmandu  
nunca cheguei a machu picchu  
nem a hotel de gelo nórdico  
nadei na areia branca em dili  
em cheoc van em coloane  
em bondi de sydney  
em kuta beach de bali  
em pattaya tailandesa  
no bidé das marquesas de s. martinho do porto  
na praia azul de espinho  
nas águas límpidas de daydream island  
nas areias de byron bay  
banhei as mãos em tijuca  
as cataratas do niágara molharam-me  
vi o sol a pôr-se na lapónia  
e a nascer em bobonaro  
vi sóis, luas, mares e céus  
no faial, pico e flores  
e nas 3 ilhas santas dos açores  
nadei em rotnest island  
comi em fremantle  
dormi em towal creek comara  
vivi em prahran e falls creek  
waverley, centennial park

maroubra, coogee e randwick  
cottesloe e claremont  
lecidere em dili  
leiria, tomar e mafra  
campo lindo, maria pia e amial  
sou de bragança sem lá ser parido  
sou australiano sem lá ter nascido  
carrego frações da galiza e do brasil  
de cristãos novos e alemães  
minhotos e marranos  
das cruzadas até áfrica  
onde nunca estive

e de todos esses locais  
que terás de buscar num mapa  
encontrei as tuas ilhas  
**nelas serei açoriano até morrer.**

---

***646. ENQUANTO DORMIAS A NOVA ESCRAVATURA CHEGOU, 2013***

nenhum de nós é livre  
enquanto ao teu lado  
          houver fome  
          miséria  
          desemprego  
hoje são os outros  
amanhã serás tu  
passaram 40 anos

nenhum de nós é livre  
enquanto abril não se cumprir

---

**590. A ALMA DOS POETAS, 2013**

não sei da alma dos poetas  
nem mesmo da do ramos rosa  
não conheço o cheiro da poesia  
nem mesmo do nuno júdice  
nem sei a cor de qualquer verso  
nem mesmo do alexandre o'neill  
perco-me em mayakovsly  
visito o uivo de allen ginsberg  
por entre as denúncias de daniel filipe  
e os alertas de lawrence ferlinghetti

não sei da alma dos poetas  
não sei nem dos poetas  
emigraram todos desgostosos  
fugiram envergonhados  
desta escravidão que nos impõem  
destas grillhetas invisíveis

meros robôs em mundos alternativos  
comandados à distância  
dentro de um jogo de computador  
a que insistimos em chamar vida  
e alguém joga com ela  
sem o sabermos

não sei da alma dos poetas  
não sei dos poetas  
não sei da vida  
mas conheço muitos poetas  
e perco-me nas suas obras

sei do álamo oliveira  
do vasco pereira da costa  
de eduardo bettencourt pinto  
do urbano bettencourt  
do eduíno de jesus  
do emanuel félix  
da brites araújo  
da joana Félix  
judite jorge  
luísa ribeiro,  
luísa soares  
madalena férin  
renata correia botelho  
e tantos outros e outras

mas a minha alegria maior  
é chamar-lhe amigos  
a todos os que ainda estão vivos

---

**620. AO ÁLAMO OLIVEIRA, 2013**

nesta modorra matinal  
parado na contemplação de mar  
lendo murmúrios com vinho de missa <sup>93</sup>  
ignoro os corpos e as areias  
olvido copos e sereias  
e imagino que o mundo acabou  
pode ter sido um asteroide  
ou tsunami ou vulcão  
e nós aqui na calma açoriana  
sem saber nem sentir  
continuamos a fruir a vida

---

<sup>93</sup> Álamo Oliveira, 2013

se o mundo acabasse agora  
não daríamos conta  
nem o padre raúl nos salvava  
nem a professora lucília o narrava

que ninguém nos cala  
e a voz dos poetas  
troia mais que a da bala

---

**627. À BRITES ARAÚJO, 2013**

imagino a brites araújo  
de cravo na mão e bandeira na outra  
gritando a plenos pulmões  
que esta liberdade é merecida  
que a rua é dos poetas  
que o 25 de abril não é de todos  
mas será sempre para todos  
mesmo para aqueles que o negam

imagino a brites araújo  
de manifesto na mão e megafone na outra  
declamando a poesia da liberdade  
as conquistas irreversíveis  
e sei que ela estará lá  
quando os esbirros vierem  
feitos controladores do pensar  
sei que abrirá o peito às balas

e o sangue que jorrar  
será poema e arma  
e o corpo desvanecido  
será escudo e estandarte  
para que a liberdade não morra  
nem haja estertor do povo  
com ela será 25 de abril sempre

---

**541. JOANA FÉLIX POETA FELIZ QUE NÃO FÉNIX 2012**

joana caminhava  
nas areias negras  
carregando a cruz pesada  
dos sapatos do pai escritor  
não deixava pegadas  
na leveza do seu ser  
era onda era maré  
maremoto de palavras  
figura gentil e frágil  
caravela de mil descobertas  
era ela quem escrevia amor  
nas entrelinhas do pai  
acordou e era poeta  
na leveza do seu ser  
por mérito próprio  
nascera de novo  
joana de mil sorrisos  
porto de mil abrigos  
cais de mil partidas  
estas as palavras que eu disse  
e joana se fez livro e partiu  
à descoberta do mundo  
que era seu como o infinito  
neste rio sem margens  
nascido na praia com aban  
trazia nos cabelos a brisa do mar

e nos lábios as cerejas geladas do japão  
dizia que depois de escritas as palavras tinham vida  
mas ainda não tinha aprendido a vivê-las  
com os anjos que habitam na terra

---

**625. RIBEIRA SUBMERSA (À MARIA LUÍSA SOARES), 2013**

aqui nos moinhos  
sem submersa ribeira  
revisito os poemas  
palavras gémeas  
doutras águas

a vida em imagens curtas  
no paradoxo do ser-não-ser

reinvento o espanto  
nas rédeas do vento  
na memória da ribeira  
que já não ruma ao mar

---

**587. AÇORES UMA ANTOLOGIA NO FEMININO, 2013**

eram mulheres de capote  
de xaile ou manto pela cabeça  
súbditas do feudalismo  
escravas dos seus maridos  
rainhas das cozinhas e das preces  
na lavoura, na pesca e no demais  
sempre silentes e resignadas  
iletradas e crentes

submissas e humildes  
hoje no século xxi são a voz  
são a palavra e o canto  
aqui honramos a sua obra  
salvé judite jorge, joana félix,  
renata correia botelho, natália correia,  
madalena férin, madalena san-bento  
brites aráujo, luísa ribeiro, luísa soares  
nove mulheres, de prosa e poemas  
nove escritoras para nove ilhas  
a voz atlântida libertada

---

**507 TANTO MAR (AO VASCO) [2011]**

tanto mar  
e não cabem nele  
os teus fogos ocultos  
tanto mar  
e nele flutua  
a tua prosa  
entre nuvens escrevo  
pairando sobre as ilhas  
te deram vida

sustento

inspiração

tanto mar  
tanta montanha

vulcões por trepar  
maroiços por construir  
baleias por capturar

no teu pequeno bote

prenúncio de liberdades  
cravos e rosas  
espinhos  
espigas  
da prainha do pico  
à heroica angra  
ao choupal das letras

pescador de palavras ilíadas  
lavrador de poemas

tanto mar  
e não cabem nele  
teus livros por acabar.

---

**523. A PAZ ZEN DO EDUARDO (BETTENCOURT PINTO) 2011**

não esqueço as tuas palavras  
o tom suave das tuas falas  
lavrador de verbos  
com medo de ferir as terras  
arando sentenças  
como se fossem seres vivos

estás de bem contigo e com o mundo  
pacifista de vocábulo fácil  
nem na imagética és agressivo  
entras a medo  
como quem pede desculpa  
e sais fotografando  
sorrateiro para não incomodar o ar  
que respiras sem sofreguidão

tens o sofrimento e a dor

em sulcos profundos na alma  
reclusos da poesia  
que ainda não escreveste  
prisioneiros invisíveis  
carregas a dor de muitos mundos  
oculta em véus diáfanos

falas mansamente para não ofender  
lentas palavras na construção do mundo  
não acalentas raivas ocultas  
dialogas com as tuas fotos  
condescendes com os humanos  
partilhas a felicidade  
de estar e de ser  
únicas certezas que transportas  
mas também sorris  
como a criança que não foste  
como o adolescente que não pudeste ser  
como o jovem adulto que te obrigaram a viver  
convertes mágoas em alegrias  
partos difíceis e resignados  
alquimias de amarguras

das aves sabes o voo tangencial  
das plantas o ciclo vital  
das ondas que são o teu leite  
avistas as estrelas que te alimentam

a poesia é questão de minorias  
só os privilegiados leem  
menos ainda a entendem  
dizem que escrevê-la é fácil  
mas difícil é o que fazes  
vives a poesia no teu dia-a-dia  
a ti, irmão da palavra

obrigado por acreditares  
em ti, como em Gedeão  
o sonho comanda a vida

(ah! como eu gostava  
de ser poeta  
viver outras vidas  
utopia).

---

**589. A DAMA DE GAZE (A DANIEL DE SÁ NA SUA MORTE), 2013**

a dama de gaze veio na bruma  
sorradeira, silente, sem avisos  
com passos de veludo  
e mensagem nas mãos  
trazia apenas um título  
escritor, maia

assim, sem mais delongas  
sem discutir nem tergiversar  
levou o autor  
ficamos todos mais pobres e sós

teremos de o reler  
e de novo cavaquear  
terçar argumentos

e quando a bruma voltar  
lembraremos o daniel de sá  
que a dama de gaze levou

---

**521. PITT MEADOWS KWANZA AÇORES, AO EDUARDO BETTENCOURT  
PINTO 2011**

nasceste na savana com pés de basalto e lava  
viveste na terra dos grandes desertos da áfrica meridional  
mas o teu rio é kwanza que acaba aos pés de luanda  
terra de surf na bela baía  
teu nome é de magma ancestral  
nasceste do fogo e da água  
com raízes na ilha-mãe que buscas entender  
teu nome não é pradaria em pitt meadows  
mas belos trigais na british columbia  
zona alagadiça de deltas e lagos  
maple ridge e o rio pitt são teus parceiros  
mas não esqueces o calor de áfrica  
nem a humidade arquipelágica  
divides a vida entre amores e pátrias distantes  
fazes da escrita uma fotografia  
já que não retratas a poesia  
mas algo nos une que não as palavras  
o mar imenso que nos separa

---

**644. AO CRISTÓVÃO DE AGUIAR 2011**

descobriram no pico  
marroços milenares  
piramidais construções  
corredores ocultos  
sem origem nem fim conhecido  
falaram de fenícios, cartagineses  
gente da pré-história  
mas a verdadeira pirâmide  
é a universal biblioteca



esta gente daqui e dali  
viaja um roteiro belo  
no difícil equilíbrio das agruras

esta gente daqui e dali  
entre ter e ser  
ficar e partir  
tece a Açorianidade

---

**572. DEZOITO ANOS DEPOIS (À NI), 2013**

quando te conheci  
cheiravas a flores silvestres  
hoje sabes a frutos maduros  
entretanto houve primaveras nos olhos  
e outonos nas mãos  
e os sois que passaram não encobriram as nuvens  
e as luas que despontaram não pararam as marés  
e os eclipses foram fugazes  
como esta vida que prolongamos  
enquanto nos deixarem viver

---

**559. ALABOTE 2, 2012 (AO VASCO E AO EDUARDO)**

o mar de novo  
                  e sempre  
as ondas e a espuma  
                  sem sabor a maresia  
esperma salgado do atlântico  
  
não se vive sem mar

numa ilha

---

**622. ESTE TEMPO 14/8/2013**

este tempo  
que voa sob meus pés  
é neto do tempo  
que não deambulava  
na minha juventude

---

**509 (MARIA NOBODY, 2011)**

maria nobody  
de todos ninguém  
de alguém  
          de um só  
maria nobody  
com body de jovem

maria só minha  
assim te sonho  
assim te habito

maria nobody  
de todos ninguém

maria nobody  
mãe  
          amante  
          mulher  
minha maria

maria nobody  
de todos ninguém  
nem sabes a riqueza  
que a gente tem

maria nobody  
de todos ninguém

maria só minha  
dos filhos também  
maria nobody  
mais ninguém tem.

(ouça aqui a versão musicada por Ana Paula Andrade tocada em Seia 2013:

<http://www.lusofonias.net/musicar-poetas-acorianos-e-nao-so/maria-nobody.html>

---

## 7. DANIELA FREGONESE, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

**TEMA 2.4 ANÁLISE DO DISCURSO DAS PERSONAGENS FEMININAS DE MACHADO DE ASSIS: ESCOLHAS LEXICAIS PRIVILEGIADAS, Daniela Fregonese, Université de Toulouse le Mirail, França Universidade de São Paulo**

Através da aplicação de um método matemático-estatístico-computacional especialmente desenvolvido para o tratamento de dados linguísticos, a palestra propõe apresentar os resultados obtidos num corpus de natureza literária - mais especificamente contos de Machado de Assis -, a fim de observar de que modo escolhas lexicais pontuais e objetivas são fundamentais no modo de composição das temáticas centrais e de personagens femininas nos textos do autor.

Assim, investiga-se o léxico dos contos, focando-se o comportamento e atuação das personagens femininas nas narrativas e de que modo ideias, desejos, gestos, características físicas e psicológicas tornam-se ingredientes especiais no

modo de compor machadiano, nitidamente comprovados pelo desempenho dos itens lexicais no texto.

Qual a constituição do discurso das personagens femininas, quais são as estreitas correlações entre as protagonistas, reveladas pela aproximação das variáveis do corpus, e quais os indicativos do caráter de atemporalidade e universalidade do texto machadiano, de modo que espaço e tempo cronológico – Brasil, Rio de Janeiro, século dezenove - em nada prejudicam a composição narrativa, uma vez que o lugar central é ocupado pelo ser humano e seus mistérios, existindo a mesma nuance em todos os textos. O estudo do léxico preferencial dá mostras, ainda, da força expressiva dos vocábulos, visando a determinados efeitos, bem como do cuidado técnico e artístico do autor ao elaborar tais textos. Para tal, levantam-se, em cada conto, grupos lexicais fortemente ligados a núcleos semânticos e, pela técnica da lematização, dentre outras, observam-se as intenções comunicativas e as opções temáticas do autor. Essa nova proposta e diretriz para a interpretação de textos em Língua Portuguesa associa a potência da informática ao embasamento teórico linguístico e contribui, assim, para futuros avanços nas áreas Linguísticas e Literárias.

### 1. INTRODUÇÃO

Fundamentando-se no método matemático-estatístico-computacional de André Camlong, Universidade de Toulouse le Mirail, o qual se revela um importante instrumento para a análise lexical, textual e discursiva, esta pesquisa propõe-se a apontar as mais recentes contribuições da utilização da informática na análise de textos literários.

Utilizamos o programa *Stablex* (2002, versão para PC), desenvolvido em função do método, num *corpus* constituído por oito contos de Machado de Assis.

Nosso objetivo é, via aplicação desse modelo de análise, verificar como se dá o processo de construção das personagens e das principais temáticas nos contos selecionados, através de escolhas lexicais privilegiadas; ou seja,

percorremos o léxico em busca de itens preferenciais que podem conduzir ao horizonte discursivo almejado pelo autor.

Um olhar, um gesto, um rápido instante de cólera, uma hesitação, uma palavra, um silêncio, um sonho, um desejo – como são concretizados, no texto, esses elementos da narrativa? De que modo o autor os dispõe? Quais são, pois, suas escolhas lexicais e que universo discursivo visam a atingir?

Lançando mão de recursos linguísticos e informáticos de pesquisa, abordamos características marcantes na constituição das personagens, bem como a articulação de temáticas fortemente presentes em nosso *corpus*, recorrentes em outros textos do autor, que configuram, pois, sua tendência criativa, ilustrando de que modo o método se revela adequado e eficiente enquanto suporte para o entendimento de aspectos fundamentais da obra machadiana.

A proposta deste trabalho é apresentar alguns resultados de um estudo ou análise dos contos de Machado de Assis (1839-1908), que se utilizou de um método estatístico-informático, destinado ao tratamento de dados textuais.

Detalhadamente descrito na obra do Prof. A. Camlong (vide bibliografia), tal metodologia revelou-se um importante instrumento para a pesquisa linguística e literária, dando-nos as diretrizes e contribuindo substancialmente para a realização de uma análise objetiva, descritiva e, portanto, científica dos contos estudados.

### 1.1. ESCOLHA E PREPARAÇÃO DO CORPUS TEXTUAL

Na primeira etapa de nossa pesquisa, foi feita a escolha e preparação do *corpus* textual para a aplicação do STABLEX, um *software* especialmente desenvolvido para ser aplicado em textos literários ou não literários.

A escolha do *corpus* foi bastante diversificada, resultado de um juízo crítico que procurou levar em conta a permanência, importância e atualidade dos contos, bem como sua representatividade literária: da obra *Papéis Avulsos* (1882) foram

escolhidos os contos *O espelho* e *O alienista*; de *Histórias sem data* (1884) selecionamos *Noite de Almirante* e *Cantiga de esponsais*; de *Várias histórias* (1896) os contos *O enfermeiro*, *A cartomante*, *A causa secreta* e *Uns braços* e de *Páginas recolhidas* (1899) escolhemos *Missa do galo*.

Graças ao uso do programa STABLEX, obtivemos elementos, variáveis e resultantes que nos permitiram abordar diferentes aspectos na análise dos contos.

### 1.2. APLICAÇÃO DO MÉTODO E ANÁLISE DAS RESULTANTES

Após a aplicação do STABLEX, textos foram transformados em pequenos léxicos e, em seguida, em tabelas e gráficos, os quais auxiliaram na visualização do vocabulário destacado e, conseqüentemente, na observação da distribuição semântica do conto. Foi dado maior enfoque ao vocabulário preferencial do conto, a fim de que pudéssemos observar a escolha estratégica dos elementos pelo autor para construir seu discurso moral e obter, assim, a adesão do leitor.

A partir de então, realizamos diferentes reagrupamentos dos vocábulos (quer sejam de natureza temática, quer sejam de natureza gramatical), identificando a complexa "arquitetura" ou organização do texto.

No estudo dos contos de Machado de Assis utilizamos, dentre outras, a técnica da lematização, que consiste em reunir ou centralizar elementos lexicais em torno de uma raiz temática (o lema) ou redor de um vocábulo chave.

Abaixo encontramos um exemplo de reagrupamento de natureza temática, do conto *A cartomante*:

Campo temático da superstição

Vocábulo	Peso semântico
cartas	11,71
adivinhara	4,78
baralhou-as	4,78
consulta	4,78
consultá-la	4,78
crenças	4,78

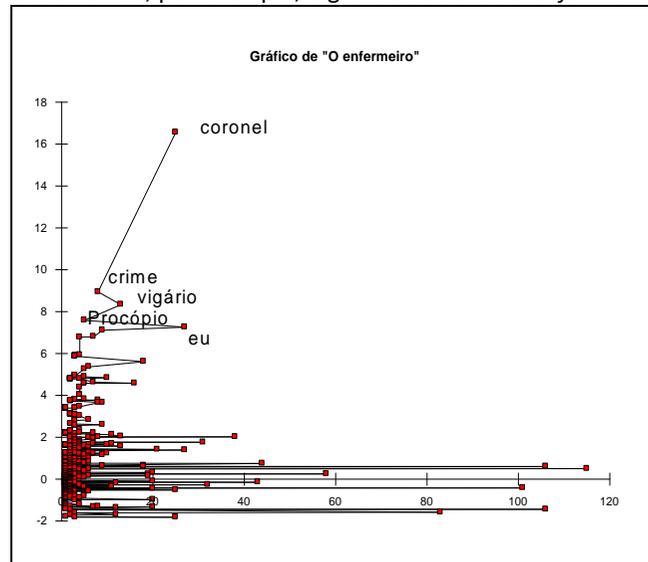
mistério	4,27
acreditava	3,73
futuro	3,73

Ao observarmos a tabela acima notamos que os vocábulos agrupados em torno da temática da superstição possuem alto valor semântico, fato que denota a importância de tal tema na trama da história.

Portanto, os resultados estatísticos nos mostram, através dos elementos destacados, que no conto *A cartomante* a temática da superstição é predominante.

No topo das tabelas obtidas com a aplicação do método de Camlong destacam-se, de maneira geral, as personagens centrais e vocábulos que estão intimamente relacionados ao tema central da história. Esses elementos são classificados de "preferenciais", devido ao alto valor semântico.

Observemos, por exemplo, o gráfico do conto *O enfermeiro*:



Vocábulo	FG	FC	peso
coronel	26	25	16.56
crime	9	8	8.94
vigário	24	13	8.33
Procópio	5	5	7.58
eu	96	27	7.26

Acompanhando o gráfico, encontramos uma pequena tabela onde estão relacionados os vocábulos destacados. O valor FG representa a frequência global, ou seja, quantas vezes o vocábulo aparece em todos os nove contos analisados; FC representa a frequência que o vocábulo aparece no conto em questão e a última coluna nos fornece o valor ou peso lexical do vocábulo.

No gráfico, nomeamos apenas os cinco primeiros vocábulos preferenciais, os quais já são suficientes para nos fazer perceber a importância dos resultados estatísticos: São postas em relevo as personagens centrais, bem como a temática do conto, já que se trata aqui da história, apresentada em forma de confissão, de um rapaz (Procópio, o "eu" narrador) que assassina um coronel e é perseguido pela própria consciência, pois o crime não se torna público.

Apontamos, assim, alguns exemplos das possibilidades que nos são abertas com a aplicação do método estatístico-computacional. Graças à sua utilização, podemos observar e medir os componentes e estruturas lexicais, descrevendo as variáveis, identificando os principais elementos e transcendendo a matéria das palavras para apreensão do discurso.

Indicado a todos que desejam se entregar à prática literária científica do estudo de textos, e exposto no livro de Camlong de um ponto de vista teórico e prático, o método nos possibilita, portanto, diferentes explorações e abordagens. Desta maneira, a estatística paramétrica, associada à informática, orienta e conduz a pesquisa literária, abrindo novos caminhos e possibilidades aos estudiosos.

## 2. A CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS

O método estatístico de tratamento informático do corpus textual revelou-se um importante instrumento para o estudo científico dos textos literários, já que os resultados obtidos pela análise lexical foram de fundamental importância, conduzindo a pesquisa de maneira muito pertinente.

Desta forma, foi possível realizar uma análise literária objetiva e descritiva dos contos selecionados, partindo dos dados textuais e seguindo o processo de raciocínio indutivo, até chegar ao núcleo do conto, onde se encontra o discurso.

Enfocamos o vocabulário preferencial do autor e utilizamos diferentes técnicas, reagrupando os vocábulos em campos semânticos e gramaticais, observando, por um lado, a escolha dos elementos pelo autor e, por outro, a adequação do método utilizado.

De acordo com nosso estudo, há, nos contos, tipos, pessoas e esboços: revestidas por uma linguagem refinada, temperadas com doses de humor e pessimismo, suficientes para que se crie um mundo paradoxal, que põe a baixo sistemas e doutrinas, revelam-se, nas personagens, dois lados da natureza humana: o lapidado, moralmente aceito, e o animalesco ou instintivo.

Sobre a questão dos tipos criados por Machado, Antônio Cândido aconselha:

*Não procuremos em sua obra uma coleção de apólogos nem uma galeria de tipos singulares. Procuremos, sobretudo, as situações ficcionais que ele inventou. Tanto aquelas onde os destinos e os acontecimentos se organizam segundo uma espécie de encantamento gratuito, quanto as outras, ricas de significado em sua aparente simplicidade, manifestando, com uma enganadora neutralidade de tom, os conflitos essenciais do homem consigo mesmo, com os outros homens, com as classes e os grupos. A visão resultante é poderosa... (id.,ib., p.39)*

Não se trata, portanto, de uma simples galeria de tipos, mas de personagens em situação.

Como observou Bosi, Machado

*construiu livremente ora rasgos individuais, ora tipos, ora pessoas. Essa riqueza e variedade do seu realismo, já comparado às conquistas de Proust e de Pirandello, lhe era facultada pela sua capacidade dialética de negar a negação, tomada no sentido que lhe deu Hegel, e que abre e areja por dentro as certezas compactas do determinismo sociológico. (BOSI, 1999, p. 159)*

Segundo Bosi, os rasgos individuais aparecem em gestos isolados, em impulsos que não se prendem a determinações fixas. O tipo, com seus caracteres específicos, definidos, possui maior estabilidade e solidez, em troca da ordenação e submissão. A pessoa é a negação dialética do tipo, uma vez que é capaz de refletir, é mais livre e autoconsciente que o tipo e, também, capaz de exercer sua vontade, ainda que não no plano ideal, mas sob efeito das pressões sociais. Há, em Machado, portanto, “mais do que simples inventário: há invenção” (id., ib., p. 160).

A ficção machadiana não deve, portanto, ser vista como uma mera coleção de tipos, embora eles estejam também nela presentes.

A explicação de Bosi (id., ib., p. 110), que liga o tom pessimista machadiano ao materialismo clássico, identificando, na composição das personagens – principalmente nos textos a partir de *Papéis Avulsos* –, a passagem da moral dos sentimentos à *moral realista e utilitária*, parece-nos bem pertinente.

Como vimos durante a análise das oito variáveis do *corpus*, a “inventividade do romancista permitiu-lhe seguir, graças à mobilidade de seu olhar, os movimentos das pessoas, os cálculos, a luta pela manutenção do *status* social, bem como os momentos de autoconsciência e de dignidade” (id., ib., p. 160).

Sucessivas gerações de críticos e leitores foram encontrando, pois, diferentes níveis nos textos de Machado. Embora não seja possível, neste momento, aprofundarmos a discussão dos pressupostos, as reflexões sobre pontos polêmicos e cruciais da visão crítica sobre a produção literária de Machado de Assis auxiliam-nos a transpor, com maior facilidade, a ponte que

leva ao entendimento dos textos por meio de nossa abordagem de análise lexical, textual e discursiva.

Uma vez que a compreensão desse modo peculiar de compor as personagens e articular as temáticas não pode ser abarcada por um estudo meramente classificador, já que *indivíduo*, *tipo* e *pessoa* configuram, nos textos, uma rede dinâmica de possibilidades, elaboramos uma rede de inter-relações temáticas das variáveis, que não tem a intenção de operar uma classificação, mas de elucidar as articulações temáticas fundamentais na construção das personagens (ora pessoas, ora tipos, ora indivíduos) de nosso *corpus*.

Retomamos, a partir dessa imagem e da observação das inter-relações entre os textos, a reflexão sobre os principais traços temáticos e discursivos nos textos analisados.

O discurso machadiano nos contos, ao problematizar as relações amorosas, desmistifica o amor romântico e, ao mostrar os desequilíbrios nas famílias, desmistifica a instituição familiar. Os laços mais fortes que unem as personagens não são os de amor ou afeto, mas os de interesse, de motivações egoístas, de simples atração ou de *status* social – onde está o amor materno, em *D. Benedita*? O texto mostra muito mais o interesse ou preocupação da mãe em casar bem a filha.

Em várias narrativas, o amor romântico é desconstruído – principalmente através da infidelidade –, apontando para a fragilidade dos relacionamentos conjugais. As figuras femininas vêm carregadas de ambiguidade, volubilidade, dissimulação, veiledade, contrariando os pressupostos de entrega total. A mulher que seduz é como a serpente que envolve a presa, ainda que vá chegando de mansinho, como *D. Conceição*.

As tintas são fortes e as pinceladas precisas: as escolhas lexicais revelam que não há, nos textos, sistema perfeito, doutrina perfeita, natureza perfeita, ser humano que escape à sua condição de incompletude. A *volubilidade* é constituinte das personagens e também se manifesta no nível de construção do narrador.

O casamento não representa uma fonte de felicidade; ele é apenas uma *condição* social.

*O olhar agudo lança uma flechada certa no modelo patriarcal, que não tem, nos textos, valor eufórico ou positivo. Assim, a presença masculina não é marcante como a feminina; pelo contrário, ela ou é fraca, ou ausente. As características que mais se sobressaem, na construção das personagens masculinas, são a ausência, a submissão e a infidelidade: o desembargador Proença, marido de *D. Benedita*, e Meneses, o de *D. Conceição*, são ausentes e infiéis; Galvão mantém um caso extraconjugal com a amiga da esposa, Andrade é casado e se envolve com uma prostituta, João Carneiro é submisso à sua amante. Eles não têm, ainda, muitos atrativos: Borges é grosseiro e repugnante; Conrado é fraco.*

*Assim sendo, as esposas se sentem atraídas por outros, ainda que estes nem sejam homens-feitos, como é o caso de *D. Severina* e *D. Conceição*. Mesmo quando a sedução não se concretiza, a autoestima feminina é, através do novo envolvimento, recuperada: a personagem volta a si e veste novamente a máscara social. *D. Paula* nos mostra como é importante mantê-la: não se pode fugir às regras impostas pela sociedade – o padrão de bons costumes não precisa, no entanto, ser estritamente seguido, basta ser incorporado ou representado. A sociedade não passa, portanto, de um grande teatro; a cena social é o palco ou cenário onde atuam as figuras.*

*Assim, a representação importa mais do que o fato, e as imagens contam mais que a essência: a observação desse mundo paradoxal deve ser, portanto, relativizada.*

O homem é, muitas vezes, transformado em objeto do homem, e o egoísmo se revela no altruísmo, como vimos em *O caso da vara*. Nesse conto, é marcante a lei de que, no embate entre os mais fortes e os mais fracos, vencem sempre os primeiros. O nível social reflete, assim, a própria lei da natureza: *instintiva, dura e implacável*.

O problema da identidade ou da relatividade do ser é revelado em *O espelho*. Nele, o molde ou padrão do comportamento socialmente estabelecido é desmistificado, as doutrinas e modelos caem por terra, uma vez que restringem o espaço da liberdade humana. A força externa como dominadora do comportamento individual, ou o que Machado ironicamente chama de “teoria das duas almas”, é largamente criticada no conto – a história do alferes resgata a ideia da importância do autoconhecimento e da autoconsciência do indivíduo.

Em diversos momentos de sua produção contística, o autor utiliza-se da técnica do desmascaramento, revelando a outra face, a *segunda natureza* de suas personagens. A sensação pessimista ou o desapontamento do leitor provêm justamente da constatação de que tudo aquilo que fora inicialmente apresentado, na narrativa, como bom, belo e verdadeiro, é, na verdade, cheio de imperfeições. A partir dessa constatação, ficam mais nítidas, também, as causas que levaram à cristalização do humorismo e do pessimismo na visão crítica.

Tocamos, então, na questão da *perenidade* da produção machadiana – força suprema dos traços que atravessam, rasgam os séculos, para se fixarem no presente.

Os textos pertencem a obras publicadas num período de cerca de dezessete anos (de 1882 a 1899). Vimos que essa distância temporal ou cronológica em nada afeta o grau de aproximação entre os textos – como comprovado pela aplicação do teste de correlação – nem a força expressiva dos itens preferenciais, que denotam escolhas privilegiadas para a composição dos textos.

Além da ligação ou proximidade existente entre os contos, percebemos que eles não se tornam obsoletos, que não envelhecem com o passar do tempo: continuam a nos incomodar em nossa aparente modernidade.

A obra de Machado tem, de fato, caráter inesgotável. A natureza polissêmica acentuada deve-se, principalmente, ao espaço de estabelecimento de sentidos, de significados, que cada texto oferece. Suas temáticas falam diretamente ao homem, tratam de questões que tocam precisamente aspectos da natureza humana e que são, portanto, atemporais e universais. Em suas particularidades,

os textos formam um conjunto homogêneo, em que os elementos lexicais da narrativa são brilhantemente dispostos – toda a “orquestra” toca em perfeita harmonia.

### 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Modesto de. *Biógrafos e Críticos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1939.
- ASSIS, Machado de. *A Semana*. Intr. e notas John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. 9. reimpr. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, Diana L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOSI, Alfredo (et al.). *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- BOSI, Alfredo. *Machado de Assis – O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- BRAGAZZA, Daniela. *Análise textual e discursiva dos contos de Machado de Assis*. Toulouse, 1996. 273 f. Maîtrise – Université de Toulouse le Mirail.
- CAMLONG, André; CAMLONG, Claudie. *Les dieux sont morts. Réflexions sur la génétique du discours*. Paris/Toulouse: C.R.I.C et OPHRYS, 1995.
- CAMLONG, André. *Esthétique et éthique dans les contes de Machado de Assis*. In: Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XXVI. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 681-726.
- CAMLONG, André. *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive*. Paris: C.R.I.C & OPHRYS, 1996.
- CAMLONG, André. *O discurso das figuras e o discurso literário*. Coimbra: Associação Internacional de Lusitanistas e Poitiers, 1998.
- CAMLONG, André; BELTRAN, Thierry. *Stablex. Manuel d'utilisation*. Toulouse: API, 1991.
- CÂNDIDO, Antônio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968. Col. Debates 1.
- CÂNDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, João Martins. *A informática na análise do discurso. França-Flash Tecnologia de Ponta*, São Paulo: CENDOTEC, 1997.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MEYER, Augusto. *De Machadinho a Brás Cubas*. *Revista do Livro*. Edição Comemorativa do Cinquentenário da Morte de Machado de Assis, Rio de Janeiro: ano III, p. 9-18, 1958.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *O livro de ouro do universo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas de discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2001.

- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Ed.da UNICAMP, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- SECCHIN, Antonio Carlos (Org.) et al. *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: Infolio, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Posição de Machado de Assis. *Revista do Livro*. Edição Comemorativa do Cinquentenário da Morte de Machado de Assis, Rio de Janeiro: ano III, p. 95-99, 1958.
- ZAPPAROLI, Zilda M. Considerações sobre a utilização de novas tecnologias na análise do léxico do português falado culto de São Paulo. In: PRETTI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997.
- ZAPPAROLI, Zilda M. In: NUNES, J.H. e PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Pontes, 2002.
- ZAPPAROLI, Zilda; CAMLONG, André. M. *Do léxico ao Discurso pela Informática*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2002.

## 8. EDSON LUIZ OLIVEIRA, FFLCH - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### TEMA 2.1. LÍNGUA PORTUGUESA E IDENTIDADE TIMORENSE, EDSON LUIZ OLIVEIRA – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Os navegantes portugueses chegaram à ilha de Timor no início do século XVI, interessados que estavam no sândalo, árvore que se encontrava em abundância nos bosques daquela ilha da Insulíndia – algo semelhante ao que acontecera no Brasil com o pau-de-tinta. Enquanto os comerciantes portugueses praticavam a exploração daquela madeira exótica, muito valorizada na China, onde era utilizada na confecção de móveis e artefatos de luxo, missionários católicos se estabeleciam no arquipélago, difundindo o cristianismo e ensinando a língua portuguesa. Ao longo do tempo, a exploração sem critérios resultou na quase extinção das árvores de sândalo. Porém, a língua portuguesa e a religião católica permaneceram.

Atualmente, num ambiente de competição linguística, o português tem vantagens a seu favor que não podem ser desprezadas, podendo funcionar como um traço de distinção. Na memória dos fatos da resistência timorense, a língua é

sempre lembrada como referência da identidade e traço de diferenciação. Na ocasião da escolha da língua oficial do Estado independente de Timor-Leste, houve um amplo debate sobre qual seria a língua oficial mais indicada para a jovem nação. No entanto, acabou predominando a posição de que o português, juntamente com o tétum, seria a língua que mais poderia contribuir para reforçar a identidade timorense, diferenciando-se de seus vizinhos.

Estamos vivendo momentos importantes para a consolidação da identidade timorense, ao mesmo tempo que Timor-Leste se recupera do choque de modernidade que significou a intervenção da ONU no país durante o período de transição, que resultou numa intensa convivência com a comunidade internacional. Como não poderia deixar de ser, a evolução da consciência nacional timorense deverá resultar, inevitavelmente, na formação de uma literatura diferenciada em língua portuguesa. Evidencia disso é o maior de seus poetas: Xanana Gusmão, de nome timorense e sobrenome português.

### 1. A TERRA ONDE NASCE O SOL

“Timor Loro'sae” é o nome de origem malaia que os timorenses gostam de usar para se referir a seu país, que significa “a terra onde nasce o sol”. Na verdade, esse cognome se refere à parte oriental da ilha, que após tratados de partilha com os holandeses, firmado em 1859, permaneceu como colônia portuguesa até 1975; ficando conhecida internacionalmente como “Timor Português”.

Localizada a mais de 15.000 km da metrópole europeia, a colônia não conseguia se autofinanciar, ficando na dependência de Goa, Macau e mesmo do Brasil, na época do Reino Unido (1815-1822). De tal forma que teve de encontrar formas próprias de sobrevivência.

*Devido ao isolamento, Timor Oriental, contrariamente às demais colônias portuguesas, orientou seu comércio mais na direção dos países da região do que para a metrópole. Fato bastante notório, Portugal destinou o essencial das suas energias*

*para suas colônias africanas, especialmente Angola e Moçambique.*

*O nível de vida do Timor português permaneceu muito baixo (US\$ 40 de renda per capita, em 1975, dados da ONU), não diferindo, contudo, do encontrado na parte ocidental (holandesa/indonésia) da ilha. (Waldman, 1997:39)*

Não podemos deixar de comparar o método de colonização utilizado pelo portugueses com aquele dos holandeses vigente do outro lado da ilha de Timor, aliás uma temática que, vez por outra, também surge na historiografia brasileira, quando se fala da ocupação holandesa no nordeste brasileiro. Geoffrey Hull faz essa análise comparativa. “Essa comparação é feita e analisada, contextualizando as influências holandesa e portuguesa em suas respectivas colônias, à época, quanto à imposição cultural, linguística e religiosa” (Barbosa, 2013:31).

*No estudo da história mundial são bem conhecidas as diferenças entre os modelos de colonialismo holandês e português. O que qualquer pessoa pode observar é que o colonialismo português e holandês produziram tendências opostas nas terras colonizadas. Sem querer simplificar este tema tão complexo, é possível afirmar que os holandeses estavam pouco interessados (pelo menos ao nível político) em se misturar com os povos indígenas.*

*Os holandeses tinham pouca motivação para impor a religião calvinista aos seus súditos. Não fazia parte dos seus projetos obrigar os indígenas a aprender o idioma holandês (na sua vasta colônia os holandeses aprenderam eles mesmos o malaio, e encorajaram o seu uso em todos os sectores). (Hull, 2001:35-36 – in: Barbosa, 2013:31)*

## **2. O DESPERTAR DA IDENTIDADE**

O despertar da identidade timorense é de grande antiguidade. Inicialmente, na luta contra os concorrentes holandeses, um grupo de mestiços trazidos das

ilhas de Flores e Solor estava do lado dos portugueses. Eram chamados topasses, filhos dos contatos interétnicos entre portugueses, nativos e escravos vindos de outras possessões portuguesas.

Em 1663, com a morte do comandante português, um capitão topasse assume o comando. E assim, esses mestiços, também chamados pelos holandeses de “portugueses pretos” vão se consolidando como um verdadeiro poder local, chegando a expulsar o governador português em 1705 e confrontar os holandeses em 1749, sendo, porém derrotados por estes em Kupang.

Com a mudança da capital de Lifau para Díli em 1769, o Timor Português adquire configurações muito próximas do que é hoje a extensão territorial de Timor-Leste. Aos poucos, as guerras entre os reinos são controladas pela administração portuguesa e a Igreja Católica aumenta sua influência através do implemento da educação, formando uma elite local de falantes do português, constituída principalmente por filhos de autoridades locais (liurais).

Assim, decorreram longos anos de convivência administrativa e comercial com os portugueses, durante os quais elementos culturais e religiosos marcaram profundamente o comportamento dos povos que habitavam a parte leste da ilha. Do Brasil, sede do Império entre 1808 e 1822, é trazida a cultura do café que passa a ser o produto número um de exploração comercial de Timor a partir de então.

## **3. PROVÍNCIA DE ULTRAMAR**

O Estado Novo Português, lançado no entre-guerra, desenvolveria uma política totalitária e colonialista. “O fascismo português, ou salazarismo, iniciou-se em 1932 com a ditadura do ministro das Finanças, Antônio de Oliveira Salazar. O regime caracterizava-se por um conservadorismo de matiz católica, pela feroz repressão aos trabalhadores e às organizações populares e pela determinação em ver nas 'colônias de Ultramar' o cenário privilegiado de um 'papel civilizador' do qual o regime estaria incumbido pela história” (Waldman, 1997:65).

Portanto: “Até à mudança de governo em Lisboa, em Abril de 1974, Portugal considerava Timor Leste, onde tinha começado a estabelecer a sua administração

*colonial há mais de quatro séculos, como sua 'província ultramarina'. A Assembleia das Nações Unidas rejeitou essa posição, declarando, em 1960, que os territórios sob administração portuguesa eram territórios sem governo autônomo, de acordo com o teor do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas” (Martin, 2001:37).*

Tendo como ideia principal que Portugal seria um território “pluricontinental e multicultural”, reforçando, assim, seu caráter expansionista. *“A publicação do Ato Colonial, em 1930, na altura em que Salazar assumia a pasta do Ministério das Colônias, reforçava as pretensões da política colonial do Estado Novo, afirmando-se, assim, a ‘missão histórica’ portuguesa no ultramar. As colônias serviam tanto para escoar os produtos da metrópole quanto para fornecer matérias-primas baratas como meio de propaganda, a fim de provar a grandeza do país, daí o grande interesse econômico e político por parte da metrópole” (Costa, 2012:73).*

*O termo “colônias” não era novo em Portugal, sendo usado desde o século XVI, ou até antes disso. Mais tarde, em 1633, passou-se a usar o termo “províncias de ultramar” juntamente com o termo “colônias”. Em 1926, os territórios de além-mar passaram a ser reconhecidos apenas como “colônias”. Entretanto, em 1951, Salazar passou a usar, oficialmente, a designação de “províncias de ultramar”. Essa mudança não foi à toa: como vinha sofrendo duras críticas por parte dos outros países, ao chamar as “colônias” de “províncias” do ultramar”, defendia-se com a ideia de que as antigas colônias eram parte integrante de Portugal. (Secco, 2004)*

#### **4. OCUPAÇÃO JAPONESA**

Em fevereiro de 1942, tropas japonesas invadiram a ilha, iniciando uma ocupação que duraria três anos e foi um dos períodos mais sangrentos da história de Timor – sendo que, parte da população resistia à ocupação estrangeira, enquanto o Japão prometia a independência do país. *“Cerca de 40 mil timorenses morreram durante a Segunda Guerra Mundial apoiando os comandos australianos que combatiam os japoneses” (Chomsky, in: Waldman, 1997:15).*

O trágico desfecho da Segunda Guerra Mundial, que resultou na rendição incondicional do Japão, teve como consequências a devolução do território timorense para Portugal; que, no entanto, continuará demonstrando pouco empenho na administração da província de ultramar. Esquecida pelos portugueses, Díli, a capital, apenas nos anos 1960 começou a dispor de luz elétrica, enquanto as zonas rurais do resto do país permaneciam isoladas.

Quanto à vizinha do sul, a gigantesca Austrália, esta somente “começou a dar atenção a Timor quando, em 1947, recebeu relatórios referentes à existência de grande quantidade de jazidas de petróleo no mar. O governo australiano imediatamente tentou entrar em negociação com o governo português a fim de definir a fronteira marítima, com o argumento de que o local onde se encontravam as jazidas estava numa zona que fazia parte da plataforma continental e por isso pertencia à Austrália.

Portugal não aceitou os termos de negociação e entregou a exploração do petróleo a empresas privadas” (Costa, 2012:26). Anos mais tarde, em 1978, motivada por razões pragmáticas, a Austrália se tornaria o primeiro país a reconhecer, de jure, a integração de Timor-Leste como parte da Indonésia, mesmo contrariando as resoluções das Nações Unidas e da maior parte da sociedade internacional.

#### **5. A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

Timor seguia em seu sossegado ostracismo, quando, “em abril de 1974, eclodiu a ‘Revolução dos Cravos’, pondo fim a 42 anos de fascismo.

Sem dúvida alguma, a reconquista das liberdades democráticas em Portugal teve na luta dos povos das colônias sua mais relevante contribuição. É também a partir da guerra anticolonial que podemos entender questões como a solidariedade dos países africanos a Timor” (Waldman, 1997:66).

*A “Revolução dos Cravos” em Portugal abriu uma nova era para as colônias portuguesas. Portugal reconhecia agora as*

*obrigações definidas no Capítulo XI e, em Julho de 1974, foi aprovada uma lei revogando a definição anterior de “província ultramarina” e aceitando o direito das colônias à autodeterminação, incluindo a independência. Em Julho de 1975 foi aprovada uma lei que providenciava a constituição de um governo de transição em Timor Leste, para preparar a eleição de uma assembleia popular em 1976. Previa o término da soberania portuguesa em Outubro de 1978 (Martin, 2001:38).*

Foi também durante os anos 1970, que nasceram os primeiros partidos políticos em Timor. Antes disso, os nacionalistas timorenses tiveram que superar o isolamento e a repressão da ditadura salazarista; à medida que tomavam conhecimento das lutas empreendidas pelos movimentos de libertação nas colônias portuguesas da África. *“Estudantes timorenses travaram, em Lisboa, contatos com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (PAIGC), com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e com a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).*

*Os timorenses assimilaram as experiências destas organizações, procurando adaptá-las à sua realidade” (Waldman, 1997:46).*

Infelizmente, esse despertar político durou muito pouco, pois a Indonésia invadiu o país que dava os primeiros passos rumo à independência, em 1975.

## 6. LÍNGUA PORTUGUESA E RESISTÊNCIA

Com suas 16 línguas nativas – entre as quais, o português seria apenas mais um dos muitos idiomas estrangeiros que disputam espaço no ínfimo território timorense. Mas a verdade é que a língua portuguesa tem um caráter muito especial para os timorenses. É em português, ou em tétum, a língua franca nacional, que o “poeta-guerrilheiro” Xanana Gusmão se comunicava com seu povo nos dias heroicos da Resistência Timorense. Embora ele também fale muito bem outros idiomas e tenha se casado com uma mulher australiana.

A Santa Missa, ritual importante na vida dos timorenses, também é comumente rezada em tétum ou em português. Os documentos da Resistência Timorense, igualmente, foram escritos em sua maioria em língua portuguesa, que aliás é a língua utilizada regularmente no Parlamento Nacional da RDTL nos dias atuais.

Por outro lado, os timorenses possuem formas de expressão próprias muito antigas, transmitidas oralmente nas diversas línguas faladas no território. O tétum, considerado há muito tempo a “língua franca” de Timor, é também, a que possui mais textos escritos pelos timorenses, depois do português e do inglês.

O fato da cultura timorense ser fundamentada na tradição oral não poderá nunca ser desprezado. Pois, não é raro no Timor um acontecimento ter mais do que uma versão: a história oficial e outras tantas histórias que se contam nos cafés de Díli, nas reuniões de amigos, nas Knuas.<sup>94</sup>

Hoje, apesar de sua superfície terrestre de apenas 19.000 km<sup>2</sup>, a meia ilha de Timor-Leste é uma amálgama de culturas que somente agora, no período pós-independência, começa a compreender o que significa ser uma nação. Um grande desafio para um país tão pequeno; pois:

*Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica entre compatriotas. Ela é também uma estrutura de poder cultural, que, por meio de ‘dispositivos discursivos’, procura suprimir toda diferença cultural como meio para impor uma hegemonia cultural mais unificada. As diferenças culturais têm que ser esquecidas para forjar essa identidade nacional mais homogênea, ou seja, os diferentes grupos étnicos, culturais e classes sociais que dividem internamente a nação. Neste sentido, os silêncios das narrativas identitárias nacionais justificam-se na necessidade de uniformizar, manter a unidade do tecido social. Distante das divisões e contradições internas, a nação pode impor-se como comunidade de lealdades. Para tal, as diferenças e divisões internas são representadas como se fossem*

*unificadas pelo poder cultural, ou seja, representa-se como sendo constituídas por um povo único, com língua, religião, passado, costumes e tradições comuns. (Hall, 2001:59-60)<sup>95</sup>*

Desde o início do período de reconstrução nacional, vem sendo desenvolvida uma política linguística muito interessante de revitalização gradativa do português como língua de instrução nas escolas de Timor-Leste. Porém, a implementação dessa nova política linguística representa um grande desafio para o país – por uma série de razões: na maioria das vezes, somente aqueles professores que concluíram a educação secundária antes de 1975 falam razoavelmente o português. Os demais, compondo a vasta maioria de professores, foram educados em língua indonésia. Assim, os alunos que estudam com professores os quais não possuem, eles próprios, proficiência em português, estão menos aptos a atingir o domínio da língua portuguesa, como se esta fosse uma língua estrangeira. Afinal, o português é apenas a terceira ou quarta língua para muitos estudantes timorenses. Também, aquelas crianças que a língua materna não é o tétum terão que aprendê-la primeiro. Embora sendo a língua materna de apenas 16% da população, o tétum se tornou a língua franca para muitos outros, com a vantagem de não apresentar grande dificuldade de aquisição.

Interessa-nos discutir essas questões de identidade, na medida em que nos ajuda a compreender o que está ocorrendo hoje em Timor-Leste. Depois da independência, muitos timorenses que viviam no exílio retornaram para casa, trazendo cada qual uma bagagem cultural diferente, a qual vão agora compartilhar com os outros timorenses que ficaram no país, como comenta a jornalista e escritora Ângela Carrascalão:

*Entre os que vieram da Austrália, os de Portugal, os de outros países de língua portuguesa e os de dentro a que se acrescentam os timorenses que estudaram e viveram na Indonésia, cada grupo interiorizando os hábitos do respectivo país de acolhimento. De entre os cambiantes, talvez seja de realçar a propensão para o uso da língua com a qual cada grupo melhor se identifica. Por isso se explica que*

*Timor-Leste seja uma autêntica babel a que não escapam as instituições públicas e os próprios ministérios, com a elaboração e difusão de documentos oficiais conforme a língua da preferência dos que têm poder decisório ou dos que intervêm na elaboração dos documentos, a maior parte das vezes ignorando-se as duas línguas oficiais, de entre as quais uma, o tétum, é também língua nacional. (Carrascalão - Blog 07/12/2006, Permalink).*

## 7. RELIGIÃO CATÓLICA E LÍNGUA PORTUGUESA

Como vimos, “A evangelização, iniciada no século XVI, foi o primeiro 'marco civilizatório' da colonização. Sob proteção da coroa portuguesa, frades dominicanos estabeleceram a primeira colônia européia permanente em Timor” (Waldman, 1997:43). A assimilação dos costumes portugueses foi lenta e nunca foi uniforme em todo o território. “Não se sabe exatamente de quando data o costume dos régulos que se convertiam ao catolicismo se declararem vassalos del-rei de Portugal; mas, seja como for, é claro que antes do terceiro quartel do século XVII tal vassalagem, a existir, era sobretudo simbólica e honorífica, pois continuava a não haver qualquer autoridade portuguesa permanente em Timor” (Matos, 2006:5 – citado por Barbosa, 2013:29).

A partir daí, desenvolveu-se uma forma de cristianismo muito própria de Timor; uma vez que como atesta Geoffrey Hull tal conversão não teria sido forçada e dava margem a um peculiar sincretismo religioso.

*Os portugueses chegaram à ilha de Timor com a finalidade – embora não totalmente realizada durante o período colonial – de converter toda a população ao catolicismo. Embora seja de notar que a conversão não foi forçada (como havia sido em Goa e Malaca), a maioria dos régulos timorenses aceitou o batismo, recebendo nomes portugueses e títulos aristocráticos. Em muitos reinos a bandeira portuguesa tornou-se um lúlic (objeto sagrado), guardando e adorado em casas sagradas. (Hull, 2001:36 – citado por Barbosa, 2013:32)*

95 Citado por Jérri Roberto Marin, in: Abdala Jr./Scarpelli, Marli (orgs.) Portos Flutuantes, trânsitos ibero-afro-americanos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 335.

Já no final do século XX, no período da ocupação indonésia, conforme os conflitos se acirravam, e a causa timorense parecia definitivamente perdida, “a grande maioria dos timorenses voltou-se para o catolicismo como forma de preservar sua identidade, numa clara recusa dos valores do novo colonizador. Como afirmou o bispo de Díli, d. Ximenes Belo, ao jornal *O Clarim*, de Macau (edição de 13/08/83), “trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós a defesa de sua identidade” (Waldman, 1997:36). Houve momentos de grande politização da religião.

*Colocada em uma situação de confronto direto com o Vaticano e também com os católicos indonésios – em larga medida favoráveis à tese da integração – a Igreja timorense sustenta divergências com setores ditos “laicos” da resistência, para os quais a Igreja se mostraria demasiado compassiva e aquiescente. Contudo, em nenhum momento tais divergências afetam a compreensão de que a Igreja mantém um compromisso explícito na defesa dos direitos do povo maubere. Isto porque, para o povo maubere, independentemente de posicionamento do papa ou da postura da Igreja local, o catolicismo é em si mesmo um símbolo por excelência de sua identidade. (Waldman, 1997:88-89)*

Na esteira da ocupação indonésia, o espaço conquistado pelo catolicismo se amplia. Com a necessidade de se diferenciar culturalmente do invasor, de maioria muçulmana, os timorenses se apegam ao catolicismo. Tanto que, Timor-Leste é hoje, juntamente com as Filipinas, as duas únicas nações asiáticas de maioria cristã.

Além da língua portuguesa é a religião católica o que mais diferencia o timorense de seus vizinhos. Assim, mesmo aqueles que não falavam português recorriam aos padres e às mães na hora de desespero. As missas, por sua vez, eram comumente rezadas em tétum, língua amplamente difundida entre a população mais humildes.

**António Duarte de Almeida e Carmo questiona:** “Estarão os timorenses, de facto, convertidos à fé católica, ou o surto de batismos não significará mais do que a forma encontrada para escapar ao genocídio, refugiando-se à sombra protetora da Igreja que sempre os acolheu de braços abertos?” E ele mesmo responde<sup>96</sup>:

*Para responder corretamente a esta questão fundamental, há que saber distinguir conversão de catequização, que são estádios diferentes no itinerário da fé. O convertido é aquele que aceita o essencial da mensagem, aquilo a que se chama o “fundamental cristão” e se dispõe a viver em conformidade com as suas exigências, jogando nisso todo o seu ser — o que pode ir até ao sacrifício da própria vida. A este fundamental cristão a Igreja primitiva chamava o kerigma, que corresponde ao cerne do que mais tarde veio a ser fixado e desenvolvido no Credo.*

*Por seu lado, a catequese (Didaké) desenvolve as implicações do fundamental cristão, procurando esclarecer as verdades da fé, doutrinando os já convertidos. [...] Ao ver como os timorenses reagiram perante as atrocidades da guerrilha após o referendo, sem ódio nem vingança, ao testemunhar como rezavam nas montanhas onde se haviam refugiado com os filhos mas também com as imagens que puderam salvar, não restam dúvidas de que estamos perante um povo convertido, embora ainda com grandes necessidades a nível de catequese. É nesse sentido que se pode dizer que Timor é ainda paradoxalmente “terra de missão”, embora já com amplas provas dadas em termos de fidelidade à sua fé cristã. (Carmo, 2002)*

No período pós-conflito, quando se tenta estabelecer uma política visando um Estado laico, a questão religiosa mais uma vez se politiza conforme nos conta Pazeto, Senior Advisor da ONU para Planeamento da Educação no Ministério da Educação de Timor-Leste (2011:262):

96 Disponível em: [http://janusonline.pt/sociedade\\_cultura/sociedade\\_2002\\_2\\_5\\_a.html](http://janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_2002_2_5_a.html)

*Com a restauração da Independência e a criação do novo País, a tradição da Igreja Católica, ao longo dos quase cinco séculos naquele país, teve que se adequar ao advento da Constituição no novo Estado [...]*

*O Plano de Implementação do Currículo para a Educação Primária, aprovado em Outubro de 2004 pelo Conselho de Ministros (25/02/05), que vem sendo experimentado desde Janeiro de 2005, em 32 escolas do 13 Distritos, ao referir-se à educação religiosa no currículo da educação primária, assim se expressa: “o ensino da Religião é estipulado individualmente por cada escola, sem prejuízo do horário das disciplinas obrigatórias. Como disciplina facultativa, a Religião não conta na avaliação, nem é condição para aprovação ou passagem de ano” (Pazeto 2011:262).*

Entretanto, naquele mesmo ano de implementação dessa nova política de ensino laicizante, uma significativa parte da comunidade religiosa timorense não se conformou com as diretivas propostas e deu início a uma série de manifestações em que reivindicavam a anulação das medidas.

*Foram protagonistas desse movimento, em março de 2005, os Bispos Católicos, dirigentes de Instituições Religiosas, de escolas e lideranças comunitárias e de algumas lideranças políticas, que se notabilizaram por organizar e concentrar em torno de 5.000 pessoas vindas de todas as comunidades e regiões do país, por mais de 20 dias seguidos, em frente ao Palácio do Governo, com manifestações de protesto contra as medidas que vinham sendo implementadas. (Pazeto, 2011:263)*

Esses acontecimentos evidenciam o quanto a religião católica é uma questão sensível na comunidade timorense, constituindo-se como fator identitário de grande apelo popular. Como bem demonstra a forma sui generis que assumiu essas manifestações: *“Diariamente, às 4:00 horas da manhã tinha início a concentração em frente ao Palácio do Governo, cujo término após às 22:00 horas. Ao longo desse período, a programação era preenchida por orações,*

*cânticos religiosos, relatos, pronunciamentos e manifestações públicas, denunciando a intervenção do Estado na educação escolar” (Pazeto, 2011:263-264).*

Nesse contexto, algumas questões ainda permanecem em aberto: a disseminação do catolicismo durante o período dos conflitos fazia parte da resistência ao invasor – será que agora com a volta à normalidade os timorenses continuarão fiéis ao credo católico? – Além disso, em Timor-Leste, como na África de língua portuguesa, as igrejas evangélicas, especialmente as de origem brasileira, também estão em franca expansão. Como irão reagir os timorenses frente a essa nova realidade?

## 8. O ARQUIVO DA RESISTÊNCIA E A IDENTIDADE NACIONAL

José Mattoso, intelectual de origem portuguesa, radicado no Timor-Leste, é o grande ideólogo da identidade timorense. Por isso não poderíamos deixar de ouvi-lo. Como pensador do momento pós-colonial, ele tem plena consciência das limitações impostas pela herança colonial:

*Um dos maiores problemas culturais dos países de origem colonial é, como se sabe, o questionamento da sua identidade. Com efeito, a maioria deles retomou as fronteiras traçadas pelos países colonizadores. Estas, por sua vez, nem sempre correspondiam a fronteiras étnicas; resultavam de acordos e compromissos políticos definidos pelos interesses europeus. Mas a marca dos colonizadores, concretizada sobretudo na língua e nos hábitos administrativos, permaneceu, e a maioria das fronteiras coloniais perpetuou-se, mesmo quando eram arbitrárias.*

*Daí resultaram frequentes conflitos étnicos que ainda hoje ensanguentam vários países africanos e asiáticos. Muitos têm de se sujeitar à dolorosa prova que consiste em resolver pela força as contradições que opõem entre si as componentes étnicas do território, apoiadas em recursos econômicos ou militares desiguais, sustentadas ou não por forças imperialistas de outros*

*países que procuram explorar conflitos internos em função dos seus próprios interesses. (Mattoso, 2012)*

Mattoso focaliza em *O Arquivo da Resistência e a Identidade Nacional*<sup>97</sup> o caso específico de Timor-Leste, que não foge desse parâmetro:

*Timor não escapa a esta problemática. Tem um traçado fronteiriço imposto pelo arbítrio das vicissitudes coloniais, sofreu as violências da guerra civil e os horrores de uma longa dominação estrangeira, o seu governo não parece ser capaz de vencer a oposição ou a resistência passiva à língua e à estrutura administrativa que escolheu. Depois de ter ultrapassado de uma forma quase milagrosa a prova da dominação estrangeira, tem agora de demonstrar que a sua consciência de identidade é suficientemente forte para resolver os conflitos internos, de base étnica e de base política, e para sustentar uma cultura própria face às culturas hegemónicas que o rodeiam, nomeadamente a indonésia e a australiana. (Mattoso, 2012)*

### 9. A VONTADE DE SER INDEPENDENTE

Matoso (2012) também analisa o significado que a luta pela independência teve na formação de uma consciência nacional timorense:

*A prova do suporte popular à luta pela independência, está feita de uma maneira exemplar: foi ela que sustentou a luta armada e que deu a uma meia dúzia de guerrilheiros sem armas nem dinheiro a capacidade para enfrentar durante vinte e quatro anos dezenas de milhares de soldados com armamento pesado, treinados pela maior potência militar do mundo. Foi ela que fez do slogan «Pátria ou morte» um princípio tragicamente verdadeiro, dezenas de milhares de vezes demonstrado por outras tantas humilhações, assassinatos, torturas, violações. A vontade popular*

*de ser independente é, pois, um facto bem demonstrado, sem que seja preciso perguntar se os seus protagonistas sabiam porquê.*

Atualmente, vários idiomas circulam no universo cultural timorense. A professora de língua portuguesa Jerusa Gharcia da Missão Brasileira explica: *É bastante comum encontrarmos jovens que falam português conosco, o inglês com seus colegas australianos, o indonésio com seus colegas de escola, o tétum com timorenses comuns e o dialeto particular com seus pais, avós e tios*. (Gharcia, 2006, p. 54)

O tétum também era utilizado para a comunicação de pessoas de diferentes regiões, porém o seu uso se difundiu durante a invasão indonésia, com o consequente deslocamentos de populações e a adoção deste idioma nos cultos católicos. *“A adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor foi em parte responsável por essa rápida propagação, adoção e efetiva utilização pelos timorenses. Dessa forma, o tétum funciona com língua veicular, como se pôde constatar, por exemplo, nos momentos em que pessoas de procedências diversas conversam informalmente, a língua utilizada é o tétum – daí ser reconhecida como língua de coesão nacional”* (Brito, 2010:8 – citada por Barbosa, 2013:36).

Com a sua notável lucidez, Mattoso disserta sobre o fenômeno da identidade nacional num contexto multicultural, como é caso do Timor-Leste:

*O nascimento de um país novo suscita um problema ao mesmo tempo interessante e difícil, quando se trata de o estudar do ponto de vista da identidade nacional. Pergunta-se, então, se trata de um fenômeno natural ou artificial, isto é, se foi precedido por fenômenos coletivos que obrigam a distinguir o povo do território em causa dos de outros territórios, ou, pelo contrário, se é sobretudo o resultado de um conjunto de atos voluntários decididos por um conjunto minoritário de indivíduos.*

<sup>97</sup> Timor-Leste (Memória), disponível em: <http://amrtimor.org/drt/index.php> em: 22/10/12.

*Todavia, o problema não se pode resolver por meio desta alternativa elementar. Por um lado, é inevitável admitir que o fenômeno da identidade nacional tem sempre de se revelar de forma diferenciada: o fenômeno tem graus, o que quer dizer que não há apenas uma forma de identidade; esta pode ser mais clara ou mais obscura, sem por isso deixar de existir. Por outro lado, a proclamação da independência é ela própria um momento muito importante do processo de conscientização coletiva da identidade, embora não seja suficiente para lhe garantir as forças, nem a sua clareza. Por outras palavras, a relação entre independência e identidade não é uma relação necessária; normalmente uma e outra complementam-se, mas a sua inter-relação não é mecânica. (Mattoso, 2001:6)*

O caso de Timor-Leste é interessante como exemplo de como a cultura e a tradição pode se transformar em arma política: “De um lado, o imperialismo do Estado Indonésio, onde a força externa tem raízes no sofrimento dos muitos povos sob o seu domínio. Do outro, uma pequena Nação que encontra na evocação clandestina do seu passado comum com os valores da cultura portuguesa um alimento para a autoafirmação da sua identidade” (Viriato Soromenho Marques, in: Gusmão, 1994:XI). Nas palavras do político português Mário Soares (in: Gusmão, 1994:XIV), na apresentação do livro de Xanana Gusmão, *Timor Leste, um povo uma pátria*:

*Os indonésios pensaram que a violência sobre a população e o isolamento do pequeno território – bem como o alheamento internacional – forçariam à rendição. Supuseram que o tempo jogava a seu favor. Enganaram-se! Não contaram com a resistência timorense – encarnada por homens da estirpe de Xanana Gusmão – nem com a serena afirmação de identidade linguística e religiosa de um Povo, que encontrou uma referência irrecusável na serena mas firme fidelidade de um apóstolo da verdade, como Monsenhor Ximenes Belo.*

Era o futuro da língua portuguesa em Timor-Leste que estava também em jogo quando o às 21 horas do dia 3 de setembro de 1999, sexta-feira, em Nova Iorque, o Secretário-Geral Kofi Annan informou o Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o resultado da Consulta Popular em Timor-Leste:

*Assim, a 30 de Agosto de 1999, num ato de coragem e determinação, o povo de Timor Leste saiu à rua em grande número para votar na consulta popular, exprimindo a sua vontade sobre o futuro do Território. Os votos expressos foram já contados e Comissão Eleitoral já avaliou todas as reclamações relevantes e validou os resultados do processo de consulta popular. Por isso, no cumprimento da tarefa que me foi confiada pelos Acordos de 5 de Maio, cabe-me anunciar que o resultado da votação é de 94.388, ou 21,5 por cento, a favor, e 344.580, ou 78,5 por cento, contra a autonomia especial proposta. (Annan in: Martin, 2001:28)*

Uma vez que a autonomia significaria a anexação ao Estado unitário da Indonésia, ainda que com direito à uma suposta autonomia – o que consequentemente significaria o golpe final para a permanência da língua portuguesa no Timor-Leste. Enquanto a independência significava um futuro de autodeterminação não somente territorial, mas sobretudo cultural. Ainda que isso ainda houvesse de custar caro para a população timorense – uma vez que o anúncio do resultado da votação seria “o sinal para que a violência estalasse em todo o Território, fazendo com que centenas de pessoas fossem mortas, edifícios destruídos numa escala sem precedentes e que quase toda a população fosse deslocada” (Martin, 2001:29).

Os sofrimentos foram muitos, mas no final o povo timorense conquistou o que mais desejava – ser independente, restando agora a consolidação dessa independência tão duramente conquistada.

*Todavia a independência política, sobretudo de países jovens, não é um facto definitivo. As independências ganham-se e perdem-se. A prova do seu enraizamento é o tempo. Uma independência recente é sempre ameaçada. Mesmo que permaneça como facto*

*político, pode extinguir-se como facto cultural. No mundo de hoje já não há colónias, mas o colonialismo cultural e económico podem fazer da independência uma farsa. Mas devemos esperar que um país que lutou com tanto sacrifício e tanta tenacidade pela sua independência, lute agora com a mesma determinação pela consciência cultural da sua identidade.*

*Dentre as diversas componentes da consciência de identidade, a história coletiva do povo é, sem dúvida, a mais importante. No caso de Timor, é óbvio que a Resistência constitui o facto histórico mais importante da sua curta história. Por outro lado, é também aquele que melhor representa a consciência coletiva. Está na memória de toda a gente, envolveu pessoalmente quase todos os Timorenses, traduz-se em muitos e muitos episódios que demonstram o seu carácter popular. (Mattoso, 2012)*

A memória dos povos são tão frágeis quanto a memória individual, por isso é tão importante registrar esses fatos, para que não se percam.

*Trata-se, porém, de um facto expresso por uma memória frágil, enquanto não for escrito. Num país com 54 % de habitantes com menos de 15 anos, pode-se esvair em poucas dezenas de anos. Se os Timorenses querem, de facto, manter a convicção forte de que merecem a independência, têm de escrever tão depressa quanto possível a história da sua luta. E se a não podem escrever toda de uma vez, em poucos anos, têm, pelo menos, de guardar cuidadosamente os seus testemunhos escritos (e também o maior número possível de testemunhos orais, por meio de gravações vídeo e áudio). O Arquivo da Resistência, organizado com as fotografias e documentos escritos e áudio que até hoje foi possível recolher, por iniciativa e sob os auspícios do Presidente Xanana Gusmão tem, é claro, a função de preservar a memória da ação coletiva de que Timor-Leste nasceu como país independente. (Mattoso, 2012)*

Nesse sentido, Mattoso cita como exemplar o empreendimento da Fundação Mário Soares que apoia a preservação do Arquivo da Resistência:

*Ao colocar consideráveis recursos pessoais e técnicos ao serviço deste empreendimento, a Fundação Mário Soares entende prestar um serviço importante a Timor-Leste. A sua colaboração foi decisiva para recuperar uma documentação muito importante, porque provém do próprio Comando da Luta e se conserva bastante completa, nas suas componentes essenciais, para os anos 1991 a 1999, mas que corria sérios riscos de desaparecer em breve, dadas as condições físicas em que foi guardada. Além disso, a Fundação recolheu uma grande quantidade de documentos de várias procedências para poder completar, com documentos dos anos 1975 a 1991, os dados fornecidos pelo arquivo do Comando da Luta. Ao mesmo tempo, a Fundação criou as melhores condições de acesso para que essa documentação possa ser historicamente interpretada da maneira mais prática e mais rápida. Resta apenas o problema de selecionar os documentos que contêm matérias sensíveis e aos quais só pode haver acesso dentro de alguns anos. Como é evidente, este é um problema político cuja resolução cabe apenas aos órgãos políticos de Timor-Leste. (Mattoso, 2012)*

Os episódios que envolveram a conquista da independência de Timor-Leste são fatos excepcionais que marcaram o Pós-Gerra Fria, sendo o Timor-Leste a primeira nação do século XXI, esses fatos devem ficar na memória ainda por muito tempo, não somente para aqueles diretamente envolvidos no conflito; mas como acontecimentos notáveis, a serem inscritos na história mundial.

*Mas o valor dos Documentos da Resistência Timorense não resulta apenas de ser uma fonte essencial para a história e a identidade de Timor-Leste. A Resistência do seu povo é um dos factos mais impressionantes da História contemporânea. É um dos raros casos históricos de uma ação genuinamente popular com efeitos políticos de âmbito mundial, cujos pormenores e*

*componentes se podem estudar com grande detalhe. Faz já parte da memória de toda a Humanidade.*<sup>98</sup>

Daí a importância de uma historiografia e de uma literatura que se dedique a escrever e interpretar esses fatos excepcionais. E se essa historiografia e essa literatura forem escritas em português, tanto melhor para nós, habitantes desses espaços da língua portuguesa. E nesse caso, não importa que Timor Leste seja um Estado pequeno, com uma pequena população – pois, como bem nos coloca Sérgio Vieira de Mello, em seu pronunciamento de improviso, na ocasião da abertura da Assembleia Constituinte do Timor Leste:

*É verdade que Timor Leste será um Estado pequeno, tanto em tamanho como em população. É também verdade que, durante os primeiros anos de independência, Timor Leste enfrentará muitos desafios internos, econômicos, sociais e políticos, na tentativa de consolidar as conquistas do período de transição. Mas a grandeza de uma nação não é medida por seu tamanho geográfico, nem pelo número de seus cidadãos, ou pelo valor de seu PNB (Produto Nacional Bruto). A grandeza de uma nação está baseada nos ideais sob os quais ela é fundada, o caráter de seu povo, e sua visão do mundo. Considerando estes parâmetros, penso que Timor Leste tem o potencial para tornar-se uma das grandes nações do mundo” (Mello, in Marcovitch, 2004:128).*

Naturalmente, cabe aos timorenses construir essa grande nação, escrevendo a sua própria história, criando uma literatura que a represente. Porém, vale lembrar que – *“Mais do que emblema da resistência do povo timorense, a atividade literária em língua portuguesa constitui hoje manifestação simbólica da forma como ele se imagina com nação, pela mediação de seus escritores (Abdala – in Garmes, 2004, 108).*

Nesse contexto, essa produção literária de língua portuguesa em Timor-Leste ganha uma autêntica representatividade como parte do macrosistema

literário; que inclui toda a comunidade lusófona, da qual também nós, brasileiros, fazemos parte.

## 10. CHOQUE DE MODERNIDADE

A evolução da consciência nacional timorense deverá resultar, inevitavelmente, na formação de uma literatura diferenciada em língua portuguesa. Atualmente, estamos vivendo momentos importantes para a consolidação da identidade timorense, ao mesmo tempo que Timor-Leste se recupera do choque de modernidade que significou a intervenção da ONU no país, durante o período de transição, levando uma intensa convivência com a comunidade internacional.

Culturalmente, esperamos que as experiências de outras literaturas de língua portuguesa sirvam de exemplo para o caso da nascente literatura de língua portuguesa em Timor-Leste. Pois, como diz Rita Chaves:

*“Num mundo que a contaminação colonial povoou de colisões e desacertos, a literatura será uma das vias escolhidas para a formação de um mosaico capaz, ao menos, de sugerir alguma noção de unidade. Como um processo de auto-indagação, o seu exercício será um caminho para a construção da identidade de uma nação que mal começa a ser imaginada”.* (Chaves, 1999:30)

Palavras, ditas no contexto africano de Angola, mas que, sem prejuízo algum, podem ser transplantadas para o ambiente multicultural timorense.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdala Jr., Benjamin. *A história literária e o ensino das literaturas de língua portuguesa*, in: Maria Nery Garcez / Rodrigo Leal Rodrigues (orgs.), *Homenagem das literaturas de língua portuguesa ao Professor Antônio Soares Amora*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, CEP, USP, 1997.

<sup>98</sup>Timor-Leste (Memória), disponível em: <http://amrtimor.org/drt/index.php> em: 22/10/12.

Barbosa, Damares. Roteiro da literatura de Timor-Leste em língua portuguesa. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

Chaves, Rita. *A formação do romance angolano, entre intenções e gestos*. São Paulo: Coleção Via Atlântica, FBLP, USP, 1999.

Costa, Letícia Villela Lima. *Metáforas do mosaico: Timor Leste em Ruy Cinatti e Luís Cardoso*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo, 2012.

GUSMÃO, Xanana. *Timor Leste, um povo, uma pátria*. Lisboa: Ed. Colibri, 1994.

Hull, Geoffrey (2001) “Língua, identidade e resistência”, in: Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Lisboa, No. 14, p. 88.

Marcovitch, Jacques (org.). Sérgio Vieira de Mello, pensamento e memória. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2004.

Martin, Ian (2001) Autodeterminação em timor Leste, as Nações Unidas, o voto e a intervenção internacional. Lisboa: Livros Quetzal.

Mattoso, José (2012) Timor-Leste – Memória. Disponível em: <http://amrtimor.org/drt/index.php>

Mattoso, José (2001) “Sobre a identidade de Timor Lorosa’e”, in: Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Lisboa, Nº. 14.

Pazeto, Antonio Elizio. “Conflito entre Estado e Igreja em Timor-Leste: a questão da Educação Religiosa nas escolas públicas”; in: Maurício Aurélio dos Santos, *Experiências de Professores Brasileiros em Timor-Leste, Cooperação Internacional e Educação Timorense*. Florianópolis: Editora da UDESC, 2011.

Waldman, Maurício/SERRANO, Carlos. *Brava gente de Timor, a saga do povo maubere*. São Paulo: Xamã Editora, 1997.

Apesar de mais recentemente ter sido descoberto um texto totalmente escrito em Português, datado de 1175 (Notícia de Fiadores que se encontra no Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, maço 2, documento 10), os estudiosos continuam a considerar o Testamento de D. Afonso II, datado de 27 de junho de 1214, o marco do início da Língua Portuguesa escrita. A leitura do mesmo não é totalmente perceptível aos leitores do português moderno, uma vez que são muitas as palavras e expressões que desapareceram do léxico ou ganharam novos sentidos com o passar dos séculos.

Atentemos, pois, num excerto da versão original do Testamento de D. Afonso II:

*“En o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal. sendo sano e saluo.teñete o dia de mia morte. a saude de mia alma. e a proe de mia molier raina dona Orraca. e de meus filios. e de meus uassalos. e de todo meu reino fiz mia mãda per que de pos mia morte.mia molier e meus filios e meu reino. e meus uassalos. e todas aquelas cousas que Deus mi deu en poder. sten en paz e en folgãcia. Primeiramente mãdo que meu filio infante don Sancho que ei da raina dona Orraca agia meu reino entregamente e en paz. e ssi este for morto sem semmel: o maior filio que ouuer da raina dona Orraca: agia o reino entregamente e en paz. e ssi filio barõ ãõ ouuermos: a maior filia que ouuermos: agia o. e ssi no tẽpo de mia morte meu filio ou mia filia que deiuer a reinar ãõ ouuer reuora: segia en poder ra raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de meus uassalos ata quando agia reuora. e ssi eu for morto: rogo ao apostooligo, come padre esenior e beigio a terra ante seus pées que el receba em sa comẽda. e so seu difindemẽto a raina e meus filios. e o reino. e ssi eu e a raina formos mortos: rogoli e pregoli que os meus filios e o reino segia em sa comẽda”.*

Numa proposta de reescrita do Testamento de D. Afonso II, feita por Araújo (2003), com base no trabalho do filólogo Vasconcelos Leite, assim pode ler-se:

*“Em nome de Deus. Eu, rei D. Afonso, pela graça de Deus rei de Portugal estando são e salvo, temendo o dia da minha morte, para a*

## 9. GRAÇA B CASTANHO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### TEMA 2.4 - CELEBRANDO OITO SÉCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MARIA DA GRAÇA BORGES CASTANHO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES

#### 1. INTRODUÇÃO

No ano em que a língua portuguesa completa oito séculos da sua existência, este é o momento e o espaço certos para uma justa homenagem não só pela longevidade, mas também pelo papel aglutinador de culturas e povos que a mesma tem vindo a desempenhar. A data que assim o determina é 1214 e o documento em causa é o Testamento de D. Afonso II que se encontra na Torre do Tombo e se constitui como um texto de grande valor histórico e linguístico, uma vez que nos possibilita estudar e perceber a evolução natural do idioma luso (Araújo, 2003).

*salvação da minha alma e para proveito de minha mulher, a rainha D. Orraca e de meus filhos e de meus vassallos e de todo o meu reino, fiz meu testamento para que depois de minha morte, minha mulher e meus filhos e meu reino e meus vassallos e todas aquelas coisas que Deus me deu para governar estejam em paz e em tranquilidade. Primeiramente mando que meu filho, infante D. Sancho, que tenho da rainha D. Orraca assumo o meu reino inteiramente e em paz. E se este morrer sem deixar descendentes, o filho mais velho que houver da rainha D. Orraca tenha o meu reino inteiramente e em paz. E se não tivermos filho homem, a filha mais velha que tivermos, assumo o reino. E se no tempo da minha morte, meu filho ou minha filha que deve reinar não tiver idade, esteja o reino em poder da rainha, sua mãe. E meu reino siga em poder da rainha e de meus vassallos até quando cheguem à idade. E se eu morrer, rogo ao papa, como padre e senhor e beijo a terra ante seus pés para que ele receba sob sua guarda e sob sua proteção a rainha e meus filhos e meu reino. E se eu e a rainha morreremos, rogo e peço que meus filhos e o reino sigam sob sua proteção.*

A fim de podermos contextualizar, no tempo, o documento apresentado, importa perceber o historial da língua portuguesa, ainda que em traços bastante gerais.

## 2. UM ESBOÇO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Desde os tempos da sua formação, bem como durante o seu desenvolvimento e consolidação até à contemporaneidade, a Língua Portuguesa tem passado por inúmeras transformações, em consequência de diferentes influências por via de contactos com outros povos, culturas e línguas.

Estudos recentes revelam que o substrato linguístico dominante no ocidente peninsular está intimamente relacionado com as línguas antigas do Mediterrâneo Oriental, como o ugarítico, o acádio, o hebraico antigo ou o assírio, idiomas próximos entre si, geralmente denominados de “língua fenícia”. Sabe-se, hoje, que essa foi a língua que acompanhou os povos que migraram ao longo do Mediterrâneo no decurso de milhares de anos desde o Neolítico, tendo

chegado à Península Ibérica. A atestar esta teoria encontramos a toponímia, os regionalismos e a própria história das línguas portuguesa, castelhana, catalã, e até mesmo a provençal.

Com base neste novo conhecimento, há que reequacionar a classificação do português como língua latina. O latim era a língua dos conquistadores da Ibéria, mas não do seu povo. A atestar esta tese, existem vários estudos. No século XIX, deve-se ao Cardeal D. Francisco de S. Luiz Saraiva a publicação do "Glossário de Vocábulos Portuguezes Derivados de Línguas Orientaes e Africanas Exceto a Árabe", no qual se demonstra que muitas palavras do português encontram paralelo no hebraico antigo, no caldaico e mesmo no persa. Também Moisés Espírito Santo publicou um estudo sobre o tema, fazendo valer a teoria que os povos da Península Ibérica, conquistados por Roma, tinham uma língua própria de base fenícia e hebraica. Mais recentemente, Almeida (2013), num livro dedicado à História da Língua Portuguesa, desmistifica a origem de um vasto número de vocábulos e reforça a ideia que a língua portuguesa é de origem fenícia e que essa matriz se encontra presente até aos nossos dias na forma como falamos e escrevemos.

À roda do II milénio a.C., as vagas migratórias nos países da Europa Ocidental, no sentido leste-oeste, terminaram, passando os mesmos a ter contacto permanente com outras línguas de povos de origens diversas, nomeadamente os celtas que se instalaram na Europa Central, ocupando, entre o II e o I milénios a.C., várias outras regiões e, no século III a.C., mais de metade do continente europeu. Dependendo das zonas que ocuparam, os celtas conheceram várias denominações: celtiberos na Península Ibérica, gauleses na França, bretões na Grã-Bretanha, gálatas no centro da Turquia, etc.

Fruto das invasões romanas, os territórios ocupados pelos celtas começaram a diminuir e com isto sofreram as línguas célticas, reduzidas ao longo dos séculos às extremidades ocidentais da Europa – Irlanda, Grã-Bretanha e Bretanha francesa. Na Península Ibérica, apenas na Galiza sobreviveu a língua céltica, onde se manteve até ao século VII d.C.

Surge, assim, o período românico da língua portuguesa cuja origem entronca na modalidade falada do latim. A partir de 218 a.C. até ao século IX, a língua falada na região é o romance, uma variante do latim que constitui um estágio intermediário entre o latim vulgar e as línguas latinas modernas (português, castelhano, francês, etc.).

No período que vai de 409 d.C. a 711, povos de origem germânica invadem a Península Ibérica. As consequências da presença destes povos na língua falada pela população não é uniforme, iniciando-se assim um processo de diferenciação regional cujo rompimento definitivo irá desencadear-se mais tarde, originando o surgimento de duas línguas distintas na Península Ibérica.

A partir de 711, dá-se a invasão moura. Em consequência, o árabe é adotado como língua oficial nos territórios conquistados, apesar de a população continuar a falar o romance. No século XI, com a Reconquista, protagonizada pelos cristãos, os árabes são expulsos para o sul da península, dando origem aos dialetos moçárabes, a partir do contacto do árabe com o latim. Na mesma altura, o galego-português consolida-se como língua falada e escrita da Lusitânia. Em galego-português são escritos os primeiros documentos oficiais e textos literários não latinos da região, como os cancioneiros (coletâneas de poemas medievais).

Acompanhando o avanço dos cristãos para o sul, os dialetos do norte misturam-se com os dialetos moçárabes do sul, começando o processo de diferenciação do português em relação ao galego-português. Assim surge o Português Arcaico, fruto da separação entre o galego e o português, simbolicamente reforçado com a independência de Portugal em 1179, a expulsão dos mouros em 1249 e a derrota em 1385 dos castelhanos que tentaram anexar o país.

Foi precisamente neste período de grande agitação sociopolítica e de riqueza linguística que o Testamento de Dom Afonso II foi escrito, dando conta da caminhada de autonomização da língua portuguesa. Do documento conservam-se, até à data, dois testemunhos: um em Lisboa, na Torre de Tombo, outro em Toledo. Foi o primeiro de três testamentos que o rei redigiu. Este foi, contudo, o único lavrado na ‘scripta’ portuguesa que na altura se estava a

desenvolver na corte. Foi só em 1290, no reinado de D. Dinis, que o Português foi decretado língua oficial do reino de Portugal.

A partir do séc. XVI, com o Renascimento e os descobrimentos surge o português moderno, sendo o Cancioneiro de Garcia de Resende (1516) considerado o marco do seu início. Em 1536, dá-se a normatização da língua com a criação das primeiras gramáticas por Fernão de Oliveira e João de Barros (Instituto Camões). Desde então, a história da língua portuguesa passou a contar-se não apenas a partir do território nacional, mas sim numa dimensão internacional. O Português, a primeira língua da globalização, passou a ser falado em todos os continentes.

### 3. CONCLUSÃO

Com oito séculos de existência, o português conta atualmente com 250 milhões de falantes. É uma das principais línguas do mundo - a sexta língua materna e a terceira europeia com mais falantes, depois do Inglês e do Espanhol. Idioma de portugueses, brasileiros, africanos e asiáticos, é reconhecido como o meio de comunicação privilegiado nos países lusofalantes. Atuando em territórios descontínuos, a língua apresenta grande diversidade interna, consoante as regiões e os grupos que a usam. Se há quem pense que todos estes fatores contribuem para a vulnerabilidade da língua e para a diferenciação entre o Português Europeu e o Português Brasileiro, os estudiosos defendem que é devido à diversidade e descontinuidade que a Língua Portuguesa é uma das principais línguas internacionais, com todos os requisitos para ser considerada Património da Humanidade (Castanho, 2010).

Trata-se de uma língua portadora de longa história que dá voz e alma a diversas identidades culturais e literaturas. A sua existência alargada resulta de grandes movimentos humanos e feitos inigualáveis na história do mundo.

O português é, hoje, a língua oficial de oito nações em quatro continentes:

- Angola (10,9 milhões de habitantes)
- Brasil (185 milhões)

- Cabo Verde (415 mil)
- Guiné-Bissau (1,4 milhão)
- Moçambique (18,8 milhões)
- Portugal (10,5 milhões)
- São Tomé e Príncipe (182 mil)
- Timor Leste (800 mil).

Para além destes países, há ainda que considerar as diásporas de todos eles, onde milhões de pessoas comunicam em Português noutros quadrantes do planeta (Castanho, 2009; Castanho, 2013). Se considerarmos toda esta pluralidade de situações em que a língua é posta em prática, importa lembrar também o vasto leque de denominações que acompanham o idioma luso: Língua materna; Língua oficial e administrativa; Língua cultural ou secundária; Língua de minorias falantes do português; Base de múltiplos Crioulos; Língua Estrangeira; Segunda Língua; Língua de Herança, etc.

Apesar das múltiplas funções e da dispersão geográfica, a que o espaço intercontinental obriga, o português falado em Portugal, no Brasil e em África, tem mantido a sua unidade por vontade dos povos lusofalantes. A língua tem sido, sem dúvida, o mais poderoso elo de ligação entre os povos que a falam e assim se manterá enquanto houver vontade política das partes envolvidas. A este respeito, o linguista português Eduardo Paiva Raposo (1984: 592) adianta:

*A realidade da noção de língua portuguesa, aquilo que lhe dá uma dimensão qualitativa para além de um mero estatuto de repositório de variantes, pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política. Na medida em que a percepção destas realidades for variando com o decorrer dos tempos e das gerações, será certamente de esperar, concomitantemente, que a extensão da noção de língua portuguesa varie também.*

Língua oficial de organizações de grande relevo a nível internacional, das quais se destacam a União Europeia e o Mercosul, o Português tem vindo, nas últimas décadas, a afirmar-se como língua com potencial económico e valor político a não descurar na definição dos destinos da humanidade. Merece, por

todos estes motivos, uma celebração condigna dos seus oito séculos de existência.

Para este efeito foi criada a Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa, com o Alto Patrocínio da Presidência da República, cabendo a esta instituição, em parceria com o Camões e outras instituições nacionais e internacionais, organizar um conjunto vasto de atividades que visam celebrar a data quer no país quer noutros espaços de Língua Portuguesa. Para além das iniciativas governamentais, por todo o mundo lusófono preparam-se eventos alusivos ao tema, cabendo a nós a coorganização de um encontro em Manaus, por altura do jogo EUA-Portugal, o qual irá dar visibilidade à data comemorativa e à importância do Português como língua de referência a nível mundial.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- Almeida, F. (2013). A Origem da Língua Portuguesa. Lisboa: Chiado Editora.
- Araújo, D. (2003). Uma leitura lexico-semântica do Testamento de D. Afonso II. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em <http://www.revistaopedaleta.net/volume5-1-autoria.html>. Acesso em 7 de março de 2014.
- Castanho, M. (2013). A língua portuguesa na América do Norte e a força das comunidades na sua promoção e valorização. Comunicação proferida na Portuguese Language & Cultures Conference XXIV. Cambridge, Massachusetts: Lesley University. 6 de abril.
- Castanho, M. (2010). A língua portuguesa: Património Mundial. Palestra proferida por altura da Celebração de Elevação da Ribeira Grande a Cidade. Ribeira Grande: Teatro ribeiragrandense. 29 de junho.
- Castanho, M. (2009). O Português no Roteiro das Línguas Europeias mais Ensinadas nos EUA: A Ação da Conselheira de Ensino em Washington DC. Cambridge, Massachusetts: Portuguese World Language Institute.
- Instituto Camões. História da Língua Portuguesa em Linha. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/brevesum/>. Acesso em 7 de março de 2014.
- Moisés Espírito Santo (1989). Fontes Remotas da Cultura Portuguesa. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Raposo, E. (1984). Algumas observações sobre a noção de "língua portuguesa", Boletim de Filologia, 29, 592.
- Vasconcelos Leite, José de. Lições de Filologia Portuguesa. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

TEMA 2.4 - UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING – TEACHING PORTUGUESE WORLDWIDE UM PROJETO INTERNACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO PORTUGUÊS, MARIA DA GRAÇA BORGES CASTANHO - UNIVERSIDADE DOS AÇORES

### 1. INTRODUÇÃO

Quer as escolas quer o ensino ministrado nas mesmas têm como missão formar toda a população estudantil e não apenas os alunos e alunas com mais recursos intelectuais. Em consequência disto, o grande desafio da educação atualmente é garantir o sucesso académico, nomeadamente junto dos indivíduos que, à partida, estariam condenados ao insucesso. Nesta linha de raciocínio, surgiu nos EUA um conceito inovador, denominado Universal Design for Learning, criado pelo Center for Applied Special Technology (CAST), que tem revolucionado a forma como se ensina e como se encara a aprendizagem.

Associado a esse conceito, foi criado o projeto internacional *Universal Design for Learning – Teaching Portuguese Worldwide (UDL-TPW)* que visa contribuir para o sucesso do ensino do Português a nível mundial. Para o efeito, temos vindo a explorar a ferramenta eletrónica do "Book Builder", disponibilizada pelo CAST, a qual permite a publicação de textos de tipologias diferentes, passíveis de serem utilizados, em qualquer parte do mundo, por docentes e estudantes, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Na nossa comunicação, iremos

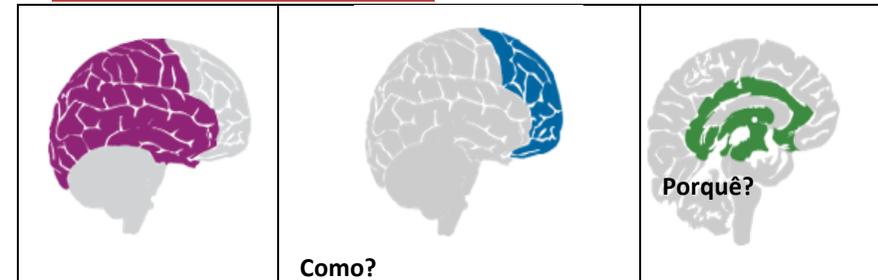
- (1) explicitar o conceito de "Universal Design for Learning",
- (2) apresentar o projeto internacional supramencionado e
- (3) explicitar, em jeito de conclusão, os benefícios do projeto para o ensino do Português.

### 2. UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING (UDL)

<sup>99</sup> Traduzido de <http://www.cast.org/udl/index.html>

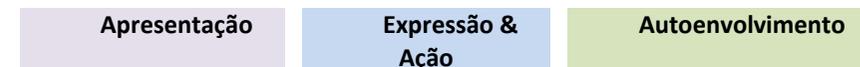
O PARADIGMA EDUCACIONAL APRESENTADO PELO UDL ASSENTA NOS ÚLTIMOS ESTUDOS REALIZADOS NA ÁREA DA NEUROCIÊNCIA. DIZEM-NOS AS INVESTIGAÇÕES do foro cognitivo que a aprendizagem se processa em três redes neuronais (cf. Quadro 1): a rede do reconhecimento que nos permite identificar o que estamos a aprender (o quê?); a rede estratégica que nos orienta sobre o modo como aprendemos (como?); e a rede afetiva da aprendizagem que se prende com a motivação e o interesse que dão sentido às aprendizagens e fazem com que os aprendentes mantenham os níveis de entusiasmo pelas tarefas e sejam capazes de as completar com sucesso (porquê?).

QUADRO 1. REDES NEUROMAIS99



Segundo o modelo de UDL, estas redes neuronais são a base dos três princípios norteadores da prática pedagógico-didática a ter em conta por toda a classe docente, independentemente da disciplina lecionada. Neste sentido, para que a aprendizagem se efetive com sucesso os/as docentes devem proporcionar diferentes meios de apresentação dos conteúdos; formas diversificadas de ação e expressão e múltiplas estratégias de autoenvolvimento (cf. Quadro 2).

QUADRO 2. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE UDL100



<sup>100</sup> Para mais informações, visitar: <http://www.cast.org/udl/index.html> e <http://www.udlcenter.org/aboutudl/udlguidelines>

<p>Garantir vários meios de apresentação da informação, por forma a garantir que todos os alunos e alunas tenham acesso aos conteúdos a adquirir. Devem, assim, os/as docentes apresentar a informação com recurso a texto escrito, texto áudio, canções, jogos, gráficos, textos icónicos, experiências, etc.</p>	<p>Proporcionar meios múltiplos de ação e expressão, para que os alunos e alunas possam aprender e expressar o que sabem em diferentes registos. Poderão explicar oralmente, escrever, desenhar, pintar, cantar, mimar, dançar, dramatizar, etc.</p>	<p>Oferecer estratégias que garantam o autoenvolvimento da classe estudantil, alimentando a motivação e o interesse nas aprendizagens e tarefas e garantindo a consecução das mesmas com sucesso.</p>
--	--	---

**Estes princípios ajudam professores e professoras a elaborarem metas, métodos, recursos pedagógico-didáticos e propostas de avaliação de forma personalizada, correspondendo às especificidades dos/das aprendentes e à variabilidade existente nos contextos formais e informais de educação.**

Ao apresentar a informação com recurso a vários meios de apresentação, os docentes estão a corresponder aos diferentes tipos de inteligência e às diferentes formas de aprender. Os/as docentes que apostam apenas em textos escritos, recorrendo, preferencialmente, aos manuais, podem estar a dificultar ou a limitar a aprendizagem de indivíduos que melhor aprendem fazendo ou vendo fazer. Por outro lado, há alunos e alunas que não conseguem explicar o que sabem sobre determinado conteúdo, oralmente ou por escrito, mas isto não significa que não tenham obtido algum tipo de conhecimento sobre o assunto. Se lhes for dada a possibilidade de se expressarem através de outros meios, talvez consigam transmitir o seu conhecimento. Aqui reside, então, a importância de proporcionar à classe a possibilidade de se expressar de

diferentes formas. Para que o sucesso seja uma realidade, os/as docentes devem manter os níveis de autoenvolvimento dos/as aprendentes, quer seja através da simplificação ou subdivisão das tarefas (*scaffolding*), quer através de mecanismos que mantenham a motivação, o interesse e o empenho na realização com sucesso das atividades propostas.

Atendendo à variabilidade existente na sala de aula, há, ainda, que atender aos alunos e alunas com necessidades educativas especiais, de natureza física, cognitiva ou mental, para quem existe um vasto leque de equipamentos adaptados e recursos informáticos, que ajudam indivíduos que, à partida, não tinham quaisquer condições de aprendizagem a interagir com o conhecimento e retirar prazer desse processo. Para muitos destes indivíduos, mais uma vez, o texto do manual não serve as suas necessidades formativas, exigindo-se, por isso, aos/às docentes que adequem as suas estratégias, metodologias, equipamentos e materiais às especificidades dos alunos e alunas. Por esta via, o mesmo conteúdo deverá ser apresentado à classe em diversos suportes, com equipamentos adequados às necessidades dos aprendentes.

### 3. O PROJETO INTERNACIONAL UDL-TPW

Dado o sucesso que o UDL ganhou a nível internacional, foi criado o projeto *UDL – Teaching Portuguese Worldwide*, iniciado em 2012, pelas seguintes instituições: CAST, Portuguese World Language Institute, Lesley University, Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, e a Universidade dos Açores. A assinatura do memorando de entendimento teve lugar no CAST em fevereiro de 2012 (<http://www.cast.org/about/news/2012-02-10.html>). De acordo com o protocolo, o projeto em apreço visa promover a colaboração internacional, no âmbito do desenvolvimento de recursos pedagógico-didáticos, ao serviço de todas as situações de ensino/aprendizagem do idioma luso a nível mundial. Com tais recursos promovemos e viabilizamos o interesse na língua portuguesa, dando a oportunidade aos/às aprendentes de conhecer de forma mais aprofundada o rico património cultural dos vários países e comunidades de língua portuguesa.

Para atingir esta missão, os objetivos do projeto são:

1. Contribuir para a valorização e expansão da língua portuguesa, garantindo a sua internacionalização e consolidando o seu estatuto de língua global.

2. Aumentar as possibilidades de acesso a recursos pedagógico/didáticos com qualidade e culturalmente adequados, concebidos à luz dos princípios do desenho universal (UDL), com vista à melhoria dos processos de ensino aprendizagem da língua portuguesa.

3. Estimular o entendimento e conhecimento interculturais entre os diversos povos de língua portuguesa no mundo.

4. Aplicar os princípios do UDL à aprendizagem da língua portuguesa, com base em conteúdos das diversas áreas do saber, nos domínios da oralidade, leitura, escrita e funcionamento da língua.

5. Garantir oportunidades de interação a nível global aos/às alunos/as e docentes de língua portuguesa na perspetiva de língua materna, língua oficial, segunda língua, língua de herança e língua estrangeira.

Na perspetiva de que os/as docentes devem explorar os conteúdos com recurso a múltiplos meios de apresentação, os/as colaboradores/as têm utilizado o Bookbuilder (<http://bookbuilder.cast.org>), uma ferramenta versátil e flexível, a qual facilita a produção de recursos diversificados que permitem diversas atividades, dando resposta à variabilidade que caracteriza todas as populações escolares. A partir desta ferramenta, os/as utilizadores/as têm criado livros em Português, complementados por um vasto conjunto de opções pedagógicas, a saber leitura automática dos textos, perguntas sobre o texto, imagens, assistentes, hiperligações, glossário, jogos, vídeos e até, em algumas situações, língua gestual.

No âmbito do projeto Universal Design for Learning – Teaching Portuguese Worldwide (UDL-TPW), o Bookbuilder oferece um interface para português. Para a sua utilização, após entrada no bookbuilder, basta clicar em Português na parte superior direita do ecrã. Os livros completos devem ser publicados na Biblioteca Pública do Book Builder. Depois de clicar no botão de Livro Completo, o participante deve seguir para Criar e Editar Livros (na esquerda) e selecionar Publicar na tabela abaixo do Título do Livro. Caso haja concordância com as condições apresentadas, deve-se prosseguir em Publicar na Biblioteca Pública.

Presentemente são na ordem de uma centena os livros publicados em português cujas temáticas e tipos de texto são bastante diversificados. Há textos que visam ensinar a ler, outros tratam questões de história, geografia, matemática, ciências, etc. Para além de cobrirem várias áreas do saber, os livros já publicados obedecem a vários níveis de dificuldade linguística, permitindo a sua exploração em vários contextos de ensino do português: como língua materna, língua estrangeira, segunda língua, língua de herança, entre outros.

#### 4. CONCLUSÃO

O projeto que temos vindo a apresentar constitui uma mais valia para o ensino do português a nível mundial. Os benefícios para os seus participantes são inúmeros, o que tem justificado uma grande adesão de escolas e universidades de vários países. Sumariamente adiantamos as seguintes vantagens:

- As escolas participantes, respetivos docentes e populações escolares, terão a oportunidade de projetar o seu trabalho a nível mundial, contribuindo para a valorização do nosso maior património cultural comum - a língua portuguesa.
- Aos/às docentes participantes será oferecida formação no âmbito (1) dos princípios orientadores de UDL, assim como no uso de ferramentas disponíveis na plataforma eletrónica do CAST, preparadas para o efeito, as quais irão facilitar o trabalho a desenvolver junto de populações escolares diversas, onde impera a variabilidade e (2) do Ensino da Língua portuguesa na sua complexidade e diversidade (língua materna, língua oficial, L2, língua de herança e língua estrangeira).
- Os/as docentes e estudantes terão acesso a recursos, elaborados de acordo com os princípios de UDL e apresentados em múltiplas opções didáticas, os quais irão facilitar os processos de ensino/aprendizagem formais ou informais.
- Os/as estudantes e docentes terão a oportunidade de criar e publicar numa plataforma eletrónica os trabalhos realizados no âmbito do seu currículo escolar, nas diversas áreas do saber, apostando nas

novas tecnologias ao serviço da internacionalização da língua portuguesa no contexto mundial.

A Universidade dos Açores, certa de que está a dar um importante contributo à qualidade do ensino do Português, ministrado nos países de língua portuguesa e no estrangeiro, tem apostado neste projeto, através do envolvimento dos alunos e alunas da licenciatura e mestrado em educação do pré-escolar e 1º ciclo, bem como da coordenação das escolas que, em Portugal, têm participado nesta dinâmica.

A confirmar a relevância do nosso esforço, destacamos a notícia publicada no final de 2013, por parte da Graphite (uma entidade ao serviço da Common Sense Media – <http://www.graphite.org/>) que posicionou a ferramenta que temos vindo a explorar, o Book Builder, na lista das cinco melhores ferramentas para a classe estudantil (**5 Tech Tools for Writing and Blogging**).

Esta informação, contida em <http://www.graphite.org/website/cast-udl-book-builder>, atesta bem a relevância deste projeto que permite aos alunos e alunas escreverem e partilharem livros. Neste momento contamos com mais de duas dezenas de iniciativas realizadas em torno deste projeto em Portugal e no estrangeiro, entre as quais destacamos:

- A formação especializada de elementos do projeto em Book Builder no CAST, EUA.
- A organização do Congresso Internacional de Universal Design for Learning, que organizamos, na Universidade dos Açores, nos dias 6 e 7 de setembro de 2011.
- A tradução em português, para linguagem paritária, do vídeo UDL at a Glance em <http://www.youtube.com/watch?v=ltMJO6ciksI>, tendo nós introduzido pela primeira vez na história do CAST a língua gestual como recurso alternativo à aprendizagem.
- A participação no XXIV Congresso de Língua e Culturas Portuguesas: Bridging the Past with the Present and the Future. Contributions, Connections & Communities, que decorreu nos dias 6 e 7 de abril, na Lesley University, Cambridge, Massachusetts, EUA.

- A participação na II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa que decorreu, na Faculdade de Letras, a 30 de outubro de 2013, em Lisboa.

- A organização da Oficina de Trabalho sobre Dificuldades de Aprendizagem: Como Construir o Sucesso Escolar, que decorreu na Universidade dos Açores a 24 de julho de 2013.

- A apresentação do projeto à União Europeia, no âmbito do programa ERASMUS+, que visa disponibilizar formação a professores do espaço europeu sobre UDL e Book Builder.

Porque o futuro do ensino está intimamente ligado ao recurso às novas tecnologias, cremos vivamente que este projeto será uma mais-valia para o ensino do Português que, pelo mundo fora, tem sido ministrado com comprovadas limitações ao nível do material oferecido.

**ACTFL** - American Council for the Study of Foreign Language. Disponível em <http://www.actfl.org>. Acesso em 1 de março de 2014.

**CAST** Center for Applied Special Technology. Disponível em [www.CAST.org](http://www.CAST.org). Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

**Graphite**. Disponível em <http://www.graphite.org/> e <http://www.graphite.org/website/cast-udl-book-builder>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

**UDL Bookbuilder Website**. Disponível em <http://bookbuilder.cast.org/resources.php?p=media>. Acesso em 1 de março de 2014.

**UDL at a Glance**. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ltMJO6ciksI>. Acesso em 25 de março de 2014.

## 5. MAIS INFORMAÇÕES

Portugal: Profª. Doutora Graça Castanho [gcastanho@uac.pt](mailto:gcastanho@uac.pt) ou a Mestre Helena Pinto [helenampinto@gmail.com](mailto:helenampinto@gmail.com)

USA: Profª. Doutora Maria de Lourdes B. Serpa [mserpa@lesley.edu](mailto:mserpa@lesley.edu); Mestre Yvonne Domingos [Ydomings@cast.org](mailto:Ydomings@cast.org) ou Mestre Aida Bairos [bairos\\_a@yahoo.com](mailto:bairos_a@yahoo.com) (Massachusetts)

---

## 10. JOÃO PEDRO PORTO, ESCRITOR AÇORIANO

TEMA 1.3. APRESENTAÇÃO DE NOVA FICÇÃO PORTA AZUL PARA MACAU DE JOÃO PEDRO PORTO

Breve comentário acerca da desconstrução do ato criativo e da estrutura estética da obra.

Explicação da (des)estruturação orgânica da narrativa – *O mirone que piscava os olhos: das micronarrativas ao holismo de um romance*

Breve leitura da obra.

### 1. Apresentação do romance *Porta Azul para Macau*

Pelo fim do primeiro trimestre do ano de dois mil e doze, às últimas horas do dia, véspera de retorno, eu e Eduíno de Jesus, trilhávamos por Alfama, atentando a lajes de calçada manhosas, a gatos de hercúleas proporções e a canadas dantescas. Um Dante, outro Vergílio. Entre nós, um sujeito incorpóreo de sessenta anos chamado Tempo. Procurávamos uma galeria de arte, onde se suspendiam as obras fabulosas de Cruzeiro Seixas. A seu devido tempo, lá a encontramos. No fim do périplo, em jeito de agradecimento e porque o tinha à mão, deixei, endereçado a Seixas, um exemplar de uma segunda edição do meu primeiro romance.

Nunca sonhei, nem surrealmente, que esse gesto incitasse o eco. Eis que, meses depois da epopeia, um embrulho arquetizado a fio de cordel e letra aparentemente codificada, engasgava a portinhola do correio. Vinha do Estoril e, no remetente, lia-se: Artur Seixas. No seu interior – foi manobra difícil o desatar de tão bem conjurado embrulho –, uma serigrafia e uma carta, que agora se pendura na parede em frente à minha mesa de escrita. Não me querendo adiantar acerca dos conteúdos da carta – que justamente justificam a sua presença sobre a tal escrivãzinha –, tenho de me debruçar sobre a serigrafia *Projeto para um Tejo à Nossa Medida*.

Desconhecedor dos anos em que eu, então residente do Colégio Pio XII e Ispiano, percorria, todas as alvas, a Avenida da Liberdade em direção ao autocarro nos Restauradores, com destino a Santa Apolónia e baixa Alfama, Cruzeiro Seixas havia-me oferecido uma visão de um Tejo acima do nível atual – à nossa medida, portanto. Uma Lisboa inundada, galgada pelas águas. Precisamente, dos Restauradores ao Marquês. Eis um bom formato para um quinto império – pensei.

Quando Nabucodonosor II sonhou com uma estátua profética, dividida em cinco partes, fê-la com os pés de barro, quais fundações venezianas tornadas incertas pelas húmidas ondulações do tempo e das monções dos humores. Esse seria o Quinto Império. É bem sabido que todos os impérios têm em si as térmitas de asa que levam à ruína dos sonhos, das utopias – sobre isto já nos tínhamos debruçado. Desta feita, o império acontece, como todos aconteceram, sob o dístico encapsulado do fascismo de uns *Corvos* e da rigidez redutora e dogmática da institucionalização, numa Lisboa tornada arquipélago por desonra e vergonha, e num rilhafoles esquizotímico e umbilical. No primeiro cenário, as sete colinas da Capital tornam-se as sete ilhas da Carta de Valsequa. No segundo, a instituição é uma ilha só por si.

Estremada da Razão numa oitava ilha, mais alta e portanto mais apta a ser acervo dos desprezados. Em ambos os constructos cénico – temporais, uma porta azul esconde as tais térmitas de asa. Quanto aos *Corvos*, chamo-os também de devoradores, por homenagem a um pequeno texto de Resendes Ventura – *Poesia ou Nada* – onde o autor aponta que «*O poeta, o verdadeiro poeta, cria e recria o Mundo, revelando-lhe a alma e procurando-lhe sentido. Aqueles dos homens que se entregam a devorá-Lo, em vez de criá-Lo, não O vão conseguir aniquilar. Serão eles os aniquilados. Sempre o foram*».

É bom que saiba, caro leitor, em jeito de desengano, que tudo o que aqui se passa é puro embuste espetaculoso, nascido, em jeito de parto partilhado, tanto da tela de Seixas, como da frase: «*No destino, o mar não existe. Só rios*», de Eduardo Bettencourt Pinto, no seu fabuloso *O Príncipe dos Regressos*; ou, do mesmo: «*Passamos pelo tempo, cumprindo-nos*», n' *As Brancas Passagens do Silêncio*; ou, também, de um brilhante bosquejo de Lisboa, por João de Melo, no seu *Homem Suspenso*. Dela, cidade, diria ser «*A ilha de pedra, entre o azul do céu e do mar*».

Num ocasionado instante, o último, em conversa d'alada, confessava-se de benquereres por Madrid. Respondi-lhe, imberbe, que Madrid não tinha mar, e que, justamente por isso, preferia Lisboa, que a bem ver, também não o tinha. O escritor, mais sazonado, respondeu-me mui habilmente que já lá tinha posto um, referindo-se ao seu *O Mar de Madrid*. O açoriano suporta em si o mar. Assim o

fazem todos os que, nas suas castas de ilhéus – seja pela solidão que se sente entre a pele e o demais que não seja também pele, ou pela condição geográfica de se pertencer a ilhas, sempre – riscaram na página a sua condição.

Quanto a isto, melhor se expressava Balzac em *Des Artistes*; nestes termos: «*O artista não está ele próprio no segredo da sua inteligência. Opera sob o império de certas circunstâncias cuja reunião é um mistério. Não se pertence (...) e, se tenta [escrever], não é ele (...), é o seu duplo, o seu sócio; aquele que monta a cavalo, faz calembures, tem vontade de beber, de dormir e só tem espírito para inventar extravagâncias*».

A pergunta a fazer, suponho, é: o que é verdade na ficção? Nestas extravagâncias. Podíamos mesmo ampliar a pergunta: o que é verdade na realidade? Se ambas – ficção e realidade – se prendem à circunstância, aos olhos e aos seus senhores, será que existe verdade? A busca pela verdade é, no entanto, o que nos aproxima, tanto da realidade como da ficção.

Se o Neurótico se aferrolha ao real, e se o Psicótico das amarras se liberta, podemos dizer talvez que a escrita e a leitura – movimentos semelhantes aos da respiração pulmonar ou das síncopes cardíacas – tendem para uma irrecusável loucura. A realidade é, por vezes, apenas a loucura mais fácil de acreditar – ou a menor loucura, se assim o entendermos. Cria-se aqui, pois, uma paralaxe da leitura. Cada um que para as letras olhar, vê-las-á de forma diferente, medidas a diferentes retoques cognitivos. Diria Ernesto Rodrigues, em prefácio para Vergílio Alberto Vieira, que «*a sugestão inaugural é, pois, ler do princípio ao fim, que nunca foi má solução*».

Tenta-se, pois, aqui, criar outros de nós próprios. Jorge de Sena, no fabuloso *Ser do seu Post-Scriptum*, fala de uma cansada expectativa ansiosa de ser apenas ele; pois, desta expectativa procura-se fugir criando outras. Serão essas as metarrealidades de que falam os protagonistas, eles próprios produtos alternativos. Facilmente seriam silhuetas distorcidas de O'Neill, Cesariny, José-Augusto França e outros antineorrealistas inconformistas. Num outro exercício de paralelismos e convulsões pós-desmembramentos, remeto-me, também, para histórias relatadas pelo meu Avô, Fernando de Lima, membro edificador do

Círculo Literário Antero de Quental. Numa geografia tornada outra, com apelidos distintos, vivem-se linhas de realidades idas – não fosse a memória do conto também uma realidade alternativa por si própria.

A metarrealidade será, pois, apenas um avolumar de variações. No fundo somos tão mutáveis que acabamos sendo muitos.

No texto que prefacia *O Banqueiro Anarquista*, de Pessoa, K., Sine Nomine Vulgus, diz-nos: «*...foram-se aviltando as gerações, os intelectuais, os futuristas, os dadaístas (se algum houve), os surrealistas do nosso pequeno Parnaso; nunca sendo capazes de assumir o seu sofrimento, as suas angústias, as suas contradições – e eram tantas! (...) Há séculos que o Homem torturado (...) procurou manifestar-se um outro, uns outros (...) O esforço consagrado deste trabalho quixotesco e o único aplaudido pela sociedade é a arte, o artista*». Pela arte somos, portanto, muitos. Sempre em acervo. Sempre em formato onírico. Hélder Macedo, em entrevista à *Ler*, diz que «*o nosso mundo fantasmagórico é muitas vezes tão poderoso, se não mais, quanto o mundo real*».

Concluo, então, que a falar-se de alternativas, que se fale em idioma onírico; metafórico. Nietzsche, Schopenhauer e Eduardo Lourenço, tomando Gracián como um crítico pessimista da representação, assistem a sua visão de que a essência do real e do teatro de sombras humano é metafórica. E a metáfora subsiste na linguagem, portanto, descobrir a verdade da linguagem, num exercício lacanianiano, é descobrir o sentido de todas as coisas.

Não querendo ir a subterrâneos – Como o diz Agustina Bessa-Luís, sobre Kafka –, tento não me render à parábola óbvia, se bem que, há de perdoar o leitor, por vezes o calcanho escapa e roça um outro: como ter passado gázeo pelo escaparate, após o escrito consumado, e ver, qual ressurgimento de imagem damasiana, a conexão poeniana na tradução errónea de *Usher* para oficial de diligências. Borges di-lo-ia uma referência livresca, se em diálogo com um si próprio mais velho; mas talvez o maior erro da literatura atual mais desencantada seja a falta de uma perspectiva propositadamente universalizada, consciente das suas heranças; e é inegável que todas as heranças são coisas ferventes, que ora nos queimam as mãos, ora as aquecem.

Abro as páginas desta peça com Fitzgerald pois naquele mesmo romance, diz o autor, fazendo-se personagem, que «(...) era o confidente dos sofrimentos secretos de homens atormentados e obscuros.» Será impossível não partilhar este autorretrato. Em considerações tomadas sobre o precipício, debruçado na amurada das primeiras linhas, atentei rescrever de memória, no mesmo lugar, António Ramos Rosa, no seu *O Aprendiz Secreto*: «Tudo será construído no silêncio, pela força do silêncio, mas o pilar mais forte da construção será uma palavra. Tão viva e densa como o silêncio e que, nascida do silêncio, ao silêncio conduzirá.»; e arrematar com *Hamlet*: «O Resto é o Silêncio.» Ganhau o americano, porque nenhuma outra frase condensará tão bem o produto final do que vos aqui apresento.

Tudo isto dito, na estória que, não despropositadamente, versa sobre silêncios e gerações e os perigos das não-correções, chispa-se a todas as referências, tentando a impossibilidade do original – que, a bem ver, etimologicamente, vem do verbo nascer. E o que nasce é sempre novo, por mais genésicas que tenha.

O episódio do Masarda tornado batel e o poema que lhe serve de ré foram publicados no primeiro número do suplemente literário do Jornal Terra Nostra, *Artes & Letras*, coordenado por Vamberto Freitas e Álamo Oliveira. Daí se avolumou a ideia do inconformista da Mansarda. Também a relação entre um narcolético e uma rapariga de insónias foi amoldada de um outro texto encomendado por Nuno Costa Santos. Nada holístico será ilhéu solitário, e nenhum arquipélago se disporá por algo que não ilhas. Ambiciona-se, pois, o parto distócico de algo novo, de uma ideia que se quer agigantada na maturação. Ainda nesta senda e, quanto à estrutura teatralizada, descobri post-redação, que se assemelhava a *O Amor do Soldado*, de Jorge Amado. Da leitura aos nove anos, concluo, deixou-se ficar a estrutura literário-teatral em estado latente, até emergir, duas dezenas de anos passadas.

Termino esta nota de apresentação como me despeço logo no início da trama: *Resta-me acautelar que o Narrador, sem parcimónia, será um outro de*

*mim. Não desejo contaminar, os espetadores, com ego-e outros ísmos próprios de quem põe gipsofilas em torno de uma rosa.*

João Pedro Porto 30-03-14

## 11. JOSÉ JORGE DE MELO, AUTOR AÇORIANO

### JOSÉ JORGE DE MELO, APRESENTAÇÃO DA PESSOA E DA OBRA

Ex.mos Dirigentes da Associação Internacional dos Colóquios de Lusofonia;  
Minhas Senhoras; e  
Meus senhores;

Pertenço ao grupo dos sócios mais recentes desta Associação e quero aproveitar a oportunidade que me concederam de falar a esta distinta assembleia, para me apresentar: tentar dizer-vos quem sou e o que faço.

Nasci em Ponta Delgada em outubro de 1942 e sou do signo Balança. Revejo-me em algumas características desse signo:

- aprecio todas as formas da arte,
- a liberdade e a aventura;
- sou irónico, altivo e procuro a dignidade;
- melindro-me quando ferem o meu orgulho;
- por princípio não desconfio de ninguém;
- sou cordato, diplomata, gentil e
- tenho gostos refinados.

Estudei em Ponta Delgada onde tirei o Magistério Primário e leccionei durante quatro anos. Vivi 21 anos deambulando por São Miguel, alimentando sempre o desejo de ir conhecer outras terras. Coimbra para mim era um sonho. Em Setembro de 1964 parti para Lisboa para ir cumprir o serviço militar. Estive 3 meses em Tavira, 3 meses em Mafra e regressiei a São Miguel onde estive 9 meses

no Quartel dos Arrifes. Quando julgava que tinha escapado ao Ultramar, fui mobilizado para a Guiné-Bissau, onde suportei dois anos de guerra na qualidade de atirador de infantaria e fui agraciado com uma Cruz de Guerra de 3ª Classe.

Os dois anos de guerra foram extremamente marcantes nos campos cultural, ideológico e de experiência de vida. Durante cerca de 30 anos recusei-me a falar sobre o que passei por lá. Era um período para esquecer. Os heróis eram aqueles que tinham emigrado ilegalmente para França para escapar à vida militar. Interroguei-me muitas vezes se não teria sido um covarde por me ter deixado ficar e seguir o caminho que me pareceu mais seguro e correto. Só muito recentemente ganhei forças para falar abertamente sobre os acontecimentos de guerra dos quais fui um dos autores.

Apesar de Coimbra ter sido um sonho para mim, decidi-me por Lisboa e fui frequentar o Instituto Superior Técnico. Formei-me em Electrotécnica e trabalhei quarenta anos em Telecomunicações. Constituí várias firmas em Portugal, uma em Angola, uma no Zimbábue e outra na Polónia; algumas de efémera duração e outras com sucesso. Tive oportunidade de me deslocar aos quatro cantos do mundo, conhecer outras terras e outras gentes; e considero que tive uma vida aventureira. Por isso fazem muito sentido para mim os versos de Cecília Meireles, uma poetisa de sangue açoriano, embora tenha nascido no Brasil.

*“Pus o meu sonho num navio  
E o navio em cima do mar;  
- Depois, abri o mar com as mãos,  
Para o meu sonho naufragar.*

*Minhas mãos ainda estão molhadas  
Do azul das ondas entreabertas,  
E a cor que escorre dos meus dedos  
Colora as areias desertas.*

*O vento vem vindo de longe,  
A noite se curva de frio;  
Debaixo da água vai morrendo*

*Meu sonho dentro de um navio...*

*Chorarei quanto for preciso,  
Para fazer com que o mar cresça,  
E o meu navio chegue ao fundo  
E o meu sonho desapareça.*

*Depois, tudo estará perfeito:  
Praia lisa, águas ordenadas,  
Meus olhos secos como pedras  
E as minhas duas mãos quebradas.”*

Reformei-me aos 67 anos. Tenho duas filhas, plantei várias árvores e faltava-me escrever um livro. Dediquei-me, então, a essa tarefa; e quando o fiz regressei a São Miguel. Na realidade eu nunca tinha abandonado a ilha porque durante a minha ausência todos os anos a visitei. Optei por escrever romances porque sou um romântico e propus-me a relatar algumas histórias de família que aumentei e ficionei:

- em 2009 “Um País de Floreanos - Sonhos de Emerenciana”;
- em 2010 “Um País de Floreanos -Ver Santa Maria por um Canudo;
- em 2011 “Um País de Floreanos -As Bocas do Mundo”

Foi uma série que ainda não terminou, mas que interrompi por estratégia; e assim:

- em 2013 Publiquei “Registo de Viagem: Rota Moçambique e África do Sul” (um misto de relato de viagem, romance e crónica); e
- em 2014 “Sem Rumo e sem Rima” (poesia).

Antes da publicação desta última obra várias pessoas apreciaram as minhas poesias, outras houve que as condenaram. Uma das críticas rezava: “ - Este trabalho vai enegrecer o bom-nome que já conquistaste!” Fiquei surpreendido, porque desconhecia que tinha ganho bom-nome como escritor.

Independentemente do que fosse e movido pela curiosidade, decidi enfrentar o desafio; e publiquei os versos.

Ao fim de cinco anos de experiência como escritor amador, cheguei à conclusão que ser escritor não é tarefa fácil, porque:

- Tive imensa dificuldade em conseguir que os editores portugueses se interessassem pelo meu primeiro trabalho, “Sonhos de Emerenciana”, tanto foi que a primeira edição foi de autor.

Quando finalmente consegui assinar contrato com um editor-distribuidor e os meus livros foram colocados nas grandes cadeias livreiras, fiz-me comprador e verifiquei que os mesmos não passaram dos depósitos para as bancas de vendas.

Se eu encarasse esta atividade como um negócio, a atitude correta seria deixar de escrever; ou então, investir uma soma considerável para criar uma cadeia editora, distribuidora e publicitária, onde os meus livros ocupariam uma pequena parcela. Mas não quero correr mais riscos.

Vou continuar a escrever enquanto me der prazer;

E publicar o que escrevo, por vaidade.

No entanto, não deixo de pensar que o escritor amador não tem apoios, não recebe críticas ao seu trabalho e luta com imensas dificuldades.

Eu só recebi críticas escritas das pessoas que colaboraram na revisão dos textos, na elaboração dos prefácios, ou que fizeram o favor de fazerem as apresentações públicas das publicações. São o que eu chamo de: críticas obrigatórias, não espontâneas. No entanto, tenho recebido outras verbais.

A crítica é fundamental para um escritor quer seja ou não favorável, porque é o retorno do seu trabalho. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer publicamente aos que se debruçaram sobre as minhas obras e me ajudaram no seu lançamento:

Madalena San-Bento, Maria de Lurdes França Machado, Jacqueline Torres, Maria Manuela Teixeira, Rui Rocha Melo, Salomé Horta e João Luís Tavares Silva, que dedicaram algum do seu tempo a ler e a criticar os meus escritos;

Idalinda Ruivo, uma senhora fantástica, a quem agradeço as suas críticas implacáveis, a generosidade da sua disponibilidade e a revisão atenta e cuidada que exerce sobre os meus textos.

Nair Odete da Silva Pacheco, minha esposa, pela sua crítica tenaz, terrífica, e perfeccionista.

Albano Moniz Furtado, Elmiro Machado Azevedo e Manuel Constantino Moniz Resendes, grandes contadores de histórias.

Também quero agradecer à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Biblioteca Regional de Faro, às Casas dos Açores do Norte, de Lisboa, e do Algarve que me têm apoiado nos eventos de lançamento das minhas publicações.

Para terminar e para ficarem com uma ideia mais exata da minha pessoa, digo-vos que aqui onde me veem, vestido com a minha pele de branco cru, flutuo num espaço infinito, sem referencial, sem bússola e sem quadrante, sem âncora e sem leme, sem quilha ou cabrestante. Não vejo estrelas, nem mares, nem chãos; porque neste meu universo de ideias só eu existo. Estou aqui há uma eternidade e tenho ainda outra eternidade para aqui estar. Não compreendo o Absoluto, o Infinito, a Vida, a Matéria, Deus, o Tempo, e o Nada. E quando digo “compreender” faço-o no significado total da palavra: conhecimento total, integral e perfeito, o que significa estar habilitado a comandar, modificar e manipular. Julgo que só compreenderia o Infinito se eu próprio fosse infinito e tivesse o poder de lidar, no mesmo pé de igualdade, com os outros infinitos.

Também não compreendo a teoria da relatividade que demonstra que os referenciais, o tempo e as dimensões físicas não são fixas e uniformes; diminuem quando a velocidade aumenta. É bem conhecida a história do astronauta que se perde no espaço e regressa cinquenta anos depois. Encontrou todos os da sua geração bastante velhos enquanto para ele só tinham passado meia dúzia de anos, porque tinha circulado próximo da velocidade da luz. Matematicamente, aumentando a velocidade para infinito, o tempo encaminha-se para zero, bem como as dimensões dos corpos. Trata-se de uma verdade dos nossos dias, matemática, perfeitamente demonstrável, mas que não compreendo. Julgo que

Einstein usou as variáveis que conhecemos atualmente, mas acredito que devem existir variáveis que o Homem desconhece; Porém estou plenamente convicto: que eu próprio com todo o meu universo de ideias, quando entrar no capítulo das velocidades astronómicas, vou ser reduzido a Nada.

Porque é isso que eu sou: - Nada!

Março, 18 de 2014

---

## 12. JOSÉ SOARES, JORNALISTA AÇOR-CANADIANO

TEMA 1.3. UMA FREGUESIA, UMA FAMÍLIA LATIFUNDIÁRIA E DOIS NOMES - FRANCISCO D'ATAYDE MACHADO DE FARIA E MAYA, JOSÉ SOARES, JORNALISTA, AÇORES

### 1. INTRODUÇÃO

Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia (Ponta Delgada, 22 de Setembro de 1876 — Ponta Delgada, 29 de Abril de 1959), frequentemente grafado F. d'Athayde M. de Faria e Maya, foi um intelectual e historiador açoriano. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi inspetor escolar, professor liceal e político. Entre outras funções, presidiu à Câmara Municipal de Ponta Delgada e foi senador eleito para o Congresso da República. Deixou publicada uma extensa obra historiográfica.

Republicano e democrata convicto.

Em 1921 foi eleito senador independente no Congresso da República em representação do distrito de Ponta Delgada, revelando-se um acérrimo defensor da autonomia açoriana. Apresentou um arrojado projeto de lei para a *Autonomia Administrativa dos Distritos Açorianos* o mais marcante nessa matéria em todo o período da Primeira República Portuguesa.

Apoiou o Golpe de 28 de maio de 1926, considerando-o uma solução *ordeira* transitória para a instabilidade da Primeira República, mas rejeitou a institucionalização da ditadura e o Estado Novo. No período imediato ao golpe,

quando ainda acreditava no rápido retorno da democracia, publicou diversos escritos retomando as temáticas autonomistas.

Já em pleno Estado Novo, foi um dos participantes mais ativos no Primeiro Congresso Açoriano, realizado em Lisboa no ano de 1938. Foi também autor de um relatório da Comissão para o Aproveitamento Turístico da Ilha de São Miguel, que depois de aprovado pelo Ministro do Interior deu origem aos diplomas que enquadraram as primeiras iniciativas no campo do turismo nos Açores.

Em 1943 foi escolhido para o cargo de presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Foi um escritor incansável e jornalista, deixando uma vasta obra publicada, com destaque para o campo da História. Também deixou importante contribuição dispersa por numerosos periódicos açorianos.

### 2. UMA FREGUESIA, UMA FAMÍLIA LATIFUNDIÁRIA E DOIS NOMES - INTRODUÇÃO

A freguesia do Porto Formoso foi conhecida até ao início do Século XX como Freguesia de Nossa Senhora da Graça, cuja padroeira ainda hoje é venerada na sua igreja.

Após o desembarque das forças Liberais no Pesqueiro da Achadinha, Nordeste, sob o comando do 7º conde de Vila Flor (1831), o combate feriu-se nas encostas do vale que da Ribeira do Limo e Cerrado Novo sobem até à Ladeira da Velha aqui mesmo ao lado, tendo as forças miguelistas sido vencidas, abrindo o caminho à conquista da Ilha pelos Liberais.

O Combate da Ladeira da Velha foi um recontro travado, no contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), a 3 de agosto de 1831, entre as forças liberais vindas da ilha Terceira e forças da guarnição da ilha de São Miguel, fiéis a Miguel I de Portugal.

A freguesia de Porto Formoso dependeu fortemente e durante muito tempo, da mão-de-obra na indústria do chá.

A história desta famosa planta e a sua difusão no norte desta Ilha, está ligada a uma das maiores famílias latifundiárias dos Açores: Os Faria e Maia, cujos seguintes membros estão entre alguns dos que se notabilizaram:

- *Francisco Machado de Faria e Maia*, 1º visconde de Faria e Maia, terratenente e político e cujo nome consta numa das ruas da Freguesia de Porto Formoso.
- Augusto Caupers Machado de Faria e Maia, filho do anterior, empresário e político;
- Francisco Caupers Machado de Faria e Maia, irmão do anterior, professor liceal e político;
- Ernesto do Canto Faria e Maia, mais conhecido por Canto da Maia, escultor e figurinista.
- Mariano Augusto Machado de Faria e Maia, político;
- Vicente Machado de Faria e Maia, 2.º Visconde de Faria e Maia, político.
- Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia, clérigo e político.

#### *Bernardo do Canto Machado Faria e Maia*

(Ponta Delgada, 21 de junho de 1797 — Ponta Delgada, 13 de junho de 1841) foi um clérigo e político açoriano, que entre outras funções foi governador temporal e visitador-geral do bispado de Angra e deputado às Cortes da Monarquia Constitucional Portuguesa. Foi uma das figuras chave na implantação do regime liberal na ilha de São Miguel e no controlo do poder eclesiástico açoriano por parte do novo regime

Terminada a Guerra Civil, em 1834 o Dr. Bernardo Faria e Maia foi eleito deputado às Cortes pela Província Oriental dos Açores. Participou nos trabalhos parlamentares da I Legislatura (1834-1836) da Monarquia Constitucional Portuguesa, revelando-se como de inclinação cartista, posição que manteria até ao fim da vida. Na ação parlamentar não teve papel relevante, mas a sua passagem pela política contribuiu para iniciar uma importante "dinastia" política no seio da família Faria e Maia que persistiria por cerca de um século. Foi seu

herdeiro político o seu sobrinho Francisco Machado de Faria e Maia, depois 1º visconde de Faria e Maia.

#### *Duarte Machado de Faria e Maia, pintor;*

*Duarte Machado de Faria e Maia* (Ponta Delgada, 10 de junho de 1867 — Ponta Delgada, 3 de novembro de 1922), mais conhecido pelo nome artístico de Duarte Maia, foi um pintor açoriano da corrente naturalista que deixou interessantes registos da vida rural micalense e francesa. Oriundo de uma família abastada da ilha de São Miguel, dispôs de desafogo financeiro suficiente para poder seguir o seu interesse pela pintura e para poder viver sem necessitar de trabalho remunerado. Em 1887, muito jovem, partiu para Paris, onde adquiriu uma formação eclética que depois se refletiria na sua obra.

A sua obra não teve grande projeção nacional em vida, mas marca o aparecimento da pintura de temática açoriana.

#### *Francisco de Atayde Machado de Faria e Maya,*

nasceu em Ponta Delgada a 22 de setembro de 1876 e aí terminou a sua existência a 29 de abril de 1959.

Era filho do morgado José Inácio Machado de Faria e Maia (1793-1881), um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel, e de Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Matos e Góis de Albergaria Caupers, filha de Pedro José Caupers, o último donatário das Flores e do Corvo.

Era sobrinho do eclesiástico e deputado Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia (1797-1841) e irmão do também deputado Mariano Augusto Machado de Faria e Maia (1843-1917).

Muito jovem foi enviado para Lisboa, onde estudou no Colégio dos Nobres.

Ao casar a 21 de dezembro de 1837 com uma sua tia paterna, Teresa Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maia, filha da morgada Helena Vitória Máxima da Câmara e Noronha Machado Faria e Maia e do seu segundo marido, o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, reuniu aos já avultados bens paternos os de outro ramo igualmente abastado da família, o que o tornou num dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel e por consequência dos Açores.

Foi um intelectual e historiador açoriano.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, enveredou pela carreira pública como inspetor escolar, depois como professor liceal e influente político.

Presidiu à Câmara Municipal de Ponta Delgada e foi senador eleito para o Congresso da República. Deixou publicada uma extensa obra historiográfica.

Concluiu os seus estudos secundários no Liceu de Ponta Delgada, matriculando-se no ano de 1896 no curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, formando-se em 1901. Nos seus tempos de estudante conviveu com alguns dos futuros vultos da cultura portuguesa, entre os quais Teixeira de Pascoaes e Afonso Lopes Vieira.

No regresso a Ponta Delgada foi nomeado inspetor escolar distrital e depois professor do Liceu Nacional de Ponta Delgada.

Viajou com a família por diversos países europeus, com destaque para a Suíça, publicando um interessante relato de viagem que o coloca entre os melhores autores açorianos de literatura de viagens.

Republicano e democrata convicto, na sequência da proclamação da República Portuguesa, em 1910, foi nomeado presidente da comissão administrativa encarregue de governar a Câmara Municipal de Ponta Delgada, iniciando uma carreira política ligada ao campo republicano mais conservador.

Em 1921 foi eleito senador independente no Congresso da República em representação do distrito de Ponta Delgada, revelando-se um acérrimo defensor da autonomia açoriana. Apresentou um arrojado projeto de lei para a Autonomia Administrativa dos Distritos Açorianos o mais marcante nessa matéria em todo o período da Primeira República Portuguesa.

Apoiou o Golpe de 28 de maio de 1926, considerando-o uma solução ordeira transitória para a instabilidade da Primeira República, mas rejeitou a institucionalização da ditadura e o Estado Novo. No período imediato ao golpe, quando ainda acreditava no rápido retorno da democracia, publicou diversos escritos retomando as temáticas autonomistas.

Já em pleno Estado Novo, foi um dos participantes mais ativos no **Primeiro Congresso Açoriano**, realizado em Lisboa no ano de 1938. Foi também autor de um relatório da Comissão para o Aproveitamento Turístico da Ilha de São Miguel,

que depois de aprovado pelo Ministro do Interior deu origem aos diplomas que enquadraram as **primeiras iniciativas no campo do turismo nos Açores**.

Em 1943 foi escolhido para o cargo de presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Foi um escritor incansável e jornalista, deixando uma vasta obra publicada, com destaque para o campo da História. Também deixou importante contribuição dispersa por numerosos periódicos açorianos.

Compilou um relatório da sua ação como inspetor escolar numa das suas primeiras publicações, que intitulou **Em Prol da Instrução** (Ponta Delgada, 1909).

#### *Ernesto do Canto Faria e Maia*

nasceu em Ponta Delgada, a 15 de maio de 1890, filho de António Cardoso Machado de Faria e Maia, o filho mais novo de Francisco Machado de Faria e Maia, 1.º visconde de Faria e Maia, e de Maria Ernestina Leite do Canto, filha do intelectual e historiador Ernesto do Canto. Esta origem familiar deu-lhe o desafoço financeiro e o ambiente culto e estimulante que lhe permitiram desde cedo enveredar por uma carreira totalmente voltada para as artes. Canto da Maia apontaria como determinante a influência de sua mãe, uma mulher culta e com grande apreço pela carreira artística do filho.

#### *Francisco Machado de Faria e Maia (homónimo paterno)*

[N. Matriz, Ponta Delgada, 24.5.1841 – 15.4.1923] Era filho de Francisco Machado de Faria e Maia e de Teresa Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maia. Seu pai foi o 1.º Visconde de Faria e Maia, título criado por D. Carlos I por decreto de 16 de abril de 1891. Casou, em 1873, com Mariana da Silveira Gago da Câmara. Do enlace nasceram seis filhos, dos quais destacamos Jacinto Gago Machado de Faria e Maia e Amâncio Gago da Câmara de Faria e Maia e formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra em 1863.

Foi reitor do Liceu de Ponta Delgada, onde exerceu também as funções de professor de Filosofia. Dedicou todos os seus honorários para instituir o «Prémio Faria e Maia», que distinguia os melhores alunos.

Foi o primeiro conservador do registo predial de Ponta Delgada e procurador à Junta Geral do Distrito pelo círculo da Ribeira Grande, em 1895 e foi deputado às cortes monárquicas, durante vários anos, pelo Partido Regenerador. Elevado ao pariatto, em 1891, interveio na respetiva Câmara sobre questões de particular interesse para os Açores como, por exemplo, a questão do monopólio do álcool (1891).

Em Coimbra conviveu com alguns dos grandes vultos da sua geração, nomeadamente com Antero de quem foi íntimo amigo, acerca de quem escreveu vários artigos, demonstrando amplas qualidades literárias. Também Antero dedicou alguns versos a seu amigo Francisco, como, por exemplo, o poema «Contemplação», inserto na obra Poesia Completa.

#### CONTEMPLAÇÃO

*Sonho de olhos abertos, caminhando  
Não entre as formas já e as aparências,  
Mas vendo a face imóvel das essências,  
Entre ideias e espíritos pairando...*

*Que é o mundo ante mim? fumo ondeando,  
Visões sem ser, fragmentos de existências...  
Uma névoa de enganos e impotências  
Sobre vácuo insondável rastejando...*

*E d'entre a névoa e a sombra universais  
Só me chega um murmúrio, feito de ais...  
É a queixa, o profundíssimo gemido*

*Das coisas, que procuram cegamente  
Na sua noite e dolorosamente  
Outra luz, outro fim só pressentido...*

#### Antero de Quental, in "Sonetos"

Fontes:

- Secretaria da Cultura Açores;
- Direção Regional da Cultura, Centro de Conhecimento dos Açores;
- Culturacores.azores.gov.pt;
- Wikipédia;
- Enciclopédia Açoriana.

---

#### 13. KATHARINE F. BAKER / BOBBY J. CHAMBERLAIN, PH.D., UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA

TEMA 3. "DRAMA! INTRIGAS! VACAS!" COMPARAÇÃO DE FAMÍLIAS MULTIGERACIONAIS DE LEITEIROS DO SÉCULO XX, IMIGRANTES DA ILHA TERCEIRA AO CONDADO TULARE NA CALIFÓRNIA, NOS ROMANCES LAND OF MILK AND MONEY [TERRA DE LEITE E DE DINHEIRO] DE ANTHONY BARCELLOS E JÁ NÃO GOSTO DE CHOCOLATES [I NO LONGER LIKE CHOCOLATES] DE ÁLAMO OLIVEIRA. KATHARINE F. BAKER E BOBBY J. CHAMBERLAIN, PH.D.:

O autor açor-americano Anthony Barcellos escreveu o romance *Land of Milk and Money* (2012) com a intenção de preservar a grande riqueza de histórias familiares sobre as experiências dos seus avós imigrantes e os descendentes deles no Vale de São Joaquim na Califórnia.

Escrito em forma de ficção, com os nomes das personagens e certos pormenores alterados para protegerem a privacidade, trata-se da saga dum casal português da ilha Terceira nos Açores que, pouco antes do fim da primeira grande onda de emigração da Europa, recebeu de parentes já radicados nos Estados Unidos a *carta de chamada* que permitiu a imigração com os três filhinhos. Instalaram-se no condado de Tulare, onde durante várias décadas educaram as crianças e trabalharam muito para estabelecerem uma leitaria bem-sucedida. No entanto, logo depois da morte da primeira geração, os

descendentes começaram a fazer guerra uns contra os outros, sendo a herança de um grande legado um ponto de discórdia amarga.

Barcellos já escrevera o primeiro rascunho do *Land of Milk and Money* antes de ler a tradução inglesa de Diniz Borges e Katharine F. Baker do romance *I No Longer Like Chocolates* [Já Não Gosto de Chocolates] do autor açoriano Álamo Oliveira – a saga ficcional duma outra família terceirense que, pouco antes do início da segunda grande onda de imigração açoriana, recebeu sua própria *carta de chamada* que possibilitou a sua imigração aos Estados Unidos, onde também trabalharam muito para criarem os filhos e estabelecerem uma operação de produção leiteira de sucesso no condado de Tulare.

Ao ler o romance de Oliveira, Barcellos observou que “os conflitos intergeracionais são naturais em todas as famílias, com as famílias de imigrantes tendo o agravante adicional de transição cultural, que pode alienar as gerações com mais eficácia do que meras diferenças de idade. Desta forma, os conflitos [nos dois romances] não são meramente ‘típicos’ mas quase ‘estereotípicos’”. Mas apesar do património comum dos autores, as famílias respetivas (tanto verdadeiras como fictícias) responderam de maneiras distintas às pressões da cultura americana predominante para os imigrantes se assimilarem. A família do *Land of Milk and Money* instalou-se quase de maneira relativamente tranquila numa existência americana, com o patriarca a considerar as transformações geracionais como esperadas e naturais.

Por outro lado, o patriarca do *Já Não Gosto de Chocolates* lutou incessantemente contra a assimilação. O seu descontentamento com a decisão de imigração foi exacerbado pela adaptação cada vez mais amarga à vida americana da mulher e especialmente dos filhos – um processo que, apesar de todo o seu sucesso comercial, atacou e degradou a essência da sua própria identidade e autoimagem.

#### **SLIDE 1: TITLE PAGE**

Os romances *Land of Milk and Money*, de Anthony Barcellos, e *Já Não Gosto de Chocolates*, de Álamo Oliveira, narram as sagas fictícias mas autênticas de duas famílias que saíram da ilha Terceira nos Açores durante o século vinte.

Estabelecendo-se por coincidência a poucos quilómetros uma da outra no Vale de São Joaquim na Califórnia, cada família se esforçou por construir ao longo dos anos uma leitaria próspera. Apesar de possuírem semelhanças marcantes, os romances diferem um do outro quanto ao seu estilo e substância.

#### **SLIDE 2: PROPOSED BOOK COVERS FOR LMM**

Barcellos inicialmente intitulou o seu romance de *Dear Dairy*, um trocadilho na expressão *Dear Diary* utilizado nos diários pessoais, que encaixava com o sítio rural do livro e a sua estrutura como uma série de vinhetas distintas. Mas o editor do manuscrito propôs *Land of Milk and Money*, um jogo de palavras irónico baseado na para onde Moisés conduziu os Israelitas, “Terra de Leite e Mel” sobretudo por causa das oportunidades agrícolas que existiam quando o melhor solo do estado ainda era barato e disponível. Depois da mudança de título a editora ofereceu três opções.

#### **SLIDE 3: BARCELLOS & OLIVEIRA BOOK PRESENTATIONS**

Quando Barcellos escrevia o seu primeiro romance ainda não tinha nenhum conhecimento de um cânone literário Luso-Americano, muito menos de que o seu livro em breve pertenceria a ele. Era um escritor lido e experiente – tendo sido jornalista, tinha escrito uma dissertação doutoral e coescrito um livro didático. Mas ainda não publicou nenhuma obra de ficção. A única figura literária Luso-descendente de quem tinha conhecimento era o falecido John Dos Passos.

Embora Barcellos tivesse morado na Califórnia quase toda a vida, enquanto escrevia o manuscrito ainda não tinha ouvido falar do preeminente escritor açoriano Álamo Oliveira – nem do seu romance traduzido por Diniz Borges e por mim, *I No Longer Like Chocolates*, que versa sobre a vida de uma família terceirense que imigrou para o condado de Tulare uma geração mais tarde e estabeleceu uma operação de produção leiteira bem-sucedida, e cuja estrutura familiar também desmoronou.

#### **SLIDE 4: TERCEIRA MAP**

Os Barcellos – e os seus alter-egos fictícios, os Franciscos – saíram de São Bartolomeu para a Califórnia na década de vinte, nos fins da primeira grande onda de emigração açoriana. Qualquer esperança de voltarem para a terra natal

acabou não se realizando. A família de Álamo Oliveira emigrou do Raminho à Califórnia na segunda grande onda.

**SLIDE 5: TULARE COUNTY MAP**

Mas durante várias décadas Álamo passou tempo considerável na Califórnia porque a família dele estabeleceu-se mais tarde na região de Tipton, oito quilómetros a oeste. Os avós de Barcellos estabeleceram-se perto de Porterville no sudoeste do condado de Tulare. Além dessas cidades, alguns episódios dos dois romances se realizaram em Tulare e Visália.

**SLIDE 6: FRANCISCO FAMILY TREE**

Barcellos afirma que, para o contador de histórias “tudo pode ser verdadeiro na ficção”. Por isso, quando vários parentes insistiam em que preservasse histórias familiares, deu ao livro a forma de um romance, em vez de não-ficção. Alterando nomes e pormenores para proteger a privacidade – e inventando histórias para melhorar o desenvolvimento de personagens e preencher lacunas no enredo – ele narra a saga de um casal português, que recebeu a *carta de chamada* que permitiu a imigração com a filha e os dois filhos.

**SLIDE 7: BARCELLOS FAMILY FARM, 1970**

Na Califórnia, os Barcellos educaram os filhos, trabalharam muito para estabelecer uma leitaria típica do Vale de São Joaquim, e prosperaram. Depois das mortes da primeira geração, os descendentes travaram guerra amarga uns contra os outros sobre a herança desse legado. A sua luta emoldura o romance *Land of Milk and Money*.

**SLIDE 8: TULARE COUNTY COURTHOUSE**

O viúvo da falecida filha da matriarca se ressentia de não ter recebido a sua “devida parcela” do espólio embora os filhos dele tivessem recebido heranças consideráveis. Tentou anular o testamento. Barcellos caracteriza a avó como “o eixo da família, o centro vital, sem a qual a família desmoronou. Uma velha astuta”, o seu testamento obrigou os dois filhos a colaborarem como co-executores do espólio. O filho mais velho, menos competente do que o seu irmão, “estava profundamente magoado por não ter podido dar as cartas, mas

não foi por acaso que a mãe tivesse resolvido a cortar-lhe as asas. A batalha deixou cicatrizes que permanecem até hoje”.

**SLIDE 9: COVER ART FOR CHOCOLATES**

Os Silva de *Já Não Gosto de Chocolates* levavam uma vida não muito diferente daquela da vila natal de Álamo Oliveira. Mas o patriarca José, inspirado pelo pároco, sonhava em se estabelecer na Califórnia para que ele, a sua mulher Maria de Fátima e especialmente os seus quatro filhos, com idades de nove a dezassete anos, pudessem desfrutar de uma vida melhor. O Padre Meneses pregava:

*“Sabeis como todos gostamos da América. Tantos dos nossos andam por lá e mandam águias de ouro, roupas, candins, gamas, chocolates”...* [José] ouvia aquela lista de riquezas e só fixava os chocolates. Adorava chocolates americanos e nunca os comera. Apenas lhes adivinhava o sabor.

Armados com uma *carta de chamada* que permitia a imigração, obtida através de uma tia já radicada na Califórnia, os Silva, “, partiram com o destino à América”. Primeiro moraram numa *trela* de alumínio sem ar-condicionado. Os pais e os filhos mais velhos trabalhavam muito em trabalhos braçais, enquanto os dois filhos mais novos se matricularam numa escola. Aos poucos a família, que já se tinha renomeado “Sylvia”, ia prosperando. Mas para a angústia do agora-Joe, Mary e os filhos iam adotando cada vez mais os costumes americanos, sobretudo declarando a sua independência da tradicional autoridade do pai açoriano. Afinal, Joe chegou a ficar tão indignado com a América que já não gostava nem dos seus chocolates.

**SLIDE 10: COVERS, SIXTY ACRES & A BARN, THROUGH A PORTAGEE GATE**

A entrega a uma editora do seu manuscrito por Barcellos levou-o a realizar um estudo da literatura Luso-Americana. Quando ele leu a descrição do romance de Alfred Lewis *Sixty Acres and a Barn*, também ambientado no Vale de São Joaquim, temia que o *Land of Milk and Money* não acrescentasse nada a um tópico que Lewis já tinha tratado; no entanto, Barcellos descobriu que a sua perspectiva mais restrita tratava mais de angústias individuais que de uma família multigeracional. A escrita de Charles Reis Félix, exemplificada no *Through a Portagee Gate*, surpreendeu Barcellos por causa da semelhança do estilo

episódico; observou que, se o tivesse lido antes, teria achado que o seu próprio romance fora influenciado por Félix – mas o mesmo estilo era natural para os dois.

**SLIDE 11: PHOTOS OF COMMENTERS**

Não é nenhuma surpresa para a crítica Karen Davis que as famílias tenham ficado amargamente divididas. Mesmo numa área tão pequena como os Açores, as pessoas variam. A primeira geração sonha com regressar à terra natal, enquanto a terceira não pode conceber a vida de volta às ilhas. As pessoas ainda são pessoas: o filho inepto que quer ser dono da fazenda, teria sido o mesmo nas ilhas como na Califórnia. Davis observa que Barcellos trata de *saudades* dos Açores em forma de retrospectivas, enquanto a nostalgia dolorosa do patriarca de Álamo permeia o seu romance. Esta dicotomia – somos portugueses ou americanos? – pervaga ambos os livros. Surgem corolários: qual é a nossa pátria? vamos voltar para lá? e como seria? No *Land of Milk and Money* a última pergunta fica sem resposta, enquanto no *Chocolates* é respondida quase desastrosamente. Gerações diferentes olham para as coisas de maneira diferente, a falarem línguas diferentes. Para aqueles que cresceram em mundos estranhos, a lacuna torna-se um abismo.

A mariense-californiana Helen Cunha Kerner comenta as referências religiosas de Álamo. Os Silva são José e Maria de Fátima – e o seu filho mais velho António foi nomeado em homenagem ao santo padroeiro de Portugal. Quando Joe se muda para um asilo de idosos, lamentando a morte da sua amada Mary, a sua enfermeira pessoal Rosemary é tão semelhante que Joe a acredita enviada dos céus; ela ilumina a existência escura dele. A camisola de linho que Maria de Fátima usou na noite do casamento torna-se um Santo Sudário para Joe. A única nota de esperança de Joe é que o seu tempo lá lhe dá a clareza de visão e uma “mente aberta” para aceitar as coisas que outrora desprezava – um filho *gay* morto pela SIDA, a síndrome de Down de um neto – e para prepará-lo para pôr de lado o seu cajado na presença do seu anjo da guarda no seu derradeiro momento. O romance termina com Rosemary: “E sumiu-se pelo corredor do hospital. Sem deixar pegadas nem sombras.”

Vamberto Freitas descreveu o *Land of Milk and Money* assim: “quase uma retomada bíblica dos mais velhos temas humanos, irmãos contra irmãos, clã

contra clã – nada como as partilhas de propriedade e dinheiro para manifestar todo o nosso veneno, inveja e [...] a ganância”.

Barcellos comenta que “os conflitos intergeracionais são naturais, tendo as famílias de imigrantes o agravante adicional de transição cultural, que pode alienar as gerações com mais eficácia do que meras diferenças de idade. Desta forma, os conflitos [nos dois romances] não são meramente ‘típicos’ mas quase ‘estereotípicos’”. No entanto, Barcellos considera o patriarca no *Land of Milk and Money* um fatalista que percebeu que a mudança era inevitável e que poderia frustrar os seus planos mais almejados, especialmente os de voltar à Terceira. No entanto, ele aceitou o que ficava além do seu próprio controlo e optou por viver da maneira mais positiva possível.

O autor californiano Julian Silva nota que “ironicamente, no final do livro, é o segundo filho do segundo filho que justamente leva os negócios familiares, e a regra de primogenitura. Por outro lado, o patriarca do Álamo nunca poderia parar chutando contra o destino, e aceitar as mudanças inevitáveis que a vida na América tem forjado na sua família. Por isso a sua situação ficou drenada da sua existência. Ambos os patriarcas foram efetivamente exilados da sua amada ilha – mas um encontrou um novo lar, enquanto o outro tentou mas não conseguiu construir uma fortaleza contra a cultura americana.”

**SLIDE 12: TITLE PAGE**

Se algum dia o *Land of Milk and Money* for traduzido em português, sem dúvida Álamo Oliveira gostaria de ler a saga de Anthony Barcellos de uma outra família de imigrantes terceirenses no condado de Tulare.

---

**14. LAURA AREIAS, CLEPUL, UNIV DE LISBOA**

**TEMA 1.3. MURMÚRIOS COM VINHO DE MISSA, DE ÁLAMO OLIVEIRA: UM GRANDE ROMANCE SOBRE A SOLIDÃO**

Álamo teve este manuscrito na gaveta por muito tempo. A sua feitura está intencionalmente datada por ele na última página: Raminho 2004,5,6. Mais que o explicável, sendo um autor conhecido, com qualidade comprovada nos vários géneros.

Agora que o livro foi finalmente editado, sete anos depois, aí está a razão da demora: é um livro polémico que toma em defesa um tema tabu, na moda. E mata dois coelhos de uma cajadada: justifica, de vários ângulos, as relações entre um homem ou mulher mais velha com um jovem, vulgo pederastia, e a talhe de foice, discorre sobre a mordaza do celibato dos padres, vergastando ideias controversas do catolicismo, como essa privação a que os obriga, em nome do mesmo Deus que deu as funções de procriar a todo o ser vivo sexuado. Não é, todavia um livro sobre pedofilia nos termos em que a psiquiatria, a psicologia, a definem.

O romance de Álamo Oliveira apresenta uma tese, explicitada e apoiada na Tese de Mestrado da personagem Jonathan, orientada pela Professora Lucília: a “pedofilia” quando consentida, não é crime mas aprendizado. E cria duas situações em que prova exatamente o contrário por que esse alegado “abuso” ou perversidade se dá às avessas: o abusado é o alegado pedófilo ou pedófila. Não estamos a falar de violação de menores, e o Padre Raul frisa isso muito bem!

Todas as circunstâncias, cenários e personagens têm um referente real. A cidade, A Universidade, o ambiente académico, os professores e estudantes, o círculo de Amigos, os amores – tudo isto o autor conheceu pessoalmente e com eles conviveu *realmente*, mais que uma vez. Depois pegou nas situações e administrou-as às suas conveniências, e às criaturas moldou-lhes os caracteres a seu bel-prazer, exagerou aqui, contemporizou acolá, como é direito que assiste ao criador artista.

Há uma Professora ao serviço da política de expansão e do conhecimento da língua e cultura portuguesa, demasiado *nonchalante* para a Missão que tem em mãos. Há uma instituição portuguesa, o IC, que paga mal, renegando a Leitora para um bairro negro de periferia – o que extravasa e complica a ficção porque a designação desse instituto corresponde à realidade, mas os seus Leitores nos USA, de facto não passam por essa penúria. Bem podem habitar no bairro da Universidade onde há professores, estudantes, gente branca, preta, mulata e morena, porque New Orleans é um cadinho de povos europeus, africanos, acadianos, latino-americanos, com grande componente da América Central. Aliás isso foi visível na prontidão com que se organizou um avião inteiro de víveres,

mantimentos, medicamentos, e técnicos de saúde, quando houve uma catástrofe ecológica na Nicarágua, nos anos 90. Tudo o que toca a dinheiros, neste quadro na Luisiana é tido por baixo, por Álamo. O Márcio recebeu uma bolsa para estudar nos USA, que não chega para viver (é difícil de admitir que os USA dessem visto J1 se o estudante não provasse possuir meios de subsistência). Em questões de estética: a casa, a maneira como se vestem, o que comem, exceto a brilhante aluna lesbica, correspondem a um estereótipo negativo que na Europa se faz dos americanos.

Todos estes e outros senãos, passam facilmente despercebidos a um leitor desarmado, logo obcecado pelo alvo a crivar: a pedofilia. Há ocasiões em que, estou em crer, Álamo fez certas adaptações para melhor corresponderem ao que em Portugal se tem por nota de tese de MA, uma certa confusão de Licenciatura e Mestrado... destas e outras situações apercebe-se, todavia, o leitor avisado, eventualmente académicos ou estudantes, experimentado nesses percursos.

O casal Prof<sup>a</sup> Lucília/Márcio, tem o seu correspondente no outro: Padre Raul/José Carlos, de seu falso nome, - “pedofilia” nas versões masculina e feminina. A preponderância e o estatuto social e económico, a diferença abissal de idades, correspondem em ambos os casos. A generosidade, bastante ingenuidade, e solidão – a solidão ilhoa a acumular com a que é imposta no sacerdócio – que caracterizam Lucília e P. Raul, são igualmente pagas com mentira, extorsão, traição, fuga e cobardia.

Álamo Oliveira vingou-se bem de um certo “Márcio” que conheceu: fê-lo passar por todos os graus da vergonha: mentiroso, ladrão, chumbou-o por faltas, envolveu-o na droga, deu-lhe uma filha muda e ainda o fez voltar pela segunda vez, na penúria e cheio de filhos, mendigando à Professora “maternidade”. Ela, como o Padre: ambos enfrentam a prole da incúria do seu ex-amado.

Chegados aqui podemos apontar então os pomos da discórdia para a Crítica: a condescendência, pelo menos, com a pedofilia. A acusação da solidão/celibato dos padres como culpa de um pecado que não é, por estes, reconhecido como tal: a violação da castidade, independente do objeto do desejo (consigo próprio ou com outrem do mesmo sexo ou não). Qual prova que melhor refuta a ideia de

pecado ou a condenação social do ato se não a de que o traidor é o ser/objeto amado e não o que ama, aconselha, acompanha, ajuda e protege? – poética e sinteticamente escrito por A. Botto, citado por Jonathan: “Gosto de fedelhos, vou-lhes ao cú, dou-lhes conselhos”.

“Não há ilhas inocentes” – é a acusação dos que a conhecem por dentro: Álamo/escritor, Raul, Lucília – que se compadeçam com paisagens paradisíacas, não mais que paisagens. À mercê de sismos, enchentes, ventos ciclônicos e os consequentes racionamentos, receios medos, desejos de fuga, estas nove cagadelas de moscas espalhadas pelo Atlântico (imagem de A. Oliveira em *Contos com desconto*)<sup>101</sup> determinam nos seus filhos uma vivência onde o sobrenatural, o humano, o animal, a natureza e o sexo se regem pelas mesmas regras: tudo acontece porque está ali ao pé. Por isso neste romance, há desejos, apalhões, murmúrios e sexo por todos os lados. Tudo pela conveniência da emergência, da urgência, da proximidade, das leis orgânicas que dividem a natureza em ciclos, em cios seja mulher, homem, panasca, padre ou galinha. Só a sociedade com as suas leis antinaturais não se compadece desse determinismo. Tão natural que serve de explicação à solidão acrescida pela distância, pela imposição do sacerdócio, sem escolha. Essa teve-a a Professora, que não se conformou com a exiguidade de consciências e da geografia. E quis a aventura. Quando nos dizem: mas que sorte!... tens corrido o mundo” ou a outra versão com um toquezinho de maldade: “que sorte: andas sempre a passear!”. Nem imaginam o quanto de preparação científica, de coragem e de abnegação isso nos custa. Tudo vale a pena, e cada partida anuncia uma chegada a outro lugar onde deixámos uma parte de nós... não morremos um pouco a cada partida – como diz a canção, – revivemos e ganhamos em cada chegada.

Se a personagem Professora não é um modelo de virtudes, Álamo, todavia, premeia-a com uma morte santa, que é um achado na economia do romance, castigando mais uma vez Márcio que fica contrariado com a filha, da qual se julgara livre entregando-a um dia à guarda de Lucília, agora de volta à sua tutoria. Márcio soma mais um predicado: é mau Pai.

<sup>101</sup> Álamo Oliveira, *Contos com desconto*, Lisboa, IAC, 1991, p. 11

Profundamente conhecedor da vivência ilhoa, o autor esmera-se na conceção da personagem Raul – no seu apostolado, na sua luta contra os elementos naturais como o grande sismo de 1980 que destruiu a Terceira, na sua capacidade de recomeçar, de perdoar, de ser indulgente com o Amor – amar pessoas, independentemente do sexo. Muito do que se depreende nas relações dos dois protagonistas com terceiros, é serem uma panaceia para a sua solidão: Raul tolera-lhes a falta de diálogo, a falta de higiene - que é uma das suas maiores preocupações assim como matar-lhes a fome - a monotonia, em nome de uma companhia assídua, uma espécie de “esposa” submissa e calada. Os argumentos que já serviram a Raul e a Jonathan para tolerar, o amor/sexo indistintamente do género, são agora na Professora Lucília uma bandeira da sua autodeterminação:

*Apetece-me subir ao púlpito da rua e gritar que, se pudesse, caçava todos os prostitutas, machos e fêmeas, para afogá-los com o seu próprio sexo. Fazia-o sem remorsos. Estou farta da inocência piedosa da maldade ser acarinhada judicialmente em nome de valores morais e imorais que alimenta essas quadrilhas de falsos meninos e meninas que usam a sua angelicidade para lançar, no poço do sofrimento, os que lhe deram pão e afeto. Está Bem! Posso ser presa. Mas não me lixem. A minha iniciação sexual deu-se quando eu quis e não quando alguns quiseram. Porque..., quem cala consente. Eu não consenti. E consenti. Por isso, renovo a minha homenagem a todos e a todas que, sendo mais velhos, me ensinaram a descobrir os prazeres do corpo. Sem essa gente, revelada sob o escuro de palheiros e de atafonas; sob a proteção de silvados e campos de milho; sob o aconchego de noites em camas partilhadas por acaso, seria uma pobre de espírito, sem alfabetização sexual que me valesse. Ah, como vos amei, pela paciência e generosidade! Como vos amo pelas gratas memórias que me deixaram!*<sup>102</sup>

FINALMENTE, o romance é um portento de estrutura e de escrita. O escritor habituou-nos à sua capacidade de ser sarcástico sem ofender... recordem-se pelo menos as pequenas narrativas, *Contos com desconto* e *Com perfume e com veneno*. Quando Álamo entra pelos meandros de igrejas e sacristias, santidade e conventos, o riso torna-se irreprimível no “Perfume da santa” (quando ao morrer

<sup>102</sup> Álamo Oliveira, *Murmúrios com vinho de missa*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013p. 116

e exala uma flor do ânus que mata todas as freiras, ou as desgraças intestinais do Joaquim Sacristão), no “Coreto” só para citar dois exemplos do seu sarcasmo inofensivo. Neste seu último romance, torna-se também um narrador autocrítico nas notas de roda pé: criador de metáforas pirosas (ex. a bailarina da Gulbenkian ou os dentes do ratinho do Disney), entre outros mimos... Um sarcasmo sadio e ironia associam-se especialmente quando se trata de cenas com figuras eclesiásticas ou ligadas à Igreja, na Ilha que Álvaro tão bem conhece.

O CAPÍTULO III narra a estreia e a vivência do P.e Raul na sua primeira Paróquia, Manadas. O sacristão e a Menina Francisquinha compõem o quotidiano miserável de 700 almas enclavinadas pelas rochas, face ao mar. Cada um com as suas atribuições que garantem o brilho dos atos litúrgicos, onde “se não fossem os nevoeiros, mais os ventos ciclônicos e as chuvas da praxe, bem se poderia dizer que era um lugar paradisíaco”<sup>103</sup>.

O senhor Guarda, seu consultor e companheiro dos dias de folga, é mais um contributo para a amálgama do trivial com o sobrenatural, com a santidade: na pesca, nas conversas e nos silêncios, no jogo e na merenda de pão fresco com queijo da ilha e regavam tudo com vinho de cheiro. Depois, bebiam um cafezinho também de produção local e uma aguardente made in adega do senhor Guarda (sic) [que não vem em itálico pelo que Álvaro sugere maliciosamente, como costuma, que já é nosso] com efeitos terapêuticos: aliviava dores de dentes, de barriga e resfriados; maltratava silêncios sem referência ou sem motivo; resolvia azares financeiros e pragas de burra peideira; curava amores com mau-olhado; secava borbulhas adolescentes e cornos imprevisíveis”<sup>104</sup>.

A graça não está na enumeração caótica até ao absurdo. Estará antes no exagero dos poderes de tal aguardente que, por diversos processos, curava tão variados males.

Por tudo o que ficou dito, a densidade humana das duas narrativas que se vão cruzando, a crueza da vida nas franjas de um Portugal recôndito, o bom sarcasmo que perdura desde obras anteriores, a crítica fundamentada na vanidade de crenças desumanas, estou com o Prof. Assis Brasil quando considera

<sup>103</sup> Idem, p. 93

esta a obra-prima de Álvaro Oliveira e a ele, um dos mais importantes escritores da língua comum de toda a lusitanidade [contracapa], num grande romance sobre a solidão.

### 1. REFERÊNCIAS

- Oliveira, Álvaro, *Contos com desconto*, IAC, 1991  
 -----, *Com perfume e com veneno*, Lisboa, Salamandra, 1997  
 -----, *Murmúrios com vinho de missa*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, 2013

**15. LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL, [LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT](mailto:LUCIANO.PEREIRA@ESE.IPS.PT),**

TEMA 1.3. “A ROSA NÃO TEM PORQUÊ.” HOMENAGEM A UMA POETISA VULCÂNICA. LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

### 1. BIBLIOGRAFIA

Maria Eduarda Faria da Rosa é a filha mais nova de uma fratria de quatro irmãos, três irmãos e uma irmã, filhos de José Garcia da Rosa e de Maria Lourenço Faria. Nasceu no Areeiro – Capelo, na Ilha do Faial – Açores a 29 de setembro de 1947.

Dos dez aos vinte anos, viveu na Horta onde desenvolveu as suas atividades escolares no colégio de Santo António, no Magistério Primário e no Liceu. Em 1968, rumou ao continente onde frequentou o curso de Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa, assim como um mestrado em Literatura Comparada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Foi professora de Línguas Portuguesa e Francesa, profissão que exerceu em Lisboa e em Wiesbaden na Alemanha. Em 1976/1977, lecionou na Escola Preparatória Manique Intendente Em 1977/1978, na Escola Secundária em Rio

<sup>104</sup> Idem, p. 98

Maior. Em 1978/1979, na Escola Preparatória Barbosa do Bocage em Setúbal. Em 1979/1980, na Escola Preparatória de Caldas da Rainha, ano durante o qual também viveu os ternos mistérios da maternidade, quis o destino que viesse a ser mãe de uma menina.

De 1980 a 1987, foi professora na Escola Preparatória de Beja e na C+S, Santiago Maior, chegando até a lecionar Literatura Infantil no Magistério da mesma cidade onde virá, a partir de 2000, a desenvolver uma atividade editorial com José Francisco Pereira, de seu pseudónimo Al-Zei. De 1987 a 1999, lecionará na Escola Preparatória Luísa Todí em Setúbal. Em 1999 desloca-se durante uma semana à Ilha de São Jorge, para festejar o 25º aniversário do 25 de abril, a convite da Escola Secundária das Velas. Aí, realiza uma exposição de pintura e uma sessão de leitura do seu livro “A guardadora de tesouros e a vara-de-ouro” (1998).

Não resistiu ao apelo das Ilhas e das raízes e regressa nesse ano ao arquipélago para lecionar na Escola Básica 2+3 da Horta. Por várias vezes fez, em público, questão de afirmar que vivia para aprender o Amor, a Beleza e a Liberdade (Os trabalhos de Psique, 1994).

Cidadã empenhada na ternura e no amor pela natureza e pela terra, pessoa que nunca se acomodou e tantas vezes incomodou pela sua coragem, pelo seu talento e pelo seu bom gosto. Professora, amada e estimada por alunos, por colegas e amigos a quem dedica as suas obras que oferece generosamente com delicadas e ternurentas dedicatórias.

Mulher de uma sólida cultura clássica, e possuidora de uma rara sensibilidade estética, não deixa de se enternecer pela simplicidade da cultura e da sabedoria popular como está bem patente em algumas quadras e alguns versos incluídos na sua obra *A guardadora do tesouro e a vara-de-ouro*:

*“Vai-te embora papão negro,  
Deixa a baga do loureiro,  
Deixa dormir o menino,  
O seu soninho primeiro...” (1998: 15)*

*“Josezito  
Já te tenho dito  
Que não é bonito  
Andares-me a enganar  
Chora agora Josezito  
Chora que me vou embora  
Para não voltar...” (1998: 17)*

*“Os cavalos a correr  
As meninas a aprender  
Qual será a mais bonita  
Que se deve esconder” (1998: 24)*

*“Como é linda a minha terra  
Ao despertar a alvorada  
Canta o pastor sobre a serra  
O hino da madrugada...” (1998: 28)*

*“Quem adora o impossível  
Que esperança pode ter?  
Vive numa saudade  
Goza pena até morrer.” (1998: 35)*

\*\*\*

Na sua escrita convivem as mais virulentas erupções eróticas com a expressão do mais profundo misticismo ilhéu e logo profundamente português. A autora convoca tanto Virgílio, Apuleio, Luciano, como mergulha na contemplação do divino Espírito Santo, de um Criador feito menino, anunciando a salvação. A sua escrita vivida evoca Luís de Camões, Fernando Pessoa, e o excelso Professor Agostinho da Silva.

Natália Correia não poderia deixar de estar presente, mais inesperada será a voz de um Angelus Silesius, ao afirmar a inconsistência da procriação em relação ao radical conceito da geração: **“A rosa é sem porquê, assim como a o supremo valor ascético do isolamento e da solidão: “Die Einsamkeit ist Not, doch sei nur nicht gemein, / So kannst du überall in einer Wusten sein ” (A solidão é sofrimento mas se não te isolares / Poderás estar em toda parte num deserto.)<sup>105</sup>**

## 2. OS TRABALHOS DE PSIQUE (1994?)

A autora dispôs dezasseis pérolas poéticas e a reprodução de alguns dos seus trabalhos plásticos, com recurso a diversas técnicas. Estamos perante uma glorificação das imagens enquanto linguagem da alma, um hino à Beleza<sup>106</sup>. O primeiro funde imagem e texto. Evoca-se a escrita musical, as formas abstratas, as cores, de fogo e de terra: “Do vulcão sai a rosa”.

O segundo é uma linda “canção dedicada a uma cotovia” que a autora descobrira num borrão antigo:

*“Cotovia, cotovia,  
Estavas lá e eu não te via.*

*Dentro de mim escondida  
Cantava ao anoitecer  
Uma cotovia ferida:  
Cantava até morrer.*

*Longas noites eu perdi  
A tentar ouvir seu canto,  
Abraçada ao meu manto  
Gotas amargas verti.*

*Um dia sem esperar,  
Encontrei-a num borrão  
Auscultar-lhe a pulsação  
Tinha brilho no olhar.”*

Todos os outros poemas, excluindo Aljôvar, são sonetos de grande virtuosismo, engenho e arte, na maior parte em verso decassílabo, considerado pelos clássicos o mais belo e grave. As distribuições rimáticas variam tal como variam os temas, embora de uma extrema coesão. O amor é uma expressão do prazer e da dor, dos sonhos e dos medos, da irrupção da libido e do voo do espírito, da esperança, do desejo e do Desejado. A terra, a água, o fogo e o ar rodopiam num processo de criação quase xamânico. Pressente-se a ilha em cada poema, em cada verso, em cada letra. O vulcão sai das entranhas da terra e das entranhas do ser. Intenso, o cheiro a maresia inunda cada página. No mar alto, turbilhões engolem os navios em sobressalto. Brilha o basalto, o enxofre e o magnete até à explosão.

Reverbera “a palavra precisa”. Inicia-se o jogo do amor, com esperança apesar do perigo:

*“(…) O jogador avança com vigor/ Temendo o perigo do exagero./ A jogadora joga com pudor/ Aqueles dados que tem ao dispor/ E a esperança relança o seu tempero. (VIII. Esperança e perigo no jogo do amor)*

O jogo do amor é o jogo da palavra. A palavra reinventa-se para expressar o desespero, o abandono e as lágrimas de sofrimento e de paixão:

*“III. DESESPERO  
Sinto-me morrer: não há alimento.  
O meu corpo está por amor sedento.  
Tudo à volta é aborrecimento.  
Respiro a rigor, falo com o vento.*

<sup>105</sup> Rosa, Maria Eduarda Faria da (1994?) – Os trabalhos de Psique

<sup>106</sup> Este amor pela imagem convoca expoentes universais sem nunca os citar. Lembremos apenas Baudelaire: “J’ai pétri de la boue et j’en ai fait de l’or : Glorifier le culte des images (ma grande, mon

unique, ma primitive passion.)” (1968: 638) Em 1960, René Hyghe, teve a coragem de afirmar que, de facto, só a arte podia ser a linguagem da alma: “Aussi est-il temps de poser la question de l’art e de l’âme, de l’art langage de l’âme.” (p.5).

*Não aguento mais este grão tormento.  
Quem me ouve e vem dar um certo alento?  
Nesta esquina há apenas lamento.  
E eu a precisar de contentamento.  
(...)”*

*“IV. ABANDONO*

*(...)  
As assas ergue sem nenhuns ruídos  
Esse deus dos mais subtis e sabidos  
De todos talvez o mais sedutor.*

*Psique agarra-lhe um pé e envolvidos  
Vão os dois pelos ares esbaforidos.  
Ela em terra cai. Voa o condor.”*

*“V. ALJÔFAR*

*(...)  
Lágrimas pérolas crescem  
Do orvalho da mulher  
Refresque-se quem souber  
Que as dores também florescem.*

*Fonte jorrando amor  
Em que a sede se esquece!  
Manta fofa que me aquece  
Dando alento, são vigor.”*

*“XI. SECARAM AS LÁGRIMAS*

*Secaram as lágrimas que correram,  
Todo o outono. Gordas, silenciosas,  
Cavalgando marés vivas, hircosas,  
Negro e pútrido lodo removeram.*

*Os velhos rancores emudeceram  
E as arrogantes raivas escabrosas  
Outrora incontroláveis, clamorosas,  
De tanto intrigante furor morreram.*

*Meu barco baloiça em rio frio,  
De horizonte nublado e fugidio.  
Vazio é a deliciosa fonte.*

*Em letargia não choro nem rio.  
Cautelosamente acendo o pavio  
Da vela que me servirá de ponte.”*

*3. A GUARDADORA DO TESOURO E A VARA-DE-OURO (1998)*

Terminado em Setúbal no Equinócio da primavera de 1996, dedicado à mãe e à filha, foi publicado em 1998, o livro é uma obra de memórias, enriquecido com velhas fotografias de família e de paisagens deslumbrantes.

“A autora lança um olhar nostálgico e fascinante sobre a sua infância vivida no microcosmo da ilha do Faial. São memórias (autobiográficas) de sonhos e sortilégios, de medos e angústias, de aventuras e desventuras, que surgem do fundo dos tempos como uma aparição de ternura e felicidade dessa infância enquanto paraíso perdido.”<sup>107</sup> As memórias de uma vida, vivida com intensidade, delicadeza e paixão.

O livro é um percurso, uma viagem que vem do fundo dos tempos, tempos de sacrifícios, privações, alegrias e dores, até a um presente tranquilo e sereno, onde se percebe a sabedoria do magno professor Agostinho, evocado desde a parte inferior da página reservada à dedicatória: “*Dará Portugal ao mundo/ em céu de amor e de espanto /seu Império do Divino/ Divino Espírito Santo.*”<sup>108</sup>. A autora termina a sua obra prestando uma sentida homenagem ao sotaque e à

<sup>107</sup> Victor Rui Soares. Texto apresentado na contracapa de *A guardadora do tesouro e a Vara-de-ouro* (1998)

<sup>108</sup> Agostinho da Silva. Quadras inéditas, Ulmeiro

ímpar filosofia alentejana que se confronta com um real que nunca é definitivo e que se vai construindo, com ternura, amor e paciência, no respeito pela natureza e pelas secretas leis do Universo: “Ela pedia-me para não falar à açoriana. Eu retorquia com um sorriso de agrado pelo seu sotaque alentejano (...) Cantámos juntas uma canção alentejana: «Eu sou devedor à Terra/ A Terra me está devendo/ A Terra me pague em vida/ Que eu pago à Terra em morrendo.» (1998: 89)

O existencialismo próprio da cultura alentejana é, justamente, comparado com a velha sabedoria oriental:

“O bambu mantém-se ereto e não há ventos que o abatem nem forças que contrariem a sua harmonia. La Fontaine não se esqueceu de valorizar tamanha lição.<sup>109</sup>

A autora relembra o poeta chinês, Lao-Tze, traduzido pelo amigo Agostinho: «o princípio do Tao é o que acontece por si mesmo»; «a quietude domina o movimento» (1998: 90) e termina referindo a linda história que relata a forma como um músico, ermita e sábio, conseguiu tocar uma harpa que um poderoso mago havia criado a partir de uma esplendorosa árvore por se ter sentido tão cativo da sua beleza:

“O imperador perguntou ao sábio músico: - Como puseste a tocar esta harpa com tanta felicidade, quando os melhores músicos da corte a experimentaram durante semanas sem nada conseguirem? – É simples, falei-lhe do seu vale, daquele que a viu nascer, da erva que crescia a seus pés, do chilrear dos pássaros seus amigos, da corrente de água que refrescava os seus pés no verão, da torrente de luar nos seus ramos...” (1998: 90, 91)

Um belíssimo poema antecede os doze capítulos da obra. Doze, tal como o número dos apóstolos, os meses do ano,... Afinal não será qualquer obra autobiográfica uma viagem no espaço e no tempo:

“Tranquila bolina a mãe-ilha no  
oceânico regaço.

*Dos seus seios eretos a ambrósia,  
guardada outrora pelos deuses no  
seu interior, jorra abundante e perfumada, alimentando os filhos  
em horas de cansaço.  
Cuidado, porém! Enfurecem-se-lhe  
por vezes as entranhas!  
Desse furor, o que perdura, no  
entanto, é Beleza!”*

A obra enraíza-se num passado bem distante são quatro ou cinco gerações que são invocadas, a ilha e a sua história, ora sedutora, acolhedora e sensual, ora trágica, dramática e medonha. As idas e vindas, ao longo dos séculos, provocadas pelos caprichos da natureza são razão suficiente para invocar terras do Brasil, da América e do Canadá. Mas é à Serra-Mãe, a mística Arrábida que a autora dedica o seu penúltimo capítulo. O regresso à ilha faz-se com o Alentejo no coração.

Cada um dos doze capítulos possui um título latino e a sua tradução, dando a obra a estrutura e dignidade das obras clássicas. Percebemos que estamos perante uma espécie de epopeia dos simples em que o maravilhoso cristão convive com o imaginário pagão. Os pobres e os simples elevam-se ao nível dos heróis. As narrativas, meio históricas, meio lendárias, contam uma gesta, a gesta de um clã, um clã que cruza os mares, que enfrenta monstros medonhos, assim como a ira ou a benevolência dos elementos e dos deuses.

#### I. INSULA:GNATA VENUSTISSIMAE INSULAE

Ilha: nascida da graciosíssima ilha (1998: 9)

Este primeiro capítulo é dedicado às origens, às raízes, às gerações mais próximas:

“Sempre que volto a este lugar onde nasci, recordo inefáveis histórias vividas e ouvidas dos nossos antepassados. (...) Cinco quilos e tal pesava o teu tio quando nasceu, um moço de cabelo tão loiro que mais parecia um nórdico puro que um filho de tão misturadas raças. Nesse caldo multicolor é farta a

<sup>109</sup> La Fontaine (1993) - Fábulas. Lisboa: Minerva, p. 110

*gente da ilha, sobretudo em sangue flamengo e árabe. (...) No meio das dores do parto, a tua avó lembrara a sua mãe, na mesma altura também grávida do seu décimo segundo filho.” (1998: 9)*

## II. MONS FLAMMAS ERUCTANS

*Monte vomitando chamas* (1998: 33)

O capítulo recorda a coragem e a bravura dos antepassados, das gerações que enfrentaram os tremores de terra, a ira do vulcão e os perigos do mar:

*“Foi entre 1671 e 1672. Os tremores de terra começaram a 20 de setembro – mês propício a desgraças – e as freguesias mais afetadas foram a Praia do Norte e o Capelo. A Ribeira Brava, hoje Ribeira do Cabo, ficou toda destruída até a Ermida da Nossa Senhora da Esperança. A nossa família a partir de fevereiro, teve que se refugiar numa barraca construída em palha. Era impossível alguém do Capelo manter-se em casa. Os abalos eram cada vez mais fortes. (...) O Capitão-mor Jorge Goulart Pimentel veio até cá numa romagem, implorando ao Divino Espírito Santo que afogentasse aquele dragão devastador e infernal. E não é que o fogo parou antes de alcançar as vinhas?! «Milagre», gritaram todos, «Foi o Espírito Santo!» O referido Capitão-mor acabou por sustentar durante dois dias duzentas pessoas pobres que depois foram enviadas para o Brasil. O bezerro que iria servir de alimento no bodo do próximo domingo do Espírito Santo foi ladeado de lava e ficou intacto.” (1998: 34)*

Recorda-se uma visita do rei Dom Carlos e da rainha Dona Amélia e um ramo de flores oferecido por uma menina desdentada de seis anos ao Presidente da República Craveiro Lopes que prometera ao povo uma escola que só fora construída trinta anos depois, quando já não existiam crianças suficientes para a encher.

## III. CAELUM MUTARE

*Mudar o céu* (1998: 41)

Volta-se a falar dos duzentos do Capelo e da Praia do Norte que foram enviados para o Brasil e que se terão instalado na ilha de Santa Catarina, onde se terão miscigenado com outros grupos étnicos, eventualmente africanos e, com toda a certeza, tupis-guaranis: *“Entre eles, contavam-se três irmãos da Praia do Norte, O Lourenço, o Francisco e o Leonel, uma família com mistura de Dutra e Vargas. Um deles é teu avô para trás de trisavô.” (1998: 41)* Leonel casou e teve filhos, Getúlio Vargas é seu descendente, sangue do seu sangue. A sorte não bateu à porta dos dois outros: *“Lourenço tinha deixado o coração preso a uma jovem da Praia do Norte.” (1998: 48)* E regressou com a uma caixa de Pandora nas mãos para oferecer à sua amada, o que não os impediu de terem uma menina e serem felizes. O outro, teve um triste destino: *“Instalou-se na Horta. Os tostões que tinha acumulado, depressa os gastou com as raparigas da má-vida. Não fosse o Leonel do Brasil a sustentar-lhe a velhice, teria morrido como um cão abandonado.” (1998: 44)*

## IV. AVI MATERNI

*Avós maternos* (1998: 45)

Depois da erupção do vulcão dos Capelinhos os bisavós maternos foram para terras do Canadá, terras às quais nunca se adaptaram:

*“A saudade da Praia do Norte era tão intensa que acabaram por voltar, embora já sem a casa da Passagem onde todos os filhos nasceram.” (ibidem)*

## V. GRANATA

*Abundante em grãos* (1998: 47)

A infância da narradora é evocada por uma certa saturação em relação à escola: *“Andava farta da escola. Já sabia tudo da terceira classe mas não podia passar para a quarta por falta de idade.” (ibidem)* A memória do modo como a burguesia ignorante sabe humilhar as crianças do povo pelas suas formas de falar e como as humilhações podem ser sérios motivos para desenvolver o espírito da pesquisa e da investigação:

“ – Olhe como ela fala! «botei»! A forma correta é «deitei»! Senti-me tão mal, tão sem defesas, tão magoada com aquele comentário! Nada respondi mas nunca desisti da investigação, (...) Uns anos depois ensinaram-me que era o povo que fazia a língua. (ibidem) Os cheiros da infância não se esquecem: “O cocoruto era habitado por vacas mirando a senda do infinito e perfumando a terra de bosta com cheiro a mantraste, aroma mais harmonioso que o de bergamota, tarragon, ormanthus, rosa, jasmim, ylangue, junquilha e acordes de pêsego.” (1998: 49); “Quando penso nela, cheiro o frango com debulho de linguça e pão, e peixe assado no forno de lenha com sabor a cominhos, vejo bonecos de bolacha que com a doçura nos fazia, saboreio as maçãs azedas com perfume adamascado, raiadas de vermelho (...) (1998: 51, 52)

#### VI. CARPE DIEM

Aproveita o dia (1998: 53)

“Todos na nossa família e cada um à sua maneira procurava sistematicamente o prazer.” (ibidem) O desporto, a música, o canto e dança são lembrados com quadras e versos populares: “Havia também serenatas!” (1998: 54)

#### VII. FURNUS

Forno (1998: 57)

Se o olfato prevalece em “Granata”, com as lembranças dos cheiros dos frutos e das flores; a audição permite gozos supremos em “Carpe Diem” com as felizes memórias dos divertimentos musicais e em “Furnus” aconchegamo-nos com o calor das brasas e o prazer alimentício metafórico do espaço simultaneamente social e uterino por excelência. “O forno da casa Silva fornecia à família um dos maiores e úteis atrativo.” (1998: 57); “Um senhor que lá trabalhava e dormia sem ganhar nada, pegava numa brasa na mão e levava-a ao cigarro para o acender, tal como na magia primitiva e no xamanismo em que o homem-medicina podia tocar nas brasas e produzir calor no próprio corpo de tal modo que não sentia frio.” (1998: 57, 58)

#### VIII. TERRAE MOTUS

Tremor de terra (1998: 59)

“A um tremor de terra seguia-se outro e outro. Três dias e três noites sem quase parar Mais de duzentos sismos registados! Todas as pessoas estavam assustadas com aquele estremecer súbito e intenso como se Posídon tivesse decidido bater insistentemente com o seu tridente no fundo do mar. E quando um deus se zanga, é mesmo de temer!” (ibidem)

O vulcão dos Capelinhos deixou uma marca indelével em todos os que o viveram. Sentimentos contraditórios provocados pelo belo horrível, pela raiva incontida e desmesurada daquela que nos acostumamos a venerar como mãe ternurenta e providencial: “Trinta e cinco anos depois, cantei este espetáculo de beleza e horror:

*Vulcano acordou irado  
Revoltoso decidiu,  
Com um rangido malvado,  
Dar à terra longo estio.*

*Seus urros eram tão fortes  
Tão horrendos seus tremores,  
Que em agoirentas sortes  
Vestiu a noite de horrores.*

*Homens mulheres e crianças  
Quedavam-se com a dor;  
Bradando aos céus alianças,  
Implorando o Redentor.  
(...)  
E Vulcano deliciado  
Com sua obra de fulgor  
Vomitava aliviado  
Regalado com o esplendor:*

*Mas o povo sábio e manso  
Não se deixou perturbar,  
Fazendo, em seu descanso,  
Serenatas ao luar.” (1998: 68-69)*

**IX. ASCENSUS ARDUUS**

*Subida árdua* (1998: 73)

Depois da tormenta a bonança, a reconciliação, volta a ternura, a calma, a fresca beleza da Natureza que convida ao amor: “*A Praia do Norte ao fundo era um presépio de frescura e brancura recomposto depois do vulcão dos Capelinhos. Os campos até os cedros ostentavam os matizes de verde e azuis. Manchas brancas e pretas das vacas pintalgavam a lasciva, licenciosa e vicejante paisagem. Perante tal beleza, unimos os corpos o mais que pudemos satisfeitos e agradecidos em simbiose com a Natureza.*” (1998:74)

**X. SOLUTIO**

*Dissolução* (1998: 75)

A narradora regressa à infância para revelar-nos um pouco mais da sua cosmo vidência, da sua religião, da sua fé:

*“Foi na Igreja do Capelo, no mês de outubro, que me batizaram. Consta que chorei quando o padre me pôs o sal na boca e me deitou água sobre a cabeça. Orgulho-me de ter reagido de forma tão saudável ao desagradável da situação. Já não tiveste a sorte de provar este salso sabor. Deixa lá, cada um se batiza naquilo que quer. Quis deixar-te a liberdade de o fazeres se o desejares, embora me basta saber-te batizada na religião da Natureza que era sagrada e da qual a humanidade se desviou e aniquilou principalmente nesta época dominada pelo homo mechanicus. A ela temos que voltar, respeitando a vida em todas as suas manifestações.” (ibidem)*

**XI. “LACRIMAE, SUSPIRIA ET CACHINNOS COMMOVERE.**

*Lágrimas, suspiros e gargalhadas eram as três formas pelas quais as três mulheres que viviam na casa da minha infância se exprimiam.” (1998: 76)* Numa estrutura social agressivamente patriarcal, a mãe e a irmã do pai mandam e a mulher do pai chora, suspira e obedece: “*As gargalhadas eram a manifestação mais ruidosa e estridente da emoção na casa das Silvas. Eram a expressão do estilhaçar da torre do ser em calhaus rolantes e lustrosos de desafio ao medo do incognoscível.*” (1998: 77)

**XII. “BALNEUM AB IRATO.**

O que caracteriza a juventude bem formada sempre foi o idealismo, a generosidade, o gosto intransigente pela justiça, a revolta que até pode levar a querer fazer justiça pelas próprias mãos:

*“Estava no sexto ano do Liceu. Terminou o primeiro período, no final de 1965. Fui ver as notas à pauta e o que vejo? Um dez a Português quando só tinha tido bons nos testes. Apoderou-se de mim uma tão grande fúria daquelas que nos fazem espumar de raiva ou desejar matar.” (1998: 77)*

**XIII. “DIVINA LEVATIO**

Para as mulheres, a revolução das mentalidades não apenas lhes deu ou lhes devolveu a voz, como lhes devolveu o corpo, o prazer e a iniciativa. A escrita, mais do que caracteristicamente feminina, torna-se expressão do desejo e do prazer, potente e poderosa, sensual e sexualmente assexuada:

*“Á medida que o texto adquire uma certa potência deixa de ser característico de homem ou de mulher. (...) Eu própria vou sentindo uma parte neutra do meu ser – a terra prometida da força, e a terra de ninguém do sexo.”<sup>110</sup>*

*“A piscina natural do Varadouro foi se esvaziando aos poucos. Todos recolhiam aos abrigos noturnos. Só eu permanecia naquele lago salgado e morno, incapaz de abandonar tão delicioso manjar. Ele permanecia só encostado às pedras negras crespadas da beira-mar, indiferente ou recolhido*

<sup>110</sup> Maria Gabriela Llansol. – Um falcão no punho cit. Por Lima, Isabel Pires de (coord.) (2001) – Vozes e Olhares no feminino.

*quicá no sossego que o momento nos dava. Cobria-nos um cheiro a iodo adocicado e a pele beijada por Zéfiro teimava em secar, cheia de ondas de sal. Como se um anjo nos sobrevoasse, ele olhou-me nos olhos, retirei subtilmente o fato que pus em cima de uma pedra do lado oeste da piscina, pois assim aproveitava para dizer adeus ao astro luminoso que se aproximava do tálamo e descobrir Vesper. Chamei-o com um aceno de cabeça. Ele acedeu. Retirou as roupas e, liberto, deixou-se deslizar pelos cantos daquele útero terreno-marinho.” (1998: 78, 79)*

**XIV. “MARE**

É o mar que desafia a imaginação, é o mar que convida para o desconhecido é o mar que nos trás o mundo e que nos aproxima dos outros. Alimenta-nos e de nós se alimenta: *“Sempre a ver o mar passei a maior parte da vida. Embalou-me a infância e alargou os horizontes da minha imaginação. Ao contemplá-lo, tinha a certeza que o mundo era imenso de fantasia.” (1998: 80).*

Navios, iates e barcos de pesca trazem outras gentes, outras histórias, a oportunidade de uma dança, de aprender e praticar línguas, de relembrar Moby Dick e o Capitão Gancho:

*“Quando era pequena, segredava ao mar mensagens que imaginava iriam ter a ignotos sítios. Na minha cabeça passavam pessoas e circunstâncias, histórias verdadeiramente de encantar, exorbitantes de sonho.” (1998: 82)*

**XV. “RIVULI**

No inverno, as chuvas renovam os seres e a natureza sedenta que, com avidez, se deixa fecundar. A imaginação erótica atinge o seu aos e a alma delira: *“Na minha cabeça imaginava Eros nascendo na água do Ganges, fruto do esperma de Shiva, depois do protesto dos outros deuses por ele não fazer outra coisa a não ser foder com a Parvati. (1998: 83)*

**XVI. VENI CREATOR SPIRITUS**

VINDE ESPÍRITO CRIADOR (1998: 85)

No dia de Pentecostes, sobe-se à Serra-mãe, à frente vai a bandeira vermelha com a pomba branca, leva-se um amigo, partilha-se pão água e vinho. Visita-se a cela de Frei Agostinho, e na lapa de Santa Margarida, acende-se velas sobre os rochedos e coroa-se as crianças com coroas de mirto. Canta-se hinos ao Menino Imperador, a criança eterna que vive em cada um de nós e dá-se voz à poesia, invoca-se os poetas, os santos e os sonhadores:

*“ «Os amigos da terra». «Os amigos de Alex» ... Quantas siglas à volta da amizade! Pois os amigos do Agostinho, um geronte sábio, também começaram a encontrar-se. E a trazer «outro amigo também», pois quantos mais melhor.*

*O Zeca já tinha praticado na cidade sadina (a «sem muros nem ameias» com «gente igual por dentro e por fora»?), e o Espírito Santo é para todos. Era o dia de Pentecostes de 1991. Tu andavas longe...” (ibidem)*

**XVII. INSULA ITERUM**

*De novo a ilha (1998: 89)*

De volta à ilha, mãe e filha seguem de mãos dadas a José Eduardo. A calma, a serenidade restabelecida, mãe e filha conversam amigavelmente, fala-se dos sotaques das diferentes ilhas e do sotaque alentejano. José ouve em silêncio José nada diz: *“Seguimos de mãos dadas ao José Eduardo, uma do lado esquerdo, outra do direito, num gesto de proteção e afeto.” (ibidem)*

**XVIII. CORAÇÃO DO MAR (2006)**

“Coração de mar” é uma semente que sai para o mar através do Mississípi, a autora, por razões ficcionais fá-la sair do rio Amazonas. Pode flutuar durante dois anos antes de chegar às praias dos Açores. Feijão do mar ou fava do mar são os nomes que o povo açoriano lhe dá. Na obra de Maria Eduarda, a semente é portadora de uma mensagem. Passa pelo mar das caraíbas, pelo mar dos Sargaços, fala com tubarões, enguias, atuns, cagarros... Mergulha no fundo do mar onde se confronta com a velha e lendária atlântida. Trata-se de uma obra para jovens, pelo tom, pelos ambientes, pelos temas, pelo imaginário, ora realista ora maravilhoso. Trata-se de uma obra recheada de exotismos, saberes enciclopédicos e mistérios. O percurso realizado é uma viagem marítima, metáfora de uma iniciação.

O amor pela natureza e pelo planeta estão plasmados na semente com a forma de coração. A história-ficção está repleta de rigorosas informações científicas, e de rigorosas informações lendárias e históricas. O mesmo amor pelo saber, a mesma fé no destino, um mesmo rumar para o futuro, para uma era marcada pelo coração do mar, pelas assas do sonho, pelo espírito elemental, santo, que funde as almas de todos os seres vivos e de todos os elementos criados e não gerados.

A história começa como qualquer história sagrada. Mais do que para uma fábula, prepara-nos para uma parábola. Tem mais de mito ou de lenda do que de conto. A primeira página da obra, anterior à da dedicatória, tão simples e familiar: “À minha neta Beatriz”, e que relembra o ano do centenário do nascimento do Professor Agostinho da Silva e do quinto centenário da morte de Cristóvão Colombo (2006: 5), apresenta uma única citação: “O Ocidente está a perder os seus mitos” C. G. Jung.” Parábola pelas suas alusões religiosas: “Era o dia do Pescador, José e Maria passeavam-se no Porto Velho do Varadouro, baía acolhedora e guardadora de afetos, na ilha do Faial.” (2006: 9) Fábula porque a natureza possui uma alma. O mundo vegetal e animal expressam os seus sentimentos, contam a sua história, exibem e valorizam o dom da palavra: “- Não estou a perceber nada! A semente afinal fala?! (...) – Sou um feijão do mar e venho de muito longe – respondeu prontamente a semente, suspirando com um leve estremecer.” (2006: 11)

Os espaços referidos são bem reais, com uma descrição simultaneamente poética e realista:

“- Nasci no norte do Brasil na floresta da Amazónia. Cresci numa enorme vagem verdinha. Vivía muito feliz rodeada de animais simpáticos, tão simpáticos que nenhum me comeu. (...) A floresta da Amazónia estende-se pelos lados do rio Amazonas que tem um comprimento de mais de 6.000 km. É uma floresta tropical muito rica em árvores de folhagem persistente e raízes adventícias. É admirável a grande variedade de árvores, arbustos e fetos que há nela! Há trepadeiras que, com as suas lianas suspensas, atingem o cume das árvores e, na altura da florescência, a floresta parece um jardim suspenso. Nasci

numa dessas trepadeiras. Quando flor, já intuía o balancear do ritmo do universo. O saber estar. O respeitar a lei universal.” (2006: 11, 12)

As referências históricas são tão precisas quanto as referências espaciais e bem significativas do ponto de vista cultural: “ Vi à minha direita a cidade de Belém com tantas marcas dos portugueses que, sem querer, me lembrei do Jesuíta Padre António Vieira «o imperador da vossa língua» nascido há quase quatrocentos anos. Admiro-lhe aquele espírito protetor dos índios e denunciador dos colonos na sua relação escravizante com eles.” (2006: 14, 15); “Na ilha de S. Salvador, lembrei-me naturalmente de Cristóvão Colombo. Que emoção deve ter sentido quando avistou aquela ilha e a pisou pela primeira vez em 12 de outubro, há 514 anos!” (2006: 24) As referências ao maravilhoso pagão relembram-nos as mitologias das grandes epopeias:

“- Sou Téthys, mulher do Oceano. Venho vaticinar-te um bom futuro. Vais vaguear por esse mar fora. Vais sofrer algumas privações, mas vou fazer com que te recebam bem no sítio onde tiveres que ficar.” (2006: 17);

“Das profundezas ferventes do meu inconsciente fluíam imagens que eu agora visionava de lutas com dragões-baleias e autênticos monstros marinhos como o Adamastor, a comprovar que entre a res cogitans e a res extensa de Descartes há na verdade um lugar onde o mundo é representado. Sentia-me a tomar consciência desse reino intermediário, o do simbólico, ao mesmo tempo que me ia adaptando a uma nova situação da minha vida. Com mais lucidez, tentava arquitetar uma solução. Imaginava-me Pégaso subindo das águas para um céu de liberdade, voando com uma nuvem branca e veloz até ao paraíso. Também me imaginava uma sereia-peixe cantando ao polvo de modo a entontecê-lo magicamente.” (2006: 33)

A cultura popular irrompe a par da erudição: “Devia estar a uns 1000km da costa africana. A água era temperada. Até aqui não tinha sentido frio. Comecei a ouvir uns sons trinados num instrumento de cordas. Eram sons de bandolim. Vozes de crianças entoavam: «Deixa passar esta linda brincadeira» ...” (2006: 31); “Numa noite, olhei a Lua clara e redonda. Vi a sorrir e cantou-me: «Dorme, dorme, minha menina,/ Embalada pelo vento./ Sou uma lamparina/ Para te dar alimento.» (2006: 34)

A passagem pela baía de Guantánamo acorda, com bastante subtileza, alguns dos nossos maiores fantasmas, receios e vergonhas da nossa História contemporânea: “Era assim um abrigo agitado, paradoxalmente inseguro onde nunca se sabe se vai haver um minuto de sossego.” (2006: 18) O registo poético acompanha toda a obra, desde o seu início até ao seu fim, fazendo irrupções como vulcões imergindo do mar:

*“Os azuis do céu clareavam o mar, ligeiramente agitado. As gaivotas brincavam pachorrentas, fazendo voos lentos por sobre os calhaus circundantes à praia. Praia? Uns restos de areia dos tempos do vulcão dos Capelinhos, quase a extinguirem-se. Aquele recanto de pedras roladas, muito bojudas tem um ar agreste. Aquele casal habitualmente dava uma volta por ali, não fosse a magia do mar deitar fora algum tesouro, uma pedrinha mais brilhante recheada de olivina ou um troncozinho de urze endurecido pelo sal e pelo sol.”* (2006: 9);

*A voz da lua era doce como o mel. Enquanto me preparava para dormir, pensava naquele sustento de luz. Que mais poderia pedir à vida? A corrente empurrava-me para sul. E eu pensava nas margens do coração. Sempre que abandonamos um lugar e nos estabelecemos noutro, o coração balança entre as memórias do lugar anterior e o presente. É um sentimento de saudade. No fundo, acho que retemos as vivências essenciais como se um fio de ouro corresse no meio de um rio. O rio somos nós. Sempre em mutação. O fio de ouro é o que se apura do todo vivido.”* (2006: 34,35);

*“Será que nos devemos contentar com a nossa sorte? Durante esta viagem tenho-me interrogado muito sobre esta questão. Haverá um destino cósmico? Será que me estava destinada esta demanda? Mas sigo em busca de que Graal perdido? Para onde me levam estas águas? Que fulgurações me poderão aclarar por dentro? – Perguntas às quais ninguém sabe responder – atestou Maria.”* (2006: 45);

*“Estava num salão aquático com portas escavadas em rochas repletas de corais: cogumelos gigantes, fusos amarelos que brilhavam como ouro e flores de cores garridas das quais se destacava o vermelho. As esponjas também davam uma tônica de antiguidade ao espaço. Havia mais do que um compartimento. As salas estavam atapetadas com algas que lhe davam um ar aveludado e um tom de verde-escuro de faia.”* (2006: 53); *“José e Maria olharam-se em silêncio. Uma brisa doce marcava presença como ar sorridente, que, evoluindo-se levava consigo aquele sentimento triste e alegre, ampliando-o no Universo. Maria pensou: «Hei de guardar esta semente para um neto ou neta que a vida no futuro me há de dar.»”* (2006: 72)

#### XIX. PART & ILHA (2008)

Não fosse o conto *Vagas de lume* (2008: 41) que recorda a tragédia da guerra colonial e as heroicas operações Vagô<sup>111</sup>, com o desvio de um avião que fazia a rota de Casablanca para Lisboa, e Dulcineia<sup>112</sup>, com o assalto e ocupação do paquete Santa Maria, façanha protagonizada por vários resistentes portugueses e espanhóis, entre os quais Humberto Delgado, o General sem medo, e mais uma vez o intrépido Henrique Galvão; a obra seria, toda ela, uma homenagem à mulher. Oito contos que retratam a condição feminina. O real cruza-se com o maravilhoso, a dor e o sofrimento com o prazer e a sensualidade, o medo com a coragem, as pulsões individuais com as responsabilidades sociais, a solidariedade com a solidão, ... Histórias de hoje e do passado, sempre presentes, sempre adequadas, sempre pertinentes.

*Maricota* (2008: 7) conta a aparição de uma estranha mulher-sereia, com sotaque brasileiro, numa gruta a beira-mar: “*«Por favor, não me faz mal!», continuou a mulher a tremer, com os olhos escuros a saírem da toca original.*” (2008: 8) António Baleeiro, estava só e, estupefacto, não resistiu à curiosidade de saber a sua origem e como viera ali parar. Como vivia só recolheu-a, e fez dela a sua mulher: “*Os dias foram passando e no colchão fofo de palha, o corpo de*

<sup>111</sup> Título de uma obra para jovens de Henrique Galvão, escrita em 1952, numa das piores prisões do regime fascista, o Aljube; trata-se de uma fábula tornada romance que denuncia o poder absoluto do ditador. Vagô é um belo exemplo de literatura comprometida, uma apaixonante história de um tigre

heroico que resiste no seu território à opressão da fome da seca e do homem. A obra retrata a sociedade totalitária e os seus mecanismos de opressão. Era o sol de Abril a querer raiar.

<sup>112</sup> Nome do idealizado amor de Dom Quixote, obra do magno autor castelhano, Miguel de Cervantes.

*Antônio foi-se habituando ao corpo quente e sensual da mulher. Afinal na Bíblia estava escrito que o homem não se quer só.*” (2008: 17).

*Mariana - O desejo de raiz (1998: 19)*

Mariana é uma órfã cuja mãe, Amélia, ignobilmente violada pelo patrão morrera três dias depois de a confiar à roda dos enjeitados: “*«Anda cá Amélia, não te esquivas!» sussurrara D. Januário, de olhar guloso sobre aquela moça, parida na Ilha, cheia de energia, salivando como seja saboreasse a presa, no meio das árvores do quintal.*” Protegida por Aurora, acabará por ir viver para Lisboa onde se tornou operária numa multinacional, onde se casou e tivera um filho. Mariana nunca esquecera as suas raízes. Sabia que o pai morrera velho e que o irmão se tinha formado em Coimbra. Sentiu a necessidade de regressar às origens para fazer contas com o passado mas, junto da campa do pai, não sentira nem ódio, nem amor, apenas indiferença.

*A Matriarca, Marisa e Marilua (1998: 31)*

Marilua era filha de Marisa e de Manuel que se haviam apaixonado e tido aquela filha antes de ele ir para a tropa. De regresso tiveram mais dois filhos mas a bebida tomou conta de Manuel, de forma que o transformara num homem mau e violento. Marisa apaixonara-se por um outro homem mas a mãe, guardiã da vela ordem social, decidiu tirar os netos à filha. “*A vossa mãe é uma puta*” (2008: 34) Marisa passou a vida a tentar contactar com os filhos. A matriarca passou a vida a escondê-los e a difamar a filha junto dos netos para sua proteção. Um dia Marilua recebeu uma carta de Carnaxide de que se transcreve aqui o terceiro parágrafo: “*Tua mãe passou a vida suspirando por se encontrar contigo. Morreu com muita pena que isso não tivesse acontecido. Antes de morrer, deu-me este caderno e pediu-me para to enviar quando soubesse onde estavas. Ficou aqui sepultada.*” (2008: 39)

*Visitação (1998: 53)*<sup>113</sup>

“*Não fora há um século e meio a dádiva do Cônsul Dabney, contava minha bisavó, e teríamos morrido todos à fome. Parece que esta terra está condenada a marcos tenebrosos que a agitam ciclicamente de modo a alterar-lhe o vestuário e até as entranhas. Arrebatadoras vergastadas da natureza! Assim foi com a*

*febre paratifoide daí a meio século: ia deixando a terra sem gente! E meio século depois, veio um vulcão lançar a sua raiva sobre estes campos e sobre nós. Até me arrepio quando lembro aqueles tempos! O medo que senti encerrei-o na caixa de Pandora bem juntinho da esperança mal subi as escadas do avião que nos levou para os Estados Unidos da América.*” (2008: 53)

O conto começa com uma grata recordação e sentida homenagem a família Dabney que espalhou pela ilha bem-estar, humanismo e solidariedade. A narradora, emigrante em Rhode Island, agora reformada, voltou às origens para matar saudades com uma tia que decidiu ficar. Mais uma vez, assiste-se a um exercício de memória que atira-nos para uma infância repleta de alegrias e de sofrimentos: “*E naquele dia em que fizeste a comunhão solene e o vestido ficou todo sujo de areia do vulcão.*” (2008: 54). É precisamente um passeio a pé até ao vulcão que lhe vai avivar ainda mais a memória: “*A desgraça maior aconteceu quando eu tinha 12 anos. Foi o Luizinho a vítima, antes mesmo de enfrentar a baleia. Dia 4 de março. O mar estava tão enraivecido, tão transtornado que amaldiçoava quem se atrevesse a desafia-lo. O Luisinho afoitou-se e o mar esfacelou-o de encontro às rochas. Havia gritos de desespero, lancinantes como as sete espadas cravadas no coração da Senhora da Igreja da Praia do Norte.*” (2008: 61)

Bernarda - A peregrinação do mistério (1998: 69) Bernarda é uma gatinha que nasceu de uma ninhada de seis nomeio do bucólico vale dos flamengos. O conto inicia com o encanto inicial de todo o que é pequeno:

“I. O encanto do início” (1998: 69) e continua com o triste desfecho que constitui o abandono dos pequenos seres que a pobreza não pode alimentar: “

II. Dona do seu destino (1998: 73). *Bernarda, agarrou no seu destino com garras e dentes e lá se conseguiu orientar até encontrar dois pequenos templos, um era um Império do Espírito Santo, o outro era uma ermida dedicada a Santo Amaro, padroeiro dos naufragos. Precisamente no lugar em que Quitéria foi assolada pelo remorso: “*

<sup>113</sup> 2ª edição; 1ª edição: in Contos, Vulcão dos Capelinhos, Faialentejo, 2002.

III. O Remorso (1998: 76) - *Naufração era o que se podia dizer do estado de espírito de Quitéria que, umas horas antes também passara pelo mesmo sítio. Ao olhar para o Império do Espírito Santo lembra-se da verdadeira mensagem bem portuguesa: comida para todos. Nas sopas do Espírito Santo nem os animais eram esquecidos. E ao pensar em Santo Amaro sentiu um tremendo remorso do que acabara de fazer.*” (ibidem) A fábula termina com os conselhos de um rato e o recomeço de uma vida que pregue sob o signo do maravilhoso que tantas vezes se torna real pela forças misteriosas da mãe natureza que também sabe operar os seus milagres: “

IV. Recomeço (1998: 79) *Mas do que ninguém esperava era que Bernarda sem gravidez se tivesse instalado também na casota a amamentar os filhos das outras gatas. «Será possível Bernarda ter criado leite sem gravidez?» - perguntei a um médico. «Sim», foi a resposta. Só vendo para crer!”* (2008: 86)

Aprender a ajudar a parir (1998: 87) e Natal solitário, Natal solidário (1998: 101)<sup>114</sup>

“*Todo o começo é difícil. Mas o sábio povo costuma dizer que o que custa é começar.*” (ibidem)

Os dois últimos contos retratam o dia-a-dia da mulher contemporânea. O primeiro revela-nos os pensamentos de uma professora - escritora, quase desiludida pelas atitudes dos seus alunos que, com ar sempre enojado, não mostram qualquer interesse pela sua língua, pela sua cultura pelos livros, em suma, pelo humanismo e pelo ser.

Cruzam-se pesadelos com sonhos e antigas experiências gratificantes: a mulher que não sabe como ajudar a parir aquela criança que, do signo dos Peixes, conquistará o Reino do Amor; a semente que volta à terra para germinar, o fruto que depende da qualidade da terra; o passeio pela Arrábida com alunos que se deixam apaixonar pelas elegias de Frei Agostinho da Cruz; a exposição do brinquedo da criança africana organizada pela OIKOS, a prodigiosa criatividade que sublima os desperdícios tornando-os arte e prazer; o dia do livro infantil que

conseguiu conquistar mais um leitor. Aquele leitor pelo qual tudo terá valido a pena, tudo vale a pena.

Afinal, talvez o mais difícil não seja começar mas: “*Aceitar que não se pode forçar a aprender quem não quer, (...)*” (2008: 99).

O último conto relata o desespero de uma mulher que, após ter esperado na estação da Rodoviária de Setúbal pela filha para, com ela, poder passar a noite de Natal, vê a filha se afastar, no preciso momento do início da consoada, para, com o pai, ir passar o Natal com a numerosa família que vive em Lisboa: “*Queres ir com o pai para casa dos tios? A filha sem hesitar disse que sim. A mãe gelada, recolheu uma lágrima e ficou silenciosa.*” (2008: 104)

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- ALLEAU, R. (1989) – *La Science des Symboles*. Paris, ed. Payot.
- APULEIO (1978) – O Burro de ouro. Editorial Estampa.
- BACHELARD, Gaston (1957) - *La poétique de l'espace*. Presses Universitaires de France.
- BAUDELAIRE (1968) – Oeuvres complètes. Paris Editions Seuil.
- BRAGA, Teófilo (1973) La Fontaine – Fábulas. Lisboa: Minerva.
- BRUNEL, Pierre (dir.) (1988) – Dictionnaire des Mythes Littéraires. Éditions du Rocher Jean-Paul Bertrand.
- CAMÕES, Luís de (1973) – Lírica. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CARVALHO, Ruy Galvão de (1979) - *Antologia Poética dos Açores*. vol. II. Angra do Heroísmo. Secretariado Regional da Educação e Cultura.
- CASTRO, Orlando (1995) – Açores Realidades Vulcânicas. Porto.
- CENTENO, Yvette e FREITAS, de Lima (Coordenação) (1991) - *Espaço – Cidades, Ilhas, Jardins*. Lisboa, Editorial Estampa.
- CHEVALIER Jean, GHEERBRANT, Alain (1982) – *Dicionário dos Símbolos*. Editorial Teorema.
- ELIADE, Mircea (1963) – *Aspetos do Mito*. Edições 70.
- ELIADE, Mircea (1977) – *Tratado de História das Religiões*. Lisboa, Edições Cosmos.
- FREITAS, Vamberto (s.d.) – *O Imaginário dos Escritores Açorianos*. Edições Salamandra.
- HAMILTON, Edith (1983) – *A Mitologia*. 3.ª Ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- HUYGHE, René (1960) *L'Art et L'Âme*. Paris: Flammarion.
- JUNG, Carl G. (1964) – *O Homem e seus Símbolos*. Editora Nova Fronteira.
- LIMA, Isabel Pires de (2001) – *Vozes e Olhares*. Edições Afrontamento.
- MOUTINHO, Viale (org.) (1975) – *O Amor na poesia Portuguesa*. Porto.

<sup>114</sup> 1ª Publicação em “Tribuna das Ilhas” (24/31 dezembro de 2004).

- NOLDING, Marta (1997) – Influência Gnóstica na literatura Portuguesa. Lisboa: Fundação Lusíada.
- OVIDE (1966) Les Métamorphoses. Paris.
- PAVÃO, J. Almeida (1988) – *Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana* in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.
- PESSOA Fernando (1981) – Obra Poética – volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- PESSOA Fernando (1986) – Obra em Prosa de Fernando Pessoa. Portugal, Sebastianismo e Quinto Império. Publicações Europa América.
- PIMENTEL, Fernando Vieira (1988) – “A ilha e o Mundo” de Pedro da Silveira: *Vontade e destino* in: Conhecimento dos Açores Através da Literatura. IX Semana de estudos dos Açores. Angra do Heroísmo. Instituto Açoriano de Cultura.
- PLATÃO (1950) – *Œuvres complètes II* – traduction nouvelle et notes par Léon Robin. Éditions Gallimard.
- RÉGIO, José (1993) – O Príncipe com Orelhas de Burro. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSA, Maria Eduarda Faria (1994?) – Os trabalhos de Psique. Edição da autora.
- ROSA, Maria Eduarda Faria (1998) – A Guardadora do Tesouro e a Vara-de-Ouro. Angra do Heroísmo: BLU edições.
- ROSA, Maria Eduarda Faria (1998) – Part & ilha. Horta: FaiAlentejo.
- ROSA, Maria Eduarda Faria (2006) – Coração do Mar. Horta: FaiAlentejo.
- ROSA, Maria Eduarda Faria e Al-Zéi (Investigação, pesquisa e recolha) (2001) – Capelo. Horta: FaiAlentejo.
- ROSA, Maria Eduarda Faria et alii (2002) – Vulcão dos Capelinhos. Contos. Horta: FaiAlentejo.
- SANTOS, Luís Carlos dos (1996) – Do Convento. Livraria Uni Verso Editora.
- SILVA, Agostinho de (1996) – Reflexão. Lisboa: Guimarães.
- SILVEIRA, Pedro da (1977) – *Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975*. Lisboa, Sá da Costa.
- VIANA, Mário Gonçalves (Ensaio preambular e org.) (s.d.) – O amor na Literatura Portuguesa. Porto: Domingos Barreira.

## 16. MARIA DOVIGO, ACADÉMICA CORRESPONDENTE DA AGLP, GALIZA

[Maria Dovigo: «Temos de quebrar a dualidade entre a língua da natureza e a língua da civilização, ideia que orienta o 'decreto do plurilinguismo'»](#)

«Tive a sorte de ser aluna de António Gil Hernández, cujo magistério tanto me marcou». <http://pplingua.org/agal/agal-hoje/2845-maria-dovigo-temos-de-quebrar-a-dualidade-entre-a-lingua-da-natureza-e-a-lingua-da-civilizacao-ideia-que-orienta-o-decreto-do-plurilinguismo> Segunda, 27 Setembro 2010 09:04

**PGL** - Maria Seoane Dovigo é uma corunhesa a residir no Portimão onde descobriu África. É embaixadora do Algarve na Galiza e da Galiza no Algarve. Sendo criança achava que elas falavam em castelhano e os adultos em galego e quando cresceu, isso viu-se a corroborar.

**PGL: Maria Seoane Dovigo nasceu, curiosamente na Corunha. No entanto, o teu apelido não é o que parece, não é?**

**Maria Dovigo:** Pois não. Parece "do Vigo", mas não é. Só descobrimos a origem do nosso apelido através do facebook. Uma prima minha contactou com um Dovigo apaixonado pela genealogia que tinha feito a nossa árvore até 1550. Soubemos por ele que procedemos duma família sefardita que fugiu da sua Sefarad depois do decreto de expulsão dos judeus dos Reis Católicos e se assentou na República de Veneza, onde havia liberdade de cultos. O étimo do apelido é Ludovico. O engraçado é que com estas pesquisas também encontramos um outro apelido dos catalogados como de "judeu-conversos".

**PGL: Sendo teus pais galeguistas educaram-te em castelhano. Por quê?**

**MD:** Para me proteger. Não se pode explicar sem contextualizá-lo no tempo e no lugar em que os meus pais e eu nascemos: eles durante a Guerra Civil, eu, uns anos antes da morte de Franco e todos na Corunha.

A minha mãe foi muito castigada na escola por falar na língua da sua mãe e sempre perguntava por quê. A única resposta era: "Tienes que hablar bien". Nunca perdoou que lhe sujassem a sua inocência de criança obrigando-a a cantar o "Cara el sol" todas as manhãs, nem que lhe roubassem o conhecimento do seu próprio país. A família de meu pai tem suficientes feridas da repressão franquista sobre as quais já nem falo: não são difíceis de imaginar. Pelos anos em que eu comecei a frequentar a escola, que tinha um professorado que não ocultava o seu franquismo, a minha mãe sabia que eu iria ser discriminada, e muito, se falasse em galego e não quis que passasse por essa experiência. Nunca saberei se a história seria diferente se tivesse nascido dez ou mesmo cinco anos mais tarde. Na escola não havia rasto de galego para além das palavras que os alunos dizíamos nas nossas frases (todos éramos filhos de pais galego-falantes).

E a Galiza era só o nome duma região com quatro províncias entre as muitas outras que repetíamos diariamente com o ponteiro da professora sobre o mapa de Espanha. Nada mudou até 1982, quando recebemos o nosso primeiro professor de galego (passados os anos e sabendo como era a minha escola, pergunto-me o que é que ele não terá passado na altura).

Naquilo sobre o que a minha mãe tinha um poder que ninguém lhe podia roubar, no mundo dos afectos, aí sim se exprimia em galego. Falando há uns dias sobre esta pergunta com a minha irmã, ela lembrou-me a cantiga com que me arrolava para adormecer: "Esta menina tem sono,/ tem-me ganas de dormir,/ tem um olhinho pechado/ e o outro não o pode abrir". A cantar nunca aprendi noutra língua que não fosse o galego. Deve ser o território inexpugnável da minha raça (no sentido em que a minha avó utilizava o termo, os traços da família que se reflectiam na nossa alcunha: as cotovias). Não havia concerto de grupos que cantassem em galego ao que a minha mãe não me levasse, nem manifestação pelos direitos do nosso país no qual ela não participasse (nelas aprendi o nosso hino), palestra sobre cultura galega à que ela não fosse sempre comigo da mão, sempre dizendo-me: "Não te esqueças nunca disto que estas a viver". Ela queria recuperar como fosse a pátria que lhe tinham negado e fez essa viagem comigo.

O primeiro livro que ela comprou foram as obras completas de Rosalia de Castro naquela velha edição de Aguilar e depois um livro que tinha as biografias de Rosalia, Emilia Pardo Bazán e Concepción Arenal. O seu esforço por conhecer a história do país estava muito ligado à sua consciencialização como mulher, intuição que me parece bastante acertada. Pelos muitos anos que o meu pai trabalhou na que foi centenária tipografia Roel da Corunha, em casa não faltavam exemplares de revistas e livros em galego ou sobre a Galiza que eles editavam.

Com tudo isso à minha volta, lembro ter o pensamento de que as crianças falávamos em castelhano e os adultos em galego, e que quando eu crescesse também falaria em galego. A minha intuição de menina fez-se realidade. Com este ambiente foi natural que nalgum momento eu restabelecesse o fio da transmissão da língua. Foi quando lhe ouvi a um professor de galego do liceu (bem diferente da escola) dizer-nos que a responsabilidade de que os nossos filhos falassem em galego era inteiramente nossa. Foi uma pedrada na minha consciência. Voltei à casa falando em galego e foi como se nunca tivesse falado noutra língua, até hoje.

**PGL: O teu acesso à estratégia reintegracionista foi por meio de dous professores, não é?**

**MD:** Sim, fundamentalmente através de dois professores do liceu. Também tive a sorte de que a minha irmã fosse aluna de Elvira Souto na escola de Magistério. Ouvia o que a minha irmã comentava sobre o reintegracionismo e essas ideias andavam à minha volta. Depois, no primeiro ano do liceu, uma

professora emprestou-me um livro em português, o Bichos de Miguel Torga e levou-me a ver uma peça de teatro da companhia Arte Livre do Brasil.

Não lembro ter tido nunca a ideia de que falava uma língua diferente do português. Simplesmente me parecia que tinham uma outra pronúncia, como os meus primos da Argentina, e que não tinham os castelhanismos do galego que ouvia na Corunha. Depois tive a sorte de ser aluna de António Gil Hernández, cujo magistério quer sobre a literatura, que era a disciplina que ele leccionava, quer sobre a linguística, tanto me marcou.

**PGL: Casaste com um homem algarvio e moras em Portimão desde há anos. Como este facto influenciou a tua visão da língua?**

**MD:** Foi mais um degrau no conhecimento da nossa língua. Não mudou a visão que tinha dela. Alargou-a é mais. Habituei-me a ouvir a nossa língua com as suas variadíssimas pronúncias, pôs-me em contacto com essa grande esperança que para mim é o Brasil e descobriu-me um continente que desconhecia completamente, que é África. A esse contacto também ajudou a origem do meu marido, que, embora "geneticamente" algarvio, nasceu e cresceu em Casablanca, as muitas conversas que tenho tido com colegas vindos das antigas colónias e o contacto diário que tenho com os meus alunos africanos.

**PGL: Estás apaixonada pelo Algarve. Aliciavas os nossos leitores e leitoras para visitar aquelas terras?**

**MD:** O Algarve é uma região dum carácter muito vincado. Não é por acaso que os reis se Portugal se faziam chamar "rei de Portugal e dos Algarves". Sempre recomendo evitar as vilas mais turísticas, pois podem ficar com a ideia de que isto está colonizado pelo inglês. Eu gosto especialmente da metade ocidental, o Barlavento (o Algarve divide-se em Barlavento e Sotavento como se fosse um barco), pelos trechos ainda virgens do seu litoral de falésias. É uma paisagem feita pelo mar, o vento e o sol, esse sol tão intenso que não deixa espaço às sombras.

No início estranhei imenso, mas agora entranhei mesmo, seguindo o ditado português. E depois convidaria-os a que conhecessem o rasto dos dois momentos históricos que mais marcaram a história do Algarve: a época do reino muçulmano (deliciem-se com os doces algarvios e leiam os nomes dos lugares, que têm uma sonoridade herdada duma outra língua: o próprio nome do Algarve, que significa "ocidente", Aljezur, Bensafrim, Silves, Alcoutim, Odiáxere... ) e a época dos descobrimentos. Era no Algarve que o Infante D. Henrique tinha a sua escola de navegantes. Vejam a belíssima rosa dos ventos que está dentro da fortaleza de

Sagres, visitem a cidade de Lagos, que tem o triste privilégio de ter o primeiro mercado de escravos africanos e também o de ser a última terra portuguesa que pisou o rei D. Sebastião antes de se perder na batalha de Alcácer Quibir.

**PGL: Como reagem os teus concidadãos quando lhes mostras a tua galeguidade? Sentem curiosidade?**

**MD:** Tenho vivido todos os tipos de reacções, desde os que me chamam separatista por dizer que sou galega, até o extremo contrário, os que pensam que Portugal nunca deveria ter deixado Galiza para trás. Normalmente com os colegas do norte sempre surge uma simpatia espontânea, como a de dois vizinhos que se encontram longe da casa e até gostam de encontrar semelhanças entre o seu português nortenho e as variantes galegas.

Tem-me acontecido muitíssimas vezes uma situação estranha. Aqueles que conhecem a Galiza perguntam-me de que lugar da Galiza sou. Eu respondo: da Corunha. Correção imediata: "ah!, de La Corunha". Eu levo na brincadeira e digo que essa é a cidade do presidente da câmara. Mas houve um caso em que ia tendo uma surpresa bastante desagradável. Quando casei, a conservadora do registo civil pensou que o nome de "A Coruña" que aparecia no meu assento de nascimento era um erro e eu tive de alertá-la para que na minha certidão de casamento não aparecesse "La Coruña" como lugar de nascimento.

Já não é pouco ter de engolir o ñ. Ora, o L é que é demais. Nesse dia lembrei à conservadora que a toponímia oficial da Galiza era a galega e que simplesmente respeitasse o que aparecia no documento oficial que eu apresentava. Apesar dalguns episódios e comentários que nunca teria esperado viver e ouvir em Portugal, prefiro ficar com todos os testemunhos de carinho e interesse pelo nosso país que recebi.

Um colega que passava todos as férias de verão em Muros, um outro que tinha lido o Sempre em Galiza pela admiração que sentia por Castelão, um outro que conhecia muitíssimos versos de Rosalia, uma colega da Póvoa do Lanhoso com quem tive longas conversas sobre as falas minhotas ou o meu próprio marido, grande apreciador de palavras especificamente galegas e do nosso sentido do humor. Para além disso, o meu marido também é reintegracionista e tem menos compreensão do que eu com a ignorância de muitos dos seus compatriotas sobre a Galiza. Já me tem repetido várias vezes aquela expressão portuguesa de "Defende a tua dama".

**PGL: Por que o Brasil é um bom trunfo?**

**MD:** Por três razões: os brasileiros não têm os preconceitos sobre nós que não poucos portugueses têm, não têm esse princípio que parece lei em Portugal de "não querer incomodar a Espanha" e muito menos ideias iberistas e porque é o país com mais falantes de português. Não compreendo a atitude de muitos portugueses de medo a perder o seu domínio sobre a língua. Lembro uma discussão sobre o Acordo Ortográfico que vi na RTP entre o professor Carlos Reis e o professor Vasco Graça Moura. "Mutatis mutandis" parecia uma discussão entre um isolacionista e um reintegracionista. O que verifico na prática, por exemplo dos professores da minha escola, é que ninguém está a seguir o Acordo.

**PGL: O facto de seres filóloga, dá alguma perspectiva especial à tua visão da questão da língua?**

**MD:** Com certeza. Dá-me conhecimento sobre as histórias das línguas, sobre a etimologia das palavras, que me faz perguntar-me por que a nossa língua "oficial" é a única língua romance que escreve "género" com uma letra inicial diferente ao do seu étimo latino, sobre todos os âmbitos da linguística... Dá-me argumentos fundamentados para defender a estratégia reintegracionista.

**PGL: Que visão tinhas da Agal? que esperas dela?**

**MD:** Tinha a visão duma associação que leva três décadas defendendo a norma internacional para a nossa língua e que tem publicado textos básicos para explicá-la e difundi-la sem qualquer apoio oficial. Não espero dela nada que não me tenha dado já em todos estes anos em que segui o seu labor. Sou eu a que quer participar activamente nos avanços da nossa língua e deixar de ver tudo ao longe e, modestamente, oferecer a experiência que me deram os anos que levo em Portugal.

**PGL: Por onde achas que deveria transitar a estratégia reintegracionista para avançar socialmente?**

**MD:** Acho que temos de continuar o nosso labor de dar a conhecer esta mais-valia da nossa língua. Quem não se convence sozinho das vantagens desta estratégia é por preconceitos. Eu tenho a esperança de que, entre os que somos falantes comprometidos com a língua, se estenda cada vez mais a ideia de que é absurdo ter este tesouro da Lusofonia à nossa frente e negar-se a explorá-lo. Surpreende-me é a quantidade de pessoas que dão o passo mais difícil, reconhecer que falamos a mesma língua que milhões de pessoas no mundo, e depois não dão o passo mais fácil, que é levar essa ideia à prática usando a grafia internacional da nossa língua.

Para além disso, parece-me muito importante que divulguemos uma terminologia culta para todos os âmbitos da nossa vida. Custa, mas se continuamos a "ingresar" dinheiro no banco em vez de o "depositar", se escrevemos em "ordenadores" e não em "computadores", se "levantamos" actas em vez de "lavrá-las", se temos "xaquecas" e não "enxaquecas" e ou tantos outros exemplos mais que poderia dar, nunca conseguiremos a tal hegemonia social para o galego que procuramos.

Sei que a nossa língua se está a deteriorar pelas suas bases, mas é pela mesma razão: porque nas conversas quotidianas precisamos cada vez mais do castelhano para sermos compreendidos. Para além disso, insisto no da terminologia culta porque temos de quebrar as dualidades ideológicas entre galego e castelhano. Circula por algumas páginas um vídeo muito bonito que se chama "Para que serve o galego". Tirando uma referência ao uso da nossa língua nas novas tecnologias e à ligação com a Lusofonia (que poderia pôr em prática com outra ortografia), todas as demais palavras que se vêem na gravação dizem respeito à natureza, aos afectos ou ao âmbito familiar. Acho bem apelar aos nossos sentimentos. Mas também gostava que dissesse que serve para pedir um registo criminal (não um galeguizado "certificado de penais"), para redigir pareceres médicos, para fazer a escritura da casa... Todos os que querem que o galego seja a língua nesses âmbitos, mesmo na norma da Xunta, têm muitas histórias para contar. É o tal "galego para objectores de consciência" do que falava o professor Carvalho Calero.

Não é suficiente com que a nossa língua seja língua familiar e de cultura (e oxalá não se percam esses usos). Temos de quebrar de vez essa dualidade entre a língua da natureza e a língua da civilização, que é uma das ideias que orientam o actual "decreto do plurilinguismo". Se calhar temos é questionar essa dualidade, que para além de me ter um certo ar patriarcal (que está no próprio termo de "língua materna", tão justamente atacado por muitos linguistas), deixa a Natureza fora da História e da civilização, como se fosse um refúgio para o homem urbano, quando a Natureza faz parte, por vezes como protagonista principal, da História e da civilização. E nós, galegos, temos uma longa experiência que o demonstra. Ou não é a exploração até a destruição dos nossos recursos, do nosso meio, uma das constantes da história da Galiza desde a sua desapareção de facto como território soberano? Mas isso já é outra conversa.

**17. MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (JUBILADA)**

**TEMA 1.3. CRISTÓVÃO DE AGUIAR, ESCRITOR AÇORIANO, VISCERALMENTE ILHÉU, MARIA ZÉLIA BORGES – UPM**

Cristóvão de Aguiar é:

1. Escritor insigne, sucesso de crítica, com produção respeitável, que cuida ingentemente de seu mister. Ausculta a crítica e a opinião de amigos e mestres, procurando responder à expectativa de seus leitores.
2. Visceralmente ilhéu, sai da Ilha, mas leva-a consigo em suas idas e vindas. Sai da Ilha, mas a Ilha não sai dele, tanto que a chama sempre de "minha Ilha".
3. Em sua obra define e demonstra, por inúmeras vezes, deslumbramento e alumbramento. Nas frequentes vezes em que os dois estados de ânimo se juntam, conduz seus leitores a um estado de graça.

Circunscrita que fico nos limites de tempo e espaço de que disponho nestes Colóquios, seria muito difícil tratar os muitos aspectos de sua obra. Limitar-me-ei, portanto, aos itens dois e três desta síntese. Procurarei demonstrar isto a partir de uma terceira leitura de sua trilogia *Relação de bordo I, II e III*. Possivelmente incluirei observação encontrada em algum outro de seus trabalhos. Foi tal leitura o presente que me dei em dezembro de 2012 e de 2013.

**1. DESENVOLVIMENTO DO TÓPICO, ESCRITOR VISCERALMENTE ILHÉU**

Um poeta mineiro de Coromandel afirma: "*o que eu trago de Minas em mim é este sonho de subir montanhas e garimpar estrelas*" (Pereira 2002:146).

Cristóvão de Aguiar é, também, incansável e permanente garimpeiro de estrelas. Garimpa-as não só na montanha, mas também no mar de sua Ilha. Porque leva, para todo lado, sua Ilha dentro do peito, pôde escrever, em Dunname, nos confins da Guiné, num destacamento militar "*considerado um dos piores destacamentos daquela zona, sem as mínimas condições para se viver*

*como gente: água bichenta, instalações em abrigos feitos de bidões de gasolina, cheios de pedregulhos, o teto coberto de troncos e por um oleado”.*

Pois foi neste lugar que escreveu, em 19/10/65, em obra que apresenta como “diário ou nem tanto ou talvez muito mais”: *“Eis-me aqui, disparando bombas de palavras no concentrado silêncio da noite. Eis-me aqui, tentando pescar estrelas no poço aberto do firmamento”* (1999: 52).

Drummond, também poeta de minha terra, tem afirmação, tornada truísmo entre nós, de que o mineiro sai de Minas Gerais, mas Minas não sai do mineiro.

O dito drummondiano bem se aplica ao escritor açoriano, trocando-se Minas Gerais por Açores. Aliás, Frias, em palestra proferida em 2000, compara o autor em pauta também a Guimarães Rosa e a Ulisses, para apresentar Relação de Bordo II:

*“Afinal, Cristóvão de Aguiar é, como Guimarães Rosa foi, um sertanejo universal, um açoriano universal, e universal é seu trajeto de Ilha e de Mar. Tão universal, que encontra num dos primeiros heróis épicos da literatura ocidental a gênese da simbiose que o compõe. Também Ulisses é uma personagem feita de Mar e de Ilha”* (2005: 208).

Se acreditarmos que o mundo é uma aldeia global, como queria o canadense McLuhan, pensaremos também que, ao falar de, em, sobre e para nossa cidade, estaremos falando falar de, em, sobre e para o mundo todo.

A freguesia em que Cristóvão de Aguiar veio ao mundo é por ele bem alargada, porque inclui toda a Ilha de São Miguel, melhor dizendo, todas as Ilhas dos Açores e todo o mar. Mais do que um lugar, a Ilha do nosso Cristóvão é um ser vivo, capaz de sentir dores e fazer doer; é feita de carne, é mulher, é a amada.

Consegui sentir a força da ilha e do mar que se entranha no poeta, no escritor e no povo português, de um modo geral, quando me vi, extasiada diante

do mar, pela primeira, vez nos Açores e na Madeira. Acredito ter, então, compreendido melhor a afirmação portuguesa de que *“navegar é preciso, viver não é preciso”*. De fato, a ilha atrai o viajante para si e logo aponta para o mar que o chama fortemente.

Frias explicou bem a sobreposição ela/ilha, mulher/ilha ao dizer: “a sobreposição das duas figuras nodais do diário, Ela e Ilha – sobreposição que o autor condensa de modo exemplar ao referir-se a ela como a sua ‘ilha de carne’, encontra porventura a sua maior afinidade na forma primitiva de Ela que em latim se grafa *Illa*” (2005: 204).

Cristóvão ressalta muitas vezes tal superposição:

*A Ilha é uma mulher enfeitiçada e vingativa. Não perdoa a quem dela se aparta. Enche-se de ciúmes.* (M: 110)<sup>115</sup>

*De qualquer modo, tenho a íntima noção de que já está a transformar-se [a escrita] num ajuste de contas comigo mesmo e com a Ilha, que trago atravessada não sei bem aonde, ou, melhor ainda, como lá escrevi a dado passo, que se me reverteu em pedra alojada na vesícula”* (RB I: 398).

A segunda citação aparece datada de 18/11/87 na obra desenvolvida como diário. Menos de um mês após, em 16/12/88, contente durante apresentação de outro livro seu (*Passageiro em trânsito*), em Coimbra, insiste na metáfora da Ilha empedrada dentro de si:

*“[...] meu anterior nascimento ocorrido há tempo numa marítima falha vulcânica de uma Ilha que trago há tempo na vesícula a guisa de pedra esquinada e já amadurecida [...]”* (RB I: 421).

<sup>115</sup> A indicação das obras de Cristóvão será feita com iniciais do título, seguidas do número da página. Quando a citação for feita a partir do E-book, usarei sua própria marcação, isto é, número da página seguido do número total de páginas.

Uma vez que sua Ilha está sempre em seu pensamento, em seu coração e empedrada em sua vesícula, ele a personifica e assim conversa com ela 08/03/95, registrando sua conversa em RB II (2004: 208-09)

*Celebrando-se hoje, Ilha minha, o teu dia internacional, eis-me acostado ao cais da festa com uma enxárcia tecida de estrelas e uma bússola de agulha apontada ao Sul. Venho por beijos testemunhar-te a desnecessidade de dedicar esta ou outra data para te solenizar, Ilha de meus sonhos inteiros. Em cada minuto cultivo a tua presença revelada no mais sagrado recanto de mim, evoco-te e invoco-te, procuro no âmago das palavras sem grande pressa de e achar. Sei de ciência antiga que tens o dom da onipresença. Eis a razão por que zarpo em demanda das palavras, armado de uma certeza anterior e interior de que habitas numa delas, a mais lavada de sol. Busco-te na esperança de que continues presidindo à celebração do rito de vida nem sempre tecida com linhas de alegria... (E-book: 18/92)*

Fala recorrentemente de sua terra natal, Pico da Pedra, onde nasceu “em plena Rua Direita” (RB: 14). De tal maneira tem a ilha entranhada que a responsabiliza por seus acertos, malogros e dores.

Assim registra seu fado de ilhéu peregrino, de andariho, vendo-se como a seu pai, ao iniciar seu livro *Passageiro em trânsito*:

*“Ia e vinha, de manhã e à tarde.[...] Numa outra Ilha embarcado. Não seria antes por espírito de aventura ou de bandeirante? Quase todo ilhéu nasce com essa sina. Ou de emigrante?” (2004: 9).*

Sua aldeia, Pico da Pedra, aparece com o nome de Tronqueira nos livros *Marilha* (com 80 ocorrências) e *Raiz Comovida* (com 18 ocorrências) Tal quantidade de ocorrências desse segundo nome, em cada um dos dois livros, aparece na contagem automática do E-book.

Para verificar que os dois nomes se apõem à mesma localidade, fui procurar coincidências nas duas obras:

1. *Posiciona-se Tronqueira geograficamente, no mundo físico: “desviada a um quilômetro e meio do mar” (RC: p. 208); “fica a léguas de lonjura de Vila Franca do Campo” (M: 35).* Todavia, posiciona-se também na emoção:

*O éden não está ainda perdido. Eu é que, contrariando as leis do tempo e do templo, nele me fui deixando perder, preso do encantamento de cada súbito recanto, do amanhescente sobressalto de cada colina... É nesses esconderijos que reclino os sonhos, e meus dedos apascentam os segredos de uma Ilha que eu vejo saindo em corpo inteiro da genuína limpidez de teus olhos. (RB II: 52-52)*

1. Tronqueira possui ruas com nomes iguais aos às ruas de Pico da Pedra: Rua do Norte e Rua 24 de Agosto, por exemplo;
2. Entre os nomes de seus fundadores está o da família Moniz “[...] em casa da senhora D.Taveira (D. Taveira Moniz), da família dos Monizes, primeiros que fundaram a nossa freguesia há mais de três séculos” (M: 88);
3. A Freguesia não se situa à beira-mar, mas sim entre montanhas, embora o poeta bem quisesse vê-la próxima do mar:

*Grande lástima foi, Tronqueira minha, não te ter sobrado uma gravilha de ânimo para desceres a Tua ladeira empinada, chegares ao mar e molhares os pés gretados de raízes de não permanecer. Quiseste demorar-te no parágrafo único do teu estatuto de terra interior, interiorizada um quarto de légua da muralha atlântica [...] (M: 172)*

4. Ao procurar confirmação de que Tronqueiras seja nome ficcional de Pico da Pedra, encontrei-a ainda em *Marilha*, p. 172, também em *explicação poética*:

*[...] a ilha que procuro não consta de nenhum mapa, nem de qualquer roteiro, portulano ou carta de curso de nau capitânia naufragada em mar de lembrança em que não se toma pé. [...] Sou cartógrafo diplomado em outras cartografias; a geografia que me*

*sobrevive aprendia nas entrelinhas dos caminhos cruzados, nos ausentados acidentes de terreno, tropeçando me caindo e erguendo-me; sei por isso que Tronqueira existe e me existe, não importa que os mapas, as cartas e os roteiros sejam omissos. Tronqueira é Ilha e pedaço de Ilha; Ilha no ventre sagrado de outra Ilha esquecida de se parir, cafurna de desvairados ventios que dos penetrais das águas se açulam e nela fundaram seu reino, império absoluto, desde que a Ilha é mundo, outro mundo...*

Cristóvão joga com a palavra ilha e com a palavra mar, no mesmo livro, em parônimos e aliterações felizes que colorem e imprimem musicalidade ao seu texto:

*Mar, Ilha; Ilha, Mar. Dois polos de quinhoada solidão pelo mundo e suas partes em silêncio repartida. Mar, Ilha. E quem ousaria adivinhar por que misteriosa transformação ortoépica não teriam ambos evoluído, semanticamente, para Marilha (o mar marulha ou marilha?), depois para Marília, nome de mulher, o teu, igualmente de sismo e de ciclone sitiado num nordeste só meu? Herdei-o de um Setembro de vindima muito escassa. Alforrento... (M: 172)*

Não posso deixar de comentar o trabalho poético de Cristóvão, aqui também filólogo, consciente dos recursos de que se vale em seu texto ao acrescentar-lhe antonímia quando introduz, no fim do parágrafo, o adjetivo *alforrento*. Com efeito, a noção de liberdade que há em alforria faz visível contraste com o participio sitiado (*sitiado num nordeste só meu*), isto é “cercado de tropas que atacam, coagido, forçado”. Ainda mais que o adjetivo, “com o sufixo *-ento* (formador de adjetivos intensificados ('com muito de, abundante em'), do latim (*-entus,a,um*)”, com a mesma função intensificadora” (DH).

E já que falei em aliterações, vejo-as prazerosamente em toda a obra de Cristóvão, a par de jogos com significados diversos de uma mesma palavra como em (RB I: 328); “*não descansei, após o regresso da guerra, enquanto não os* (alguns poemas de livrinho malhado pela crítica) *dei a lume – se os tivesse dado ao lume, teria sido um atitude mais acertada.*” De fato *dar a lume* significa

publicar, diferentemente de dar *ao lume*, isto é, entregar ao fogo para queima. Aliterações e assonâncias, bem como rimas, são frequentes tanto na obra diarística quanto na de ficção.

Na diarística, temos, por exemplo: “*Coimbra é uma cidade onde as lendas florescem tão naturalmente como as lêndeas nas cabeças dos lentes.*” (NRB: 25); “*flácidos flocos de palavras [...] fecundam mortalha da página*”(NRB: 27).

E na ficção temos: “*Os lúbricos cães e as cadelas aluadas ululam lugubrememente à Lua... Os lú-bri-cos... a-lu-a-das...u-lu-lam... lu-gu-bre-men-te... Lu-a...*” (PT: 5/10) Sobre este caso de aliteração comenta logo abaixo: “*Desde os Oaristos de Eugénio de Castro, este á ainda o melhor exemplo de aliteração que se conhece em teoria da literatura.*” (idem). Em TT: 8/376 encontra-se: “[...] *a tuna ataca, em ternário valsante, uma cançoneta a condizer.*”

Rimas encontradas: “*irrompe-se do mar, escorrendo em gotículas de luar* (NRB: 51). Em *Catarse*: 30, há uma rima pitoresca, logo seguida de aliteração: “*Nesse tempo, homens que não fumavam e burros que não zurravam para pouco prestavam.* Sequência parecida (rima-aliteração) aparece também: “*costumava brincar para depois brindar “em direção à foz ou ao fim”* (NRB : 50).

Parece que os açorianos gostam mesmo de aliterar até mesmo em seus topônimos. Veja-se, por exemplo, o nome de uma pousada na Ilha de São Miguel: Solar de Lalém.

Cristóvão continua visceralmente ilhéu, visceralmente picareto, no registro da fala de suas personagens. De tal modo assim procede que, em *Raiz comovida*, nas páginas finais, apõe um glossário precedido da seguinte observação: “*Dão-se a seguir os significados de alguns açorianismos, arcaísmos e americanismos utilizados o longo do texto, além de outros termos que, embora pouco usados no Continente, eram de uso corrente nos Açores, particularmente na Ilha de São Miguel.*”

Para citar, uns poucos exemplos:

*Araçá – fruto brasileiro cultivado nos Açores;*

*Açucrim (ice-cream) e Ailende (island) – sorvete e ilha, respectivamente;*

*Calafona (de Califórnia) – luso-americano em geral;*

*Derremunho (redemoinho) – confusão;*

*Guerarauei (get out away);*

*Láricá – lá e cá;*

*Pica-porte e pitafe (pica-porta e epitáfio) – aldraba e defeito, respectivamente*

*Zanguizarra – tumulto, algazarra.*

Há ainda outra ilha de sua predileção. A Ilha do Pico. Canta-a como sendo a mulher amada.

Canta o Pico como sendo a montanha onde Deus entregou o decálogo a Moisés. Nem data apõe ao trecho da NRB: 276 em que a ela se refere, acrescentando apenas “Todas as datas servem”. A tal ponto esta Ilha o deslumbra que a vê como mulher amada diante de quem que não acha palavras para descrevê-la:

*A Ilha do Pico faz as vezes da mulher amada. Desvenda-se aos poucos em erótico vagar [...] E nunca se chega, nem se precisa, o cerne do feitiço, para que haja um cada vez mais intenso afeto de persegui-la e ânsia de desvendá-la. [...] Meio encoberta, meio desnuda, sempre ataviada de cheiros exóticos, faz com que se abram as narinas do cio. Colhem os olhos as tonalidades indefiníveis de seus roxos azuis, o cinza entorresmado de seus mistérios, seus verdes percorrendo toda a escala cromática, vertidos na paleta primigênia de que se serviu o Criador para matizar a tela da Natureza. [...] A Ilha do Pico não consente palavras. Só o silêncio lhe poderá dar voz. A Ilha do Pico nasceu para ser amada sem palavras. Descrevê-la ou defini-la é roubar-lhe a dimensão apocalíptica que lhe pertence. Amo-a sem o empecilho da palavra. Amo-a com os olhos, os ouvidos, as narinas abertas ao cio de seus aromas. Amo-a com sentidos conhecidos e desconhecidos, a imaginação em fogo. Amo com vísceras do corpo e da alma.*

Por isto fez dela sua atual morada lá ficando pelo menos metade do ano, passando a outra metade em Coimbra. Há quem diga que ele é passageiro sempre: para o Pico, seu lugar de eleição; para Coimbra, onde foi mestre; para Lisboa, onde vive sua amada; para a região de Boston, Estados Unidos, onde vive boa parte de sua família e estão enterrados seus pais. Cristóvão é sempre um passageiro em trânsito. Sorte nossa é que ele tenha passado também por nossas vidas.

## **2. DESENVOLVIMENTO DO TÓPICO: DESLUMBRAMENTO, ALUMBRAMENTO E ESTADO DE GRAÇA EM CRISTÓVÃO DE AGUIAR**

### **2.1. DESLUMBRAMENTO**

Em *Nova Relação de Bordo*, Cristóvão procura distinguir e definir dois conceitos: *alumbramento* e *deslumbramento*. E o faz ao relatar sua procura de uma palavra adequada para expressar seu estado de ânimo durante uma viagem em 28/02/93. É um trecho um pouco longo, mas interessa-me sobremaneira:

*Penso numa palavra, uma única, que consiga reunir todo o fim-de-semana – mania que têm os poetas de procurar a palavra exata que diga a totalidade, o absoluto. Salta-me uma, insípida. [...] Semantema aguado, mas agarro-me a ele e soletro-o baixinho [...] alumbramento. Sinto-me alumbrado. Em chegando a casa, hei-de certificar-me do exato e profundo significado do lexema. Em que medida se desvia de deslumbramento. Penso que não terá o mesmo sentido sentir-se alguém alumbrado ou deslumbrado. Abro agora o dicionário e leio: ‘alumbramento: inspiração sobrenatural, iluminismo’.*

E o poeta Manuel Bandeira a caucionar: *um dia eu vi uma moça nuinha no banho/ Fiquei parado o coração batendo/ Ela se riu/ Foi o meu primeiro alumbramento. Deslumbramento – leio a seguir – ‘fascinação, encanto, maravilha, cegueira, obcecação’. Prefiro o primeiro. Sinto-me alumbrado Trago-a nua no coração. Continuo alumbrado. Ferido de alumbramento. Nem sei distinguir o instante absoluto, se aquele em que me senti em*

*ascese, se quando o rio correu inteiro em seus olhos e eu pus à minha conta um casal de gaivotas desatinadas, rumando para o Oeste de tantos sonhos. Vem chegando a Lua. Entra-me pela janela. Traz o bojo tão pejadinho. O ventre de Nossa Senhora do Ó... NRB: 23/24.; E-book 20-21/95.*

O DH assim registra os significados do verbete *deslumbramento*:

ato ou efeito de deslumbrar(-se); deslumbre **1.** Turvação da vista causada por excesso de luz, brilho ou por outros fatores (p.ex., vertigem). **2.** Derivação: sentido figurado. Estado de espírito de quem é tomado por viva admiração; encantamento. Ex.: O *deslumbramento* do menino era visível **2.1.** Derivação: por extensão de sentido. Objeto de admiração, aquilo que provoca fascínio ou sedução; encanto, maravilha Ex.: O panorama era um *deslumbramento*. **3.** Derivação: sentido figurado. Perturbação do entendimento; alucinação, obcecação.

À procura de explicação que o distinga do vocábulo *alumbramento*, fico com parte do que o DH diz sobre *entusiasmo*: “estado de exaltação do espírito, de comoção profunda da sensibilidade”.

Trechos colhidos em Cristóvão, onde o autor fala expressamente em *deslumbramento*:

*Coimbra teve em mim o efeito de um tremor de terra dos mais elevados da escala Richter. Foi um deslumbramento e uma bebedeira constantes, que me deixavam os miolos em calda de pimenta.* RBI: 84/230.

[...] *o incêndio na Universidade dos Açores é um deslumbramento dantesco.* RB II: 28.

*O grande deslumbramento veio, sobretudo, daquela lua cheia pregada no céu da praia amadrinhando o nosso permanecer um com o outro, naquele doce e espreguiçado prolongamento do verbo que não pede nada, nem sequer um complemento, dada a sua índole intransitiva...* RB II: 157.

Apresento, a seguir, trechos que assinalarei para exemplos de *deslumbramento* e que submeto à discussão de meus pares:

*(Ouvindo a leitura de poemas de Manuel Alegre, por um colega de república de estudantes) Ficamos com a sensação de que nos encontrávamos perante uma poesia tão diferente daquela a que estávamos acostumados, revolucionária e lírica ao mesmo tempo, com uma linguagem poética tão encantatória, que nos encheu o íntimo não sei de que energia e entusiasmo. Dava vontade de sair por aí tocando os sinos que cada homem tem no coração.* RB I: 34-35.

*Não, não me enganei. Em estado febricitante e de quase levitação, raro se engana quem se encontra em conjunção com os astros e consigo. E era a música de sua voz demorando-se como mel fino nas papilas da língua, e eu sem saber onde meter tanta emoção junta.* RB II: 99

*Nela (numa árvore jacarandá) só existem flores apaixonadas de azul. A cor com que foi pintado o além do sonho...* (NRB: 99).

## 2.2. ALUMBRAMENTO

Para *alumbramento* o DH dá definições menos satisfatórias. Com efeito, o primeiro significado que apresenta é o obsoleto:

**1.** Diacronismo: antigo. engano do espírito ou da mente; ilusão. Os outros significados que aparecem são mais figurados: **2** Derivação por extensão de sentido: Sopro criador; revelação, inspiração. **3.** Derivação: sentido figurado. Estatística: Pouco usado. Estado de quem se deslumbra; maravilhamento. Em busca de sinonímia, sugere: “ver sinonímia de *inspiração*”.

O Grande Dicionário da Porto Editora nem registra tal palavra. Mas Cristóvão busca seu significado no dicionário inominado, que aparece anteriormente, junto

com a definição de deslumbramento: “*inspiração sobrenatural; iluminismo*” (NRB: 23).

De minha parte, procuro diferenciá-lo, usando, em parte, o conceito de entusiasmo: “*estado de exaltação do espírito, de comoção profunda do pensamento; alegria intensa, viva; júbilo*”. Deste modo, *deslumbramento* seria mais aplicável a sensações, enquanto *alumbramento* diria respeito a sentimento, a pensamento.

Trechos com a palavra *alumbramento* na obra de Cristóvão:

O trecho de NRB datado de 01/05/94, em Coimbra, é de interpretação mais difícil porque pejado de informações paralelas. Trata da lembrança de um comboio que partiu e o deixou sozinho “em meio a um cais ausente de mar”:

*Sozinho, na companhia da fome e da sede de querer ter partido. Fiquei atrás, os olhos habitados de sua presença e de um trecho do Douro, rio excessivo, navegado ao princípio da tarde sob um sol encomendado a Baco. O quase iate a motor das caves anfitriãs só serviu o percurso das três pontes, soube a pouco, o suficiente para se ficar sugerido de outras maiores grandezas graníticas e transmontanas. Miguel Torga bem nas sabe, descobriu-as escavando em si próprio e lá as tem procurado devolver aos versos em palavras alucinadas como bagas de fogo. Naveguei-a mais a Ela. Houve quem notasse o alumbramento mútuo. (E-book 65/70)*

O E-book arrola cinco ocorrências desta palavra. Quatro destas ocorrências podem ser vistas nas definições das palavras *alumbramento* e *deslumbramento*, transcritas anteriormente. Nesta mesma definição transcrita, há também quatro ocorrências do vocábulo *alumbrado*.

*Pelos vistos, principiou o mês da melhor maneira, a voz de ela garantindo-lhe um tom de primavera – ou não fosse o seu nome o de uma flor. (RB II: 86)*

(Ainda com o nome da amada): *Semeio o seu nome (como é imensa de azul a primeira sílaba do seu nome) em alegretes que o mar namora nas horas enlouquecidas do sonho que ao dia se consagra. Colho-o no tropel de flores na rota secreta da palavra que o cria e nomeia. (NRB: 51)*

*Trazia nos olhos aquele brilho que a Amizade foi ao longo dos anos amassando de estrelas e de outros corpos cadentes. (RB II 129)*

*Há certas manhãs em que se emerge do sono com cócegas de luz. A seguir vem o sonho e submerge tudo. Despertei bafejado pela disposição poética e anímica. Não a senti a meu lado. Invoquei-a ou inventei-a. A saudade continua sendo a madrinha. (NRB: 65)*

*A Ponta da Madrugada diante dos olhos. Nós ambos atravessados daquela alegria soluçada de claridade. (RBI: 66)*

### 2.3. ESTADO DE GRAÇA

O DH assim define em o sintagma *estado de graça*: “**1.** Rubrica: teologia. Condição daquele que recebeu a graça divina **2.** Derivação: por extensão de sentido, sentido figurado. Uso: informal. **2.** Estado de quem se sente extremamente feliz”.

Aqui, defino a palavra, livremente, como o conjugado harmonioso de *alumbramento* com *deslumbramento*. A meu entender, a definição perfeita da locução encontra-se no Salmo 103, na tradução da Vulgata. Para meu uso, porém, opto por uma versão de Joseph Gelineau, jesuíta francês, versão que sei de memória, pois era a dos corais de minha juventude: “*O vinho ao homem torna alegre, e o branco pão a força traz, e a vida a estuar é o seu canto*”.

Na primeira procura de tal conceito em Cristóvão, uma leitura desavisada da capa final do livro *Catarse* levou-me a um descaminho. Cristóvão falava do estado de graça de governantes em começo de mandato como um estado febril. Cheguei a comentar o fato com o autor, alegando que o estado de graça se aproximaria mais do conceito de nirvana, definido no DH como “*estado permanente e definitivo de beatitude, felicidade e conhecimento*”.

Tal estado só pode ser muito diferente de estado febril. De fato estado de ânimo de governante em início de mandato está muito mais para ledor engano, para febre muito alta que pode levar a delírio. Para meu alívio vi que lera mal a escrita de Cristóvão. Mais do que alívio, encontrei alegria mesmo relendo o trecho abaixo em *Raiz Comovida*. Nele, nosso autor fala de deslumbramento, mas, de fato, o que vemos são palavras que lembram as do Salmo 103:

*De novo a ressuscitada voz do Ti José Pascoal ilumina-me os adormecidos recantos da memória e vem guiar-me no labirinto desta escrita. Estendo-lhe aqui a minha voz fraterna, e assim, voz na voz, rompemos juntos numa aventura que decerto nos levará ao ignorado e deslumbrante reino onde a palavra se há de tornar no pão e no vinho da nossa fome e da nossa sede, não para saciá-las, mas para as irem vivificando. (RC: 67)*

Podemos encontrar ainda outros trechos que falam do estado de graça:

*Vinha da garagem do autocarro a pé, e como sempre que ando a escrever um livro, completamente alheio a tudo, como se estivesse fora deste mundo. É o estado de graça pleno, que me visita muito de vez em quando. (RB I: 401)*

*Nele aprendi (no caminho que me apontaste, apontas) que o suor é a moeda de troca, porque a paz é uma conquista. E a tranquilidade. E a liberdade. Sinto que hei de merecê-las, merecer-te. Não foras tu e não teria esta ligação quotidiana com a escrita. Se ela por vezes arrepela o cascão da ferida, outras é lenimento sobre certas pústulas. Depois de por no papel o que atrás ficou, sinto-me leve, em estado de graça pleno. (RB II: 81)*

*Sou uma borboleta encandeada pela luz que dela nasce. Bebo-lhe as palavras e no fim fico bêbedo, mas feliz. Tão feliz que tropeço nelas e nem sei o que digo. Nestes instantes de graça, tanto gostava eu de lhe captar os pensamento e de lhe transmitir os meus. (RB I: 95)*

Ao fim de minha exposição chego a pensar que meus pares poderiam censurar no meu texto a plethora de citações. Escuso-me, porém, alegando que: se posso falar do autor com sua própria palavra, cristalina e inspirada, porque iria cansar meus ouvintes com um arremedo conspurcado? Ao contrário disto, prefiro mesmo caminhar com Cristóvão repetindo com ele e para ele palavras do *Motivo* de Cecília Meireles, palavras de puro estado de graça:

*Eu canto porque o instante existe  
E a minha alegria está completa.  
Não sou alegre nem sou triste:  
Sou poeta.*

*Irmão das coisas fugidias,  
não sinto gozo nem tormento.  
Atravesso noites e dias  
No vento.*

*Se desmorono ou se edifico,  
Se permaneço ou me desfaço,  
– não sei, não sei. Não sei se fico  
Ou passo.*

*Sei que canto. E a canção é tudo.  
Tem sangue eterno a asa ritmada.  
E um dia sei que estarei mudo.  
– mais nada. (1967: 103)*

– \* –

#### 2.4. ABREVIATURAS E SIGLAS

DH	Dicionário Houaiss
M	Marilha
RB	Relação de Bordo
NRB	Nova Relação de Bordo

PT Passageiro em Trânsito  
 RC Raiz Comovida  
 TT A Tabuada do Tempo

### 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Cristóvão de & AGUIAR, (2007) – *A Tabuada do Tempo*, a lenda narrativa dos dias. Coimbra: Almedina.
- \_\_\_\_\_ (2012) – *Catarse*, diálogo epistolar em forma de romance. Coimbra: Lápide de Memórias.
- \_\_\_\_\_ (2005) – *Marilha*, sequência narrativa. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (2003) – *Raiz Comovida*, trilogia romanesca. Edição revista e remodelada. Lisboa: Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (1999) – *Relação de Bordo (1964-1980)*, *Diário ou nem tanto ou talvez muito mais*. Porto: Campo das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2000) – *Nova Relação de Bordo II (1989-1992)*, *Diário ou nem tanto ou talvez muito mais*. Lisboa: Dom Quixote. Os três volumes de *Relações de Bordo* também em E-book. São Paulo: Cultura, 2014.
- \_\_\_\_\_ (1994) – *Passageiro em Trânsito*, Novela em espiralouo romance de um ponto a que se vai sempre acrescentando mais um conto. Lisboa: Salamandra. Também E-book. São Paulo: Cultura,.
- FRIAS, Joana Matos (2005) – “Relativo a Bordo II” in *Homenagem a Cristóvão de Aguiar 40 anos de vida literária*. Coimbra: Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra.
- McLuhan, Herbert Marshall (1971) – *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 3ª ed. Trad. de Décio Pignatari: São Paulo, Cultrix.
- MEIRELES, Cecília (1967) – *Cecília Meireles*: Obra poética em um volume. Rio de Janeiro: Aguilar.
- PEREIRA, Wilson (2002) – *A pedra de Minas*: poemas gerais. Brasília: L.G.E ed.
- SOARES, Pe. Matos (trad). (1955) – *Bíblia Sagrada* traduzida da *Vulgata*. São Paulo: Edições Paulinas.

## 18. MÁRIO MOURA, DOUTORANDO EM HISTÓRIA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES,

### TEMA 2.7. ONZE TEMPOS DO CHÁ NOS AÇORES, (PROPOSTA DE ESBOÇO) POR MÁRIO MOURA DOUTORANDO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

<sup>116</sup> Arquivo dos Açores, vol. XIII, Ponta Delgada, 1983, pp.515-516, Carta do Conde de Almada, Capitão-Geral dos Açores, em Angra, datada de 11 de junho de 1801.

## 1. DOIS TEXTOS SOBRE CHÁ

Para organizar os tempos que decorrem entre o ano de 1801 e o de 2014, propõe-se a sua divisão em onze tempos. 1801, ano em que o Capitão Geral dos Açores, D. Antão de Almada escreve ao rei, dando-lhe conta da existência da planta de chá na ilha Terceira, sugerindo a sua preparação, e 2014, ano em que se vive a esperança da sua expansão.

Para dividir estes tempos, recorre-se à literatura dos primeiros passos do chá nos Açores. Cruzamos textos jornalísticos, de arquivo, livros, folhetos, anúncios publicitários e imagens. Sabendo de antemão que, ainda que seja uma ferramenta necessária, toda e qualquer cronologia é, além de discutível, provisória.

Apesar de antes de 1801 crescer chá espontaneamente na ilha Terceira e em outras ilhas dos Açores, apesar de, já perto do arranque do chá em São Miguel, a Associação Agrícola da Terceira ter pedido à sua congénere em São Miguel - a Sociedade Promotora Micaelense - sementes, apesar ainda de ter havido cultivo e produção na ilha do Faial, apesar de ter havido cultivo em todo o distrito de Ponta Delgada, a partir da segunda metade do século XIX, o chá é essencialmente uma produção da Ilha de São Miguel. E, se quisermos, quase do concelho da Ribeira Grande.

Há ainda a reter que, em simultâneo com a aposta no chá, apostara-se forte no ananás, no tabaco e no álcool. E que se atravessava uma grave crise económica a nível geral dos Açores, devido às doenças da vinha e da laranja. Como consequência, assistia-se a um forte surto emigratório. Daí, talvez, a explicação para a menor velocidade na implementação da indústria do chá?

### 1.º TEMPO: DA ESPONTANEIDADE ÀS PRIMEIRAS TENTATIVAS (1801-1873);

Para compreender este primeiro tempo, melhor será dividi-lo em três momentos. Um primeiro, supostamente longo, anterior a 1801,<sup>116</sup> do qual pouco

ou nada sabemos; outro, que irá de 1801 a cerca 1820, durante o qual torna-viagens do Brasil ou de outras partes do Império Colonial Ultramarino português ou de outra potência europeia, não se sabe ao certo, trouxeram para os Açores, não se sabe para que ilhas, sementes e estacas<sup>117</sup>; ainda outro, que partirá de cerca de 1820 a 1873, em que vieram sementes e estacas do Brasil e de outras partes<sup>118</sup>. Neste último período, houve tentativas, por parte de alguns cultivadores, de produzir chá. Neles, inclui-se, entre outros pouco ou mal conhecidos, José do Canto.

Este primeiro tempo é caracterizado pelo desconhecimento inicial do chá e pela procura final de um ‘método preciso para o fazer chegar à sua última perfeição’. No final deste período, houve mesmo quem tentasse, sem sucesso, produzi-lo. Antes da vinda dos dois primeiros chineses, havia quem cultivasse e tentasse produzir chá nos Açores. Mau chá: ‘(...) os proprietários de plantas metiam em frascos algumas folhas tenras, e quando bem murchas com elas faziam chá. Por muito acre não se podia tomar.’<sup>119</sup> Era tempo de experimentar a

<sup>117</sup> Persuasão, 15 de abril de 1874; Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, p. 1024: ‘Foi isto por 1820, pouco mais ou menos. Indicamos esta data por se saber que Jacinto leite, veio a terra natal a tomar posse de um morgado em que sucedera por morte de seu irmão mais velho, e pretendia voltar para a capital do Brasil, onde D. João VI e a sua corte demoraram alguns anos além daquele. A planta primitiva vegetou sozinha por largo tempo. Multiplicou-se, depois o seu proprietário, como se noticiou, porém, sem utilidade prática, por se ignorar inteiramente a arte de preparar o chá.’

<sup>118</sup> Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031: ‘(...) João do Sousa Canto, mais conhecido por morgado João Soares dos Pinheiros, que um homem que fora seu criado trouxera do Brasil a semente da camélia do chá, para o presentear com ela, e a semeara nas suas propriedades de Santo António, deste Concelho, de onde algumas plantas passaram para a grande propriedade das Capelas de António Lopes Soeiro de Amorim (...).’

<sup>119</sup> Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, ICPD, 1995, p. 1031. Arquivo Brum da Silveira – José do Canto, CARTA DIRIGIDA A EDMOND GOËZE POR JOSÉ DO CANTO, 1866.04.10; Almanaque Açores, 1928, Propriedade da Livraria Andrade, Angra do Heroísmo, 1927, pp. 125-130: ‘(...) O sr. José do Canto comunicou-nos também o seu plano de proceder a plantações de chá e quis ouvir-nos sobre o assunto (...) por intermédio do professor Decaisne, que mantinha relações directas com a China, pôs-se Canto em contacto com algumas firmas comerciais dali [onde precisamente na China?]. Pediu que lhe remetessem sementes em grande quantidade [Portanto, antes de 1866] bem como uma determinada porção de plantio que, para uma viagem tão longa, foi necessário acondicionar em caixas de sistema ‘ward’. Enquanto as preciosas encomendas vinham em viagem, foi preciso cuidar de tudo para as receber e, decorridos poucos meses, estava povoado um pequeno viveiro colocado em situação apropriada e em terreno cuidadosamente preparado. As sementes, mal chegaram, foram

sério. De passar da iniciativa individual desgarrada para a iniciativa associativa: a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

## 2.º TEMPO: DE QUEM SOUBESSE ENSINAR (1873-1878);

Um primeiro momento: Decisão e contratação de técnicos<sup>120</sup>. Tendo em conta as condições, foram ponderados vários locais (Japão, Índia, Brasil e China) e um número variável de práticos. A escolha final recaiu em Macau e em dois chineses<sup>121</sup>. Em simultâneo: cultivo de campos experimentais, montagem de fábrica e divulgação de literatura sobre o chá. Foi criado um fundo destinado à experiência do chá, depositado na Agência do Banco Lusitano<sup>122</sup>. Além disso, foi nomeada uma comissão de acompanhamento<sup>123</sup>.

Era tempo de preparar a vinda de quem ‘lhes prescrevesse aquele método preciso para o fazer chegar à sua última perfeição’.

logo dispostas em canteiros. As plantas que, viajando em pequenas caixas, tinham perdido a maior parte da folhagem, completaram a vegetação interrompida e os seus rebentos foram plantados por estaca ou enxertados em camélias. Assim decorreram aproximadamente (129) dois anos até se proceder à plantação definitiva (...).’

<sup>120</sup> BPARPD, Actas das Assembleias Gerais da SPAM, 1851-1887, Acta de 30 de novembro de 1873, fls. 35 v-36. Proposta do dr. Ernesto do Canto subscrita por quinze sócios, entre os quais: Nicolau António Borges; Francisco de Abranches; Barão da Fonte Bella; Guilherme Read Cabral; Francisco Jerónimo Coelho e Sousa; João Machado de Faria e Maia; Luís Botelho de Gusmão; Presidente/Governador Civil: Conde da Praia da Vitória; Secretário: Andrade Albuquerque.’

<sup>121</sup> BPARPD, Acta da Sessão de 16 de setembro 1876.

<sup>122</sup> Persuasão, 29 de março de 1876; Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, p. 1024.

<sup>123</sup> Gabriel de Almeida, Manual do Cultivador e Manipulador do Chá, 1892, p. 18: ‘A sociedade tinha já montado convenientemente uma fábrica para a exploração do chá, começando os ensaios logo a 15 do mesmo mês. (...) A sociedade encarregou de estudar o fabrico de chá, Rafael de Almeida [irmão de Gabriel de Almeida], e nomeou uma comissão para dirigir estes trabalhos, presidida pelo ilustrado micaelense o sr. Dr. Caetano d’Andrade Albuquerque [em 1881 e depois em 1887 levaria a proposta de lei de protecção, que havia sido redigida por José do canto, então, Presidente da Junta Geral, e aceite, como deputado nacional eleito pelo círculo de Ponta Delgada. O relator desta comissão, que apresenta relatório na reedição do livro de Frei Leandro do Sacramento, é Ernesto do Canto, proponente da aposta do chá em 1873], cavalheiro dedicado aos progressos agrícolas do arquipélago e que muito se empenhou na realização destes ensaios.’

**3.º TEMPO: DO APRENDER AO PRIMEIRO ARRANQUE (1878-1879);**

Sem pôr de parte que alguns sócios da SPAM pudessem ter uma estrutura de transformação da folha do chá, a primeira fábrica que trabalhou com êxito, pelo menos o chá preto, foi montada em Ponta Delgada, na sede da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Em antigas dependências do Convento de Nossa Senhora da Conceição (depois sede do Governo Civil). Portanto, na freguesia de São José. Os chineses trouxeram consigo utensílios, sementes e estacas. Porém, já antes, havia na ilha, sementes, estacas e chá plantado. E, estamos em crer, utensílios de manipulação. Não se sabia muito bem como usá-los.

A tecnologia veio de fora: do trabalho de Lau-a-Pan, o chinês contratado. Sendo a técnica rudimentar, a aprendizagem foi rápida. O progresso, ainda que de modo incipiente, já se revelava no texto do relatório da comissão da SPAM de finais de 1879. E na observação de Rafael de Almeida (publicada na *A Persuasão*), secretário da SPAM. Ou ainda, presume-se, no folheto que a SPAM publicou em 1879<sup>124</sup>.

Ainda em abril de 1878, acabada a primeira safra, a direção da SPAM começou a planear a seguinte promovendo *‘o ensino não só às pessoas que voluntariamente desejam aprender os processos práticos d’este trabalho, como também a alguns trabalhadores a quem se pague para esta aprendizagem.’* Na mesma reunião, José do Canto, sempre atento e atualizado, apresentou a terceira edição de um livro saído naquele mesmo ano de 1878 intitulado *‘(...) The Cultivation and Manufacture of Tea.’* Era seu autor o Tenente Coronel Edward Money. Alegava José do Canto que aquela obra trazia *‘(...) importantes esclarecimentos para a*

*simplificação dos processos da Manipulação do chá.’* A Direção resolveu *‘(...) fazer encomenda (...)’* porque *‘(...) acrescentar(ia) bastante (a) que já sabíamos pela [obra] de Samuel Ball (...)’* Pretendia-se, *‘(...) nas próximas experiências ensaiar’* os sistemas que Money aconselhava<sup>125</sup>.

Ainda os dois chineses não se haviam ido embora, a 13 de julho de 1879, antes ainda da segunda safra, querendo a SPAM *‘habilitar (...)’ gente da terra na manipulação do chá, deu chá a manipular. O resultado foi excelente, em nada (...) inferior, antes pelo contrario, julga-o superior ao chá feito pelos Chins (...).’*<sup>126</sup> Os da terra, quase em simultâneo com os dois chineses, produziram *‘(...) alguns quilos de chá (...).’* Era pois tempo de passar à produção local.

**4.º Tempo: Do segundo arranque (1879-1882);**

Era tempo ainda da SPAM: tempo associativo. Tempo do método chinês artesanal. Este tempo de impulso de grupo, de 1879-1882, é marcado pela tentativa de lançar as bases da futura indústria. É nele que se fazem provas de gosto do chá preto produzido, quer no *Club Micaelense* quer no *Club Lisbonense* e se enviam amostras para laboratórios de França e de Inglaterra<sup>127</sup>. O chá micaelense passa com distinção estas primeiras provas. Tenta-se alcançar, sem êxito, legislação protetora de estímulo à nova indústria<sup>128</sup>. Reedita-se a obra de

<sup>124</sup> *Persuasão*, Ponta Delgada, 30 de abril de 1879, p.

<sup>125</sup> BPARPD, Atas da Direção da SPAM, sessão de 28 de abril de 1879, fls. 62v, 63 e 63v, 64 e 64v.

<sup>126</sup> BPARPD, Atas da Direção da SPAM, sessão de 13 de julho de 1879, fls. 64v, 65 e 65v.

<sup>127</sup> *Persuasão*, Ponta Delgada, 21 de abril de 1880, p. 3: ‘Chá de S. Miguel, (análise) – Os ensaios começados em 1878, pela Sociedade de Agricultura Micaelense, para introduzir a cultura e produção do chá em S. Miguel, dão todas as esperanças de terem pleno êxito, quando a experiência ensinar quais os melhores processos a seguir. A vinda de dois chinas, contratados por aquela sociedade, foi o modo prático de resolver aquele problema, que pode influir na riqueza futura não só desta ilha, mas ainda nas demais dos Açores. Por intervenção de Mr. Fouqué, foi analisada em Paris uma

amostra do chá preto, em 1879; o resultado da análise feita por M. Schutzemberger, professor do colégio de França, é o seguinte: (...) *São os dois químicos de opinião que a análise revela qualidades de um excelente chá, como igualmente o prova o sabor da infusão. A maior parte do chá do comércio contém mais de 2 a 3 por cento de teína, que é o seu princípio activo característico. Arquivo dos Açores.’*

<sup>128</sup> Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 11 e 12. O que iria servir à proposta que foi levada ao Parlamento Nacional por Caetano de Andrade, começou por ser uma proposta de José do Canto. Três propostas de José do Canto para protecção e incentivo ao chá: Legislação adequada, apoio das Câmaras, prémios aos melhores produtores.

Frei Leandro<sup>129</sup>, e, por ser de custo mais acessível, publica-se um folheto<sup>130</sup>. Prosseguem-se, na nova safra, a novas experiências, pois a do chá verde, na primeira, não dera muito resultado<sup>131</sup>. Vendem-se plantas de chá<sup>132</sup>. Distribui-se chá pelos sócios<sup>133</sup>.

Surge uma notícia, depois dos chineses virem, de encomenda de utensílios de preparar o chá. E conseguir novas sementes. A 15 de abril de 1880, uma nova reunião da direção da SPAM dedicada também a assuntos relacionados com o impulso da pretendida indústria do chá, dá-nos a entender que já antes haviam feito pedidos nesse sentido. Porém, caso tardassem, o sócio José Bensaúde, em carta enviada à direção, sugeria que se chegasse à Índia através da Inglaterra<sup>134</sup>.

Entretanto, enquanto não viessem, na mesma reunião José do Canto pede que lhe aluguem '(...) vários utensílios para a manipulação do chá nas suas propriedades (...)'. A SPAM, empresta-lhe '(...) gratuitamente (...) todos os utensílios que pretende', porque '(...) lhe deve importantes auxílios e serviços (...)'. Mas, a SPAM desejosa de que se continuasse a aperfeiçoar '(...) a manipulação do chá entre nós (...)', iria divulgar que a quem quisesse '(...) manipular chá,' a SPAM forneceria '(...) os utensílios e a respetiva oficina.<sup>135</sup> É a prova de que José do Canto começa a fabricar chá em 1880? Se assim for, a seguir à primeira fábrica da SPAM (oficina como aqui se diz), seguiu-se uma segunda de José do Canto. Onde? Já na Ribeira Grande?

<sup>129</sup> BPARPD, SPAM, Sessão de 5 de fevereiro de 1879, fls. 68v, 69 e 69v: Presidência do Vice-presidente o Exmo. Dr. José do Canto (...) O Exmo. Relator da comissão do chá Dr. Ernesto do Canto apresentou e leu o relatório d'esta Comissão sobre as experiencias que se fizeram durante a colheita do anno findo, o qual mereceu a aprovação da Assembleia Geral, que resolveu se mandasse publicar nos jornaes mais importantes d'esta Ilha, e que se imprimisse como introdução á reimpressão que também resolveu se fizesse do folheto sobre colheita e Manipulação de chá publicado no Rio de Janeiro em 1824, por Frei Leandro do Sacramento (...) Deliberou reduzir a 20 rs cada a planta de chá, e que se desse a qualquer socio que requisitasse alguma amostra de chá, logo que a Direcção entenda que o pode fazer, sem deixar desprevenida a Sociedade de todas as qualidades do chá manipulado (...)

<sup>130</sup> Persuasão, Ponta Delgada, 30 de abril de 1879, p. 4: 'Na sociedade de Agricultura Micaelense, vende-se um folheto tratando da manipulação do chá pelo preço de 120 réis.'

<sup>131</sup> Persuasão, Ponta Delgada, 14 de maio de 1879, p. 3: 'Chá. Começou a colheita do chá, e na sociedade de Agricultura desta cidade prosseguem as experiências para o aperfeiçoamento da sua manipulação.'

A 11 de outubro daquele mesmo ano de 1880, na reunião daquele dia da direção da SPAM, dá-se conta de que José do Canto oferecera à SPAM '(...) 10:000 plantas de chá (...)'. A Direção decidira vendê-las '(...) a 30 rs. (...) cada.' Seriam preferidos os sócios, que teriam um desconto de 5 por cento.<sup>136</sup>

Neste tempo, já se observa uma primeira e pouco expressiva produção. Quase para consumo próprio. Era tempo de acelerar e de passar à iniciativa individual.

#### 5.º TEMPO: DE ARRANQUE INDIVIDUAL (1882-1891)

Na ata do dia 19 de janeiro de 1882, 'afim de satisfazer aos pedidos dos sócios que os desejam possuir', que não o podiam fazer em nome próprio, 'pela oficialidade dos meios de comunicação', ficara decidido '(...) encomendar para a China (...) vários jogos de aparelhos para manipulação e preparo do chá.'

Dá-se assim um novo impulso na passagem da fase associativa da SPAM para a fase individual dos associados. Ou mesmo não associados. Ainda que na fase anterior houvesse sócios, tais como José do Canto, que o fizessem por sua conta. Ou ainda que a SPAM continuasse o seu interesse prático pelo chá. Que se terá, entretanto, passado, entre o pedido de 15 de abril de 1880 e este? Não terá chegado a encomenda? Terá chegado e trata-se de uma nova encomenda?

<sup>132</sup> Persuasão, Ponta Delgada, 9 de abril de 1879, p. 4: 'Plantas de chá a 30 réis cada uma. Rua da Arquinha n.º 71'.

<sup>133</sup> BAPRD, SPAM, Sessão de 8 de maio de 1881, fls. 73 e 73v: '(...) que se distribua pelos Socios o chá em bom estado existente na Sociedade nomeando-se uma comissão encarregada da distribuição que ficou composta dos Exmos. Srs. Conde da Silvã (Dr. Francisco) Francisco Vaz Pacheco de Castro e de mim José Maria Raposo d'Amaral Junior. (...)'

<sup>134</sup> BPARPD, Atas da Direção da SPAM, sessão de 15 de abril de 1880.

<sup>135</sup> BPARPD, Atas da Direção da SPAM, sessão de 15 de abril de 1880.

<sup>136</sup> BPARPD, Atas da Direção da SPAM, sessão de 11 de outubro de 1880, fls. 70v, 71 e 71v, 72.

Quem eram estes sócios? Os irmãos José e Ernesto do Canto. Ernesto fizera a proposta em 1873 e fora relator da comissão de acompanhamento ao trabalho dos chineses em 1878. José era um dos principais entusiastas do chá e, segundo Fátima Sequeira Dias, já em 1880, tinha fábrica. O primo José Jácome Correia, por aquela altura ou mais tarde, teria a fábrica de chá Condessa, na Ribeirinha. Os irmãos Augusto Ataíde Corte Real da Silveira Estrela e Luís de Ataíde Corte Real da Silveira Estrela Francisco Machado de Faria e Maia. O primeiro, teria a fábrica do Pico do Refúgio, em Rabo de Peixe, o segundo, a fábrica da Mafoma (mais tarde conhecida assim), na Ribeira Seca. O Dr. Vicente Machado de Faria e Maia, que teria uma das primeiras fábricas e era cunhado dos irmãos Silveira Estrela. O Dr. Agostinho Machado de Faria e Maia Júnior. Que, pelo nome, deverá ser parente de Vicente. O Dr. José Pereira Botelho, Alberto de Freitas da Silva e Manuel Augusto Hintze Ribeiro.

Todos desejavam '(...)1 jogo completo de peneiras com tachos sem peneiros à exceção do Exmo. Luís de Ataíde que deseja(va) 2 paylom'. Mas a SPAM queria continuar a manter a sua fábrica, por isso, encomendou '2 jogos completos com tachos e peneiros (...)'.<sup>137</sup>

A 11 de janeiro, A Persuasão dá conta de que a SPAM, 'no jardim da sede (...), na rua da Canada, n.º 18,' pusera à venda 'plantas de chá'<sup>138</sup>.

Já em 1883, segundo carta escrita em 1884, José do Canto enviara chá seu para uma feira na cidade de Lisboa, a qual só se realizaria em 1884. Neste entretanto, por falta de cuidados, o chá perdera-se. O *Diário de Portugal*, um jornal de Lisboa, publicou uma crítica dura às qualidades do chá de José do Canto. Na resposta, José do Canto dá-nos conta de que existiam vários produtores na ilha. De que eles em breve iriam produzir mais e de que produzir chá era tão fácil como seria qualquer atividade doméstica<sup>139</sup>.

<sup>137</sup> BPARPD, Atas SPAM, Ata de 19 de janeiro de 1882, fls. 74v e 75.

<sup>138</sup> Persuasão, Ponta Delgada, 11 de janeiro de 1882, p. 4.

<sup>139</sup> A Persuasão, Ponta Delgada, 16 de julho de 1884, p. 3, carta de José do Canto Ponta Delgada, 17 de junho de 1884.

<sup>140</sup> Gabriel de Almeida, Manual do Cultivador e Manipulador do Chá, 1892, p. 22

Diz-nos Gabriel de Almeida que se começou a vender chá 'de produção e fabricação micaelense' no ano de 1884<sup>140</sup>.

E, no entanto, em 1883, o jornal *A República Federal*, que se publicava em Ponta Delgada, desconhecedor, certamente, do que se preparava nos bastidores, estranhava que '(...) nunca mais se ouvi(ra) falar em trabalhos nesse sentido (chá).' Reputando-o de 'utilíssimo' incentivava 'que se promovesse e ativasse a criação dessa indústria' porque 'poderia, no futuro,' aliviar 'as desastrosas consequências da nossa miséria atual.' Isso se, 'algum monopolista a não empolgasse em proveito exclusivamente seu.'<sup>141</sup>

O primeiro anúncio conhecido de venda de chá produzido em S. Miguel data de 17 de março de 1886. Vem no *Diário de Anúncios*<sup>142</sup> e no *Diário dos Açores*<sup>143</sup>. É de chá das propriedades do 'Sr. Vicente Machado Faria e Maia.' Quem o vende é 'Francisco Cabral (...) no Largo da Graça, n.º 34.'

Na semana seguinte, Supico, no jornal *A Persuasão*, acrescentaria pormenores úteis ao nosso trabalho. Ei-los: '(...) tem tido grande procura.' Isto porque aquele novo chá era 'muito superior ao bom que aqui se vende importado do estrangeiro.' Repare-se neste outro pormenor: 'O sr. Dr. Vicente Machado é um dos cavaleiros que mais cuidados consagra a esta cultura e dos que a têm em maior escala.' É, pois, em 1886, um de vários cultivadores. E continua augurando que, 'dentro em pouco a ilha de S. Miguel, não só não precisará importar este artigo, mas estará habilitada a exportar grandes quantidades'. Escreve mais: '(...) esta indústria auspicia-se bastante remuneradora.' Dizia que: '(...) pode(ria) vir a influir muito vantajosamente na economia do nosso distrito.'<sup>144</sup>

Onze meses depois, novo anúncio, de novo produtor de chá: Luís Ataíde Corte Real. Vem no *Diário de Anúncios*: 'Chá Micaelense, da propriedade de Luís

<sup>141</sup> A República Federal, Ponta Delgada, 8 de maio de 1883, p. ?

<sup>142</sup> Diário de Anúncios, Ponta Delgada, quarta-feira, 17 de março de 1886, p. 3.

<sup>143</sup> Diário dos Açores, Ponta Delgada, quarta-feira, 17 de março de 1886, p. 3.

<sup>144</sup> Persuasão, 24 de março de 1886, p. 3.

Ataíde na mercearia de Vasconcelos & Irmão, no largo de Camões, n.º 40 a 42, vende-se deste chá; sendo preto a 2\$400 réis o quilo, e verde a 3\$000 réis.<sup>145'</sup> Pouco depois, sobre o mesmo produtor, escreve Supico: '(...) *Encarecem-se muito as qualidades do chá exposto à venda (...) Não admiramos que seja excelente, porque o sr. Ataíde é um dos mais esclarecidos preparadores do nosso chá.*<sup>146'</sup> Portanto, além de Vicente Faria e Maia e de José do Canto, aparece-nos o cunhado do segundo: Luís Corte Real. Mas existem outros, só que não são nomeados.

Para proteger a indústria do chá que arrancava, em 1887, em sessão do Parlamento Nacional de 9 de julho de 1887, Caetano de Albuquerque leva de novo uma proposta destinada a proteger e a incentivar o chá local. Desta vez, consegue que haja uma segunda leitura. E obtém o concurso dos deputados açorianos Jacinto Cândido, Castelo Branco e Sousa e Silva. Mas, tal como em 1881, não passa<sup>147</sup>.

#### **6.º TEMPO: DE ACELERAÇÃO (1891-1913):**

Com José do Canto e a sua fábrica da Caldeira Velha, na Ribeira Grande, passa-se da tecnologia artesanal chinesa dos três tempos anteriores, de 1878 a 1891, à primeira fábrica usando alguma maquinaria. Primeiro, em finais do ano de 1891, vieram dois novos chineses<sup>148</sup>. Depois, já em junho de 1893, '*começou a funcionar a máquina (...) para a fábrica de manipulação de chá do sr. José do Canto, na vila da Ribeira Grande.*' Supico escreve: '*Dizem-nos que esta máquina seca e enrola três quilos de chá por hora.*<sup>149'</sup> Era já tecnologia inglesa: um motor vertical a vapor

da firma Marshall and Sons, mais enroladores acionados manual e mecanicamente vindos da Inglaterra. Em 1900, já José do Canto falecera, a fábrica ampliar-se-ia.<sup>150'</sup>

A pauta aduaneira de 1892 confere alguma proteção ao chá açoriano<sup>151</sup>. Em 1893, os conhecimentos técnicos eram reconhecidos mesmo a nível nacional. O Ministro da Marinha, pretendendo ensaiar a cultura de chá em Angola, pede a José do Canto '*sementes, plantas e instruções*'<sup>152</sup>.

Em 1895, a tecnologia local do chá amadurecera. Cristóvão Moniz, ao referir-se a ela, diz: '(...) *se [o Minho ou outra qualquer parte do nosso país] intentar tão vantajosa empresa, não haverá já precisão de recorrer para tanto aos filhos do celeste Império, porque, à voz de Portugal, acudirão os – Michaelenses.*<sup>153'</sup> Trata-se, sem dúvida, do atestado informal da maioria no domínio da tecnologia do chá pelos da ilha.

A 18 de maio de 1895, no edifício SPAM, com visível satisfação, a Associação promove uma exposição industrial. Entre outras indústrias, surgem-nos expositores de chá. Inclusive, prováveis novas fábricas de chá. O catálogo da exposição de 1895 apresenta-nos três cultivadores que produzem chá, dois já nossos conhecidos - o dr. Vicente Machado de Faria e Maia e Luiz Ataíde Júnior - e um novo - Frederico Augusto Serpa. Frederico Augusto Pamplona Serpa casara com uma senhora Estrela. Portanto, tinha ligações a Luís e a Vicente.

Em 1896, estava já enraizado o chá na toponímia local, o padre Egas Moniz propõe a designação de rua do Chazeiro (hoje rua do Ouvidor) para uma rua da Conceição da Ribeira Grande<sup>154</sup>.

<sup>145</sup>Diário de Anúncios, Ponta Delgada, 4 de fevereiro de 1887, p. 3.

<sup>146</sup>A Persuasão, Ponta Delgada, 16 de fevereiro de 1887, p. 4.

<sup>147</sup>Sessão Parlamentar Nacional de 15 de março de 1881 Francisco Maria Supico, As Escavações, vol. III, 1995, p. 1030.

<sup>148</sup>A Persuasão, Ponta Delgada, 16 de dezembro de 1891, p. 3.

<sup>149</sup>A Persuasão, Ponta Delgada, 28 de junho de 1893, p. 3.

<sup>150</sup>A Persuasão, Ponta Delgada, 4 de abril de 1900, p. 3.

<sup>151</sup>António Hintze Ribeiro, Do chá dos Açores, Livro do Primeiro Congresso Açoreano, de 8 a 15 de maio de 1938, Jornal da Cultura, 2.ª edição, 1995, p. 3781892: Protecção do chá nas pautas aduaneiras

Pauta de 1892/ Art.º 344/ Chá/ Quilo 1000 reis ouro.'

<sup>152</sup>Persuasão, Ponta Delgada, 31 de maio de 1893, p. 3: '(...) *O sr. Ministro da marinha pensa em ensaiar a cultura do chá em algumas propriedades da província de Angola. Para a levar a efeito o seu plano escreveu ao ilustre micalense sr. José do Canto, pedindo-lhe sementes, plantas e instruções.*'

<sup>153</sup>Cristóvão Moniz, A Cultura do Chá na ilha de S. Miguel, Administração do Portugal Agrícola, Lisboa, 1895, p. 107.

<sup>154</sup>Estrela Oriental, III série, Padre Egas Moniz, Nome das Nossas Ruas, Suplemento Conceição, janeiro de 2003, fl. 16.

Para impedir a diminuição da pauta mínima de importação de chá estrangeiro ‘em 1900, pelo Governador do Distrito [Ponta Delgada] é levada ao Ministro das Obras Públicas uma representação da SPAM [Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense] em que se pedia para se não diminuir na pauta mínima o direito de importação do chá estrangeiro pois: *‘quando se tornou óbvia a vantagem desta cultura, se aumentou o número de indivíduos que cultivam e se começou a tornar numa esperança risonha para os habitantes desta ilha, ela fica ameaçada duma concorrência mortífera ao diminuir-se o direito de imposto na Alfândega sobre o chá estrangeiro.*<sup>155</sup>’

Supico, em 1903, menciona cinco fábricas já anteriormente referidas, a saber: ‘Herdeiros de José do Canto [Conceição: Fábrica Canto]; Visconde Faria e Maia [Ponta Delgada: Fábrica Faria Maia]; José Ben-Saúde [Ponta Delgada: Fábrica Bensaúde]; Frederico Augusto Serpa [Ribeira Seca: Fábrica Frederico A. Serpa]; Luís Ataíde Corte Real da Silveira Estrela [Ribeira Seca: Fábrica Mafoma].’

Não fica por estas 5 já referidas e acrescenta, agora sem a da SPAM e a da Gorreana, cinco novas fábricas: ‘Francisco de Bettencourt [Fenais da Ajuda: Fábrica dos Fenais da Ajuda]; Marquês de Jácome Correia [Matriz: Fábrica Condessa]; José Maria Raposo do Amaral [Ribeira Seca: Fábrica Barrosa. Ou Ginetes?]; Dr. Manuel Maria da Rosa [Arrifes: Fábrica Flor da Rosa]; Augusto Ataíde Corte Real [Rabo de Peixe: Pico do Refúgio].’ Portanto, contas feitas, cinco mais cinco: 10<sup>156</sup>. Refira-se que Augusto Corte Real era irmão de Luís, cunhado de Vicente e aparentado a Frederico Serpa. Portanto, entre as dez fábricas, quatro seriam de Estrelas. Mais tarde, os Bettencourt associar-se-iam, por casamento, aos Estrela, e muito mais tarde, os Gago da Câmara e Hintze também.

<sup>155</sup> Margarida Vaz do Rego Machado, A cultura do chá na ilha de S. Miguel como ponte de ligação ao Oriente, ...pp. 19-20.

<sup>156</sup> Não menciona a fábrica da SPAM, que entretanto, fora, como sugerimos, desmantelada. Nem menciona ou omite a fábrica da Gorreana. Por que razão o terá feito? Por ser de pequena dimensão? Talvez por ter sofrido as obras em 1898? Por ser algo ocorrido muito recentemente? Ou por outra razão que desconhecemos.

Entre 1903 a 1913, mantém-se o número de fábricas. Continua a introdução de alguma maquinaria. Existem 10 com alguma maquinaria e outras 37 sem qualquer tipo de maquinaria. Dá-se o início de exportações planeadas para fora da ilha, continente e estrangeiro<sup>157</sup>.

É de 1909 o primeiro anúncio conhecido de um comerciante no continente. Trata-se de Júlio de Carvalho, do Porto, na avenida da Boa Vista ‘Chá. Desejo receber amostras e preços./Compro todo o ano e qualquer porção.<sup>158</sup>’

Aníbal Cabido, em 1913, além de 38 fábricas pequenas não especificadas, adianta 9 fábricas para a ilha de São Miguel. Uma das possíveis não especificadas, poderá ser uma pequena fábrica do pai de Amâncio Faria e Maia, antepassada da fábrica Porto Formoso, toda manual, no dizer do filho.

Cabido, em 1913, descreve o tipo de euforia ilusória do chá na ilha: ‘(...) apesar das esperanças que dava a nova cultura para até certo ponto concorrer para o equilíbrio económico do distrito, abalado pelas últimas crises agrícolas, não teve ela grande desenvolvimento (...).’ (p. 16) Isto por ‘se limitarem os mais ricos cultivadores ao emprego de sementes de arbustos relativamente novos (...) os menos abastados preferem dedicar-se a culturas cuja produção tem lugar logo no fim do primeiro ano em que as sementes são lançadas à terra.’ (p. 16)

Cabido, seguramente com opinião formada em resultado de diálogos com um conhecido ligado ao setor e ao próprio resultado do seu inquérito, diz que ‘a cultura e a indústria do chá tem-se mantido, e, durante algum período, chegou a desenvolver-se sob a proteção pautal<sup>159</sup>.’

Se alguma vez (não diz qual) ‘desaparecer essa proteção, os efeitos produzidos irão juntar-se à crise bem acentuada que há anos (...)’ (p. 13) se

<sup>157</sup> Segundo Aníbal Cabido, sem fazer conta ao chá consumido localmente e o enviado em encomendas postais para as outras ilhas e o continente português, de acordo com dados da Alfândega de Ponta Delgada, a quantidade aumentou de 1898, 5.498 quilos, para 63 673, em 1911 (p. 35); e as importações, para o mesmo período, de chá estrangeiro, baixaram de 3 330 quilos, em 1898, para 435 quilos, em 1907.

<sup>158</sup> A Persuasão, Ponta Delgada, 29 de julho de 1908, p. 3.

<sup>159</sup> Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, sessão de 1880, pág. 11 e 12.

sentia. Esta crise era, em parte, motivada, continua ele, ‘pelo custo dos salários dos trabalhadores micaelenses comparados com o dos trabalhadores chineses<sup>160</sup>.’

**7.º TEMPO: DE BALANÇO: ENTRE A EUFORIA E O MEDO (1913-1932);**

Amâncio Faria e Maia, escrevendo, possivelmente na década de cinquenta, (mas sendo o trabalho publicado na década seguinte), diz lembrar-se ‘(...) de que (o) pai chegou a ter em armazém a produção de quatro anos ... guerra de 1914-18 produziu uma euforia de que resultou para meu Pai um bom negócio: a venda do chá armazenado...Porém como a fabricação de meu Pai era toda manual, passou a vender a folha verde às fábricas Gorreana e Bensaúde que a disputavam pela sua qualidade.’

Para este período, de 1921 a 1930, contamos, em parte, com a informação proveniente da tradição oral, de monografias e de Anuários e Almanques, sem se conhecer a data exata de cada fábrica, é de crer que duas novas fábricas tenham surgido ou aumentado neste período: a primeira, ainda nos anos vinte, seria a do Porto Formoso, no Porto Formoso<sup>161</sup>, a segunda, já nos anos trinta, talvez mesmo trinta ou até pouco antes (falta-nos mais dados), seria a da Seara, nas Sete Cidades<sup>162</sup>.

**8.º TEMPO: DO MEDO À EXPANSÃO (1932 –1960);**

<sup>160</sup>Relatório apresentado à Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense, pela sua Direcção, no dia 10 de Dezembro de 1847, *O Agricultor Michaelense*, Janeiro de 1848, n.º 1, fl. 21: *Pondo no papel o que viu, a comissão, ou o responsável pelo relato, resumiu: 'poderemos produzir em S. Miguel chá preto susceptível de ser consumido no nosso paiz, e no estrangeiro (...)'* Mas atenção, apenas, ‘se a sua cultura e manipulação poderem competir com o baratíssimo trabalho manual dos chineses.’ O problema do chá verde ficaria para mais tarde.

<sup>161</sup> <http://cm-ribeiragrande.azoresdigital.pt/Default.aspx?Module=Artigo&ID=117> ‘A Fábrica de Chá Porto Formoso, fundada por Amâncio Machado Faria e Maia, laborou entre os anos 20 e os anos 80. Em 1998, os actuais proprietários iniciaram as obras de recuperação da fábrica, de interesse no Património Industrial da Região.’

<sup>162</sup> Já em 1930: No fundo Raposo do Amaral (informação da Dr.ª Maria de Lurdes França): ‘Chá Seara: 20 460-20462, 20467, 20470 (1930-1940).’ Em 1932, surge um anúncio publicitário desta fábrica.

**O medo do chá moçambicano de 1932:** Já em 1932, quase no início da ameaça, Cristóvão Moniz, o primeiro especialista local que se refere ao chá, diz que ‘por tal forma se tem desenvolvido que já hoje [1932] pode ser considerada como das mais importantes [culturas agrícolas?] da ilha pelo chá de finíssima qualidade e esmerada preparação que oferece, em abundância ao Continente e as outras ilhas com resultados económicos (...); segundo que é ainda é dado esperar do alargamento desta cultura que muito convidativa é por valorizar terrenos fracos a meia encosta impróprios por natureza para os cereais e onde vicejam graciosamente os chazeiros como em seu país natal.<sup>163</sup>’

Que fizeram os açorianos (micaelenses) entre a publicação da legislação pautal favorável às exportações de chá de Moçambique até à altura do I Congresso em 1938? Uma resposta de peso vem logo em maio de 1934. António Hintze Ribeiro dá uma entrevista ao jornal nacional República que, pela sua clara importância e repercussão, terá sido transcrita no *Açoriano Oriental*, para depois vir em o A Razão<sup>164</sup>. Era, pois, tal a sua pertinência. A entrevista começa por referir a aposta no turismo e a criação da *Sociedade Terra Nostra*, que, além de ir inaugurar o Hotel nas Furnas a 1 de agosto, tinha outros objetivos: desenvolvimento das indústrias agrícolas, embelezamento de ruas, construção de parques e jardins, melhoramentos nas Furnas e Sete Cidades, criação de um Stand de informação turística no cais.

Quanto ao objetivo de desenvolvimento agrícola, propunha-se a dita empresa *Terra Nostra* (o seu Presidente era Vasco Bensaúde, também ele, tal como o entrevistado, dono de uma fábrica de chá), desenvolver o tabaco, a

Testemunho de Rui Álvares Cabral, 8 de Abril de 2013: começa a 16 de Novembro de 1933, um Copiador daquela Fábrica. Segundo consta terá sido mecanizada, usando a máquina que servira para abrir o túnel das Sete Cidades. Conforme observei Domingo, dia 19 de Maio de 2013, e fotografei, segundo placa colocada no local do túnel, saída para o lado dos Mosteiros, a obra foi concluída em 31 de Dezembro de 1937. Pelo que, a ter sido aquela máquina, e a ter sido necessária até ao final, só poderá ter ido para a Seara após aquela data. Uma das máquinas que observei na Seara, tem a data de 5 de Março de 1936: será esta?, **Jorge Arruda, Verde azul : Sete Cidades: lendas, contos e factos / Jorge Arruda. - [Ponta Delgada]: Ed. do autor, 2012, pp. 62-64.**

<sup>163</sup> Cristóvão Moniz, *Açores Agrícola*, in *Ínsula*, setembro e outubro de 1932, escrito em Lisboa, julho de 1932, pp. 34 e 40.

<sup>164</sup> António Hintze Ribeiro, o que é preciso fazer de útil no arquipélago açoriano, *A Razão*, 20 de maio de 1934, n.º 43, II série. Esta nota foi-nos facultada pelo Dr. Hermano Teodoro, a quem agradecemos.

beterraba e o chá. Entre outros. Refira-se que ambos tinham interesses investidos nas outras culturas.

Destacando o chá, adianta que o de *'São Miguel é excelente, mas não usufrui a proteção que tem, por exemplo, o açúcar colonial.'* Continua a referir, agora, o açúcar, em particular, *'outro curioso aspeto do nosso problema agrícola: as ilhas poderiam produzir açúcar em boas condições de qualidade e preço, para exportar para o continente. Mas não podem produzir nem exportar devido á enorme proteção dispensada ao açúcar colonial.'* Pior ainda: *'cujas culturas são exploradas na maior parte por companhias inglesas.'* Também refere o tabaco. Diga-se que estes pontos irão ser defendidos mais tarde no I Congresso Açoriano em 1938.

Outras das medidas por ele preconizadas situam-se no âmbito do desenvolvimento da cultura do trigo e da indústria dos laticínios. Os laticínios, diz ele, para a produção de manteiga e queijo. Mas, para promover a agricultura e o turismo, eis o busílis da questão, era necessário desenvolver os transportes e a política de preços dos transportes.

Entretanto, uma outra fábrica, no Papa Terra, em Ponta Delgada, de Mariano Miranda, surge num anúncio publicitário de 1939. Em 1940: *'Mariano Miranda.<sup>165</sup>* São introduzidas melhorias nas fábricas existentes. A partir desta altura, vamos ter que nos apoiar na tradição oral e nos Almanques e Anuários.

É de cerca de 1938, segundo o filho do dono da fábrica António Pontes, no início da rua do Tornino de Baixo, n.º 4 (Rua Madre Teresa da Anunciada, n.º 4), na Ribeira Seca<sup>166</sup>. Isto, traduz uma dinâmica local anterior e posterior à ameaça.

Numa nota detalhada intitulada Produção de diversos géneros agrícolas no Distrito de Ponta Delgada no ano de 1951-1953, dá-se conta de que, em 1913,

existiam perto de 50 cultivadores; em 1949, 37; em 1950, 40; em 1951, 44; em 1952, 43; e em, 1953, 62. No entanto, nesta mesma nota, vê-se que o chá não era o produto mais valioso ou aquele que ocupava maior área.<sup>167</sup> Para uma melhor perceção do que afirmámos, aconselha-se a leitura do trabalho de outro seminário.

Se dúvidas restassem acerca da reação ou continuação dos projetos dos produtores locais para além da década de trinta, vejamos os exemplos seguintes. Em finais de outubro de 1941, a fábrica Visconde Faria e Maia, que laborara até então em condições menos vantajosas na cidade de Ponta Delgada, recebe autorização legal do Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada para se deslocalizar para a Quinta do Tanque, no Cabouco, Lagoa<sup>168</sup>. É provável que já lá estivesse antes, pois uma reprodução fotográfica de 1941, a estar correta, já a dá no Cabouco<sup>169</sup>.

Existiam 17 fábricas registadas oficialmente até 31 de dezembro de 1949<sup>170</sup>. Diz, exatamente, assim: *'Estabelecimentos Industriais sujeitos a registo do Trabalho Industrial Registados até 31-12-1950/Fábricas de Chá.'*

Até melhor prova, não devemos atribuir este elevado número de fábricas de 1949 a um aumento no número das mesmas de 1930 a 1949 - seria uma consequência do aperto no registo oficial obrigatório das existentes. Ou em condições de existir. Tratava-se de fazer cumprir a lei de 1922? É provável. De 1930 para 1949, há uma diferença de 7 fábricas.

#### 9.º TEMPO: DOS AVISOS AO DECLÍNIO (1960-1984);

O primeiro aviso conhecido vem de um homem da terra, Amâncio Faria e Maia, o produtor de Chá Porto Formoso. Já em 1959, ou em ano anterior ou posterior. Mercado Comum. Incertezas. Pelo que se deve ler este trabalho com atenção redobrada. Escreve ele: *'sucede presentemente que o preço de custo do*

<sup>165</sup> Almanaque Açores para 1941, 34º ano de publicação, coordenado por Manuel Joaquim de Andrade, Propriedade da Livraria Editora Andrade, Angra do Heroísmo, 1941, p. 15

<sup>166</sup> Testemunho de António Manuel Machado Rocha Pontes, 72 anos, 4 de Junho de 2013.

<sup>167</sup> Grémio da Lavoura do Distrito de Ponta Delgada, Relatório, Balanço e Contas da gerência, 1952-1954, [s.p.]

<sup>168</sup> José Amaral, A Fábrica de Chá Visconde Faria e Maia, Quinta do Tanque – Cabouco, 2011, p. 28.

<sup>169</sup> Duarte Melo et al, Chá em S. Miguel. Cultura e Vivências, 2012, p. 36.

<sup>170</sup> Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. – 1.º Trimestre de 1951, pp. 205-215.

*quilo de chá, incluído nele uma renda da terra e juro de capital empregado na fábrica, é igual ou melhor do que os preços realizados por grosso. Calcula-se que o facto se deve à incerteza sobre as consequências da nossa participação no Mercado Comum, e ainda aos resultados do Plano de Fomento e política de salários (...).'*

Apela a um entendimento dos interessados, à união dos produtores: '(...) o que tudo terá de ser contrabalançado na medida do necessário pela conjugação dos esforços dos produtores agremiados (...).' A este respeito, aprofunda a questão:

Percebendo que a indústria se teria de modernizar, algo que Cabido referira 46 anos antes, escreveu: '(...) principalmente pela assistência permanente dos técnicos agrícolas, naturalmente indicados (...).' E, outro, 'bem como do financiamento, a prazo necessário, para libertar o armazenista do pesado encargo e risco de manter stocks consideráveis. A assistência comercial técnica é, pois, indispensável, e indicados estão para tal as casas especializadas.'<sup>171</sup>

Em suma, Amâncio, que fundara a fábrica Porto Formoso por volta de 1930, alertara para a falta de união dos produtores; a pequena dimensão das suas explorações, a pequena unidade fabril, a concorrência feroz entre todos. Não havia associação de produtores de chá como havia para os produtores de ananás.

Um segundo diagnóstico: Carter. No verão de 1966, R. W. Carter, provavelmente um 'tea broker' inglês, que veio, talvez a convite oficial, à ilha estudar as fábricas e o fabrico de chá, fala de 5 fábricas<sup>172</sup>. O relatório daquele mesmo ano de 1966, da sua autoria, especifica-nos as cinco.<sup>173</sup> Seja por que motivos fosse, o número de fábricas ativas descia na década de sessenta. Quais? Vejamos: 1 - Gorreana; 2 - Barrosa; 3 – Mafoma; 4 – Porto Formoso; 5 – Canto.

<sup>171</sup> Amâncio Machado de Faria e Maia, Esboço Histórico da Indústria Agrícola do chá em S. Miguel, Insulana, vol. XV, ICPD, 1959, p. 431

<sup>172</sup> The Argus (Melbourne, Vic. : 1848 - 1957), Saturday 4 September 1948, page 3: "However high prices soared in the event of the Government removing the tea subsidy, I believe that when rationing ends there will be an enormous rise in Australia's consumption of tea," said Mr R. W. Carter, an English tea broker yesterday. Mr Carter, who arrived from Calcutta in the Talma yesterday, said that in India consumption of tea had risen from 70 million lb in 1938 to 180 million last year. (...) Mr Carter

Em relação ao Inquérito de 1964, desaparece (ou não menciona) a fábrica do Visconde Faria e Maia.

Como ponto de discussão, Carter lança 5 hipóteses:

1- *A continuarem as plantações no estado de então, os produtores lucravam pouco e iriam preocupar-se constantemente com a falta de mão-de-obra. Estava-se, é bom esclarecer, num período de forte emigração para o estrangeiro e de ida para os diversos cenários da guerra colonial. Isto seria a continuação da decadência.*

2- *Acabavam com as plantações e mudavam para outra cultura. Seria uma pena depois de tantos anos e de tantos esforços.*

3- *Cada um por si, cada um gastava um capital considerável na replantação com melhores variedades de chá e no reequipamento das fábricas com maquinaria moderna. O custo individual seria proibitivo não se justificando pela pequena extensão de terra plantada.*

4- *Obtenção de um plantador experimentado para ensinar os princípios modernos de cultivo e fabrico. Poderia ser um primeiro passo a dar.*

5- *Obter este conhecimento de fonte externa e conseguir meios de financiar os melhoramentos. Parece-lhe a melhor solução. (p. 6)*

Acha que, para que a 'cultura do chá venha a ter uma posição comercial atualizada é urgentemente necessário o conhecimento das técnicas modernas e que atualize a maquinaria das fábricas.' (p. 4) Se se fizer isso, repete-se, 'não há razão para o chá de S. Miguel não ser tão bom ou melhor do que o fabricado, por exemplo, em Moçambique.' (p. 4). Em 1988, o panorama das fábricas de chá ficou reduzido à fábrica da Gorreana.

has brought his wife, who was a Sydney girl, and two small daughters (...).' A ser este RW Carter de 1948 o mesmo que o nosso de 1966, estamos perante um 'tea broker' inglês experimentado nos chás da Índia e do Pacífico e Austrália em 1948. Com filhos pequenos em 1948, setembro, é provável que, 18 anos depois, fosse o mesmo que visitou as 5 fábricas de chá d S. Miguel. Devo esta nota à Dr.ª Maria de Lurdes França.

<sup>173</sup> R.W. Carter, Relatório de uma visita às plantações de chá no verão de 1966, Serviços de Desenvolvimento Agrário de S. Miguel.

10.º TEMPO: DE RECUPERAÇÃO E ESPERANÇA (1984-2000)

Entretanto, os serviços oficiais começavam a movimentar-se. Segundo Artur Magalhães informa, já em 1984 os Serviços de Desenvolvimento Agrário, na boa tradição e pegada da SPAM, “(...) com o objetivo de fomentar a cultura do chá em S. Miguel, que desde há anos atrás se encontrava em manifesto declínio, decidiu tentar a recuperação da cultura através da introdução de novas técnicas.”<sup>174</sup> Prossegue a nota, dando-nos conta que ‘os trabalhos tiveram início em 1984, com a limpeza da zona cedida para o efeito, inclusivamente a poda, com vista a resultados na campanha de 1985.’

Artur Lúcio Fernandes Magalhães, de Moçambique, onde fora, durante quatro décadas, gerente de fábricas de chá, veio para S. Miguel depois da descolonização. Teve de fazer um estágio e um relatório de estágio para poder aceder à categoria de técnico auxiliar. Ele é o homem que faz a ligação a Moçambique<sup>175</sup>.

Em finais de janeiro de 1988, foi plantada pela primeira vez, no Posto Agrícola da Ribeira Grande, (hoje Iroa; situa-se na rua do Rosário, freguesia Matriz) ‘a primeira parcela da variedade Índia.’ (p. 142) Em 1990, foi a vez de experimentar as Sete Cidades e o Chá Canto (na Conceição, da Ribeira Grande).’ Nos anos oitenta foi introduzida a colheita mecânica<sup>176</sup>.

11.º TEMPO: TEMPO DO CHÁ FAZ BEM À SAÚDE

Os Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha de São Miguel, desde então, têm campos experimentais na área da Ribeira Grande e nas Sete Cidades com chá de origem da Índia. Que produzem e mandaram experimentar laboratorialmente, conforme relatório apresentado em congresso internacional

<sup>174</sup> Artur Magalhães, Relatório de estágio do curso técnico auxiliar de agricultura, Ponta Delgada, 1993, p 146.

<sup>175</sup> Testemunho de Clara Estrela Rego, 17 de junho de 2013.

<sup>176</sup> Maria Inês Mansinho, Plantações de chá em São Miguel: continuidade e mudança, in Sulco, Mannheim, Deere & Company, vol. 22, (1993-1994), n.º 89, pp. 23-24.

em 2011<sup>177</sup>. Hoje, segundo a engenheira Clara Estrela Rego, junho de 2013, também está em Santana, Ribeira Grande.

O que se sabe é que, em 2013, graças ao fim da associação de culturas (menor espaço entre regos de chá onde se aproveitava para cultivar outras novidades), graças à seleção genética de chazeiros (pés de camélia sinensis), da poda mecânica, da apanha mecânica, chega-se a apanhar no mesmo período 9 a 11 vezes, conforme o tempo, e da mecanização em geral, alegam produzir 2000 kg por hectare<sup>178</sup>. Antes apanhava-se 3 a 4 vezes no ano entre abril e setembro.

Falamos de 2012. São produzidos anualmente, segundo vem num periódico local, 50 toneladas distribuídas, 32 toneladas pela Fábrica Gorreana e, pela Fábrica Porto Formoso, entre 12 e 14. É também e essencialmente um produto turístico. No caso da Gorreana, 47% da produção destinou-se em 2012 ao mercado açoriano, trinta e tal por cento ao continental e o restante ao estrangeiro. Em relação ao estrangeiro, a França destacou-se, seguida da Alemanha. No caso da Fábrica Porto Formoso, 60% das vendas ocorrem na própria loja da fábrica. O restante nos Açores e em lojas *gourmet*<sup>179</sup>.

Mário Moura, março 29

---

**19. PATRÍCIA KONDO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL**

TEMA 2.1. HISTÓRIA SOCIAL, POLÍTICA E A EXPANSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ORIENTE, PATRÍCIA ELISA KUNIKO KONDO KOMATSU. – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ao contrário do que imaginam alguns, podemos afirmar que a língua portuguesa se encontra numa fase de expansão no Oriente. Destacamos aqui

<sup>177</sup> C. Rego, L. Paiva, E. Lima, J. Batista, Experimental study of the processing conditions effects on the azorean theanine content from camellia sinensis, International Food Congress, Novel approaches in food industry, NAFI 2011.

<sup>178</sup> Testemunho José António Pacheco, Fábrica de Porto Formoso, 11 de maio de 2013.

<sup>179</sup> Produzidas 50 toneladas de chá por ano em São Miguel, Açoriano Oriental, 14 de maio de 2013, p. 13.

três territórios linguísticos onde a língua portuguesa marca sua presença: Japão, Macau e Timor-Leste.

É interessante notar que esses territórios têm uma história de contatos com a língua portuguesa que remonta ao século XVI. No entanto as razões da expansão atual é bem outra, envolvendo outros atores, ainda que os territórios sejam basicamente os mesmos. No Japão, são poucos os vestígios que ficaram dos tempos em que Nagasáqui era um porto lusitano e a religião católica ali vicejava. Mas ainda é possível ouvir-se o português sendo falado nas ruas de Tóquio, principalmente pelos imigrantes brasileiros (decasséguis), que com suas famílias constituem um grupo de falantes do português bastante significativo.

Em Macau, assim como na China Continental, a procura pelo aprendizado da língua portuguesa vem crescendo, graças ao interesse do Governo chinês, que está apostando no comércio com os países de Língua Portuguesa, como o Brasil e os PALOP – considerados um mercado promissor.

O Timor-Leste, por sua vez, é uma jovem nação (2002) que tem o português como uma de suas duas línguas oficiais, ao lado do tétum, ambas garantidas pela Constituição. A partir daí, uma interessante política de revitalização da língua vem sendo implementada, contando com a colaboração de Portugal e do Brasil.

### 1. Japão

Em 1549, seis anos depois da chegada dos comerciantes portugueses, o missionário jesuíta Francisco Xavier desembarcava no Japão no porto de Kagoshima, ao sul do Japão, na região de Kyûshû. Para se ter uma ideia da abrangência do projeto evangelizador da Companhia de Jesus, vale a pena lembrar que naquele mesmo ano, também chegava à Bahia como parte da comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, um grupo de jesuítas chefiado pelo padre Manoel da Nóbrega que teria grande influência na colônia americana.

Naquele momento, o Japão vivia um período de construção nacional com o fim das guerras feudais; enquanto o comércio com a China havia sido

interrompido por causa dos ataques de piratas denominados *wakô*. Daí a janela de oportunidade que os portugueses não deixaram de aproveitar em termos comerciais. Dessa maneira, juntamente com o comércio vem a religião católica, provocando profundo abalo na vida espiritual dos japoneses, que até então haviam se limitado aos ensinamentos religiosos orientais, como o xintoísmo, budismo e confucionismo. Mesmo o islamismo, prática religiosa que teve origem no Médio Oriente e atingiu a Índia e partes do sudeste Asiático não chegou até as ilhas japonesas, daí a estranheza que pode ter causado nos primeiros tempos a religião cristã no Japão.

*Seis anos depois da chegada dos primeiros lusitanos a Tanegashima, precisamente a 15 de agosto de 1549, dia da Ascensão de Nossa Senhora, desembarcavam no porto de Kagoshima, feudo de Satsuma, no extremo sul da ilha de kyûshû, de um junco chinês, três europeus em trajes até então não vistos no Japão: eram sacerdotes jesuítas, chefiados por Francisco Xavier, com suas batinas escuras. No começo do seu contato com os padres jesuítas, muitos nipônicos acreditavam que a nova religião vinda da Índia, representava uma nova seita do budismo. Alguns ouviram a pregação de Xavier e se converteram, julgando tratar-se o Cristianismo efetivamente uma nova seita budista. (Yamashiro, 1989:52)*

Em seguida, Francisco Xavier resolve se dirigir a Kyôto, centro do poder no Japão, para discutir com as maiores autoridades do país a sua missão religiosa. “Ele perspicazmente percebeu que o meio mais eficiente de difundir o Cristianismo entre o povo japonês era começar pelas altas esferas” (Yamashiro, 1989:52). De fato, ele consegue um prodígio de 1.000 conversões, com a ajuda de seus companheiros jesuítas e do primeiro cristão japonês, Paulo da Santa Fé, que encontrou Xavier pela primeira vez em Malaca e aprendeu o português em Goa, servindo de intérprete e guia nas andanças pelo Japão.

Nagasáqui, na costa oeste de Kyûshû, foi o porto escolhido pelos navegantes portugueses para fazer parte das rotas de comércio lusitanas. Assim, com o tempo essa cidade se tornou também a capital do Cristianismo no Japão.

O trabalho catequista dos jesuítas prossegue, ao mesmo tempo que se constroem novas igrejas, santas casas de misericórdia, escolas e seminários.

Por volta de 1580, o número de cristãos japoneses atinge 150 mil, contando com 200 igrejas. Para formar religiosos que auxiliassem na missão o padre Valignano cria um colégio em Macau, que na época era o principal centro do comércio lusitano no leste asiático. O colégio jesuíta de Macau foi inaugurado em 1593 e destinava-se a formar futuros missionários jesuítas que deveriam atuar não só no Japão como na China e Indochina.

Porém, em 1587, inesperadamente o poderoso daimyô Toyotomi Hideyoshi baixa um edito ordenando a todos os barões feudais que expulsassem os missionários católicos de seus domínios. No seu espírito surgiu a suspeita de que os sacerdotes estrangeiros, não somente visavam a conversão do povo japonês à religião cristã, como procuravam estabelecer o poder político lusitano e/ou espanhol nas ilhas nipônicas. Deve ter tido conhecimento do que aconteceu na Índia, Malaca e Filipinas.

Suspeita-se que, como tivesse terminada a campanha de pacificação de Kyûshû, contando com a colaboração de daimyôs cristãos, o potentado não precisasse mais do apoio dos padres jesuítas. Pode ter contribuído para esse desfecho também a intriga dos protestantes ingleses e holandeses, num prolongamento da disputa religiosa que fervilhava na Europa naqueles dias e, evidentemente, refletia a decisão calcada sobre interesses comerciais.

Mas, a pregação do evangelho não seria facilmente intimidada, prosseguindo e até se intensificando, apesar das medidas de repressão adotadas por Hideyoshi. Pois, além dos jesuítas, outros missionários católicos também partem para o Japão, como os franciscanos, dominicanos e agostinianos. Eles entram clandestinamente no país onde permanecem sob a proteção de devotos fiéis, escondendo-se em pequenas aldeias.

Entre intrigas e conflitos com o clero budista, de grande influência no Japão, causados sobretudo por diferentes visões de mundo, o Cristianismo começa a ser contestado. Pois: “Em seus fundamentados doutrinários, o

evangelho de Cristo é mais liberal do que as religiões tradicionalmente praticadas no país. A própria concepção de um Deus onipotente parece uma temeridade à mentalidade ultra feudal do xogunato, portanto, tal conceito representa séria ameaça à suprema autoridade absoluta do xogum” (Yamashiro, 1989:74). É nesse contexto que a 10 de agosto de 1622, cinquenta e cinco católicos foram crucificados ou executados à espada em Nagasáqui, no que ficou conhecido como o “grande martírio”.

Enquanto isso, na Europa, a Espanha entrava em guerra contra a Holanda, o que repercutiu em diversos pontos do mundo, inclusive no Brasil, com a invasão holandesa na Bahia e depois em Pernambuco (1624-54). Isso se deu porque naquele período, com a união dinástica entre Portugal e Espanha o Brasil ficava subordinado à política internacional ditada pela Espanha, que banuiu o comércio com os holandeses. Estes, por sua vez, fundam a Companhia das Índias Orientais para competir com comércio português no Oriente.

No Brasil e em Angola forças luso-brasileiras conseguem expulsar os holandeses, porém no Oriente os holandeses se saíram melhor, conseguindo conservar a sua feitoria de Dejima, em Nagasáqui, que fica subordinada ao governador-geral holandês sediado em Batávia (Jacarta). Iniciando-se para eles um período de prosperidade no Oriente, em detrimento dos portugueses. Acabam finalmente por conseguir a exclusividade sobre o comércio com o Japão. Lá permanecendo, mesmo durante o período de isolamento do país, período em que Nagasáqui passou a ser o único porto autorizado para o comércio com o Ocidente, enquanto os holandeses eram os seus únicos beneficiários. O comércio com o exterior se restringe ao máximo e as embarcações portuguesas são proibidas de entrar nos portos do Japão. Inicia-se assim o período denominado *sakoku* (país fechado), que duraria 260 anos. Quanto a religião católica, sob o regime da dinastia Tokugawa são tomadas medidas ainda mais rigorosas em seu prejuízo.

Com a expulsão dos missionários e comerciantes portugueses em 1639 os contatos foram interrompidos pelo menos até a Era Meiji (1868-1912). No entanto, fingindo seguir as práticas budistas, muitos japoneses cultuam secretamente a doutrina cristã para escapar da repressão.

Na clandestinidade, o catolicismo sobrevive no Japão dos Tokugawa, cultuado às escondidas, por famílias de algumas áreas de Kyûshû. E ressurgiu na era Meiji, com o fim do regime feudal e a instituição da liberdade religiosa. Mas, é preciso ver os acontecimentos no Japão no contexto das rotas do oriente. Macau, por exemplo, cidade portuária no sul da China, situada a pouca distância de Hong Kong, cresceu e prosperou com o desenvolvimento do comércio com o Japão. Os navios portugueses procedentes da Índia chegavam a Nagasáqui, passando por Malaca e Macau. Assim como, quando os jesuítas e seus seguidores são expulsos do Japão é em Macau que eles se refugiam.

### 1.1. O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Atualmente, são poucos os vestígios que permaneceram daqueles tempos em que Nagasáqui era um porto lusitano e a religião católica ali vicejava. A realidade agora é bem outra e o português que se ouve nas ruas de Tóquio é falada principalmente pelos imigrantes brasileiros (decasségus). Estima-se que haja por volta de 200 mil trabalhadores brasileiros no Japão, constituindo com suas famílias um grupo de falantes do português tão significativo quanto o de Macau ou mesmo Timor-Leste. Embora esse número seja flutuante, oscilando conforme a demanda por trabalhadores estrangeiros e as crises internacionais.

O que motivou o deslocamentos desse falantes do português para o Japão, a partir de 1980 foram motivos pessoais e a situação econômica por que passava o Brasil naquela década. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE):

*O principal fator a impulsionar a emigração, pelo lado brasileiro, foi a situação econômica adversa enfrentada pelo País no final da década de 1980 e início da de 1990. A busca por melhores condições de vida pautou o próprio perfil da nascente comunidade brasileira no Japão: tratava-se de população no auge da vida produtiva, que viajava com o objetivo de trabalhar, economizar e retornar ao Brasil em futuro próximo. Contudo, à semelhança da história de seus avós, que vieram para "fazer a*

*América" com a intenção de logo regressar ao país natal, muitos compatriotas terminaram por fixar-se no Japão. (Itamaraty, 2014)*

A partir daí, formou-se uma comunidade brasileira concentrada principalmente na região sudeste do Japão, onde se localizam as fábricas de algumas das principais montadoras japonesas de veículos, segundo o Itamaraty (2012) a distribuição dessa população é a seguinte em termos geográficos: Aichi (50.529 compatriotas), Shizuoka (29.668), Mie (13.324), Gunma (12.194) e Gifu (11.530). Essa comunidade, apesar de ser composta em sua maioria de descendentes de japoneses (nikkeis) emigrados para o Brasil a partir de 1908, não se encontra homogeneamente integrada à sociedade japonesa atual, possuindo suas necessidades e objetivos próprios. A educação dos filhos num ambiente bilíngue é apenas um dos problemas sensíveis enfrentados pelos brasileiros residentes no Japão. Pois,

*...dos 190 mil compatriotas residentes no Japão, cerca de 23% tem até 19 anos. Essa grande proporção de crianças e adolescentes traz desafios tanto para as famílias que pretendem retornar ao Brasil, pois precisam preparar esses jovens para ingressar em universidades e no mercado de trabalho do País, quanto para os que pensam em ficar no Japão, onde o domínio do japonês é fundamental. (Itamaraty, 2104)*

Portanto, essa comunidade tem necessidades linguísticas específicas que o poder local procura atender na medida do possível. Embora existam pelo menos 90 escolas dedicadas ao ensino bilíngue para os filhos de brasileiros, não há políticas públicas explícitas para atender às necessidades dessa população. O governo brasileiro abriu o "Escritório Experimental Casa do Trabalhador Brasileiro", em Hamamatsu, como uma iniciativa pioneira do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, com a seguinte finalidade de levar mais informação e apoio aos trabalhadores brasileiros que vivem no Japão.

*"Na Casa, os brasileiros encontram um atendimento individualizado, oferecido em português e podem esclarecer dúvidas sobre direitos e deveres*

*trabalhistas no Japão e no Brasil, programas de capacitação profissional, mercado de trabalho brasileiro e japônês ou serem encaminhados a serviços especializados no Japão” (MTE, 2014). Esse projeto também facilitará que o governo brasileiro se aproxime mais da comunidade de trabalhadores brasileiros no Japão, suas necessidades e conhecimento da legislação trabalhista. Essa iniciativa do governo brasileiro vem bem a calhar, num momento difícil para a comunidade de trabalhadores estrangeiros no Japão, pois muitos trabalhadores são obrigados a retornarem ao Brasil.*

*O número de trabalhadores brasileiros no Japão caiu 6,3%, ou 6.386 pessoas, com o mês de outubro de 2013, registrando 95.505 pessoas, anunciou o Ministério do Trabalho e Bem-Estar japonês. Além disso, os peruanos mostraram uma pequena queda de 0,3 % para até 23.189 pessoas. Estes números foram publicados em 31 de janeiro pelo ministério, o relatório é feito anualmente desde 2007, quando o governo japonês obrigou as empresas nacionais sempre informar quando contratam estrangeiros. De acordo com o ministério, no total, existem atualmente 717.504 trabalhadores estrangeiros, um aumento de 5,1% em relação ao mesmo mês de 2012. (Internacional Press, 2014)<sup>180</sup>*

Nesse contexto, o futuro dessa comunidade é incerto, uma vez que, a partir da crise internacional que teve início em 2007, o número de trabalhadores brasileiros no Japão está diminuindo.

*Os decasséguis, ou trabalhadores temporários, foram as primeiras vítimas dos efeitos da recessão no Japão. Dos 317 000 brasileiros lá instalados, estima-se que entre 38 000 e 51 000 terão de retornar ao Brasil até o fim do mês que vem. A premência da volta não é resultado apenas da perda do emprego, que deve atingir pelo menos 30 000 brasileiros até março, quando termina o ano fiscal japonês. Boa parte dos decasséguis vive com a família em apartamentos providenciados pelas empreiteiras que lhes arrumam trabalho – e que são responsáveis pelo repasse dos seus*

*pagamentos. Como elas descontam diretamente dos salários o valor dos aluguéis, com o fim do emprego e do ordenado os decasséguis perdem também o seu teto. (Magalhães, Revista Veja – 25/02/2009)*

Porém, mesmo com a crise internacional e a diminuição da demanda por trabalhadores estrangeiros no Japão, os brasileiros são a segunda maior força de trabalho estrangeira. Portanto, espera-se que com a superação da crise, esse número deva se estabilizar.

Quanto ao ensino do português no Japão, além dos cursos de português como segunda língua, há os cursos nas universidades de Sophia (Tóquio) e algumas Universidades Federais e de Línguas Estrangeiras (Tóquio e Osaka). No Japão, existem várias escolas dedicadas ao ensino dos filhos dos trabalhadores brasileiros.

Atualmente são cerca de 44 escolas brasileiras homologadas, 17 não homologadas e 11 parcialmente homologadas, segundo dados da Embaixada Brasileira no Japão, sendo que neste ano ocorreram diversas fusões de escolas devido a diminuição do número de alunos em decorrência do retorno de várias famílias para o Brasil. Sendo que nove escolas são reconhecidas pelo governo Japonês como miscellaneous school. (Sakamoto, 2012)

Mesmo assim, são muitas as dificuldades enfrentadas pelas crianças brasileiras residentes no Japão para dominar a linguagem num contexto de bilinguismo, falando português em casa e japonês na escola.

Nascidas de uma necessidade concreta, as escolas brasileiras não foram pensadas para enfrentar as muitas implicações de uma criança bilingue. As primeiras escolas brasileiras no Japão foram criadas para que os filhos dos trabalhadores tivessem um lugar para ficar, isto por que o fator trabalho/economia é o mais importante – é um pensamento que se irradia na comunidade. A escola cumprindo o papel da família no quesito cuidar.

Há casos de crianças brasileiras que passaram por essa experiência no Japão, cujos pais descendentes de japoneses que já tinham uma vivência de falar japonês em casa, mas falavam português na escola brasileira. No Japão, esse ambiente linguístico foi invertido – passaram a falar português em casa e japonês na escola.

Há diversas escolas brasileiras no Japão dedicadas aos filhos dos imigrantes brasileiros, mas muitos pais acabam por optar pela escola japonesa, uma vez que o curso é gratuito e seus filhos mais cedo ou mais tarde terão que enfrentar a sociedade japonesa e o contexto da cultura local.

A situação dessas crianças pode ficar ainda mais complicada, quando os pais são obrigados a retornar para o Brasil e enfrentar novamente a escola brasileira, num novo desafio social e cognitivo, como acontece com a família de alguns trabalhadores temporários brasileiros.

Do ponto de vista antropológico, o bilinguismo pode ser cultural, quando se domina as duas culturas ou bilinguismo com renúncia da própria identidade, quando se abandona a cultura da língua materna e se adota os valores culturais e sociais relacionadas à segunda língua (L2).

### 2.1. MACAU

Os navegantes portugueses alcançaram o sul da China, por volta de 1516, sendo que primeiro posto comercial foi estabelecido em Macau em 1557, como o primeiro porto a viabilizar regularmente o comércio oceânico entre a China e a Europa. A partir daí, tem início uma longa história de trocas de mercadorias, mas não só isso. Trocas culturais também ocorreram, inclusive com a introdução de uma nova língua e uma nova religião no contexto asiático. Seguiram-se quatro séculos de contatos ininterruptos, até a transferência de soberania de Macau para a República Popular da China (RPC) que se deu em 20 de dezembro de 1999.

Atualmente, respeitando a “Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau” que entrou em vigor na ocasião da transferência da administração portuguesa para a Região Administrativa Especial de Macau

(RAEM), vinculada à China, o português permanecerá como língua oficial, ao lado do cantonês, até o ano de 2049; embora seja falado apenas por uma minoria linguística. A questão é controversa, mas o fato é que a nossa língua é ali legalmente protegida e ensinada em respeito à legislação estabelecida. Assim, pode-se dizer que atualmente, *“a região vive uma fase de transição, em que o português volta a ganhar importância e, ainda que timidamente, a recuperar o seu espaço. Esse fato pode, em um futuro próximo, tornar Macau o grande centro difusor da língua portuguesa para toda a Ásia”* (SIPLE, 2014).

No século XVI, preocupados em ganhar os corações dos macaenses, os padres católicos não apenas se dispuseram a aprender a língua chinesa como também promoveram o ensino da língua portuguesa. A partir daí, desenrola-se um verdadeiro intercâmbio cultural entre a Ásia e a Europa. A fachada do Colégio de São Paulo é apenas um dos monumentos erguido nos primeiros tempos desse intercâmbio; ali em pé desde 1594 – sendo hoje uma das atrações turística mais visitadas da cidade de Macau.

Portanto, o ensino da língua portuguesa feito pelos jesuítas pode ser considerado como tendo sido bem-sucedido; ao menos até a expulsão desses religiosos, em 1762, decretada pelo Marquês de Pombal. O governo, por sua vez, passa a assumir o ensino em Macau somente a partir dos últimos anos do século XIX.

*“Por este período, é instituída uma escola de instrução primária elementar para os chineses. Neste contexto, haveria dois espaços que se desenvolveriam no futuro: um deles são os cursos de difusão da língua portuguesa e o outro, as escolas luso-chinesas”* (SIPLE, 2014).

Em nível universitário, o ensino da língua portuguesa a data de referência é 1980, quando foi fundada a Universidade da Ásia Oriental, hoje Universidade de Macau. Em 1990, foi aberto o Departamento de Estudos Portugueses, tornando-se um núcleo para a formação de professores de Português como Língua Não-Materna (PLMN). Mesmo assim, temos que reconhecer que a língua portuguesa em Macau é patrimônio de uma minoria.

## 2.2. PANORAMA ATUAL

Presentemente, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) comporta uma população de mais de 550.000 habitantes; dos quais 90 % são chineses ali nascidos e imigrantes provenientes da China Continental.

Entretanto a cidade guarda uma configuração sociopolítica e cultural *sui generis* em função da presença da comunidade portuguesa, historicamente no território desde o século XVI; além de imigrantes vindos mais recentemente das Filipinas, da Tailândia e Rússia; assim como de países africanos lusófonos (PALOP). Em contrapartida, a miscigenação entre portugueses e asiáticos deu origem a uma comunidade multiétnica que são os popularmente conhecidos como os “filhos da terra”.

*Há a comunidade macaense, descendentes de portugueses e asiáticos, principal grupo de usuários de uma variante local do português (Baxter, 2009) e que são também falantes de Cantonês. Há a comunidade portuguesa – a mais expressiva –, a de Goa, Damão e Diu, as dos PALOP cuja base é norma europeia, e um pequeno grupo de falantes nativos da norma brasileira. (SIPL, 2014)*

Além disso, como herança do período da administração portuguesa, há um significativo número de chineses que trabalham no setor público, sendo que muitos deles estudaram em escolas cuja língua veicular era o português. Embora, nas interações cotidianas o português tenha perdido o seu papel como veículo de comunicação, a procura pelo seu aprendizado vem crescendo na China continental e em Macau, graças ao interesse do Governo chinês, que está apostando no comércio com os países de Língua Portuguesa, como o Brasil e os PALOP – considerados um mercado promissor.

Nesse contexto, o conhecimento da língua portuguesa pode ser uma vantagem para os interessados em entrar para o mercado de trabalho. Pode-se mesmo dizer que Macau tornou-se uma ponte entre a China e os países de língua portuguesa; inclusive tendo o Brasil, como porta de entrada para os países do

Mercosul; Portugal, como porta de entrada para os países da Comunidade Europeia e, não menos importantes: os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, como porta de entrada para o continente africano.

## 2.3. PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Segundo a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPL, 2014), as instituições dedicadas ao ensino da língua portuguesa em Macau são as seguintes:

### **Instituições em que o português é língua veicular:**

- *Escola Portuguesa de Macau;*
- *Seção portuguesa de duas escolas oficiais da RAEM – as escolas Luso-Chinesas – uma escola primária e uma escola secundária;*
- *Licenciaturas e Mestrados do Departamento de Português e uma Licenciatura da Faculdade de Direito da Universidade de Macau;*
- *Curso de Tradução do Instituto Politécnico de Macau;*
- *Curso de Administração Pública do Instituto Politécnico de Macau;*
- *Cursos de licenciatura da Universidade Aberta da Ásia Oriental.*

### **Instituições em que o português está restrito apenas à sala de aula como disciplina de LNM:**

- *Departamento de Português da Universidade de Macau e Instituto Politécnico de Macau – que oferecem cursos de PLNM para toda a comunidade acadêmica;*
- *Universidade São José;*
- *Escolas oficiais da RAEM – as escolas Luso-Chinesas – do Jardim de Infância ao Secundário;*
- *Instituto Português do Oriente;*  
*Instituto de Formação Turística;*  
*Centro de Difusão de Línguas da Direção dos Serviços de Educação e Juventude; e várias escolas particulares, que recebem subsídios do governo quando incluem o português em seus currículos, ainda que como língua de opção.*

## 3. TIMOR-LESTE

O contato dos europeus com as populações que habitavam a ilha de Timor data igualmente do século XVI – no mesmo contexto em que se deu o comércio com a China e o Japão. Sendo que o que buscavam ali os comerciantes era o sândalo, salúífero e cheiroso, que acabou por ser celebrizado nos versos de Camões:

*Ali também Timor, que o lenho manda  
Sândalo, salúífero e cheiroso;  
Olha a Sunda, tão larga que ùa banda  
Esconde pera o Sul dificultoso,<sup>181</sup>*

O comércio dessa árvore aromática foi bastante explorado, principalmente como mercadoria a ser renegociada com os chineses Segundo Oliveira (2014:30):

*enquanto os comerciantes portugueses praticavam a exploração daquela madeira exótica, muito valorizada na China, onde era utilizada na confecção de móveis e artefatos de luxo; missionários católicos se estabeleciam no arquipélago, difundindo o cristianismo e ensinando a língua portuguesa. “Ao longo do tempo, a exploração sem critérios resultou na quase extinção das árvores de sândalo. Porém, a língua portuguesa e a religião católica permaneceram.*

Colocando-se no espaço simétrico entre dois grandes oceanos, o Pacífico e o Índico, Timor-Leste faz fronteira terrestre com a Indonésia a oeste; enquanto, ao sul, possui uma extensa fronteira marítima com a Austrália. Seu território consiste na metade de uma ilha contando apenas 18.899 quilômetros quadrados de extensão – aproximadamente do tamanho de Sergipe (21.852 km), um dos menores estados brasileiros. Entretanto, apesar de sua pequenez, Timor-Leste é, por natureza, um território muito diversificado, quer do ponto de vista linguístico, quer do ponto de vista cultural.

181 Camões, *Os Lusíadas*, Canto X, 134, 1927, p.484.

Geograficamente falando, “*Timor é de origem vulcânica. A ilha integra o chamado 'Anel de Fogo', área de intensa atividade sísmica que bordejia os países banhados pelo Pacífico. Nas suas proximidades há uma fossa oceânica ativa*” (Waldman, 1997, p. 28). Assim, o país enquadra-se no denominado sudeste Asiático, enquanto do ponto de vista étnico e cultural apresenta mais semelhanças com as ilhas vizinhas da Melanésia, o que o colocaria na Oceania.

Também eram vários os grupos etnolinguísticos, que devido ao terreno acidentado, pouco se comunicavam entre si.

*“Nestes 'nichos ecológicos', 'compartimentos territoriais' fechados em maior ou menor grau, se estabeleceram diversas populações em fluxos sucessivos ao longo de milhares de anos. O vínculo desta diversidade ambiental com a cultural é indiscutível”* (Waldman, 1997, p. 29).

A grande quantidade de línguas nativas ali faladas, tornou ainda mais difícil o contato entre a população e os comerciantes portugueses. Sendo que, alguns grupos permaneceram isolados nas montanhas, manifestando grande apego ao lugar em que habitavam.

*“O leste-timorense, em princípio animista, situa-se no Universo de acordo com determinadas tradições (transmitidas oralmente), com os antecedentes ou antepassados míticos do grupo, com uma série de forças ou espíritos e com um forte sentimento de pertença ao seu grupo”* (Marcos, 1995:16, in: Costa, 2012:22).

Com todas essas dificuldades de mobilidade e comunicação,

*Portugal demorou a implantar um plano de colonização efetivo em Timor. A distância da metrópole, a falta de colonos, de recursos e o fato de ter sido uma colônia administrada por outra colônia (Goa e depois Macau) são alguns dos motivos para essa*

*demora. O fato é que Timor sempre foi uma colônia deficitária e, conseqüentemente, muito onerosa para Portugal. Podemos dizer que Timor só não ficou completamente abandonado graças aos missionários, que se estabeleceram na ilha por volta de 1556. A partir daí deram-se os primeiros contatos dos timorenses com a religião católica. (Costa, 2012:12)*

Nos 300 anos que se seguiram, a concorrência entre portugueses e holandeses pelo domínio do comércio de sândalo veio a reforçar a divisão entre os dois grandes blocos étnicos – o que acabou por resultar no arranjo geopolítico hoje estabelecido: a parte oriental da ilha, ex-colônia portuguesa, constitui atualmente a República Democrática de Timor-Leste (RDTL); enquanto a parte ocidental se integrou à Indonésia, logo após a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, ao longo do período colonial não foi fácil a penetração da língua portuguesa no interior da ilha de Timor. Pode-se dizer que a religião católica foi mais bem-sucedida em sua disseminação na sociedade timorense do que a língua vernácula. Na verdade a língua portuguesa era falada, predominantemente, por uma elite ligada à administração portuguesa cujos filhos estudavam em seminários ou escolas mantidas pela Igreja Católica.

Infelizmente, no momento em que Portugal propunha a descolonização, a Indonésia invade o território, chegando mesmo a proibir a difusão do idioma. A partir daí, desenha-se uma verdadeira política de engenharia linguística. Além de abrir uma universidade de língua indonésia, foi montado um aparato de comunicações de massa, exibições de filmes, jornais, rádio e televisão.

Ao mesmo tempo que aplicavam a sua estratégia política linguística os indonésios faziam tudo para discriminar e erradicar toda mídia que não fosse em Bahasa indonésia. Os livros encontrados em Díli durante o período de ocupação eram escritos em língua indonésia, suprimindo as necessidades curriculares de as crianças, que eram obrigadas a frequentar as escolas indonésias. É evidente que, juntamente com a língua vinha toda uma ideologia, num invólucro de modernidade, que para os timorenses era uma grande novidade.

Por outro lado, os timorenses também tinham as suas estratégias linguísticas para fazer frente ao genocídio cultural, “a destruição resultante da invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transformação numa arma eficiente de defesa e de resistência”. Os líderes da resistência timorense escolheram como Língua Nacional de Timor a Língua Portuguesa. É aí que entra a astúcia política dos timorenses, pois, como bem coloca Benjamin Abdala:

*A língua do antigo colonizador tornou-se, assim como o catolicismo, nessa ambiência de marcada polarização política, veículo de expressão libertária contra o genocídio físico e cultural promovido pela ditadura indonésia, que invadiu o país em 1975. [...] Expressar-se em português no Timor Leste, nesse sentido, tornou-se símbolo de identidade nacional dos mauberes e um índice de subversão para a repressão política indonésia, que chegou a proibir até o ensino da língua portuguesa nesse país.” (Abdala, in: Garmes, 2004:104)*

Com relação à população em geral, pode-se dizer que a política linguística dos indonésios foi bastante eficiente, fundando uma universidade de língua Bahasa indonésia, introduzindo os seus currículos nas escolas do ensino elementar e médio, difundindo a língua indonésia através de modernos meios de comunicações.

*É óbvio que 24 anos de ocupação indonésia constituíram uma ruptura significativa nos 500 anos de História de contatos europeus [...] Através da linguagem, especialmente, e em consequência do sistema escolar indonésio, os habitantes de Timor-Leste foram esclarecidos acerca da sua identidade indonésia. Escusado será dizer que a História de Timor foi, sem transição, incorporada na História nacional da Indonésia. [...] escusado será dizer que o encerramento da última escola portuguesa em Díli, no rescaldo do massacre de Santa Cruz, em novembro de 1991, o português se tornou uma língua proibida. Efetivamente, sob o regime indonésio, o Bahasa indonésio tornou-*

*se oficializado e língua franca, pelo menos entre os timorenses e não timorenses (Gunn, 2001:22).*

Ao que tudo indica, não fosse a reviravolta política que estaria reservada para o final da década de 90, a situação parecia estar consumada; transformando-se na 27ª. “província” indonésia, conforme os planos de Jacarta, Timor Leste era obrigada a aceitar todo o aparato administrativo e político da Indonésia, além de incorporar os códigos de comportamento e a ideologia do regime. Por exemplo,

Outra forma de resistência cultural encontrada pelos timorenses foi uma ampla difusão do tétum como língua franca entre as populações; *“o tétum é um fator de coesão, de identificação, o que em tempos remotos não acontecia; as pessoas não falavam tétum porque não tinham o costume de se deslocar. Ironicamente, a guerra trouxe, de certa forma, uma união, pois devido a ela houve mais deslocamentos de pessoas, que tinham que se comunicar entre si e para tal tiveram que aprender o tétum”* (Costa, 2012:47).

Além disso, o tétum também passou a ser utilizado como idioma litúrgico nas missas em todo o território timorense. Esse fato acaba por fortalecer o português como língua de referência – uma vez que o tétum é uma língua em estreito contato com o português, de onde retira a maioria dos termos técnicos e neologismos. Em Timor, diferentemente da maioria dos países coloniais, as marcas culturais do colonizador terminaram objeto de requalificação positiva. Além do catolicismo, a língua portuguesa, virtualmente proibida pelos invasores indonésios, teve seu papel realçado nas lutas de resistência, constituindo a “língua oficial” de Timor-Leste.

São comuns, no seio do povo, nomes e sobrenomes de origem lusitana. Patronímicos como Muniz, Pereira, Lobato, Mendes, Pires, Costa, Gusmão, Silva, Sousa, Coutinho, Gonçalves, Amaral, Mendonça e Araújo estão largamente disseminados na população. O português constitui-se tradicionalmente no idioma dos segmentos instruídos e das camadas urbano-cristianizadas do país. Foi a língua mais utilizada nos informes da resistência em uma das que os timorenses utilizam em seus contatos com o mundo.

*“Para plena satisfação dos que prognosticam para o português um papel linguístico de certa importância no contexto da “globalização”, a resistência maubere tem insistido no papel central da língua portuguesa em um Timor-Leste independente. O português atuaria como um dos mais tenazes suportes da identidade nacional timorense, diferenciando-o dos milhões de falantes do Bahasa na Indonésia/Malásia e do inglês em muitos dos países próximos”* (Waldman, 1997:36).

Ramos-Horta, por sua vez, que acabara de ganhar o Prêmio Nobel da Paz, declarava em 1996:

*“defendemos a reintrodução do português como língua oficial porque ainda há milhares de timorenses que falam o português e porque Timor-Leste simplesmente não poderia sobreviver como indenidade específica sem o português. É o português que garante a identidade de Timor-Leste, é o português que nos diferencia da região, é português que nos permite comunicação, ligação e solidariedade com um espaço maior, que é o espaço lusófono”* (Folha de São Paulo, 21/10/1996, in: Waldman, 1997:37)

O escritor timorense Luís Cardoso, também, tem opinião semelhante quanto à escolha da língua portuguesa como língua oficial da República Democrática de Timor-Leste:

*“É uma questão político-estratégica para Timor. Um Estado falar português é mais vantajoso do que falar Bahasa politicamente. Isso permite manter uma identidade e a coisa mais correta que se fez foi isso. Não é do ponto de vista saudosista, como muitos portugueses pretendem fazer crer, “eles gostam de nós, têm saudades de nós”. Não! Os timorenses, quando escolheram, sabiam por que queriam aquilo, porque queriam a língua portuguesa. Do ponto de vista de sobrevivência do Estado timorense, foi o melhor que se podia fazer. Se tivesse utilizado a língua inglesa, também seria pior, porque a Austrália estava ali ao*

*lado, passado o tempo e Timor ainda não tinha essa identidade.*  
(Entrevista, em Costa, 2012, anexos)

Da mesma maneira que os brasileiros, os angolanos e os moçambicanos chegaram ao ponto de desenvolver sua própria versão da língua portuguesa;

*“Em Timor, devemos chegar a esse ponto, mas isso exige um tempo. Eu acho que deve-se andar num sentido em que o tétum e o português, que já está a se fazer agora, caminhem para um ponto de comunhão.”*  
Como já vem acontecendo: *“O tétum que se vai falar em Timor é um tétum com uma grande quantidade de vocábulos portugueses. E por que não podemos falar um português, digamos assim, tetunizado?”*  
(Cardoso, in: Costa, 2012)

Luís Cardoso sente-se mais confortável escrevendo em português. A língua portuguesa tem um significado especial para ele. *“Foi um gosto especial que fui criando: eu fui alimentando isso ao longo dos anos, e agora tive uma oportunidade e comecei a escrever.”*

Assim, ele manifesta uma relação afetiva muito grande como o idioma:

*“É como se estivesse casando com a língua portuguesa, quer dizer foi uma escolha minha pessoal. A gente casa com quem a gente quer e eu casei-me com a língua portuguesa embora eu consiga dizer que minha materna é o tétum, mas a língua portuguesa é a língua com a qual eu me casei”.* (Idem)182

Para D. Carlos Filipe Ximenes Belo, bispo de Díli nos tempos da resistência timorense, a língua portuguesa foi ao mesmo tempo uma janela para o mundo e um fator de preservação da identidade nacional:

*Num mundo globalizado, o atual panorama da existência de 4 línguas em Timor (Tétum, Português, Inglês e Bahasa Indonésia), é enriquecedor e vantajoso. Pois cada Língua é uma janela aberta*

*para o Mundo. Por outro lado está o orgulho da preservação da própria identidade nacional. E aqui vale a mensagem do Poeta: “A minha Pátria é a minha língua” (Fernando Pessoa) (Notícias sic – para notícias da AICL – Colóquios da Lusofonia. Em 08-03-14)*

Portanto, Timor-Leste é um caso especial: a jovem nação resultou de um doloroso processo de independência, iniciado em 1974, acabando por optar pelo português como uma de suas duas línguas oficiais, ao lado do tétum, ambas garantidas pela Constituição. Não obstante, o país não é uma caso isolado de ocorrência do português no Oriente. Timor-Leste também é membro integrante da CPLP desde 2002. A partir daí, uma interessante política de revitalização da língua vem sendo implementada, contando com a colaboração de Portugal e do Brasil.

Como vimos no caso de Macau, Japão e finalizando com Timor-Leste, com base na história social antiga e recente e os dados populacionais sobre esses três territórios linguísticos, podemos dizer que a língua portuguesa continuará tendo, num futuro próximo, seu espaço de destaque nesse espaço emergente que é o leste Asiático.

#### 4. Referências Bibliográficas

- Abdala, Benjamin (2004) “Timor, nos horizontes da língua portuguesa”, In: GARMES, Hélder (org.). *Oriente, engenho e arte*, Coleção Atlântica. São Paulo: Alameda.
- Costa, Leticia Villela Lima (2012) *Metáforas do mosaico: Timor Leste em Ruy Cinatti e Luís Cardoso*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo na área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP.
- Gunn, Geoffrey (1999) C. *Timor Loro'Sae: 500 anos*. Macau: Livros Oriente.
- Martins Janeira, Armando (1970) *O impacto Português sobre a civilização japonesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Sakamoto, Tarô (1965) *Nippon-shi (História do Japão)*, Tóquio: Editora Yamakawa.
- Oliveira, Edson Luiz (2014) *A nascente literatura de língua portuguesa em Timor-Leste*. São Paulo: FFLCH-USP (inédito).
- Yamashiro, José (1989) *Choque luso no Japão dos séculos XVI E XVII*. São Paulo: IBRASA.

182 Entrevista com Luís Cardoso, concedida à Leticia Villela da Costa, Oeiras, Portugal, junho de 2011, (anexos) in: Costa, 2012.

Waldman, Maurício/SERRANO, Carlos (1997) *Brava gente de Timor, a saga do povo maubere*. São Paulo: Xamã Editora.

## 5. SÍTIOS NA INTERNET

SIPLE (2014) – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira. Disponível em: [http://www.siple.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=149:6-o-ensino-da-lingua-portuguesa-em-macauchina-fatos-e-perspectivas&catid=53:educacao-1&Itemid=91](http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=149:6-o-ensino-da-lingua-portuguesa-em-macauchina-fatos-e-perspectivas&catid=53:educacao-1&Itemid=91) em: 12/03/14.

International Press (2014) “Trabalhadores brasileiros no Japão reduziram 6,3% em 2013”. Disponível em: [http://www.ipcdigital.com.br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Trabalhadores-brasileiros-no-Japao-reduziram-6-3-em-2013\\_06022014](http://www.ipcdigital.com.br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Trabalhadores-brasileiros-no-Japao-reduziram-6-3-em-2013_06022014). Acesso em: 19/03/14

MTE - Escritório Experimental Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu – [http://www3.mte.gov.br/casa\\_japao/](http://www3.mte.gov.br/casa_japao/)

Magalhães, Naiara. “Desemprego interrompe o sonho decasségui” Revista Veja, edição 2101, 25/02/2009. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/250209/p\\_062.shtml](http://veja.abril.com.br/250209/p_062.shtml), acesso: 19/03/14

Ximenes Belo, Carlos Filipe Bispo (2014) A Língua Portuguesa em Timor-Leste. Disponível em: Notícias sic – para notícias da AICL – Colóquios da Lusofonia, em 08/03/14.

Ministério das Relações Exteriores. Blog Diplomacia Pública. Laços de amizade, confiança e respeito: a comunidade brasileira no Japão. Disponível em: <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/21-temas-consulares/36-a-comunidade-brasileira-no-japao>

## 20. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, PORTUGAL

### TEMA 1.8 LÍNGUAS DE USO E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MACAU, PERPÉTUA S SILVA CIES/INVESTIGADORA ISCTE-IUL/ DOCENTE NA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – I. P. SANTARÉM

#### 0. RESUMO:

Em Macau a língua de uso corrente mais falada é o cantonês não sendo a língua portuguesa uma língua de uso generalizado e encontrando-se, aparentemente, em posição pouco vantajosa quando considerado o peso das outras línguas em presença no território.

Contudo, como é amplamente conhecido, o número de estudantes de português aumentou significativamente após a transferência do exercício de

soberania e na China Continental é cada vez maior o número de instituições de ensino superior a apresentar o português na sua oferta de formação.

Procuraremos dar a conhecer os espaços, as situações e a frequência de utilização da língua portuguesa em Macau na atualidade, considerando, também, a percepção que os aprendentes, maioritariamente de origem chinesa, têm quanto à posição do português no panorama linguístico regional.

#### 1. INTRODUÇÃO

Desde a constituição de Macau como Região Administrativa Especial da República Popular da China, em 1999, que a temática da língua portuguesa naquela Região tem vindo a conhecer um interesse crescente – não obstante o seu número de falantes maternos, ou como primeiro língua, ser diminuto sendo a língua de uso corrente mais usada o cantonês e encontrando-se o português, aparentemente, em posição pouco vantajosa quando considerado o peso de outras línguas em presença no território.

São vários os fatores que têm levado a que cada vez maior número de indivíduos procure aprender o português, em Macau e na China, sendo as razões de ordem económica e o valor percebido quanto à utilidade da língua em contextos mais alargados as principais razões apontadas por aqueles que têm vindo a desenvolver lógicas de aproximação à língua portuguesa.

Já nos ocupámos, em comunicações anteriores aos Colóquios da Lusofonia, de tais razões e de algumas representações manifestadas pelos estudantes de português na RAEM. Procuraremos, desta vez, dar a conhecer alguns espaços, situações e frequência de utilização da língua portuguesa em Macau na atualidade, considerando, também, a percepção que os aprendentes, maioritariamente de origem chinesa, têm quanto à posição do português no panorama linguístico regional.

A informação apresentada decorre de um trabalho de investigação mais amplo, do qual resultou a apresentação da dissertação de doutoramento da autora, submetida a provas públicas em 2012, de que se apresentam agora apenas alguns dados ilustrativos da utilização que os estudantes de português

fazem desta língua, em alguns cenários possíveis. Os dados apresentados foram recolhidos através de inquérito por questionário aplicado a estudantes em várias instituições de ensino de Macau (foram tratados 1639 questionários), tendo posteriormente sido revalidada a informação com recurso a metodologias qualitativas, nomeadamente através da realização de entrevistas, constituição de grupos de discussão e observação direta.

## 2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO INQUIRIDA: CONTEXTOS FAMILIARES E GRAU DE FAMILIARIDADE COM A LÍNGUA

Não obstante a predominante componente chinesa na composição da população, Macau configura uma realidade pluriétnica e multilingue, sendo, portanto, importante tentar perceber de que forma é que essa realidade se espelha no universo dos nossos inquiridos através de uma leitura dos seus contextos familiares.

Tendo em conta a importância que o ambiente familiar e do meio onde os indivíduos se inserem pode ter no que respeita à adoção e utilização de uma língua tentou-se conhecer a situação linguística familiar, procurando estabelecer o *grau de familiaridade* dos estudantes com a língua portuguesa, equacionando, igualmente, origens territoriais e, sendo o caso, permanência das suas famílias em Macau.

A designação de uma língua segundo o *grau de familiaridade* normalmente expressa-se em termos de língua materna (LM), língua segunda (L2) e língua estrangeira (LE). Esta terminologia, aparentemente simples e de fácil operacionalização, poderá revelar-se menos natural e clara do que parece à partida, principalmente quando os conceitos são aplicados a contextos multilingues como é o caso de Macau.

A noção de LM pode referir-se a várias e diferentes situações: a(s) língua(s) que cada um de nós aprendeu em primeiro lugar; a(s) línguas com a(s) qual(is) nos identificamos como falantes nativos ou pela(s) qual(is) somos identificados por terceiros; a(s) língua(s) que conhecemos melhor ou a(s) que mais usamos.

Não é, necessariamente, uma língua única, nem a língua da mãe e, por vezes, não corresponde sequer à língua de nenhum dos ascendentes.

Quanto à noção de *língua estrangeira*, desde logo, uma mesma língua, num mesmo espaço, pode apresentar-se como língua estrangeira para uns enquanto para outros não o é, podendo ser língua materna ou língua segunda, pelo que o conceito se refere à língua que *é percebida como estrangeira por cada indivíduo, relativamente à qual pode existir uma ou várias das seguintes situações: distância material, que pressupõe distanciamento geográfico, dificuldade de contactos diretos com falantes nativos; distância cultural, relacionada com diferentes estilos de vida e circunstâncias socioeconómicas, ideológicas e religiosas; distância psicológica entre os falantes da língua enquanto LE e os falantes nativos da mesma língua e, por último, a distância linguística, considerada em termos de famílias de línguas, podendo as diferenças ser ao nível da fonética, do léxico, da sintaxe e da forma de escrita* (Defays, 2003:30).

A *língua segunda* situar-se-á entre a LM e a LE, sendo um conceito que surge frequentemente por referência à situação linguística pós-independência de países que foram colonizados e nos quais se continua a usar a língua do país colonizador, sendo muitas vezes usada como língua de escolarização, não podendo considerar-se o grau de familiaridade de um considerável número de indivíduos com a mesma nem em termos de LM nem de LE.

Nenhuma das três noções poderá ser considerada como suficientemente clara e ilustrativa das várias situações possíveis. Alguns autores propõem, por isso, outras formas de diferenciação na relação dos indivíduos com as línguas que conhecem. Uma proposta que nos parece particularmente interessante é a que aborda esta questão introduzindo quatro critérios:

- 1) considerando a *cronologia* de aquisição das línguas – primeira, segunda, terceira...;
- 2) considerando o *uso* de cada língua – corrente, familiar, profissional; veicular...;
- 3) considerando uma certa *hierarquia* entre línguas – principal, secundária;

4) considerando uma *topologia* das línguas – local, nacional, internacional, de origem, de adoção (Ager, 1997:25).

De certa forma, usamos aqui um entendimento que faz apelo a aspetos de uma e de outra abordagem. Questionámos os indivíduos no que respeita à LM considerando-a como a primeira língua aprendida em contexto familiar, tentando posteriormente compreender qual ou quais as línguas de uso de cada inquirido e o uso específico que fazem do português.

De acordo com a informação recolhida [Tabela 1], fácil seria afirmar que os nossos inquiridos têm, maioritariamente, como LM o cantonês (70.0% dos casos) e que o português é a LM apenas para 8.2% dos alunos que responderam a esta questão. Os restantes 21.8% dividem-se, basicamente, entre o mandarim (11.3%), outros dialetos chineses (5.0%) e a combinatória de duas variantes da língua chinesa (1.9%) o que, na realidade, faz aumentar o conjunto dos que têm a língua chinesa como LM que passaria a ser de 88.2% do total.

Tabela 1 – Língua materna

Língua materna	Alunos inquiridos		
	N	%	% acum.
Chinês (cantonês)	1137	70.0	70.0
Chinês (mandarim)	184	11.3	81.3
Chinês (outros dialetos)	81	5.0	86.3
Bilingue (em Chinês)	31	1.9	88.2
Português	134	8.2	96.4
Bilingue (português/cantonês)	22	1.4	97.8
Bilingue (chinês/outra)	3	0.2	98.0
Inglês	12	0.7	98.7
Outra da Ásia	14	0.9	99.6
Outra	7	0.4	100.0
<b>Total</b>	1625	100.0	
N/r, inv.	14		

Fonte: IQ aos estudantes de português

Não obstante todos os perigos decorrentes da utilização do termo, surge como evidente que o português será uma LE para a generalidade dos estudantes.

Agrupando os nossos inquiridos em três categorias de acordo com o grau de familiaridade com a língua portuguesa [Tabela 2], encontramos aqueles que a declararam como língua materna (PLM) e que correspondem a 8.2% dos casos; os que a declararam como língua materna a par do cantonês (PCLM), 1.4%, e os que a não declararam como língua materna (PLNM) e que representam a esmagadora maioria dos casos – 90.4%.

Tabela 2 – Grau de familiaridade com a língua portuguesa

Língua materna	Alunos inquiridos		
	N	%	% acum.
PLM	134	8.2	8.2
PCLM	22	1.4	9.6
PLNM	1470	90.4	100.0
<b>Total</b>	1626	100.0	
N/r, inv.	13		

Fonte: IQ aos estudantes de português

Fizemos a análise da composição linguística das famílias de acordo com estas mesmas categorias, tendo-se percebido que há deslocamento entre a língua materna do inquirido e a língua materna dos seus ascendentes, e que tal se verifica quer em relação à língua portuguesa quer em relação à língua chinesa, se tivermos em consideração, por exemplo, as diferenças registadas para “outros dialetos chineses” entre o aluno e os pais, e entre os pais e os avós.

Em relação à perda da língua portuguesa como língua materna, tal pode constatar-se não só pelo número inferior de casos que a declararam mas também pelo facto de nos alunos que se enquadram na categoria PLNM [Tabela 3], embora em número não muito significativo, podermos verificar que declararam o português como língua materna de pais e avós. Os dados apontaram, ainda, para o facto de a língua portuguesa surgir mais por via paterna do que por via materna.

Tabela 3 – Língua materna na família (estudantes com PLNM)

M	Pai		Mãe		Avô Pat.		Avó Pat.		Avô Mat.		Avó Mat.	
cantonês	990	68.5	101	69.6	772	59.3	811	61.8	797	61.3	818	62.5
mandarim	187	12.9	191	13.1	171	13.1	171	13.0	190	14.6	185	14.1
Chinês (outros)	170	11.8	174	12.0	253	19.4	254	19.3	238	18.3	245	18.7
Bilingue (Chinês)	26	1.8	25	1.7	18	1.4	18	1.4	17	1.3	19	1.5
Português	38	2.6	9	0.6	56	4.3	32	2.4	24	1.8	5	0.4
Bilingue (PT/cant.)	5	0.4	5	0.3	4	0.3	1	0.1	3	0.2	3	0.2
Bilingue (chinês/out ra)	2	0.1	2	0.1	1	0.1	...	...	...	...	...	...
Inglês	3	0.2	4	0.2	4	0.3	2	0.2	6	0.5	5	0.4
Outra Ásia	19	1.3	25	1.7	17	1.3	17	1.3	19	1.5	21	1.6
Outra	6	0.4	8	0.6	5	0.4	7	0.5	6	0.5	8	0.6
Total	144	100.	145	100.	130	100.	131	100.	130	100.	130	100.
Nir. inv.	6	0	5	0	1	0	3	0	0	0	9	0
	24		15		169		167		170		161	

Fonte: IQ aos estudantes de português

Ao colocar em evidência a LM do inquirido com a LM declarada para os pais e efetuando o mesmo exercício relativamente a pais e avós percebeu-se que: a) a referência à língua portuguesa surge para um número mais elevado de casos (238 contra os 134 anteriormente identificados), o que demonstra que alguns dos inquiridos perderam esta língua como LM; b) a maior parte dos inquiridos (70.5%) declara que os seus contextos familiares são linguisticamente mistos; c) a língua portuguesa surge nas famílias bilingues ou multilingues principalmente por via paterna (51.5%); d) o português perde-se como LM para um considerável conjunto de inquiridos: 3 indivíduos em famílias monolingues e 75 em famílias bilingues ou multilingues, o que representa 32.9% dos alunos oriundos de famílias em que pelo menos um dos seus elementos tem o português como LM.

Encontrámos, ainda, embora em número muito reduzido, 3 casos em que o português é adotado pelo aluno como língua materna, em famílias monolingues – tendo, um caso, declarado o crioulo cabo-verdiano como língua materna dos seus ascendentes, e os restantes indicado que foram educados por portugueses. A situação contrária também se verifica, igualmente para 3 casos, em que sendo as suas famílias monolingues em português o aluno perde esta língua como língua materna. Nesta situação encontram-se alunos provenientes da África do Sul.

Parece existir alguma tendência para considerar que o facto de o português ser adquirido por via paterna se constitui como fator facilitador para o seu abandono enquanto LM, uma vez que, teoricamente, a criança interagindo mais com a mãe apreende com maior probabilidade a língua que esta domina, no caso em estudo principalmente o cantonês, facto que explicaria em larga medida a aquisição da língua chinesa em detrimento da língua portuguesa.

Comparando as famílias monolingues e as famílias multilingues percebe-se, imediatamente, que, de facto, é nas famílias mistas que esta a situação de perda tem maior incidência. No entanto, a representação enunciada parece ser contrariada quando verificamos que o português como LM tanto se perde no caso dos alunos em que surge por via paterna como no caso daqueles em que surge por via materna (em 59.3% dos alunos no primeiro caso e em 53.3% no segundo).

Seguindo o mesmo raciocínio para o pai e para a mãe dos inquiridos relativamente aos avós, respetivamente paternos e maternos, podemos constatar que os números se aproximam mais da representação que associa a perda da língua portuguesa como LM à sua “herança” por via paterna. No entanto, mais do que confirmar esta representação o que podemos verificar é a origem “paterna” (independentemente da situação de perda ou de manutenção) da língua portuguesa nestas famílias.

Considerando a composição monolingue ou bilingue dos núcleos familiares, pudemos perceber que, comparativamente aos alunos, se inverte a tendência registada, pois apesar de se poderem encontrar famílias mistas do ponto de vista linguístico – 29.8% no caso do pai e 26.5% no caso da mãe – a maior parte dos pais dos alunos vem de famílias monolingues e que, destas, no que respeita ao lado materno cerca de metade não são de origem portuguesa.

Nas famílias bilingues ou multilingues é marcadamente pela via paterna que surge a referência à língua portuguesa, com uma proporção ainda mais expressiva: 76.5% no caso do núcleo familiar do pai e 76.7% no caso do da mãe dos inquiridos.

Aparentemente há aqui alguma correspondência com o que nos foi sendo referido de que seriam sobretudo os homens portugueses (ou lusodescendentes) a casar com mulheres chinesas e que a situação contrária se verificava com menor frequência, sendo esta uma situação que se tem vindo a alterar.

O que parece importante salientar é que, não obstante o facto de o português como LM surgir nas famílias dos alunos maioritariamente pelo lado paterno, as situações de perda ou manutenção indiciam mudanças nos comportamentos linguísticos independentemente da via de origem do português na família.

Destacamos, também, que quer entre aqueles que considerámos na categoria PLM, no sentido de *próximos* da língua portuguesa por via familiar, quer entre os que considerámos na categoria PLNM, no sentido de *afastados* da língua portuguesa pela mesma via, se pode encontrar uma multiplicidade de situações em termos de origens e, seguramente, também em termos de relações de pertença a grupos que não podemos, nem é nosso objetivo, aqui avaliar.

É clara a predominante componente chinesa seguida, embora a grande distância, da portuguesa e chinesa e da portuguesa, sendo evidente que existe correspondência entre origens e a matriz linguística equacionada em termos de grau de familiaridade – *próximos* e *afastados*.

Apesar do maior número dos inquiridos estar agrupado numa mesma categoria – a chinesa – é importante relembrar, a este propósito, o que alguns autores nos dizem, como Cabral e Lourenço, quando se referem aos *três grupos étnicos tradicionais* (macaenses, chineses e portugueses) e à larga maioria chinesa da população em Macau: *consideramos os chineses como um grupo étnico principal, ainda que estejamos conscientes da existência de diferenciação étnica no seio do amplo domínio definido pelo termo “chinês” como categoria geral* (1993:36), escondendo-se, portanto uma grande heterogeneidade sob a ampla categoria “chineses”.

<sup>183</sup> Conhecendo à partida a realidade de Macau no que respeita à língua chinesa, questionámos os inquiridos diretamente sobre o cantonês (predominante) e o mandarim (oficial) deixando todos os outros dialetos (ou línguas...) agrupados na classificação genérica “outros dialetos chineses”. No que

Não é sobre a língua chinesa o nosso trabalho, não pretendemos proceder à subdivisão deste grupo estruturada por referência a um eixo étnico-linguístico, nem temos indicadores que nos permitam apresentá-lo desta forma<sup>183</sup>, mas consideramos importante ter presente e destacar que a sua composição interna pode ser extremamente complexa.

Considerando que o nível de agregação apresentado dificilmente poderá ter utilidade operatória agruparemos numa só categoria todos os indivíduos que têm o português como língua materna, independentemente da sua origem, bem como aqueles que a adotaram e, ainda, os que pertencendo a famílias de origens múltiplas têm esta língua como materna para pelo menos um dos seus ascendentes, ainda que alguns dos inquiridos tenham perdido a língua portuguesa como língua materna. Consideramos que, do ponto de vista do *grau de familiaridade* com a língua estarão aqui incluídos os falantes de PLM e PL2, eventualmente mais *próximos da língua portuguesa*, e que designaremos de forma genérica por *lusófonos*.

Uma outra categoria, incluirá aqueles que, teoricamente, estarão mais *afastados da língua portuguesa*, e que na sua maioria corresponderão aos casos dos estudantes de PLE. Uma vez que estamos aqui a falar de situações de *proximidade* e *afastamento* em relação à língua portuguesa, poderemos ainda considerar questões que se prendem com tempos de permanência no território tomando como hipótese que aqueles que se encontram sujeitos ao ambiente da língua, os chineses de Macau ou *chineses-macaenses*, poderão ser mais recetivos ou permeáveis às questões portuguesas. Equacionamos, portanto, a possibilidade de existir uma relação entre permanências mais prolongadas no território e atitudes, representações e expectativas mais favoráveis em relação às componentes língua e/ou cultura portuguesas.

Trabalhando os indicadores de local e tempo de residência, no conjunto dos indivíduos previamente classificados na categoria mais ampla, percebemos que

respeita à naturalidade, apenas se isolaram as regiões administrativas especiais – Macau e Hong Kong – deixando-se todas as outras regiões contidas na designação “China Continental”.

esta se pode dividir em quatro subcategorias: *chineses de Macau*, *chineses em Macau*, *chineses da China Continental* e *outros*.

Em termos globais, no primeiro grupo todos os estudantes são naturais de Macau assim como os respetivos pais e, em grande parte dos casos, também os avós; predomina o cantonês como língua materna e Macau como local de residência para a esmagadora maioria dos elementos da rede familiar.

Os segundo e terceiro grupos poderiam facilmente confundir-se um com o outro, pois na verdade ambos serão de origem chinesa encontrando-se em Macau. Existem, no entanto, algumas diferenças: no que respeita à língua materna no grupo aqui designado por *chineses da China Continental*, destacam-se o Mandarim e outros dialetos chineses, nenhum elemento da rede familiar apresenta Macau como local de nascimento, residindo uma parte dos inquiridos na China Continental e situando-se o tempo de residência dos que declararam residir em Macau num intervalo de duração que vai de 1 semana a 5 anos, sendo o local de residência referido para pais e avós outro que não Macau – na quase totalidade China Continental.

Quanto aos inquiridos que foram incluídos na categoria *chineses em Macau*, prevalece o cantonês como língua materna embora se verifique, no caso dos avós, que outros dialetos chineses têm já alguma expressão; um número significativo de inquiridos já nasceu em Macau<sup>184</sup> sendo a China Continental a apresentar-se como o local de nascimento francamente mais referido no conjunto dos ascendentes.

Todos os inquiridos aqui classificados residem em Macau bem como a larga maioria dos pais, situando-se, para a maior parte destes, o tempo de permanência entre há 20 e 29 anos, enquanto os avós, maioritariamente, se encontram a residir na China. Na categoria *outros* foram incluídos todos os restantes casos e, na sua maioria, correspondem a indivíduos oriundos de outros países asiáticos. Serão estas as categorias que, a partir de agora, usaremos na apresentação de resultados.

<sup>184</sup> Por tal não se verificar em relação ao pai e à mãe não foram classificados em *chineses de Macau*, uma vez que nessa categoria foram incluídos, pelo menos, os inquiridos que corresponderão à segunda geração em Macau.

Tabela 4 – Categorias por características comuns segundo as origens

Lusófonos		CDM		CE M		CHC		Outros	
238	14.5	418	25.5	683	41.7	266	16.2	34	2.1

Fonte: IQ aos estudantes de português

Em termos de proporção no conjunto da população inquirida, os *lusófonos* correspondem a 14.5%, os *chineses de Macau (CDM)* a 25.5%, os *chineses em Macau (CEM)* a 41.7%, os *chineses da China Continental (CHC)* a 16.2%, englobando os restantes 2.1% o conjunto de indivíduos aqui classificados em *outros*.

### 3. USO DA LÍNGUA PORTUGUESA E PERCEÇÃO DA SUA POSIÇÃO EM MACAU

No que respeita ao uso de línguas, uma parte muito significativa dos nossos inquiridos (76.3%) afirmou usar regularmente mais do que uma língua, situação que é comum em todas as categorias criadas de acordo com as origens dos respondentes, sendo clara a correspondência entre a língua materna e a língua de uso corrente indicadas.

Tabela 5 – Língua principal de uso corrente

Língua primeira	Lusófonos	CDM	CEM	CHC	Outros	Totais	
							%
Chinês (cantonês)	45.0	91.3	87.8	13.0	48.5	1116	69.9
	107	377	583	33	16	1116	100.0
Chinês (mandarim)	...	1.0	1.8	71.9	...	198	12.4
	...	4	12	182	...	198	100.0
Chinês (outros dialetos)	...	...	0.8	2.0	...	10	0.6
	...	...	5	50.0	5	10	100.0

Bilingue (em chinês)	3	1.3 3.0	17	4.1 17.0	49	7.4 49.0	28	11.1 28.0	3	9.1 3.0	100	6.3 100.0
Português	105	45.1 96.3	...	...	...	...	...	...	4	12.1 3.7	109	6.8 100.0
Bilingue (PT/cantonês)	13	5.6 50.0	7	1.7 26.9	5	0.8 19.2	1	0.4 3.8	...	...	26	1.6 100.0
Bilingue (chinês/outra)	1	0.4 5.3	7	1.7 26.9	8	1.2 42.2	3	1.2 15.8	...	...	19	1.2 100.0
Inglês	3	1.3 25.0	1	0.2 8.3	2	0.3 16.7	1	0.4 8.3	5	15.2 41.7	12	0.8 100.0
Outra da Ásia	0	...	...	...	...	...	...	...	5	15.2 100.0 0	5	0.3 100.0
Outra	1	0.4 100.	...	...	...	...	...	...	...	...	1	0.1 100.
Totais	233	100. 0 14.6	413	100. 0 25.9	664	100. 0 41.6	253	100. 0 15.9	33	100. 0 2.1	1596	100. 0 100.0

Nota: percentagens em linha, referentes ao indicador "língua"; percentagens em coluna referentes ao indicador "origens"  
Fonte: IQ aos estudantes de português

A seguir ao cantonês, que é língua corrente para 69.9% dos inquiridos, surge o mandarim (12.4%) e o português (6.8%), predominando o cantonês nas categorias CDM e CEM, o mandarim na CHC e o português na categoria *lusófonos*, embora, neste caso, entre os indivíduos que a constituem se verifique uma divisão em termos equitativos entre o cantonês e o português (respetivamente, 45.0% e 45.1%), situação que não ocorre em nenhuma das outras categorias e línguas.

Registamos, ainda, a situação de bilinguismo português/cantonês cuja expressão, sendo francamente mais significativa na categoria *lusófonos* (50.0%) não deixa de se verificar entre os CDM (26.9%) e CEM (19.2%). A língua inglesa surge em 0.8% dos casos como a primeira língua mais usada e corresponde, maioritariamente, a inquiridos classificados na categoria *outros* [Tabela 5].

Questionámos, igualmente, os inquiridos relativamente ao uso corrente de outras línguas, o que acontece na maioria dos casos – 1301 estudantes afirmam usar correntemente uma segunda língua e 998 uma terceira. Entre os que

indicaram usar correntemente uma segunda e terceira língua é o inglês a língua francamente mais usada, referida por 80.9% dos respondentes, sendo o mandarim e o português apresentados por, respetivamente, 28.0% e 24.4% dos casos.

Pode afirmar-se que, pela correspondência entre língua materna e língua de uso corrente, é possível, em Macau, a cada um usar a sua língua constituindo-se, aparentemente, o inglês como a língua de mediação entre grupos de diferentes línguas, assim como parece clarificar-se que entre os que foram classificados como *lusófonos* se encontrarão não só os falantes maternos desta língua mas, também, os que em termos de grau de familiaridade com a língua se podem considerar de *português língua segunda* (PL2).

Para além de PLM e PL2, o português afigura-se como a terceira língua de uso entre os nossos inquiridos, depois do inglês e do mandarim.

Feita a descrição, genérica, do panorama linguístico dos inquiridos, no que particularmente respeita ao português, importa conhecer as situações e a frequência de utilização desta língua.

Uma primeira leitura permite perceber, desde logo, que a língua portuguesa é uma língua do espaço de aprendizagem e que, fora deste círculo, a sua utilização parece bastante reduzida; mesmo quando usada fora do contexto de sala de aula é com os professores que apresenta maior índice de frequência [Tabela 6].

Tabela 6 – Uso da língua portuguesa<sup>185</sup>

Situação	Sempre		Frequentemente		Raramente		Nunca		S+F	R+N
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Com familiares	95	10.9	104	11.9	156	17.9	516	59.2	22.8	77.1
Em casa	85	9.8	113	13.0	215	24.7	458	52.6	22.8	77.3

<sup>185</sup> Equacionado o domínio da língua, através da autoavaliação feita pelos próprios alunos em cruzamento com o nível de ensino que frequentam e com a indicação dada sobre há quanto tempo estudam português, verifica-se que 55.8% dos nossos inquiridos forneceu informação que permite

considerar que lhes será possível utilizar a língua portuguesa, ainda que com níveis de proficiência variados.

Com amigos fora do local de trabalho e da escola	105	11.8	216	24.3	357	40.1	212	23.8	36.1	63.9
Com professores (fora das aulas)	283	32.3	225	25.7	282	32.2	87	9.9	58.0	42.0
Nas aulas	387	43.4	340	38.1	136	15.2	29	3.3	81.5	18.5
Em situações do dia-a-dia	60	6.9	198	22.6	409	46.7	208	23.8	29.5	70.5
No desempenho da atividade profissional	30	12.9	75	32.2	90	38.6	38	16.3	45.1	54.9

Fonte: IQ aos estudantes de português; S+F – *Sempre e Frequentemente*; R+N – *Raramente e Nunca*

Fazendo uma análise por categoria os dados apontam no sentido que já havia sido identificado (a cada grupo a sua língua), confirmando-se a situação esperada de que é entre os *lusófonos* que, em todas as situações, o uso do português apresenta frequências mais elevadas.

Os resultados apurados sugerem uma utilização da língua portuguesa segmentada em três espaços de relações, o doméstico ou familiar, o círculo de amigos e o círculo profissional, ficando a língua portuguesa ausente das situações do quotidiano.

Tabela 7 – Uso da língua portuguesa (média segundo a origem)

Situação	Lusófonos	CDM	CEM	CHC	Outros
Com familiares	1.82	3.57	3.83	3.87	3.20
Em casa	1.98	3.50	3.72	3.62	3.00
Com amigos fora do local de trabalho e da escola	1.90	2.89	3.17	3.07	2.35
Com professores (fora das aulas)	1.40	2.38	2.61	2.26	2.42
Nas aulas	1.44	1.94	2.01	1.61	1.68
Em situações do dia-a-dia	2.13	3.07	3.22	3.05	2.63
No desempenho da atividade profissional	2.44	2.58	2.68	*	*

Escala: 1- sempre; 2 – frequentemente; 3 – raramente; 4 – nunca  
\* número de casos irrelevante . Fonte: IQ aos estudantes de português

Pela descrição efetuada no ponto anterior, já ficou clara a existência de um contexto familiar de utilização do português. Deixemos, então, algumas notas relativamente a um outro espaço de utilização da língua – o dos amigos. Um lugar-comum em relação a Macau é o de que *as suas comunidades vivem de costas voltadas* sendo reduzidos os pontos de contacto num espaço em que, apesar de multilíngue, *as várias línguas, com exceção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam* (Grosso, 1999:22), sendo, precisamente, a barreira linguística o aspeto que serve de justificação para uma ausente ou pouco frequente convivência intergrupos.

Não nos é possível aqui identificar redes de relacionamento social nem o papel que a língua portuguesa poderá, ou não, assumir em espaços de convivência. Não obstante, refira-se que, em relação aos amigos, é no grupo dos *lusófonos* que esta língua é usada, sempre ou frequentemente (média = 1.90), neste círculo de relações e no grupo dos *outros* em que surge com valores próximos (média = 2.35), situação que raramente ocorre nas restantes categorias (média para CDM = 2.89, para CEM = 3.17 e para CHC = 3.07).

Embora sem a pretensão de elucidar quanto ao fechamento ou abertura das redes de relações entre diferentes grupos, não podemos deixar de referir que não atribuímos qualquer determinismo à variável língua no que respeita à comunicação entre indivíduos que poderão integrar diferentes grupos, recusando aceitar que seja este, de facto, o aspeto a assumir maior peso nas relações interétnicas ou na sua ausência, vindo esta a confirmar-se, desenvolvidas no território. Se o inglês serve como língua mediadora noutros círculos de relação, não há razão nenhuma para que o mesmo não aconteça no círculo de amigos.

Vejamos, agora, entre aqueles que declararam usar a língua portuguesa no campo profissional a utilização que da mesma fazem. Entre os inquiridos que desenvolvendo uma atividade profissional se encontram em situação de poderem utilizar a língua portuguesa contam-se 235 indivíduos (25.6%) e, destes, 60.9% encontra-se a trabalhar no setor público e 39.1% no setor privado.

No conjunto, 16.1% declara não usar a língua portuguesa no desempenho da sua atividade profissional, verificando-se esta situação com maior incidência entre os que trabalham no setor privado. Quanto àqueles que declararam o seu uso, em ambos os setores a língua é usada, quer na forma escrita, quer falada [Tabela 8].

**Tabela 8 – Uso da língua portuguesa na atividade profissional**

Situação	Público		Privado		Total	
	N	%	N	%	N	%
Responder oralmente a utentes do meu serviço	59	45.4	21	33.3	80	41.5
Comunicar oralmente em reuniões de trabalho	23	17.7	8	12.7	31	16.1
Ler e escrever documentos	77	59.2	18	28.6	95	49.2
Traduzir para outras línguas documentos escritos em português	37	28.5	8	12.7	45	23.3
Traduzir para português documentos escritos noutra língua	29	22.3	3	2.3	32	16.6
Comunicar com pessoas de outros países	22	16.9	14	22.2	36	18.7
Usa a língua portuguesa	130	92.9	63	70.0	193	83.9
Não usa a língua portuguesa	10	7.1	27	30.0	37	16.1
Total	140	100.0	90	100.0	*230	100.0

\* 5 não-respostas

Pergunta de resposta múltipla, somatório de colunas não tem de ser igual a 100%

Fonte: IQ aos estudantes de português

As tendências identificadas encontram, mais uma vez, correspondência com o que nos foi sendo transmitido, nomeadamente pelos alunos do Instituto Português do Oriente (IPOR), relativamente a experiências profissionais e ao uso da língua portuguesa no âmbito das mesmas.

De acordo com estes estudantes, é no domínio da escrita (escrever e ler documentos) que fazem maior uso da língua portuguesa sendo menos frequentes as situações em que se confrontam com a necessidade de a usarem na sua expressão falada. Como é evidente nem todos os nossos inquiridos e nem todos os estudantes com quem conversámos desenvolvem atividades em que têm de contactar com o público, mas nos casos em que isso acontece foi sempre

salientado que atualmente se fala menos, porque há menos utilizadores de língua portuguesa a recorrer aos serviços, mas que permanece a obrigatoriedade de escrever e ler em português, o que levanta, obviamente, a questão da frequência com que os nossos inquiridos se deparam com cada uma das situações e, também, com a área de atividade em que se encontram a trabalhar uma vez que existem domínios onde, seguramente, não se dirigem nem falantes de português nem de qualquer outra língua mas que, frequentemente, produzem documentos em língua portuguesa. A título de exemplo, nos casos dos estudantes que indicaram trabalhar no setor das obras públicas as referências à utilização do português na expressão falada são quase nulas, em contrapartida os que indicaram trabalhar no domínio jurídico, nomeadamente nos tribunais, afirmam que é prática diária.

Desafiamos, a quem ler este trabalho, a entrar na página eletrónica do Governo de Macau, ou na de qualquer serviço público da Região. Podemos ser mais ou menos críticos quanto a erros ortográficos que, seguramente, vamos encontrar mas a informação está lá, disponibilizada em ambas as línguas oficiais, atualizada e acessível a todos.

Uma das queixas frequentes, em relação à informação em língua portuguesa, é a do atraso com que a mesma é disponibilizada relativamente à língua chinesa o que, nomeadamente para a imprensa, causa alguma perturbação e, conseqüentemente, atraso na passagem da informação para os seus públicos leitores.

O Governo de Macau, com o objetivo de promover a transparência da governação e com vista a tornar a relação entre a imprensa e a Administração mais célere, criou a figura de porta-voz, sendo o titular deste cargo bilingue em português e chinês. Um nosso amigo que trabalha num jornal de língua inglesa explicou-nos que, para o jornal, era uma vantagem ter entre os seus colaboradores jornalistas de língua portuguesa uma vez que assim tinha melhor e mais rápido acesso à informação oficial<sup>186</sup>.

<sup>186</sup> Por vezes encontramos situações curiosas, como foi o caso por altura da apresentação das primeiras LAG do novo Chefe do Executivo, em Abril de 2010, tendo o Governo de Macau feito publicar no jornal local de língua inglesa Macau Daily Times a síntese das LAG em língua portuguesa.



Figura

### 1 – Imagens de Campanhas Oficiais

No que respeita a campanhas públicas, e concretamente relacionadas com questões importantes como é o caso dos assuntos que se prendem com a saúde pública, tivemos a oportunidade de verificar que as mesmas decorrem em ambas as línguas, às quais se passou a acrescentar o inglês – seja na rádio, televisão ou jornais, seja nos cartazes informativos e com objetivos preventivos que podemos encontrar pela cidade; são exemplos, entre muitos, as campanhas de prevenção da febre de dengue ou, mais recentemente, as relativas à Gripe A.

Não há dúvida de que, efetivamente, a língua portuguesa é usada no setor público, sendo-o, como parece ter ficado claro, em todos os serviços, tendo embora perdido a sua posição de principal língua de uso.

Uma breve referência, ainda, em relação aos que se encontram na posição de utentes dos serviços e que aos mesmos se dirigem sendo falantes maternos da língua portuguesa. Conversando com alguns interlocutores sobre este assunto, detetam-se, como é evidente, posições divergentes – enquanto uns enaltecem o facto de se manter o português em todas as áreas e serviços sendo, segundo afirmaram, possível tratar de qualquer assunto usando a língua portuguesa, outros garantem que se vive a situação contrária.

Ainda que, em muitos casos, nos tenha sido referida a ausência progressiva da língua portuguesa nos serviços públicos, a verdade é que quando questionávamos diretamente por situações concretas os exemplos eram

escassos e o esforço para recordar algum era grande. É bem verdade que, de acordo com o que observámos diretamente, em muitas situações a probabilidade dos nossos interlocutores terem recorrido, à partida, à língua inglesa é muito elevada e por isso é difícil perceber se a língua portuguesa poderia ou não ter sido usada nas referências que genericamente fizeram ao assunto.

Existindo a representação de que os funcionários não sabem falar português, os portugueses quando se lhes dirigem não usam a língua portuguesa, concretiza-se assim a ausência de comunicação nesta língua, alimenta-se e amplia-se a representação de que a mesma não é falada – uma espécie de profecia que se cumpre por si própria.

Que lugar atribuir, então, à língua portuguesa em Macau?

Uma das questões colocadas no inquérito por questionário pretendia, precisamente, perceber em que posição os inquiridos colocam a língua portuguesa na relação com outras línguas e em diferentes espaços e escalas geográficas de utilização: na RAEM, na RPC, na Ásia, na Europa e numa dimensão ainda mais vasta, no quadro mundial.

Com o objetivo de perceber em que posição os estudantes colocavam a língua portuguesa, solicitámos aos inquiridos que procedessem a uma hierarquização de diferentes línguas, entre as quais se encontravam as línguas mais faladas no mundo e algumas línguas regionais. Os resultados apurados permitem perceber que os respondentes atribuem, maioritariamente, a quarta posição (43.5%) à língua portuguesa em Macau, embora para 21.5% esta língua seja também considerada a terceira mais útil e, para 14.9%, mesmo a segunda. No que respeita à utilidade do português no contexto europeu, sendo o valor mais elevado encontrado na quinta posição (23.7%) as opiniões dividem-se entre a segunda (17.0%), a terceira (12.4%) e a quarta (19.3%) posições; situação equivalente pode encontrar-se no que respeita à atribuição de uma posição à língua portuguesa em termos internacionais – surgem com maior número de ocorrências a quarta (16.1%), a quinta (15.4) e a sexta (12.2%) posições.

Tabela 9 – Posição da língua portuguesa

Posição	Macau		Europa		Mundo	
	N	%	Pos.	%	Pos.	%
1ª	6	0.7	21	3.0	1	0.1
2ª	120	14.9	119	17.0	46	6.6
3ª	173	21.5	87	12.4	84	12.1
4ª	349	43.5	135	19.3	112	16.1
5ª	106	13.2	166	23.7	107	15.4
6ª	20	2.5	55	7.9	85	12.2
7ª	6	0.7	19	2.7	66	9.5
8ª	2	0.2	22	3.1	48	6.9
9ª	4	0.2	13	1.9	34	4.9
10ª	3	0.2	10	1.4	29	4.2
11ª e +	14	1.7	52	7.4	82	11.8
Total	803	100	699	100	694	100

Fonte: IQ aos estudantes de português

De forma resumida: dos inquiridos que responderam a cada um dos indicadores propostos, 72.0% considera que a língua portuguesa se encontra entre as 7 mais úteis no mundo e 75.4% entre as 5 mais úteis na Europa; 80.6% coloca-a entre as primeiras 4 em Macau.

Estando entre os inquiridos um conjunto de indivíduos portugueses e lusófonos, que se declararam de famílias monolíngues em português, pensar-se-á, não surpreende que seja atribuída uma posição vantajosa a esta língua até porque, como vimos, não obstante o predomínio da língua chinesa e o recurso à língua inglesa, estes alunos declararam usar, na generalidade das situações, o português.

Fomos, então, verificar a ascendência dos inquiridos que colocam a língua portuguesa em Macau na segunda e na terceira posições e constatámos que, no primeiro caso, 19.2% são de origem mista portuguesa e chinesa e 60.0% são de origem chinesa, no segundo caso, 23.1% são de origem portuguesa e chinesa e 62.4% são de origem chinesa. Os indivíduos de ascendência exclusivamente portuguesa, na sua maioria, colocam o português na quarta posição (responderam 38 de 42), não se podendo considerar, portanto, que sejam os que apresentam uma perceção mais favorável da sua própria língua.

Mas significam estas conceções menos favoráveis que os portugueses ou, em sentido mais alargado, os lusófonos não valorizam a língua portuguesa e a sua presença em Macau?

O facto de encontrarmos entre portugueses e macaenses algumas lógicas que podem considerar-se de afastamento ao português não invalida que noutros campos não possam apresentar outro tipo de atitude, desenvolvendo até práticas de militância no que respeita à língua e à cultura portuguesas em Macau.

#### 4. BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

É clara a componente chinesa na composição dos públicos estudantis de língua portuguesa em Macau, facto que se reveste da maior importância nos diferentes modos de relação com esta língua naquele espaço geográfico. Ainda assim, fica também evidente a composição mista de alguns agregados familiares dos alunos, sendo clara a ascendência de origem portuguesa nalguns agregados.

Não obstante a diversidade étnica e linguística, percebeu-se que é possível aos vários grupos em presença usarem a *sua própria língua* mas que se faz, igualmente, recurso ao uso de um conjunto de outras línguas entre as quais a portuguesa; no que respeita ao uso de línguas, o inglês surge como a língua de mediação entre grupos de diferentes línguas.

No que particularmente respeita ao português, é uma língua cujo uso aponta para uma segmentação em três principais espaços de relação: o doméstico ou familiar, o das relações entre amigos e o das relações profissionais.

Em relação a este último círculo, o profissional, o português perdeu a sua posição de principal língua de uso sendo substituída pela língua chinesa, situação que decorre naturalmente da transferência da Administração de Portugal para a República Popular da China. Ainda assim, é no setor público que o recurso à língua portuguesa no campo das atividades profissionais é mais significativo, sendo usada principalmente na sua forma escrita.

Percebeu-se, ainda, que os estudantes têm uma clara percepção da posição da língua portuguesa no contexto internacional.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- Ager, Dennis (1997), *Language Policy in Britain and France: The Processes of Policy*, London, Continuum International Publishing Group - Academic and Professional.
- Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson (1993), *Em Terra de Tufões. Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- Defays, Jean Marc (2003), *Le français langue étrangère et seconde. Enseignement et apprentissage*, Pierre Mardaga Éditeur.
- Grosso, Maria José (1999), “O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa”, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.
- SILVA, Perpétua Maria dos Santos - A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento. [Consult. 20 de março de 2014] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/5879>](http://hdl.handle.net/10071/5879). ISBN 978-989-732-223-5.

## 21. ROLF KEMMLER, UTAD VILA REAL/ALEMANHA

TEMA 2.4. A RECEÇÃO DE A WINTER IN THE AZORES AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNAS (1841) NA IMPRENSA CONTEMPORÂNEA, ROLF KEMMLER /ALEMANHA/(VILA REAL)\*\*

### 1 INTRODUÇÃO

No ano de 1841, publicou-se em Londres uma obra bastante abrangente em dois volumes, intitulada *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*. Resulta a obra dos diários do médico inglês Joseph Bullar e do seu irmão, o advogado Henry Bullar, que passaram o inverno 1838/1839 na ilha de São Miguel. Depois de terem passado o verão de 1839 nas Furnas, ainda chegaram a visitar algumas das restantes ilhas do arquipélago.

- Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Sócio do Instituto Cultural de Ponta Delgada e do Instituto Açoriano de Cultura.
- <sup>187</sup> Para além disso, costumam ser-lhe atribuídas as obras *Evening thoughts: By a Physician* (Bullar 1850) e *Thoughts of a Physician, being the second series of "Evening thoughts"* (Bullar 1868),

Como acontece em obras congéneres, também neste conjunto de livros, os autores oferecem um manancial de observações e comentários sobre o arquipélago, que se devem a observações e juízos pessoais dos autores.

Em continuação de estudos já realizados sobre obras anteriores, pretendemos apresentar no presente âmbito como as observações dos autores sobre as terras e gentes dos Açores foram acolhidas pela imprensa britânica de especialidade em 1841.

## 2 OS AUTORES E AS SUAS OBRAS

No rosto da obra, os autores identificam-se da seguinte maneira: «Joseph Bullar, M.D. and Henry Bullar, of Lincoln’s Inn». Esta referência explícita informa que Joseph Bullar (1808-1869) era médico,<sup>187</sup> ao passo que Henry Bullar se identifica como jurista formado, que exercia a advocacia como membro do “Lincoln’s Inn of Court”.<sup>188</sup>

A seguir, reparamos na seguinte dedicatória:

TO  
JOHN BULLAR,  
OF SOUTHAMPTON,  
THESE VOLUMES  
ARE MOST AFFECTIONATELY DEDICATED  
BY  
THE AUTHORS (Bullar / Bullar 1841, I: [v]).

Se bem que o faça de forma algo implícita, a natureza íntima da dedicatória permite a conclusão de que John Bullar era o pai dos autores, também eles naturais e residentes na cidade de Southampton, na costa sul da Inglaterra. Como professor de escola na mesma cidade,<sup>189</sup> o referido John Bullar foi autor de um

as quais, como pertinentemente constata Armando Côrtes-Rodrigues (em Bullar / Bullar 1986: XI) constituem «[...] uma série de ensaios [...]».

<sup>188</sup> Veja-se informação fornecida por Côrtes-Rodrigues (em Bullar / Bullar 1986: X).

<sup>189</sup> Baseada numa fonte contemporânea, Calado (1988: 241-242) localiza os interesses intelectuais de Joseph Bullar nos interesses que este terá herdado do pai: «Henry Dayman remarks

número considerável de algumas obras de divulgação, dedicadas à teologia e à história local.<sup>190</sup>

No que respeita à autoria, em trabalhos anteriores de vários investigadores já foram aventuradas hipóteses contrárias,<sup>191</sup> podendo Joseph Bullar provavelmente ser identificado como o autor principal entre os dois autores, isto enquanto se parece confirmar também alguma colaboração da parte do irmão Henry.

### 3 A OBRA

O diário de viagem intitulado *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas* chegou a ser publicado em Londres, por John van Voorst, um editor de origem neerlandesa que vivia em Londres. Trata-se da obra mais volumosa do género que até à altura tinha chegado a ser publicada, pois ocupa dois largos volumes de ix, 375 páginas (Volume 1) e x, 390, [II] páginas (Volume 2).

No paratexto inicial, os autores fornecem a seguinte explicação da génese da obra:

ADVERTISEMENT.

*THE following pages contain a transcript from the Journals of an Invalid and his companion, who, in search of a warm and equable climate, spent the Winter of 1838-39 in the Island of St. Michael's, the Summer at the Baths of*

---

upon the influence of Joseph's father, John Bullar, who was a widely respected school-master, and undertook his son's education until he left home to begin his medical studies: "... it may be said that Joseph owed much of that breadth and independence of view which distinguished him in after life to the early training of a father, who was himself a man of large mind, scholarlike [sic!] in his tastes and pursuits, charitable in his principles, and free from all sectarian narrowness..."».

<sup>190</sup> Entre estas obras queremos destacar as obras históricas *A Companion on a Tour Round Southampton* (Bullar 1799) e *A historical and picturesque guide to the Isle of Wight* (Bullar 1806), que tiveram sucessivas reedições ao longo das décadas seguintes, à semelhança do que acontece com a obra *A companion in a visit to Netley Abbey*, de 1800, que em 1818 já se encontrava na quinta edição (Bullar 1818).

*the Furnas, and visited in the Spring the neighbouring Islands of Fayal, Pico, St. George's, Flores, and Corvo.*

*The main object which the Authors have kept before them has been to convey to others, as clearly and faithfully as they were able, their own impressions of what they saw during an eight months' residence among these almost unknown islands ; and they have been content to allow these impressions to stand in the somewhat unfinished form of extracts from their Journals, in the hope that notes made on the spot might have a greater truth about them than more finished recollections composed at home.*

*No apology, however, is needed for the excellent wood-cuts with which these volumes are illustrated. The merit of converting coarse and hasty sketches into engravings of great delicacy and spirit is wholly due to Mr. Fussell, who first reduced and drew them in pencil on the wood, and to Mr. Thompson, and his clever daughters, who afterwards engraved them. In thus transforming their rough materials, these artists have sacrificed no single characteristic truth to effect or picturesqueness (Bullar / Bullar 1841: vii-viii).*

Ficamos a saber que a obra se deve aos diários de viagem de um doente (invalid) e do seu companheiro, que, em procura de um clima ameno vieram ao arquipélago para escapar ao áspero clima da Inglaterra. Na realidade, os autores não chegam a afirmar aqui quem é o doente e quem o companheiro, mas Kathleen Calado (1988: 235) argumenta de maneira convincente, baseada na obra *The Beloved Physician, a Memoir of the late Dr. Joseph Bullar* da autoria de Henry Dayman (Southampton, 1869),<sup>192</sup> que a pessoa doente não era ninguém mais do que o próprio Joseph Bullar.

<sup>191</sup> Assim Calado (1988: 233), que, no entanto concede que também o outro irmão terá colaborado no texto do diário da viagem: «It is difficult to determine the extent of Henry's collaboration, but there is certainly evidence of his contribution to the account [...]». Mas Armando Côrtes Rodrigues (em Bullar / Bullar 1986: XI) chega a outra conclusão ao constatar de forma algo categórica: «Se o autor em algumas passagens usa nas narrações o plural, o que também se poderia explicar por forma literária, de muitas outras se depreende claramente que foi só Joseph Bullar quem redigiu todo este precioso diário [...]».

<sup>192</sup> Infelizmente ainda não tivemos acesso a esta obra, aliás bastante rara.

Dado que os autores referem o desejo de divulgar para os leitores o que viram ao longo dos oito meses em que estiveram no arquipélago, cabe grande interesse às suas observações sobre o arquipélago e os seus habitantes. No entanto, para fazer uma primeira abordagem da obra, julgamos pertinente dedicar alguma atenção à questão como a obra dos irmãos Bullar chegou a ser acolhida na imprensa contemporânea em 1841, mais exatamente quais foram as opiniões que podemos encontrar nos *reviews*, nas resenhas que se encontram em revistas anglófonas nos meses imediatamente a seguir à publicação dos dois volumes.

#### 4 A WINTER IN THE AZORES NA IMPRENSA PERIÓDICA DE 1841

A publicação efetiva da obra, nos seus dois volumes, é noticiada pela primeira vez na entrada de 10 de maio de 1841, do repertório publicitário *Bent's Monthly Literary Advertiser: Register of Books, Engravings, Music, &c.*, que antes de reproduzir o título da obra e a referência ao editor, fornece a seguinte informação:

*In Two Vols., 8vo, price 28s, with Illustrations, from Sketches taken on the spot by the Author» (MLA 1841: 65).*

Mesmo que esta entrada seja desprovida de uma data exata de publicação (como acontece, embora raramente, em outros casos), a própria natureza do *Monthly Literary Advertiser* (que somente noticia a saída do prelo das obras referidas) leva a crer que a obra tenha sido publicada em data próxima da impressão daquela publicação periódica, ou seja, nos primeiros dias de maio de 1841.

Imediatamente a seguir à sua publicação, a obra chegou a ser alvo a algumas resenhas, muitas delas datadas de julho de 1841.

Na sua 'new and improved series', a revista mensal *The Monthly Review* (1749–1845) chega a dedicar-se à obra no âmbito de um artigo intitulado «The Azores and Madeira» em julho de 1841, tecendo no mesmo âmbito observações à obra *Madeira Illustrated* de Andrew Picken (1840). Logo no início das cerca de quatro páginas que dedica à obra, o resenhador anónimo não poupa críticas aos nossos autores:

*Concerning the Azores, we do not find much that is new, excepting what relates to some of the changes introduced by Don Pedro's reforms, and some slight advances as to the comforts or accommodations of life. The Bullars, too, have rather a wire-drawing habit as journalists; or perhaps, we should more properly characterize them as observers of everything; their good temper and constant desire to be pleased investing trifling matters with interest to them, and which they do not fail to impart to the reader. Such is the effect of good faith and unaffected feeling. In a word, they have written two agreeable volumes, chiefly because they are in possession of agreeable minds and temperament. The matter is slight, but not wearisome: the pictorial illustrations admirably help out with the more characteristic parts of the narrative (MR 1841: 388).*

Por um lado, o resenhador critica que os dois volumes dos irmãos Bullar somente apresentariam poucas novidades (deixando de lado aquelas que foram introduzidas pelo Liberalismo na década de 1830). Por outro lado, o crítico censura a atitude dos autores que os leva a anotar com minúcia tudo que observavam e que lhes parecia digno de atenção.<sup>193</sup> A seguir, entremeados com uns breves comentários da sua autoria, o crítico cita (sem referência às páginas onde foram retirados) alguns largos trechos relacionados com a colheita das laranjas<sup>194</sup> e a embalagem das mesmas na Ribeira Seca (em 27 de dezembro de 1838),<sup>195</sup> assim como o natal em Vila Franca do Campo<sup>196</sup> e, enfim, um cortejo funerário em Vila Franca em 14 de fevereiro de 1839.<sup>197</sup>

<sup>193</sup> Parece evidente que será precisamente esta mesma atenção aos detalhes relacionados com a vida micaelense a açoriana oitocentistas que tornaria a obra dos irmãos Bullar tão valiosa para os historiadores dos séculos XX e XXI.

<sup>194</sup> Cf. *MR* (1841: 389) e o texto original em Bullar / Bullar (1841, I: 99).

<sup>195</sup> Cf. *MR* (1841: 389-390) e o texto original em Bullar / Bullar (1841, I: 94-97).

<sup>196</sup> Cf. *MR* (1841: 390-391) e o texto original em Bullar / Bullar (1841, I: 88-90).

<sup>197</sup> Cf. *MR* (1841: 391) e o texto original em Bullar / Bullar (1841, I: 174-176).

O autor termina os seus apontamentos sobre a obra dos irmãos Bullar ao aproveitar a observação crítica que os autores fazem neste âmbito sobre o papel do sacristão no enterro,<sup>198</sup> para fazer a seguinte constatação sobre o clero micaelense:

*The holy orders in St. Michael's are any thing but what their profession would indicate. The volumes which from time to time have passed through our hands, having the Azores for their subject, left upon our minds a lasting idea of the ignorance and the licentiousness of the nuns and monks; nor do the Messrs. Bullar convey a more favourable impression. We suppose that the strippings and demolition, to which these religious orders were subjected by Don Pedro, has produced poverty without contrition or amendment. Their ignorance and indolence could hardly admit of increase (MR 1841: 391-392).!!!*

Não deixa de ser interessante, como o autor manifesta a sua atitude crítica perante o clero católico micaelense, não só por causa das informações fornecidas pelos irmãos Bullar. Visto que anteriormente a 1841 somente havia três livros inteiramente dedicados ao arquipélago, não deixa de ser impressionante o preconceito maciço que se tinha formado entre intelectuais britânicos da época.

Também no número de julho da revista mensal *The Churchman's Monthly Review* (1841-1847) encontramos uma resenha anónima, desta vez ao longo de cinco páginas e meia. No início das suas considerações, o resenhador classifica a obra como um «[...] lively and entertaining, though occasionally somewhat too flippant volume [...]» (CMR 1841: 395), mas acrescenta o seguinte:

*For there are no variations of style, or manner, or sentiment, by which we may distinguish between the student of Coke-upon-Littleton, and the disciple of Æsculapius. The book is a very amusing, and we doubt not a very accurate*

<sup>198</sup> Cf. Bullar / Bullar (1841, l: 175-176): «The sexton was as sextons have been since Shakspeare's time, and will be henceforward, a merry fellow that had "no feeling of his business." When the corpse was lowered into the grave by the bearers, he jumped clown on it, tucking it up and arranging the grave clothes, as if he had been putting it to bed, and then, with a final squeeze to the arms, sprang out of the hole, shovelled a few light spadefuls on the body in an impatient way, handed

*description of the group denominated the Azores, or Hawk Islands, which geographers have been sometimes inclined to reckon as belonging to Europe, yet about which Europeans, or at least Englishmen, knew less, until the publication of these volumes, than about many of the remotest clusters of the great Southern sea, (CMR 1841: 395).*

Neste trecho, o resenhador realça a natureza divertida do livro, mas não pode deixar de reconhecer a utilidade da obra, por esta fornecer um grande número de informações sobre o arquipélago que antes não era do conhecimento dos ingleses.<sup>199</sup>

Também nesta resenha, vemos reproduzido parte do trecho relativo ao cortejo funerário em Vila Franca de 14 de fevereiro de 1839 (Bullar / Bullar 1841, l: 174-177) – desta vez ao indicar explicitamente a última página do excerto. Mas o que interessa ainda mais neste contexto são as palavras com as quais o resenhador introduz a cena funerária:

*Though very frequent reference is made to the state of religion in these islands, it must be gathered from incidental sketches, rather than any systematic description. Our authors paint with equal liveliness and humour, whether they use the pencil or the pen; and their outlines of the rural clergy, though improved, as they tell us, by the artist, must have been executed on the spot – they are the letter-press embodied and impersonated, as this again is itself a portrait to the mind. Who can read, without almost realizing, as though he were present at it, the following scene (CMR 1841: 396).*

Mesmo que não fique completamente neutro perante a técnica narrativa, o resenhador parece legitimar a natureza diarística do relato dos irmãos Bullar, que faz com que as suas observações sejam de natureza mais ocasional e menos regular. Daí resulta que reconhece a natureza realística com a qual os viajantes

his tool to the bystanders, (each of whom threw earth into the grave), and, when they were satisfied, began the business of ramming down and filling up».

<sup>199</sup> É neste âmbito que o resenhador faz referência explícita à *History of the Azores* de Thomas Ashe (1813), cuja percepção distorcida da realidade açoriana foi recenseado de forma muito crítica na revista trimestral *The Quarterly Review* (QR 1814), recensão esta da qual o presente resenhador chega a citar alguns excertos.

descreveram o episódio. Outra cena funerária, realizada nas Furnas em 7 de junho de 1839,<sup>200</sup> que o resenhador volta a citar parcialmente ao indicar a paginação errada (vol. ii, p. 135) suscita simultaneamente a sua admiração (pela descrição), como chega a chocá-lo (pelo conteúdo):

*We have in the second volume a still more graphic account, if possible, and rendered more interesting by the power of contrast. We are reminded, as we look upon it, of the hand which could better have realized the scene on canvass than any of mortal man [...] (CMR 1841: 397).*

O conteúdo da descrição do funeral nas Furnas motiva o resenhador a tecer umas conclusões críticas sobre a maneira como os religiosos açorianos exercem a sua profissão:

*Such being the loose and perfunctory manner in which the Azorean clergy perform church offices, we shall hardly expect to find the laity very exact or precise in their attention to church duties. They are, however, both priests and people, very particular in regard to confession, which is to the Romish Church what the doctrine of justification by faith is to the Protestant – articulis stantis vel cadentis ecclesiae. On the regular practice of this, by all persons above seven years of age, the “blind guides” insist, and they who are led by them*

<sup>200</sup> Bullar / Bullar (1841, II: 154-155): «The clerk lighted and dealt round six lanky tapers to the men in gowns, held one himself, handed the greasy mass-book and the water-brush to the priest, and, putting down that functionary's hat between his legs, stood erect, crucifix in hand, prepared to say the responses. The priest muttered through the prayers within three minutes, while the taper-holders twisting round and about to save their tapers from the draughts of wind that threatened to blow them out, grinned and jested with the bystanders at the straits in which they were placed. – "Refuse not gold", says an old divine, "though it come from an earthen pot"; and, accordingly, the holy-water, in a broken and bandaged white pipkin, was handed to the priest, who ended by dipping into it his small white brush and freely sprinkling the corpse. The body was lowered, – three idle children, sitting on the heap of fresh mould, amused themselves by rolling the earth upon the body, – the people talked, – the clerk threw away the holy-water as if it were nothing worth, collected his tapers, hastily blowing them out lest the parish wax should be wasted, – the priest walked behind the grave-yard gate, pulled the surplice over his head, lowered the black gown down to his feet, handing them to the clerk in return for his hat; and making a mean jest on the old woman, "who was much more quiet now" (muito mais quieta) "than she had been down yonder", (pointing to the village), shook himself into his short blue

*into the ditch dare not disobey. Though a grave matter, however, in itself, they treat it, according to our authors, lightly enough (CMR 1841: 397-398).*

Ao manter-se declaradamente crítico face à fé católica, o resenhador não aproveita somente a ocasião para denunciar o comportamento dos padres, mas também dos próprios fiéis, cujos hábitos de confissão são alvo de descrição pelos autores.<sup>201</sup>

A seguir a estes e mais alguns trechos que visam fornecer uma impressão da população dos Açores, o resenhador termina com a seguinte avaliação final da obra, que, enfim, acaba por recomendar os dois volumes por causa da redação agradável, isto apesar de alguma leviandade ocasional, que tem como contrapeso momentos de pensamentos profundos:

*If amusement is desirable, which shall excite the mind without leaving a sensation of unprofitableness behind it, we scarcely know how it could be presented in a more agreeable form than these lively volumes, which, for this purpose, we cordially recommend. If, on the one hand, there are occasional instances of levity, of which we could have desired the absence, there are, also, indications of deep thought and religious feeling, which are far above the ordinary standard of tourists [...] (CMR 1841: 399).*

jacket, and turned up the lane. The gravedigger [...] filled and rammed the grave, – the gate was locked, and with crucifix and flags, bier, prayerbook, gowns, tufted cap, and yellow-white surplice, the bearers moved merrily down the narrow lane to put away their paraphernalia until another villager should be summoned to his last long home. The only person at all affected or serious at the burial was a middle-aged, docile-looking man, probably the son of the deceased, who shed a few unfeigned tears while the grave was filling, and stood for some time gazing on the spot, and thinking, perhaps, that he had never felt the value of a mother till she came to be laid in the grave».

<sup>201</sup> Bullar / Bullar (1841, I: 202): «This is the time for general confession. A woman, who came to-day with her sick child, had just returned from "making a clean breast" in the principal church. She confesses once a year; others confess twice; others three times; and those, she said, who were "very good", four times. I asked her what questions the priest put to her. She laughed, hesitated, and at length said that he inquired whether she was faithful to her husband? what lies she had told in the past twelvemonths? what she had stolen, and of whom? whether she had slandered others? and how often she had cursed and sworn, or called on the "diabo"? All this she told him, I fancy, without mental reservation, and appeared lighthearted and relieved».

Na revista trimestral de resenhas *The British Critic, and Quarterly Theological Review* (1793–1843) encontramos somente um breve parágrafo de julho de 1841 que se refere à nossa obra:

*“A Winter in the Azores”, by J. Bullar, M.D. and H. Bullar, of Lincoln’s Inn, (Van Voorst), is written in a light amusing style, with numerous pretty sketches, both by pencil and pen. It gives a pleasant account of the people, and describes their religious customs with as much sympathy as one expects from a good-natured traveller of the liberal school (BC 1841: 250).*

Depois de realçar o estilo ligeiro e divertido e o aspeto gráfico da obra, o resenhador refere a descrição dos açorianos pelos irmãos Bullar. É na segunda frase que vemos um reflexo da orientação religiosa da revista, já que o resenhador faz questão de referir «dá uma conta agradável do povo, e descreve os seus costumes religiosos com tanta simpatia como se espera de um viajante bem-humorado da escola liberal» [tradução RK]. Mesmo que esta avaliação possa ter sido de interesse para os leitores da revista que estavam interessados em publicações e questões religiosas, não parece justo reduzir a obra de Joseph e Henry Bullar às descrições que fizeram por ocasião de manifestações da religião nos Açores...

Também no número de julho de 1841, a revista trimestral de resenhas *The Westminster Review* (1824-1914) inclui um trecho relativamente breve sobre a obra dos irmãos Bullar no capítulo «Voyages and Travels»:

*A WINTER IN THE AZORES, AND A SUMMER AT THE BATHS OF THE FURNES. By J. Bullar, M.D., and H. Bullar, of Lincoln’s Inn. 2 vols. 8vo. Van Voorst, 1841. THE Azores are rarely heard of excepting one, St Michael’s, and that only when applied to oranges; yet they appear to merit the attention of the consumptive and delicate of our own islands more than any place except, perhaps, Madeira; and if much resorted to, they might prove superior to Madeira itself. In climate they are equal, which is tantamount to saying that they possess one of the finest on the earth; they are rather nearer to us; and are further removed from the disagreeable winds that blow over from Africa. They are volcanic, like Madeira, but, unlike that island, they possess much*

*more than a narrow belt of cultivated land round the coast, and have much better means of raising the best food of all descriptions. They can also boast of their own little Cheltenham and Baths, in various hot and cold medicinal springs. They are at least equally picturesque with Madeira, and from their number offer much greater variety of scenery. In government and people they are alike, being Portuguese islands, peopled chiefly by Portuguese, though Madeira possesses the advantage of a larger body of English merchants and dealers. The Portuguese inhabitants are equally ill-governed, ignorant, superstitious, indolent, and mendacious, and we will add, equally simple-minded and good-natured. The habit of receiving invalids in Madeira has created several lodging houses and various conveniences which cannot be expected in the Western Islands; and in Madeira, probably, the invalid would suffer less from want of cleanness in the natives and habitations, from the indifferent quality of the food and wretchedness of the cookery, and from the difficulty of procuring many of the comforts and conveniences of England, – evils which frequently render a departure from home of questionable advantage to the invalid.*

*The work of the Messrs Bullar gives a complete account of the Western Islands; and as one writer is a physician and the other an invalid, the qualities of the islands for consumptive patients are properly tested and explained. But these volumes are not a mere Invalid’s book. They are a fresh, racy account of an interesting and little known group of islands, by two educated, intelligent, and right-feeling men, who appear to have kept minute journals with no premeditated view of publication. The numerous little wood-cuts from the authors’ sketches also form an agreeable addition to the interest of the narrative (WR 1841: 502).*

Neste texto, o resenhador aproveita para oferecer um apanhado de informações essenciais sobre os Açores por serem mal conhecidos, e termina ao constatar que a obra dos irmãos Bullar estaria a fornecer um relato completo sobre o arquipélago, baseado em observações adequadas de dois homens de bem. Não deixa de ser curioso que encontramos aqui a referência de que um dos escritores seria o médico e o outro o doente (ou seja, Henry Bullar), interpretação esta que ainda hoje se encontra frequentemente em publicações que fazem referência à obra e aos seus autores.

## 5 CONCLUSÕES

Uma das obras da literatura de viagens oitocentista que desde sempre tem angariado mais interesse, quer no seu texto original, quer entre os leitores da tradução, publicada em forma de livro por João Hickling Anglin em 1949,<sup>202</sup> na realidade a volumosa obra intitulada *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas* há já muito tempo é um clássico do género. Apesar disso, persistem muitos aspetos que não foram estudados, tais como o impacto que os dois volumes chegaram a fazer na imprensa de especialidade da época.

Como acabámos de ver, não somente as obras de referência bibliográfica como *Bent's Monthly Literary Advertiser*, que na época serviam para notificar os livreiros de livros saídos do prelo, mas especialmente as revistas de resenhas, cujo papel era a divulgação e discussão de obras publicadas, a poucos meses da impressão da obra estavam interessadas em dedicar recursos e espaço à obra, discutindo o seu conteúdo, as suas vantagens e as suas desvantagens.

Entre estas publicações de especialidade, as resenhas que encontramos nas respetivas edições das revistas *The Monthly Review* e *The Churchman's Monthly Review* são as mais elaboradas, pois ocupam-se ao longo de várias páginas com alguns dos aspetos mais visíveis da obra. No entanto, ficamos a perceber que, mesmo que os resenhadores pretendam fazer transparecer um ar de objetividade, nem sempre conseguem manter essa postura face às realidades açorianas, ou seja, face às práticas do catolicismo açoriano oitocentista que os irmãos Bullar atestam no resultado das suas viagens pelo arquipélago – menos ainda, claro, quando entra em jogo a agenda político-religiosa das próprias revistas. Já nas últimas duas publicações que analisámos, nomeadamente no *The British Critic, and Quarterly Theological Review* e no *The Westminster Review*, os artigos relativos à obra dos irmãos Bullar são bastante mais sucintos.

Para além das revistas de 1841 que acabámos de referir (e que todas, curiosamente, datam de julho daquele ano) parece-nos seguro supor que possa

<sup>202</sup> Desde 1946 até 1948, parte da obra já tinha sido publicada pelo tradutor, sendo repartida em vários artigos na revista *Insulana* (Bullar / Bullar 1946-1948).

ainda existir um número bastante mais elevado de revistas com resenhas da obra do que conseguimos localizar até ao momento. Assim, sem qualquer pretensão de exaustividade, já podemos no presente âmbito apontar para alguns artigos que foram publicados em 1842, no ano a seguir ao da publicação da obra em questão, nomeadamente,

em janeiro de 1842: *The Christian Examiner and General Review (CEGR 1842)*;

em agosto de 1842: *Dublin University Magazine (DUM 1842)*;

em dezembro de 1842: *The Gentleman's Magazine (GM 1842)*.

Parece, enfim, evidente, que a consulta e o estudo de estas, como de outras resenhas contemporâneas da obra dos irmãos Bullar, que futuramente ainda vierem a ser localizados, podem facultar-nos, não somente com uma cada vez melhor perceção do prestígio de que gozava a obra dos irmãos Bullar no mundo anglófono da época, mas também com uma compreensão de como as suas afirmações sobre os Açores e os seus habitantes eram percebidos naquele espaço cultural.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BC (1841) = «Notices of books», em: *The British Critic, and Quarterly Theological Review* 30 (July, 1841), págs. 244-252.

Bullar, John (1799): *A Companion on a Tour Round Southampton: Comprehending various particulars, ancient and modern, of New Forest, Lymington, Christchurch, Romsey, Bishop's Waltham, Titchfield, & c, and a Tour of the Isle of Wight. With notices of the Villages, Gentlemen's Seats, Curiosities, Antiquities, &c, occurring in the different roads described*, Southampton: Printed and by T. Baker, and sold also by the neighbouring country booksellers, and G. Wilkie, London.

Bullar, John (1806): *A historical and picturesque guide to the Isle of Wight*, Southampton: Printed by and by Baker and Fletcher; Sold also in London, by T. Ostell, and J. Harding.

Bullar, John (1820): *Historical Particulars Relating to Southampton*, Southampton: Printed by and for T. Baker; Sold also by I. Fletcher, Southampton.

Bullar, John (1818): *A companion in a visit to Netley Abbey: To which is annexed, Mr. an Keate's Elegy*, Southampton: Printed by and for T. Baker; Sold by Fletcher; Sold also in London, By Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown.

Bullar, Joseph (1850): *Evening thoughts: By a Physician*, London: John van Voorst.

Bullar, Joseph (1868): *Thoughts of a Physician, being the second series of "Evening thoughts"*, London: John van Voorst.

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1946-1948): «*A winter in the Azores*», tradução do inglês por João Hickling Anglin, em: *Insulana* II/2-3 (1946), págs. 425-440, II/4 (1946), págs. 629-667, III/1 (1947), págs. 65-103, III/2 (1947), págs. 274-323, III/3-4 (1947), págs. 421-462, IV/1 (1948), págs. 72-101, IV/2-3 (1948), págs. 195-235 IV/4 (1948), pág. 540; Literatura de viagens

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1949): *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, tradução do inglês por João Hickling Anglin, com um prólogo de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1841): *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].

Bullar, Joseph / Bullar, Henry (1986): *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, tradução do inglês por João Hickling Anglin, com um prólogo de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Calado, Kathleen J. Mundell (1988): «Prescription, description: a doctor-invalid and his brother explore the Azores», em: *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 233-245, em: <http://hdl.handle.net/10400.3/1066> (última consulta: DATA).

Câmara, Nélia (2014): «Um olhar sobre quatro autores que falam dos Açores em três livros: Televisão e internet limitam viajantes de hoje na descoberta dos lugares que os do século XIX encontravam nas ilhas», em: *Correio dos Açores* 3003 (quinta-feira, 23 de janeiro de 2014), pág. 2.

CEGR (1842) = «ART. III. – *A Winter in the Azores, and a Summer at the Baths of the Furnas*. By JOSEPH BULLAR, M. D., and HENRY BULLAR, of Lincoln's Inn. 2 vols. 8vo. London: John Van Voorst, Paternoster Row. 1841», em: *The Christian Examiner and General Review* 31 (January, 1842, third series, volume 13), pp. 319-348.

CMR (1841) = «*A Winter in the Azores, and a Summer at the Baths of Furnas*, By Joseph Bullar, M.D., and Henry Bullar, of Lincoln's Inn. London: Van Voorst, 1841», em: *The Churchman's Monthly Review* (July, 1841), pp. 395-400.

Dayman, Henry (1869): *The Beloved Physician, a Memoir of the late Dr. Joseph Bullar*, Southampton: Sharland.

DUM (1842) = «*A Winter in the Azores*», em: *Dublin University Magazine* 116 (August, 1842), pp. 227-233.

GM (1842) = «*A Winter in the Azores, &c.* By Jas. Buller, M.D. and H. Buller, 2 vols. 1841», em: *The Gentleman's Magazine* 18 (December, 1842), pp. 620-623.

Leite, João [Emanuel Cabral] (1990c): «Os Açores vistos por estrangeiros no século XIX: "um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas"», em: *Boletim Cultural e Informativo da Casa dos Açores do Norte* 31, pp. 14-15, em: [http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs\\_pesquisa.formview?p\\_id=17503](http://sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.formview?p_id=17503) (última consulta: DATA).

MLA (1841) = «Works now first published», em: *Bent's Monthly Literary Advertiser: Register of Books, Engravings, Music, &c.* 440 (May 10, 1841), págs. 65-68.

MR (1841) = «The Azores and Madeira», em: *The Monthly Review* 11/II (July 1841), pp. 388-397.

Picken, Andrew (1840): *Madeira Illustrated by Andrew Picken, with description of the Island*, edited by Dr. James Macaulay, M. A., [London:] Published by the author at Day & Haghes and Hodgson & Graves.

QR (1814) = «ART. XIII. *History of the Azores, or Western Islands; containing an Account of the Government, Laws, and Religion; the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants; and demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*. London. 1813.», em: *The Quarterly Review* 11 (April, 1814), pp. 190-203.

WR (1841) = «Travels», em: *The Westminster Review* 36 (July-October, 1841), pp. 502-507.

## 22. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

### TEMA 2.4. STABLEX: UMA FERRAMENTA LINGUÍSTICO-COMPUTACIONAL PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE CORPORA, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, PROFESSOR SÊNIOR UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

Tema: Lusofonia no Mundo – Língua, Linguística e Literatura

Subtema: Ensino e Currículos. Corpus da Lusofonia

#### 0. RESUMO

A exploração de textos em formato eletrônico (*corpora* eletrônicos) por programas de análise linguística abre inúmeras possibilidades aos estudiosos da linguagem e impõe novas diretrizes ao ensino e à pesquisa de línguas naturais nos mais diversos campos de investigação, desde o léxico e a gramática até o texto e o discurso.

Este trabalho tece considerações sobre a ferramenta linguístico-computacional para tratamento e análise de *corpora* STABLEX (André Camlong e Thierry Beltran, Université de Toulouse II) e sobre o método de análise de textos para o qual serve de instrumento.

O programa STABLEX foi desenvolvido especialmente para análises linguísticas – indexação de textos, tratamento estatístico de léxicos, extração de sequências e concordâncias: STA – de *statistique*, TAB – de *tableaux*, LEX – de *lexique* e T...EX – de *texte*. Por contemplar uma confluência de áreas – Linguística, Matemática, Estatística, Computação –, o programa facilita e otimiza não somente a busca, organização e quantificação, mas também a análise de dados linguísticos: apresentando-se como instrumento para análise lexical em uma perspectiva de

discurso, já realiza uma análise preliminar dos dados a partir de um tratamento lexical quantiquantitativo, de forma a submeter ao analista do discurso informações em bases seguras, porque pautadas em procedimentos objetivos, para a sua tarefa de interpretação a partir dos pressupostos teóricos adotados.

O programa STABLEX foi desenvolvido em função de um modelo de análise lexical, textual e discursiva – *método matemático-estatístico-computacional de análise de textos* de André Camlong.

O método é fundado na matemática e na estatística paramétrica (estatística descritiva); é técnica eficiente para o estudo descritivo, objetivo e indutivo do texto; permite a análise quantiquantitativa do léxico, que indica apontamentos para a análise textual e discursiva. Assim sendo, o método e a sua ferramenta respondem, de forma satisfatória, às necessidades do pesquisador cujo objeto de trabalho é o texto e o discurso.

## 1. INTRODUÇÃO

Para o tratamento e análise de *corpora*, objeto deste artigo, as tecnologias computacionais constituem indispensáveis recursos.

Uma das conclusões do *XX Colóquio da Lusofonia*, por sugestão de José Lopes Moreira Filho, durante a sua comunicação, foi a criação de um *Corpus da Lusofonia*, no âmbito do *Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática*, com o propósito de não apenas gerar *corpora* de textos em língua portuguesa dos diversos países lusófonos, mas sobretudo de disseminar o uso de ferramentas computacionais para o tratamento e análise de textos, bem como de desenvolver novos métodos de análise para o processamento de língua natural e o aprendizado de máquina.

<sup>203</sup> O CRPC é um vasto *corpus* eletrônico sobretudo da variedade europeia do Português e de outras variedades (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor-Leste), abrangendo diferentes tipos de textos escritos (literário, jornalístico, técnico, científico, didático etc.) e de transcrições de gravações de registros orais - formal e informal – de diferentes tipos de interação: monólogos, diálogos, conversas, telefonemas, leituras, homilias etc. O

Com a intenção de oferecer uma contribuição a estudos do *Corpus da Lusofonia*, o presente artigo destaca o uso de tecnologias informatizadas para a exploração de textos em formato eletrônico (*corpora* eletrônicos), tecendo considerações sobre uma ferramenta linguístico-computacional para tratamento e análise de *corpora* – STABLEX (André Camlong e Thierry Beltran, Université de Toulouse II) – e sobre o método de análise de textos para o qual serve de instrumento – *método matemático-estatístico-computacional de análise de textos* (ou *método quantiquantitativo de análise de textos*) de André Camlong.

Está prevista, também, a busca de uma interação com estudiosos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRPC)<sup>203</sup>, pelo oferecimento de *corpora* e para troca de experiências do uso de métodos e técnicas informatizados no tratamento da informação linguística.

O método e sua ferramenta vêm sendo aplicados, no Brasil, principalmente por pesquisadores do *Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática*<sup>204</sup>, grupo certificado pela Universidade de São Paulo e cadastrado no *Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq* em 2002.

Os resultados são descritos em trabalhos relativos à análise dos seguintes *corpora*:

(a) *Corpus* de Discursos Oraís - Português Falado de São Paulo (Zilda Maria Zapparoli);

(b) *Corpus* de Discursos Literários - Fernando Pessoa (João Martins Ferreira); Machado de Assis (Daniela Fregonese Bragazza); Realismo Fantástico (Neide Ferreira Gaspar); Guimarães Rosa (Márcia Angélica dos Santos); Crítica de Tradução (Neide Ferreira Gaspar);

(c) *Corpus* de Discursos Bíblicos - Epístolas de São Paulo (Edenis Gois Cavalcanti);

CRPC contém textos da segunda metade do século XIX até 2006, embora a maioria dos textos seja posterior ao ano de 1970.

Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>.

<sup>204</sup> Site: <<http://www.fflch.usp.br/dl/li>>.

(d) *Corpus* de Discursos Públicos – Greve da Educação em Pernambuco, 1987-1990 (Maria Cristina Hennes Sampaio);

(e) *Corpus* de Discursos Escolares (Luís Rogério da Silva).

## 2. O PROGRAMA STABLEX

Desenvolvido por André Camlong e Thierry Beltran (Université de Toulouse Le Mirail) e fundamentado em um método de análise lexical, textual e discursiva de autoria de André Camlong, o programa STABLEX permite ao usuário o processamento de textos (TEX) para a confecção de léxicos (LEX), a partir dos quais e por meio de uma macroacoplada ao programa, geram-se tabelas (TAB) estatísticas (STA). Foi, então, criado especialmente para aplicações linguísticas – processamento automático de textos, geração de léxicos, indexação, extração de sequências e concordâncias, lematização e tratamento estatístico.

Construído inicialmente para a plataforma *Macintosh* (Toulouse, Teknea, 1991), conta, a partir de 2004, com a sua versão para ambiente PC (São Paulo, Pirus Tecnologia, 2004), que inclui novas funções estatísticas para a análise de textos.

Por contemplar uma confluência de áreas – Linguística, Matemática, Estatística, Computação –, a sua utilização facilita e otimiza não somente a busca, organização e quantificação, mas também a análise de dados linguísticos. Possibilita, assim, um tratamento quantiquantitativo de textos: apresentando-se como instrumento para análise lexical em uma perspectiva de discurso, já realiza uma análise preliminar dos dados a partir de um tratamento lexical quantiquantitativo, de forma a submeter ao analista do discurso informações em bases seguras, porque pautadas em dados cientificamente descritos, para a sua tarefa de estudo do texto e do discurso.

A análise quantitativa de textos é ponto de partida para a análise qualitativa. Assim sendo, esse programa responde, de forma satisfatória, às necessidades do pesquisador cujo objeto de trabalho é o texto e o discurso.

Destaca-se o fato de o programa ter sido desenvolvido em função de um modelo de análise lexical, textual e discursiva - *método matemático-estatístico-*

*computacional de análise de textos, ou método quantiquantitativo de análise de textos*, de André Camlong. Trata-se, por conseguinte, não apenas da aplicação de um programa computacional, mas, de forma mais ampla, de um programa que serve de ferramenta para um método de análise de textos.

### 2.1.O MÉTODO QUANTIQUANTITATIVO DE ANÁLISE DE TEXTOS

Apresentando-se como instrumento para análise lexical em uma perspectiva de discurso, o método de análise de textos de André Camlong, descrito nas obras *Méthode d'analyse lexicale textuelle et discursive* (CAMLONG: 1996) e *Do Léxico ao Discurso pela Informática* (ZAPPAROLI; CAMLONG: 2002), é fundado na matemática e na estatística paramétrica (estatística descritiva); é técnica eficiente para o estudo descritivo, objetivo e indutivo do texto; permite a análise quantiquantitativa do léxico, que indica apontamentos para a análise textual e discursiva; pressupõe o emprego do programa STABLEX.

Trata-se, pois, de um método que põe ferramentas informáticas, matemáticas, estatísticas e gráficas a serviço da descrição de léxicos e de textos e da análise do discurso, algumas vezes corroborando, outras corrigindo e orientando a leitura do texto.

A estatística paramétrica reúne três componentes básicos: a aritmética, para calcular, determinar e controlar; o cálculo algébrico, para medir, comparar e integrar; a representação geométrica, para visualizar, memorizar e raciocinar.

A utilização conjunta desses três componentes descreve a composição do léxico, a partir da qual se pode entrever a constituição do discurso.

O texto é o ponto de referência – todas as operações estatísticas partem do texto e, por sua vez, refletem o texto – e o léxico é o veículo que leva ao conhecimento do discurso – as escolhas preferenciais dos itens lexicais, reveladas pelo seu valor, correspondem à orientação discursiva.

Não se podem, pois, tirar conclusões com base em tratamentos puramente quantitativos, visto não haver relação entre alta frequência e valor preferencial

de um item lexical (valor decorrente do seu papel na constituição textual e discursiva).

Há uma comunicação constante entre as duas informações, a numérica (quantitativa) e a textual (qualitativa): a estatística ajuda o estudioso a penetrar no universo linguístico e a descrevê-lo de modo mais exato.

## 2.2.O STABLEX NO TRATAMENTO E ANÁLISE DE CORPORA

A fim de que o *corpus* possa receber tratamento estatístico, a aplicação do STABLEX pressupõe uma preparação<sup>205</sup> dos textos em função dos objetivos do estudo – tarefa manual, que exige tempo e cuidado –, como a uniformização gráfica do texto e a reconstituição de sintagmas referenciais por meio do traço de união, a fim de preservar a unidade referencial, para evitar, no processamento, mais de uma entrada para o mesmo item lexical.

O tratamento e análise de *corpora* pelo STABLEX inclui:

(a) *levantamento lexical, com constituição de léxicos de frequência e de tabelas de distribuição de frequências – cálculo aritmético – tratamento quantitativo;*

(b) *constituição de léxicos preferenciais, normais e diferenciais, a partir de tabelas de desvios reduzidos – cálculo algébrico – tratamento quantiquantitativo;*

(c) *aplicação de testes estatísticos – normalidade de distribuição lexical, correlação, entre outros – tratamento estatístico;*

(d) *extração de sequências textuais. Esses resultados dão a conhecer o léxico por meio de uma descrição lexical quantiquantitativa.*<sup>206</sup>

Para exemplificar os recursos do programa, utilizam-se resultados do processamento efetuado com *corpus* do português falado culto de São Paulo, constituído de quatro variáveis (textos) – T1, T2, T3, T4 –, reunidas de acordo com o sexo e com as condições extraverbiais de interação dialógica – entrevistas (situações formais) e conversações (situações informais).

<sup>205</sup> Com base em Camlong, 1996:9-12.

O estudo foi publicado no terceiro volume do *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, segundo trimestre de 2010, editado em Santiago de Compostela.

## 3.1 O TRATAMENTO QUANTITATIVO

### 3.1.1 DOS TEXTOS AOS LÉXICOS DE FREQUÊNCIA

A partir dos textos utilizados para a análise, geram-se, inicialmente, três léxicos de frequência por meio de uma operação que consiste no levantamento automático exaustivo dos itens lexicais das variáveis em estudo, em que, respeitada a distribuição entre elas, os itens lexicais são classificados por ordem alfabética – *léxico alfa* –, por ordem crescente de frequência – *léxico cata* – e por ordem decrescente de frequência – *léxico delta*.

Os léxicos relacionam, na primeira coluna, a ordem de classificação; na segunda, os itens lexicais; na terceira, a frequência total (no *corpus*) e, nas demais, a frequência por variável, ou seja, a distribuição da frequência total pelas variáveis em estudo.

Destaca-se o fato de as listas originárias da análise de textos pelo STABLEX exibirem o léxico do *corpus* e dos textos que o integram – e não apenas do *corpus* como um todo, caso de alguns programas –, o que facilita uma visão contrastiva do todo – *corpus* – em relação às partes – textos que integram o *corpus* – e das partes em relação ao todo, bem como das partes entre si.

A observação dos dados fornecidos por esses léxicos não oferece informação relativa ao valor do item lexical na construção do texto e do discurso.

São dados brutos, puramente quantitativos, que retratam, apenas, o recenseamento dos itens lexicais com sua frequência absoluta (número real de ocorrências) no *corpus* e nas variáveis, não sendo, pois, suficientes para uma descrição científica do *corpus* em virtude da diferença de extensão de cada texto.

<sup>206</sup> Sobre os procedimentos utilizados para a geração de léxicos, vocabulários e tabelas, consultar Camlong, 1996 e Zapparoli, 2002.

A título de exemplificação, segue uma pequena amostra do Léxico Delta (início e fim da listagem): a classificação por ordem decrescente de frequência põe em relevo o vocabulário gramatical nas altas frequências (*eu, de, que* etc.), seguido pelo vocabulário nocional, em que se destaca o temático (*avisam, bahia, dificuldade* etc.), com os hápax<sup>207</sup> no final da listagem.

O Léxico Delta mostra a preferência do ponto de vista da massa lexical (frequência de emprego).

TABELA 1 – LÉXICO DELTA

Ordem	Léxico	Total	T1	T2	T3	T4
1	eu	504	158	157	108	81
2	de	370	127	70	90	83
3	que	368	97	106	84	81
2138	avisam	1	0	1	0	0
2139	bahia	1	0	0	0	1
2140	dificuldade	1	0	1	0	0

**3.1.2 DO LÉXICO DELTA ÀS TABELAS DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS (TDF)**

Integrada ao Stablex, há uma macro do *software* Excel responsável pelas etapas seguintes.

A partir do léxico delta, é criada a Tabela de Distribuição de Frequências<sup>208</sup> –, que conserva, na matriz, apenas os dados numéricos da população lexical recenseada nos textos, representando, pois, a massa lexical, o *status* da população estudada (cálculo aritmético – tratamento quantitativo).

Apresenta-se, a seguir, uma amostra da TDF das quatro variáveis (início e fim da listagem), onde se lê: na primeira coluna, a ordem de classificação de 1 a 75,

correspondendo à ordem decrescente da segunda coluna; na segunda, as frequências de emprego arranjadas por ordem decrescente: da mais elevada – 504 para o item *eu*, conforme léxico delta, que lista os itens classificados por ordem decrescente – à mais baixa – os itens de frequência 1 (ou hápax); na terceira, o número de itens referentes a cada frequência, conforme a contagem feita no léxico delta; na quarta, o número total de ocorrências da linha, que é o produto dos dados das duas colunas precedentes, ou seja, o produto das frequências pelo número correspondente de itens, que é também a soma dos efetivos registrados nas colunas seguintes; nas quatro colunas seguintes, a distribuição das ocorrências, isto é, o número de ocorrências de cada variável.

A parte superior da tabela traz os totais e os valores de “p” (probabilidade de ocorrência de cada item lexical em cada variável) e de “q” (probabilidade contrária).

TABELA 2 – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS

Textos: 4	Totais: 11357	3084	2923	2654	2696		
Linhas: 75	p	0,272	0,257	0,234	0,237		
	q	0,728	0,743	0,766	0,763		
Ordem	Frequência	Número	Ocorrência	T1	T2	T3	T4
1	504	1	504	158	157	108	81
2	370	1	370	127	70	90	83
3	368	1	368	97	106	84	81
73	3	132	396	87	113	88	108
74	2	367	734	166	187	169	212
75	1	1211	1211	326	281	307	297

Um exame paralelo entre a TDF e o Léxico Delta permite a identificação dos itens lexicais. Assim: 504 *eu*, 370 *de*, 368 *que*... (leitura vertical da primeira e segunda colunas do Léxico Delta) até 326 itens próprios de T1, 281 de T2, 307 de T3, 297 de T4 (leitura horizontal da última linha da TDF).

<sup>207</sup> Hápax são itens lexicais com frequência 1 numa variável e 0 nas demais.

<sup>208</sup> Sobre os procedimentos utilizados para a geração da TDF, consultar Camlong, 1996:28.

Observe-se que, se considerados o início e o fim da tabela, a relação entre as colunas 2 e 3 inverte-se: no início, há uma quantidade menor de itens lexicais para uma frequência de emprego elevada; no fim, um número elevado de itens lexicais para uma frequência de emprego baixa, decorrendo, daí, a importância dos itens lexicais de frequência 1 e dos hápax. É importante reportar-se ao Léxico Delta para a identificação dos itens lexicais de mesma frequência de emprego.

A observação dos dados da TDF não oferece, também, informação relativa à importância dos itens lexicais nos textos. Trata-se, apenas, do *status*, quer dizer, da população lexical recenseada.

Tendo em vista a diferença de extensão de cada texto, os dados brutos fornecidos pela TDF (cálculo aritmético), dado retratarmos, simplesmente, a distribuição dos itens lexicais pelas variáveis, não são suficientes para uma descrição científica do *corpus* e, por isso, não permitem fazer nenhuma comparação, nem formular nenhuma hipótese. Nessa perspectiva, é preciso transformar a *Tabela de Distribuição de Frequências* (tratamento quantitativo) em *Tabela de Desvios Reduzidos* (tratamento quantiquantitativo).

### **3.2 O TRATAMENTO QUANTIQUALITATIVO** **3.2.1 DAS TABELAS DE DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS ÀS** **TABELAS DE DESVIOS REDUZIDOS (TDR)**

A transformação da Tabela de Distribuição de Frequências em Tabela de Desvios Reduzidos<sup>209</sup>, ou seja, a redução dos dados brutos em dados medidos e proporcionalmente dimensionados, fornece os meios científicos para uma descrição do *corpus*. Essa transformação é feita pela aplicação da estatística paramétrica (cálculo algébrico) ao tratamento do *corpus*.

Criada a partir da TDF, na TDR todos os itens lexicais são medidos com a mesma unidade, a do desvio padrão<sup>210</sup>, em relação a um centro de gravidade – o ponto de equilíbrio –, em que a média é reduzida a zero (cálculo algébrico –

tratamento quantiquantitativo). A TDR dá, pois, o valor lexical, um valor algébrico do desvio reduzido (Z). A partir desse cálculo, todos os dados mantêm uma estreita relação de dependência: a parte em relação ao todo e vice-versa.

Assim sendo, enquanto a massa lexical, número de ocorrências ou de frequências de emprego dos itens lexicais do *corpus* recenseado, é um número absoluto, reproduzido na TDF, o valor lexical, um valor algébrico do desvio reduzido (Z), dado pela TDR, é uma medida pontual, calculada em relação a um centro de gravidade – o ponto de equilíbrio –, em que a média é reduzida a zero.<sup>211</sup>

Segue uma amostra da TDR das quatro variáveis, onde se lê: na primeira coluna, a ordem de classificação de 1 a 75, correspondendo à ordem decrescente da segunda coluna; na segunda, o número de frequências de emprego, arranjadas por ordem decrescente (extraídas da TDF); na terceira, o número total de desvios reduzidos na linha (ou das quatro variáveis), correspondentes às frequências de emprego; nas quatro colunas seguintes, o número de desvios reduzidos de cada variável em relação às frequências de emprego.

No cabeçalho da tabela, calculam-se a soma dos desvios reduzidos ( $\sum Zs$ ) do total e das variáveis, o desvio reduzido médio (Z Médio), que é a soma dos desvios reduzidos dividida pelo número de linhas, o quadrado do Z Médio ( $Khi^2$ ) e a normalidade da distribuição lexical. Enquanto as leituras verticais, coluna por coluna, referem-se à especificidade de cada variável a partir de uma descrição do conjunto, as leituras horizontais, linha por linha, dizem respeito à comparação entre as variáveis, permitindo a comparação das diferenças ou das preferências de emprego de itens ou de grupos de itens de um texto a outro.

A visão combinada dos dois eixos – vertical e horizontal – fornece os traços comuns e os traços distintivos entre os textos que integram o *corpus*.

<sup>209</sup> Para a confecção das tabelas de desvios reduzidos, consultar Camlong, 1996:34-35.

<sup>210</sup> Medida de dispersão dos valores de uma variável em torno de sua média – medida universal por excelência.

<sup>211</sup> Em matéria de estatística descritiva, o centro de gravidade é reduzido a zero.

A exploração exaustiva dos valores da TDR, classificando-se o Z em ordem crescente ou decrescente pelo *corpus* e pelas variáveis, permite avaliações contrastivas do todo em relação às partes e das partes em relação ao todo.

Na TDR, como o cálculo do Z é feito a partir da TDF, portanto, por frequências observadas no *corpus*, tem-se o Z por item, quando há um único item para uma dada frequência, ou o Z por conjunto de itens que se relacionam pela mesma frequência no *corpus*, quando há mais de um item para a mesma frequência. Neste caso, para discriminar-se o valor do Z de cada item, usa-se a técnica da discriminação (desagrupamento de itens), recurso disponível na macro do *Excel* que acompanha o programa STABLEX.

Para determinar o valor de cada item lexical, recorre-se, então, à Tabela de Valores Lexicais, que dá a distribuição preferencial dos itens lexicais.

TABELA 3 – TABELA DE DESVIOS REDUZIDOS – TDR

	Total	T1	T2	T3	T4	
$\sum(Zs)$	-0,319	3,728	5,430	0,112	9,365	
Z Médio	-0,004	0,050	0,072	0,001	0,125	
Khi2	0,023	0,002	0,005	0,000	0,016	
Normalidade	1,000					
Ordem	Frequência	Desvio Reduzido	T1	T2	T3	T4
1	504	-0,178	2,117	2,780	-1,029	-4,046
2	370	-0,056	3,101	-3,000	0,434	-0,591
3	368	-0,023	-0,343	1,346	-0,246	-0,779
73	396	0,067	-2,320	1,274	-0,539	1,653
74	734	0,129	-2,765	-0,161	-0,220	3,276
75	1211	0,073	-0,184	-2,017	1,630	0,643

3.2.2 AS TABELAS DE VALORES LEXICAIS (TVL) – LÉXICOS PREFERENCIAIS

As Tabelas de Valores Lexicais resultam do cálculo do desvio reduzido de todos os itens lexicais de cada variável. Obtido pela aplicação da técnica da discriminação do valor de cada item lexical em função do conjunto da variável e do *corpus*, o léxico preferencial dá a distribuição preferencial dos itens lexicais, ou seja, a ordenação dos itens lexicais por ordem decrescente de preferência de emprego no texto (ordem decrescente de desvios reduzidos), o que significa relacioná-los pelo seu valor na constituição do texto e do discurso.

O léxico preferencial revela a arquitetura de cada texto, seus itens lexicais preferenciais, seu eixo temático: todo desvio reduzido positivo acusa um uso privilegiado; em torno da média reduzida a zero, um uso normal; negativo, um uso rejeitado. Daí, as noções estatísticas, respectivamente, de vocabulário preferencial ( $Z \geq +1,96$  ou  $+2$ ), vocabulário básico ( $Z$  entre  $-1,96$  e  $+1,96$ ) e diferencial ( $Z \leq -1,96$  ou  $-2$ ).

Esses vocabulários permitem-nos destacar as temáticas na zona preferencial, as gramáticas específicas nas zonas preferenciais igualmente, assim como o léxico representativo da expressão banalizada, o suporte da temática, nas zonas básicas.

Do mesmo modo, destaca-se, nas zonas básicas, o suporte gramatical básico.

As TVL revelam, pois, a estratificação do léxico, pondo em relevo as características de emprego dos itens lexicais e destacando os elementos fundamentais da estrutura temática e articuladora do discurso.

Daí o valor dos itens lexicais e as escolhas preferenciais que revelam corresponderem à orientação discursiva.

Para melhor discernir as características dos textos em estudo, importa, ainda, observar outras variedades de vocabulário. Assim, além das variedades de vocabulários que correspondem à estratificação do léxico em zonas de acordo com os empregos preferenciais dos itens lexicais, podem-se considerar três outros tipos: (a) vocabulário exclusivo (ou particular) – itens exclusivos de uma

dada variável; (b) vocabulário de exclusão – inexistente na variável considerada (em comparação com as outras variáveis), reunindo, pois, itens lexicais ausentes numa variável, mas presentes em outra ou em outras variáveis; (c) vocabulário específico – vocabulário de síntese que, em função de finalidades do estudo, obedece a critérios de reagrupamento de itens (por associação léxica, semântica ou temática) pela técnica da lematização<sup>212</sup>, com o cálculo do valor do novo vetor obtido.

Uma amostra do léxico preferencial da variável T1 (partes inicial e final de cada tipo de vocabulário) é apresentada a seguir. Relacionam-se, nas listas, cinco tipos de colunas: a primeira refere-se à ordem de classificação; a segunda – do léxico – registra os itens lexicais; a terceira, a sua frequência no total do *corpus*; a quarta, a sua frequência na variável; e a quinta, o seu valor lexical – valor pelo desvio reduzido; assinalam-se os vocabulários em que se subdivide o léxico – preferencial, básico e diferencial.

TABELA 4 – LÉXICO PREFERENCIAL DA VARIÁVEL T1

Ordem	Léxico	Total	T1	Valor
<b>VOCABULÁRIO PREFERENCIAL</b>				
1	muito	135	78	8,000
2	gosto	50	38	7,766
3	trabalho	27	23	6,780
97	ambiente	21	10	2,109
98	posso	11	6	2,043
99	acho	50	20	2,042
<b>VOCABULÁRIO BÁSICO</b>				
100	também	54	21	1,939
101	ao	22	10	1,930
102	tipo	7	4	1,784
823	três	13	1	-1,578
824	bom	32	4	-1,864
825	pode	16	1	-1,880

<sup>212</sup> Recurso disponível na planilha 5 da macro do *Excel* que acompanha o STABLEX.

<b>VOCABULÁRIO DIFERENCIAL</b>				
826	ano	23	2	-1,990
827	os	49	7	-2,025
828	éh	29	3	-2,035
837	era	29	1	-2,870
838	ela	39	2	-3,093
839	você	81	5	-4,246

### 3.3 O TRATAMENTO ESTATÍSTICO – APLICAÇÃO DE TESTES ESTATÍSTICOS

Pelas limitações de espaço, limita-se a abordar, aqui, a aplicação dos testes de normalidade da distribuição lexical e de correlação.

#### 3.3.1 TESTE DE NORMALIDADE DA DISTRIBUIÇÃO LEXICAL DAS VARIÁVEIS

A normalidade da distribuição lexical das variáveis é determinada pelo teste do Khi 2 de Fisher, realizado a partir da TDR, em que cada variável é considerada de modo independente em relação ao todo. O Khi 2 é a soma do quadrado do desvio reduzido médio das variáveis em estudo. Para calcular-se o Khi 2, primeiro é calculada a soma dos desvios reduzidos (Z) para cada variável, dividindo-se a soma pelo número de linhas e, depois, é calculado o quadrado, para ser feita a soma das variáveis. Todos esses cálculos e os gráficos correspondentes são automaticamente efetuados pela macro. A normalidade da distribuição lexical está exposta no cabeçalho da TDR, Tabela 3, e representada graficamente na figura seguinte.

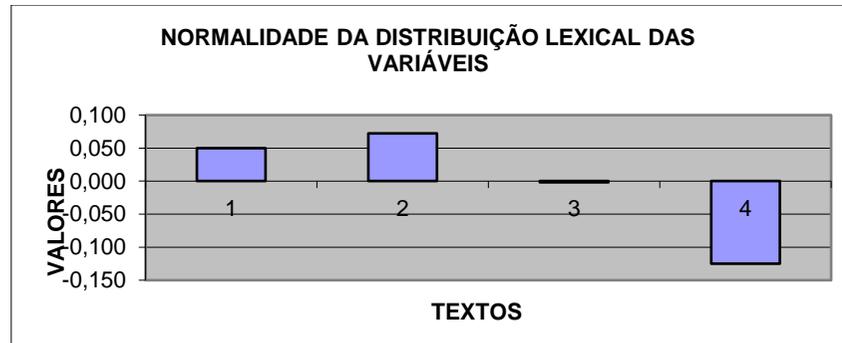


Figura 1 – Normalidade da Distribuição Lexical das Variáveis

Interpretam-se os resultados com a ajuda da Tabela do Khi 2 de Fisher<sup>213</sup>. Se a distribuição lexical das variáveis se insere na faixa de variação, trata-se de distribuição normal e centrada, indicando um *corpus* equilibrado e homogêneo. Quanto mais próximas do zero estiverem as variáveis, mais normais e centradas.

O gráfico da normalidade da distribuição lexical das variáveis também salienta a qualidade da distribuição lexical de cada variável: é a observação dos desvios reduzidos médios com base nos valores da Tabela Normal<sup>214</sup> (centrada reduzida) que indica a qualidade de cada uma das variáveis, em função da porcentagem dos itens que estão centrados em torno da média.

É preciso, ainda, justificar, plenamente, as razões da ligação entre as variáveis. Nesse caso, é utilizado o método estatístico de correlação entre as variáveis.

### 3.3.2 TESTE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

Para medir, discriminar e interpretar a natureza exata das ligações e das diferenciações lexicais entre as variáveis, isto é, para avaliar uma variável a partir do conhecimento exato de outra – grau de dependência e independência das

<sup>213</sup> Tabela do Khi 2 de Fisher: Zilda; Camlong, 2002: anexo 3; Camlong, 1996: 48.

<sup>214</sup> Camlong, 1996: 53.

variáveis (análise vetorial da TDF) e, por consequência, a partir daí, para reconhecer e justificar as razões textuais e discursivas, aplica-se o método estatístico de correlação entre as variáveis<sup>215</sup>.

Em outros termos, o estudo da correlação das variáveis, ou seja, o estudo da relação do léxico de uma variável em relação ao léxico de outra ou de outras variáveis, realizado a partir da TDF, destaca a imagem representativa da configuração espacial do *corpus*, permitindo representar graficamente, quer dizer, geometricamente, o espaço ocupado por cada variável. A tabela 5 expõe os resultados da aplicação do teste de correlação ao *corpus* de estudo.

TABELA 5 – CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

T1	T2	T3	T4	
Coefficiente médio de correlação	0,945	0,950	0,956	0,945
1,000	0,929	0,954	0,898	
0,929	1,000	0,931	0,940	
0,954	0,931	1,000	0,940	
0,898	0,940	0,940	1,000	

### 4.A EXTRAÇÃO DE SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

A extração de sequências textuais (ou seja, de recortes discursivos, ou concordâncias, ou listas de itens lexicais em seus contextos no *corpus*) – ferramenta do *Stablex* – faz-se por recurso aos textos, em função de finalidades de estudo. O recurso aos textos para a extração de sequências permite o estudo mais preciso da significação discursiva de itens ou conjunto de itens.

A título de exemplificação, segue recorte discursivo do item *né?*, extraído da variável T1, o qual exhibe, também, marcadores conversacionais.

<sup>215</sup> Procedimentos para o cálculo dos coeficientes e matriz de correlação estão expostos em Camlong, 1996:83-124.

*Ah* isso é difícil de responder, *né? Ahn...* basicamente, veja bem, eu... eu... eu estudo, leio e trabalho; meu horário, não muito regular, porque as aulas variam; *ahn* quer dizer, às vezes, tenho aula... começa às duas; *ahn ahn ahn* às vezes, é de manhã; quer dizer... e variam muito o horário, mas, basicamente, a minha vida é... é... é estudar e... e dar aula, *né?*

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ferramenta informática já é parte constitutiva das pesquisas que envolvem o tratamento de *corpora* linguísticos, e a matemática, pelo viés da estatística paramétrica, a fornecedora dos elementos analíticos necessários à compreensão do discurso.

Tendo em vista a extensão e a finalidade deste tipo de texto, buscou-se dar mostras das possibilidades de análise de textos pelo programa STABLEX, ferramenta do método quantiquantitativo de análise de textos de André Camlong, desenvolvida especialmente para aplicações linguísticas, que faz mais do que simplesmente acelerar e facilitar o trabalho de tratamento de textos: fornece, de forma confiável e segura, porque embasada por métodos e critérios científicos, indicadores para uma análise das características temáticas e da estrutura argumentativa do discurso, algumas vezes, reforçando, outras orientando hipóteses prévias.

É na avaliação dos resultados que entra o papel do pesquisador, cuja sensibilidade não é substituída por máquinas ou técnicas, mesmo as mais aperfeiçoadas.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi (1998). *Corpus Linguistics - Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRAGAZZA, Daniela Fregonese (2005). *SUBLIMES PORMENORES: escolhas lexicais privilegiadas na composição das personagens e das temáticas em contos de Machado de Assis*. São Paulo. Tese (Doutorado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. /Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.
- CAMLONG, André (1996). *Méthode d'analyse lexicale textuelle et discursive*. Paris: C.R.I.C. & OPHRYS.
- CAMLONG, André; BELTRAN, Thierry (2004). *Stable version PC*. São Paulo: Pirus Tecnologia.

CAVALCANTI, Edenis Gois (2005). *A Estatística e a Semiótica: imbricação de olhares sobre textos neotestamentários*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. /Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.

GASPAR, Neide Ferreira (2013). *Estudo das traduções para o francês de Gabriela, cravo e canela a partir de um diálogo entre Camlog e Torop*. São Paulo. Tese (Doutorado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. /Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.

GASPAR, Neide Ferreira (2005). *Mágico, Fantástico, Maravilhoso: em busca dos elementos constituintes de um realismo onírico*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. /Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.

MARTINS FERREIRA, João (2000). *O Discurso de Fernando Pessoa em Mensagem*. São Paulo. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.artemusical.com/martinsferreira>>.

SAMPAIO, Maria Cristina Hennes (2002). *Democracia, cidadania e produção de um espaço público democrático em tempos de globalização: práticas discursivas entre Estado-Sociedade no movimento grevista da educação em Pernambuco (1987-1990)*. São Paulo. Tese (Doutorado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. /Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.

SANTOS, Márcia Angélica dos (2008). *Quando as veredas se encontram: diálogos entre a Estatística e a Semiótica em uma abordagem de seis contos de Guimarães Rosa*. São Paulo. Tese (Doutorado em Letras - Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. / Disponível na Coleção Didática da Biblioteca Central da FFLCH/USP/.

Zapparoli, Zilda Maria; Camlong, André (2002). *Do Léxico ao Discurso pela Informática*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 256 p. + CD-ROM.

Zapparoli, Zilda Maria (2006). Análise lexical, textual e discursiva: uma abordagem quantiquantitativa. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL, I., Universidade de Navarra, Pamplona, 2002. *Actas - I*. Pamplona: Arco / Libros, pp. 835-849.

Zapparoli, Zilda Maria (1997). Considerações sobre a utilização de novas tecnologias na análise do léxico do português falado culto de São Paulo. Preti, Dino, org., *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP. pp. 151-173. (Projetos Paralelos, v.2).

Zapparoli, Zilda Maria (2009). *Sistema CorPor - versão desktop*. Disponível em: <<http://www.corpor.fflch.usp.br>>.

ZAPPAROLI, Zilda Maria (2010). Tratamento de *corpora* informatizados por programas de análise linguística para estudos do português falado de São Paulo. *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*. Santiago de Compostela: Academia Galega de Língua Portuguesa, n. 3, p. 87-112. ISSN 1888-8763.

Zapparoli, Zilda Maria (2002). Um pouco da história da análise informatizada do léxico no Brasil. Nunes, José Horta; Petter, Margarida, orgs., *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. São Paulo / Campinas: Humanitas / Pontes, pp. 223-253.

**TEMAS ITEM 22**

**TEMA 1 AUTORES E TEMAS DAS BEIRAS**

1.1. **AUTORES E OBRAS** (De Abel Botelho a Vergílio Ferreira e outras/as)

1.2. **FALARES DAS BEIRAS**

1.3. **DA HISTÓRIA À TRANSMÂNICA E À GASTRONOMIA, UMA IDENTIDADE BEIRÁ**

**TEMA 2 LUSOFONIA: 800 ANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

- 2.1. Língua Portuguesa: 800 ANOS no tempo e no espaço
- 2.2. A mulher nas letras lusófonas
- 2.3. Língua de Identidade e Criação
- 2.4. Língua Portuguesa nos Mídia e no Ciberespaço
- 2.5. Ensino e currículos. Corpus da Lusofonia.
- 2.6. Política da Língua
- 2.7. Lusofonia na arte e noutras ciências
- 2.8. Outros temas lusófonos

**TEMA 3 Açorianidades**

3.1. **Homenagem a autoras do Arquipélago da Escrita (Açores) - BRITES ARAÚJO, JOANA FÉLIX, JUDITE JORGE, LUÍSA RIBEIRO, LUÍSA SOARES, MADALENA FÉRIN, MADALENA SANBENTO, NATÁLIA CORREIA, RENATA CORREIA BOTELHO**

3.2. OUTRA Literatura de matriz açoriana

3.3. Açorianos em Macau e em Timor –

D. Arquimínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa Nunes e D. Paulo José Tavares, (bispos açorianos em Macau), Áureo da Costa Nunes de Castro, João Paulino de Azevedo e Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado

3.4. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores, por exemplo:

· Ashe, Thomas / Haydn, Joseph (1813): *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other engravings, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones.*

· Bullar, Joseph / Henry (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].*

· Henriques, Borges de F. (1867): *A trip to the Azores or Western Islands, Boston : Lee and Shepard.*

· ORRICO, Maria "Terra de Lúdia",

· Petri, Romana "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha",

· Tabucchi, Antonio, "Mulher de Porto Pim"

- Twain Mark (1899): *The Innocents Abroad, Volume I, New York; London: Harper & Brothers Publishers. (capítulos sobre os Açores, Faial), CAP. V/VI*

· Updike, John. "Azores", *Harper's Magazine, March 1964, pp 11-37*

**TEMA 4 tradutologia**

4.1. Literatura lusófona traduzida

4.2. tradução de e para português

**2. LISTA COLABORADORES REVISTA 0 2014 ITEM 22**

	Nome	Instituição	Título do trabalho
23.	<a href="#">AFONSO TEIXEIRA FILHO</a>	UNIVERSIDADE DE S. PAULO, BRASIL	OS CAMINHOS DE BABEL
24.	<a href="#">ALEXANDRE LUÍS</a>	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, PORTUGAL	VALORIZAR O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA CIENTÍFICA INTERNACIONAL: UMA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA ELEMENTAR
25.	<a href="#">CARLA SOFIA LUÍS</a>	IDEM	IDEM
26.	<a href="#">ÂNGELO CRISTÓVÃO</a>	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	A POSIÇÃO GALEGA NO CONTEXTO DA LÍNGUA PORTUGUESA
27.	<a href="#">CARLOS LUNA</a>	ESC. SECª RAINHA STA ISABEL, ESTREMOZ, PORTUGAL	OLIVENÇA: LÍNGUA DE IDENTIDADE
28.	<a href="#">ISA SEVERINO</a>	ESTH/ INSTª POLITÉCª GUARDA, PORTUGAL	FLORBELA ESPANCA – SER DE DESEJO E DESEJO DE SER
29.	<a href="#">JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO</a>	EMPREENDEDOR, PORTUGAL	LIÇÕES APRENDIDAS A CONSTRUIR EMPRESAS TECNOLÓGICAS INTERNACIONAIS"
30.	<a href="#">JOSÉ CARLOS TEIXEIRA</a>	UNIVERSIDADE DA COLÚMBIA BRITÂNICA, CANADÁ	ENSINAR A GEOGRAFIA DA MIGRAÇÃO NUM CONTEXTO INTERNACIONAL
31.	<a href="#">JOSÉ JORGE DE MELO</a>	AÇORES	FRANCISCO DE SOUSA, POETA DA PEDREIRA DE NORDESTE
32.	<a href="#">JOSÉ SOARES</a>	AÇORES/CANADÁ	A NAÇÃO AÇORIANA NO CONTEXTO EUROPEU
33.	<a href="#">LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO</a>	CES, UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL	A ANGOLANIDADE E AS ARTES PLÁSTICAS: TRAVESSIAS, TRANSCULTURALIDADES, IDENTIDADE
34.	<a href="#">MARIA HELENA ANÇÁ</a>	UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL	A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – CRUZANDO ATORES, VOZES E PERSPETIVAS
35.	<a href="#">MARIA SEOANE DOVIGO</a>	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA	"ENTRE CENTROS E MARGENS: AS DESCOBERTAS POÉTICAS DA IRLANDESA EAVAN BOLAND, DA

			GALEGA XOHANA TORRES E DA SÃO-TOMENSE GORETTI PINA”
36.	<a href="#">MÁRIO MELEIRO</a>	ESTH, INSTº POLITÉCº GUARDA, PORTUGAL	NOVOS CONTRIBUTOS DE ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA.
37.	<a href="#">NORBERTO ÁVILA</a>	DRAMATURGO AÇORIANO	ALGUM TEATRO NA INTERNET
38.	<a href="#">PERPÉTUA SANTOS SILVA</a>	CIES, IUL, PORTUGAL COMISSÃO EXECUTIVA	A LÍNGUA PORTUGUESA COMO TRAÇO DISTINTIVO NO CONTEXTO MULTICULTURAL DE MACAU
39.	<a href="#">RAUL LEAL GAIÃO</a>	PORTUGAL	AÇORIANOS EM MACAU – D. JOÃO PAULINO E CASTRO: DA ATIVIDADE PASTORAL À DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA
40.	<a href="#">ROLF KEMMLER</a>	ALEMANHA	AFINAL, QUEM SÃO OS DONOS DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA?
41.	<a href="#">TATIANA GUZEVA</a>	UNIVERSIDADE DE AVEIRO, RÚSSIA	EDUCAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA FALANTES DE LÍNGUA RUSSA: INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

retrocesso, pois esse tipo de tradução, por apegar-se à sintaxe do original, assemelha-se ao tipo de tradução que os gregos antigos faziam e denominavam metáfrase, ou seja, um texto a ser colocado à frente (ou abaixo) de outro texto. Era aquilo que chamamos hoje de tradução interlinear e que pode também ser chamada de tradução literal.

Berman, de fato, considera a retradução uma tradução literal, mas não por apegar-se somente às palavras, e sim por enfrentar os diversos recursos verbais do original.

Tratamos dessa mesma questão no XXI Colóquio da Lusofonia, mas consideramos, então, as diversas traduções do *Paradise Lost* de John Milton para o português. Desta vez, trataremos de nossa própria tradução desse poema, com o propósito de mostrar diversos problemas relacionados com a retradução. Como exemplo, temos os estrangeirismos. Se, de acordo com Berman, a tradução à letra permite preservar na tradução muito do sabor original, ela, por outro lado, faz com que a tradução perca muito do sabor local e, com isso, quase toda a sua musicalidade.

O que pretendemos mostrar é que existem diversos caminhos para se chegar a uma retradução sem recorrer a desvios sintáticos e sintagmáticos. Isso é possível graças, essencialmente, a duas coisas: 1. Ao enorme glossário da língua portuguesa, o qual é tão rico que nos permite, por exemplo, encontrar palavras que se assemelham foneticamente às palavras que traduzimos do original; 2. Ao uso de termos antigos ou arcaicos, pois as línguas assemelham-se mais umas às outras na origem.

Para este próximo Colóquio da Lusofonia, apresentaremos exemplos, retirados de nossa própria tradução, do uso desses dois recursos descritos acima.

## 23. AFONSO TEIXEIRA FILHO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

### TEMA 4.2. OS CAMINHOS DE BABEL, AFONSO TEIXEIRA FILHO, DOUTOR EM LETRAS E, PÓS-GRADUANDO PELO DEPTº DE LETRAS MODERNAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

#### 0. Resumo

Antoine Berman, em *La traduction et la lettre*, trata do tema da retradução, como uma tradução de uma determinada obra, que serve de diálogo entre as traduções existentes dessa mesma obra e o original. De acordo com a definição dada por ele, a retradução parece, mais que um avanço da arte de traduzir, um

#### 1. INTRODUÇÃO

A formulação da teoria de uma língua indo-europeia, primordial, que estaria na origem da maioria das línguas da Europa e de algumas outras, tem, certamente, inspiração bíblica.

No mito de Babel, os habitantes da cidade intentaram construir uma torre que alçariam aos Céus, em desafio ao Deus da criação. A vingança desse Deus resultou na dispersão do povo de Babel pela terra. Deus fez com que não se entendessem mais, que passassem a falar línguas distintas e, conseqüentemente, não lograssem habitar o mesmo lugar.

Entende-se que, na diáspora desses povos, seus falares foram se tornando cada vez mais isolados e mais distintos, não apenas do falar pré-babélico, mas também dos falares que assumiram por magia de Deus.

O mito serve, contudo, para revelar uma característica histórica das próprias línguas, sua condição de mutabilidade, de evolução. Línguas próximas umas das outras distanciam-se no decorrer do tempo. Quanto mais velhas as línguas irmãs, menos se parecem; quanto mais novas, mais semelhantes são.

Dessa forma, pôde-se, por meio de conjecturas, recompor um certo número de vocábulos até à sua origem indo-europeia. Mas, na Babel indo-europeia, um único termo fará brotar uns poucos ramos, que florescendo, resultarão em um sem-número de palavras nas modernas línguas derivadas. Por exemplo, de um único morfema como \**leg-* surgiram, no latim, *legere*, *lex (legis)*, *legare*, *legumen*; e, no grego, *legein* e *logos*. Desses seis ramos, brotaram vocábulos como: lógica, léxico, dialética, eleição, legível, leitura, lição, coleta, seleção, elite, inteligência, ligação, religião, diligência, sacrilégio, sortilégio, lealdade, legal, legislar, privilégio, legitimidade, legado, colega, colégio, delegado, alegação, legume, etc.

Essas palavras assemelham-se na maioria das línguas indo-europeias. No entanto, é comum o surgimento de vocábulos substitutos, provenientes de outras línguas, de outras culturas ou da própria língua; o que faria com que determinados termos se dispersassem como entre os primeiros nômadas de Babel. A palavra latina *flumen*, por exemplo, resultou no italiano *fiume*, no francês *fleuve*; mas os ibéricos fizeram seus rios derivarem de *rivus*, cujo sentido era, originalmente, “ribeiro”, “regato”. Por sua vez, *rivus* originou palavras de sentido diverso naquelas línguas, como *rivière*, em francês; ou mesmo nestas, como “ribeira”, em português.

Ao traduzirmos textos de línguas próximas, encontramos muitas semelhanças; e, se recorrermos a sinônimos e mesmo a termos antigos ou arcaicos, o universo das semelhanças amplia-se.

Quando traduzimos de uma língua germânica para uma língua românica, as diferenças são maiores, embora permaneça um antepassado comum no indo-europeu. Quanto ao inglês, a questão é outra. A língua é de origem germânica, mas recebeu do latim metade de seu vocabulário. Deve-se isso à invasão normanda à ilha ocorrida em 1066. O inglês antigo, ou anglo-saxão, foi sendo contaminado paulatinamente por vocábulos de origem francesa. Esse processo, além de introduzir palavras novas na língua, deu origem a novos sinônimos. A língua passou a ter um grande número de palavras de origem francesa que já existiam em anglo-saxão, como é o caso, por exemplo, de *beef*, derivado do francês, e *ox*, de origem saxônica. Houve um momento em que se considerava mais elegante, e mais correto, usar-se o termo latino em lugar do termo saxão; adotar uma construção frásica latina em vez da saxã, muito mais concisa; usar-se a preposição em vez de usar-se o genitivo saxão; trocar o *phrasal verb* por um termo de origem latina; etc.

O inglês médio, ou inglês do final da Idade Média, é a forma mais arcaica da língua; o inglês antigo, ou anglo-saxão, é, na verdade, outra língua, incompreensível para o falante de hoje. Existem, no entanto, mais semelhanças entre o inglês de Chaucer e o português da *Demanda do Santo Graal*, do que entre o inglês moderno e o português atual. Naquela fase dessas línguas, a distância de Babel era menor do que seria depois de Camões e Shakespeare.

Levando-se em conta a proximidade maior entre as línguas antigas, o recurso a vocábulos antigos torna mais fácil a tarefa do tradutor, ainda que torne mais difícil a vida do leitor. Entretanto, o recurso ao dicionário, a riqueza vocabular de um texto e o uso de vocábulos modernos inusitados também

dificultam a leitura. Mas o tradutor, como um artista da palavra, não deve dirigir sua obra ao leitor, e sim à própria obra que deu origem à tradução feita por ele.<sup>216</sup>

### 2.1. ANTOINE BERMAN

O crítico francês Antoine Berman dedicou à tradução quase toda a sua obra. Em *La traduction et la lettre ou L'Auberge du lointain*, discorre largamente sobre duas traduções em especial: a do *Paradise Lost* de Milton, feita por François-René de Chateaubriand, e a *Eneida*, de Virgílio, feita por Pierre Klossowski. Essas duas traduções, de acordo com Berman, fizeram uso de uma língua intermediária entre o francês e a língua do original. No caso do *Paradise Lost*, Chateaubriand recorreu ao latim; no caso da *Eneida*, Klossowski recorreu ao alemão, língua de seus pais. Fizeram-no por motivos diferentes; mas, tanto um como outro, por exigências das próprias traduções.

Chateaubriand percebeu que Milton escorou-se grandemente na *Vulgata* latina e na *Authorised Version* da Bíblia. Como não havia uma versão francesa do texto anglicano, teve de lidar com a imaginação; mas, em relação ao texto latino, soube usá-lo como aproximação entre sua tradução e o original de Milton. Klossowski, por sua vez, escora-se na tradição alemã. O que Chateaubriand e Klossowski têm em comum é o recurso à filologia como auxílio para a empresa da tradução. E ao fazê-lo, ambos atingem o limite das possibilidades do francês. E o deformam, agridem, corrompem.

A esse tipo de tradução, Berman denomina “retradução”, um neologismo que denota uma tradução que se apoia nas outras traduções existentes do mesmo texto, servindo de crítica, ao mesmo tempo, às traduções existentes e ao original. A retradução é uma espécie de ritual de passagem, das primeiras traduções, mais exatas, mais inocentes, para as traduções mais radicais, mais audaciosas, mais subversivas. A retradução estabelece na língua de chegada uma relação íntima com o original e com a língua desse original.

<sup>216</sup> “Ao apreciar-se uma obra de arte, ou forma artística, nunca é produtivo levar-se em consideração o receptor... Nenhum poema visa ao leitor; nenhum quadro, àquele que o olha; nenhuma sinfonia, àquele que a ouve.” (WALTER BENJAMIN, 2007)

Mas, por que a necessidade de deformar a sintaxe e o vocabulário da língua de chegada? Apenas para estabelecer o diálogo mencionado há pouco? Mas uma tradução não se dá em função desse diálogo. Seria possível chegar-se a uma retradução de um texto como o *Paradise Lost*, por exemplo, sem recorrer à violência? É disso que trataremos aqui.

### 2.2. ODORICO MENDES E A TRADUÇÃO DE HOMERO E VIRGÍLIO

O poeta neoclássico brasileiro, Manuel de Odorico Mendes<sup>217</sup>, tinha formação clássica. Conhecia perfeitamente o latim e o grego. Dedicou a vida à carreira política e, na aposentadoria, tratou de traduzir os clássicos. Verteu para o português toda a obra de Homero e Virgílio; e o fez nos mesmo moldes da retradução postulada por Berman. Endureceu a sintaxe portuguesa, quase chegando a violentá-la, abusando dos hipérbatos e das sínqueses. Embora esse fosse um recurso comum aos poetas barrocos e neoclássicos, Odorico Mendes teve de usá-lo sistematicamente devido a seu projeto de tradução, que almejava verter em decassílabos os versos clássicos e conservar, no português, a qualidade de síntese do grego. Procurou manter na tradução o mesmo número de versos do original, embora não se propusesse a uma tradução interlinear, como era do costume dos gregos.

Mas foi na tradução dos epítetos homéricos que Odorico Mendes mais afrontou a língua portuguesa. Forjou palavras por aglutinações, sendo que tal método de criação de palavras é raro no português. Deu a formas como *rhododáctylos Éos*, “dedirrósea Aurora”, em vez de “Aurora dos dedos róseos”. E grafou coisas como “crinipulcra” e “olhicerúlea” em vez de, respectivamente, “belos cabelos” e “olhos azuis”, para a tradução do texto virgiliano.

E, como isso, Odorico Mendes atinge a síntese almejada. Recorreu a todos os limites da língua. Forjou frases até onde as fronteiras da língua o

<sup>217</sup> Manuel de Odorico Mendes (1799-1864) foi um humanista brasileiro nascido na província do Maranhão. Ingressou na Universidade de Coimbra, onde cursou Medicina, Filosofia e Língua Grega. Posteriormente exerceu a carreira política. Foi poeta, jornalista e polemista. Dedicou-se à tradução ao aposentar-se, na França.

permitia; percorreu o léxico português, extravasando do vocabulário ordinário para o vocabulário erudito e para o inusitado; enfim, fez o que pôde para reconstruir um texto estranho em uma língua estranha; o grego antigo num português diferente.

Era, para ele, extremamente difícil estabelecer um diálogo entre seu texto e o original, mas ele logrou o intento. Odorico Mendes é autor das primeiras retraduições em português. Elas são decisivas. Nenhuma tradução posterior dos clássicos foi capaz de fazer tanto.

Carlos Alberto Nunes, que também traduziu Homero e Virgílio, procurou inovar em questões de métrica. Tentou reproduzir os hexâmetros gregos em português. Substituiu as sílabas longas do grego por sílabas tônicas no português, e o resultado de suas traduções foi um verso longo em que o ritmo fácil dos pés greco-latinos tornou-se vago e monótono em português, sobretudo quando comparado ao verso ligeiro de Odorico Mendes:

*Canta, ó Musa, o varão que astucioso,  
Rasa Ílion santa, errou de clima em clima,  
Viu de muitas nações costumes vários.  
Mil transes padeceu no aquóreo ponto,  
Por segurar a vida e aos seus a volta;  
Baldo afã! Pereceram, tendo, insanos,  
Ao claro Hiperônio os bois comido,  
Que não quis para a pátria alumiá-los.<sup>218</sup>*

*Musa, reconta-me os feitos do herói astucioso que muito  
Peregrinou, dêz que esfez as muralhas sagradas de Troia;  
Muitas cidades dos homens viajou, conheceu seus costumes,  
Como no mar padeceu sofrimentos inúmeros na alma,  
Para que a vida salvasse e de seus companheiros a volta.  
Os companheiros, porém, não salvou, muito embora o tentasse,  
Pois pereceram por culpa das próprias ações insensatas.*

<sup>218</sup> Tradução de Odorico Mendes.

<sup>219</sup> Tradução de Carlos Alberto Nunes.

*Loucos! Que as vacas sagradas do Sol hiperônio comeram.  
Ele, por isso, do dia feliz os privou do retorno.<sup>219</sup>*

Outros tradutores, como Donaldo Schuler e Trajano Vieira, professores universitários, esforçaram-se, mas não inovaram:

*O homem canta-me, ó Musa, o multifacetado, que muitos  
Males padeceu, depois de arrasar Troia, cidadela sacra.  
Viu cidades e conheceu costumes de muitos mortais. No  
Mar, inúmeras dores feriram-lhe o coração, empenhado em  
Salvar a vida e garantir o regresso dos companheiros. Mas  
Não conseguiu contê-los, ainda que abnegado. Pereceram,  
Vítimas de suas presunçosas loucuras. Criações! Forraram  
A pança com a carne das vacas de Hélio Hipérion. Este os  
Privou, por isso, do dia do regresso.<sup>220</sup>*

*O homem multiversátil, Musa, canta, as muitas  
Errâncias, destruída Troia, pólis sacra,  
As muitas urbes que mirou e mentes de homens  
Que escrutinou, as muitas dores amargadas  
No mar a fim de preservar o próprio alento  
E a volta dos sócios. Mas seu sobre-empenho não  
Os preservou: pueris, a insensatez vitima-os,  
Pois Hélio Hiperônio lhes recusa o dia  
Da volta, morto o gado seu que eles comeram.<sup>221</sup>*

Trajano Vieira, no entanto, procurou, como Odorico Mendes, reproduzir de maneira sintética algumas expressões do grego. Mas, isso já não era novidade, no que se refere ao grego e ao latim. Talvez Trajano Vieira tenha procurado apresentar uma tradução inovadora em outros aspectos. Sua tradução, contudo,

<sup>220</sup> Tradução de Donaldo Schuler.

<sup>221</sup> Tradução de Trajano Vieira.

busca, como a de Schuler, a interlinearidade, a forma mais antiga e arcaica de tradução.<sup>222</sup>

Notamos, contudo, que as traduções diferem bastante entre si. Quando se traduz de uma língua distante do português, como o grego, é natural que os textos sejam diferentes. E quando se traduz versos e se pretende acomodá-los em versos na tradução, o resultado distancia ainda mais os textos.

É por essa razão que a tradução que Odorico Mendes fez da *Eneida* é tão estranha para nós quanto suas traduções da *Odisseia* e da *Iliada*.

O latim está bem mais próximo que o grego do português. E o latim clássico, do final da República e dos primórdios do império, como é o caso do latim de Virgílio é aquele latim que tomamos como modelo: é o mais estudado e seus autores influenciaram toda a literatura europeia.

O que torna a tradução de Odorico Mendes estranha para nós não são os latinismos, as deformações sintáticas e nem a tentativa de latinizar o português, pois há muito pouco disso nela. O que torna o texto estranho ao autor é, justamente, a dificuldade sintática e o rebuscamento vocabular. As construções sintáticas precisam ser decifradas; as palavras precisam ser buscadas no dicionário. Mas, tudo ali é português. Português barroco, quase pedante, mas português.

Chega-se a pensar que mais fácil seria ler o texto original do que a tradução de Odorico Mendes. A língua, porém, não é afrontada. Mesmo assim, percebemos que essa tradução é uma retradução. Nela, encontramos todos os indícios disso: a atenção às palavras, ou à letra (literalidade); a ousadia de expandir os limites sintáticos e lexicais da língua, por influência da língua que traduz (e por imposição do texto original); a proximidade léxico-vocabular da tradução com o original; a marca que ela deixa na literatura em sua língua; a referência que se torna para todas as outras traduções do mesmo texto naquela

mesma língua; e, por fim, a intermediação de uma outra língua (nesse caso, o grego).

Odorico Mendes era versado, desde pequeno, no latim. O grego, ele aprendeu mais tarde. O primeiro trabalho de tradução a que se dedicou foi justamente a *Eneida*. E, quando traduziu Homero, fê-lo com a intermediação do latim (recorrendo, inclusive, a traduções latinas dos épicos). Todavia, o texto de Odorico Mendes não é um decalque grego, é um decalque latino, com um ou outro toque grego.

*Eu, que entoava na delgada avena  
Rudes canções, e egresso das florestas  
Fiz que as vizinhas lavras contentassem  
A avidez do colono, empresa grata  
Aos aldeãos; de Marte ora as horríveis  
Armas canto, e o varão que, lá de Troia  
Prófugo, à Itália e de Lavino às praias  
Trouxe-o primeiro o fado. Em mar e em terra  
Muito o agitou violenta mão suprema  
E o lembrado rancor da seva Juno;  
Muito em guerras sofreu, na Ausônia quando  
Funda a cidade e lhe introduz os deuses:  
Donde a nação latina e albanos padres  
E os muros vêm da sublimada Roma.*

Essa retradução difere das outras que ele próprio fez: não afronta a língua, não violenta a sintaxe e não lhe expande o glossário. A razão disso é que não havia necessidade para tal. E isso nos leva a pensar que talvez, até mesmo a tradução do *Paradise Lost*, por Chateaubriand, não necessitasse também.

Odorico Mendes lidou com um texto da maneira que devia ter lidado e indicou-nos um novo caminho para uma retradução.

<sup>222</sup> Os gregos, utilizavam o termo *metaphrassos* para designar a tradução; esse termo significa, ao pé da letra, uma explicação de um determinado trecho de texto colocada depois do trecho. O

propósito da metáfrase era simplesmente traduzir palavras, sem preocupações de outra ordem, como sintaxe, métrica, som, etc.

T. S. Eliot, certa vez, falando de Milton, disse, pejorativamente, que Milton escrevia em inglês como se o inglês fosse uma língua morta.<sup>223</sup> E essa língua morta, para nós, era o latim, a língua que intermediou o texto de Milton. A língua que lhe surgiu na mente quando procurou traduzir as fantasias de sua imaginação para o inglês.

Se o texto de Milton é um decalque latino no inglês, que melhor maneira de traduzi-lo para o português do que decalcando esse mesmo latim no português? Foi o que fez Odorico Mendes em sua versão brasileira da *Eneida*. É o que carece fazer em uma versão do *Paradise Lost* em português.

### 3. O PARAÍSO PERDIDO

Milton, ao escrever o *Paradise Lost*, esteve sob variada influência. O poema está repleto de citações de poetas romanos e italianos. Milton dominava as duas línguas, assim como dominava o hebraico e o aramaico, línguas do Antigo testamento. Para construir um poema épico-religioso, como o *Paradise Lost*, valeu-se de todas essas línguas, ainda que as passagens bíblicas de seu poema viessem, sobretudo da *Vulgata* latina e da *Authorised Version*, do rei Tiago I.

Outra influência que Milton recebeu, e que já estava presente em todos seus outros poemas, foi-lhe dada pela música. Entretanto, ao compor o *Paradise Lost*, o poeta já se encontrava cego. Isso serviu de justificativa para Eliot dizer que o poema é fraco de imagens, mas rico em musicalidade.<sup>224</sup>

Uma tradução do *Paradise Lost* não deverá, portanto, descuidar do aspecto musical.

A mais recente tradução do poema foi feita por Daniel Jonas,<sup>225</sup> um poeta e homem de teatro. Jonas recupera quase tudo do original em sua versão: o número de sílabas, o número de versos (tradução interlinear), a síntese e o sentido. Trata-se de um tradutor excepcional: consegue reter quase sempre todo o sentido do verso original no verso traduzido, e no mesmo lugar.

*Da rebeldia adâmica, e o fruto  
Da árvore interdita, e mortal prova  
Que ao mundo trouxe morte e toda a dor,  
Com perda do Éden, 'té que homem maior  
Nos restaure, e o lugar feliz nos ganhe,  
Canta, celestial Musa, que no cume  
Do Orebe, ou do Sinai lá, inspiraste  
O pastor que ensinou a casta eleita,  
De como no princípio céus e terra  
Se ergueram do caos; ou se o Monte Sião  
Mais te encanta, e de Silóé o veio  
Que corria p'lo oráculo de deus,  
Teu favor invoco à canção ousada,  
Que em não mediano voo quer levar-se  
Aos cimos de além Hélicon, buscando  
Coisas em prosa ou rima não tentadas.*

O primeiro verso não dá ideia da precisão do texto de Jonas. Ele, imaginando que todos nós saibamos que o primeiro homem foi Adão, não viu problema em mudar “desobediência do primeiro homem” [Of man's first disobedience] para “rebeldia adâmica”. O problema aqui é antecipar o que o texto revela depois. Por outro lado, o tradutor soube lidar bem com as frases proverbiais. O último verso aqui citado, “Coisas em prosa ou rima não tentadas”, traduz Milton e também o que Milton traduz. Trata-se, no original, de uma tradução de Lucrécio e Ariosto (*Cosa non detta in prosa mai, ne in rima*), a qual se tornou proverbial em diversas línguas. Contudo, o termo “rima” não fica bem em português, pois a palavra *rhyme* do original (e *rima* de Ariosto) não tem o sentido de “rima” em português, mas de verso. Se o leitor observar, não há rimas no poema de Milton, da mesma forma que não havia rimas na épica latina.

Por outro lado, a tradução de Daniel Jonas carece de música. O texto parece prosa rebuscada. Além disso, não apresenta novidades em relação às outras traduções existentes. Não renova o texto. Não ousa nem arrisca. Não

<sup>223</sup> ELIOT, 1975, p. 261.

<sup>224</sup> ELIOT, 1975, *ib.*

<sup>225</sup> MILTON, 2006.

inova nem subverte. O texto de Daniel Jonas, embora seja uma excelente tradução, não pode ser considerado uma retradução. Não se opõe às traduções existentes nem serve de original. Quem lê a tradução de Jonas não estranha as outras traduções anteriores. Quem lê a tradução de Jonas está certo de que está diante de uma tradução e não de um texto original. A retradução é um texto solto, autônomo, subversivo.

#### 4. UM NOVO PARAÍSO

Quando decidimos pesquisar as traduções existentes do *Paradise Lost*, nossa intenção era extrair delas, das melhores delas, uma ideia para um projeto de retradução. A pesquisa resultou num universo de 229 traduções diferentes, num conjunto de 36 línguas. Analisamos por volta de 50 traduções e apenas a tradução de Chateaubriand apresentou-nos elementos de uma retradução. Isso talvez se deva ao fato de que a maioria das traduções seja antiga e, portanto, “primeiras traduções”. Quanto às “segundas traduções”, a maior parte delas parece decalque das primeiras.<sup>226</sup>

Aparentemente, nenhum tradutor, além de Chateaubriand, entusiasmou-se com o *Paradise Lost* a ponto de renová-lo. A ideia inicial dos tradutores era apresentar o poema para os leitores de suas línguas, enriquecer a cultura de seus países, tornar o poeta conhecido ali, reforçar a religiosidade de seu povo ou fazer de Milton uma influência para a literatura de seus países (quer pela literatura, quer pela fé).

O entusiasmo por Milton foi tardio. A maioria das traduções é do século XIX. O entusiasmo por Milton parece ser um entusiasmo romântico. O interesse do século XX indica mais um entusiasmo editorial do que literário. Compreende-se. O século XX rechaçava os clássicos. E já no XXI temos quase 20 traduções; ao que parece, o interesse deste século não é tanto em Milton quanto em tradução.

<sup>226</sup> Entre as primeiras traduções francesas destacam-se o *Paradis perdu* de Raymond de Saint-Maur e de Louis Racine (irmão do dramaturgo), ambas em prosa. Se observarmos, por exemplo, a tradução de Jacques Delille, veremos nela um decalque da de St. Maur. Outras traduções rimadas parecem simples versificações de traduções em prosa mais antigas. E muitas traduções em outras línguas se

Seja como for, os últimos anos do XX fizeram da tradução uma ciência. Inúmeros livros procuraram teorizar o assunto e foram criados, pelo mundo afora, diversos cursos universitários concentrados na teoria da tradução.

Hoje a tradução passa a ter uma importância que nunca teve. A literatura traduzida desperta interesse tanto pelo original quanto pela tradução. O leitor procura conhecer o autor por meio da tradução, mas procura também conhecer o tradutor. E a tradução passa a ser considerada obra quase autônoma. Antes, um ofício subserviente, a tradução é hoje tida como recriação.

Dentro desse quadro, encontramos diversos artigos e alguns livros dedicados à disciplina da retradução. Muito se teoriza, mas a prática é difícil e rara, pois não depende apenas da vontade e capacidade do tradutor, mas do momento histórico que recebe a obra traduzida. Nesse sentido, perguntamos: Que importância tem Milton hoje? Que importância tem a poesia épica hoje? Que importância tem a poesia hoje, neste mundo prosaico?

Essas perguntas, no entanto, só serão respondidas pela retradução, pois apenas ela poderá promover uma renovação, uma nova e ao mesmo tempo inédita apreciação de um gênero e de um poeta mortos.

A retradução é, em suma, a retomada do Paraíso.

A tradução que vimos fazendo do *Paradise Lost* leva em conta os aspectos da retradução. Mas, em vez de subverter a língua com sintaxes e vocábulos estranhos, em vez de anglicizar o português, procuramos decalcar o português no latim, sem escapar às fronteiras da língua portuguesa. Ponderemos, entretanto, que essa atitude talvez restringisse a expansão da língua.

A língua de fato se expande pela anexação de vocábulos e construções estrangeiras. Com o tempo, esses vocábulos e construções são assimilados ou

valeram do francês, ou traduziram diretamente dele. O mais comum, no entanto, como acontece com a maioria das novas traduções, é cotejamento, quando o tradutor se vale de uma tradução existente e promove um decalque dela.

desaparecem. A língua determina seus próprios limites e aceita ser subvertida. Mas acaba por submeter aquilo que a subverte; a domesticar aquilo que é estrangeiro.

O estrangeiro é útil à língua; útil e necessário. Na tradução, contudo, sobretudo na tradução de poesia, o estrangeiro pode desafinar a musicalidade do poema resultante da tradução. Nesse caso, evita-se essa subversão sem se evitar o subversivo, o inusitado.

Nesse sentido, imaginamos que o melhor exemplo que se podia adotar seria a tradução que Odorico Mendes fez da *Eneida*. Nela, o tradutor decalca seu poema no latim, da mesma maneira que Milton. E o poema resultante não é estranho ao falante do português no que diz respeito à musicalidade da língua. Por outro lado, a influência do latim na confecção do léxico português e na ampliação do léxico inglês aproxima esta língua daquela, sobretudo em uma fase intermediária das duas línguas, quando o português e o inglês estavam se definindo, por volta do século XIV e XV, separando-se, respectivamente, do galego-português e do anglo-saxão.

Buscamos, portanto, manejar a sintaxe com toda a liberdade que a língua portuguesa permite, sem forçar-lhe os limites. Buscamos, também, ampliar o escopo do glossário português, com a utilização de termos inusitados, termos raros e arcaicos, tanto em função da musicalidade quanto em função da aproximação com o inglês médio.

Ainda é cedo para tirarem-se conclusões acerca do resultado, pois o material de que dispomos, ou seja, a tradução que até agora foi feita, é ainda muito incipiente e o próprio texto dirá, à medida que for sendo traduzido, que caminho deveremos seguir. Mas apresentamos aqui, um resultado parcial.<sup>227</sup>

<sup>227</sup> Início do Primeiro Canto.

<sup>228</sup> Urânia.

<sup>229</sup> Cristo.

<sup>230</sup> Orebe e Sinai referem-se ao mesmo monte, onde Moisés recebeu, de Deus, as Leis. O termo “Orebe” (heb. *choreb*), significa deserto. Orebe aparece em Deut. IV, 10. Sinai, em Êx. XIX, 20.

<sup>231</sup> Moisés.

<sup>232</sup> O povo da aliança; os hebreus.

Of Man's first disobedience, and the fruit  
Of that forbidden tree whose mortal taste  
Brought death into the World, and all our woe,  
With loss of Eden, till one greater Man  
Restore us, and regain the blissful seat,  
Sing, Heavenly Muse, that, on the secret top  
Of Oreb, or of Sinai, didst inspire  
That shepherd who first taught the chosen seed  
In the beginning how the heavens and earth  
Rose out of Chaos: or, if Sion hill  
Delight thee more, and Siloa's brook that flowed  
Fast by the oracle of God, I thence  
Invoke thy aid to my adventurous song,  
That with no middle flight intends to soar  
Above th' Aonian mount, while it pursues  
Things unattempted yet in prose or rhyme.  
And chiefly thou, O Spirit, that dost prefer  
Before all temples th' upright heart and pure,  
Instruct me, for thou know'st; thou from the first  
Wast present, and, with mighty wings outspread,  
Dove-like sat'st brooding on the vast Abyss,  
And mad'st it pregnant: what in me is dark  
Illumine, what is low raise and support;  
That, to the height of this great argument,  
I may assert Eternal Providence,  
And justify the ways of God to men.  
Say first - for Heaven hides nothing from thy view,  
Nor the deep tract of Hell - say first what cause  
Moved our grandparents, in that happy state,  
Favoured of Heaven so highly, to fall off  
From their Creator, and transgress his will  
For one restraint, lords of the World besides.  
Who first seduced them to that foul revolt?  
Th' infernal Serpent; he it was whose guile,  
Stirred up with envy and revenge, deceived  
The mother of mankind, what time his pride  
Had cast him out from Heaven, with all his host  
Of rebel Angels, by whose aid, aspiring  
To set himself in glory above his peers,  
He trusted to have equalled the Most High,  
If he opposed, and with ambitious aim  
Against the throne and monarchy of God,  
Raised impious war in Heaven and battle proud,  
With vain attempt. Him the Almighty Power  
Hurl'd headlong flaming from th' ethereal sky,  
With hideous ruin and combustion, down  
To bottomless perdition, there to dwell

<sup>233</sup> Gên. I, 1.

<sup>234</sup> Sião se refere à cidade de Jerusalém; o termo significa “local árido”. Siloé é o reservatório de água da cidade.

<sup>235</sup> Monte Hêlicão, na Aônia, local consagrado às musas.

<sup>236</sup> Os versos são de Ariosto. *Orlando Furioso*, canto I, 2ª stanza.

<sup>237</sup> João I, 32. Asas de pomba.

<sup>238</sup> Relato da Criação; Gên. I.

Canta, ó Musa Celeste<sup>228</sup>, a rebeldia  
Primeira do Homem, e o proibido e amargo  
Pomo que nos tangeu do Paraíso  
E da perenidade até que um Homem  
Maior<sup>229</sup> o gáudio etéreo nos granjeie;  
O que, do alto do Orebe ou do Sinai,<sup>230</sup>  
Inspiraste ao primeiro pegureiro<sup>231</sup>  
Para à seleta estema<sup>232</sup> esclarecer,  
Como do caos se ergueram, no princípio<sup>233</sup>,  
O orbe e o chão; se te agradam mais os montes  
de Sião, os arrosios de Siloé,<sup>234</sup>  
que pela fé do orago de Deus fluem,  
Teu estro exoro ao meu ditoso canto,  
Que adejará além do cerro aônio<sup>235</sup>,  
Por locuções que nunca se lograram  
Dispô-las nem em prosa nem em verso<sup>236</sup>.  
Santo Espírito, Vós que preferis  
Um coração clemente aos templos todos,  
Instruí-me, pois tudo conheceis,  
Vós, que desde o princípio estais presente,  
O abismo cobris com nióbias alas,<sup>237</sup>  
E o fecundais<sup>238</sup>: em mim, o negro luzi,  
Erguei o vale e a ele dai sustento,  
Para que eu, com pretexto valeroso,  
Afirmo a providência sempiterna  
E os designios divinos prove aos homens.  
Dizei-me vós, de quem o céu e o inferno  
Nada ocultam, por que nossos grandevos  
Pais deixaram seu feliz estado,  
Validos pelo Céu, a desprezarem  
O Criador, a vontade deludir-lhe,  
Como donos do Mundo, por capricho?  
Quem os dispôs a tal revolta infame?  
Um ofídio do inferno, que arditoso,  
Movido por vingança e pela invidía,  
Intrujou, evasivo, a mãe dos homens.  
Orgulhoso, desceu dos céus, por anjos  
Rebeldes amparado, pretendendo  
Impor-se, em glória, a eles, ajudando-o  
A equiparar-se ao Todo-Poderoso,  
Se o arrostasse, e, olhando cobigoso  
Para o trono de Deus e seus domínios,  
Pugnou-lhes ímpia luta e vã refrega.  
O Supremo Poder precipitou-o  
Do etéreo Céu envolto em brasa ardente,  
Em horrída ruína e combustão,  
Para lançar no vértice eversor,

In adamantine chains and penal fire,  
Who durst defy th' Omnipotent to arms.

Agrilhoado em pírica morada,  
O que hasteou as lanças contra Deus.

Como vemos, há muitas palavras que parecem, ao mesmo tempo, pertencer e não pertencer à nossa língua. Mas todas pertencem. Persequimos não tanto o inesperado, mas a sonoridade, para compormos um texto musical. Para isso, recorreremos às assonâncias, aliteraões, rimas internas, à variação rítmica dentro do verso decassilábico sem deixar o assento recair sobre a quinta nem a sétima sílaba, como é de regra.

Ali não existem subversões. Mas existem ousadias. Encantos e desencantos, como pede o texto. Força-se a língua para além do vulgar e percebe-se que ela logo se acomoda. Ela sente-se à vontade. Ela domina o palco, ela domina o texto. E o texto flui.

A marca da má literatura é a luta do autor contra o texto; o autor procura dominar o texto, enquanto é o texto que deve dominar o autor. Quando o poeta deixa-se vencer pela palavra, adentra o domínio dela. É desse domínio, desse reino, que brotam os versos que dão fluidez à poesia.

Procuramos deixar-nos levar pelo texto, mas não evitamos os defeitos quando esses defeitos foram necessários para abrandar a monotonia da beleza. Assim, modificamos o verso de Milton dando a ele imagem que não tinha; recuperando uma qualidade que não tinha; porque o texto pedia:

*A ele se dirige o Conflitante,  
Cujo nome celeste era Satã,  
E faz vibrar o sólido silêncio:  
— Como mudaste! Como decaíste!  
85. Tu, que resplandecias nos ditosos  
Reinos de luz, acima de miríades  
De brilhos...*<sup>239</sup>

<sup>239</sup> Canto I (vv. 81-87).

Pois o texto de Milton não diz “sólido silêncio”, mas “hórrido silêncio”. No entanto, “hórrido silêncio” não diz nada. Sabemos que a cena é o inferno e que, lá, tudo é terrível, tudo é horrível. “Hórrido silêncio” é uma imagem vazia, ao passo que “sólido silêncio” é quase surrealista. Por meio do adjetivo faz um termo abstrato tornar-se concreto. Era um silêncio duro, que golpeava. É ainda mais terrível do que o “hórrido”. E faz lembrar García Lorca:

*por donde animan ordenan  
silencios de goma oscura  
y miedos de fina arena.  
Pasan, si quieren pasar,  
y ocultan en la cabeza  
una vaga astronomía  
de pistolas inconcretas.*<sup>240</sup>

Eis o exemplo do artista que domina os adjetivos: o silêncio é feito de borracha escura, os medos são feitos de areia fina, a astronomia é vaga e as pistolas não são concretas. Que melhor maneira de descrever a repressão?

Mas Milton não foi feliz em descrever o inferno. Foi mais feliz em dar voz ao inferno, dar música ao inferno. Quando chegou ao paraíso, no entanto, soube descrever-lhe muito bem. Quando lemos o Canto IV, que trata do paraíso habitado por Adão e Eva, sentimo-nos como se lá estivéssemos; sentimos a alegria, a sensualidade e o desespero do casal, e percebemos que o pecado foi menos obra de Satanás do que da própria excitação que o lugar proporcionava. A técnica para cantar esse Paraíso deve, portanto ser diversa daquela utilizada para cantar o inferno, e percebemos, desde já, que a linguagem deveria ser outra.

Os demônios que habitam o inferno são mestres da palavra, do discurso. Assemelham-se aos políticos do Parlamento britânico. Adão e Eva são seres ingênuos, cercados por um ambiente ameno no qual nada os ameaça, nada os incomoda a não ser a chegada da noite. A linguagem deles não pode ser rebuscada e, ao mesmo tempo, não pode deixar de ser poética. Deve ter aquela característica que Vico atribui à linguagem dos primeiros homens: poesia e

<sup>240</sup> GARCÍA LORCA. “Romance de la Guardia Civil española”.

simbologia. Diferente da linguagem dos demônios: dura, difícil e concreta. Concreta como o silêncio do abismo.

O *Paradise Lost* é, portanto, um poema de muitas linguagens e sua tradução deve conter essa mesma variedade. Nosso próximo desafio será traduzir em versos a linguagem simples e simbólica do primeiro homem e da primeira mulher. Isso demanda pesquisa e paciência, como deve ser o ofício do tradutor.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. "The Task of the Translator", in *Illuminations*. Nova Iorque: Schocken Books, 2007 (reprint).
- BERMAN, Antoine. *La traduction et la lettre ou L'Auberge du lointain*. Paris: Seuil, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A prova do estrangeiro*. Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- ELIOT, T. S. "Milton I", in *Select Prose of T. S. Eliot*. London: Faber & Faber, 1975.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: EDUSP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Odisseia*. Edição bilíngue em 3 volumes. Tradução de Donald Schüler. Porto Alegre (RS): LP&M, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Odisseia*. Edição bilíngue. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2011.
- MILTON, John. *Paradise Lost. A Norton Critical Edition*. Londres e Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Paraíso Perdido*. Tradução de Daniel Jonas. Lisboa: Cotovia, 2006.
- VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução e notas de Odorico Mendes. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

24. ALEXANDRE LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

25. CARLA SOFIA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

TEMA 2.1 VALORIZAR O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA CIENTÍFICA INTERNACIONAL: UMA ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA ELEMENTAR, ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE HISTÓRIA DA

SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIV. DE COIMBRA, ALUIS@UBI.PT - CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E LABCOM.IFP DA UBI, CXAVIER@UBI.PT

## 0. Resumo

Com o presente trabalho, pretendemos enfatizar a importância de se enveredar por uma política científica e linguística apostada na valoração e na afirmação do português como língua científica internacional. Sem negarmos o estatuto atual do inglês como *língua franca* e hegemónica da ciência, papel outrora desempenhado por outras línguas, especialmente pelo latim, o simples facto de o português integrar a curta lista de "línguas mundiais" implica, necessariamente, que seja potenciado nas suas diversas vertentes, não apenas como língua de cultura, de diplomacia, de negócios, entre outras, mas também de conhecimento e de ciência, não menosprezando, assim, a sua dimensão plurissecular, histórica e patrimonial neste campo ou a especificidade de algumas áreas (as humanidades, por exemplo), bem como conservando e tirando o máximo partido dos seus variados recursos.

No fundo, num mundo pautado, de forma crescente, pelo fenómeno da globalização, qualquer língua que aspire reforçar plenamente a sua internacionalização e capacidade de gerar/transmitir inovação deverá desenvolver toda a sua habilidade ou força comunicativa, inclusive como língua de ciência, contribuindo, deste modo, e a título exemplificativo, para o engrandecimento quer do pensamento quer da influência do bloco linguístico que lhe está associado. Enfim, trata-se, sem dúvida, de uma orientação estratégica elementar, pelo que Portugal e os restantes países lusófonos, sem negligenciarem a presente valia do inglês em matéria de produção e circulação de conhecimento científico, não podem encarar a questão da comunicação científica e académica da mesma maneira que outros que não usufruem de uma língua materna, nacional ou oficial de expressão ecuménica. Há, pois, lugar no universo da ciência, de fronteiras ilimitadas, para conferenciar em várias línguas, urgindo, sim, investir na multiplicação de canais e instrumentos indispensáveis à boa consecução deste desiderato.

Como refere Ana Paula Laborinho, Presidente do Instituto Camões, “há espaço na ciência para comunicar nas várias línguas, não desprezando o português” (*In Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP, 2013*). Justamente, o artigo que se segue constitui um breve exercício de reflexão e de consciencialização em prol da importância de se enveredar por uma política, nas áreas científica e linguística, devidamente concertada, estrategicamente apostada na valorização e na afirmação do português, enquanto língua mundial, em todos os domínios da vida humana, inclusive no campo da comunicação científica internacional.

No entanto, como é fácil de perceber, a efetivação deste desiderato implica um esforço coletivo, logo o envolvimento de vários atores, tais como os governos dos países lusófonos, a CPLP, as universidades, os organismos científicos (entre outros, a FCT), as empresas, todos os agentes que estejam interessados no idioma, a sociedade civil em geral. Se não incentivarmos o emprego da nossa língua, obviamente que ela acabará por possuir menor relevância. O grande desafio está em definir uma política científica que possa não só garantir bons resultados em termos de convergência internacional, mas também assegurar a manutenção e o fortalecimento da nossa especificidade identitária. Explícite-se que o português tem uma responsabilidade sobre perto de 300 milhões de pessoas, servindo, portanto, uma vasta comunidade que, no fundo, ostenta vários direitos, entre os quais, a título exemplificativo, o direito de receber informação, incluindo científica, no seu idioma, que suporta a sua educação, consagra a sua identidade e desenvolve o seu pensamento.

Ao defendermos o aumento do peso do português no domínio da comunicação científica, não se pretende desvalorizar o caráter utilitário e pragmático da atual *língua franca* e dominante da ciência, o inglês (papel que é, em larga medida, resultante da forte dominação científica dos EUA), que permite, com assinalável eficácia, a intercompreensão entre cientistas das mais diversas proveniências, americanos, africanos, asiáticos, europeus, etc., confirmando-se, pois, que a perfilhação de um idioma comum favorece claramente o avanço científico, permite o intercâmbio do conhecimento e promove as relações entre cientistas à escala global. Não se trata igualmente de assumir uma posição de «patriotismo linguístico» radical, já que, com o

sistema/edifício da ciência cada vez mais globalizado, as escolas ditas nacionais perdem irremediavelmente influência, e muito menos de disputar a liderança à língua inglesa, sobretudo porque, usando uma linguagem de inspiração militar, seria uma batalha sem sentido, perda e ingloria. Mas somos da opinião de que o atual paradigma, em certas situações algo fundamentalista e deformador, deve registar determinadas alterações. Cremos, pois, que o melhor caminho passa por cultivar uma política científica mais flexível, até porque podemos apresentar razões objetivas e elementares que justificam a valorização do português como língua de ciência, inclusive internacional, alimentando, repita-se, não uma competição com o inglês, mas, sim, definindo espaços próprios de aplicação ou de coabitação, neste particular de abertura ao bilinguismo, por exemplo, ajustando-se este rumo, menos rígido, muito melhor à especificidade de variadas matérias tratadas, bem como aos públicos-alvo.

Refira-se que a dimensão de uma língua não se expressa apenas pelo número de falantes ou pelo nível de protagonismo dos mesmos, mas também pela relevância dos conteúdos aos quais ela permite aceder, como é o caso da ciência inovadora. Ou seja, a expressão/utilidade internacional de uma língua sai naturalmente enriquecida com a sua presença nos campos da produção e da difusão técnico-científica, reforçando, deste modo, a sua cota de influência, elemento que não deve ser menosprezado, mais ainda quando se vive numa era largamente caracterizada pelo fenómeno da globalização. No seio de um mundo global e de um século amplamente voltado para a sociedade do conhecimento e a economia do conhecimento, esta orientação estratégica, dirigida para a valorização do português como língua de comunicação científica, torna-se ainda mais vital para combater os riscos de mutilação do potencial que afere o nosso idioma.

Com efeito, o não-investimento no português como língua de ciência enfraquece necessariamente a sua capacidade de abarcar toda a realidade do Mundo (veja-se, aliás, que a nossa vida está crescentemente rodeada pela ciência), limitando, por conseguinte, entre outros aspetos, a sua competência, a sua funcionalidade, o seu valor económico, vertente cada vez mais estudada, enfim, o seu prestígio internacional. Usufruir de uma linguagem científica própria é fundamental se pretendermos que os falantes de um idioma, no nosso caso o

português, sejam capazes de contemplar e compreender o Mundo e fazê-lo, ademais, com sentido de identidade, de afeto e de pertença. Adite-se ainda que apostar no incremento do uso do português, designadamente no âmbito da divulgação técnico-científica, pode ajudar a nossa sociedade a aprofundar o gosto e o suporte que presentemente fornece à ciência e à tecnologia. Efetivamente, graças a uma comunicação atrativa, próxima e direta, que está ao alcance da língua portuguesa, é possível elevar o grau de esclarecimento da sociedade, fazendo, por seu turno, com que esta última acabe não só por favorecer o aumento do nível de investimento nessas áreas, como também por contribuir para a multiplicação do número de investigadores e inventores, fatores geradores de desenvolvimento e, portanto, de modernização.

Na verdade, não podemos esquecer que o português integra a curta lista de “línguas mundiais”, o que implica, desejavelmente, que seja potenciado nas suas diversas vertentes, não apenas como língua de cultura, de diplomacia, de negócios, entre outras, mas também de conhecimento e de ciência, não menosprezando, assim, a sua dimensão plurissecular, histórica e patrimonial neste campo ou a peculiaridade de algumas áreas (as ciências sociais, as humanidades, por exemplo), bem como conservando e tirando o máximo partido dos seus variados recursos. Se olharmos para a CPLP, marcada por um idioma e numerosos valores comuns, assim como por uma história em muito partilhada, torna-se indiscutível que existem objetos de investigação próprios desse bloco linguístico, ou seja, bastante familiares e cujo interesse diz respeito a todo o conjunto, devendo o seu estudo ser preferencialmente fomentado em língua portuguesa, por ser a língua de união. Outro tanto se aplica à análise das questões de carácter local ou nacional que, pela sua relevância, apenas importam a uma audiência que não vai além desses âmbitos e, como já se frisou, à divulgação científica, indispensável à elucidação da sociedade.

Já agora, falando precisamente no mundo lusófono, repare-se, por exemplo, na evolução das antigas colónias portuguesas de África, onde, em termos gerais, estão a ser movidos esforços a fim de robustecer o número e a consistência de certas ferramentas e infraestruturas técnico-científicas, tais como universidades, centros de pesquisa, academias. Entre outros aspetos, ninguém poderá negar que muitos destes locais de trabalho têm contribuído ainda mais “para dar ao

desenvolvimento do pensamento sócio-científico em português uma perspectiva de relevância global futura” (Cabral, 2007: 233).

Como muito bem refere Ivo Castro, a internacionalização de uma língua entende-se como “o conjunto de processos pelos quais uma língua nacional se transforma em língua de vários países; ou é escolhida por cidadãos de outros estados como língua segunda ou língua estrangeira. Em qualquer destes sentidos, é claro que a língua portuguesa é uma língua internacional” (Castro, 2009: 1). Aliás, o português, mas também o espanhol constituem, como nos diz Mário Vieira de Carvalho, “duas das línguas europeias mais globalizadas” (Carvalho, 2013), isto devido aos “numerosos países que as adotam como línguas oficiais, pela sua expansão através [das] comunidades espalhadas pelo mundo, pelos múltiplos departamentos de estudos portugueses e espanhóis em universidades europeias, norte-americanas ou asiáticas” (Carvalho, 2013).

Note-se que o português, outrora língua franca e companheira do Império, vive, no presente século, um momento de franca expansão. Embora a posição que ocupa presentemente nas listagens das línguas com maior número de falantes oscile com base nos critérios das organizações que os realizam, nos últimos anos é bastante comum afiançar-se que constitui a terceira língua mais falada no espaço da civilização ocidental, a seguir ao espanhol e ao inglês, e a sexta mais falada em todo o Orbe, situando-se, por conseguinte, à frente do francês e do alemão (Fernandes, 2008: 301). Aliás, ainda sem contarmos com a Guiné Equatorial, como é sabido, recentemente integrada na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “os 250 milhões de falantes do português representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total. Os oito países de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados, representando 7,25% da superfície continental da Terra” (Reto, 2012: 58).

Sem dúvida que são vários os organismos e associações que têm levado a cabo um trabalho muito meritório, dando continuidade à afirmação internacional do português. Sem minorarmos o trabalho desenvolvido por outras entidades, tomemos como exemplo o conhecido labor movido pelo Instituto

Camões (IC), designadamente no âmbito do ensino da língua e da divulgação da cultura lusitana.

Com efeito,

*“a rede de leitorados, centros de língua portuguesa e centros culturais do IC está presente em dezenas de países de todos os continentes e constitui um poderoso meio institucional de promoção do português como língua global. Essa rede de instituições tem tido um crescimento acentuado ao longo dos anos. Entre 2003 e 2010 os países abrangidos passaram de 41 para 72 e a generalidade dos indicadores de atividade do IC no estrangeiro aumentaram significativamente” (Reto, 2012: 55).*

Ademais, importa relevar, até pela sua crescente pertinência, a apreciável propagação que o português tem vindo a registar no Ciberespaço. Como é do conhecimento geral, “no Ciberespaço, a língua portuguesa posiciona-se no quinto lugar em número de utilizadores (Observatório da Língua Portuguesa, 2013), sendo que os utilizadores do Brasil ocupam a quinta posição nesse espaço” (Guzeva, Gomes, Macário e Ançã, 2013: 174). No caso concreto do Facebook, por exemplo, o português alcançou um crescimento assinalável em número de falantes entre 2010 e 2012, ocupando, na atualidade, o terceiro lugar no âmbito da listagem das línguas mais faladas nessa rede social, logo a seguir ao inglês e ao espanhol, com um total de 58 539 940 falantes (Socialbakers, 2012). Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário e Maria Helena Ançã salientam que

*“a presença da língua portuguesa no Ciberespaço ocupa, então, um lugar cimeiro e essa realidade tem, naturalmente, um impacto no valor que lhe é atribuído. De facto, o Ciberespaço faz parte da vida de milhões de utilizadores por todo o mundo e em constante crescimento, ligando-os em rede e permitindo-lhes comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento e desenvolver competências” (2013: 174).*

Feitos estes reparos, todos são unânimes em afirmar que a “língua é um património tanto mais valioso quanto mais parceiros, mais utilizadores, ela

tiver”, constituindo “um super bem público, já que a partilha aumenta o seu valor”, como referiu José Paulo Esperança durante o 1.º Ciclo de Conferências do Observatório da Língua Portuguesa sobre “O Valor Económico da Língua Portuguesa” (Observatório da Língua Portuguesa, 2011). Do nosso ponto de vista, ao vetor número de falantes, urge adicionarmos, entre outros dados, o das áreas que são manejadas através desse idioma, sendo o da ciência, sem surpresa, um dos mais apetecíveis e relevantes.

Ou seja, num mundo pautado pelo fenómeno da globalização, qualquer língua que aspire reforçar plenamente a sua internacionalização e capacidade de gerar/transmitir inovação deverá, compreensivelmente, desenvolver toda a sua habilidade ou força comunicativa, inclusive como língua de ciência, figurando em revistas científicas com indexações e bases de dados oficializadas, e não só, contribuindo, deste modo, e a título exemplificativo, para o engrandecimento quer do pensamento quer da influência do bloco linguístico que lhe está associado. Precisamente, no entendimento de destacados investigadores, a língua portuguesa afirma-se fundamentalmente pelos seguintes aspetos: “*pelo número de falantes de língua materna, pelo número de países de língua oficial portuguesa, pela presença e crescimento na Internet e na Wikipédia, pela cultura, sobretudo ao nível da tradução de originais produzidos noutros idiomas e, mais recentemente, na ciência, com um forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas*” (Reto, 2012: 58). Muito nos apraz constatar o facto de Luís Reto não deixar de mencionar o “forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas” operado, o que indicia a existência já de alguma noção de que, para se realizar uma cabal internacionalização da língua e o aumento integral do seu valor, com os inevitáveis benefícios daí decorrentes, tem necessariamente de ser equacionada a questão da língua científica de comunicação.

Assim, por tudo quanto foi dito, não admira que, para Ivo Castro, linguista de renome, importa colocar, com determinação, na agenda académica e política dos países da CPLP a questão da língua portuguesa enquanto língua de ciência, logicamente com o intuito “de defender um território, um património e uma herança”, adiantando ainda que esta “é a obrigação de quem se dedica ao português, não é o desistir do que é o português, não é desistir por Portugal, mas

é o de se bater pela manutenção dos nossos recursos”, entendendo que estes “são essenciais para a produção de ciência em língua portuguesa, visto que “pensar ciência em português não é o mesmo que pensar ciência noutra língua”. Afinal, “*se estivermos na pele da nossa língua temos recursos criativos e de definição que não temos se estivermos em tradução*” (In *Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP, 2013*).

Seja como for, são muitas as vantagens do uso do inglês como língua franca da comunicação científica. Até por ser multiplicador de redes de relação e de intercâmbio, tem vindo a possibilitar um melhor funcionamento da comunidade científica, sem dúvida cada vez mais conectada e internacionalizada. Tem operado como um instrumento facilitador da inclusão nessa comunidade e impulsionador de crescente mobilidade ao nível dos investigadores, circunstâncias que têm permitido a diminuição de um tipo de trabalho exclusivamente individual, quase omissos. Por outras palavras, sem uma língua dominante do sistema científico internacional, papel desempenhado atualmente pelo inglês, e outrora, por exemplo, pelo latim, muitos estudos, por muita qualidade e rigor ostentados, estariam confinados a uma dimensão de consulta meramente local, regional ou nacional.

Mas, como “não há bela sem senão”, podemos, também, apontar várias desvantagens, mormente no que diz respeito às humanidades e ciências sociais, do uso do inglês e do modelo de avaliação da produção científica em voga, de marca manifestamente anglo-saxónica e largamente inspirado nas ciências físico-naturais. Com efeito, os investigadores sociais e das humanidades acabam por ter de usar alguns procedimentos, regras, modos de trabalhar demasiado forçados para o seu campo de intervenção, nem sempre respeitadores das particularidades, da tradição e da existência de níveis de excelência que as citadas áreas exibem. Ocorre assim, e sem espanto, perda de riqueza cultural e de diversidade.

Olhando para a questão das bibliometrias científicas em vigor, é, aliás, possível constatar que nem sempre estão centradas na relevância dos conteúdos. Na verdade, em nome de uma avaliação mais objetiva e rigorosa, liberta do preconceito de se conceder, logo à partida, maior validade a um texto

redigido em inglês do que noutra idioma, somos da opinião de que deveríamos promover bibliometrias complementares, menos subjugadas a esta língua hegemónica da comunicação científica e menos ligadas a um tipo restrito de publicações que se encontram indexadas em determinadas bases de dados. Deste modo, pode mesmo dizer-se que o grande problema do português como língua científica não se encontra tanto no observado, ou no trabalho que se desenvolve, mas, sim, no observador e no género de exame estereotipado que é utilizado.

No amplo e heterógeno campo das ciências sociais, a realidade é, de facto, muito peculiar, não podendo obedecer na plenitude ao modelo das ciências físico-naturais, que tende a limitar a produção científica a um único meio (artigos em revistas de impacto), desvalorizando a redação de livros ou monografias, e à língua inglesa. No fundo, antes de mais, há que pensar na natureza dos objetos de análise, se estão mais ou menos ligados a uma determinada sociedade, à realidade local e a legados culturais específicos (logo linguísticos), mas também no público-alvo, ou seja, qual a função e os objetivos que se pretendem atingir e, conseqüentemente, para quem se destinam os textos, recordando sempre que vivemos numa sociedade de informação e do conhecimento e que, por cá, o português é a nossa língua identitária. Como Emilio Lamo de Espinosa refere, “el propósito define el público objetivo y este define la lengua que se utiliza” (In *El Español, Lengua de Comunicación Científica, 2013: 423*), apontando para a necessidade de as ciências sociais serem bilingues. Por esta ordem de ideias, explica o mencionado autor, um cientista social enfrenta um duplo desafio: por um lado, quando trabalha para outros cientistas é perfeitamente natural que escreva em inglês, posto que é a língua franca da ciência; por outro lado, quando trabalha no sentido de esclarecer os cidadãos, ou seja, de informá-los acerca das condições da sua realidade social, terá de laborar na língua nativa, caso contrário os cidadãos não estarão devidamente inteirados dos assuntos em foco.

*“Por tanto, la consecuencia es que las ciencias sociales son ambivalentes, tienen dos tareas y se dirigen a dos audiencias y en función de sus dos audiencias, tienen dos lenguas. [...] Esta es la tensión de un científico social: tiene que trabajar en el ámbito*

*científico, que se hace en inglés, y tiene que trabajar en el ámbito de la ciudadanía [...]” (2013: 424).*

No entanto, tal como acrescenta Alfonso Pérez-Agote, reportando-se ao caso do espanhol, mas que pode muito bem estender-se à situação do português:

*“También estoy de acuerdo en que hay una parte de la ciencia social, el conocimiento de la realidad social española, que tenemos la obligación de comunicarla en español para darla a conocer a la población en general. Pero no estoy de acuerdo en que esta sea la única razón. También debemos comunicar y publicar en español para los otros científicos sociales no españoles que la tienen como lengua materna. La comunicación puede ser más estrecha y fácil con los que hablan nuestra misma lengua y puede irse generando así una cultura, o subcultura si se prefiere, científica de lengua española, algo verdaderamente necesario. Hay determinado tipo de temas en los que socialmente nos podemos comunicar mejor en español. Español e inglés no son lenguas excluyentes, y es necesaria la creación de esa subcultura científico-social intermedia de habla española” (In El Español, Lengua de Comunicación Científica, 2013: 446-447).*

João Pina de Cabral explica que existem apenas quatro comunidades linguísticas de cientistas sociais que comunicam em outras línguas que não a inglesa com peso considerável, ou seja, a francesa, a espanhola, a germânica e a portuguesa, referindo que esta última é das quatro, “porventura, a maior em termos estatísticos, tendo em vista a quantidade de cientistas sociais brasileiros e a vivacidade atual da comunidade científica portuguesa” (Cabral, 2007: 233).

Enfim, como se pode aferir, o estatuto do português no domínio da comunicação científica compõe um assunto deveras atual, cada vez mais debatido na comunidade científica em geral, refletido, por exemplo, em jornais, seja em formato de artigo ou de entrevista, em revistas consagradas ou em congressos. Neste particular, a prova viva da vitalidade deste assunto é a 2.ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema

Mundial que se realizou recentemente, em concreto nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, e que teve especial enfoque na questão da utilização da língua portuguesa como língua de ciência e de inovação.

Tomando como exemplo o papel outrora desempenhado por outras línguas, especialmente pelo latim, sublinhe-se que a hegemonia linguística no âmbito da comunicação científica não constitui uma questão definitivamente encerrada. Em rigor, o pior que pode suceder ao português é, sim, cairmos numa atitude de mera passividade e resignação face ao paradigma existente, o qual coloca entraves ao ato de acrescentar valor e influência à nossa língua, uma das poucas com projeção mundial. Assim, por exemplo, opinamos que os instrumentos de bibliometria científica têm de apostar no diálogo entre comunidades linguísticas, no bilinguismo científico (inglês-português, inglês-espanhol...) e não na hegemonia de uma só língua, o que é redutor e até, em algumas circunstâncias, anticientífico.

Em suma, a valorização do português como língua científica constitui, sem dúvida, uma orientação estratégica elementar e prioritária, pelo que Portugal e os restantes países lusófonos, sem negligenciarem a presente valia do inglês em matéria de produção e circulação de conhecimento científico, não podem encarar a questão da comunicação científica e académica da mesma maneira que outros que não usufruem de uma língua materna, nacional ou oficial de expressão ecuménica (Carvalho, 2013). Há, pois, lugar no universo da ciência, de fronteiras ilimitadas, para conferenciar em várias línguas, urgindo, sim, investir na multiplicação de canais e instrumentos indispensáveis à boa consecução deste desiderato.

### 1. Referências Bibliográficas:

- Cabral, João de Pina (2007), “Língua e Hegemonia nas Ciências Sociais”, *Análise Social*, vol. XLII (182): 233-237. Consultado a 24 de julho de 2014, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649302G3bHK3fj3Vp28EQ9.pdf>.  
Carvalho, Mário Vieira de (2013), “Língua Portuguesa e Ciência”, in *Público* de 29-12-2013. Consultado a 30 de janeiro de 2014, <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/lingua-portuguesa-e-ciencia-1617753>.

Castro, Ivo (2009), “A Internacionalização da Língua Portuguesa”. [Inédito. Comunicação ao colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, 16.VI.2009]. Consultado a 24 de julho de 2014,

[http://www.clul.ul.pt/files/ivo\\_castro/2009\\_Internacionalizao\\_do\\_Portugus.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2009_Internacionalizao_do_Portugus.pdf).

García Delgado, José Luis; Antonio Alonso, José; Carlos Jiménez, Juan (coords.) (2013), *El Español, Lengua de Comunicación Científica*. Barcelona: Editorial Ariel.

Guzeva, Tatiana; Gomes, Belinda; Macário, Maria João e Ançã, Maria Helena (2013), “Língua Portuguesa no Ciberespaço: difusão, crescimento e valores”, *XX Colóquio da Lusofonia. Livro de Atas/Anais Seia 2013*, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, com o apoio do Instituto Politécnico da Guarda, 172-182.

“Língua Portuguesa como Língua de Ciência e Inovação é Objetivo da CPLP”. Consultado a 27 de julho de 2014, <http://www.tvciencia.pt/tvcnot/pagnot/tvcnot03.asp?codpub=33&codnot=27>.

Observatório da Língua Portuguesa (2011), “O Valor Económico da Língua Portuguesa”. Consultado a 6 de novembro de 2013. Página consultada a 6 de novembro de 2013,

<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/o-valor-economico-da-lingua-portuguesa/o-valor-economico-da-LP>.

Reto, Luís (coord.) (2012), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.

Socialbakers (2012), *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*. Socialbakers. Consultado a 24 de junho de 2013, <http://www.socialbakers.com/blog/1064-top10-fastest-growing-facebook-languages>.

## 26. ANGELO CRISTÓVÃO, AGLP, GALIZA

### TEMA 2.3. A POSIÇÃO GALEGA NO CONTEXTO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ANGELO CRISTOVAO, AGLP

A recente aprovação da lei 1/2014 de 8 de abril, Lei Para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia, ou Lei Paz-Andrade, pela unanimidade dos deputados do Parlamento Autónomo da Galiza, representa uma mudança significativa na orientação da política linguística e na estratégia global da Comunidade Autónoma galega, que precisa de concretização através de ações do governo e da imprescindível colaboração da sociedade civil.

Durante as últimas décadas, e poderíamos dizer durante os últimos séculos, todo o esforço de relacionamento e aproximação linguística e cultural da Galiza em relação aos países de língua portuguesa foi realizado por personalidades e entidades da sociedade civil, em condições de escasso ou nulo apoio político. Estamos agora numa nova etapa em que essa experiência, esse caminho e

discurso de integração no espaço lusófono é recolhido e legitimado institucionalmente, politicamente.

A base deste sucesso reside no trabalho do movimento lusófono galego, e mais recentemente nas mais de 17 000 assinaturas de cidadãos que apoiaram a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade. Apresentada com grande sucesso pelo porta-voz da Comissão Promotora da ILP, José Morell, foi aprovada pela unanimidade dos deputados para tramitação no Parlamento da Galiza, em 8 de março de 2013. Aceite o texto inicial, num segundo momento foi preciso chegar a um entendimento sobre a redação definitiva da lei. O governo e o grupo parlamentar do Partido Popular que o sustenta decidiu, em outubro de 2013, negociar o texto diretamente com os promotores da iniciativa em representação dos assinantes, da sociedade civil. Nesta negociação procurou-se recolher, quanto possível, as propostas dos grupos da oposição, PSdeG, AGE e BNG, apresentados formalmente através de emendas ao texto originário. Também foi tido em conta o ponto de vista dos representantes de algumas instituições culturais tradicionalmente contrárias à lusofonia galega, de forma que não ficassem excluídas do acordo político.

Desta forma, num processo de consultas e diálogo que se prolongou durante vários meses, a Comissão Promotora da Iniciativa Popular Valentim Paz-Andrade, com a colaboração ativa e discreta de todas as partes implicadas, logrou o mais amplo consenso possível, pondo de acordo o governo e os grupos da oposição numa unanimidade infrequente.

A negociação converteu os promotores da lei Paz-Andrade e, em definitivo, as entidades lusófonas galegas, em interlocutores de facto e cooperadoras necessárias na aplicação da Lei. A Comissão Promotora, com o apoio de personalidades da cultura e o assessoramento das associações lusófonas galegas, entre as quais a AGLP elaborou, durante o verão de 2013, um Parecer sobre as possíveis linhas de atuação a desenvolver na aplicação da lei. Foi apresentado pelo nosso colega João Evans Pim em outubro de 2013 na *II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*, realizada na Universidade de Lisboa, e entregue ao governo galego e grupos do Parlamento Autónomo, recebendo uma excelente acolhida. O documento, disponível na

Rede, inclui algumas das medidas que o governo autónomo poderia aplicar nos próximos tempos nas três áreas de intervenção dispostas na lei: a) Introdução do ensino do português no sistema escolar galego; b) Produção, intercâmbio e divulgação de produtos audiovisuais em português nas televisões e rádios da Galiza; c) Participação da Galiza em foros internacionais de língua portuguesa, como os da CPLP.

A Lei, aprovada por unanimidade dos deputados em março de 2014, foi publicada no Diário Oficial da Galiza em 8 de abril e posteriormente no Boletim Oficial do Estado espanhol, entrando em vigor sem que o governo de Madrid tenha apresentado reparo algum ao seu conteúdo, o que constitui outra prova da abrangência do consenso que esta iniciativa tem gerado.

Do ponto de vista das políticas linguísticas no Estado espanhol, é o único caso em que uma Comunidade Autónoma aprova uma lei para promover uma língua de um estado vizinho que é, também, língua oficial em outros 8 estados geograficamente situados em todos os continentes. Contudo, dizer isto é ficar muito aquém da intenção do legislador e do significado do texto, pois a própria lei, no seu preâmbulo, reconhece a singular relação entre a variedade portuguesa e a variedade galega da língua comum, assinalando o facto de existir uma fácil “intercompreensão” entre os falantes de aquém e além Minho. Ficou estabelecida, deste modo, uma fórmula de compromisso aceitável por todas as partes que não acarreta mudanças na legislação vigente, amparando a promoção da língua portuguesa nas “competências em línguas estrangeiras” da Comunidade Autónoma Galega.

Aceite este princípio, com um consenso alargado a todas as forças políticas e administrações implicadas, estamos certos que este passo legal facilitará a criação das fórmulas institucionais para que o amplo abano de associações e instituições culturais e cívicas lusófonas da Galiza possam desenvolver em pleno todas as suas potencialidades, e a sociedade venha tirar proveito da nossa língua comum como instrumento eficaz de comunicação e vertebração nacional.

A situação faz virar a atenção para diversos reptos, dificuldades e carências que se abrem nesta altura. É preciso perceber adequadamente a relação da

língua portuguesa com os cidadãos galegos. Atendendo à realidade social, sabemos que podem existir vários tipos de motivações para aprender o português padrão. Enquanto para alguns é adquirir conhecimentos da língua nacional da Galiza, que lhes permite usar o galego com plenitude, para outros será uma língua de relação instrumental, laboral ou cultural. Todos são legítimos e coexistem na nossa sociedade. Uma grande maioria se aproxima do português com um nível alto de compreensão prévia, por conhecimento da variedade galega. Poderíamos dizer que, em termos gerais, os galegos não começam no grau zero, mas no nível intermédio. Dar aulas de português padrão na Galiza não é o mesmo que ministrar noutras latitudes linguísticas. Os docentes conhecem este facto e são conscientes da necessidade de adaptar os manuais escolares ou criar uns novos, específicos, para os nossos estudantes.

Por outro lado, a ninguém escapa que o período de políticas antilusófonas, desenvolvidas durante os últimos 30 anos pelos sucessivos governos autónomos, criou uma rede de interesses que, nesta altura, manifesta uma evidente resistência à mudança, resultando difícil de ultrapassar no curto prazo. Será preciso tê-lo em conta e fazer uma gestão apropriada desta questão.

A necessidade de promover uma norma do português galego, ideia até agora restrita a poucas entidades, começará a ter em breve uma maior audiência pela força do desenvolvimento dos factos. Precisa-se entender que a norma galega se insere no português europeu e dentro dos critérios aprovados pelo Acordo Ortográfico de 1990, mas apresenta características próprias na pronúncia, léxico, algumas formas verbais e, em geral, uma maior proximidade do antigo galaico-português. A articulação de fórmulas para a participação galega nos foros internacionais da língua portuguesa leva consigo esta opção que, como oportunidade, se revela também de grande versatilidade discursiva, entre a unidade gráfica e o necessário reflexo de traços identitários da Galiza. A este respeito, cabe lembrar que a utilização do português padrão em foros internacionais é cada vez mais normal entre os representantes políticos eleitos, como se tem evidenciado no Parlamento Europeu, e não só.

A recente revisão, ampliação e adaptação do Dicionário Estraviz ao Acordo Ortográfico, primeiro dicionário galego da língua portuguesa, é mostra da

capacidade para contribuir de forma eficaz e atual a este património comum. Com 130 000 entradas é o maior dicionário produzido na Galiza, sendo atualizado diariamente. Em breve o Vocabulário Ortográfico Galego, em cuja elaboração está trabalhando uma comissão da AGLP sob a direção do académico Carlos Durão, com um número similar de entradas, virá completar o perfil lexicográfico galego.

A mudança que se está a operar na Galiza, com a aprovação da lei Paz-Andrade, não pode deixar indiferentes as instituições da CPLP nem os governos representados. Especialmente Portugal, que tem, nesta altura, uma dupla responsabilidade. Os redatores da lei Paz-Andrade quiseram manter e consolidar um dos signos mais enraizados na tradição da cultura galega, assinalando Portugal como sócio preferente da Galiza. Um privilégio que, em ocasiões, não tem encontrado correspondência em determinados governos portugueses. São umas relações alicerçadas no intercâmbio cultural que, desde meados do século XIX se vem produzindo entre intelectuais galegos e portugueses, e que, no nosso entender, ninguém tem direito a dilapidar.

Vistos os factos e consideradas as condições atuais, podemos dizer que a posição galega no contexto da língua portuguesa foi representada até agora por entidades privadas, da sociedade civil e de cariz claramente reintegracionista, participando em numerosos eventos de âmbito cultural ou académico, estabelecendo relações perduráveis, criando iniciativas transfronteiriças, tecendo relações e amizades. Em breve serão também outros atores, como o Governo Galego, a manter uma posição e um discurso institucional público em relação à língua portuguesa. Não é previsível que esta coincida com a da Academia Galega da Língua Portuguesa, pois aquele tem outros compromissos e atende outros critérios, menos técnicos, mais políticos. Contudo o interesse geral aponta para a necessidade de manter esta colaboração mútua, já solicitada e confirmada publicamente pelo Secretário-Geral de Política Linguística do governo autónomo, durante a sua intervenção no Seminário que sobre a Lei Paz-Andrade organizou a AGLP em Santiago de Compostela em 26 de junho de 2014.

O grande repto que temos pela frente é manter a coordenação entre todos os atores galegos, o que reforçaria esta posição já conhecida e elaborada durante

as últimas décadas por diversos agentes culturais, universitários e intelectuais galegos no espaço da língua portuguesa.

A estratégia da Galiza no processo de aproximação da Lusofonia beneficia desta tradição consolidada, do facto fazer parte do território originário da língua comum, da sua localização geográfica, da longa tradição de país com vocação marítima e atlântica, das amplas redes tecidas pela emigração nos quatro cantos do mundo, da ausência de conotações históricas negativas no imaginário coletivo dos falantes de português, e de ser um espaço com um alto nível económico e de desenvolvimento humano próximo da média europeia, o que poderá resultar atraente para os países emergentes e em vias de desenvolvimento.

A Galiza conta, portanto, com uma boa posição de partida, com vantagens claras que deverá saber maximizar, mesmo em relação a outros atores próximos, no desejável horizonte de um relacionamento triangular estável entre a Europa, América e África, sem esquecer Timor, Macau e os territórios de língua portuguesa da Ásia.

Muito obrigado

Ângelo Cristóvão,  
Academia Galega da Língua Portuguesa

---

**27. CARLOS LUNA, ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA D. LEONOR, ESTREMOZ**

**TEMA 2.3. A LUSOFONIA EM OLIVENÇA E A BUSCA DE IDENTIDADE DOS SEUS FILHOS, CARLOS EDUARDO DA CRUZ LUNA**

Em 2005, em Bragança, falava-se do risco que corria a Cultura portuguesa em Olivença. Felizmente, algo de muito positivo sucedeu! Em março de 2008, surgiu um grupo cultural autóctone local, o "Além Guadiana".

Sem entrar em polémicas de soberania, iniciou um combate pelos valores lusófonos da região. A sua primeira vitória foi a recuperação das antigas denominações portuguesas de 34 ruas e praças.

Ultimamente, em 30 de maio de 2014, levou a cabo uma sessão pública, no castelo dionisino de Olivença, com a população, apelando à recuperação do Português, que muitos dos assistentes revelaram ainda dominar.

Apesar do seu trabalho, amplamente divulgado, a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação portugueses, incluindo os de índole cultural, prefere ignorá-lo, chegando o mau gosto ao ponto de o transformar em motivo de anedota.

## 1. PREÂMBULO

Há surpresas agradáveis. Em 2005, em Bragança, num colóquio afim, chamei a atenção para os riscos que corria a alma lusófona em Olivença. Pedi apoio, após denunciar uma situação que tinha todos os contornos da destruição de uma cultura por via de um colonialismo dissimulado que ninguém tinha a coragem de estudar e, menos ainda, de denunciar.

Pois bem, meus caros amigos, a cultura lusófona guardava uma surpresa, que mostra a profunda capacidade de resistência da mesma. Em março de 2008, logo após um encontro em Olivença, em fevereiro de 2008, surgiu uma associação cultural autóctone oliventina favorável à lusofonia ("Além Guadiana"). Nada melhor do que ler um texto meu produzido na altura, e que quase nenhum jornal ou revista quis publicar!

Portugal é um País de contradições. Ambiciona ser conhecido, reclama que a sua cultura é pouco divulgada... mas, contraditoriamente, parece envergonhar-se de assumir manifestações concretas da sua cultura. Ora veja-se!

## 2. A JORNADA DE FEVEREIRO DE 2008

Em 28 de fevereiro de 2008, um grupo (que, em março, se transformaria no "ALÉM GUADIANA") decidiu organizar uma "Jornada do Português Oliventino", que decorreu na Capela do Convento português de São João de Deus (em Olivença, naturalmente).

Quer se queira, quer não, fez-se História: pela primeira vez desde 1801, a Língua Portuguesa manifestava-se livremente em Olivença, com a "cobertura" das autoridades espanholas máximas a nível local e regional. Quase 200 pessoas foram testemunhas disso, entre as quais o arqueólogo Cláudio Torres, o "herói" do mirandês Amadeu Ferreira, e outros!

Falou primeiro o Presidente da Junta da Extremadura espanhola, Guillermo Fernández Vara. Curiosamente, um oliventino. Foi comovente ouvi-lo confessar que, na sua casa paterna, o Português era a língua dos afetos. O Presidente da Câmara de Olivença, Manuel Cayado, falou em seguida.

Joaquín Fuentes Becerra, presidente da Associação "Além Guadiana", que fazia a sua apresentação não oficial, destacou e insistiu no aspeto cultural da Jornada.

Juan Carrasco González, um conhecido catedrático, falou depois. Seguiu-se Eduardo Ruíz Viéytez, Consultor do Conselho da Europa, que explicou as recomendações críticas deste, ao Estado Espanhol, em relação ao Português de Olivença. Falou depois Lígia Freire Borges, do Instituto Camões, que destacou o papel da Língua Portuguesa no mundo. Após o almoço, foi a vez de ouvir a voz de alguns oliventinos, em Português, bem alentejano no vocabulário e no sotaque, não faltando críticas e denúncias de situações de repressão linguística não muito longe no tempo.

Falaram depois domingo Frade Gaspar (pela fala galega) e José Gargallo Gil (Línguas minoritárias).

Seguiu-se Manuela Barros Ferreira, da Universidade de Lisboa, que relatou a experiência significativa de recuperação do Mirandês.

Falou finalmente o Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, a propósito dos projetos de salvaguardar o dialeto barranquenho.

No final, foi projetado um curto filme sobre o Português oliventino, realizado por Mila Gritos (Milagros Rodríguez Perez). Nele surgiam oliventinos a contar a história de cada um, sempre em Português.

Deu por encerrada a sessão Manuel de Jesus Sánchez Fernandez, da Associação Além-Guadiana, ainda em formação.

Os assistentes e os promotores da Jornada abandonaram o local, já de noite, convictos de que tinham assistido a algo notável. Estava dado um passo de gigante para a recuperação de cultura lusa em Olivença.

### 3. QUASE TODOS OS ANOS, UM FESTIVAL DE LUSOFONIA E. TOPONÍMIA EM PORTUGUÊS!

Seria algo fastidioso relatar todos os aspetos dos festivais de Lusofonia promovidos pelo "Além Guadiana" nos anos seguintes. Revelaram uma imensa vontade de recuperar a identidade oliventina no Quadro da Lusofonia. A pressão em Olivença acentuou-se, mesmo sobre os órgãos locais e regionais de Poder, mesmo quando, em resultado de eleições, eles foram mudando. O Festival de 2011 mostrou melhor uma gigantesca modificação já em marcha!

A Câmara Municipal de Olivença decidiu começar a recuperar os antigos nomes em português das ruas da localidade. A iniciativa partiu, claro, da associação cultural "Além Guadiana", que apresentou à Câmara e aos diferentes representantes políticos de Olivença um projeto pormenorizado para a valorização da toponímia oliventina, com unânime aceitação.

O projeto, com início a 12 de junho de 2010, e que prosseguiu, estando já quase concluído em janeiro de 2011, contemplou a adição dos antigos nomes das ruas aos atuais, mantendo a mesma tipologia e estética nas placas. Assim, resgataram-se as denominações das ruas, dos becos, das calçadas, etc., que

configuram o conjunto histórico encerrado nas muralhas abaluartadas, com um total de 74 topónimos (!!!).

Recorde-se que a maior parte da toponímia urbana de Olivença foi substituída ou modificada na primeira metade do século XX, embora quase todos os nomes continuassem a ser utilizados pela população apesar das alterações, como nos casos da rua da Rala, da rua da Pedra, da Carreira, etc.

A Associação "Além Guadiana", num comunicado, esclarecia: «os antigos nomes das ruas falam-nos do passado português da "Vila", como popularmente é conhecida a cidade, desvelando aspetos diversos, amiúde desconhecidos, da sua história.

Estes remontam a séculos atrás, muitos deles à Idade Média, aludindo a pessoas ilustres da História, a antigos grêmios de artesãos, a santos objeto da devoção popular ou à fisionomia das ruas, entre outros aspetos. A rua das Atafonas, a Calçada Velha, o Terreiro Salgado e o beco de João da Gama? são alguns exemplos.»

Mais dizia a comunicado. «Com esta iniciativa pretende-se, enfim, realçar um interessante componente da rica herança cultural oliventina, contribuindo para testemunhar a história partilhada deste concelho e para tornar visível em cada recanto intramuros. Os nomes ancestrais dos espaços públicos conformam uma janela que convida a assomar-se e a explorar a apaixonante história de Olivença.

Expressados na sua originária língua portuguesa, constituem o testemunho vivo de uma cidade onde se respiram duas culturas e são um veículo que encoraja os mais novos a manter a língua que ainda falam as pessoas mais velhas do município. Para a associação Além Guadiana, trata-se de uma iniciativa com fins didáticos, culturais e turísticos, com a qual se resgata para o presente uma parte do passado oliventino.»

4. (AINDA A TOPONÍMIA EM PORTUGUÊS) UMA ESPÉCIE DE «DIA DE PORTUGAL»... DOIS DIAS DEPOIS

A inauguração das primeiras ruas com os nomes em Português, teve lugar no meio de uma espécie de festival promovido pela Associação citada desde a sua fundação, denominado «Lusofonias». No sentido de promover a cultura e a língua portuguesa, a organização do evento elegeu como imagens promocionais da iniciativa Amália Rodrigues, Fernando Pessoa e Vasco da Gama.

O "Além Guadiana" justificou estas escolhas: «São ícones de Portugal e da sua história. Como curiosidade posso dizer que os familiares de Vasco da Gama são originários de Olivença e desta forma vamos lembrar esse facto.»

A iniciativa cultural contou com a colaboração do Ayuntamiento de Olivença, da Associação para o Desenvolvimento Rural da Comarca de Olivença e da Junta da Estremadura, e consistiu ainda num vasto conjunto de atividades, entre as quais se destacaram peças de teatro, música, literatura e animação de rua.

Em paralelo, houve uma zona reservada a exposições, onde estiveram artesãos, um espaço dedicado à gastronomia e a instituições do espaço lusófono, bem como trabalhos ao vivo e animação musical a cargo de grupos de Portel (Évora). Procedeu-se a uma leitura pública contínua em português, na qual participaram oliventinos de todas as idades lendo ou recitando na língua de Camões.

Este foi um dos pontos altos que a organização destaca deste dia dedicado ao mundo lusófono. Durante a manhã ocorreu também uma demonstração de folclore, através do grupo "La Encina" de Olivença e a atuação das Cantadeiras de Granja (Évora).

No período da tarde foi projetado no "Espacio para la Creación Joven", o filme "O Leão da Estrela", e houve atividades de animação nas ruas, bem como ainda a atuação dos alunos de português da escola pública Francisco Ortiz, de Olivença.

A "Estória da Galinha e do Ovo" e "O Canto dos Poetas", ambos interpretados pela associação "Do Imaginário" de Évora, foram dos atrativos desta iniciativa promovida pela associação "Além Guadiana".

5. EXEMPLOS (E CONSIDERAÇÕES VÁRIAS) DE (SOBRE) TOPONÍMIA OLIVENTINA

A dupla toponímia foi-se vulgarizando em Olivença. Reproduzi aqui um texto com esses topónimos, escrito na altura, e que contém algumas críticas aos nomes castelhanos/espanhóis.

Assim, «Paseo Tolosa e Calle Tolosa (Rua da Corna; nome dado a um corno tornado oco para se beber água; havia uma Fonte da Corna);

Calle Conde de Lages (Rua do Conde das Lages, ou do Marquês das Lages);

Calle Nuñez de Balboa (Rua do Aljube; "Nuñez de Balboa" é, nesta zona de Olivença, um anacronismo);

Paseo de Pizarro (Largo do Calvário; na zona velha de Olivença, este "Pizarro" resulta num Anacronismo, no mínimo);

Paseo del Obispo (Cerca do Bispo);

Calle M<sup>a</sup> de la Cruz (Rua da Madre M<sup>a</sup> da Cruz; espanholização do nome duma heroína de Olivença);

Calle Díaz Brito (Rua dos Oleiros);

Calle San Juan (Rua do Postigo);

Calle San Roque (Rua da Junta Pequena);

Calle San Cristóbal (Rua da Junta Grande);

Calle Calderón de Barca (Rua das Figueiras, e outros nomes ainda);

Calle Espronceda (Rua do Poço);

Calle José Soto (Rua Álvaro Frade, e Rua de São José);

Calle Badajoz (Rua de Badajoz);

Calle San Sebastián (Rua de São Sebastião);

Calle Concepción (Rua da Conceição);

Calle Santa Quitéria (Rua de Santa Quitéria);

Calle Santa Lucia (Rua de Santa Luzia, outra espanholização);

Calle Santa Ana (Rua de Santana);

Calle Santiago (Rua de Santiago, ou Rua Nova, ou Rua dos Enterros);

Calle Gabriel y Galán (Rua João Caldeira);

Calle Cervantes (Rua da Pedra; Cervantes é um nome inquestionável da Literatura, mas nesta rua é um anacronismo);

Paseo del General Infante (já mudado) (Largo de Santa Quitéria);

Calle Lope de Vega (Rua dos Quartéis; Não se discute o valor de Lope de Vega, mas... mais uma vez... temos um anacronismo);  
 Calle Ruoerto Chapí (Calçada Velha ou Calçada de Nossa Senhora);  
 Plaza de la Magdalena (Adro da Madalena);  
 Paseo Hernán Cortez (Largo do Castelo; O que faz o nome de Hernán Cortez, um herói espanhol, na zona histórica portuguesa de Olivença?);  
 Plaza de Santa Mª (Praça de Santa Mª do Castelo);  
 Calle Duque de Cadaval (Rua dos Poiais, ou "Piais"; um dos poucos casos onde a mudança de nome respeita a História);  
 Plaza de la Constitución (Praça (principal));  
 Calle del Fuero (Rua do Foro);  
 Calle San Miguel (Rua das Sete Casas (alfândegas));  
 Calle Victoriano Parra (Rua das Atafonas);  
 Calle Vasco de Gama (Rua Vasco da Gama; a forma DE Gama (espanhola) em vez DA Gama é absurda... mesmo porque o Pai de Vasco da Gama, Estêvão Vaz da Gama, era de Olivença);  
 Calle Santa Bárbara (Rua de Santa Bárbara);  
 Calle Reyes Católicos (Rua El-Rei D. Manuel I; os Reis Católicos nunca foram reis em Olivença);  
 Calle Moreno Nieto (Rua do Buraco do Juiz, ou Rua dos "Baldosines" (pedrinhas));  
 Calle Caridad (Rua da Caridade, em tempos Calçada do Espírito Santo; Rua da Misericórdia);  
 Calle Francisco Ortiz (Rua de Entre-Torres);  
 Calle Marquez de Santillana (Rua de Rui Lobo, um oliventino);  
 Calle del Carmen (Rua do Carmo); Calle José Melero (Rua de Xeres);  
 Calle Lopez de Ayala (Rua da Rala);  
 Calle Espíritu Santo (Rua do Espírito Santo);  
 Calle Fernando Alfonso (rua das Parreiras, ou Rua de Fernando Afonso Durão, um oliventino...que nunca se chamou Alfonso);  
 Calle Bravo Murillo (Rua dos Saboeiros);  
 Calle Santo Antón (Rua do Cotrão de João Dias);  
 Calle S. Agustín (Rua de Juromenha (Parte));  
 Calle Manuel Gómez Castaño (Rua de Juromenha (parte));  
 Paseo del Cid (Rua de Juromenha (parte));  
 Calle San Pedro (Rua de São Pedro);  
 Calle las Flores (Rua das Flores);  
 Paseo de Portugal (Carreira; teve outros nomes: Passeio de Santo António, Passeio da Farola, Terreiro do Chão Salgado, e outros);  
 Plaza de España (Carreira; outros nomes teve, como Terreiro do Chão Salgado (parte), Passeio Velho, e outros);  
 Calle del Fuerte (Rua do Forte);  
 Ronda del Pilar (Av. Quinta de São João, e Avenida da Quinta dos Marçais);  
 Avenida de la Quinta de San Juan (Av. Quinta de São João (parte), e Avenida da Quinta dos Marçais (parte));  
 Calle Lavadero (Rua do Lavadouro);  
 Calle Sagrado Corazón (Rua do Sagrado Coração);  
 Calle Hernando de Soto (Faceira de Afonso Mouro; outro anacronismo histórico);

Calle Huertas (Rua das Hortas);  
 Calle Juan Fuentes (Passeio de João Fontes, outra espanholização);  
 Calle Señor de los Pasos (Rua do Senhor dos Passos);  
 Calle San Blas (Rua de São Brás Grande);  
 Calle Santa Catalina (Rua de São Brás Pequeno);  
 Calle Rodríguez (Rua de Escalda-Rabos);  
 Calle San Lorenzo (Rua de São Lourenço);  
 Calle San Francisco (Rua de São Francisco);  
 Avenida Ramón y Cajal (Rua da Carreira (a maior parte));  
 Calle Donoso Cortes (rua Pequena; outro anacronismo);  
 Paseo de La Sociedad Filarmónica (Praça do Mercado);  
 Calle José Mª Marzal (Rua de São Bento);  
 Calle Padre Pestania (Rua do Padre Pestana; espanholização do nome);  
 Calle Mendez Nuñez (Faceira de São Francisco);  
 Calle Gregório López (Faceira do Marrão; o cúmulo do absurdo, pois este Gregório López é um Pintor espanhol, e não o Português Gregório Lopes, do qual (suprema ironia, se descobriu um quadro em Olivença, na Igreja da Madalena!);  
 Calle Cristóbal Colón (Rua Grande, ou antiga Rua de São Francisco; outro anacronismo; não se trata de por em causa a importância histórica de Cristóvão Colombo, mas sim a presença da forma castelhana do seu nome na velha Olivença Portuguesa);  
 Plaza del Callao (Largo de São Francisco; o que faz o nome da expansão espanhola "Callao" neste largo, dominado pelo Convento de São Francisco?).»

## 6. OUTRAS INICIATIVAS

Entretanto, o final de 2010 e o princípio de 2011 viram realizar-se mais uma iniciativa deste prolixo grupo oliventino: um mercado mensal de artesanato e antiguidades portuguesas. O primeiro efetuou-se a 11 de dezembro de 2010, o segundo a 8 de janeiro de 2011.

Pela primeira vez, em mais de duzentos anos, ressurgiu o mercado antigo tradicional de Olivença era aos Sábados, nas suas características originais. Na verdade, este evento efetua-se num local distinto do mercado mais convencional (Adro da Igreja manuelina da Madalena), que é no mesmo dia da semana. Foi curiosa a primeira edição, não só pelo afluxo de interessados, mas também por algumas das motivações expressas.

Muitas louças tradicionais (do Redondo, por exemplo), e mobiliário, também tradicional, foram adquiridos porque lembrava aos compradores objetos vistos em casa de antepassados seus, onde constituíam uma espécie

de relíquias. Note-se que, na falta do seu tradicional mercado, muitos oliventinos, durante mais de cem anos, se deslocavam a Elvas ou a outras localidades, procurando obter os produtos (então de utilidade doméstica, ou de decoração) a que estavam tradicionalmente habituados.

Infelizmente, por falta de capacidade logística, o "Além Guadiana" acabou por deixar de promover este mercado.

Entretanto, as declarações de membros do "Além Guadiana" sucediam-se, começando a reclamar com cada vez maior insistência a integração no espaço cultural lusófono.

"A língua de Camões fala-se "ininterrompidamente" em Olivença desde finais do século XIII". Estas foram palavras do Presidente da Associação Além Guadiana, Joaquín Fuentes Becerra, no início de 2011 "Este o mais importante legado português. Até meados do século XX, 150 anos após a mudança de nacionalidade, a língua maioritária era o Português, apesar de não ter tido qualquer apoio institucional". Becerra acrescenta que, hoje em dia (2011), para além de conservada pelos mais velhos, a língua portuguesa já está a ser ensinada nas escolas.

"Estamos no caminho correto, mas faz falta uma aposta mais forte para que a língua portuguesa não se perca em Olivença. A língua é tudo". E, sem abordar aspetos políticos, Becerra reclamou para a localidade a sua "INTEGRAÇÃO NA LUSOFONIA".

Algo de novo, e talvez um tanto inesperado, estava a surgir no espaço lusófono. Ignorá-lo, fingir que não existe, começava a ser impossível. E insuportável!

#### **7. EM 20 DE OUTUBRO DE 2012, NOVA (A 3.ª) EDIÇÃO DE LUSOFONIAS**

Tudo decorreu com a maior naturalidade, no dia 20 de outubro de 2012. Em Olivença, decorreram as Lusofonias, na sua III Edição, portanto quatro...

Quase cinco anos depois do aparecimento do grupo autóctone "Além Guadiana", que, recordemos, luta, sem entrar em polémicas de soberania, pela recuperação da Língua (portuguesa), da Cultura, e da História de Olivença, as quais, nos últimos 200 anos, sob administração espanhola, foram vítimas de uma consciente e deliberada "limpeza", que tocou as raízes do absurdo.

As atividades do Grupo "Além Guadiana", não é demais repeti-lo, surgem, pois, como uma agradável surpresa para a Lusofonia, tão inesperada que os órgãos de informação portugueses, na sua esmagadora maioria, parecem não se aperceber do que se está a passar.

Colaboraram várias Instituições: a CCDR ALENTEJO/ÉVORA; o EUROACE (Alentejo: Centro; Extremadura), o Ayuntamiento De Olivença (Câmara Municipal De Olivença), o Gabinete De Iniciativas Transfronteiriças, e outras.

Tudo correu como o previsto, com desfiles na rua, a cargo do "Pele & Fole" (12:00 espanholas, 11:00 portuguesas), seguindo-se a abertura oficial, no espaço "Para La Creación Joven (Antigo Mercado de Abastecimento), às 12:30 espanholas, 11:30 portuguesas; seguiu-se a leitura contínua, por vários intervenientes, incluindo alunos de escolas, de textos em Português. Note-se a presença do grupo de Évora "Associação do Imaginário", que desde as primeiras edições deste evento tem estado presente.

Um texto lido por um membro do "Além Guadiana", e que recebeu o assentimento, em linhas gerais, de todos (todos, mesmo: P.P., P.S.O.E., I.U.) os grupos políticos locais, historiava o "milagre" da ação do "Além Guadiana", com a aproximação (que passou até pela colocação dos antigos nomes portugueses na toponímia da cidade) a Portugal e à Cultura Portuguesa, com a consciencialização de muitos oliventinos da sua condição lusófona (em termos culturais gerais, históricos, e linguísticos), até culminar com uma recente tendência que já tinha sido aventada numa reportagem televisiva em Olivença em 6 de outubro de 2012, quando um repórter atento tinha dito (citando): "*Aqui em Olivença existem 157 cidadãos portugueses, um número oficial confirmado pelo "Ayuntamiento"; mas é um número que vai disparar nos próximos meses: há muitos oliventinos que querem ter a nacionalidade de Portugal: equivale (isto) a*

*dizer que cada vez mais Olivença está a olhar para Portugal; falta apenas saber se Portugal quer olhar para Olivença..."*

A leitura comovida do texto pelo membro do "Além Guadiana" confirmou essa tendência. Mais de, diz-se, cem oliventinos, em nome do sei passado e das tradições familiares, da História, querem adquirir a nacionalidade portuguesa. Sem que isso cause estranheza ou reações de qualquer força política de Olivença, de Esquerda ou de Direita. Não se trata de colocar o problema da soberania, que não tem nada a ver com este processo. É, antes de mais nada, reatar os laços com Portugal, que independentemente dos problemas políticos entre Estados, nunca deveriam ter sido cortados. Tal como comunidades várias, em todo o mundo (Malaca, Sri Lanka [Ceilão], e outros lugares) o estão a fazer, em nome de laços ancestrais.

Foi um momento comovente. Para muitos, um reencontro com o passado, projetado no presente, visando o futuro. Após duzentos anos de isolamento, um reencontro com as raízes. O deputado do C. D. S., Ribeiro e Castro, a nível particular, presenciou o momento, prometendo todo o seu apoio.

Depois das 17:00 espanholas, 16:00 portuguesas, decorreu, no espaço citado, o que foi denominado um "Ateliê de instrumentos e músicas de Portugal "Sons da Tradição"; com notório sucesso.

O encerramento destas jornadas consistiu numa representação teatral: : "O Retábulo de Mestre Pedro e Dom Quixote" (19:30 espanholas, 18:30 portuguesas).

Assim decorreram estas jornadas, que confirmam a recuperação da lusofonia em Olivença, apesar do silêncio dos "media" portugueses, que, aliás, não se fizeram representar.

Talvez tal facto seja um sintoma da crise que Portugal atravessa. Neste caso, da falta de valores, e da descrença em si próprio. Permanece, mesmo assim, por explicar, o silêncio das elites, principalmente culturais, que deveriam

contrariar esta apatia. A História não se detém por isso. Mas, diga-se desde já, essas elites começam a ficar, como soe dizer-se, "muito mal na fotografia"...

## 8. **ALGUNS DESABAFOS SOBRE AS ELITES PORTUGUESES E OLIVENÇA**

Principalmente depois da notícia de pedidos de nacionalidade portuguesa por parte de alguns oliventinos. o silêncio da intelectualidade portuguesa e dos órgãos de comunicação social (todos convidados para o evento atrás referido) tornou-se ainda mais confrangedor. Recordo aqui um texto (mais um!) por mim escrito a esse propósito, e que só um jornal reproduziu:

*«Elogiar a Lusofonia é politicamente correto. Fá-lo qualquer intelectual português de forma automática. Delira em dissertações sobre o Português em Timor Leste. Medita sobre a sobrevivência de vocábulos e apelidos portugueses na Malásia (Malaca). Estremece com a referência a goeses que ainda sabem algo da língua de Camões. Ainda se deleitará com placas toponímicas com apelidos portugueses no Sri Lanka (Ceilão)*

*Se tiver alguma coragem, referirá as afinidades entre o Português e o Galego. Se não falar duma língua única com dois dialetos, falará duma origem comum ou duma alma comum. Mas...nada de confusões políticas. A Galiza tem de ser tratada sem compromissos! Poderá referir ruas de cidades dos Estados Unidos ou da Inglaterra onde se fala algum Português. Ou de vestígios de lusismos no Uruguai. Fica tão bem a um homem de cultura, consagrado, falar destas coisas!! Afinal, ele não é uma pessoa qualquer. É a elite moderna de Portugal, aberto, europeu, obediente a regras internacionais, algo crítica (talvez) em relação aos mercados desregulados que estão a destruir o mundo e até uma determinada ideia de Europa, mas.. sem tocar em assuntos mais polémicos! Fica mal. Uma elite assim é assética. Gosta de receber prémios... ou de ler opiniões em que se diz que, se ainda os não recebeu, esse dia chegará!*

*Enchem-se páginas de fino recorte literário, como soe dizer-se, com dissertações sobre palavras soltas, almas, recordações lusitanas um pouco*

*por toda a parte. Bonito, tudo isto. É História! É "chique"! Fica mesmo bem!! É uma cultura que "já deu quase tudo o que tinha a dar" (passe a vulgaridade), e que importa realçar. Afinal, ela até tem aspetos interessantes.*

*Mas, por favor, não se fale de Olivença. Muito menos da recuperação, por locais, de valores culturais e linguísticos (caso de 73 topónimos portugueses para "aquelas bandas"! Desfaçatez suprema! Ao fim de duzentos anos, tal tipo de eventos assusta! Como é possível ressurgir uma cultura que foi duzentos anos reprimida? E logo...cultura portuguesa e alentejana? Que heresia!*

*Ainda se fossem algumas palavras em Ormuz, ou nas Ilhas Hawai, ou entre holandeses descendentes de portugueses. Em Olivença?*

*As elites não gostam de surpresas destas. Calam. Silenciam. Para que ninguém saiba. Elites, isto? Não, não são. Pensam que são. Como dizia Zeca Afonso, "os eunucos devoram-se a si mesmos". Grande Zeca, como tenho saudades tuas!!!»*

Um pouco "duro", este texto? Não sei. Mas exprime o que senti, e o que sinto ainda!

#### **9. SEMPRE EM LUTA PARA QUE O QUE SE ESTÁ A PASSAR EM OLIVENÇA SE TORNE CONHECIDO.**

Tentar "furar" o bloqueio informativo tornou-se premente. Deste modo, numas jornadas no Alandroal, em 1 de fevereiro de 2014, produzi algumas "considerações" sobre o tema, já na sessão final, que reproduzo:

«A minha Intervenção, no final destas jornadas, vai ficar um pouco à margem dos debates finais, e por isso peço as minhas desculpas, mas foi-me pedido que o fizesse. Será curta, para não perturbar a Ordem dos trabalhos.

O tema, não o revelarei desde já. Começo por vos ler umas quadras, em toada alentejana, tal como o fizeram quem as disse e diz. Forçarei um pouco essa pronúncia, pois, embora seja alentejano, sou já um produto de cidade, e não tenho esse sotaque no dia-a-dia. Cá vão: «*Ó Vila Real dos coxos,/São Bento dos aleijados,/São Domingos dos bons moços,/São Jorge dos mal talhados*»; outra: «*A fonte do Val de Gral/está no alto da Serra d'Olor./É água que a ninguém faz mal,/e dali bebe o meu amor.*»; uma outra: «*O meu coração é teu,/o teu é de quem tu queres./Uma troca faria eu,/lindo amor, se tu quiseses.*»; e ainda outra: «*Se eu tivesse não pedia/coisa nenhuma a ninguém./Mas, como não tenho, peço/uma filha a quem a tem.*»

Não sei se alguns dos presentes sabe a origem destas quadras. Elas são, ainda hoje, 1 de fevereiro de 2014, conhecidas por idosos, e agora alguns jovens, das aldeias e da própria sede do concelho de uma terra próxima: Olivença.

É verdade, sim. Olivença, a poucos quilómetros do Alandroal. Ainda vos podia dizer mais noventa quadras, mas apenas acrescento uma última: «*Daqui para a minha terra/tudo é caminho e chão!/Tudo são cravos e rosas/postos pela minha mão.*» Este é o "fundo" cultural de uma região alentejana que se quer ignorar. Uma região que resiste, e que mostra porque o Alentejo é uma realidade cultural, material ou, neste caso e se preferirem, imaterial.

Poucas regiões do mundo se terão visto rodeadas de tanto preconceito e ignorância. Falar-se de Olivença é falar de algo antiquado, louco, próprio de malucos. Tenho a dizer-vos que têm sido os loucos, mais que os sãos, que têm construído culturas e civilizações. Fernando Pessoa era louco, e só me apetece dizer que fazem muita falta loucos como ele. Faço aqui um elogio à loucura construtiva, que nos permite ultrapassar os nossos próprios limites.

Diz-se que essa "coisa" de Olivença é algo de salazarista, e esse preconceito estúpido tem perdurado. Os "Amigos de Olivença" não eram salazaristas. Em 1974, o seu presidente era o intelectual antifascista alentejano (do Redondo) professor Hernâni Cidade. Mas eu não vos quero falar da Questão política de Olivença. Este Fórum, e a estas horas não é para isso.

Quero dar-vos uma notícia. Em março de 2008, surgiu em Olivença um grupo autóctone favorável à Cultura portuguesa. Esse grupo não quer NADA com a política, mas veio reivindicar algo mais simples e complicado: o renascimento da cultura portuguesa/alentejana em Olivença. Essa Associação não se tem poupado a esforços. Fez-se anunciar em todos os jornais e revistas portuguesas. Quase nenhum noticiou. Tem promovido encontros lusófonos, que quase não são alvo de notícia. Chegou a promover um Encontro em Lisboa, na nossa querida Casa do Alentejo. Nenhum órgão de comunicação (e todos foram contactados) se fez representar, salvo a Agência Lusa. Uma vergonha!

O «Além Guadiana» foi mesmo entrevistado, durante uma hora, na televisão portuguesa, num programa de Inês Pedrosa (22 de março de 2013, repetido em 24), que não mereceu referências na Imprensa. Nele, oliventinos como Joaquín Fuente Becerra (Presidente) e Eduardo Machado, ambos em Português, deram-se a conhecer, e manifestaram o seu espanto. Por que razão Portugal os parece ignorar, esse mesmo Portugal que se mobilizou por Timor, lá tão longe?

Repare-se que eles falavam dos aspetos culturais, e não outros. Como eles dizem, são alentejanos! E deixo aqui este apelo: vão a Olivença, contactem o «Além Guadiana», vejam o que Olivença tem e ouçam-nos. Como alentejanos, se o não fizermos, estaremos a cometer um crime contra a NOSSA cultura.

Há aspetos preocupantes nesta aparente guerra contra as coisas de Olivença! Já que todos me estão a escutar sem protestos e, pelo que vejo, com atenção, revelo outro dado: em 2011, o «Além Guadiana» conseguiu influenciar todas as forças políticas de Olivença, e foram restituídos 74 nomes portugueses a ruas de Olivença. Eu disse setenta e quatro!

Só o Diário de Notícias deu cobertura a esta notícia. Um outro jornal diário de referência, cujo nome não cito por quase pudor, atreveu-se a ironizar com a situação, dizendo que os oliventinos estavam meio maluquinhos ao recuperar estes antigos nomes, pois deveriam preferir nomes modernos como "Amália Rodrigues" e "Cristiano Ronaldo". Isto só tem um nome: é uma vergonha e uma afronta. Aos oliventinos. Aos portugueses. A nós. alentejanos. Não podemos

consentir que esta situação continue, e por isso faço esta intervenção e deixo aqui o eu apelo.

Penso que estamos perante um fenómeno incómodo. Após duzentos anos de repressão, que, meus amigos, passou até pelo enforcamento de alguns oliventinos partidários de uma Olivença portuguesa, passou pela falsificação da História (mais de 90% da população da "vila" desconhece a sua História), que continua, pois ela não é ensinada em parte alguma, que passou pela substituição compulsória de apelidos, de santos, e sabe-se lá mais o quê, a cultura portuguesa/alentejana resiste, e quer renascer. Deviam pensar bem os nossos intelectuais que dão a cultura portuguesa como morta ou como sem valor antes de continuarem a dizer disparates.

É que, abstraindo questões políticas, a cultura tem uma incrível capacidade de resistência. Alentejana. Portuguesa. Duzentos anos não são para desprezar! Não brinquem com coisas sérias, caras elites que só olham para si próprias e para valores alheios.

Cabe-nos a nós, portugueses e alentejanos, principalmente daqui, da Vila do Alandroal, vizinha de Olivença, dar a conhecer este fenómeno. Estendermos a mão a Olivença. E pouco importa se pensamos que Olivença deve pertencer a Portugal, Espanha, ou a qualquer outro país. É a cultura que está em causa! E viva o Alentejo!»

#### 10. UM MANIFESTO QUE NÃO CONSEGUE SER PUBLICADO

Em 30 de maio de 2014, o "Além Guadiana", no âmbito das comemorações dos 800 anos do primeiro documento oficial em Língua Portuguesa, levou a cabo uma sessão pública, com cidadãos de Olivença e das suas aldeias (e de Táliga, antiga aldeia de Olivença até 1850), para reforçar o seu apego à língua portuguesa e à cultura lusa (fugindo sempre a aspetos políticos mais "comprometedores".

Elaborei então um texto. com a data de 14 de junho de 2014, a que dei o nome de "MANIFESTO (A PROPÓSITO DO MANIFESTO DE CELEBRAÇÃO DOS 800

ANOS DA LÍNGUA PORTUGUESA)", e enviei-o a intelectuais e órgãos de comunicação. Em vão, até agora. Aqui deixo o texto. Talvez alguém o difunda a partir de agora!

*«É notícia e é oficial. A Língua Portuguesa completa 800 anos (1214, testamento de Afonso II). E, nestes dias de junho de 2014, surge um Manifesto que junta nomes vários da Lusofonia para assinalar o facto. Veio nos jornais, com pompa e circunstância. «O deputado José Ribeiro e Castro é um dos promotores do manifesto, que reúne "professores, autoridades, escritores, linguistas, cineastas, homens e mulheres da cultura», era um dos títulos. Repetido ou "adaptado", em quase todos os órgãos de comunicação.*

É a História de uma língua que tem os seus primórdios na Galiza, lá pelos séculos IX ou X; que passa a galaico-português nos séculos XI e XII (ainda hoje há quem defenda que o Galego e o Português são dialetos duma mesma língua); que se assume como própria nesse texto de 1214.

Espalhou-se pelo território português, deixando apenas um pequeno espaço para o Mirandês (um dialeto ásture-leonês). Ganhou cada vez mais consistência e firmeza. Depois dos Séculos XV e XVI, ganhou projeção mundial. Hoje, tem mais de 240 milhões de falantes, incluindo um gigante (o Brasil).

É língua mãe dos mais desvairados sentimentos e aspirações. Língua culta e popular. Celebrá-la é celebrar a forma de expressão de uma boa parte da humanidade. Já a têm dado como imprópria para alguns níveis de cultura. Alguns dos seus falantes preferem outros idiomas em simpósios internacionais (e até, o que é pior, nacionais!). Mas ela está aí. Evoluindo. Basta estar atento.

Mas... nem sempre tem tido a atenção merecida. Veja-se o que sucede em Olivença. Sim, digo bem, Olivença. Aquela terra esquecida, conotada, quase sempre por preconceito, com as mais variadas orientações políticas, ou com aspirações fora de moda, de esquerda ou de direita. Na verdade, o Português foi sendo falado na região, e foi maioritário até às décadas de 1960 e mesmo 1970. Na de 1980, começou a perder terreno. Alguns intelectuais, ao longo dos séculos

XIX e XX, preocuparam-se com tal, mas pouco conseguiram fazer, mesmo porque poucos os escutavam.

Agora, a Língua Portuguesa faz 800 anos... a nível de um primeiro uso "oficial". E refere-se a sua capacidade de resistência e de adaptação. Mas (há sempre um "mas"), ninguém parece estar a dar-se conta de um fenómeno curioso. Em Olivença, pois então!

Na verdade, desde março de 2008, círculos oliventinos, autóctones mesmo, mobilizaram-se. E começaram a lutar por uma língua e cultura que era a sua, e que resistia, apesar de parecer estar em perigo. Nascia o "Além Guadiana". Que, desde então, e evitando debruçar-se sobre problemáticas de soberania (que existem, mas são pouco relevantes para o caso), tem lutado pela cultura e língua da sua Região. Procura reafirmar-se como lusófono, e querer fazer parte desse espaço.

Em 2008, 2009, e 2010, promoveu espetáculos/encontros a que chamou "Lusofonias", para os quais convidou intelectuais e órgãos de informação. Em 2011, a par de mais um encontro, conseguiu que fossem repostos os antigos nomes portugueses em 74 ruas de Olivença. O que, pasme-se, foi pouco noticiado.

Atualmente, em Olivença, têm surgido casos de pedidos de nacionalidade portuguesa, referidos até na televisão portuguesa (22 e 24 de março de 2013). Sempre, sublinhe-se, sem intenções políticas ou controvérsias sobre soberania. O "Além Guadiana" pede apenas respeito e reconhecimento. Quer ajuda portuguesa desinteressada, para tentar fazer Olivença aproximar-se da situação linguística das décadas de 1950 e 1960.

A 30 de maio de 2014, a Associação "Além Guadiana" apresentou, no pátio do velho castelo dionisino, o esboço de uma recolha de Português "oliventino". Inúmeros populares, incentivados, usaram da palavra, em Português, e apelou-se aos oliventinos em geral no sentido de usarem a sua língua no dia-a-dia. O próprio "alcalde" interveio, apoiando. Infelizmente, muitos convidados portugueses não apareceram, embora outros estivessem presentes.

Não é possível, numa altura em que se celebram 800 anos de uma língua, ignorar este fenómeno de recuperação do Português em Olivença. Quem persistir nesta atitude estará a ser hipócrita. Ou a ser apenas "politicamente correto", o que, neste caso, vai dar ao mesmo.

### 11. CONCLUSÃO (COM UM TEXTO DOS OLIVENTINOS DO "ALÉM GUADIANA")

A melhor maneira de terminar este meu trabalho é com um texto (com algumas formas regionais interessantes... de uso corrente no Alentejo) e um site" <https://www.youtube.com/watch?v=Lbkdu7dOVsk> produzido (s) pelo grupo de Olivença cuja causa tenho vindo a defender.

Ei-lo: «Objetivo, **salvaguardar o português em Olivença**///

Na já passada mas ainda próxima sexta-feira, 30 de maio pelas 18:30 horas, celebrou-se, no pátio do Museu Etnográfico Francisco González Santana, em Olivença, a apresentação de um Estudo Compilatório do Português Oliventino.

Este trabalho foi promovido por a Câmara Municipal de Olivença em cooperação com a Associação Cultural Além Guadiana, contando com a colaboração da Universidade da Estremadura e o financiamento da Iniciativa Comunitária POCTEP, no quadro do projeto "Por terras raianas".

Este projeto consistiu num dossiê sobre as características do português de Olivença e uma Compilação que recolhe numerosas gravações sonoras a pessoas lusófonas oriundas de Olivença e das suas aldeias, como São Bento da Contenda e São Jorge da Lor, entre outras.

Assim, pretendeu-se de criar a base de um banco de dados sonoro que permita constituir uma preciosa fonte no futuro para estudos linguísticos, mas também sociológicos, históricos ou etnográficos, com fins didáticos ou culturais, entre outros. Na apresentação, teve lugar uma explicação do trabalho realizado, a exposição de um breve vídeo promocional e, para terminar, uma ação dinâmica

que permita aos presentes interagir conversando em português. A organização animou a velhos e jovens, falantes do português ou amantes da língua, a assistir a este ato.

O português oliventino é uma variedade dialetal, fruto da história partilhada de Olivença. Em meados do século XX, a língua de Camões era de uso maioritário, embora hoje, restringido o seu uso aos estratos mais idosos, se encontre em risco de desaparecer. Sucessivos relatórios do Conselho da Europa recomendaram às instituições medidas para a sua proteção e promoção. Da cidadania e da câmara municipal, crescentemente sensibilizadas, surgiram diversas iniciativas como a sinalização turística bilingue e a recuperação dos antigos nomes das suas ruas em português, existindo uma vigorosa demanda de ensino da língua portuguesa.

Em Olivença, o português é considerado um dos tesoiros da sua cultura imaterial, que não só faz parte da sua identidade, mas que, pela sua vez, constitui uma ferramenta de promoção cultural e económica. Ciente da sua necessidade de salvaguarda, a associação Além Guadiana solicitou a declaração do Português em Olivença como Bem de Interesse Cultural.

No dia 27 de junho, comemoram-se 800 anos de vida da língua portuguesa. O português oliventino faz parte deste importante património imaterial, e é tão rico como o dialeto que se fala em Lisboa, na Madeira ou em Braga.

O Além Guadiana junta-se às celebrações desta histórica data, contribuindo com este vídeo (já referido: <https://www.youtube.com/watch?v=Lbkdu7dOVsk>), que quer formar consciência do incalculável valor da nossa própria língua.///ALÉM GUADIANA»

Estremoz, 31 de agosto de 2014, Carlos Eduardo da Cruz Luna

---

28. ISA SEVERINO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, IPG, UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR. [ISASEVERINO@IPG.PT](mailto:ISASEVERINO@IPG.PT)

**TEMA 2.2. FLORBELA ESPANCA – SER DE DESEJO E DESEJO DE SER, ISA MARGARIDA VITÓRIA SEVERINO - UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR241 - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA**

**0. SINOPSE**

A presente comunicação intitulada "Florbela Espanca – um desejo de ser ou um ser de desejo?" pretende ir ao encontro de uma das linhas temáticas dos Colóquios, pondo ênfase numa poética feminina. Neste sentido, procuramos analisar um tema indissociável da obra de Florbela Espanca - o erotismo -, procurando perceber se o erotismo expressa unicamente o desejo sedento de um ser ou se é um meio que a autora encontra para afirmar o seu desejo e consequentemente a sua identidade.

A poeta portuguesa Florbela Espanca é conhecida pela sua irreverência de carácter, a qual se traduz também numa irreverência na escrita. Percorrer os textos da escritora alentejana pressupõe uma análise do seu discurso tornado linguagem; uma linguagem criadora, através da qual a autora se expressa e expressa o seu desejo. A linguagem é também um elemento desencadeador de desejo – o desejo de escrita; um desejo feito escrito e concretizável através dela.

Se nos centrarmos na epígrafe do primeiro livro de Florbela Espanca, *Livro de Mágoas*, lê-se, junto ao excerto de um poema de Paul Verlaine, estes versos de Eugénio de Castro:

*Procuremos somente a beleza, que a vida  
É um punhado infantil de areia ressequida,  
Um som de água ou de bronze e uma sombra que passa...*

Os versos são emprestados do poeta português cuja obra mais sonante é *Oaristos*, significando colóquios íntimos entre esposos. Tal facto, que não é despreciando na análise da atmosfera literária em que a poeta se instalava, ditaria

o modo de construir poesia da primeira fase de Florbela: a vida e, consequentemente, o prazer de vivê-la.

Nos primeiros versos do seu primeiro livro observa-se já um apelo ao afastamento em relação à vivência através dos corpos: a vida é *areia, som de água ou de bronze, e uma sombra que passa* — três figuras que sugerem uma desmaterialização que seria obsessivamente trabalhada ao longo da obra poética de Florbela. É, no entanto, no seu *Livro de Mágoas* que a poeta inicia a sua abordagem a esta temática – o erotismo – que percorrer toda a sua obra.

Propomos, para tal, a leitura do poema “Amiga”:

*Deixa-me ser a tua amiga, Amor,  
A tua amiga só, já que não queres  
Que pelo teu amor seja a melhor,  
A mais triste de todas as mulheres.*

*Que só, de ti, me venha mágoa e dor  
O que me importa a mim?! O que quiseres  
É sempre um sonho bom! Seja o que for,  
Bendito sejas tu por mo dizeres!*

*Beija-me as mãos, Amor, devagarinho...  
Como se os dois nascêssemos irmãos,  
Aves cantando, ao sol, no mesmo ninho...*

*Beija-mas bem!... Que fantasia louca  
Guardar assim, fechados, nestas mãos,  
Os beijos que sonhei prá minha boca!  
(Espanca, 2009: 192)*

Neste soneto surgem os primeiros traços fortes de erotismo na poesia de Florbela. O sujeito poético deseja um outro, que interpela diretamente, chamando-o de “Amor”. Trata-se não de um desejo de posse, mas de união.

Se poderíamos questionar as palavras de Natália Correia, quando compara Florbela às divas do cinema mudo, tal se faria lembrando esta diferença fulcral entre elas: as divas do cinema mudo – inspiradas numa herança decadentista, muito devedora à sensualidade mórbida de *Salomé*, de Oscar Wilde, bem como à gravura da *Art Nouveau* ou à pintura, dos pré-rafaelitas à dos pintores vienenses do fim de século – desejavam a posse de um outro; a sua feminilidade era a da que o cinema viria a popularizar, nos anos 40, com a figura da *femme fatale* – mulheres dominadas pelo ego e pela vaidade que, poucas vezes, amam realmente, e que, quando o fazem, fazem-no de forma violenta, numa reunião de amor, sensualidade e violência.

Em Florbela, porém, o desejo é não o de posse, mas o de união com um outro, símbolo de uma grande necessidade de não ser sozinha, de se partilhar com outro. A particularidade de esse outro, a que o sujeito poético chama de Amor, com uma inicial maiúscula – repetida sucessivamente noutros poemas – ser, por isto, não um outro específico, mas um outro qualquer, que preencha o lugar do amado.

Na poesia de Florbela, o outro é sempre um homem idealizado, desprovido de traços que lhe atribuam uma identidade definida. O que se verifica, aliás, é que o outro é constantemente descrito através não das suas qualidades, mas do que ele pode fazer ao sujeito poético, beijá-la, acariciá-la, tocar-lhe, aportando-lhe boas sensações e, em suma, colmatar a sua solidão.

O amor surge na poesia de Florbela como resposta possível à solidão que esmaga os sujeitos poéticos, mais do que por verdadeiro interesse dos sujeitos pela especificidade identitária de um outro. Assim, podemos dizer que, não poucas vezes, o sujeito poético de Florbela procura-se no outro. Incompleta sozinha, precisa de um outro que a complete, algo visível no primeiro terceto do poema:

*Beija-me as mãos, Amor, devagarinho...  
Como se os dois nascêssemos irmãos,  
Aves cantando, ao sol, no mesmo ninho...*

Mais do que procurar indícios de incesto – tantas vezes inferido – pelo grande amor que Florbela nutria pelo seu falecido irmão, importa perceber a utilização do termo. Assim, o lexema “irmão” ilustra o processo de busca do eu lírico: através do outro, procura completar-se. Contudo, o outro não lhe é estranho, bem pelo contrário, funciona como um irmão, o que sugere uma partilha de ADN e que reforça a familiaridade do outro no sujeito poético.

O espaço em que o sujeito poético se une com o outro é a sua versão idealizada de amor. O amor é, para ele, o ninho em que ambas as aves – que afinal são irmãs, quase a mesma – cantam em uníssono.

Veja-se que o beijo, aqui, ainda não é na boca, mas nas mãos. No entanto, o sujeito poético refere nos últimos versos que sonha com esses mesmos beijos na sua boca, algo que ilustra perfeitamente o erotismo nesta primeira fase da obra de Florbela Espanca, mais contida, menos explícita que na sua fase final. Ainda assim, a expressão “Que fantasia louca” denuncia já uma disposição do sujeito poético que tem não que ver com o amor idealizado, ou com o desejo de união metafísica, mas com a fisicalidade da união dos corpos. Ao admitir que, ao receber beijos nas suas mãos, sonha com beijos para a sua boca, o sujeito finaliza o poema numa nota de êxtase quase sexual, acabando por exprimir um desejo sexual que vinha sendo reprimido ao longo do poema, substituído por ideias de amor metafísico que são, neste final, abaladas.

No *Livro de Soror Saudade*, o erotismo e a sensualidade começam a irromper. Propomos uma leitura de “Os versos que te fiz”:

*Deixa dizer-te os lindos versos raros  
Que a minha boca tem pra te dizer!  
São talhados em mármore de Paros  
Cinzelados por mim pra te oferecer.*

*Têm dolência de veludo caros,  
São como sedas pálidas a arder...  
Deixa dizer-te os lindos versos raros*

*Que foram feitos pra te endoidecer!*

*Mas, meu amor, eu não tos digo ainda...  
Que a boca da mulher é sempre linda  
Se dentro guarda um verso que não diz!*

*Amo-te tanto! E nunca te beijei...  
E nesse beijo, Amor, que eu te não dei  
Guardo os versos mais lindos que te fiz!  
(Espanca, 2009: 232)*

Na primeira quadra deste soneto, os versos são carregados de eroticidade. O sujeito poético compara os seus versos a mármore de Paros, a veludo, a sedas – todos elementos contornados por ideias de beleza e sensualidade – e, ao fazê-lo, está como que a transformar os versos em matéria, num processo altamente sensualizante de atribuir fisicalidade à poesia.

Os versos, ao serem mármore, veludo, seda, tornam-se palpáveis, matéria de que são feitos os sonhos eróticos (o mármore de Paros ligado aos ideais de beleza clássica; os veludos e as sedas ligados à sensualidade oriental, propagada pelos românticos franceses), adquirindo assim uma efetividade tal, que o sujeito poético admite fazê-los para endoidecer o amado. Aqui, portanto, os versos são arma de sedução.

Os dois tercetos aproximam Florbela da já referida *femme fatale*. Se num primeiro momento, nas duas quadras, o sujeito poético descreve os seus versos como mármore, seda e veludo, finalizando com a enunciação de que são feitos para endoidecer o objeto de desejo, no início do primeiro terceto diz: “Mas, meu Amor, eu não tos digo ainda”, como que brincando com o hipotético desejo do outro, ao retardar provocatoriamente a oferenda.

Florbela adota, deste modo, uma postura de diva: a que tem versos irresistíveis para seduzir, mas que, em vez de seduzir com tais versos, fá-lo dando a conhecer a sua pose, sem no entanto os proferir, numa tentativa de manter acesa a chama do desejo do outro.

A arma de sedução é a encenação de uma *persona* misteriosa, dona de encantos recônditos, quase místicos. No entanto, o último terceto quebra o encantamento que esta *bruxa* vinha tecendo, ao revelar-se uma fragilidade que até então tinha sido branqueada pela *persona* da *femme fatale*, quando o sujeito admite – com clara amargura – amar loucamente, e não ter, ainda, beijado o destinatário do poema.

Ao finalizar dizendo que nesse beijo que nunca deu guarda os versos mais lindos que fez, explica, talvez, o porquê de ter, no primeiro terceto, recusado dizer estes versos de mármore, irresistíveis: a razão será a de que esses versos não existem ainda, porque o seu surgimento seria somente possibilitado pela concretização do amor. Cria-se aqui uma dualidade entre a mulher virgem e a *femme fatale* aparentemente irresolúvel. Estamos perante uma virgem que se mascara de *femme fatale* para seduzir com versos, mas os versos que têm a capacidade de seduzir não são ainda conhecidos desta mulher, porque não experimentou o amor, pelo que se vê obrigada a seduzir pela ausência, pela sugestão do que esses versos poderiam ser, ou poderão vir a ser, se o destinatário do poema – convencido pela sugestão – se entregar ao sujeito, fazendo-o conhecer o amor e possibilitando-lhe, então, que esses versos de mármore, veludo e seda sejam finalmente escritos.

É na união com o outro, simbolizado pela união das bocas, que o sujeito poético encontra a completude, como se verifica no soneto “Prince Charmant...”:

*No lânguido esmaecer das amorosas  
Tardes que morrem voluptuosamente  
Procurei-O no meio de toda a gente.  
Procurei-O em horas silenciosas!*

*Ó noites da minh'alma tenebrosas!  
Boca sangrando beijos, flor que sente...  
Olhos postos num sonho, humildemente...  
Mãos cheias de violetas e de rosas...*

*E nunca O encontrei!... Prince Charmant...  
Como audaz cavaleiro em velhas lendas  
Virá, talvez, nas névoas da manhã!*

*Em toda a nossa vida anda a quimera  
Tecendo em frágeis dedos frágeis rendas...  
– Nunca se encontra Aquele que se espera!...  
(Espanca, 2009: 239)*

Florbela aborda, o tópico do homem idealizado, e que, por ser alvo de idealização, não poderá ser encontrado. O sujeito poético busca alguém que simbolize talvez uma perfeição inspirada nas personagens dos contos de fadas – atente-se no título do poema, “Prince Charmant...” – e que não terá, portanto, equivalente no mundo real. O próprio sujeito parece reconhecer este facto, quando fala nos seus “olhos postos num sonho, humildemente”, ou quando o compara a “audaz cavaleiro em velhas lendas”, que “virá, talvez, nas névoas da manhã!” Novamente a quimera apresenta-se como fator determinante no estado de profunda solidão dos sujeitos poéticos de Florbela.

A quimera, como é dito no último terceto, produz um sujeito frágil, incapaz de lidar com as vicissitudes da existência física real. Neste estado de profunda alienação, que resulta de uma entrega total ao mundo do sonho e do ideal, não admira que este sujeito poético nunca chegue a encontrar o homem que busca, porque tal homem não poderia sequer existir. Como consequência, o sujeito vê-se condenado à solidão, numa espera eterna.

Por outro lado, quando o amado chega, tal acontece demasiado tarde, como podemos observar no poema “Tarde de mais...”:

*Quando chegaste enfim, para te ver  
Abriu-se a noite em mágico luar;  
E para o som de teus passos conhecer  
Pôs-se o silêncio, em volta, a escutar...*

*Chegaste, enfim! Milagre de endoidar!*

*Viu-se nessa hora o que não pode ser:  
Em plena noite, a noite iluminar  
E as pedras do caminho florescer!*

*Beijando a areia de oiro dos desertos  
Procurara-te em vão! Braços abertos,  
Pés nus, olhos a rir, a boca em flor!*

*E há cem anos que eu era nova e linda!...  
E a minha boca morta grita ainda:  
Porque chegaste tarde, ó meu Amor?!...  
(Espanca, 2009: 242)*

O sujeito poético testemunhou a chegada do seu amado, mas tal funciona de modo ainda mais devastador do que a solidão expressa no poema anterior, porque o aparecimento do objeto de desejo, aqui, serve para acentuar a espera sem frutos que lhe precedeu, que acabou por matar o sujeito poético. O desacerto temporal entre os dois sujeitos é explorado no terceto final, quando se diz que há cem anos o sujeito poético era novo e lindo, sendo que agora, embora ainda vivo, tem a boca já morta. Lembrando a função simbólica da boca na poesia de Florbela, apercebemo-nos de que esta morte simboliza não a ausência de vida, mas a incapacidade de materializar o amor, como se a espera tivesse secado a lubricidade do corpo deste sujeito, impossibilitando-lhe o acesso às loucuras do amor físico.

Mas, por vezes, Florbela escreve poemas em que os prazeres sensuais são o fator predominante, afastando as problemáticas da solidão e da frustração sexual para segundo plano. O poema “Horas rubras” é disso exemplo:

*Horas profundas, lentas e caladas,  
Feitas de beijos sensuais e ardentes,  
De noites de volúpia, noites quentes  
Onde há risos de virgens desmaiadas...*

*Oiço as olaias rindo desgrenhadas...*

*Tombam astros em fogo, astros dementes,  
E do luar os beijos languescentes  
São pedaços de prata p'las estradas...*

*Os meus lábios são brancos como os lagos...  
Os meus braços são leves como afagos.  
Vestiu-os o luar de sedas puras...*

*Sou chama e neve branca e misteriosa...  
E sou, talvez, na noite voluptuosa,  
Ó meu Poeta, o beijo que procuras!*  
(Espanca, 2009: 253)

. Os beijos são agora “sensuais e ardentes”. As noites são “de volúpia, noites quentes”, mencionando-se o riso de virgens desmaiadas. O sujeito poético é simultaneamente chama e neve, branca e misteriosa, culminando com a sugestão de que é um beijo que o destinatário do poema procura.

Aqui, a vida não é um fardo de soturnidade e tristeza, sendo celebrada através da sensualidade dos corpos, num êxtase sexual com paralelos noutros poemas de Florbela.

O último poema de *Livro de Soror Saudade*, “Exaltação”, é outro exemplo paradigmático deste movimento:

*Viver!... Beber o vento e o sol!... Erguer  
Ao Céu os corações a palpitar!  
Deus fez os nossos braços pra prender,  
E a boca fez-se sangue pra beijar!*

*A chama, sempre rubra, ao alto, a arder!...  
Asas sempre perdidas a pairar,  
Mais alto para as estrelas desprender!...  
A glória!... A fama!... O orgulho de criar!...*

*Da vida tenho o mel e tenho os travos  
No lago dos meus olhos de violetas,  
Nos meus beijos extáticos, pagãos!...*

*Trago na boca o coração dos cravos!  
Boémios, vagabundos, e poetas:  
– Como eu sou vossa irmã, ó meus Irmãos!...*  
(Espanca, 2009: 260)

O poema inicia-se com o termo “viver” seguido de um ponto de exclamação que aproxima, desde logo, este poema ao hedonismo do anterior. A vida é exaltada, bem como a capacidade de entrega a esta, contrariamente ao movimento que verificámos noutros poemas de Florbela, em que o sujeito fugia da vida, refugiado na sua “torre de marfim”.

Novamente o rubro surge associado a ideias de hedonismo, e novamente os beijos são evocados como elemento simbólico por excelência da celebração dos corpos. Se o erotismo, em Florbela, iniciou-se timidamente, estava já, por esta altura, a irromper pelos seus versos, oferecendo-lhes uma sensualidade celebratória e despudorada.

Poderíamos percorrer outros sonetos, de modo a perceber como o tema do desejo e do erotismo surge na obra poética de Florbela Espanca. Pensamos, contudo, que o exemplo dos poemas aqui analisados nos dá uma percepção nítida desta temática. Existe em Florbela um desejo de ser; um desejo de ser completo. Esta completude, porém, só realiza, através do outro. Na verdade, Florbela sente-se diferente de todas as mulheres com quem se cruza. A própria assume o seu carácter insólito no seu diário, nos seus poemas e ainda na sua epistolografia.

Consideramos, por isso, que a linguagem assume um carácter primordial na afirmação do eu lírico, criado por Florbela. Através dela, a autora consegue, como analisámos, criar uma *persona* misteriosa, dona de encantos recônditos, quase místicos; expressar o seu desejo através da escrita - um desejo de ser na escrita, uma vez que esta lhe possibilita a criação de um mundo-outro e de um eu-outro.

**1. BIBLIOGRAFIA**

- ESPANCA, Florbela  
(2002) *Afinado desconcerto (contos, cartas, diário), estudo introdutório, organização e notas*  
M<sup>ª</sup> Lúcia Dal Farra. São Paulo: Iluminuras.
- (1982) *As Máscaras do Destino*, 4.<sup>a</sup> ed., prefácio de Agustina Bessa Luís. Amadora: Livraria Bertrand.
- (1981) *Diário do Último Ano*, prefácio Natália Correia. Lisboa: Livraria Bertrand.
- (2009) *Poesia Completa*. Lisboa: Bertrand.

**29. JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, EMPREENDEDOR, EX-UNIVERSIDADE DE STANFORD, ETC....**

**TEMA 2.8. LIÇÕES APRENDIDAS A CONSTRUIR EMPRESAS TECNOLÓGICAS INTERNACIONAIS" CONSTRUINDO ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – LIÇÕES APRENDIDAS, JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO, EMPREENDEDOR**

O arranque e desenvolvimento de projetos empresariais de cariz tecnológico e natureza internacional, que envolvem equipas multidisciplinares e multiculturais de pessoas altamente qualificadas, colocam desafios e problemas para a resolução eficaz dos quais é necessário fazer intervir capacidades associadas a conceitos específicos. Entre estes conceitos destaco “Atitude”, “Responsabilidade” e “Cultura”. Adicionalmente, o conceito de “Cadeia de valor da vida” permite enquadrar o fluxo de construção de valor que interliga “Informação”, “Conhecimento” e “Cultura”. Nesta apresentação, será atribuída uma importância especial ao significado das palavras e dos conceitos que lhes estão subjacentes.

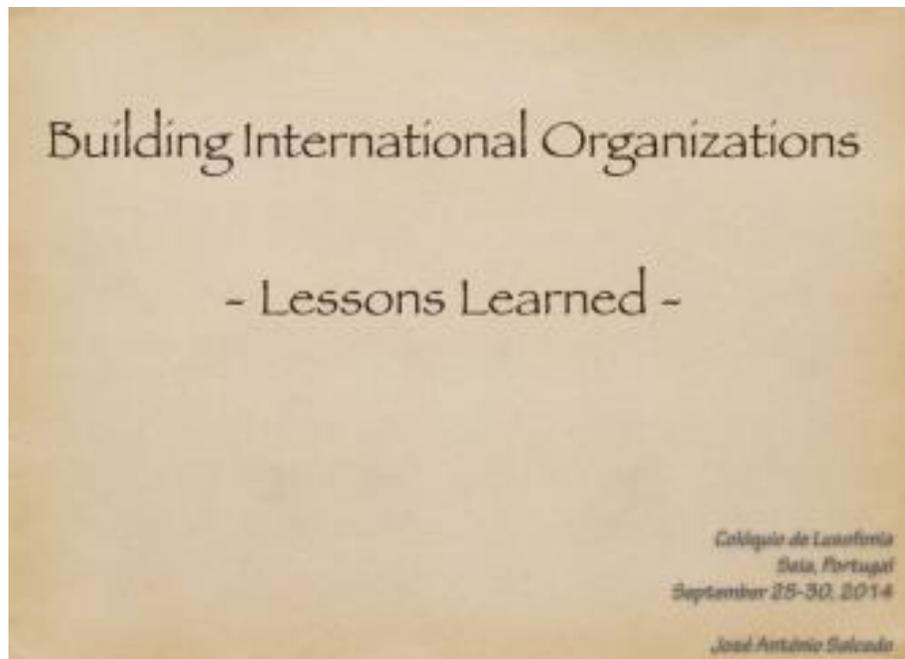
A construção de organizações internacionais impõe requisitos específicos quer à conceção quer à operação da organização. Tais requisitos vêm determinados pela necessidade de atender às influências que diferentes culturas nacionais e locais impõem quer à forma de desenvolver negócios quer à forma de assegurar que a organização estimula todas as pessoas a contribuírem com o seu melhor, realizando o seu potencial. Sendo os aspetos culturais

essencialmente invisíveis, importa que o empreendedor e a equipa de gestão conheçam a relevância das influências culturais e saibam lidar com os contrastes impostos por diferentes culturas, até para desenvolver a ‘cultura da organização’ que lhe permita ser eficaz na prossecução dos seus objetivos.

Em primeiro lugar, apontaria a linguagem como o fator mais determinante para o sucesso dos projetos. A utilização de uma linguagem que seja clara no processo de comunicação – sem ambiguidades - e eficaz nos propósitos a atingir – rica em substantivos e parca em adjetivos - tem uma importância determinante. Saliente-se que o esforço investido na construção de uma linguagem clara e rigorosa se traduz, em termos puramente biológicos, no desenvolvimento de sinapses cerebrais que treinam o nosso cérebro nessa direção. Por outras palavras, uma linguagem clara e rigorosa desenvolve as capacidades cognitivas do cérebro e facilita o processamento de informação a um nível superior de complexidade.

Nesta comunicação abordarei esta questão, assim como outras questões a montante, como o significado de algumas palavras de importância determinante, como ‘atitudes’, ‘responsabilidade’, ‘informação’, ‘conhecimento’, ‘sabedoria’ e ‘riqueza’.

Apenas com um conhecimento detalhado do significado destas palavras, e da incorporação de ‘responsabilidade’ como um valor central da nossa cultura, é que conseguimos construir organizações internacionais capazes de criar riqueza, com benefício simultâneo dos ‘stakeholders’ da organização e da sociedade.

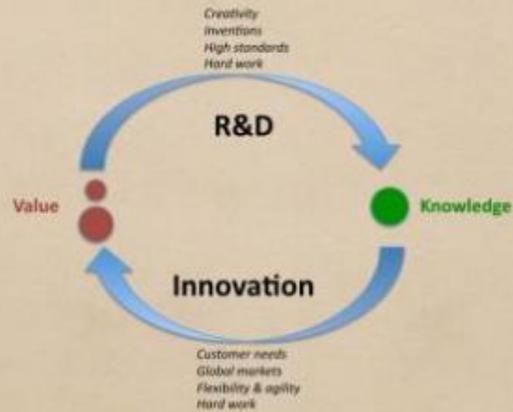


## Contents

- Short Background
- Finding the right place
- Toolbox and Toolsets
- Attitudes - Problem Solving and Responsibility
- Culture - The water we swim in
- Life's Value Chain - Building value in life

· Stanford University - California	1973-1981
· FCUP (including INESC - Porto)	1981-2000
· FEUP	2000-2002
· National S&T Program - Portugal	1994-1995
· ENT / EFACEC - Maia	1995-2000
· Multiwave Networks - Sunnyvale, California	2002-2003
· Multiwave Photonics - Maia	2003-2014
· Academia Europaea	2008-on
· ATLA Lasers - Trondheim	2012-on

# Finding The Right Place



## Toolbox and Toolsets

Toolbox - Our brain

Toolsets - What we have inside our brain

- Professional skills (hard tools)
- Social skills (soft tools)
  - Language (clear language trains the brain - can you make people laugh?)
  - Attitudes (our 'settled ways of thinking' about something, our 'character')
- Culture (the water in which we swim)

# Attitudes

- Attitudes - Our 'settled ways of thinking' about something
- Our attitudes reflect who we are - our 'character'
- Our attitudes determine our reach and efficacy
- Nowadays,
  - The most valuable attitude in life is a systematic orientation towards "Problem Solving", because such attitude creates the most economic and social value by building win-win situations

## Attitude - Problem Solving

Problem Solving means

- Facing Reality - recognizing that there is a situation in front of us, and then focus on facts not fictions
- Analyzing Facts - building alternative models to construct possible representations of reality, running simulations and interpreting the corresponding results (using appropriate toolsets)
- Deciding Autonomously (intellectual independence)
- Facing Decision Consequences (accountability)

José Antonio Salcedo

## Responsibility

### Anglo-Saxon definition

- Facing Reality - recognizing that there is a situation in front of us, and then focus on facts not fictions
- Deciding Autonomously (applying appropriate toolsets to analyze facts with intelligence and exhibiting intellectual independence to take decisions)
- Facing Decision Consequences (accountability)

### Latin definition

- Facing Decision Consequences (accountability)

José António Salcedo

## Responsibility

### Anglo-Saxon definition

- Requires education - without education, no intelligent fact analyzing, model building, alternative model result interpretation to take fact-based autonomous decisions are possible
- Requires ethics - ethics connects the process of building autonomous decisions to facing consequences for the decisions

### Latin definition

- Does not require neither education nor ethics, possibly explaining why most people confuse 'responsibility' with 'guilt'

## Culture

Culture is the collective mental programming of the human mind which distinguishes one group of people from another (Geert Hofstede)

- A fish does not know what water is

To understand a culture and the subtle conditions that it imposes on attitudes, we need to change from one culture environment to another and immerse ourselves in the new culture. We need to jump out of the original box.

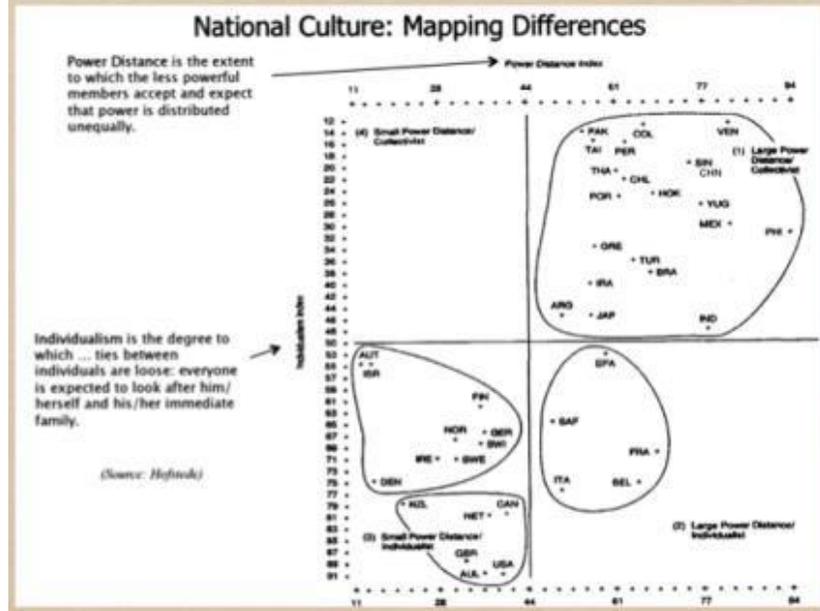
## Why Consider Culture?

National culture in which people are immersed is invisible to people

To establish and develop an international business, much attention must be given to the characteristics of national cultures

In an increasingly connected world, understanding different national cultures and being able to navigate through their specific characteristics is rapidly becoming a very important personal and business advantage

# National Cultures



## Responsibility And Culture

In Portugal and other societies, 'Responsibility' is not a core value of the prevailing culture

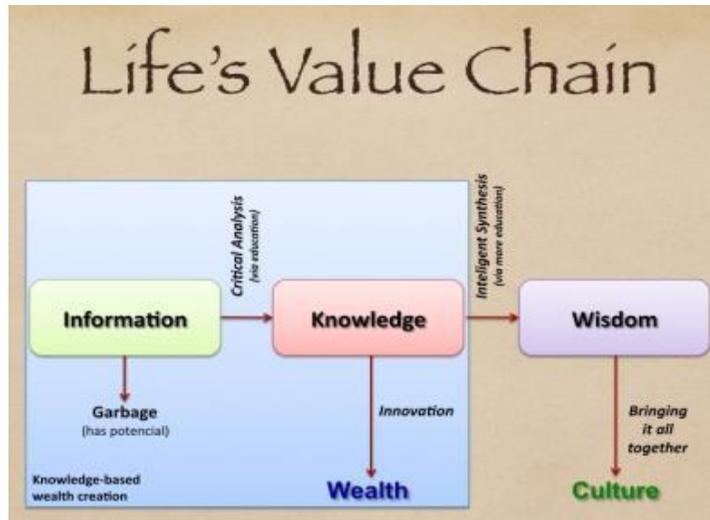
- Social and enterprise organization models tend to be centralized. Such model stimulates irresponsibility and incompetence - even corruption and impunity
- Social democracy is not possible, as social democracy requires "Responsibility" as a core value of the prevailing culture

Entrepreneurship is a kind of life-force that motivates and fulfills individuals while improving society as a whole

Ewing Marion Kauffman - Kauffman Fellows

Stay hungry, stay foolish

Steve Jobs - Apple



*Field work provides new insights, ground truth information. . . . [O]ur job is to educate good geographers, and good geography includes field trips" (Foust and Botts, 1997, 71, 77).*

## 1. INTRODUCTION

Geographic research on topics of ethnicity, population, and migration in Canada has expanded in the past three decades in large part due to Canada opening its doors to immigrants from a more diverse range of continents and countries (e.g., Asia, Africa, South America, the Caribbean, the Middle East) paralleled by its immigration population growth and internal migration. The ethnic and racial composition of Canada's population and particularly of its main "ports of entry" (Toronto, Vancouver, and Montreal) has in turn gradually become more ethnically and racially diverse (Teixeira and Li 2013). Concomitantly, in this international context, geographers are searching for effective new strategies and methods to share with their students through field courses the new reality of the "age of migration" (Castles and Miller 2009).

Awareness of the diversity that characterizes contemporary Canada's rich cultural tapestry (a "country of immigrants") and the urgent need to better understand other cultures and the complex migration processes and outcomes in both national and global contexts are two of the reasons several Canadian universities provide opportunities for their students to travel and study abroad (e.g., UBC's Group Study Program). These programs often focus on a particular region of the world and/or research topic of interest and are taught by Canadian faculty members in an international context. Over the past two years I have had the opportunity to teach the courses "Geographies of Housing" in Romania and Bulgaria (2012) and "Geographies of Migration and Settlement" in the Azores and Portugal (2013). For each field course I spent approximately three weeks with a group of twenty students in Romania and Bulgaria and fifteen in the Azores and Portugal. With the exception of six students who were from the U.S. (2) and Asia, (4) all others were Canadians, most of them from the provinces of British Columbia, Alberta, or Ontario. With the exception of four students, none had visited any country in Europe. For the majority of the students the field trip to

**30. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, UNIVERSIDADE DA BRITISH COLUMBIA, OKANAGAN, CANADÁ . (CARLOS.TEIXEIRA@UBC.CA**

**TEMA 2.8 ENSINAR A GEOGRAFIA DA (E/I)MIGRAÇÃO NUM CONTEXTO INTERNACIONAL / International Teaching Opportunities and Challenges: Migration and Settlement**

**Esta é a versão em inglês do texto**

Magnífica experiência de ensinar jovens estudantes canadenses a dinâmica da geografia da emigração/imigração em contextos internacionais. Resumo de visita aos Açores, Roménia e Bulgária de um grupo de jovens estudantes canadenses.

*"Geography is first a field-based discipline and there is no substitute for field work in the undergraduate curriculum. Long after students have forgotten individual lectures, they vividly recall field experiences. . . .*

Europe was thus a way to “connect” and enhance their learning experience with the “old” continent that was also “home” to many of their parents and/or grandparents.

## 2. CANADA, AZORES, AND PORTUGAL AT A CROSSROADS

The focus of this chapter is on my experience teaching “Geographies of Migration and Settlement” in the Portuguese archipelago of Azores and mainland Portugal in May 2013 as well as on the opportunities and challenges of teaching this field course in an international context.

One of the most important components of this course was selecting a relevant site to study migration issues. The course gave me the opportunity to share theoretical and applied perspectives on international migration and settlement in mainland Portugal and the Azores (where I was born) (Figure 1). During the past two centuries, Portugal has been characterized by substantial waves of its residents emigrating to different countries of the world. Brazil was often the destination of choice for mainlanders, followed in the early 1960s by other European countries (e.g., France, Germany, Switzerland, United Kingdom), while the majority of Azoreans relocated first to the East and West coasts of the United States and, more recently (in the early 1950s), to Canada. By 2012, the Portuguese diaspora encompassed approximately five million immigrants and their descendants. Of those, 1.5 million are Azoreans and their descendants living abroad (Rocha-Trindade 2009, 2013; Teixeira and Da Rosa 2009).

[Insert Figure 1: Mainland Portugal and the Azores]

As a relatively new destination for Portuguese immigrants, Canada houses nearly half a million Portuguese (unofficial estimate ) of which 65 to 70 percent were born in the islands or are descendants of Azoreans (second, third, and fourth generation) (Teixeira and Da Rosa 2009). In Canada today, six decades after the arrival of the first Portuguese immigrants (May 1953), Portuguese communities are located from coast to coast. Most Portuguese Canadians live in Ontario, Quebec, British Columbia, Alberta, and Manitoba. For many, it has been a long, harsh journey from the mainland or the islands to rural Canada and later

to major cities (Toronto, Montreal, Vancouver, Calgary, and Winnipeg). These communities, especially in the large cities, are self-contained and self-sufficient. Their high level of “institutional completeness” is demonstrated by their appreciable number of social, cultural, and religious institutions in addition to their wide range of ethnic businesses. Canadians in general and most of my students in particular are already familiar with these Portuguese communities’ numerous contributions to and impacts on Canadian society. Within this context, Portugal was an appropriate location to teach this field course because it has been a major source of immigrants to Canada for the last six decades. Field visits to the archipelago of Azores (island of Sao Miguel) and then to mainland Portugal thus enabled students to have a firsthand understanding of the ethnic and cultural background of the Portuguese who have migrated to Canada.

Both in the islands of Azores and mainland Portugal, my field study group stayed in the most populated and economically developed cities that have more recently also become vital reception areas for immigrants from other European countries as well as from Portuguese-speaking countries, mainly Brazil. The City of Ponta Delgada on the island of Sao Miguel and the cities of Porto and Lisbon in mainland Portugal were the center of the field experience (Figure 1). In the late 20<sup>th</sup> and early 21<sup>st</sup> centuries, the Azores—from which thousands of people once departed to different parts of the world—have been transformed to become host to approximately 5,000 people from 86 different nationalities spread through all the islands and particularly on the island of Sao Miguel and its main city, Ponta Delgada, and surrounding areas (Rocha, Medeiros and Ferreira 2011). The Azores, then, gradually opened its doors to immigrants and now has a highly diversified immigrant population from a number of countries and continents.

Most immigrants living in the Azores moved from Europe (37.3%), a number primarily divided between people from the European Union (EU) (18.5%) and those from the rest of Europe (18.8%). The other immigrant groups came from Africa (30%), Central and South America (26.7%), and Asia (6%). The largest immigrant groups came from Brazil (24.8%), Cape Verde Islands (21%), and the Ukraine (11.6%). The recent arrival of immigrants from different countries has changed the social and cultural fabric of the islands, particularly of its main city,

Ponta Delgada. If locals recognize the immigrant population as a gain for the islands, it also presented new social, cultural, and economic challenges for a region that for “centuries was characterized by certain homogeneity of its people in terms of origin, religion, culture, economic activities, leisure, etc.” (Castanho 2011, 19).

In contrast, mainland Portugal, specifically its principal city and capital, Lisbon, has been exposed for a longer period of time to immigrants from all over the world, including from Portuguese-speaking countries. Lisbon has historically been the most multicultural city in the country (Fonseca, McGarrigle and Esteves 2013). The intensification of migration flows into the country has been particularly noticeable since April 1974, when a military coup began the country’s democratization process, followed by the integration of Portugal into the European Union, and the country’s consequent modernization. In turn, this sequence of events led to the creation of jobs that, not only contributed to a decrease in Portuguese immigration to Europe, but also attracted people from other countries to live and work in Portugal and its islands. A substantial number of immigrants from Portuguese-speaking African countries are concentrated around Lisbon, for example. In 2010, this African group of immigrants represented 36.1 percent of the overall documented foreign population living in the Lisbon Metropolitan Area, followed by such other groups as Brazilians (28.4%) and Eastern Europeans (18.2%) (Esteves and Sampaio 2013). In sum, the Portugal of today is a very different country from that of decades ago. In a country with a total population of 11.6 million people, approximately 436,000 are foreign-born (Rocha-Trindade 2013). Immigration, then, has gradually become a national phenomenon with Portugal’s main cities receiving the majority of these new immigrants.

Within this foregoing context, because of the recent economic recession and steady increase in unemployment in Portugal, increasingly more Portuguese, specifically the youth, want to leave the country in search of better economic opportunities elsewhere. In January 2011, Kelly Services conducted an employment survey in 30 countries. Of the 9,000 Portuguese surveyed, 90 percent of them want to leave the country to obtain the right job (Rocha-Trindade 2013). Confirming this tendency, 2011 data from the Portuguese

National Institute of Statistics revealed that, as a consequence of the economic crisis and lack of job opportunities in the local economy, almost 44,000 Portuguese left the country (an increase of 85% when compared with the previous year) mainly for Europe (Switzerland, France, Luxemburg, United Kingdom), Angola, and Brazil. Unofficial data estimated about 100,000 people moved from Portugal in 2011 (Pedro 2013). Within this milieu of cultural diversity and climate of economic crisis and uncertainty for many Portuguese residents, including some of the country’s new immigrants, our field study course took place in the Azores and mainland Portugal.

This transatlantic field course was a unique educational experience for my Canadian students, most of whom were already familiar with the Portuguese presence in Canada, but who, once in Portugal, would be in a much better position to learn even more about Portugal’s history, including the Portuguese diaspora and the origins of its immigration, settlement patterns, and the integration of Portuguese communities in Canada. The field study would also be an excellent opportunity for the students to become more aware of the new migration reality that characterizes the Portugal today, particularly since the country’s entrance into the European Union. As a member of the EU, Portugal gradually opened its doors to immigrants from other countries. For these reasons, Portugal, including the archipelago of the Azores, represents an excellent “social laboratory” as well as an interesting and challenging country for undergraduate students to study “geographies of migration and settlement,” while learning more about migration issues in an international context.

### 3. Teaching Geographies of Migration and Settlement in an International Context: Objectives

The main goal of this course was to provide a broad introduction to the multiple aspects of international population movements, with emphasis on Europe and international Portuguese migration and its diaspora. Particular attention was paid to: 1) the analysis of international regimes regulating migration; 2) changes in global demographics; 3) the immigration policies of nation-states; 4) international migration patterns; 5) settlement policies; 6) migration and security; 7) migrants/minorities in the labor force; 8) migrants and

politics; and 9) the imprint of immigration on world cities, including European cities of different sizes.

Of equal importance was providing students with a better understanding of issues in contemporary Portuguese migration through: 1) cultural immersion in unique cultural environments; 2) negotiating cross-cultural interactions; 3) intensive engagement with local universities and faculties, community partners, and a diverse group of University of British Columbia and European students; and 4) opportunities to engage with government and non-governmental organizations involved in the provision of services to new immigrants from other countries who chose to work and live in Portugal, Portuguese immigrants that voluntarily decided to retire to Portugal after long stays living in other countries, and the new wave of Portuguese migrants—the deportees—who were forced to return because of illicit drug trafficking, violence, family abuse, or other criminal activities.

Specific objectives in this field course included exposing students to other peoples and the multifaceted relationships between different groups of migrants, enhancing students' knowledge and their opportunity to study in a framework of diversity, and allowing them to develop as global citizens and to examine critically their own values and those of other cultures. The course also included numerous lectures by local experts in the field of migration, local field excursions, volunteer opportunities, and interaction with local students and their communities. Portugal and the European Union are major “migratory hubs” for the investigation of the complex push-pull forces shaping migration, settlement patterns and integration of new migrants, their demographic and cultural characteristics and geographical distributions, migratory networks as well as on the functions and impacts of migrants in the social, economic, and political landscapes of the “new” Europe, a region still in transition.

In order to achieve some of the foregoing goals and objectives, and, in terms of course requirements, 25 percent of the students' course grade was allocated for their participation in-class presentations, field visits, roundtables, workshops, and conferences. Another 75 percent was allotted for the preparation of a group final field trip report. At the outset of the field course, students were encouraged

to work in groups of three to four people. In preparation for the final paper, groups decided what each member would do for the group—from selecting a facilitator, transcribing, taking notes on field trip observations (including informal conversations with residents of the areas visited and/or with local key informants familiar with these areas), taking photographs, as well as recording numerous lectures, roundtables, workshops, and conferences attended. To make the experience more satisfying, students usually rotated the different tasks assigned at the beginning of each day. Every 3-4 days, I met with each group individually to discuss the challenges the students encountered with the fieldwork data collection in addition to the preparation of the field trip report.

Each student group had to prepare a field-trip report of 25-30 pages and orally present its results to their colleagues for discussion and debate on the last day of classes. After the group presentations, in which each member of the group was responsible for reporting on different parts of the report (e.g., introduction, purpose, research questions, methods, findings, conclusions, and areas for further research), several comments and suggestions were made by the students and me to improve the quality of their final reports. I gave an extension of one week after the last day of the field course to all groups to improve the quality of their papers, which they returned to me via e-mail. This opportunity to refine their final reports was well met by all groups. However, this post course opportunity proved to be a challenge for those group members who did not return immediately to Canada after the field course. I gave these groups another extension to polish their final reports.

#### 4. PROCEDURES AND FIELD EXPERIENCES

To engage students in an active, collaborative learning process and to provide them with some experience with research and geographic field techniques in an international setting, a combination of procedures and strategies were used.

Before they traveled to Portugal, students were introduced to books about Portuguese migration and given a list of 30 supplemental readings (peer-reviewed articles) regarding European migration. Formal lectures (3 hours per

day) in the morning in a rented conference room at our hotel or at a local university. The main goals were to provide a broad introduction to multiple aspects of international migration as well as to focus on international Portuguese migration and its diaspora (approximately 5 million Portuguese immigrants) dispersed all over the world. The main textbook used in this course was *The Age of Migration* by Castles and Miller (2009). Enhancing the students' learning experience of migration issues were frequent guest lectures by local experts (e.g., politicians, planners, social workers), university professors in the field of migration, participation in workshops and roundtable discussions, interaction with local students and local communities, and several field excursions to local neighbourhoods and historical sites (Table 1).

Table 1. Highlights of Field Experiences in Ponta Delgada, Porto, and Lisbon

Ponta Delgada (May 6-12):

- Portuguese Radio and Television presentation of the film dedicated to the Azorean diaspora in Canada, U.S., Brazil, Uruguay and Hawaii. Discussion followed.
- Guest lecture, "Migrations in the Azores," by the Director of the Regional Department for Azorean Communities. The main goal of this presentation was to acquaint students with local government data on emigration and immigration, along with government programs and policies in place to help new migrant settlement and integration into the region.
- Guest lecture, "Profiles and Pathways of Immigrants in the Azores," by a local sociology professor from the University of Azores.
- Workshops at two NGOs—AIPA and ARRISCA. Both are local organizations that provide services or support (in the case of the former) to new immigrants, most of whom come from Portuguese-speaking countries, or (in the case of the latter) to deportees, most are Azoreans who left the islands for the U.S. and Canada at a young age and then were deported to the islands.
- Guided visit and roundtable discussion at the only museum in the Azores dedicate to the Azorean emigration and its diaspora.
- Visit to the City Hall of Ribeira Grande on the north shore of Sao Miguel Island. The mayor addressed the major goals and advantages of

the numerous cultural and economic protocols in place between the City and several Azorean communities in the U.S. (East Coast) and Canada. The talk also underlined the economic impact these Azorean communities across the Atlantic Ocean have on the local economy (e.g., buying real estate, starting new businesses, regularly visiting the island to attend special social, cultural, or religious events).

Porto (May 13-18):

- Guest lecture, "The Economic Situation of Portugal and the Impact of the 'Brain Drain'," by a social worker. Attention focused on the poor economic performance of Portugal in the context of the European Union and the negative impact it has had on the local economy/job market. One of the key questions addressed was the push-pull forces leading to the recent (since 2011) increased exodus (i.e. "forced" migration) of highly educated Portuguese youth ("brain drain") to other European countries in search of better job opportunities.
- Conference titled "Canada – Portugal Day" at the University Fernando Pessoa (U.F.P.). This one-day conference was dedicated to the 60th Anniversary of Portuguese migration to Canada that officially started in May 1953. University professors and international students studying at the U.F.P. presented their research or shared their living experiences in Portugal.
- Guided visit to Porto's main neighborhoods/districts. Some of the areas visited are major reception areas for northern rural Portuguese migrants who moved to Porto to work and for international immigrants.
- Guided visit to the Museu de Ilhavo. This museum is dedicated to the Portuguese fisheries. Despite the fact that Portuguese migration to Canada is relatively recent, historical contact with Canada dates back to the 15<sup>th</sup> century. This museum has excellent exhibits, including a rich library dedicated to the geography and history of both countries and particularly to the strong historical links that were established mainly between the cod fisheries of Portugal and Canada.

Lisbon (May 19–25):

- Attendance at a scholarly conference titled “Portugal as a Hub of Mobilities” at Universidade Aberta (Open University) dedicated to Portuguese migrations. Papers presented at this conference were: “Portuguese Migrations—a Structural Social Phenomenon” and the “Presence of Portugal in the World,” notably in North America and Brazil. This university has an important research center dedicated to the study of migration in Portugal. Guided field trips to several neighbourhoods/districts of the city of Lisbon and its suburbs with a local photographer-film maker, a social worker, and a university professor. The city is the most important port of entry for immigrants from all over the world and is also the most multicultural city in the country. Some of its neighborhoods are unique and concentrate large numbers of immigrants. As such, they are ideal places for field observations. For example, the colorful Mouraria/Martim Moniz neighborhoods located in the heart of the city are also known as a classic reception area for immigrants as well as rural Portuguese migrants.

- Attendance at a scholarly conference dedicated to recent trends of immigration to Portugal and neighborhood integration into European multi-ethnic cities at the University of Lisbon (Institute of Geography and Spatial Planning/Center for Geographical Studies).

- Roundtable at the parish of Autoguia da Baleia featuring six pioneers of Portuguese migration to Canada. This discussion was an excellent opportunity for my students to see these pioneers and some of their family members and to hear their rich life stories as migrants to Canada. With the exception of two participants, all others retired to Portugal. This unique opportunity to meet Portuguese-Canadians was also an excellent way to commemorate the 60<sup>th</sup> anniversary (May 1953–May 2013) of the arrival of the first Portuguese immigrants to Canada.

---

#### 5. THE CHALLENGES OF THE FIELD COURSE

It is important to note that teaching a course of this nature overseas also carries its own unique challenges. For example, teaching 15 Canadian students with no “roots” in Portugal and with a very limited knowledge of Portugal’s rich history, geography, and/or immigration history that, for centuries, defined the “life” of many Portuguese people was not easy. Also, their lack of proficiency in

the Portuguese language (only one student had knowledge of Spanish) meant, not surprisingly, that students had problems communicating with some segments of the Portuguese population (e.g., immigrants and local residents).

The students that participated in this field course (9 students from UBC’s Vancouver campus and 6 from UBC-Okanagan Campus) formed a highly diverse group from different ethnic backgrounds and disciplines/majors including social work, management, architecture, human and physical geography, psychology, sociology, and history. Geographers were a minority in this group. Each student thus brought a different set of cultural experiences and perspectives to issues of geographies of migration and settlement. In addition, a large majority of the students (12 out of 15) had never visited any European country before (though 8 of them had relatives in European countries). As some students lacked an experiential background of travelling they often missed the necessary skills and knowledge for investigating migration issues in an international context. Efforts were made before departure and on arrival in Portugal to fill this gap by providing them with a list of key readings on migration issues as well as facilitating as many contacts as possible with local immigrants, native residents, guest speakers, professors and students and encouraging involvement/participation in workshops/roundtables and/or conferences. The large majority of events in which the students participated took place in English, the language (after Portuguese/mother tongue) most often adopted by today’s new generation of Portuguese, which helped facilitate our students’ integration (and acceptance) into the new milieu.

#### 6. CONCLUDING REMARKS

Students visited three different cities in their field course: Ponta Delgada Porto, and Lisbon. All three cities have been major departing points of Portuguese immigration to different parts of the world, but more recently they have also become important “ports of entry” to migrants. Portugal is thus a country in transition and an ideal social laboratory to teach a fieldwork course on geographies of migration and settlement.

Students went through a series of steps designed to cause them to increase and reflect on their awareness and understanding of international migrations and, more specifically, to gain a better comprehension of contemporary Portuguese migration through: 1) cultural immersion in a unique cultural environment; 2) negotiating cross-cultural interactions and intensive engagement with local universities, their faculties, as well as interactions with local students, government agencies, local immigrants, and community partners; and 3) opportunities to engage with government and non-governmental organizations involved in the provision of settlement services to new immigrants to the region, including deportees, all made this truly a hands-on experience. Paraphrasing Foust and Botts (1977, 71, 77), no substitutes exist for the ground truth information and insights that fieldwork can provide.

## 7. REFERENCES

- Castanho, G. 2011. Presentation. In *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*, eds. G. P. N. Rocha, O. Medeiros, and E. Ferreira, 19-20. Azores: Government of Azores.
- Castles, S. and M. Miller. 2009. *The age of migration: International population movement in the modern world*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Esteves, A. and D. Sampaio. 2013. Language proficiency among immigrants and the establishment of interethnic relations. *Finisterra* 96: 65-88.
- Fonseca, M. L., J. McGarrigle. and A. Esteves. 2013. Neighbourhood integration in European multi-ethnic cities: Evidence from the Geitonies Project. *Finisterra* 96: 7-16.
- Foust, B. and H. Botts. 1997. The Hispanic Borderlands: Blending electronic data and field experiences into five elements from La Frontera. In *Teaching American ethnic geography*, eds. L. E. Estaville and C. J. Rosen, 71-78. Indiana, PA: National Council for Geographic Education.
- Pedro, T. L. 2013. Emigração aumentou 85% em 2011. <http://www.publico.pt/emigracao-1185>.
- Rocha, G. P. N., O. Medeiros, and E. Ferreira. 2011. *Profiles and pathways of immigrants in the Azores*. Azores: Government of the Azores.
- Rocha-Trindade, M. B. 2013. *Portuguese migrations—a structural social phenomenon*. CEMRI, Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. 2009. The Portuguese diaspora. In *The Portuguese in Canada: Diasporic challenges and adjustment*, eds. C. Teixeira and V. M. Da Rosa, 18-41. Toronto: University of Toronto Press.
- Teixeira, C. and W. Li, eds. 2013. *Immigrant geographies of North American cities*. Don Mills, Ontario: Oxford University Press.
- Teixeira, C. and V. M. Da Rosa. 2009. *The Portuguese in Canada: Diasporic challenges and adjustment*. Toronto: University of Toronto Press.

## 31. JOSÉ JORGE DE MELO, AUTOR AÇORIANO \*

### TEMA 3.2. FRANCISCO DE SOUSA, POETA DA PEDREIRA DE NORDESTE, OBRA POÉTICA DE FRANCISCO JOAQUIM DE SOUSA

No tempo em que não existia difusão da rádio e da televisão o povo ocupava os seus tempos livres principalmente em atividades religiosas e pagãs. Na ilha de São Miguel as festas religiosas obrigavam ao cultivo do canto e da música. Constituíram-se as bandas filarmónicas que felizmente ainda hoje perduram, formaram-se coros e nos arraiais cantava-se ao desafio, onde os mais famosos “repentistas”, criaram versos famosos que fazem parte do folclore dos Açores. Os foliões das festas do Espírito Santo são também um exemplo da aplicação lúdica da música às festas religiosas em que a poesia era associada à música. O Pão por Deus, os cantos dos Reis, das almas e do dia das Estrelas são outros exemplos da associação religiosa ao canto e à música como forma de divertimento.

No âmbito das festas pagãs os festejos carnavalescos eram sem dúvida os principais, mas existiam também as desfolhadas, as vindimas e os balhos, onde era frequente surgirem os músicos, predominando a guitarra, a viola, o cavaquinho, o pandeiro, os ferrinhos, o violino e a sanfona.

O teatro era também uma atividade corrente e muito apreciada. Envolvia o dramaturgo, o ensaiador, o encenador, os atores, o canto e dava trabalho a algumas costureiras. O drama de Inês de Castro, o auto dos réis, a matança dos inocentes por Herodes eram temas preferidos, que empolgavam e ocupavam toda a freguesia nos preparativos para a representação.

É neste contexto que no último quarto do século XIX nasceu e cresceu Francisco Joaquim de Sousa, na freguesia da Pedreira de Nordeste. Numa época de fome e de miséria em que os governos de Portugal se alternavam entre regeneradores e cartistas, republicanos e monárquicos, sem conseguirem resolver os problemas do País. O povo trabalhava de sol a sol e via o produto do seu trabalho, o milho e o trigo, serem levados para a cidade por determinações

do governo. Revoltaram-se. Dão-se os famosos “Alevantes do Nordeste” com o fim de reter nas freguesias o alimento com que podiam matar a fome.

Pertencendo a uma família numerosa em que o trabalho infantil era importante para a economia familiar, Francisco não teve a possibilidade de frequentar a escola primária e aprendeu a ler, a escrever e a contar pelos seus próprios meios. Trabalhou nos campos e mostrou a sua revolta contra as grandes diferenças sociais:

*Mistério insondável é o centro da Terra,  
Anunciando guerra para toda a gente,  
Com o fogo do fundo da fornalha maldita  
Para quem não acredita em um Deus jocundo*

*Um Deus escondido de todo o poder  
Faz a terra tremer e vulcões abrir,  
Para engolir a miséria grandeza  
Com toda a certeza um dia há de vir.*

*Para os corpos podres embrulhados em oiro  
Que a grandeza da carne e o seu tesoiro,  
Os que levam a vida a comer e a dançar,*

*Já têm o passaporte para o inferno loiro  
E vão lá encontrar o diabo em coiro  
Com pós amarelos para os perfumar.*

Aos 20 anos foi prestar o serviço militar e cheio de receios despede-se da sua amada com estes versos:

*Adeus querida futura  
Eu vou para o batalhão  
A tua imagem vai comigo  
Cá fica o meu coração.*

*Adeus minha primavera  
Adeus, adeus bem querer  
Adeus, que eu vou sem saber  
A sorte que me espera.  
Eu vejo a atmosfera  
Tão pesada e escura.  
Nos teus olhos de candura  
Vejo água merijar.  
São horas! Eu vou marchar.  
Adeus querida futura!*

*Da vida, ai meu encanto,  
Eu deixo-te e vou-me embora  
E chora, meu coração chora.  
Por quem te estima tanto  
Cá fico em triste pranto.  
Eu vou partir então,  
Ai que triste separação.  
Talvez não te torne e ver.  
Se me quiseres escrever,  
Eu vou para o batalhão.*

Apesar das dificuldades com que lutou para viver e das dificuldades que o País e o governo lhe impunham, ele foi um patriota e mostrou ter orgulho de ser português

*Cordas do meu violão  
Meu disfarce tanta vez  
Só tu sentes a paixão  
Dum coração português.*

*Quando a voz se levanta  
No fado sentimental.  
No fado também se canta  
As glórias de Portugal.*

*Cantai o fado na calma  
Do coração muita vez.  
Cantai o fado com alma  
Que o fado é português.*

Foi um filósofo quando se pronunciou sobre a igualdade dos homens e quando várias vezes analisou a sua própria vida:

*A soberba e a humildade  
O mesmo Deus as conhece  
Na balança da verdade  
Uma sobe e outra desce.*

*Elas ambas vão crescendo,  
A sua marcha seguindo:  
A que sobe vai descendo  
E a que desce vai subindo.*

*Caminha o homem dia a dia  
Até à hora de morrer.  
Ali vai-se o que se não via  
Fica o que não se pode ver.*

*De outra vez escreveu:*

*Gastei a infância a brincar  
Até aos catorze anos;  
A mocidade a cantar  
A correr para os enganos.*

*Foi alegre o meu crescer,  
Não conhecia a tristeza;  
Via na cama o prazer,  
Via na terra a riqueza.*

*Meu crescer foi tão depressa,  
Mudei tanto de figura:  
Vejo na cama uma Eça,  
Na terra uma sepultura.*

*É triste e medrosa a sombra da noite  
Sem ter onde se acoite, onde repousar,  
Não ter toalhas brancas, não ter pão na mesa,  
Nem uma vela acesa, nem lume no lar.*

*A vida é um sonho vão  
Para o homem tão escassa  
Entre o berço e o caixão  
É uma sombra que passa.*

Foi um homem extremamente inteligente, embora com pouca instrução. Acreditava na influência dos astros sobre os destinos do Homem e na astrologia; e, apesar dos hábitos extremamente religiosos da sua sociedade, teve dúvidas sobre a vida eterna que expressa levemente em “Senda da Vida”

*Nós desta vida além-mundo  
Temos outra região!  
É um mistério tão fundo  
Que nos deixa em confusão.*

Foi dramaturgo enquanto escreveu “Diálogo entre o Sol e a Lua” e foi um grande admirador da natureza e do belo que expressa em muitos dos seus versos:

*As hortênsias das estradas  
Nos taludes debruçadas,  
São tão lindas, são tão belas,  
Têm o tecido das fadas.  
As próprias encantadas*

*Vem dormir à sombra delas.*

Enviuvou cedo e no fim da vida conheceu a solidão, a pobreza, a amargura, a tristeza e expressou o seu desencanto pela vida nos seguintes versos:

*Nas idades, o tempo santo  
Foi a vida o meu encanto  
Passou assim de corrida.  
Passou porque tudo passa,  
Agora bebo na taça  
O fim amargo da vida.*

*Meu Deus que tristeza é o fim da vida  
Com a fé perdida e o Deus ofendido.  
Choro arrependido, perdoa-me Deus meu,  
Mas que mal fiz eu para ter nascido.*

No verão de 1950, tendo eu oito anos de idade, os meus familiares residentes na Pedreira falaram-me dele com um misto de respeito e de venerabilidade.

*- Tens de o ir visitar! Ele está muito velhinho! Já não sai de casa! É irmão do teu bisavô, teu tio-bisavô!*

E levaram-me a sua casa. A imagem que guardei dele era a de um homem alto, extremamente magro e triste, pouco falador, diferente dos demais e cuja presença por si só impunha distância e respeito.

Em 1950, alguém publicou a maior parte dos seus poemas num livro intitulado “Musa Religiosa - Poesias para o Povo”. Esta publicação não contém nenhuma bibliografia do autor dos versos, nem faz qualquer referência a quem teve o cuidado de fazer a recolha, organizar o conteúdo e custear a publicação.

Existem cópias dos versos manuscritos de Francisco Joaquim de Sousa e do livro publicado em 1950 nas mãos de familiares e de amigos residentes no Brasil,

nos Estados Unidos e no Canadá; e foi justamente durante uma viagem que fiz ao Brasil que o meu tio Damião Luiz de Sousa me entregou uma cópia desses papéis, dizendo-me.

*- Tu, que andas envolvido em publicações de livros, toma isto que eu carrego e leio há mais de quarenta anos. São os versos do nosso tio Francisco de Sousa. Faz disso o que quiseres.*

Esta minha apresentação é uma pequena homenagem que pretendo prestar ao autor pelo mérito do seu auto didatismo, pela sua inteligência e pelo facto de ter tido a preocupação de deixar registada a sua obra.

José Jorge de Melo, Ponta Delgada, 31 de agosto de 2014

---

## 32. JOSÉ SOARES, JORNALISTA AÇOR-CANADIANO

### TEMA 2.8 A NAÇÃO AÇORIANA NO CONTEXTO EUROPEU, ENSAIO DE JOSÉ SOARES ABRANTES REIS, JORNALISTA

As Academias como esta onde nos encontramos hoje são também plataformas ideais para lançar o debate político-social. Delas emergem inúmeras vezes o suco do ideário progressista; A essência democrática da liberdade de expressão, em toda a extensão da razão humana.

No Portugal que se assumiu estado de Direito após a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976, implementando os primeiros ensaios de regime democrático do tipo ocidental depois dessa data, a nova elite política emergente decidiu, e bem, terminar com o que a história havia já dado como descartável há muito: libertar parcialmente o seu vasto e cobiçado império colonial. E embora essa libertação tenha sofrido nalguns casos as contingências do abandono pura e simples, os governantes do novo regime lá foram distribuindo independências, como quem distribui bolinhos quentes, por entre interesses ideológicos aqui, fugas ali, entregas forçadas acolá, combinações

anacrônicas em muitos casos, mas tudo filhos e filhas da ação política dos homens.

Já o Brasil havia sido pioneiro do inevitável, pondo a ironia a funcionar pela ação de um príncipe herdeiro português – Pedro de Alcântara. Assim, a independência e Liberdade vista do lado brasileiro, não era senão traição lesa-majestade, vista do lado português. E no entanto, D. Pedro não ficou na História de Portugal com o cognome de traidor.

Num desenrolar napoleônico em toda a Europa e perante a invasão francesa às suas portas, o rei João Maria de Bragança, VI João de Portugal, deserta apressadamente para a mais longínqua colônia. Não vou aqui descrever os acontecimentos que provocaram a proclamação da independência brasileira, senão e apenas especular que se Napoleão não tivesse nascido ou a mãe o tivesse abortado, nós não estaríamos aqui hoje. O Brasil teria provavelmente sido colônia mais algumas décadas – quem sabe – batendo até nos costados do 24 de abril de 1974...!

O império colonial português é considerado por muitos historiadores como o primeiro império global da história, além de ser o mais antigo dos impérios coloniais europeus modernos. Espalhou-se ao longo de um vasto número de territórios que hoje fazem parte de 53 países.

As réstias desse colosso colonial são ainda hoje os territórios da Madeira e dos Açores. Ilhas revisitadas pelos portugueses, depois de africanos, árabes, cartagineses e sabe-se lá quem mais.

Tal como as ilhas de São Tomé e Príncipe e as de Cabo Verde, os arquipélagos da Madeira e dos Açores foram encontrados desabitados pelo que os portugueses trataram de as povoar com gentes de várias etnias europeias e africanas (escravos africanos na Madeira, para a cultura da cana açucareira). Imigrações posteriores de famílias anglófonas, flamengas, judaicas, francófonas e espanholas, fizeram dos arquipélagos um aglomerado social que com o passar do tempo se foi diferenciando, criando uma identidade própria que hoje todos

reconhecem como sendo a de um povo disperso pelas nove ilhas (no caso açoriano) sustentadas no Atlântico Norte por enormes montanhas submersas.

Portugal reconheceu essa diferenciação, ao conceder-lhes a independência (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) bem como estatuto próprio de Região Autónoma na Constituição portuguesa (Açores e Madeira). Esse estatuto, embora muito limitado nas liberdades e concessões, não deixa de ser um reconhecimento por parte de Portugal das realidades ímpares que forjam as identidades insulares.

Por outro lado e de forma anfibológica, a mesma Constituição portuguesa denota a sua costela colonial ao impor limitações autonómicas aos dois últimos territórios do ultramar (para além do mar). Elas são flagrantes na Constituição portuguesa:

- A proibição de referendos nas ditas regiões autónomas;
- A proibição da existência de partidos regionais;
- A existência da figura do representante da república, cujo nome foi já o de Capitão do Donatário, o de governador, o de ministro da república e agora, o representante da república, com poderes de veto sobre a legislação regional.

Então, qual das três cai na situação de falaciloquência?

Para melhor julgar da importância destas matérias e do quão coartado é a presente situação autonómica nos Açores e na Madeira, temos os exemplos atuais da Catalunha, da Escócia, do Quebeque, das Canárias, da Flandres, do País Basco, da Galiza, para só mencionar estes.

Na Catalunha, a 9 de novembro próximo, um referendo será levado a cabo pelo partido que governa a autonomia catalã e à revelia da Constituição espanhola. Passo a citar:

*"Quer que a Catalunha seja um Estado" será a pergunta do referendo sobre a independência da Catalunha convocado pelo governo autonómico para 9 de novembro de 2014. Se "sim", a segunda parte da pergunta será: "Quer que esse Estado seja independente?"*

*Artur Mas, o presidente do governo autonómico, chegou a acordo com os restantes partidos regionais favoráveis à consulta soberanista. (Isto só é possível, porque na Catalunha existem partidos regionais).*

*Artur Mas sublinhou ainda que ao estabelecer uma pergunta e uma data para a consulta popular "estamos à altura das circunstâncias" e "satisfazemos um desejo da ampla maioria do povo catalão". E enviou ainda uma mensagem ao Governo de Madrid, liderado por Mariano Rajoy, para que "escute a voz do um povo que quer votar pacífica e democraticamente".*

(Fim de citação)

**[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=3584088&seccao=Europa](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=3584088&seccao=Europa)**

Na Escócia, o referendo do último 18 de setembro mostrou-nos de como se podem prostituir as democracias modernas perante a força do Capital. Depois do pânico de Londres na semana anterior, ao ver as sondagens darem uma maioria ao **SIM** independente, todos os políticos vieram da Inglaterra para a Escócia dizer aos escoceses que os amavam, que não os largassem, e que uma nova e mais ampla autonomia seria dada à Escócia, com mais poderes nas decisões económicas e maior proveito escocês nas suas riquezas naturais. Levaram 300 anos para dizer isto!!!

Com as potências coloniais da União Europeia a fazerem olho morto aos Direitos e Liberdades Fundamentais do Povo Escocês que todos ratificaram, nomeadamente o **TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA E O TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA** e ainda a **CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA UNIÃO EUROPEIA (2010)**, a opinião oficial de Bruxelas é que a Escócia deveria permanecer no Reino Unido, enquanto por trás das cortinas, a Comissão europeia esfregava as mãos, desejando que a Escócia saísse e a fragilidade Inglesa os obrigasse a serem mais dóceis para com a união económica.

Deixem-me citar um trecho das variadas notícias saídas sobre a questão da Escócia:

*"Perplexidade em Londres e nas outras capitais europeias. Pela primeira vez na campanha do referendo que ocorrerá no próximo dia 18 (UMA SEMANA ANTES DO REFERENDO) as sondagens mostram que há uma maioria de 51% de escoceses favoráveis à independência da sua terra.*

*Decidido em 1997 pelo governo Tony Blair, o processo de descentralização do Reino Unido permitiu a criação de um Parlamento em Edimburgo em 1999, o qual formou em seguida o Scottish Executive, ou seja, o governo da Escócia. Em 2012, o atual primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, assinou um acordo para a realização de um referendo sobre a independência da Escócia. Agora, a Escócia encontra-se a um passo da independência completa do governo de Londres.*

*De qualquer forma, a autonomia escocesa saiu consolidada. De fato, o governo britânico, apoiado pela oposição trabalhista, já está decidido a ampliar os poderes do Parlamento escocês, garantindo um estatuto próximo da independência para o governo de Edimburgo.*

*Resta que o processo de autonomia escocesa marca uma virada histórica no Reino Unido e na Europa contemporânea. A libra inglesa desvalorizou quando foi publicada a sondagem indicando a provável vitória dos independentistas escoceses na semana que antecedeu o referendo.*

*Mas a independência traria consequências bem mais amplas. Segundo o jornal londrino "The Telegraph", a rainha Elizabeth estaria "horrorizada" com a perspectiva da independência da Escócia, que enfraqueceria a Coroa britânica e desencadearia uma crise constitucional.*

*Em particular, o Trabalho sairia muito enfraquecido, visto que os escoceses constituem os mais fiéis eleitores do partido, enviando regularmente numerosos deputados ao Parlamento de Londres.*

*Atualmente, dos 41 deputados escoceses que tem assento em Westminster, 40 pertencem ao Labour e somente 1 aos conservadores (Tories). Com a eventual independência da Escócia, os 41 postos de deputados seriam suprimidos e o Labour passaria a ter 217 deputados em vez dos 257 atuais de que dispõe em Londres.” (Fim de citação)*

**([wikipedia.org/wiki/Referendo\\_sobre\\_a\\_independência\\_da\\_Escócia\\_em\\_2014](http://wikipedia.org/wiki/Referendo_sobre_a_independência_da_Escócia_em_2014))**

Ainda que o processo de autonomia da Escócia tenha sido conduzido democraticamente, em perfeito acordo com o governo de David Cameron, a acentuação do separatismo ou a independência do país relançará outros movimentos independentistas no seio da União Europeia.

Assim, os acontecimentos na Escócia foram seguidos de perto pelo País Basco e pela Catalunha, onde - em total desacordo com o governo de Madrid – esta última tenciona levar por adiante um referendo sobre a independência marcado para 9 de novembro deste ano.

E a Espanha está no centro das tensões separatistas europeias e ficaria seriamente abalada com a separação do País Basco e da Catalunha. Enquanto uma eventual independência da Escócia abateria somente 9% do PIB total do Reino Unido, a independência da Catalunha e do País Basco tiraria 25% do já combalido PIB espanhol.

A oposição a todas estas mudanças europeias levanta o véu à máscara das democracias ocidentais, cuja tolerância esbarra nos mais variados interesses políticos e económicos dos estados-membros agora ameaçados de desmembração.

No Reino Unido, os novos tempos ameaçam reduzir consideravelmente regalias de uma elite monárquica semiendeusada há séculos pelos anglo-saxónicos, além dos biliões de libras esterlinas que terão de ser repartidos de forma diferente da que aconteceu até aqui. Refiro-me ao petróleo do mar do norte da Escócia, entre outras coisas.

Nas Espanhas, se for aberto o precedente da Catalunha, teremos o País Basco, a Galiza e as Canárias, para só mencionar estes, a medir forças com o Estado espanhol, embora as organizações internacionais façam dessas pretensões as mais complicadas asserções em ciência política.

As dificuldades que se afiguram a esses povos são enormes, pois a própria comunidade internacional não se encontra preparada para assistir ao nascimento de tantas nações e muito menos a Comunidade Europeia, cuja formatação está, desde o início, infetada pelo vírus da libertação. E não existe vacina contra este.

A dificuldade tanto da ONU como da CE está em conjugar os Direitos Humanos e dos Povos à sua Autodeterminação, sem perder interesses políticos dos estados que agora controlam essas nações. O jogo diplomático é difícil e não deixará de ser interessante seguir, esperemos que pacificamente, os resultados deste novo mundo que se avizinha nos próximos tempos.

Talvez que consultando diversas opiniões um pouco por todo o Globo, possamos tomar conhecimento de alguma solução que ainda não nasceu. Destas buscas que tenho feito, vou citar uma resenha histórica muito resumida da situação espanhola, numa perspetiva vista a partir do Brasil:

*“A Espanha – assim como inúmeros outros países – possui um Estado multinacional, ou seja, contempla em seu território inúmeras nações ou troncos étnicos que possuem um relativo grau autónomo de organização e coesão sociais. No entanto, ao contrário de muitas outras localidades, em que a convivência dessa pluralidade se sustenta de forma relativamente pacífica, no espaço geográfico espanhol há uma elevada instabilidade política envolvendo, especialmente, catalães e bascos, além de algumas outras etnias (como os galegos e navarros).*

*A questão dos catalães e dos bascos, apesar de possuir raízes históricas mais antigas, tornou-se mais evidente durante a ditadura espanhola de Francisco Franco, que durante 38 anos (1939-1977) reprimiu duramente qualquer manifestação de independência por parte*

*desses povos. A seguir, vamos conhecer um pouco mais sobre os objetivos e as caracterizações histórico-geográficas desses povos que buscam a constituição de seus respectivos Estados nacionais.*

### **A questão da Catalunha**

*Os catalães localizam-se na região nordeste da Espanha, constituindo uma nação relativamente coesa sobre o território espanhol, com uma língua própria (o catalão) e sua própria matriz cultural. Estima-se que essa nacionalidade tenha constituído sua territorialidade na Europa por volta do século XII e teve sua autonomia destituída, de forma definitiva, ao final da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714), que unificou de vez o território espanhol sob o domínio do idioma castelhano.*

*Apesar da dependência política em relação ao Governo Espanhol, a Catalunha foi uma das que mais se desenvolveram economicamente na região, tendo sido a primeira a se industrializar no país, ao longo do século XVIII. Por ser economicamente mais estável, a Catalunha presenciou um movimento intelectual em seus domínios, no século XIX, chamado de “Renaixença” (Renascimento), em que se buscava resgatar a identidade cultural e o idioma original dos catalães. Esse movimento esteve na base da busca pela independência da Catalunha.*

*Em 1932, chegou-se a aprovar um estatuto catalão com a criação de um governo autônomo reconhecido por Madrid, capital e centro do Governo Espanhol, e uma conseqüente proclamação da República Catalã. No entanto, essa república durou pouco tempo, uma vez que a ditadura de Francisco Franco acabou com qualquer autonomia dessa nação, agindo com forte repressão e proibindo, inclusive, o uso do idioma catalão no país.*

*No entanto, esse longo período de repressão, que durou quase quatro décadas, só serviu para alimentar ainda mais o sentimento de independência por parte dos catalães. Após o fim da ditadura franquista, novamente se aprovou um Estado e o idioma catalão passou a ser*

*novamente reconhecido, sendo, inclusive, adotado como uma das línguas oficiais da Espanha.*

*A concessão de uma certa autonomia catalã, ao contrário do que imaginava a Espanha, não acalmou o sentimento de separação por parte dos catalães, que até hoje reivindicam avanços nesse sentido. As manifestações e protestos pró-independência são frequentes na região, deflagrando a elevada instabilidade política local.*

### **A questão do País Basco**

*O País Basco – que, na verdade, não é um país – configura-se, atualmente, como uma das regiões autônomas da Espanha, ocupando uma área de 20 mil quilômetros quadrados, onde vivem mais de 3 milhões de habitantes. Os bascos ocupam a Península Ibérica há mais de 5 mil anos, resistindo a diversas invasões (inclusive a dos Romanos) e preservando os seus costumes ao longo do tempo, mesmo com a dominação posterior exercida pelos povos bárbaros. Atualmente, o idioma dessa nação é o mais antigo dentre os atualmente utilizados na Europa.*

*Além de ocupar parte do território espanhol, em sua porção norte, os bascos também habitam parte do sul da França, onde a convivência é mais pacífica, em razão do fato de apenas 10% daquilo que seria propriamente o país dos bascos se localizar em território francês.*

*Os bascos passaram a ser parte do território da Espanha a partir do século XV, tendo sua divisão com a França solucionada no século XVII. Apesar disso, os bascos conquistaram, ao longo do tempo, uma relativa autonomia, diferentemente, até então, das demais etnias localizadas no território espanhol.*

*No entanto, assim como ocorreu na Catalunha, o País Basco sofreu a dura repressão da ditadura de Francisco Franco, que restringiu os movimentos de independência e proibiu o uso do idioma basco. Assim*

*como ocorreu com os catalães, esse período serviu para aflorar ainda mais o sentimento de recusa à dominação hispânica, fazendo surgir, inclusive, o grupo terrorista ETA (Euskadi Ta Askatasuna: “Pátria Basca e Liberdade”, em basco), que realizou atentados terroristas a partir da década de 1970.*

*Com o fim da ditadura, o País Basco conquistou, novamente, uma relativa autonomia, com Parlamento próprio e um sistema tributário independente. O ETA, até então apoiado pela população, costumava agir com manifestações violentas, realizadas por meio de assassinatos de autoridades militares e políticas. Apesar de serem favoráveis à independência, os bascos tornaram-se contrários a essas práticas do grupo terrorista que depôs as armas em 2011, mas continua a existir.*

*O que se pode concluir com o caso dos bascos e dos catalães é que esses sentimentos independentistas em relação à Espanha tiveram duas matrizes diferentes: os primeiros possuem um cunho histórico e político muito fortes, enquanto os segundos seguem uma agenda cultural desde o movimento renascentista do século XIX. Diferenças à parte, os cientistas políticos consideram que a tendência é que eles não consigam suas independências durante os próximos anos, em face do forte apoio que o Estado Espanhol possui por parte da União Europeia e da ONU (Organização das Nações Unidas). <http://www.brasilecola.com/geografia/movimentos-separatistas-espanha-bascos-catalaes.htm>*

A situação portuguesa, no próximo futuro, irá assemelhar-se com a sua vizinha Espanha e com a Inglaterra se o poder central excessivo de Lisboa não quiser compreender que os tratados são para cumprir e não apenas para assinar em pompa e circunstância.

Os acontecimentos emancipacionistas a que assistimos, independentemente dos seus resultados, serão um acordar do próprio Direito Internacional, o qual irá decididamente entrar em estradas mais largas sobre os territórios ainda retidos sob a alçada de estados que viveram e praticaram o

imperialismo e que intrinsecamente continuam a praticar o neocolonialismo sob a capa transparente do estado de Direito.

E Portugal é ainda, um destes.

*“Por exemplo, usando como medida de centralização governamental a percentagem do total de receitas fiscais que é captada pelo governo central, excluindo aquelas receitas que automaticamente são transferidas para os governos locais/regionais, verifica-se que Portugal ocupa o primeiro lugar em termos de centralização do poder.” (Lijphart 1999: 193, figura 10.1).*

A Constituição Portuguesa, não esqueçamos, só pode ser alterada sob maioria de dois terços dos deputados do Parlamento em Lisboa. Aqui, os Açores e a Madeira terão um enorme obstáculo a ultrapassar em qualquer reivindicação de maior descentralização autonómica.

A par disso, o sistema eleitoral português está obsoleto na representatividade democrática, pois que o cidadão vota numa lista que lhe é apresentada por um partido. Não conhece quem o representa e os partidos habituaram-se a preencher essas listas com pagamentos de favores políticos, familiares e outras obscuridades que ajudam a manter o *status quo* de uma elite que pouco ou nenhum interesse tem em mudar e renovar um sistema pelo uninominal, por exemplo, onde cada deputado é eleito num determinado ciclo eleitoral e é responsabilizado pelos seus eleitores.

*“Todavia, a nossa pesquisa indica que a regionalização poderia ter conduzido a administração pública portuguesa para um modelo mais racional e descentralizado, sem prejudicar as autonomias... nem ameaçar a coesão e a solidariedade nacionais. No mínimo, a sondagem de Braga da Cruz sugere que séculos de centralismo não foram capazes de extinguir as fortes identidades regionais. Se combinarmos estes dados com o extenso descontentamento face ao centralismo político-administrativo, podemos concluir que o separatismo madeirense e açoriano poderá não estar tão “morto” como querem fazer crer. (O Referendo português sobre a regionalização numa perspetiva*

*comparada, André Freire e Michael A. Baum – Penélope, revista de história e ciências sociais, nº 24, p 168 - CELTA EDITORA, 2001).*

*“Os Açores e a Madeira gozam de um estatuto de autonomia regional desde 1976. Todavia, essa autonomia é algo limitada: o governo central mantém um representante em cada região; em certa medida, os orçamentos regionais estão dependentes da boa vontade dos governos centrais; os partidos políticos regionais são proibidos pela Constituição.” (Opello 1993 e Lewis e Williams 1994. Idem, o referendo português - revista Penélope, p 171).*

As pressões a favor da descentralização em Portugal vão continuar a crescer, tal como tem acontecido desde a integração na CE. Há igualmente o próprio progresso civilizacional que se encarregará de maior democraticidade global, de uma consciencialização dos direitos de todos os povos.

Comissões para as Regiões Ultraperiféricas que permitem assento dos representantes das regiões, proporcionam uma voz cada vez mais forte dessas regiões nas suas justas reivindicações junto de Bruxelas e não só.

O direito de escolha dos povos, tal como das pessoas, é a mola principal que impulsionará aquilo a que eu chamo “A Europa Irmanada por nações confederadas” - pequenas e grandes. Mesmo que uma Espanha se multiplique por várias nações autónomas, todos decidirão viver juntos, irmanados pelo mesmo espírito do velho continente e seus arredores.

As Nações Unidas dedicam-se cada vez mais a perscrutar as pequenas nações do planeta e a tomarem uma consciência do que pode e deve ser feito, no sentido de uma melhoria democrática nos sistemas que ainda possam pecar pela falta disso mesmo.

Portugal identifica-se na História como país-mãe, parideira de várias nações modernas e este estatuto não lhe permite fechar-se ao diálogo do que lhe resta fazer.

Terá sempre em todos os membros lusofalantes, o apoio e a amizade fraternal que a Língua comum oferece. Se somos uma Língua importante no ranking global, isto deve-se à generosidade de todos os lusofalantes que desde o Brasil a Timor, optaram, voluntariamente, por se exprimirem na chamada “Língua de Camões”, reconhecendo nela uma identidade indispensável na sua própria sobrevivência cultural e social enquanto nações inseridas no vasto puzzle internacional.

Estamos convencidos de que as últimas independências do mundo colonial vão acontecer neste século XXI. Elas virão muito mais de fora para dentro, do que engendradas na clandestinidade constitucional de sistemas retrógradas e obsoletos.

No atual mundo da informação instantânea e da democratização global, há cada vez menos lugar para as viciosas cartadas da exploração de povos, sem justo retorno, sem solidariedade, sem tolerância e sem a virtude democrática da irmandade.

As soberanias absolutas e os estados indissolúveis, são como mães grávidas que recusam fazer nascer o filho.

É contranatura. Obrigado por me ouvirem.

---

### 33. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, PORTUGAL

TEMA 2.7 A ANGOLANIDADE E AS ARTES PLÁSTICAS: TRAVESSIAS, TRANSCULTURALIDADES, IDENTIDADE - LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CES/FEUC).

#### 1. Buscando a angolanidade

Em 11 de novembro 1975 o Presidente Agostinho Neto proclamava a independência de Angola. Se um país nascia, após uma longa luta contra o jugo colonial e em que, simultaneamente, vários movimentos se confrontavam entre

si, por certo se tornava muito preocupante na sua cabeça, nesse dia de novembro, refletir sobre como dotar a nova nação dos instrumentos necessários ao reforço da sua identidade.

Outro modelo político se apresentava, uma nova sociedade e um novo sistema económico tinham o caminho todo por desbravar, em contradição absoluta com o colonialismo e o imperialismo, agora fechados.

Mas este colonialismo durara 493 anos desde que o navegador Diogo Cão entrara pela foz do Rio Zaire e travara contacto com o Reino do Congo. Logo os portugueses se imiscuíram nas questões locais de soberania e comércio e, para melhor proveito dos interesses comerciais, a religião cristã (um objetivo central da expansão portuguesa) foi pregada, tendo o Rei, a corte e o povo sido convertidos. Doravante, na maior parte das questões étnico/bélico/comerciais do puzzle político angolano, as questões religiosas se interpuseram como importantes, sendo que guerras houve travadas com o “pretexto” religioso a justificar outros interesses muito mais materiais.

Se a religião chegou, também a língua desembarcou nas caravelas e se foi fixando neste tempo longuíssimo. Ela trazia consigo a escrita, quando os africanos utilizavam a sua riquíssima oratura como veículo de comunicação, transmissão e difusão de epistemologias totalmente diferentes daquela primeira modernidade que lhes chegava da Europa, através de Portugal.

Com a escrita, o catecismo, armamento mais desenvolvido e um interesse ganancioso de fazer fortuna, os portugueses cedo começaram no trato da escravatura, para o qual concorreram, também, os reinos locais, vendo nessa atividade um processo de enriquecimento. Assim a compra e venda de escravos, as guerras de razia, as trocas de alianças serviram para, dos séculos XVII a XIX, criarem a nefanda rota do tráfico de escravos que, de África levou para a América, milhões de seres humanos humilhados, rasurados, violentados.

Dado que tal comércio era muito frutuoso para os negreiros e para as Américas, as outras potências coloniais, Inglaterra, Espanha, Holanda e França, sobretudo, entraram na pilhagem dos escravos de África, tendo em vista os

trabalhos nas suas colónias da América na extração de minas ou plantações agrícolas.

Foi, porém, durante o século XX que o colonialismo se afirmou de modo mais assertivo em Angola.

Tem isto a ver com a célebre “Conferência de Berlim” (1884-5). Aqui, as potências coloniais na maioria europeias, acharam por bem realizar um mapa dos territórios africanos e em seguida distribuí-los, respeitando, apenas, os interesses das suas políticas geoeconómicas: o que interessava era ocupar administrativamente e militarmente as colónias produtoras de matérias-primas, para obtenção das respetivas riquezas e dominar uma mão-de-obra barata que garantisse o fornecimento às fábricas europeias. Estávamos em plena era industrial.

Portugal entrara, tal como a Espanha, a partir do século XVII, em processo de periferização de temporalidades, de culturas e de economias relativamente ao eurocentrismo que, do racionalismo e do iluminismo retirava as regras da exploração futura: não mais uma colonização de fé e império, católica e emotiva, apaixonada e menos rigorosa! Agora, tratava-se da segunda modernidade: um colonialismo frio e racional, calculista, metódico, iluminado, feito de conhecimento matemático, científico, económico e justificado por um pensamento filosófico europeu, mais assertivo e moderno.

A temporalidade estranha que conduziu o colonialismo português, e também o espanhol, a este desfasamento anacrónico com o evoluir do capitalismo colonialista eurocêntrico, deu-se, como dito, a partir do século XVII, quando a Europa passou a considerar retrógrada e periférica a relação colonial dos povos e dos estados ibéricos católicos com os seus colonizados, até então interligada com motivações religiosas e com formas capitalistas ainda incipientes e imperfeitas.

É o aperfeiçoamento das teorias liberais de Locke (1632-1704) e Smith (1723-1790) que conduzirá ao refinamento do sistema capitalista (até então

chamado liberal) da propriedade privada dos meios de produção e distribuição e ao processo da acumulação do capital nas mãos dos privados e empresas.

E Weber (1864-1920) explicará a tendencial inclinação da ética e religião protestantes pela bondade na obtenção do lucro capitalista (na Alemanha e Inglaterra), por contraste com a religiosidade católica, mais “desprendida” dos bens materiais por questões não apenas de doutrina mas de organização social e tradição (aristocracia guerreira, clero conservador, reduzida classe burguesa, povo geralmente submisso), sem uma necessidade “burguesa” tão premente no que se refere à acumulação primária e ao investimento no progresso duma sociedade industrial e capitalista.

Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e outros muitos filósofos ocidentais corroboraram as posturas de racismo cultural e epistemológico ao classificarem os não-europeus como não dotados das mesmas capacidades superiores dos verdadeiros europeus. Estes, seriam os arianos alemães, condescendendo-se com os ingleses e em tolerância com os franceses, entrando já em desclassificação inferior europeia, os híbridos ibéricos, pois eram fruto de transculturalidades históricas com o Sul, a saber: romanos, árabes, judeus, berberes, fenícios, gregos, cartagineses, para não referir os frutos híbridos de africanos, americanos, orientais.

Todo o desenvolvimento capitalista, industrial e iluminista se foi construindo à custa da exploração colonial e do apagamento do “outro” colonizado, desmerecedor de consideração, selvagem, talvez até sem alma e natureza humana (questão discutida em Valladolid, de 1550-1, entre Bartolomeu de las Casas e João de Sepúlveda).

Nascera, enfim, o capitalismo moderno e com ele, ávido de crescimento incessante, veio a exploração massificada da natureza e do homem. Produzindo mais, crescia a economia e a acumulação do capital. Assim se originaram os

<sup>242</sup> Entre outros, cito os seguintes documentos legislativos: *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 1926, o *Acto Colonial* de 1930, a *Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina*, de 1933 e, finalmente, o *Estatuto dos*

modernos imperialismos, com as suas máquinas de guerra navais ou exércitos para garantir a propriedade e a vitória do mais rico e forte, particular ou estado.

De regresso ao seu estatuto de colonialismo periférico (na dependência económico/financeira/ político/estratégica da Inglaterra) que vigorava no final do século XIX, Portugal tudo fez para conservar os territórios coloniais perante a avidez dos colonialismos eurocêntricos, particularmente o inglês. Então, ainda durante a Primeira República e depois extremamente reforçada durante a vigência do Estado Novo (1933-1974) experimenta a ocupação administrativa (colonialismo direto com funcionários administrativos exclusivamente metropolitanos), militar (campanhas de “pacificação”), jurídica (estatuto do indigenato, ato colonial<sup>242</sup>), linguística (proibição das línguas nativas), económica (dependência financeira da metrópole) e, obviamente, cultural, impondo uma hierarquia de padrões culturais metropolitanos e europeus na observação curiosa dos costumes tribais, das artes e culturas das etnias, do estudo académico antropológico e etnológico e na fabricação dos mais variados estereótipos relativamente aos povos colonizados.

Geralmente, estes últimos eram rotulados de “selvagens”, “primitivos”, “atemporais” e, observados pelo prisma da modernidade, eram transformados em “objetos” de curiosidade museológica, retirando-se-lhes a subjetividade, a cultura e a história.

Esta foi a rasura colonial empreendida pelo colonialismo. Em África, na América, na Ásia, sempre os colonialismos procederam ao apagamento do “outro”, ao discurso estereotipado cravado na fixidez do olhar incapaz de reconhecer a diferença e a igualdade, a riqueza da alteridade.

Retiro de Bhabha (1998a:105) a confirmação:

*um aspeto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de “fixidez” na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no*

Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola, e Moçambique, de 1954, que visava a assimilação dos indígenas.

*discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. Do mesmo modo, o estereótipo, que é a sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar”, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido...como se a duplicidade essencial do asiático ou a bestial liberdade sexual do africano, que não precisam de prova, não pudessem na verdade ser provados jamais no discurso.*

Seguindo o pensamento de Bhabha, o colonizado é visto através de estereótipos em cadeia, repetidos incessantemente nas histórias onde as posições “metafóricas/narcísicas” e “metonímicas/agressivas” por parte do colonizador manterão o “outro” colonizado e fetichizado, vítima de si próprio e abrindo o caminho da justificação colonial. Eis o que escreve Bhabha (1998a:127)

*algumas de suas práticas [do colonizador] reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturas que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e, o que é crucial, reconhecidas como tal. Ao “conhecer” a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controlo político são consideradas apropriadas. A população colonizada é então tomada como a causa e o efeito do sistema. Presa no círculo da interpretação.*

Deriva deste processo de deformação estereotípica o descarte e a desvalorização das culturas do “outro” a que procede o colonialismo.

Foram as teorias pós-coloniais que começaram a surgir no último terço do século XX (se bem que dentro da esfera do conhecimento eurocêntrico, tendo, de seguida, peregrinado para a América e África) as que na verdade iniciaram esta reflexão mais atenta e crítica sobre aquilo que passou despercebido na esfera cultural durante o apagamento colonizador.

Na realidade o estereótipo não apresenta senão a visão “superior” e “eurocêntrica”, e, no caso do colonialismo português “periférico” e “subalterno”, a questão a colocar seria a de saber se os povos colonizados por Portugal, os povos de Angola no caso, foram “subcolonizados” ou “sobrecolonizados”, como questiona Boaventura de Sousa Santos (2010a:215) e o que é que isso significaria.

Os mesmos teóricos pós-coloniais propõem, então uma nova perspectiva (Bhabha: 1998b:241-2)

Uma perspectiva pós-colonial – como vem sendo desenvolvida por historiadores culturais e teóricos da literatura – abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento ou teoria da “dependência”. Como modo de análise, ela tenta revisar aquelas pedagogias nacionalistas ou “nativistas” que estabelecem a relação do Terceiro Mundo com o Primeiro Mundo em uma estrutura binária de oposição. A perspectiva pós-colonial resiste à busca de formas holísticas de explicação social. Ela força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas

Depois de séculos de esquecimento, esvaziamento e razia do “outro”, agora torna-se necessário combater o fenómeno terrorista e as suas causas, mas certamente que o não será através de um pensamento de “colonialidade” ou seja mais do mesmo para tudo piorar.

Este “outro lado” é aquele em que viveram os colonizados, e de tal maneira foi avassaladora a força do colonialismo que a “colonialidade” aí permaneceu, após as independências, nas estruturas mentais das classes dominantes dos países ex-colonizados, perpetuando formas “eurocêntricas” culturais e de governação relativamente às populações que continuam “colonizadas”, agora por outros agentes, igualmente locais.

O colonialismo português teve no período histórico do regime do Estado Novo (1933-1974) a sua arquitetura mais empolada: de facto, concorrendo com

a longa construção da colonialidade do ser e do poder, foi alastrando uma outra “colonialidade visual”, através de cujo filtro se observava, no caso, a realidade cultural do “outro” angolano.

Teresa Pereira (2011:63) relata:

*A instauração e implementação dos sistemas coloniais encontraram-se comprometidas com a criação de uma colonialidade visual, materializada através de fotografias, mapas, desenhos, pinturas, recolha de coleções de “arte” e “artesanato”. O conjunto destes objetos e imagens concorre para a estruturação de uma cultura visual que desempenhou um papel de relevo no âmbito da apresentação, descrição e justificação de uma ordem colonial.*

Quer isto dizer que foi feita uma apropriação e classificação filtrada pelos cânones eurocêntricos da “arte” classificada como “africana”, “primitiva”, “étnica”, sendo o colonizador quem atribuía ou não, o valor cultural a um objeto e o catalogava.

Teresa Pereira aponta a “calibragem” pela qual a “superioridade civilizacional” do colonizador efetuava o mapeamento dos territórios, estabelecia as fronteiras, renomeava os lugares e as sociedades, no sentido de controlar e demarcar as zonas de concentração das populações. Junto com a calibragem procedia à “obliteração” que era a descrição e acantonamento das sociedades por forma a fixá-las, reduzindo as suas culturas a “folclore”, apagando hábitos e subjetividades ou procedia à assimilação forçada. Igualmente, pelo processo de “simbolização”, segundo Pereira (2011:64) procedia

*“à seleção de determinados aspetos de natureza cultural em detrimento de outros, que, tomando as partes pelo todo, irão personificar ideias abstratas de beleza, fealdade, pitoresco, exótico ou sublime, transpondo para o domínio da estética, uma dimensão vivencial, transformada em curiosidade exótica – exaurindo o sentido das suas práticas e representações – perfazendo assim um processo de simbolização.*

Estas modalidades, de início camufladas sob a capa da “descoberta” ou exploração científica [lembramo-nos das expedições enviadas por todas as potências coloniais a África nos finais do século XIX e em Angola as de Silva Porto, Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo,] depressa contribuíram para um acantonamento e controlo de populações que, despojados dos seus territórios, e hesitando entre a pressão da assimilação e o encapsulamento num tradicionalismo transformado em folclore, são retratados como um *Outro* (o indígena) que, apesar da divulgação e multiplicação de imagens, continuará a incarnar a visão do exótico.

Este “outro” exótico será exposto, com fins de propaganda colonial e imperial do Estado Novo (copiando outros eventos anteriores em Londres, 1862, Paris, 1867 e 1900 e Anvers, 1885) em certames realizados quer em Portugal (Exposição Colonial do Porto, 1934 e “Exposição do Mundo Português, 1940) ou no estrangeiro (Exposição Internacional de Arte Colonial de Nápoles, 1934).

Nestes certames em que o objetivo principal era a glorificação da Nação Portuguesa e do seu Império, como forma de justificação interna e externa duma mitologia que se fundamentava no passado glorioso dos Descobrimentos, de onde se rasuraram os feitos menores, a exposição quer de fotografias, objetos, pessoas, aldeias do ultramar, captava apenas fragmentos do real, distorcendo a inscrição desses elementos nos seus meios naturais.

Pereira (2011:104) relata

*A presença icónica do império é sintetizada no fragmento do real – exaltado como fração representativa – e evidenciada pelo dispositivo expositivo da vitrina, do “jardim de aclimação” da “aldeia negra”, do “zoo humano”, ou dos jardins zoológicos e tropicais transformando as salas e espaços exteriores em cenários efémeros onde o visitante se depara não só com uma componente económica e histórica dos espaços coloniais mas igualmente uma dimensão natural e humana.*

Estas exposições que se tornam atração catalisadora de largas faixas de público, assumem um sentido mais vasto na afirmação de uma visão racista que,

forjada no perímetro da antropologia, é ensaiada presencialmente através da exibição do *Outro*, encenado na sua inferioridade física, material, civilizacional,... que transpõe as paredes do laboratório antropológico para o espaço público, popularizando e operacionalizando um racismo que de “científico”, se torna trivial.

O Estado Novo herdou diversas estruturas coloniais anteriores, ainda do tempo da Primeira República (1910-1926), como a Agência Geral das Colónias (1924), que transformou em Agência Geral do Ultramar (1951) retirando-lhe a conotação “colonial” que a sua ideologia política pretendia para as agora chamadas “Províncias do Ultramar”, criou outras novas estruturas de difusão, propaganda e inculcação ideológica colonialista e imperialista.

Tal era o caso, nomeadamente, do Secretariado da Propaganda Nacional (1933) rebatizado como Secretariado Nacional da Informação, o célebre SNI (1951) que funcionava em relação estreita com a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e ambos organizavam exposições de arte e/ou científicas, bem como concursos literários e apoiavam artistas e escritores metropolitanos que se deslocavam ao Ultramar e outros coloniais como instrumentos da sua colonização.

Entre os escritores que passaram ou ganharam estes concursos, contamos com nomes como Julião Quintinha, Henrique Galvão, João Santos Silva, Castro Soromenho e outros que, mais ou menos, iam desenhando em texto ou na pintura os temas africanos que, no âmbito nacional nunca deixariam de ser considerados como produzidos nas margens do império. No que se refere aos artistas plásticos, ressaltamos os nomes de Jorge Barradas, Eduardo Malta, Fausto Sampaio, Álvaro Canelas, Preto Pacheco, Albano Neves e Sousa entre as décadas de 30 a 70.

Resumindo muito estas atividades da “arte ao serviço do império” e de inculcação cultural, podemos resumir, seguindo Teresa Pereira (2011:202), o que se passou em Angola, nas décadas de 30 a 50 que:

*viram desenvolver um conjunto de manifestações plásticas, que plasmando os modelos europeus, desenvolveram as modalidades do retrato,*

*natureza morta, paisagem, ou pintura de género. Marcadas por um diletantismo da parte de uma elite da sociedade colonial, exploraram algumas linhas temáticas, numa correspondência estreita com os domínios da antropologia, distinguindo-se das produções plásticas dos artistas autóctones, agrupadas sob a configuração do artefacto etnográfico ou da “arte indígena”.*

Não obstante o conservadorismo referido, alguns artistas evoluem e outros aparecem, já naturais de Angola ou provindos da metrópole, que começam a quebrar os modelos naturalistas e a questionar a representatividade da arte, acrescentando, em crescendo, um discurso pictórico mais africanizado, ao qual não são alheios os movimentos do modernismo e vanguardismo, do cubismo, do expressionismo, neorrealismo e surrealismo.

Neves e Sousa evolui num sentido de prestar mais atenção ao conteúdo psicológico das suas obras. Segue as pisadas que exalam do “grupo dos independentes” que se formara em Portugal (Alexandre Pomar, Júlio Resende, Rui Pimentel, entre outros) e traz para Angola os primeiros traços dum realismo pictural, embora matizado no que respeita ao comprometimento social. O seu percurso seguirá pelo Brasil após a independência de Angola.

Aumenta o intercâmbio artístico entre Angola e a metrópole e alguns artistas abrem ateliers onde os angolanos, privados do ensino das artes no território, aprendem teoria e prática: Neves e Sousa, José Redinha, Denise Toussant, Henrique Abranches, Amílcar Vaz de Carvalho, Dorindo de Carvalho, entre outros, são os expoentes deste novo movimento que de algum modo se pode considerar influenciado pelo neorrealismo, que, igualmente influenciava a efervescente literatura angolana, na procura e afirmação da angolanidade (por exemplo, a revista *Mensagem* (1951-2), onde escreviam Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, entre outros))

Um facto significativo dá-se quando, em 1953, na Exposição da África Central em Bulawaio (Zimbabwe) a representação de Angola, onde se incorporaram os artistas Neves e Sousa, Roberto Silva e Carlos Ferreira, dispensou qualquer auxílio material da metrópole, e, como “província ultramarina” levou, por sua conta e

risco, a bom porto a afirmação das suas capacidades de organização e de progresso.

Cruzeiro Seixas, presente em Angola de 1950 a 1964, é outro nome a registar, pois exerceu profunda influência na evolução artística da pintura angolana, ao iniciar um percurso de pintura surrealista, trazendo para a ribalta uma manifestação baseada no inconsciente e no desafio à lógica eurocêntrica, que incorporava uma crítica subjacente ao panorama das artes plásticas coloniais, à semelhança do que se passava na Europa, após a Segunda Guerra Mundial. Realiza duas exposições em Luanda (1953 e 1957) que detonaram, de facto, enorme polémica entre os conservadores e os progressistas.

África será, então, um continente surrealista, pois que o homem africano manifesta-se através dum pensamento simbólico e mitológico, distinto do único pensamento proposto pelo iluminismo eurocêntrico, racionalista e empírico. Este pensamento mítico é atravessado por estruturas inconscientes que, seguindo Pereira (2011:277) “comportam a vida” e “a codificação destas estruturas em símbolos, e a sua presença em espaços e tempos diferentes, permite perceber uma dimensão universalista da mitologia que alicerça grande parte da existência humana.”

A propósito da realização em Lisboa da “Semana da Arte Negra” (1946), em que o crítico Ernesto de Sousa foi o autor do catálogo, escreve a nossa especialista Teresa Pereira que ele (2011:261),

*evidencia uma preocupação em demonstrar o papel desempenhado pela arte africana em expressões estéticas (populares e eruditas) de outros continentes nomeadamente na Europa, que será reforçado pela exibição paralela de artefactos africanos e europeus. Este paralelismo, mais do que demonstrar as relações de reciprocidade, procura demonstrar a originalidade e variedade das expressões africanas que influenciaram artistas como Modigliani, Amadeo de Sousa Cardoso ou Almada Negreiros, contrariando a imagem aviltante do negro que persiste na sociedade europeia, fruto de desconhecimento e preconceito. (...) começa por clarificar o que entende por “arte primitiva” – um qualificativo usualmente aplicada para caracterizar a*

*arte africana – apressando-se a esclarecer que esta remete antes para um conjunto de características como a e a espontaneidade, não significando rudeza ou incultura, inferioridade ou subalternidade relativamente a outros domínios geográficos da criação.*

É com a influência das ideias do surrealismo, avessas aos valores burgueses e em interessada ligação com estudos de etnografia, que os artistas angolanos começam ainda que timidamente, a preparar a ponte para o tempo do pós-colonial, passando a encarar a arte como (Pereira, 2012:268) “*uma forma de exorcismo que convoca o invisível e o indizível, na criação do objeto poético, súpula dum renúncia à racionalidade no processo criativo*”

Em traços breves tentei fornecer um panorama do que foram as travessias culturais que, endógenas a Angola, exógenas ou exportadas e diaspóricas pelos angolanos, vêm forjando uma angolanidade que se inscreve no domínio das artes.

As diversas etnias que perfazem o puzzle cultural do país exprimem ricas expressões nas artes plásticas, como nas musicais e na dança e outras formas de expressão mais. Elas são o resultado do encontro ao longo da história de várias civilizações no interior do continente e, também fora dele. O pensamento eurocêntrico, ao incompreendê-las, confinou-as, pelo preconceito, ao cliché da a-historicidade e da alienação. Mas a “arte maldita” com que o racionalismo classificou as “artes selvagens” traz a inscrição de um carácter mágico que, apesar de tudo, inspirou muitos artistas.

Cruzeiro Seixas, em conversa com Teresa Pereira (2011:309) remata:

Não eram selvagens! Aquilo era uma civilização! Em certos aspetos muito mais civilizada que a nossa e muito mais...digamos, humana, do que a nossa!

*(...) Realmente...é engraçado quantos anos levou para que homens inteligentes compreendessem que atrás daquelas máscaras (...) e*

*daquelas coisas estava gente...e ainda hoje, realmente, é muito vago esse conhecimento.*<sup>243</sup>

De que lado se encontram, então, os selvagens?

## **2. MAIS TRAVESSIAS: NEGRITUDE, PAN-AFRICANISMO E A TRADIÇÃO /MODERNIDADE**

Os movimentos da negritude e do pan-africanismo influenciaram, fortemente a cultura produzida em Angola.

Os povos colonizados sempre encontraram formas de resistência anticolonial, quer através de sublevações e guerrilha às quais respondiam os exércitos coloniais com as “campanhas de pacificação”, quer, na maior parte das vezes, por processos de resistência passiva: negação ao trabalho, recusa de impostos, fingimento de obediência, formação de sindicatos, greves, associações culturais, clubes, partidos políticos, etc.

Outras formas de resistência têm a ver com a procura das culturas e práticas ancestrais africanas, tanto tempo menosprezadas pelo colonialismo, como forma de oposição à assimilação colonial.

As elites africanas colocam-se na frente deste movimentos de consciencialização popular no sentido da libertação e da independência.

O pan-africanismo, movimento desencadeado a partir das comunidades afrodescendentes diaspóricas das Antilhas e Estados Unidos, entre o final do século XIX e as duas décadas seguintes do Século XX, propunha o rejuvenescimento de uma identidade negra, pela busca das suas origens na África

<sup>243</sup> Conversa com Cruzeiro Seixas, em 21 de Janeiro de 2008.

<sup>244</sup> Agostinho Neto acabaria por colocar em causa o conceito de Negritude ao salientar a sua inoperacionalidade: «O conceito literário de negritude, nascido das correntes filosófico-literárias que fizeram a sua época, como o existencialismo e o surrealismo, pôs como acento o problema da consciencialização cultural do homem negro no mundo, independentemente da área geográfica em

e a agregação debaixo de uma ordem biológica e cultural de todas as sociedades negras, numa irmandade que se completaria dum e doutro lado do Atlântico.

Ao pan-africanismo sucede, na década de 40, por ação de grandes intelectuais como o senegalês Senghor e o martinicano Césaire e muitos outros que vieram a assumir importância fulcral nas independências dos estados africanos, um novo movimento, chamado de “negritude” que propugnando um novo enraizamento cultural no pensamento e tradição, lutava por incluir um novo tipo de humanismo africano no diálogo das culturas, tendo em vista acabar com o colonialismo eurocêntrico e seus males.

Porém este movimento que tinha na base contrapor a imagem do negro como participante ativo na história e na sociedade, contra a imagem colonial que o tornava passivo, inerte e objeto sem subjetividade, acabou por confluir numa ideologia de solidariedade racial que, ao ser colocada ao serviço de modelos políticos, se enquistou e impediu a sua aceitação incondicional, levando ao afastamento de vários dos seus iniciais apoiantes.

Refere, a este propósito, Teresa Pereira (2011:333)

*A eclosão de lutas armadas pela independência, as relações mantidas com as antigas potências coloniais, as crises que alguns estados africanos atravessarão nos períodos pós-independência e a consolidação das unidades nacionais – o paradigma teórico negritudista começará a ser visado como um anacrinismo, dissimulador de uma estigmatização e racialização do homem negro, senão mesmo, associado a formas de neocolonialismo. Neste caso evidencia-se, ao mesmo tempo que a Negritude se torna um instrumento ideológico, colocado ao serviço de modelos políticos, um afastamento de muitos nacionalistas africanos nomeadamente Frantz Fanon, Sekou Touré, Kwame Nkrumah, Agostinho Neto<sup>244</sup> ou Amílcar Cabral.*

que ele se dispersou. Conjuntamente com a ideia do panafricanismo, o conceito de negritude começou, num certo momento, a falsear o problema negro» na medida em que se verificavam «fortes diferenças culturais entre os diversos grupos negros, africanos ou americanos». [Agostinho Neto, *Quem é o Inimigo? Qual é o nosso Objectivo?* S/l:Edições Maria da Fonte, 1974, pp21-22]

Mas a negritude teve efeitos decisivos no estudo e aprofundamento das estruturas do pensamento artístico dos africanos, no sentido da demarcação de formas de apreensão da realidade, do simbolismo inerente e da identificação com a natureza, muito distante da arte mais racionalizada europeia.

Caracterizemos a noção africana de arte, mais uma vez seguindo Pereira (2011:334)

*Segundo Senghor a arte é simultaneamente uma forma de produção e de conhecimento, onde, contrariamente à ciência europeia (esta, baseada numa racionalidade analítica e discursiva), opera segundo uma razão intuitiva, sintética e simpática que propicia a identificação entre sujeito e objeto. Neste sentido, ao invés de imitar as aparências, a arte africana, insere-se numa unidade criativa que envolve a partilha e disseminação de conhecimento, onde a mimesis como paradigma artístico, baseado numa dinâmica da visualidade, cede lugar a uma simbolização do mundo e dos seres, decorrente da participação sensível do homem na natureza. A imagem não se configura num plano da verosimilhança mas sim num plano da analogia, significando, não por aquilo que é descrito mas pelo que é sugerido. Assim nas suas palavras, «L'art fondé sur l'intelligence identifie les choses; l'art fondé sur l'émotion s'identifie aux choses. L'oeuvre n'est plus un discours sur un sujet, mais un dialogue avec lui. L'imitation fait place à la participation».<sup>245</sup>*

O conceito aqui exposto de arte africana e do seu simbolismo apela a outras realidades enquanto mergulha na força vital (vitalismo) da natureza, e se expressa pelo ritmo. Este torna-se o fator de harmonia que empresta a unidade à diversidade e apela à espontaneidade.

Assim, (Pereira, 2012:335)

*“a espontaneidade, o impulso, o ritmo, a emotividade, a assimetria, a diversidade transformar-se-ão em princípios que, dada a correspondência entre estética, ética e raça, irão perfazer noções de “estilo”, materializadas nas várias modalidades da expressão artística; a configuração assumida por cada objeto, poema, composição musical, etc., traduziria, finalmente, uma identidade coletiva, baseada em traços de ordem psicocultural.*

Com base nesta tentativa de entendimento das características duma arte produzida por africanos, e no caso presente, por angolanos, iremos, pois encontrar, neste percurso entre tradição, arquétipos, colonialismo e modernidade, as marcas da angolanidade na produção plástica atual. Fruto de múltiplos contactos, de travessias e regressos, de histórias de imposição colonial, de escravatura e violência, mas igualmente de lutas e insurgências, do grito da independência e de guerras fratricidas, certamente que a angolanidade irá incluir novas expressividades nas suas manifestações artísticas.

Já foi mencionado que a resistência anticolonial, passou, também pela organização de clubes, pelo jornalismo e pela edição de revistas, onde mais ou menos expressamente se fazia a apologia da libertação.

As revistas *Mensagem*, com apenas dois números editados (1951 e 1952) e já mencionada, publicava textos e poemas apelando aos valores da angolanidade, enquanto exercia uma ação corrosiva anticolonialista. De igual modo na Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Lisboa (1944) e Coimbra (1942), muitos estudantes do Ultramar se reuniam para estudar e preparar os laços que os uniriam na contestação ao regime colonial português. A de Lisboa editava outra *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, e a de Coimbra editava *Momento-Antologia de Literatura e Arte*. Através das reuniões e da divulgação exerceu a CEI fortíssima influência na reflexão política dos jovens intelectuais africanos, transformando muitos deles em ativistas políticos e membros dos movimentos de libertação. Ali se discutiam correntes de pensamento como a negritude e as novas expressões de literatura africana, ganhando corpo uma elite que se preparava para assumir a independência.

<sup>245</sup> Leopold Senghor, Apud Souleymane Bachir Diagne, *Léopold Sédar Senghor: L'Art Africain comme Philosophie*, p. 104.

Durante o período da guerra colonial (1961-1974), ao mesmo tempo que Portugal reforça em Angola a presença militar e com ela advém um reforço da emigração e da assimilação dos nativos, muitos deles incorporados nas forças armadas, dá-se, igualmente, no lado nacionalista o mesmo reforço da ação militar nos exércitos dos movimentos de libertação. Uns e outros desenvolvem os seus processos de propaganda.

A cultura e as artes apenas são permitidas se não forem, expressamente, contra o regime colonial. Se a “censura” deteta o mais leve sinal de contradição aos ditames da ideologia imperial, logo persegue, apreende, prende e castiga. Daí a produção de dúvidas e incertezas relativamente à angolanidade genuína da produção artística deste tempo, que não pode exprimir-se na sua liberdade. Muitos nacionalistas são presos e enviados para campos de concentração.

É explosiva a tensão e o descontentamento na metrópole e no ultramar. E sucede a Revolução portuguesa de 25 de abril de 1974. Até ao final de 1975 todas as colónias conquistam a independência.

Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, está preocupado com a formação da angolanidade. “A cultura é um dos elementos da libertação” dirá, e esta vai ter de ser apoiada e conduzida para que as várias culturas em presença no território nacional, subvalorizadas durante o colonialismo, estabeleçam as suas dinâmicas de modo a serem garantidos os direitos e oportunidades de todos, numa sociedade heterogénea.

Criam-se as estruturas culturais (União dos Escritores Angolanos – 1975), União Nacional dos Artistas Plásticos – 1977) para fomentar criadores e desenvolver a cultura.

“A angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialeticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direção à nação” diria Mário Pinto de Andrade” (in Kandjimbo, 1998:4)

Qual será, então, o rumo da angolanidade? O mesmo Kandjimbo (1998) escreveu que se trata de “um processo transculturativo entre o substrato cultural maioritariamente de origem Bantu, um minoritário não Bantu e a herança judaico-cristã portuguesa.” Aqui se encontrará a angolanidade

De facto, a mestiçagem e a hibridação são características estruturantes da angolanidade, e pode manifestar-se desta ou daquela modalidade, mais ou menos exposta. Como em todos os países do mundo. As culturas não mais se encontram fechadas em si mesmas, e são atravessadas pela presença cada vez maior de migrações e diásporas. A tradução cultural torna-se um processo de reencontro epistemológico e não podemos dar a volta a isso, sob pena de regressão civilizacional.

Por isso, as artes plásticas angolanas participam ativamente na construção de uma cada vez mais mestiçada angolanidade, referenciando sempre a Angola em construção. Travessias? Sim, travessias culturais endógenas e exógenas, matriciais e arquetípicas, coloniais e de negritude, pós-coloniais, pós-modernas, atuais. Os temas matriciais, a terra-mãe fonte de vida e inserida no cosmos, o imbondeiro símbolo das raízes africanas da terra, as formas redondas dos ciclos numa temporalidade alternativa, as cores, os ritmos, mas também o olhar crítico da memória das guerras, da opressão, das viagens, nos sedimentos da história.

A angolanidade é a reconstrução do país, o que se vê, presentemente, nas artes plásticas de Angola.

### 3. BIBLIOGRAFIA

- Bhabha, Homi K. (1998a) “A Outra Questão. O Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo” in Bhabha, Homi K., *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG. Cap. III. 105-128.
- Bhabha, Homi K. (1998b) “O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A Questão da Agência, in Bhabha, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG. Cap. IX. 239.273.
- Kandjimbo, Luís (1998) *Apologia do Kalitangi*. Luanda: INALD.
- Ver tb <http://www.nexus.ao/kandjimbo/kalitangi/>.
- Maldonado-Torres, Nelson (2009) “A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade” in Santos, B. S. e Meneses, Mª Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina. 337-382.
- Mignolo, Walter D. (2011) *The Darker Side of Western Modernity. Global Futures. Decolonial Options*. Durham & London: Duke University Press.

Quijano, Aníbal (2009) “Colonialidade do Poder e classificação social” in Santos, B. S. e Meneses, M<sup>a</sup> Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina.

Pereira, Teresa Isabel Matos (2001) *Uma Travessia da Colonialidade – Intervisualidades da Pintura, Portugal e Angola*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Belas-Artes.

repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4631/2/ulsd061493\_td\_tese.pdf .

Santos, Boaventura de Sousa (2009) “Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes” in Santos, B. S. e Meneses, M<sup>a</sup> Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES/Almedina. 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa (2010) “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade” in Santos, B. S. *A Gramática do Tempo*. Porto: Edições Afrontamento. 211-255.

### 34. MARIA HELENA ANÇÃ, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

#### TEMA 2.1. A PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA – CRUZANDO ATORES, VOZES E PERSPETIVAS, M<sup>a</sup> HELENA ANÇÃ, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES/CIDTFF, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

#### 0. RESUMO

A interrogação de Oliveira (2013, p. 427) “Que políticas linguísticas para a internacionalização [do português]?” surge como o *leit motiv* para a conceção do texto a apresentar, cuja finalidade é (ainda) interrogar que estratégias, ações e medidas podem ser eficazes na promoção e difusão da língua portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro. Neste quadro, são revisitados alguns autores portugueses, em textos de índole mais teórica, como ainda algumas vozes de estudantes universitários/futuros professores de português, portugueses, brasileiros e cabo-verdianos nos respetivos países.

#### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Num texto publicado recentemente, Gilvan Müller de Oliveira interroga: “Que políticas linguísticas para a internacionalização [do

<sup>246</sup> Sobre política da língua e legislação em Portugal, de 1974 a 2004, consultar Feytor Pinto (2008, 2010).

<sup>247</sup> Neste espaço não serão analisados os textos resultantes dos cinco Encontros da AULP, realizados até esta data (1995).

português]?” (2013:427). Esta preocupação com políticas da língua e internacionalização, quer no Brasil quer em Portugal<sup>246</sup>, completamente atual, faz parte das agendas políticas e das agendas académicas, com debates em congressos e encontros científicos. É também no presente uma preocupação partilhada pela sociedade civil

Mas será, com efeito, uma preocupação recente em Portugal? Evidentemente que não, cada regime se insere num tempo sociopolítico específico, fechado ou aberto ao exterior, com os seus objetivos e estratégias próprias. Neste texto, remontamos apenas ao início dos anos noventa do século passado, fazendo uma pequena incursão até ao presente.

No final dos anos oitenta do século XX, iniciou-se uma publicação intitulada *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (RILP), no âmbito da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). O primeiro número saiu em 1989 e foi resultante do 1<sup>o</sup> Encontro da AULP<sup>247</sup>, decorrido em Lisboa, de 28 a 30 de novembro de 1998, com a participação de representantes de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Em 1992, publica-se número 7 da mesma revista<sup>248</sup>, cujo foco é a política da língua (PL) e políticas culturais, embora a vertente PL fizesse parte do “foco intrínseco, subjacente ao nascimento e à vida da RILP”, como nos diz Rosa Virgínia Mattos Silva no Editorial (Silva, 1992:7). Neste número há a considerar importantes contributos de diplomatas e académicos portugueses e brasileiros (Fernando Cristóvão, M<sup>a</sup> Raquel Delgado Martins, José Augusto Seabra, Eduardo Prado Coelho; Francisco Gomes de Matos, Ruth M<sup>a</sup> F. Monserrat, América César & Jónatas C. Silva, entre outros<sup>249</sup>), havendo, no entanto, um denominador comum: a PL não pode estar desfasada da política cultural (externa).

No texto de M<sup>a</sup> Raquel Delgado Martins (1992: 50-53), são retomadas algumas questões levantadas em 1998 pela então direção da Associação

<sup>248</sup> Esta revista, na sua primeira série, foi dirigida pela Professora Maria Helena Mira Mateus e pertencia à Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

<sup>249</sup> Os textos dos autores brasileiros referem a realidade do Brasil, sobretudo a alfabetização indígena mas também a resistência negra.

Portuguesa de Linguística /APL (presidida pela própria) e por alguns associados sobre as PL: ausência de uma coordenação geral face aos múltiplos organismos que regiam a política linguística/ educativa a nível nacional e internacional, a falta de materiais específicos para o ensino do PLM<sup>250</sup> e do PLE<sup>251</sup>, a manutenção da LP nos países de língua oficial e nos organismos oficiais. Propunha-se, então, como medida fundamental o apoio à investigação linguística *“como meio de remediar as lacunas e de providenciar técnicos capazes de executar os objetivos de uma política de língua adequada cientificamente e apoiada numa noção forte de cultura”* (1992: 50).

Neste texto da RILP, a autora diz-nos ainda que, em quatro anos, o cenário não se tinha alterado muito, e as alterações havidas não terão sido as mais adequadas ao *“espaço e ao tempo”* (1992:50). Com efeito, o documento original da APL referido por Delgado Martins: *“Para uma Política da Língua Portuguesa”* (APL, 1992: 26-30), pode ser lido neste mesmo número.

Os números 13 e 14 da RILP, ambos do ano 1995, debruçam-se, respetivamente, sobre PL e sobre o Português no Mundo. O número 13 apresenta no Editorial um pequeno texto de M<sup>a</sup> Helena Mira Mateus onde é realçada a importância do tema (PL), considerado pela autora como um dos temas que mais contribuem *“para a permanência da identidade dos indivíduos e das sociedades, identidade que pode acolher um conjunto de variedades linguísticas como é o caso do português”* (1995: 7). Além disso, Mateus afirma ainda que é necessário ter uma vontade explícita e uma estratégia adequada para que a LP, nas suas relações com as outras línguas, ocupe o seu lugar, tendo em conta a sua difusão geográfica e a sua tradição histórica.

O Editorial do número 14 é da autoria de António Simões Lopes, fundador da AULP. É um número comemorativo dos 10 anos da AULP, que, de acordo com o autor acolhe *“praticamente todos os espaços da lusofonia”*. Atrever-me-ei a dizer que o número 14 acolhe sobretudo textos **sobre** quase todos os espaços da lusofonia, uma vez que tanto neste número como no anterior, os vários

contributos são principalmente de autores portugueses<sup>252</sup> e brasileiros concentrados nas políticas internas ou na difusão da variedade europeia no estrangeiro. Na RILP 13, de assinalar Gregório Firmino, moçambicano, que aborda a problemática do convívio da LP com as *“línguas indígenas de Moçambique”* (Firmino, 1995,13:33-43). Embora o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa/CPLP já tivessem sido criados (o primeiro em 1989 e o segundo em 1996) não havia ainda uma definição comum e explícita de políticas da língua no espaço lusófono, aliás, confirmado pela ausência de referências/ações a/de qualquer destas instituições. No entanto, no Editorial, Simões Lopes refere que os contributos recebidos *“deliberadamente ou não, permitem um balanço do desenvolvimento da língua portuguesa”* (Lopes, 1995: 7). Diremos que já se expressa nestas palavras uma necessidade de políticas comuns.

Três anos mais tarde, em 1998, realiza-se um dos Seminários integrados nos cursos da Arrábida: *“Uma Política de Língua para o Português”*. A publicação dos textos deste evento coordenada por M<sup>a</sup> Helena Mira Mateus, só sai em 2002.

Esta obra contém três partes, sendo a primeira dedicada à LP em África e conta com a participação de linguistas africanos, a segunda destinada à LP na Europa, onde encontramos textos de vários leitores, assim como de responsáveis do Ministério da Educação e ainda um texto de Gendreau Massaloux, Conselheira de Estado (França), *“A constelação linguística na Europa”*, dando a conhecer a teoria do sociólogo neerlandês Abram de Swann<sup>253</sup> sobre a constelação mundial das línguas, os seus níveis e conexões. A terceira parte é dedicada às minorias linguísticas em Portugal, tendo como ‘abertura’ um texto de um investigador francês, Henri Giordan, sobre as línguas regionais e minoritárias na Europa, seguida de três textos sobre as línguas minoritárias em Portugal (mirandês e línguas faladas pelos imigrantes, em particular o cabo-verdiano), percurso esse que não nos isola do mundo, mas, pelo contrário, nos coloca, a Portugal e às línguas faladas neste país, dentro da Europa. Aliás, como o texto inicial da segunda parte colocava a LP entre as línguas da Europa e do mundo, não havendo

<sup>250</sup> Português Língua Materna.

<sup>251</sup> Português Língua Estrangeira.

<sup>252</sup> De registar a entrevista ao Embaixador José Fernandes Fafe.

<sup>253</sup> Sobre este autor, consultar sobretudo: De Swaan, Abram (2001) *Words of the World*. Cambridge: Polity Press.

mais a ilusão do “felizmente só”, que caracterizou o regime político anterior ao 25 de abril.

Quanto ao prefácio da obra, da autoria de Mateus, inicia-se com esta afirmação que confirma a falta de estratégias concertadas para uma PL: “*A inexistência de uma política de língua em Portugal é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, aos que trabalham sobre a língua portuguesa em Portugal e no estrangeiro*”. (Mateus, 2002:7). São referidas, contudo, algumas “medidas avulsas” tomadas então, mas sem grande enquadramento, porventura porque as decisões relativas à língua se encontravam a cargo de diferentes Ministérios (Ministério da Educação, Ministérios dos Negócios Estrangeiros/MNE...).

Feytor Pinto (2008, 2010) alerta igualmente para esta dispersão dos agentes de difusão da língua e para a necessidade de se centralizar a política de difusão num único organismo. Para as primeiras décadas de democracia portuguesa, identifica nove instâncias legisladoras diferentes, com competências distribuídas por treze organismos em cinco Ministérios distintos! Aliás, para este autor, a política de difusão em Portugal, nessa época, apresentava três características:

- i) *dispersão institucional;*
- ii) *instabilidade, no que se refere às constantes alterações dos seus agentes;*
- iii) *separação entre a tutela do ensino básico/secundário e do ensino superior, pertencentes a Ministérios diferentes.*

É, contudo, no século XXI, que assistimos a mudanças significativas. Citemos, em primeiro lugar, e no âmbito nacional, a reestruturação do Instituto Camões que passou a integrar a língua e a cooperação, agora Camões – Instituto da Língua e da Cooperação. Esta reorganização veio implicar ainda o facto de ficar a cargo deste Instituto, dependente diretamente do MNE, a coordenação dos docentes do ensino não superior no estrangeiro, até então a cargo do Ministério da Educação, para além da coordenação, que já era sua, do ensino superior: colocação de leitores em países estrangeiros e formadores nos países de língua oficial portuguesa. No contexto destas mudanças deve ser mencionado o nome e a pessoa da atual Presidente, Prof. Ana Paula Laborinho.

No âmbito internacional, de realçar a atividade do IILP, na pessoa do Diretor Executivo cessante, Prof. Gilvan Müller de Oliveira, atividade ancorada na CPLP, – em abono da verdade, esta última instituição só recentemente aparece com algum protagonismo. Da conjugação destas entidades com o Camões – Instituto da Língua e da Cooperação resultaram as duas Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respetivamente em 2010, em Brasília, e em 2013, em Lisboa, donde saíram os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa. Os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, em conjunto, definem estratégias globais para a promoção e difusão da LP. Entre estas duas Conferências e preparando a II, realizaram-se quatro Colóquios correspondendo a quatro Cartas:

- 1) *Carta de Luanda/Colóquio Internacional A LÍNGUA PORTUGUESA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, realizado em Luanda (Angola), em julho de 2010;*
- 2) *Carta de Maputo/ Colóquio Internacional sobre a DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS PAÍSES DA CPLP, Maputo (Moçambique), setembro de 2011;*
- 3) *Carta da Praia/ Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NAS DIÁSPORAS, Cidade da Praia (Cabo Verde), novembro de 2011;*
- 4) *Carta de Guaramiranga/ Colóquio Internacional sobre a LÍNGUA PORTUGUESA NA INTERNET E NO MUNDO DIGITAL, em Fortaleza, Redenção e Guaramiranga, Ceará (Brasil), abril de 2012.*

Cada um dos temas dos colóquios corresponde a um eixo estratégico: a introdução da LP como língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais, **de facto**, e não apenas no papel; a diversidade linguística no espaço lusófono que corresponde a 300 línguas, para além da LP, e perfaz cerca de 3% da diversidade linguística do mundo; a LP em contexto da diáspora, com vista a uma sensibilização das comunidades para a importância de uma educação em português; a LP no mundo virtual e na internet, dado que neste quadro a presença da língua é benéfica quer para a cultura, quer para a economia e para a educação quer ainda para o desenvolvimento das sociedades.

## 2. POLÍTICAS DA LÍNGUA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA: ESPECIFICAÇÕES CONCETUAIS

Retomando a citação inicial de Müller de Oliveira, partilho a sua opção de registar o plural em ‘políticas linguísticas’ ou ‘políticas da língua’. De facto, não há uma única PL, mas várias, quando se fala da LP, uma vez que estão subjacentes espaços distintos e necessidades de atuação também distintas (Castro, 2009, 2010). Esta posição vem ao encontro da atualidade onde estas questões são analisadas sob diferentes prismas, quer locais e internos, quer globais, direcionados para o exterior.

Aliás, em Castro (2009, 2010), esta perspetiva é bastante clara. Para a política de internacionalização há quatro conjuntos agrupados geograficamente, dada a condição do português como língua internacional. Cada um destes conjuntos requer uma política linguística específica: uma política europeia, uma política global, uma política no espaço lusofalante e uma política no espaço nacional (internacionalização da LP, 2009; internacionalização do conhecimento linguístico, 2010).

Com efeito, nos textos portugueses da especialidade encontramos incluídas em PL, a PL propriamente dita<sup>254</sup> e a planificação linguística<sup>255</sup>, estando esta diluída na primeira. Em Mateus esta imbricação é bem evidente: “Entendo por política linguística um conjunto de ações definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e coletivo dos cidadãos que utilizam a língua” (2010: 74). De facto, como afirma Calvet (1999) não há planificação linguística sem PL, mas pode haver PL sem planificação, ou seja, sem a sua concretização.

PL designaria, então, de acordo com Calvet (1996, 1999) o conjunto de escolhas conscientes realizadas no domínio das relações entre língua e vida

<sup>254</sup> *Language policy*, segundo Calvet (1996, 1999), termo introduzido por J. Fishman, em 1970.

<sup>255</sup> *Language Planning*, termo introduzido em 1959, por E. Haugen, de acordo com Calvet (1996, 1999).

<sup>256</sup> Entendo a preocupação pela utilização do singular, em política de/da língua, como uma manifestação e uma necessidade de encontrar um caminho para (re)começar um novo modo de olhar e de perspetivar a LP.

social, enquanto a planificação linguística seria a materialização da PL, sob forma de equipamento das línguas (escrita, léxico, standardização), de ambiente linguístico, ou, como se designa atualmente, paisagem linguística (o que corresponde à presença ou ausência das línguas, sob forma escrita ou oral, na vida quotidiana) e de diplomas legais. Estes últimos podem apresentar diferentes níveis de intervenção, quer geográfico (internacional, nacional e regional) quer jurídico (leis, decretos-leis, etc.). O processo de planificação linguística seria realizado em quatro etapas: a preparação, através do diagnóstico dos problemas numa comunidade linguística; a formalização das decisões tomadas; a implementação das medidas adotadas; a avaliação do efeito dessas medidas no ambiente linguístico (Calvet, 1996, 1999; ver também Feytor Pinto, 2008, 2010)

Sintetizando, e de acordo com a minha leitura, no caso português e nas questões de políticas linguísticas, demarco duas tendências temporais distintas e ancoradas em fatores sociopolíticos diferentes: da vontade de existência de uma política da língua (no singular), fruto de um passado de quarenta e oito anos<sup>256</sup>, em que vivemos de costas para o mundo, passamos para a definição de políticas da língua (plural), aberta, primeiramente ao espaço lusófono e em seguida ao mundo. Esta alteração concetual é consequência de vários fatores, como a entrada para a União Europeia em 1986, na altura CEE; a criação de um espaço da Lusofonia, através da CPLP/princípios e objetivos, por exemplo, e o reforço da internacionalização da LP, não só em termos científicos (publicações, conferências, projetos) como académicos (Programas internacionais LINGUA<sup>257</sup>, ERASMUS, ERASMUS MINDUS, ALBAN, etc.), como indústrias culturais e criativas, relações comerciais e económicas, turismo. De ressaltar ainda o papel do desenvolvimento tecnológico, internet incluída, na difusão da LP, abarcando o mundo digital todas as áreas atrás citadas.

Por último, mas não menos importante, assinalo a promoção e difusão da LP no país, para falantes de outras línguas. Têm surgido, nestes últimos dez anos,

<sup>257</sup> Pese embora a crítica a este programa que tratou a LP como uma das línguas *modimes* (isto é, *les langues les moins enseignées et les moins diffusées*), ou exótica, como comprova Cristóvão (1992), estendendo a sua crítica à política linguística da União Europeia, os benefícios deste programa foram incontestáveis.

inúmeras publicações, monografias, trabalhos académicos, neste âmbito, com propostas didáticas concretas, em suma, um conjunto de ações desenvolvidas em prol de uma planificação linguística. Ações essas sustentadas por uma legislação muito incisiva e abundante a partir do famoso Decreto-Lei 6, de 18 janeiro de 2001, artigo 8º. Este reconhece a LP como língua segunda para alunos que não têm o português como LM e a importância das escolas no desenvolvimento de atividades para estes alunos. Esta designação Português Língua Segunda veio a ser substituída por Português Língua Não Materna (PLNM) por ser mais abrangente.

### 3. A DIFUSÃO DA LP NA VOZ DE FUTUROS PROFESSORES DE PORTUGUÊS

Neste quadro, é importante conhecer a perceção de futuros professores de Português sobre estas questões, uma vez que serão atores privilegiados deste processo, embora a um nível mais micro.

Com essa finalidade, são apresentados alguns dados sobre a importância da difusão da LP e sobre possíveis formas de promover essa difusão, ou seja, formas possíveis de concretizar um dos vetores das PL. Para dar voz a estas questões, seleccionámos três pequenos grupos de universitários, finalistas, e futuros professores de português: um em Portugal (14 alunas), outro no Brasil (12 alunos) e o terceiro em Cabo Verde (14 alunos)<sup>258</sup>.

Quanto à primeira questão, a importância da difusão da LP no mundo, todos estes estudantes reconhecem essa importância. Os argumentos a favor da difusão são diversificados e com incidências diferentes. Assim, os estudantes em Portugal e no Brasil justificam a importância da difusão pela expansão/divulgação da língua e/ou da cultura a nível internacional, respetivamente com 42,9% e 58,3%, enquanto o domínio das respostas dos estudantes cabo-verdianos (50%) dizem respeito à comunicação e aproximação aos países de língua oficial portuguesa, proporcionado através de uma maior difusão da LP.

<sup>258</sup> Este estudo enquadra-se num projeto mais lato a desenvolver no LEIP/Laboratório de Investigação em Educação em Português, do CIDTFF, da Universidade de Aveiro.

O investimento na difusão traria ainda como consequência o interesse pela aprendizagem da LP, – respostas das finalistas portuguesas (28,6%) e dos cabo-verdianos (14,3%) e também a valorização internacional (16,7% das respostas dos brasileiros e 7,1% das respostas das portuguesas e dos cabo-verdianos) e o favorecimento das relações comerciais e económicas (apenas uma resposta das estudantes portuguesas e uma dos brasileiros).

Como formas de difusão da língua, as alunas portuguesas registam a educação/ensino como desempenhando um papel considerável (50%), com a integração da disciplina de LP em sistemas educativos no estrangeiro (nos países de forte emigração portuguesa, por exemplo), os programas de intercâmbio universitário, nomeadamente o Erasmus, e ainda o investimento no PLNM, em contexto escolar e de acolhimento em Portugal. Também é mencionada a sensibilização à diversidade linguística (7,1%), supostamente a realizar no estrangeiro onde outras línguas são faladas. São sugeridas também outras formas de difusão da língua, como a comunicação social, as redes sociais e os eventos <sup>259</sup>(28,6%), e os movimentos migratórios (21,4%), quer de saída quer de entrada em Portugal, e também o mercado económico/trocas comerciais (21,4%). Apenas uma estudante apontou como estratégia de difusão uma política linguística concertada: “Através do estabelecimento dessa difusão como uma prioridade pelas entidades governamentais da CPLP”.

Nas respostas do Brasil é de salientar a consciência da necessidade de intervenção da parte do estado, com políticas governamentais específicas em matéria de língua (25%) e da premência de incentivar a valorização da LP “nos próprios países” (8,3%). No entanto, para este grupo a maior aposta recai sobre a educação/ensino (83,3%) como meio de difusão da língua, nomeadamente nos programas de intercâmbio. Para este grupo também é necessário contar com o papel dos média e redes sociais (16,7%) e com o turismo (8,3%).

Relativamente aos estudantes cabo-verdianos, estes apontam como meios de difusão da LP, os média e redes sociais (35,7%), a realização de eventos científicos (14,3%) e ainda a educação/ensino da língua (21,4%), com “criação de

<sup>259</sup> Neste caso, eventos desportivos.

materiais didáticos” e investimento na tradução (pedagógica) A comunicação e a possibilidade de partilha (cultural, sobretudo) entre os países que falam português também são referidas, mas são sobretudo os contactos pessoais (28,6%), em viagem, ou mesmo em Cabo Verde, com um estrangeiro ou mesmo entre os próprios cabo-verdianos que podem promover a difusão (14,3%): [pela] “utilização da LP em todas as situações comunicativas”. Outra possibilidade apontada (7,1%) é a difusão da língua através das comunidades portuguesas no estrangeiro.

Em síntese, o grupo português e brasileiro, ambos de LM portuguesa, justificam a importância da difusão da LP pela necessidade de dar a conhecer a língua (comum) e as suas culturas no mundo. O terceiro grupo, que tem a LP como língua segunda, privilegia a aproximação entre os povos que falam português.

Quanto a estratégias e meios de difusão desta língua, a educação/ensino da LP, – opção em consonância com o perfil académico-profissional dos inquiridos (futuros professores de português), e ainda os média, redes sociais e eventos científicos, ou outros, surgem como os mais adequados para estes grupos. No entanto, se nas respostas dos estudantes brasileiros se vislumbra a necessidade de políticas da língua assumidas pelo estado, havendo também uma resposta da parte do grupo português relativamente a políticas linguísticas concertadas a nível da CPLP, no grupo de inquiridos em Cabo Verde, os meios de difusão propostos são muito circunscritos localmente, provavelmente porque a LP não é LM da maioria da população e a comunicação se processa sobretudo em crioulo cabo-verdiano.

#### 4. COMENTÁRIOS FINAIS

Apresentei no início deste texto, uma interrogação de Oliveira (2013) sobre que políticas linguísticas seriam mais adequadas para a internacionalização da LP. As respostas terão de ser, necessariamente, dadas por cada país e para cada país. Mesmo havendo convergência entre Portugal e Brasil, no que se refere à LP como LM da maioria da população, as políticas linguísticas vêm sempre responder a necessidades internas, como ainda às externas, tendo em conta os

diferentes contextos em que se inserem: geográficos (respetivamente europeu e americano), económicos (respetivamente União Europeia e Mercosul). A mesma especificidade se encontrará para os outros países, cada um com políticas linguísticas próprias (de bilinguismo, multilinguismo...), havendo, no entanto, entre todos um espaço para a política linguística comum: o da CPLP.

Na literatura da especialidade revisitada encontro, como já referido, dois momentos distintos em Portugal, no que diz respeito à PL: o primeiro designado por ‘política da língua’ (no singular) e que corresponde ao período pós-25 de abril e à necessidade de encontrar o seu espaço próprio; o segundo, a partir do início do século XXI, ‘políticas da língua’ (plural), no qual são perspetivadas políticas de abertura ao exterior, nomeadamente aos países com língua oficial portuguesa e ainda ao mundo em geral.

O ensino da LP é, sem dúvida, uma forma privilegiada de promover e difundir a língua, quer nos países onde é falada quer no estrangeiro. Interrogados alguns futuros professores de português sobre esta temática, verifica-se que eles reconhecem o seu papel neste processo, embora sintam que operam ‘isolados’. Só os estudantes brasileiros analisados têm consciência de que as ações e medidas, ou seja, a planificação linguística, tem de ser concertada e escudada por uma consistente PL, com a intervenção do estado.

Na formação de professores de LP seria importante sensibilizar os estudantes para as questões das políticas linguísticas em geral e para as políticas da LP em particular, neste caso, nas suas vertentes europeia, global, lusofalante e nacional (Castro, 2009, 2010).

Num momento em que a LP tende cada vez mais a afirmar-se a vários níveis<sup>260</sup>, e não só em termos demográficos, é urgente que os próprios falantes acreditem nela e nas suas potencialidades.

#### 5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

<sup>260</sup> Ançã et al. (2013).

Ançã, M<sup>a</sup> Helena, Guzeva, Tatiana, Gomes, Belinda, Macário, Paiva, Zilda & Ohuschi, Márcia (2013) *Língua portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros* in *Atas do XX Colóquio da Lusofonia* (CD-ROM)

Associação Portuguesa de Linguística/APL (1992) “Para uma Política da Língua Portuguesa” in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, 26-30.

Calvet, Louis-Jean (1996). *Les politiques linguistiques*. Paris: PUF.

Calvet, Louis-Jean (1999). *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot (1<sup>a</sup> edição, 1987).

Castro, Ivo (2009). “A Internacionalização da Língua Portuguesa”. Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 16, junho 2009.

Castro, Ivo (2010). “As Políticas Linguísticas do Português” in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 65-71.

Cristóvão, Fernando (1992) “Para uma nova política linguística na Comunidade Europeia” in *RILP*, 7, 35-38.

Delgado Martins, M<sup>a</sup> Raquel (1992) Política da língua e sistema educativo. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7, 50-53.

Feytor Pinto, Paulo (2008) *Política de Língua na Democracia Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt> em 26/06/2014.

Feytor Pinto, Paulo (2010). *O Essencial sobre Política de Língua*. Lisboa: INCM.

Firmino, Gregório (1995). “O caso do português e das línguas indígenas de Moçambique” in *RILP*, 13, 33-43.

Gendraux Massaloux, Michèle (2002) “A constelação linguística na Europa” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*, Lisboa: Edições Colibri, 63-70.

Giordan, Henri (2002) “Les langues régionales et minoritaires de L’Union Européenne” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 111-134.

Lopes, António Simões (1995) “Editorial” in *RILP*, 14, 7-8.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (1995). “Editorial” in *RILP*, 13, 7.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) (2002). *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (2002) “Prefácio” in Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (coord.) *Uma política de língua para o português*. Lisboa: Edições Colibri, 7-11.

Mateus, M<sup>a</sup> Helena Mira (2010). “Uma política de língua para o português” in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 73-78.

Oliveira, Gilvan Müller de (2013) “Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI” in *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas 52.2, 409-433, jul./dez. 2013. Disponível em [www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf) em 23/08/2014.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1992) “Editorial” in *RILP*, 7, 7.

### 35. MARIA SEOANE DOVIGO, ACADÉMICA CORRESPONDENTE DA AGLP, GALIZA

#### TEMA 2.1. “ENTRE CENTROS E MARGENS: AS DESCOBERTAS POÉTICAS DA IRLANDESA EAVAN BOLAND, DA GALEGA XOHANA TORRES E DA SÃO-TOMENSE GORETTI PINA”, M<sup>a</sup> DOVIGO, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Pretendemos explorar as imagens (metáforas, metonímias, símbolos) e as narrativas (estórias, contos, lendas, mitos) em três livros de três poetisas contemporâneas não ligadas pelo conceito de literatura nacional: a galega Xohana Torres (*Tempo de ría*, 1992), a são-tomense Goretti Pina (*Viagem*, 2012) e a irlandesa Eavan Boland (*In a time of violence*, 1994).

As três são escritoras que escrevem desde múltiplas margens da literatura canónica. Têm em comum ser mulheres e pertencer a comunidades literárias marcadas pela experiência histórica da colonização e também da diáspora. Ao mesmo tempo, as três escritoras, nunca centrais num hipotético cânon lusófono, desenvolvem na sua escrita, por coincidência, alguns dos considerados grandes tópicos identitários da literatura portuguesa: a viagem e a ilha. Desde essas margens imaginárias exploram as narrativas históricas e o conceito espacial de nação, e, ao mesmo tempo, atravessam com facilidade as fronteiras temporais entre mito-lenda-vida-instante, assim como as espaciais entre ilha-rio-viagem-migração. Através da escrita poética encontram novos centros de afirmação da liberdade individual e o compromisso moral consigo próprias e com a coletividade.

A modernidade entendida como processo histórico depende de uma narrativa que vê o tempo numa linha que conduz à humanidade a um estado de progressivo aperfeiçoamento e hipotética felicidade através de fases de superação de estados mais primitivos. A evolução supõe “outros” em nós, como indivíduos e coletivos, que devem ser deixados para trás na linha do tempo, com frequência esse estado medieval em que encaixam todos os fantasmas da nossa condição enquanto civilização europeia que pelo mundo se expandiu primeiro com as descobertas dos dois estados ibéricos e já no século XIX com a colonização

que partiu de diferentes estados nascidos no ocidente europeu. No espaço dos versos dos três livros que estamos a analisar temos outras experiências narrativas e outras visões do tempo que também encenam outras visões do homem e as suas ligações com a coletividade e a terra.

Outro motivo poético comum às três autoras é a consagração do instante que por metonímia contém a totalidade do tempo. É aquela ideia de Emily Dickinson do “sempre composto de agoras” (“forever is composed of nows”). São pequenas miniaturas que contêm a simultaneidade dos tempos dos homens e do cosmos. Podemos ler no poema de Boland “Este instante” (“This moment”): *“Inclina-se uma mulher para colher um menino/ que corre para os seus braços/ neste instante./ Levantam-se as estrelas./ Tremulam as borboletas./ As maçãs adoçam-se no escuro”*. Também no poema de Xohana Torres “Esse minuto simples de estampa japonesa”: *“Luz que eu vi morrer por Rande,/ só um instante de glória”*. Está no poema de Goretti Pina “Sento-me aqui”, quadro miniatura de “um Chiado pejado de gente”, encruzilhada de gentes que transportam cada uma as suas histórias, os seus tempos, os seus movimentos, na presença estática e indiferente do poeta Pessoa: *“Gente que passa, gente que para, gente que vem, gente que vai,/ gente que fica./ Gente que canta as suas viagens”*.

Há ainda uma outra maneira de viagem mais presente em Boland: a viagem do exílio e do emigrante. Na literatura irlandesa abre cenários em que se diluem dualidades e se abrem os sistemas literários. Isso é algo em comum com o sistema literário galego e o de São Tomé e Príncipe. No livro de Boland é visível no poema “Com uma luz fraca” (“In a bad light”), em que recolhe a memória das costureiras irlandesas nas fábricas dos Estados Unidos. Essa memória heroica do trabalho feminino tão bem conhecida na poesia galega. E é que o marco temporal da “era da violência” que distorce a ordem natural da terra e dos homens, dos relacionamentos ao conhecimento, é representado no livro da irlandesa de uma maneira que só muito tangencialmente se aprecia nos outros dois.

A história está ligada ao tempo dos ciclos cósmicos, que deixam marcas visíveis nos cenários: os movimentos do mar, as estrelas, o sol, as estações, os frutos, a alternância entre o dia e a noite. Sempre o caminho mais ou menos estreito que liga a história do homem e a do cosmos. *“Tudo tem a tristeza de nos*

*sentirmos alheios/ Mentres pela tarde Vénus assoma”, “A consigna das belas estações/ contem um calendário de pêssegos./ Que suaves formas, ser o que madura/ nessa expressão astral que marca o dia”* (Torres), *“Recordar-te é amanhecer”, “Excerto de uma nota musical/ dedilhada no teu colo./ Uma oportunidade de chorar sorrindo/ enquanto suspira o mar”, “Nesta mansão solar não há lugar a artefactos banais./ A condição natural é o desejo”* (Pina), *“O bairro estava fechado no calor/ da primavera temporã e das ternas pontas (...) Então virei-me e vi no espaço/ do céu noturno as constelações a aparecerem,/ uma a uma, sobre os telhados e as casas”* (Boland).

Outros motivos simbólicos recorrentes nas três autoras são as referências aos mapas, aos navios e às paisagens litorais:

*“Eram as primeiras linhas do mapa/ feitas por ti”, “Que brumas condensam as margens dos nossos faróis?”, “o navio que um no outro ancoramos”, “vértebras de espuma e de coragem”* (Pina), *“A mente vaga a portos capitais./ O destino é um mapa com a rota que sonhamos./ Mas importa perder-nos, bem-amados rapazes?/ Amanhã será outro dia. Estamos vivos”* (Torres); *“As mulheres que eram cantoras no oeste/ habitaram uma costa implacável”, esse canto das mulheres da costa irlandesa, cujas bocas se enchem cada noite “de tormentas atlânticas, de estrelas enevoadas/ e de pássaros exaustos”* (Boland).

Frente à utopia ocidental do homem autónomo, no criativo, no social, desligado da terra e que consegue viver na abstração, os três livros situam-nos e ligam-nos a um território que é nó de vivências, saberes, memória e comunicação: a ilha que nos salva do caos nos versos de Goretti Pina: *“Viajo./ Sobre os escombros de tudo./ O mastro a que me agarro,/ o meu porto seguro/ é a intangível ilha/ na metafórica paixão”*; esse território utópico em nós ao que sempre podemos regressar: *“Quando posso regresso à ilha./ Quando não posso também”*. Essa ilha fiel como verdadeira pátria do homem, paraíso ao que se chega sem esforço, é motivo recorrente nos versos de Torres: *“Propício aroma avisa das origens de março./ Se alçamos as cortinas surdem Ilhas,/ como um exato bem, como uma pátria”*. Essa ilha que está sempre comunicada com centro único do coração: *“Comunicam as Ilhas esse filtro irreal/ de luminárias no coração*

*celeste*". Ou o espaço da ria que organiza as memórias: "*Tempo que me situa./ Ria de algum regresso*".

Essa continuidade no tempo sentida na natureza é o rio Liffey que atravessa Dublin do poema "Anna Liffey" de Boland. É a vida da cidade e dos seus filhos no poema, era após era, geração após geração, ligando todas as memórias que sem este fio parecem fragmentárias.

Boland debruça-se ainda sobre os paradigmas limitados das ciências institucionalizadas que nos alheiam da variedade do real e que além disso são perniciosos pela falta de compromisso ético com os homens concretos. Este é o motivo do poema "Que a ciência da cartografia é limitada" ("That the science of cartography is limited") em que conta as marcas da grande fome que assolou a Irlanda em 1847 e que nenhum mapa consegue registar. Também do poema "Belo discurso" ("Beautiful speech") em que lembra a sua experiência escolar de irlandesa na Inglaterra dos anos 50, onde toda a sua herança cultural irlandesa era invisível numa aparente construção ideal do saber. Ou do poema "Onde se conta que a história antiga que aprendi não é a minha" ("In which the ancient history I learn is not my own"), onde se adentra nas narrativas históricas dos sucessivos impérios europeus para os que as memórias da Irlanda que a menina leva em si não existem.

Entendo que é o meu labor como intérprete e transmissora da criação literária é compreender as descobertas feitas no discurso lírico e difundir a sua força transformadora pelas vias que a mim própria me são dadas. O trânsito, a transformação, o impulso vital que anima estes três livros de poemas são um caminho de aprendizagem para este exercício teórico que eu me propus nestas linhas. Aprendo das imagens de dissolução das margens, dos alertas sobre os limites éticos do saber institucionalizado, do seu entendimento da identidade que não limita mas que é caminho contínuo, dos fragmentos narrativos que nos dão outra leitura quer dos mitos codificados, quer da História entendida como disciplina ao serviço das sociedades, quer das vidas individuais atravessadas por narrativas com demasiada frequência submetidas a centros de poder. De tudo isto retiro a necessidade de descrever a poética destas autoras não por

características essenciais, mas por elementos em tensão que criam dinâmicas, de entender.

Na bibliografia sobre estas literaturas aparecem constantemente metáforas e imagens ligadas a esta necessidade de uma interpretação dinâmica: as dualidades centros/periferias, as margens, as polifonias, os "pluriversos", uma rede de relacionamentos que não entenda a analogia por uma genealogia que estabelece hierarquias na transmissão, mas antes uma analogia nascida por afiliações diversas: uma mesma vivência vital, porquê não doméstica, uma ideia comum da terra sagrada, uma experiência social comum de exílio ou colonização, uma mesma maneira de "dizer" a palavra não desligada da magia... Isso é o que desejamos para este espaço lusófono.

Abrir os sistemas poéticos para estabelecer cumplicidades entre nós, descobrir os caminhos que sim realmente permitem a comunicação humana entre as nossas diferentes culturas, filhas de tantas raízes. Nas ciências sociais nada está separado, e tudo o que se faz tem um impacto na vida coletiva, porque o vazio não é possível.

Consideramos a visão integradora do ser humano o melhor legado quer do pensamento feminista quer da poesia escrita por mulheres, uma visão e uma vivência que procura a harmonia e não a hierarquia. Um pensamento que harmoniza sem julgar e que não submete as emoções nem vê o mundo material como um mundo a dominar. Isto está nas metáforas harmonizadoras destas três poetisas. Nessa "ilha que temos em nós", verdadeiro centro deste nosso mundo lusófono que alguns sonhamos de irmãos e que aqui nos reúne numa inteligência que não submete a emoção, mas que nela se apoia para conhecer o destino, "*cabirão todas as capitais./ Nenhuma será estrangeira./ Se nós próprios estamos dentro de todos os postais de descobrimentos!*" (Pina).

**36. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)<sup>261</sup>**

**TEMA 2.5. NOVOS CONTRIBUTOS DE ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)<sup>262</sup>**

A origem e a primeira atestação dos vocábulos na língua portuguesa continuam a despertar o interesse pelo estudo desta área da história da língua portuguesa.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* continua a ser a referência base de datação das palavras da língua portuguesa. No entanto, alguns verbetes, graças a investigações posteriores à sua edição, apresentam já uma datação desatualizada.

No seguimento das palavras dos seus autores, relativamente ao campo da datação, este dicionário reflete o propósito “*de registar os dados cronológicos disponíveis, no pressuposto de que qualquer datação fornecida está sempre sujeita a revisões e complementações.*”

É neste sentido que apresento mais um contributo de antedatações, tendo por base a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, como, por exemplo, *agomer*, *alar*, *amaçarocado*, *azambujal*, entre outras.

## 0. INTRODUÇÃO

O enriquecimento do léxico, quer através da importação, quer de recursos morfológicos internos, é um processo intemporal na língua. E se não há dúvida

que Camões é o grande mentor com a introdução de novas palavras na língua, sobretudo latinismos, também as não há de que antes dele outros contribuíram para o seu engrandecimento.

A prova de que este é um processo intemporal temo-la com vários autores anteriores e posteriores ao Renascimento. Porém, existe a convicção de que é a partir do século XV que tal processo se começa a evidenciar, para atingir o seu auge no século XVI, consequência natural do Renascimento e da importância que as leituras dos clássicos então alcançaram. No entanto, um século antes, quer a prosa didática, levada a cabo pela produção régia, quer a histórica, pelos cronistas, haviam já aberto o caminho. É nesta prosa histórica, nomeadamente na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Zurara (ZURP) que se registam algumas palavras atestadas, ao que pude apurar, pela primeira vez na língua portuguesa.

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* continua a ser a referência base de datação das palavras da língua portuguesa. No entanto, alguns verbetes, graças a investigações posteriores à sua edição, apresentam uma datação tardia e alguns não estão ainda averbados. Nas palavras dos seus autores, relativamente ao campo da datação, este dicionário reflete o propósito “*de registar os dados cronológicos disponíveis, no pressuposto de que qualquer datação fornecida está sempre sujeita a revisões e complementações.*” É neste sentido que apresento mais um contributo de antedatações, tendo por base a referida crónica de Zurara.

A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, sucessor de Fernão Lopes como Guarda-Mor da Torre do Tombo a partir de 1454, é um longo texto repartido por dois livros onde o novo cronista do reino relata os factos ocorridos em Ceuta. Praça portuguesa desde 1415, teve no Conde Pedro de Meneses, homem *que amdava deseioso de se allevarmtar naquello que lhe seu nobre e gramde samgue rrequeria* (ZURP 198.588-590)<sup>263</sup>, ao ponto de,

<sup>261</sup> Com o apoio FCT

<sup>262</sup> Com o apoio de 

<sup>263</sup> Seguimos como edição fonte a de Teresa Brocardo (1997). Citam-se as páginas seguidas das linhas.

perante as recusas dos seus antecessores<sup>264</sup>, se oferecer como primeiro capitão, dando assim início à aventura africana. É esta capitania de 22 anos, até à sua morte em 1437, no norte de África que Zurara relata quase em exclusivo, tão poucas são as mudanças de cenário<sup>265</sup>, satisfazendo a vontade do Africano, D. Afonso V.

Escrita no final da sexta década do século XV, entre 1458 e 1460, e passado quase o mesmo período temporal da ação da *Crónica*, Zurara tem a vantagem, face a Fernão Lopes, dos factos a relatar serem muito mais recentes. O cronista, não só por esta razão temporal, logo no primeiro capítulo, refere que, também ele, deixará na sua obra a ideia *do que rrealmemte pertemçee a sustamçia nõ pode em outra parte ser mais verdadeyramemte escripta que aquy* (ZURP 186.295-297). Sobre o cuidado com as palavras a utilizar nesta crónica regista ainda: *E por çerto que em este livro tyve eu muito comtrayro cuidado do que allgũs outros estoriaes ã suas obras teverão, espiçiallmemte os gregos, os quaes supriam com fermosas pallavras o que na gramdeza dos feitos mimgoava, e a mÿ foy neçessario fornecer a mimgoa das pallavras com gramdeza dos feitos* (ZURP 179.134-139).

### 1. ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Partindo da datação apresentada em *Houaiss*, e tendo apenas como referência a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, apresenta-se a lista de palavras encontradas nesta obra como registo de ocorrência anterior à indicada em *Houaiss*.

Há, no entanto, um conjunto de palavras que, embora já datem do século XV, têm a sua ocorrência em obra anterior à indicada. Ou seja, este conjunto de palavras tem como abonação a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, escrita entre

<sup>264</sup> Cf. capítulo quinto: O Condestabre, porque além da idade *tinha temçom de se apartar pera serviço de Deus*, Gomçallo Vaz Coutinho, também por idade e *por outras cousas que ho ympidiã* e Martÿ Affomo de Mello, por pressões dos que o acompanhavam.

<sup>265</sup> Cf. ZURP 10.

<sup>266</sup> Cf. s.v. bombordo.

<sup>267</sup> Número de ocorrências na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*.

1464-1468. Como é sabido, muitas das datações apresentadas em *Houaiss* provêm de Cunha (AGC), quer do seu *Dicionário Etimológico*, quer dos seus Ficheiros (VH-CPM).

Para estas datações, nem Cunha nem *Houaiss*, salvo raras exceções<sup>266</sup>, incluíram no seu *corpus* de extração, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, escrita entre 1458-1464, precisamente uns anos antes da de *D. Duarte de Meneses*. Como estamos a referir-nos a obras escritas pelo mesmo autor, e num tão curto espaço de tempo, eventualmente até escritas em simultâneo, senão a totalidade, algumas partes, esta antedatação não ganha especial relevo. Acrescenta, portanto, apenas mais uma abonação.

Apresentam-se, ainda, algumas palavras para as quais *Houaiss* não indica datação e outras que ainda não estão averbadas.

**ABREVIADOR**, adj. (1<sup>267</sup>) ‘resumidor’<sup>268</sup>. *Houaiss*, 1517, *abreuiador* (CDP I 493).

*o começo é a metade [e] mais que a metade da cousa, e nõ menos o rreza Vallerio Maximo, abreviador de Tito Livio.* (543.243).

**AÇALMO**, s.m. (2<sup>269</sup>) ‘provisão, abastecimento’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*e, que elle all nõ faça senã mamdar desses catyvos que tẽ, por elles lhe daram açallmo com que se possa mamter.* (530.1076).

**ADIBE**, s.m. (1) ‘lobo, chacal’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor.

*e hũas anymallias que há naquella terra que se chamã adibes começarã de ouvar,* (686.360).

**ADUAR**, s.m. (7<sup>270</sup>) ‘povoação provisória e móvel dos mouros; acampamento’<sup>271</sup>. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatação em obra do mesmo autor, já referida em JPM<sup>3</sup>.

<sup>268</sup> Segundo Morais (Silva, 1831) s.v. *abreviador*, ‘que resume matéria mais larga a menos razões’.

<sup>269</sup> Outras ocorrências: 715.1090.

<sup>270</sup> Outras ocorrências: 344.15; 378.839; 401.365; 402.385; 420.815; 673.47.

<sup>271</sup> Segundo Morais, s.v. *aduar*, “povoação movel de Arabios errantes. *B. Tenreiro, cap. 4* consta de 50. a 100. tendas”. Já com registo no *Dict. Latinolusitanicum*, 1569-70, de Jerónimo Cardoso, s.v. *cateia(ae)* e *maga(ae)*.

*Loguo neste mesmo mes o comde mamdou Diogo Vazquez de Porto Carreiro em hũ seu bragamtim a avisar hũ **aduar** que hera ã terra de Benyçaide, (344.4).*

**AGOMER**, s.m. (2) ‘arraís’. Sem registo em *Houaiss*. Eventual arabismo utilizado como hápax, nesta abonação.

*E os mouros que nelle jaziã cuydaram que hera o lenho d’Alcaçer, e começou hũ delles a dezer “**agomer, agomer**”, que quer dezer em nosso lymgoagẽ “arraez, arraez”. (408.529).*

**AGRURA**, s.f. (1) ‘aspereza’. *Houaiss*, XV, (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor

*porque vio que sua gemte nõ podia seguyr avamte pella **agrura** do monte, (569.894).*

**ALAR**, vb. (1) ‘rebocar, puxar’. *Houaiss*, 1529, (ATenr 85). Antedatção já referida em JPM<sup>3</sup>.

*e porque ho comde soube que aquella barca hera de Castella e que costramgidamemte fora ally trazida, o que se mostrou bem ao tempo que os mouros salltaram em terra que a quiseram **allar** fora por hũa corda, (403.414)].*

**ALBATOÇA**, s.f. (1) ‘embarcação de vela e remo’. *Houaiss*, XV, m. q. *albatoca* (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor, já referida em JPM<sup>3</sup>.

*E fazemdo-se logo prestes de pelleja, conheçerom que hera **albetaça**, a quall nõ poderam ãcallçar senão tam perto da terra (305.57).*

**ALGAZARRA**, s.f. (1) ‘gritaria’. *Houaiss*, XV, *algazara* (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor.

*E nõ fezerom hii cousa nenhũa, somemte amdarã fazemdo suas **allgazaras** e dapnarão allgũ pãao que ally estava. (599.446).*

**AMAÇAROCADO**, adj. vb. (1) ‘emaranhado; embaraçado’. Para este derivado, bem como para os verbos *maçarocar* e *amaçarocar*, *Houaiss* não apresenta datação.

*e avia a cara gramde e allva, e os cabellos louros e **amaçarocados**, (520.818).*

**ANAZÃO**, adj. (1) ‘de tamanho diminuto; anão’. Vocábulo não encontrado. Pelo contexto, o significado parece ter na base *anão*. As referências mais próximas que consegui foram o verbo *anãzar* em JPM<sup>3</sup> e *Houaiss* (ambos com abonações de Camilo) com remissão, em *Houaiss*, para *ananicar*. É possível ainda em *Houaiss* encontrar averbado *ananzar* e *anãzado*, com remissão para *ananzado*. Em todos, o significado está relacionado com grego *nános* ‘anão’, pelo lat. *nanus.*, com os respetivos afixos (*a-* protético e sufixo derivacional).

*O seu capitã, que hera Mulley Bucar, amdava ã hu cavallo **anazã**, (709.928).*

**APORTALECER**, vb. (1) ‘aportar, entrar no porto’. Sem datação em *Houaiss*, apesar do registo no IVPM.

*Os descubridores comprirã o que lhe foy mamdado, mas nõ acharão o feito assy ligeiro como elles pẽsarã, porque aynda elles bem nõ **aportalleçã** quamdo hos mouros emdereçarã a elles, (663.810).*

**ARNESADO**, s.m. (1) ‘que possui arnês, armadura’. Em *Houaiss*, apenas registado como adjetivo, diferente do substantivo que aqui ocorre.

*E a Bertollameu Affomso foy dada a guarda dell rrey, a Fernam Barreto ficou a guarda da Allmina, com ha quall ficarão os **arnesados** de Lixboa, que passarão de çemto afora gemte de pee, (202.686).*

**ASTUCIOSO**, adj. (1) ‘que revela astúcia; astuto, ardiloso’. *Houaiss*, XV, *astucioso* (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor.

*homẽ de gramde coraçã, pero a mayor parte de suas obras heram **astuçõesas**. (658.699).*

**ATEMORIZADO**, adj. vb. (1) ‘assustar, amedrontar’. *Houaiss*, XV, *atymorizado* (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor.

*E como quer que se os mouros ajumtassẽ pellas serras, tam **atemorizados** estavã jaa dos dapnos que cada hũ dia rreçebiã, que nõ ousavã dezer a fumdo. (716.1101).*

**AZAGAIAR**, vb. (1) ‘alvejar com golpes de azagaia’. *Houaiss*, XV, *azagayada* (cf. IVPM). Antedatção em obra do mesmo autor.

*E os mouros vierom ally e **azagayarã** tres bois. (608.660).*

**AZAMBUJAL**, s.m. (1) ‘extenso aglomerado de azambujos, zambujeiros’. *Houaiss*, 1540, *açambujaes* (FÁlv 18). *Houaiss* indica na etimologia, como base deste derivado, o masculino *azambujo*, que, no entanto, apresenta datação tardia (c1508), ocorrendo o mesmo com *azambujal* (1540). Estaríamos perante o registo gráfico de um derivado que precede a base que lhe dá origem. Por conseguinte, atendendo a que a datação apresentada para a variante feminina *azambuja* se encontra atestada em 1222, em JPM e utilizada por *Houaiss*, será preferível indicar esta forma como base. Regista ainda as variantes sem *a-*protético, *zambujo* e *zambujal*, de 1611 e 1765, respetivamente. JPM<sup>3</sup> regista *zambujo*, com a seguinte informação, s.v. *zambujo*: “Tal como *azambujo*, é var. de *azambuja* (q.v.). O voc. berber donde todas estas formas derivam é *zabbūj*; vj. cast. *acebuche*. No séc. XVII, no *Dicionário* de Barbosa”. A história da base desta

palavra não deixa de ser ainda mais curiosa se tivermos em consideração que a forma *azambujeiros* está atestada em 1086 em Houaiss, segundo JPM<sup>3</sup>, s.v. *azambuja*: “«quomodo diuimus cum sanson gudiniz per illum uallezinum de illis *azambujeiros* usque plicat in...», Dipl., doc. N.º 668, p. 399”.

*E os nossos começarã de hos seguyr per hũ azambujall basto*, (703.776).

**AZEITONI**, adj. (1) ‘da cor da azeitona; ligeiramente esverdeado; oliváceo’. Forma apenas averbada em Morais: “Comic. Azeitona. *Cancioneiro*. Como adj. «veludo *azeitoni*;» cor de azeitona. Ined. 2. 618”.

*O seu capitã, que hera Mulley Bucar, amdava ã hu cavallo anazã, com hũa barreta guarneçada de ouro na cabeça e hũ pellote de velludo azeytony* (709.929).

**AZERVADA**, s.m. (1) ‘cerca de troncos e galhos usada como defesa’. Houaiss, s. XV. A datação em itálico de s XV<sup>272</sup> apresentada por Houaiss mostra que, efetivamente, a grande maioria de datações provem de JPM<sup>3</sup> e dos trabalhos de A. G. Cunha. No caso desta palavra em particular, JPM<sup>3</sup> não a regista, verificando-se o mesmo com Cunha, até porque esta obra não fez parte do *corpus* de extração como acima se referiu. Todavia, encontra-se averbada em Morais, precisamente com esta passagem de ZURP: “ ‘Cerca de madeiras á pressa para defensivo’. Ined. 2. 380. *E ali quizerom fazer huma azervada, em que pensavam de se salvar*”<sup>273</sup>.

*E ally quiseram fazer hũa azervada, em que pemsavã de se sallvar*, (396.224).

**BASTURA**, s.f. (1) ‘que é espesso, basto’. Apenas Houaiss regista a palavra, com indicação de pouco usada, remetendo para *bastidão*, mas também sem datação.

*em que rreçebia a mulltydão das seetas e pedras que lhe de çima heram llamçadas, nõ sãdo menos ajudado da bastura dos rramos da arvore que ho sosteve*, (569.874).

**BORDAR**, vb. (1) ‘beirar, margear, orlar’. Houaiss, 1789, (cf. MS<sup>1</sup>). Com esta atestação em ZURP, o verbo *bordar* tem ocorrência simultânea no século XV com o seu homónimo *bordar* ‘ornamentar pano ou estofa com fios’, antedatando em mais de três séculos a data apresentada em Houaiss, proveniente de Morais<sup>1</sup>.

*E ouverão tempo, e passarão da outra bamda, e vieram bordar a Allycamte, e dahy trouxeram a costa de lomgo ate Gibralltar*. (371.665).

**BRAGA**, s.f. (1) ‘grilheta, calceta; argola de ferro fixada ao tornozelo dos prisioneiros, e que se ligava à sua cintura por meio de uma corrente de ferro ou ao pé de outro prisioneiro’. Houaiss, XV, *bragua* (cf. IVPM). As ocorrências registadas dizem apenas respeito à aceção ‘grilheta’<sup>274</sup>, datada por JPM, AGC e Houaiss do século XVI. O IVPM apresenta nove abonações do século XV, mas todas para a aceção ‘calça(s) curta(s) e larga(s)’. O VH-CPM, que não indica qualquer significado, tem a vantagem de apresentar a abonação, ao invés da simples localização do IVPM. Assim, é possível ler na que corresponde a INFA: “Naquele dia foram a todos lançados feros em anbalas pernas, a maneira de *braga*, e o Ifante foy o postumeiro que ferarom.” Verifica-se, portanto, que esta abonação não se engloba dentro no conjunto apresentado por Cunha no IVPM o que antedata em um século as propostas conhecidas. Assim, com esta ocorrência no *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso sor. ifante D. Fernando* (INFA), escrito por de Frei João Álvares entre 1451-1460, mais do que a primeira atestação em ZURP, será adequado colocá-la em simultaneidade com este *Trautado*<sup>275</sup>. Morais apresenta uma abonação da *Historia da India, governanda a D. Luiz de Ataide*, de António Pinto Pereira, donde penso provirem todas as datações.

*Ex vem o cristão em forma de catyvo, com sua braga de ferro*, (417.750).

**BRENSEDA**, s.f. (1) ‘vento com neblina, e escuridão’. Com registo em Viterbo, precisamente com esta abonação de ZURP, e com os seguintes significados: “multidão de brenhas, silvados, matagais, brejos, paûis. *Andarão quanto poderão, mas a grande aspereza da terra, e a brenseda da noite* (i.e. que naquela noite passarão) (...)”<sup>276</sup>. A mesma abonação também em Morais, penso que com significado mais apropriado, e com a seguinte dúvida: “(talvez do Italiano, *Brezza*, alterado em *brenza*, e *brenseda*, deriv. Como olivedo, *azeredo*, *jaspedo*, etc. *alameda*, *figueredo*, ou *figueiral*, etc.) vento com nebrina, e escuridão”<sup>277</sup>.

*Ora tornamdo ao comto dos primeiros, elles assy partidos da çidade, como jaa dissemos, amdarão quamto poderõ em aquella noite, mas a gramde aspereza*

<sup>272</sup> Datação em itálico, com significado de data provável.

<sup>273</sup> Cf. Morais<sup>4</sup> *azervada*.

<sup>274</sup> Rlor corrige a datação de JPM para a aceção de ‘espécie de calças’, do século XV para 1083 “et unas brakas nobas cum sua inbragatoria” (Dipl. 369), mas que Houaiss não leva em consideração.

<sup>275</sup> Existem outros casos com ocorrência simultânea em INFA e ZURP que não serão trabalhados, como *elche* ou *passante*.

<sup>276</sup> Viterbo, s.v. *brenseda*.

<sup>277</sup> Morais<sup>4</sup>, s.v. *brenseda*.

da terra e a **bremseda** da noite não comsemtyo que chegassem sobre as aldeas senão parte do dia passado, (328.638).

**BROA**, s.f. (2<sup>278</sup>) ‘canal, estreito’. Os dicionários consultados apenas apresentam a aceção mais comum ‘pão de milho’<sup>279</sup>. Morais, além do significado, apresenta a indicação de termo antigo de Roteiros<sup>280</sup>, com duas abonações, embora posteriores a ZURP: “Por meya bròa; i.é, por meyo canal. *Cast.* 2.62. «arribando por meia boròa.» *Chron. J. III. P. 4. c. 98.* «indo os galeões a meia boròa, e a armada de remo de longo da costa»”.

*Ouve o comde sabedoria como se em Tamger armava hũa galleota e, porque rrecesse primeiro o dapno que temtasse de o fazer, mamdou armar outra e dous bragamtis, os quaes, partidos da çidade naquella mesma noite, jazêdo ã mea broa do mar em rroda, vyram como vinha hũ carevo de comtra Gibralltar e seguya pera Tamgere.* (380.869).

**CABIL**, s.m. (3<sup>281</sup>) ‘almirante’. Pelo que consegui apurar da pesquisa em vários dicionários, será ocorrência única, que forma com *arraez* o composto *arraiz-cabil*, pois a classificação de adjetivo parece forçada.

*E por comtarmos nossa estoria ã nossa deryta ordenamça, diremos aquy como hũ mouro que se chamava Caçome Bomcane, que fora arraez [cabill] daquella çidade, fugio de noite per hũ cano - e arraez cabill amtre os mouros he assy como allmyramte amtre os cristãos.* (476.798,799).

**CAÇOAR**, s.f. (1) ‘?’ . Vocábulo normalmente registado como verbo. Como substantivo, apenas em Morais classificada de s.f. ant., precisamente com esta abonação de ZURP, mas com um ponto de interrogação no que concerne ao significado.

*E elle trazia dous cristãos que filhara a traves das Areas Gordas em hũ barco e, porque hũ delles lhe dissera que lhe daria hũa caçoar, levava-o comsygo,* (622.1034).

**CANAVEAR**, vb. (1) ‘ferir, torturar, enfiando lascas de cana sob as unhas’. Houaiss apenas apresenta a variante *acanavear*, com indicação de que “JM

registra no sXV um v. *canavear*, com uma var. *acanavear* no sXVI”. É precisamente esta que Houaiss utiliza com ocorrência em 1567 DGóis IV 21.

*comtando que não sejam daquelles que se lamçarã per suas vomtades, porque taes nõ tomaria senão pera hos canavear.* (417.741).

**CARRASQUEIRA**, s.f. (1) ‘carrasqueiro, carrasco’. A indicação de JPM<sup>3</sup> não se aplica neste contexto. Houaiss apenas regista a variante masculina, *carrasqueiro*, sem datação, cuja etimologia remete para o substantivo *carrasco*, datado de 1553 (cf. Susque III fº 60)<sup>282</sup>. Verifica-se pois, o registo gráfico de um derivado antes da primitiva.

*E, semdo a gemte fora, parece que os pastores jaziã dormyndo sob hũa carrasqueira,* (358.344).

**CLIMA**, s.m. (s.f.) (2<sup>283</sup>) ‘conjunto de condições atmosféricas que caracterizam uma região’. Houaiss, XV, (cf. IVPM). Em Houaiss não é apresentada a forma histórica *crima*. Porém, ela estava já identificada por JPM<sup>3</sup> no século XVI, embora tardiamente face a ZURP. A datação do século XV indicada em Houaiss é de ZURD, proveniente do IVPM, com a forma *clima*. Antedatação em obra do mesmo autor.

*porque, emtramdo o sol no sygno da virgem, he naquella crima a força do Estio, omde todallas fruytas tẽ sua primçipall sazão.* (225.246).

**CORRESPONDENTE**, adj. (1) ‘adequado’. Houaiss, 1563, (HPint I).

*Elle avia o corpo de bõa gram-dura, cõ nẽbros correspondentes a sua gramdeza,* (520.816).

**COVOADA**, s.f. (1) ‘série de covas; depressão no terreno’. Parece haver alguma oscilação no registo desta forma. O IVPM apresenta *covada* e o VH-CPM *couoada*, para a mesma abonação, ambas registadas por Houaiss, datando a primeira do século XV com base no IVPM, e deixando esta última sem datação.

*E emtão emcaminho tras elles, os quaes allcamçou em çima do porto, ã hũa covoadã que ally há, omde fez fazer synall a todos que deçessem e que dessem çevada a seus cavallos,* (384.967).

<sup>278</sup> Outras ocorrências: 381.890.

<sup>279</sup> Para Houaiss, a forma mais antiga *boroa* ocorrem em 1174 (JPM<sup>3</sup>) e a forma *broa*, apenas em 1652 (cf. Agiólogo).

<sup>280</sup> Em Houaiss, s.v. *roteiro*: “publicação com descrição minuciosa de pontos e acidentes geográficos de regiões costeiras ou ilhas, com indicação de correntes, ventos, marés, faróis, cidades

litorâneas, sugestão de rotas para cada época do ano etc., cujo conhecimento é necessário para se fazer uma viagem marítima”.

<sup>281</sup> Outras ocorrências: 474.767.

<sup>282</sup> Para JPM<sup>3</sup> de 1275 “«Petrus iulianj dictus carrasco», Portel doc. N.º 201, p. 116 da separata; cf. também p. 117. (...)”.

<sup>283</sup> Outras ocorrências: 687.376.

**DOBREL**, s.m. (1) ‘bortal (?)’. Apenas registado em Morais com esta passagem de ZURP, e com o significado de pano de mesa, ou guardanapo.

*O comde mamdou que dessẽ aaquelle mouro muy bem de comer e em fim lhe fez emcher hũ **dobrell** que trazia de bõ pão allvo, (419.794).*

**EMBRANDECER**, vb. (1) ‘enfraquecer’. Sem datação em Houaiss. O VH-CPM apresenta a variante *brandecer*, com abonação de *Primeira Partida* de Afonso X.

*posto que nos queiramos [defemder] per força de nosso samgue, o temor do gramde poderio e esperamça de comtinuaçom, com a mimgoa da necessydade, he neçessaryo que faça **embradeçer** nossos nembros e emfraquemtar nossas forças, (212.957).*

**EMPIDOSO**, adj. (1) ‘impedido, bloqueado; impidoso<sup>284</sup>’. Apenas registado em Morais.

*Desy comtarão-lhe toda a maneira da terra açerca dos caminhos e lugares **empidosos** pera aquelles de cavallo que lla ouvessem de hir. (310.198).*

**ENCARAPUÇADO**, adj. vb. (1) ‘que tem carapuça; acarapuçado’. Sem datação em Houaiss.

*Emderençarão tras elles ate que os emcallçarão, caa os mouros nunca os vyrã nẽ semtyram, assy hiam **emcarapuçados** por causa da chuiva. (440.1286).*

**ENLEAMENTO**, s.m. (1) ‘enleio, embaraço’. Sem datação em Houaiss.

*O comde, vemdo o **emlheamento** de sua guia, fez estar quedos os de cavallo e assy os de pee, (384.974).*

**ENTUNA**, s.m. (1) ‘entranha’. Houaiss, XVIII, (cf. AGC). O significado apresentado em Houaiss, proveniente de AGC, ‘caminhada pelos montes, caçando ou vagueando’, parece, figurativamente, fazer sentido nesta comparação do conde D. Pedro com os leões.

*E bem assy como os velhos liões levã os filhas aas **ētunas**<sup>285</sup> das anymalias por lhe fazerẽ perder o temor, assy parecia o comde dom Pedro, que amdava cõ allgũs daquelles nobres homẽs mostramdo-lhe como se danavã os ymigos. (554.515).*

<sup>284</sup> Segundo Morais<sup>4</sup> s.v. *empidoso*.

<sup>285</sup> No manuscrito *G entranhas*.

<sup>286</sup> Outras ocorrências: 642.290.

<sup>287</sup> Outras ocorrências: 577.1080; 578.1102; 627.1158.

<sup>288</sup> S.v. *enxorar*: “Os nossos tomarão hum afusta, e enxoraram-na toda, antre os que matarão, e os que fizeram saltar ao mar”. Confronte-se esta mesma passagem com a edição de Brocardo “Os

**ENXABEQUE**, s.m. (2<sup>286</sup>) ‘tipo de embarcação muçulmana’. Sem datação em Houaiss, que remete para *xaveco* (1836 cf. SC).

*E Allvaro Fernamdez ficava na fusta com XV., e vierã a ella hũa fusta e seys **emxabeques** (633.69).*

**ENXURRAR**, vb. (5<sup>287</sup>) ‘atacar de enxurrada; limpar a área (embarcação) de forma rápida’. Houaiss, 1836 (cf. SC). O verbo *enxorar* encontra-se registado em Morais também com uma abonação de ZURP<sup>288</sup>. A base deste verbo<sup>289</sup>, o substantivo *enxurro*, que se encontra registado no VH-CPM com uma abonação de ZURC, justificam esta lematização para o verbo *enxurrar*, com a troca entre as líquidas <ll> por <rr>.

*Porẽ aquelles bõs capitães cõ allgũs que se estremaram amtre os outros cristãos salltarão em hũa fusta dos mouros e **ēxullarã**-na toda, que nõ ficou nenhũ homẽ vivo sobre cuberta. E em esto os outros cristãos que estavã na proa **emxorarã** as outras ate çerca da metade. (577.1092,1094).*

**ESPÍRICO**, adj. (1) ‘curva formada pela secção de um cilindro; em espiral’<sup>290</sup>. Um dos poucos helenismos diretos encontrados, apenas registado em Morais sob a forma feminina do adjetivo *espírica* registado por JPM<sup>3</sup>.

*E, como quer que esta nação abitasse per toda Espanha, eu diria, segumdo a nobreza dos feitos passados, que, dos quatro rregnos cristãos inclusos nesta **espírica** rredomdeza, (460.421).*

**ESTRUGIMENTO**, s.m. (1) ‘estrondo, estardalhaço; tontura, desmaio’. Sem datação em Houaiss.

*E quamdo a companha vio seu capitam derribado, rrefusou atras. Mas Gomçallo Vazquez, semdo fora daquelle **estorgimento** que rreçebera, assy da queda como dos golpes das pedras, levamtou-se com gramde esforço e foy-se a poupa, (444.30).*

**EXPEDIÇÃO**, s.f. (1) ‘despedida’. Houaiss, 1501, *espediçam*, 1505 *expediçam*, 1513 *expidiçam*, 1539 *espydiçam* (CDP I 2). Em nenhum dos registos apresentados se verifica a aceção de ‘despedida’. De qualquer forma, são datações do século XVI.

nossos salltarão em hũa das fustas e emxullarã na toda amtre os que matarão e os que fezerã saltar ao maar”.

<sup>289</sup> A etimologia proposta por JPM<sup>3</sup> para o verbo *enxorar*, de xól, interjeição para espantar aves, não se aplica neste contexto.

<sup>290</sup> Segundo Morais, s.v. *espírica*.

Por çerto, aynda que eu quisesse, eu nom poderia escrever sem lagrimas a **espidiçam** que estas gemtes fezerão hūas das outras, (210903).

**FOLAR**, s.m. (1) ‘fogaça’. Houaiss, 1606, (cf. DNLeP).

e assy se partyram com aquelles **folares** cada hū pera sua parte. (323.515).

**FOTO**, s.m. (1) ‘(estar em foto) estar a boiar, flutuar’. Sem datação em Houaiss apesar da abonação de ZURP já em Morais<sup>4</sup>.

E porque ho mar é ally todo per allto, em tall guisa que a galle podia bem dar escalla em terra em estar ã **foto**, (420.824).

**FURÃO**<sup>291</sup>, s.m. (1) ‘instrumento pontiagudo de ferro usado nas embarcações para abalroar, fazer buracos nos inimigos’. A aceção apresentada em 1166 por JPM, corrigido por RLor, não se aplica neste contexto. Sem datação em Houaiss, ou melhor, com data de c1967, mas com a ressalva de que é para outra aceção.

Outrossy tomo Allvaro Affomso outro carevo, em que ouve XII mouros e duas negras, o quall se perdeo, porque, do emvestir que a fusta fez ã elle no quartell da popa com hos **frorões**, alagou-se. (641.264).

**FUZILAR**, vb. (1) ‘emitir luz’. Houaiss, 1572, (cf. IAVL). Primazia pela datação de Camões.

E semdo tamto avamte como Bulhões, hū daquelles navios a que chamavã o Rraposso hia largo ao mar, e as outras seguyam atras e pouco amte sy virã **fuzillar**. (578.1049).

**JOB**, s.m. (3<sup>292</sup>) ‘o alto da proa de uma fusta’. Apenas registado em Morais e Viterbo, este com a indicação de locução *de job a job* “de popa á proa”<sup>293</sup>.

e escapou hūa fusta daquella mesma villa que lhe ã quebrou senã a bamda de hū cabo e ho **job** da proa. (393.169).

**LEVADIA**, s.f. (1) ‘agitação das águas do mar’. Houaiss, 1557, (cf. AAlbCom). AGC apenas regista *levadio*, do século XVI, adjetivo para o qual também JPM<sup>3</sup> remete.

e o tempo começou-lhe de vemtar ao ponemte, e, porque omde ho carevo ficara se metya gramde **levadia**, ã tor-narã laa, (603.560).

**MEDA**, s.f. (1) ‘amontoado de feixes de trigo’. Houaiss, a1608, (cf. DNLeD). JPM<sup>3</sup> apresenta a datação de 1059 mas apenas como topónimo.

E tamto que teverdes allgūa cousa feita, o fogo seja logo posto pella terra de todallas partes, espiçiallmemte aos paes que estiverẽ pellas **medes**, (411.606).

**MILHEIRADA**, s.f. (1) ‘aglomerado de milheiros; milharada’. Houaiss, 1899, (cf. CF<sup>1</sup>). JPM, AGC e VH-CPM registam *milharada* (ZURD 83.25), opção também do manuscrito G de ZURP.

E ymdo assy, por acertamemto foram dar em hūa **milheirada** de milho zaburro. (681.239).

**MINHOTEIRA**, s.f. (1) ‘ponte, que consta de uma, ou duas tábuas, ou de uma trave, para passar uma cava, ou brejo, etc’<sup>294</sup>. O registo apresentado por JPM<sup>3</sup> apenas diz respeito a *minhoto*, de *Minho*. Morais apresenta três abonações para esta entrada, *Chro. J. 1. c. 69. Cast. L.7. c. 20. H. Naut. 2. f. 301*. Duas destas abonações são claramente do século XVI, *Castanheda* e *História Trágico-Marítima*. Relativamente à da *Crónica de D. João I*, não a consegui localizar nesta obra.

E tamto que foy fora da agua, pos-se a pee e chamou os outros, e despejarão o porto muyto asynha, e assy passaram todolos de cavallo, caa os de pee passavã pellas **minhoteiras**, que hi avia muytas. (391.110).

**MISSIVO**, adj. (2<sup>295</sup>) ‘que se envia ou remete’. Houaiss, 1553, (cf. JBarD).

E esto primçipallmemte foy porque aquelles que primeiramemte começarã d’ajumtar estes feitos ã forom pellas heras, ã costumavã naquelle tempo poer hera nas cartas **messyvas**, (634.94).635.104

**MIUDEZA**, s.f. (1) ‘pequenez’. Houaiss, 1544, (cf. Palm).

por ã ão curamos de escrever a **miudeza** de seus feitos. (422.858).

**MURALHA**, s.f. (2<sup>296</sup>) ‘muro extenso, alto e espesso’. Houaiss, 1690, (cf. AVSerm).

de guysa que quamdo os nossos ally chegarã jaa ally hera hūa gramde peça delles aparelhados pera defemder a fraqueza de sua **muralha**. (426.972).

<sup>291</sup> Eventualmente FLORÃO (Houais, 1624 cf. FrElis), com o significado figurativo de ‘ferro’ da aceção gráfica de ‘ferro de dourador, usado para estampar ornato que imita flor ou folhagem’. De qualquer forma antedatação.

<sup>292</sup> Outras ocorrências: 628.1170 (2x).

<sup>293</sup> Cf. Viterbo, s.v. *job*, suplemento, II volume.

<sup>294</sup> Segundo Morais<sup>4</sup>

<sup>295</sup> Outras ocorrências: 635.104.

<sup>296</sup> Outras ocorrências: 486.1064.

**NUMIDIANO**, s.m. (2<sup>297</sup>) ‘relativo à Numídia, antigo país do Norte da África’. *Houaiss*, XV, *numydyano* (cf. FichIVPM). JPM<sup>3</sup> e AGC apenas registam *numida*. Antedatadação em obra do mesmo autor.

*porque elles, como vñ daquella amtiga geração dos numydanos, assy todas suas pellejas se passam per escaramuças.* (542.215).

**ODOROSO**, adj. (1) ‘que exala um odor, odorante’. *Houaiss*, c1750-1799, (cf. CSilPoes).

*Porque ally cayam torres forradas d’oliveis pimtados, e crastas ladrilhadas de marmores, e lladrilhos vydrados em que avia diversos lavores, tamtas arvores frutiferas e odorosas,* (236.527).

**OURIÇAR**, vb. (1) ‘eriçar-se’. *Houaiss*, 1521-1558, *ouriçaro*, c1560 *ouriçar* (cf. MirOp).

*e, quamdo foy jumto com hũ oytero que he çerca de ho caminho que vem de Barbeche pera a çidade, açertou-se que hia amt’elle hũ gallgo de Lopo Vazquez, e parecee que semtyo os mouros e começou de se em ouriçar,* (373.696).

**PALOMEIRA**, s.f. (1) ‘cabo, fio’. *Houaiss* apenas regista *paloma* com uma aceção marítima, entre outras, datada de 1720, e com o significado de ‘pedaço de cabo preso à verga, no qual se fixa a extremidade do cabo ou corrente ou a talha com que se içã a mesma verga’.

*E com este acordo foram viagẽ do porto, e a fusta e hũ carevo estavã largos, e outro jazia em [terra]. E Diego Vazquez vogou a elle e emvesty-o, desy salltaram demtro e cortaram-lhe as pallomeiras.* (407.503).

**PERNADA**, s.f. (2<sup>298</sup>) ‘passada larga’. *Houaiss*, XV, (cf. FichIVPM). Antedatadação em obra do mesmo autor.

*Mas aymda esta nõ acabava de fazer sua chegada, quamdo outro beesteyro que estava jumto com aquelle emviou outra, com que lhe ferio o cavallo em hũa ylharga, o qual con ha dor da ferida começou de llamçar muy gramdes pernadas* (317.380).

**PILOTAGEM**, s.m. (1) ‘ação de pilotar, de conduzir seguramente uma embarcação no mar’. *Houaiss*, 1552, (cf. JBarD). O verbo está atestado em 1881, pelo que se verifica o registo gráfico de uma derivada antes da primitiva.

*- Ora - disse o comde - se vos quisertes filhar ãcarrego desta pillotagẽ e emtrar com hũa nossa barca de mer-cadoria de dia no porto,* (423.889).

**PORTALECER**, vb. (1) ‘aparecer no alto de uma portela (passagem estreita entre montanhas)’. Sem registo em *Houaiss*.

*E em esto chegarão outros mouros e rremessaram-lhe o cavallo, e matarã-ho, e, em caymdo, foram os mouros sobre ho escudeyro e premderã-no. Mas Deus parecee que se quis lembrar delle e quis que ho comde portalleçesse, naquella hora, omde ho tinhã, pello qual em breve foy leixado dos ymigos.* (614.822).

**PUSILÂNIME**, adj. (2<sup>299</sup>) ‘fraqueza moral; covarde, medroso’. *Houaiss*, c1543, *pusilanimos*, 1567 *pusilanime* (cf. JFVascE). O substantivo *pusilanimidade* tem registo anterior, com a forma *pusalamidade* em LEAL (VH-CPM) e *pusilanimidade* em CP

*O companha pusylanyma de corações molharigos e afiminados, dezei-me por que chorades.* (218.78).

**QUILATE**, s.m. (1) ‘unidade de medida de peso’. *Houaiss*, sXV<sup>300</sup>. Confirmação de ocorrência no século XV.

*e a mayor parte daquellas dobras heram feitas ã Tunez e herã XXIII quillates e terço de peso.* (525.936).

**RACHADA**, s.f. (2) ‘fenda ou racha na terra; passagem estreita encovada’. Entrada apenas averbada em *Houaiss*, mas com aceção diferente.

*E quando os vyram vyr mãdou Gomçallo Vazquez os cavallos e prisyoneiros diamte, e peça de homens com elles, ate passar hũa rrachada pequena que estava ao fumdo do porto, comtra Bulhões.* (413.652).

**RAMALHAR**, vb. (1) ‘fazer sussurrar os ramos’. *Houaiss*, XV, *rramalhar* (cf. FichIVPM). Antedatadação em obra do mesmo autor.

*e, quãdo semtio os passos dos escuitas e o rrama-lhar que faziã pello milho, cuydou que herã os porcos que vinhã comer,* (681.241-242).

**RECOSTO**, s.m. (1) ‘terra elevada em encosta; escharpa’. *Houaiss*, 1597, (cf. MonLus). *Houaiss* remete para a forma feminina *recosta*, datada do século XIII segundo o FichIVPM, registo também comprovado pelo VH-CPM. Ambas as formas são derivadas do verbo *recostar* cuja datação é de 1572. Verifica-se, no caos dos substantivos, um registo das formas derivadas antes da primitiva.

*E quys Deus que hymda ganharão ho porto e hũ rrecosto que se hy fazia,* (597412).

**RECRESIMENTO**, s.m. (1) ‘aumento’. *Houaiss*, 1562 (cf. JC).

<sup>297</sup> Outras ocorrências: 686.343.

<sup>298</sup> Outras ocorrências: 592.287.

<sup>299</sup> Outras ocorrências: 460.415.

<sup>300</sup> Cf. nota 11.

*Porẽ, porque o comde semtio que elle nom poderia tambem sahyr, pello rrecreçimemto dos mouros, (283.863).*

**REEDIFICAR**, vb. (1) ‘tornar a edificar, construir’. *Houaiss*, 1473, (cf. RLor). AGC e o VH-CPM registam *reedificaçam* (reedificar + -ção) no século XIV, com abonação de TEST, o que evidencia mais uma forma derivada com ocorrência gráfica antes da primitiva.

*E pervemtura, se vos leixasseys esta çidade e os mouros a tornassẽ a rrehedeficar, que elles averiam em breve tempo bõa emmenda de todo seu dano, (193.450).*

**RETRAIAMENTO**, s.m. (1) ‘acanhamento’. *Houaiss*, 1563, *retrahimento* (cf. JBarD).

*Os fidalagos emtemderam bẽ que ho mouro vinha assy cautellosamemte por fimgir allgũ emgano, empero foram a elle por semtyrẽ o que queria fazer, o quall ã seu rretraiemto se mostrou mais temeroso do que ho caso rrequeria, (238.568).*

**RUTO**, s.m. (1) ‘percurso, viagem; rota’. Apenas encontrei esta palavra com registo em Morais, precisamente com esta passagem de ZURP, com a seguinte observação: “será caminho de *route* Francez? E neste sentido a ouvi no Brasil, ou de *Ruta* Hespanhol derrota, viagem, jornada”. Para a entrada *rota*, *Houaiss* indica também esta origem francesa de *route*, “do latim *rupta* (*via*) ‘caminho rasgado, desbravado’, fem. substv. do adj. *ruptus*, part. pas. do v. lat. *rumpĕre* ‘romper’”. A entrada direta do latim não será de excluir.

*E daquella vez soube o comde como se a frota dell rrey de Grada corregia pera vyrem çercar a çidade, ca o sabiam estes pellos messageiros que cada dia passavão a fazer seus rruotos<sup>301</sup> de hũ rrey pera outro, o que se claramemte mostrou nos feitos que se seguiram adiamte. (353.466).*

**SACERDOTISA**, s.f. (1) ‘mulher que exercia as funções de sacerdote’. *Houaiss*, 1574-1590, (cf. NaufSep).

*e assy amdavão de hũa parte a outra como homẽs fora de syso, queremdo em allgũa cousa parecer aaquella saçerdotisa Edonis, (225.257).*

**SAQUINHO**, s.m. (1) ‘pequeno saco’. *Houaiss*, 1720, (cf. RB).

*E hũs e hũs se partyam, caa hos mais delles são homẽs de pouca fazemda, senão hũ saquinho de passas e de farinha, e assy lhe fica pouco cuydado da fardagẽ, (486.1047).*

<sup>301</sup> No manuscrito *G tratos*.

**SARAMAGO**, s.m. (1) ‘nabiça, nabo’. *Houaiss*, 1708, (cf. MBFlos). Sobre a etimologia deste vocábulo, parece existir a opinião geral que nos tenha chegado através do castelhano. Segundo *Houaiss*, “prov. do ár. *sarmaq*. ‘armolão’, por sua vez do persa; a primeira forma esp. *xaramago* é de 1490, sendo o esp. *jaramago* do sXVII, o port. *saramago* é também do sXVIII, tardio, pois, em relação ao étimo, razão por que o admitem do esp., que dialetalmente ocorre como *zaramago* ‘erva-armoles’”. Segundo Morais<sup>2</sup>, “Do ár. *sarmaq*, (...) de origem persa, não parecendo impossível que o voc. nos tenha chegado por intermédio do ant. cast. *xaramago* (hoje *jaramago*).” Para Cunha, “Do ár. *sarmaq*, com provável interferência do castelhano antigo *çaramago* (hoje *jaramago*)”. Com a atestação em ZURP, torna-se difícil de aceitar a interferência do castelhano.

*E porque ho comde avia novas que hũa ãcullca de Gibralltar hera demtro na çidade, que hera hũ mouro naturall destes rreynos o qual fallava muyto bem assy o nosso lyngoagem como o castelhano, e pemsou que podya ser aquelle, ynda que hera pello comtrario, porque hera hũ besteiro que hia buscar saramagos e verga pera covõos (438.1246).*

**SOBCOIXA**, s.f. (1) ‘(?)’. *Houaiss*, Apenas encontrei esta palavra com registo em Morais, com esta abonação de ZURP, mas sem a atribuição de qualquer significado.

*Partio todavia Joham Martiz cõ seu barinell essa noyte e foy a amaynar aalẽ a sobcoixa do momte. (353.233).*

**SURTO**, adj. vb. (1) ‘ancorado, fundeado’. *Houaiss*, 1553, adj. (cf. JBarD). 1616, s.m.

*E, leyxamdo ho carevo surto sobre ferro, vogarão a barca, (601.508).*

**TAMARGAL**, s.m. (1) ‘extenso aglomerado de tamargas, tamargueiras (arbusto)’. *Houaiss*, XV, (cf. InedHist). JPM<sup>3</sup> apenas regista esta palavra como topónimo, no século XV. Segundo AGC, também citado por *Houaiss*, *tamarga* (s.f. *tamargueira*) está documentado no século XX, pelo que se verifica a ocorrência da derivada cinco séculos antes da primitiva.

*E os outros escaparão em hũ tamagall,<sup>302</sup> ã tall guisa que os de cavallo lhe nõ poderã ãpeçer. (598.433).*

**TENÊNÇIA**, s.f. (1) ‘força, vigor; tenacidade, afinco’. *Houaiss*, 1624, (cf. MSFarD). a datação e o significado apresentados por AGC são para ‘cargos e/ou habitação de tenente’. Às datas apresentadas por *Houaiss* corresponde, para a

<sup>302</sup> No manuscrito *G tamargall*.

primeira, os significados de ‘antiga repartição do tenente-general de artilharia’ e ‘posto de tenente’ e, para a segunda, ‘local onde habita o tenente’. Apresenta, no entanto, sob a indicação de *B infm.*, na aceção 7, o significado de ‘vigor, firmeza, força’, que penso ser o correto nesta passagem de ZURP.

*Pero o mouro fez ally sua fim, não por çerto come homẽ villão nẽ que avia o coraçam fraco nẽ femenill, porque todas suas feridas foram por diamte, e jaa lhe a força de todo desfalleçia, jazemdo no chão e aynda com tenemça de contemder pera os comtrairos.* (367.567).

**TERÇADO**, s.m. (1) ‘espada curta e larga’<sup>303</sup>. Houaiss apresenta o século XIV, remetendo para o FichIVPM. O VH-CPM apenas regista as duas abonações de ZURD, do XV, como entradas separadas e sem qualquer remissão entre elas. Pelas consultas realizadas, eventual gralha de Houaiss.

*O mouro hera mamçeebo e de gramde força e, jumtamdo o desejo da vingamça com ho temor da morte que via muy açerca de sy, llevamtou seu terçado queremdo errar o mais que podesse a seu ymigo.* (569.887).

**TIMBRE**, s.m. (1) ‘insígnia colocada sobre o escudo das armas’. Houaiss, c1543, (JFVascE). A abonação de JPM<sup>3</sup> não se aplica neste contexto uma vez que o seu significado é figurativo ‘orgulho, honra’. A datação apresentada por Houaiss é para a “acp. fig. ‘orgulho legítimo’ ”.

*e que trouxesse as armas do comde em quarteyrões e ho tymbre que o comde trazia sobre as armas, que hera hũa cabeça de çervo com sua pelle,* (645351).

**TRAÇAR**, vb. (1) ‘que se verifica como traçado, planeado; ocorrer, acontecer’. Houaiss, 1540, (JBarJ).

*o que leda-memte se pos em obra, porque allem da homrra sempre se lhe seguya proveito quãdo lhe os feitos traçavã como elles queriã.* (431.1091).

**TROÇO**, s.m. (1) ‘pedaço, de madeira ou ferro’. Houaiss, 1513, (AAIbCar).

*e meteo a llamça toda em elle, de guysa que ao cayr do mouro nõ ha pôde tyrar e demtro lhe ficou o ferro cõ hũ troço da aste.* (703773).

**TUNISINO**, adj. (1) ‘relativo a Túnis, capital da Tunísia’. Houaiss, XVI, *tuneciis* (cf. AGC). A datação de AGC e Houaiss é para a variante *tunesino*.

*E soube como ell rrey Buamar partyra de casa dell rrey de Tunez com DCC de cavallo e hũa carrega de dobras tuniçiz,* (605602).

**VALEDIA**, s.f. (1) ‘moeda mourisca’. JPM<sup>3</sup> (XV) e Houaiss (1446 (OrdAf)) registam apenas o adjetivo *valedio*.

*semdo naquelle tempo o vallor da coroa vellha do cunho de Frãça çem rreays e novemta, e as valledias, que hera moeda mourisca, LXXX novemta,* (524.929).

**VELEIRO**, adj. (1) ‘que se desloca com rapidez, veloz’. Houaiss, XV, (cf. AGC). A datação de AGC e Houaiss do século XV é para ‘navio que anda à vela’. Para a aceção de ‘que se desloca com rapidez ou facilidade; ligeiro, veloz’, a que se verifica nesta passagem de ZURP, Houaiss apresenta a data de 1721.

*O iffamte mamdou llogo avisar todos da maneira que aviam de ter ã sua sahida e desy que nenhũ não tomasse avemtagẽ da sua naao, por velleyra que fosse.* (510.565).

**VILANAMENTE**, adv. (1) ‘indignamente, sem honra; grosseiramente’. Advérbio formado diretamente do latim vulgar *villānus*. Houaiss e VH-CPM apenas registam a forma *vilãmente*.

*dezemdo que amte se queriam lleyxar morrer que se deyxarẽ tã villanamente cativar.* (610-611.736-737).

**VOGA**, s.f. (3<sup>304</sup>) ‘ato ou efeito de remar; remada’. Houaiss, 1552 (cf. FCastH).

*E sendo jaa sobre o quarto da allva, semtyrã voga de navio que seguia per açerca delles,* (305.55).

**ZABURRO**, adj. (1) ‘milho de grão avermelhado’. Houaiss, XV, (cf. FichIVPM). Em Houaiss apenas como substantivo, mas com a indicação de “empregado também apositivamente”.

*E ymdo assy, por acertamento foram dar em hũa milheirada de milho zaburro.* (681.239).

## SIGLÁRIO

## OBRA

AGC

CP

CSM

*Dicionário Etimológico do Português Medieval,*<sup>305</sup>*Castelo Perigoso**Cantigas de Santa Maria*

<sup>303</sup> Segundo Bluteau, referido por Houaiss, assim chamada por ser uma espada curta e larga, à que faltava a terça parte de uma espada de marca, isto é, de uma espada de dimensões normais.

<sup>304</sup> Outras ocorrências: 509.535; 509.539.

<sup>305</sup> de Antônio G. da Cunha

IVPM	<i>Índice do Vocabulário do Português Medieval</i> , <sup>306</sup>
JPM <sup>3</sup>	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , <sup>307</sup>
RLor	<i>Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português</i> , <sup>308</sup>
VH-CPM	<i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval</i>
ZURC	<i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>
ZURD	<i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i>
ZURG	<i>Crónica dos Feitos da Guiné</i>
ZURP	<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>

## 2. BIBLIOGRAFIA TEXTO FONTE

- ZURARA, Gomes Eanes de (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Edição e Estudo de Maria Teresa Brocardo. Lisboa: FCG-JNICT. (ZURP)
- Araújo, António Martins de (2001). "O vocabulário histórico-cronológico do português medieval", in *Revista Portuguesa de Humanidades*, 5.
- Bechara, Evanildo (1991). "As fases da língua portuguesa escrita", in *Actes du XVIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.
- Bragança, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com correções à edição de 1937). Porto: Livraria Civilização.
- Brocardo, Maria Teresa (1999). "Sobre o português médio", in *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt, 7, pp. 107-125.
- Cardeira, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: IN-CM.
- Castro, Ivo (1993). "Elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro", in *Biblos*, LXIX, 97-106.
- Castro, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Corominas, Joan (1997). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 2.0), 2007.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 3.0), 2009.
- Dinis, António J. Dias (1949). Vida e obras de *Gomes Eanes de Zurara*. Introdução à *Crónica dos Feitos da Guiné*, I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Lanciani, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org.) (1993). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Lázaro, António Manuel (1990). *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses Continuada à Tomada de Ceuta. Edição diplomática e crítica*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).
- Machado, José Pedro (1967). *Origens do Português (Ensaio)*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.

- Maia, Clarinda de Azevedo (1994). "O tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV", in *Biblos*, LXX, 33-91
- Maia, Clarinda de Azevedo (1997). História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Lisboa: Gulbenkian.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2008). *O Português Arcaico - Uma Aproximação*. I volume: Léxico e morfologia; II volume: Sintaxe e fonologia. Lisboa: IN-CM.
- Pereira, Francisco Maria Esteves (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Piel, Joseph Maria (1989). *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.
- Silva, António de Moraes (1831). *Diccionario da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau reformado, e accreccentado por António de Moraes Silva*, Lisboa.
- Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (versão 1.0), (2002). Fundação Casa de Rui Barbosa.

37. NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO,  
[www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) / [/www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto Ávila/oficinadescrita@gmail.com](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_Avila/oficinadescrita@gmail.com)

### TEMA 2.3. ALGUM TEATRO, NA INTERNET, AO ALCANCE DE UM CLIQUE

Sendo já volumosa a informação disponível na Internet sobre a minha criatividade literária (que engloba o conto, o romance, a poesia e o teatro), retenhamos apenas este último género. E, sendo os *Cadernos Açorianos* uma meritória iniciativa da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, consideremos o nº 16, que gostosamente aceitei me fosse dedicado e se encontra *online* desde 2012. Abstraindo os poemas e os trechos de ficção narrativa, fiquemos então pelo teatro.

Das 30 obras dramáticas que escrevi até agora duas são dedicadas a assuntos extraídos da Mitologia Grega: **O Marido Ausente** (mito de Penélope) e **Uma Nuvem sobre a Cama** (mito de Anfitrião). E desta última (comédia erótica, escrita para o Teatro de Portalegre em 1990 e recentemente analisada em

<sup>306</sup> de António G. da Cunha

<sup>307</sup> de José Pedro Machado

<sup>308</sup> de Ramon Lorenzo

Génova, num ensaio universitário de Ferruccio Bertini) consta uma cena no referido *Caderno Açoriano*.

Sósia, escudeiro de Anfitrião, confessa-lhe, penosamente, não ter conseguido entregar a Alcmena (mulher do general tebano) a mensagem que levava. Porque lhe surgiu ao encontro um outro “Sósia”. (Melhor dizendo: Hermes, mensageiro dos deuses, na figura e trajes do desastrado escudeiro.) Pelo que o castigo ao servo não se faz esperar. O furibundo militar exige-lhe a entrega de uma das sandálias, que ele se apressa a atirar energicamente para um precipício. E diz: “Iráis assim para Tebas: Pé calçado, pé descalço. Uma despromoção! A despromoção que bem mereces!”

Entretanto, Zeus, disfarçado de Anfitrião, seduziu Alcmena; Hermes, disfarçado de Sósia, seduziu Calipsandra.

Lá mais para o fim da comédia – e isto vai em jeito de aperitivo para a leitura integral da obra – dirige-se HERMES (mensageiro dos deuses, não esqueçamos) a Alcmena: “Tenho o grato prazer de anunciar-te que, chegado o devido tempo, darás à luz um filho divino.” “Um filho divino?!” espanta-se a virtuosa. E exclama ANFITRIÃO: “Pelo pirilau de Zeus!” (É a sua imprecação predileta.)

E diz o SÓSIA: – “Ó Hermes, deus dos ladrões, a quem tantas vezes peço proteção, responde-me a esta pergunta indiscreta: Calipsandra, minha mais-que-tudo, também ela será mãe de um filho divino?”

HERMES – “Um filho divino? Por mim, tomei as necessárias precauções. Não. Vós próprios tereis de ser os progenitores diretos e exclusivos da vossa modesta e condigna descendência.”

*Arlequim nas Ruínas de Lisboa* é, por sua vez, uma “comédia de maus costumes”, estreada em Lisboa em 1992, no Teatro da Trindade. Na cena 5 (a selecionada), Alceu Beringela – nosso Arlequim português, regressado da Índia, onde foi criado dos marqueses de Távora – surge na casa paterna disfarçado de freira, com a modestíssima identidade de Madre M<sup>ª</sup> Verónica dos Santos Sudários de Turim, Besançon, Carcassona e Xabregas... E com a sua voz

moderadamente aflautada: – “Mas não me olhe assim, D. “Vitalina Libertícia”, com esses olhinhos de vaca charolesa. Na verdade, as suas delicadas mandíbulas conhecerão as delícias da nossa confeitaria monástica. A saber (*e vai contando pelos dedos*): suspiros, esquecidos, raivas, tabefes, fartéus, torrões rosados de açúcar, doces de abóbora e de cidra...” Enfim, o que ele pretende, na verdade, é convencer a madrasta (Libertina Vitalícia de seu nome) a entrar para o convento de Odivelas, deixando-lhe assim disponível a moradia de Alfama, a que ele, Arlequim, julga ter pleno direito.

Também o *site* pessoal do autor – [www.norberto-avila.eu](http://www.norberto-avila.eu) –, acessível desde 2007, contempla o conto e o romance, bem como a poesia e o teatro. Em *Do Desencanto à Revolta* (obra escrita em 1982 e que forma um díptico dramático com *Os Deserdados da Pátria*), cuja ação decorre no reinado de D. João III, tratei de recordar como Portugal, no curto espaço de 6 anos (1540-46), mudou radicalmente o seu rumo e, de país progressista, se foi tornando um apertado e sinistro cantinho da Europa. Pareceu-me selecionável a 4<sup>a</sup> cena, tendo em conta um violento impacto de rotura familiar e social.

O jovem Bernardim de Montemor, após os estudos parisienses, deveria ocupar as funções de reitor dum novo colégio em Lisboa; porém, ao serem conhecidas as suas relações de amizade com determinadas figuras suspeitas de luteranismo, logo se vê preterido. A dado passo, começa o diálogo a azedar-se: E diz BERNARDIM – “Inevitável nos vem à memória o Tratado de Tordesilhas, mais o Sumo Pontífice dividindo o Mundo incógnito como quem divide uma laranja: ‘Tomai vós, Portugueses, esta metade; e vós outros, Espanhóis, esta outra. Explorai essas terras, suas gentes e suas riquezas, o melhor que puderdes e souberdes. E recebei, portanto, a minha bênção apostólica.’ ”

Resposta de D. FRADIQUE Alvarenga (tutor que foi de D. Catarina, mulher de Bernardim; mercador e fundador do referido novo colégio): – “Estou a falar-vos de civilização, Sr. Bernardim de Montemor, e vós falais-me de exploração.”

BERNARDIM – “Por mal dos nossos pecados, Sr. D. Fradique Alvarenga, são propósitos, objetivos que têm andado bem relacionados. E sabeis muito bem como esses africanos, a troco de umas contas de vidro, uns espelinhos e outras

bugigangas, nos *oferecem* – digamos – lingotes de ouro e pesadas presas de marfim. Cada um dá o que tem, não é verdade?”

E noutra passagem, bastante mais adiante: D. FRADIQUE – “Com os inimigos de Nosso Senhor Jesus Cristo não pode haver tolerância de espécie alguma! Não é verdade que mantendes estreitas relações de amizade com pessoas altamente suspeitas de luteranismo, como é o caso de Damião de Góis?”

BERNARDIM – “Não somente afirmo a amizade que me une a Damião de Góis mas testemunho ainda a grande honra que ela representa para mim!”

D. FRADIQUE – “Pois então... ide ensinar e dirigir qualquer colégio na Alemanha... ou na Inglaterra!”

O mesmo *site* disponibiliza ainda, entre outros textos dramáticos, uma cena de ***O Marido Ausente***. Trata-se de uma comédia “assincrónica” sobre o mito de Penélope (1988), a primeira das 5 peças que escrevi para o Teatro de Portalegre. Com outras duas obras – ***A Ilha do Rei Sono*** e ***As Histórias de Hakim*** – já deu o seu contributo ao repertório internacional. Traduzida em Polaco, Italiano e Francês, foi escolhida para representar a Dramaturgia Portuguesa nas jornadas *Teatro Europeu Hoje*, em 1991 (Paris e Veneza), em 1992 (Bruxelas e Genebra) e em 1993 (Lisboa).

Na cena escolhida, a protagonista, particularmente sensível à liberdade política dos povos, enfrenta um dos pretendentes, Ivan, príncipe russo do século XVIII.

IVAN – “Parece-me que esse amontoado de territórios a que chamamos *Império Otomano*, e do qual o teu país é parte integrante...”

PENÉLOPE – “Ai de nós!”

IVAN – “...poderia muito bem ser transformado num *Império Balcânico*... Sob a autoridade de um príncipe russo. Que seria eu, como se compreende.”

E ele ainda, um pouco depois: – “Já sei o que me vais dizer: Que és a personificação mais acabada e perfeita dos desejos de independência do povo grego.”

PENÉLOPE – “Vês como já aprendeste a lição? E, no entanto, dir-se-ia que esta inveterada professora de História – Penélope de seu nome – terá de dizer-te e repetir-te, até ao fim dos séculos, que a sua inabalável decisão é manter fidelidade a Ulisses e a tudo o que Ulisses representa!”

Ora, este Ivan é apenas um dos pretendentes à mão da imaginativa e fantasiosa rainha Penélope, sendo os outros dois Solimão, o Magnífico (sultão da Turquia, séc. XVI) e Otão I, filho do rei Luís da Baviera (séc. XIX). E não estranhem, por favor, estes desconcertos cronológicos, bastante admissíveis em teatro. Numa comédia “assincrónica”, como lhe chamei, o tempo pode muito bem avançar e recuar, alternadamente.

NORBERTO ÁVILA

---

### 38. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, PORTUGAL

#### TEMA 1.8 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO TRAÇO DISTINTIVO NO CONTEXTO MULTICULTURAL E PLURIÉTNICO DE MACAU, PERPÉTUA S SILVA, INVESTIGADORA DO CIES – IUL

##### 0. RESUMO

As línguas são sem dúvida traços culturais importantes na diferenciação de minorias, e embora não sejam apenas relevantes enquanto marca distintiva de determinado grupo de falantes esta é, também, matéria em que têm uma grande importância.

A este respeito, num contexto multicultural e pluriétnico como é o de Macau, não há dúvidas quanto à centralidade da língua portuguesa entre os traços culturalmente distintivos, surgindo, muitas vezes, associada a sociabilidades marcadamente intraétnicas, como instrumento de fechamento relacional.

E esta questão é tanto mais importante quanto põe em evidência a necessidade de efetuar escolhas linguísticas que colocam o português em contraponto com o chinês e outras línguas, tendo este contraponto relevância acrescida se considerarmos a importância que a língua portuguesa apresenta nas narrativas de promoção identitária de alguns segmentos da população de Macau.

### 1. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Da agenda cultural da cidade de Macau faz parte, desde 2011, o evento “Desfile por Macau, Cidade Latina”, que tem lugar a 20 de dezembro, celebrando o aniversário da Transferência da Administração do território de Portugal para a República Popular da China. Trata-se de um desfile de grandes dimensões, e na sua primeira edição, sob o tema “Amor, Paz e Integração Cultural”, levou às ruas da cidade mais de 600 artistas de Macau, China continental, Portugal, Brasil, França, Itália, Colômbia, Chile, Venezuela, Peru, Equador e Costa Rica, pretendendo promover Macau como uma “cidade latina” (Lusa, 07/12/2011).

Em declarações à imprensa, Ung Vai Meng, Presidente da instituição organizadora do evento, o Instituto Cultural de Macau, afirmou que se pretende mostrar como

*“Macau é uma cidade aberta (...) [que] possui características latinas (...) apresentando uma mestiçagem de características ocidentais e orientais (...) patentes nas construções, gastronomia, hábitos locais, língua e religião”* (Lusa, 07/12/2011).

Sendo da máxima importância para Macau desenvolver uma imagem multifacetada, incorporando nas suas valências outros aspetos que ultrapassem a sua reputação de cidade de jogo potenciando a sua singularidade patrimonial e cultural, este é um entre muitos exemplos que poderiam dar-se a propósito da imagem que a cidade tem vindo a construir e a mostrar de si própria – a Macau *multicultural*, cidade onde os vários e diferentes segmentos da sua população,

que *não falam a mesma língua mas entendem-se muito bem, vivem em coexistência pacífica e harmoniosa*<sup>309</sup>.

Testemunhos da interpenetração de culturas dos quais depende a existência e manutenção da RAEM, com um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa, portanto a justificação do seu *segundo sistema*, assunto que tem sido repetidamente referido por investigadores, políticos e agentes culturais da Região, bem como amplamente difundido pelos *media* e, igualmente importante, invadido o registo quotidiano.

Performances desta natureza inscrevem-se claramente no âmbito dos processos de construção de identidades, cujas representações assentes em referentes étnicos não se circunscrevem a discursos autodelimitadores e endocentrados de sentimentos de pertença ou exclusão, ultrapassando largamente a escala do grupo e sendo publicamente colocados como característica de Macau, problemática tão frequentemente associada às questões linguísticas e à temática da globalização – enquanto fenómeno destruidor da diversidade cultural e, conseqüentemente, linguística, e promotor de homogeneidades variáveis, nomeadamente as que tendem a colocar-nos numa situação de língua única (ou quase).

Contudo, e de acordo com Costa,

*“à medida que os processos contemporâneos de globalização se intensificam e se alargam, envolvendo poderosíssimas dinâmicas de interligação e intercâmbio, de comunicação e difusão em termos mundiais, as identidades culturais diferenciadas, específicas, fragmentadas, ou mesmo marcadamente particularistas, em vez de se esbaterem ou desintegrarem, parecem tender a proliferar, a multiplicar-se e a acentuar-se* (2002:15)

<sup>309</sup> Expressões em itálico correspondem a ideias-chave, identificadas quer em registos de entrevista gravada, quer em respostas dadas por estudantes de língua portuguesa em inquérito por questionário aplicado. Não são, de facto, conhecidos conflitos graves entre os vários segmentos da

população, o que não significa, nem que não existam, agora e no passado, situações de práticas discriminatórias, nem que não existam conflitos de interesses, porventura com maior expressão intraétnica do que interétnica.

seja de forma *sedutora e criativa*, seja de forma *ameaçadora* – e, mais significativo do que esta polarização, é possível encontrar *uma inesgotável diversidade de modalidades intermédias e ambivalentes*.

O autor considera que as identidades culturais são sempre socialmente construídas, e, por isso, múltiplas e mutáveis, sublinhando o seu carácter relacional, porque produzidas em relação social e porque relativas a outras, e simbólico, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico seletivo de algum atributo ou alguns atributos sociais (2002:26-27). E entre estes, não o diz o autor mas enfatizamos nós, não é incomum encontrar a referência às línguas, ou melhor dizendo, consoante o caso a uma determinada língua.

Assim é com a alegada *latinidade* de Macau e assim é com a ligação à lusofonia da Região. Sendo a memória social e as ligações histórico-culturais com o português colocadas como característica que dá especificidade ao território, fazendo parte da sua própria história, conferindo-lhe especificidade e introduzindo critérios de distintividade: quer em relação aos seus vizinhos, quer em relação ao próprio Estado em que se insere.

Parece-nos de toda a pertinência a proposta avançada por Castells que considera a identidade como,

*“(...) um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado, sendo ponto assente que é sempre construída”* (2001:22).

As grandes interrogações a este respeito giram em torno de saber *como, a partir de quê, por quem e para quê*. Na construção de identidades, os indivíduos processam e reorganizam recursos fornecidos pela História, de acordo com *tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço* (Castells, 2001: 22-23), sendo hipótese do autor que será o conteúdo simbólico e o significado que assume para os que com

o processo da sua construção se identificam ou dele se excluem que irá determinar quem constrói e porque constrói essa identidade.

Embora a maior parte da população residente em Macau seja de ascendência chinesa, tendo como língua corrente o cantonês e como segunda língua dominada, em termos globais, o mandarim, são vários os autores que afirmam que são as questões relativas ao passado histórico da Região que acentuam a sua especificidade e que justificam, em larga medida, a sua existência com um estatuto significativamente diferente do resto da China.

Parece apontar nesse sentido a afirmação de Grosso que considera que

*“(...) a identidade e a especificidade de Macau passam pelo conservar da língua e da cultura portuguesa, (...) [pois] só o seu perfil sociocultural diferente permitirá que Macau, Região Administrativa Especial, tenha um estatuto, sistema e política diferentes de qualquer outra cidade chinesa (1999:18)”*.

Também Ngai tem insistido neste aspeto como fator na construção da identidade de Macau. Para este autor trata-se da sobrevivência da região, pois a exiguidade do território e a sua expressão populacional não lhe permite competir com territórios vizinhos, como é o caso de Hong Kong em termos financeiros e comerciais ou outras cidades da China no que respeita a recursos humanos e dimensão de mercado. A identidade de Macau constrói-se a partir da sua singularidade e esta singularidade resulta da sua própria História e do produto do contacto secular entre Ocidente e Oriente (1994b: 61-76).

O que, regressando a Costa, sem retirar às identidades o seu carácter relacional e simbólico nos coloca perante a sua evidente instrumentalização: *“(...) como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social [transformam-se em] identidades tematizadas ou políticas de identidade”* (2002:27).

Um outro modo de manifestação de identidades culturais apresentado por este autor e que se afigura, neste contexto, de pertinente aplicação é o das

*identidades designadas ou atribuídas*, reportando-se estas a “*construções discursivas ou icônicas de identidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença*”, nas quais se enquadram manifestações folclorizadas de determinados aspetos sociais ou culturais e as reificações histórico-patrimonialistas de determinadas peças ou conjuntos arquitetónicos, sejam estes monumentos mais isolados ou aglomerados constitutivos de determinadas zonas ou bairros.

Mas há ainda uma terceira especificação das manifestações identitárias, que segundo o autor correspondem às

“(...) *identidades experimentadas ou vividas*, [tendo a ver] *com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais, ou outros) que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social*” (Costa, 2002:27).

Esta questão é particularmente evidente em Macau, e ainda mais quando se desloca o ângulo de observação para um determinado segmento da população, tido como resultante da própria história do território e portador de uma *identidade específica* que deriva da sua etnicidade – os macaenses, na sua conotação particular de descendentes de portugueses e asiáticos.

Podemos encontrar um denominador comum entre os aspetos valorizados quando se promove a identidade cultural de Macau e quando se promove a identidade da(s) *comunidade(s) macaense(s)*: produto da história e do convívio de dois grandes povos. Os alicerces nos quais se fundamentam todos os discursos sobre a questão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, conduzem-nos às componentes linguística e cultural de matriz portuguesa. No sentido aqui usado, este grupo descendente de portugueses e chineses ou asiáticos e portador de uma identidade específica que deriva da sua etnicidade, é de facto o que mais se relaciona com a identidade de Macau, chegando mesmo esta a confundir-se com aquela.

A referenciação cultural portuguesa é absolutamente presente e amplamente referido um conjunto de elementos como *marcadores* culturais; qualquer autor que pretenda escrever sobre os macaenses ou sobre a sua identidade encontrará com facilidade um conjunto significativo de interlocutores que lhes identificarão um a um sem qualquer dificuldade.

A língua, a religião católica e, ainda, um certo *tipo de cultura*, dita de *matriz portuguesa* com determinadas especificidades como a gastronomia, têm sido apontadas e amplamente referidas como peças centrais na construção da identidade étnica deste grupo.

Lima da Costa, que no seu trabalho lhes procura estabelecer *fronteiras da identidade*, a partir da observação de dois grupos de macaenses após a constituição da RAEM, um residente em Macau e outro em Portugal, identifica vários desses elementos: a *valorização hereditária* que apesar de atribuir particular importância à componente portuguesa não deixa de apresentar traços de dupla ou múltipla referenciação (portuguesa e chinesa ou asiática) e, também, de indefinição ou, nas palavras do autor, de *encruzilhada*; a *gastronomia macaense* de influências diversas e que surge como o *marcador* mais consensual nos dois segmentos analisados; a *religião católica*, também consensual, mas não sem que deixem de aparecer as referências a práticas de ritos de outras religiões, a sua forte aceitação e a celebração de festividades do calendário chinês (nomeadamente o Ano Novo Chinês); as referências à *cultura* e à *história* de que são figuras centrais, Luís de Camões, Vasco da Gama e Jorge Álvares (2005:157-243).

Em todos estes elementos, nuns de forma mais acentuada do que noutros, são identificadas gradações entre *macaenses em Portugal* e *macaenses em Macau*.

É, no entanto, a *Língua Portuguesa* que este autor identifica como elemento de vital importância, sendo um dos marcadores de identidade mais fortes, referindo que, embora presente, a língua chinesa não apresenta a mesma carga de inscrição identitária que a língua portuguesa, fortemente associada à identidade dos macaenses. E acrescenta que esse marcador parece ser alvo de

uma instrumentalização circunstancial – em Portugal serve propósitos de carácter assimilacionista, constituindo-se como um elemento de inclusão e de assimilação na referência portuguesa, mas no discurso dos entrevistados de Macau, constata-se que a língua serve propósitos de estruturação interna e diferenciação relativamente à maioria chinesa contribuindo para o estabelecimento de fronteiras (idem: 171-172).

Qualquer um dos aspetos mencionados pelo autor foi, igualmente, encontrado por nós sendo, em conjunto, amiúde referidos como definidores da identidade macaense, surgindo como fator integrador e diferenciador, podendo a forma de os convocar variar segundo a situação em que se encontram os indivíduos que os convocam.

## 2. A(S) LÍNGUAS COMO INSTRUMENTO DE FECHAMENTO RELACIONAL

No que respeita às sociabilidades interétnicas é lugar-comum a propósito de Macau que estas são pouco regulares, situação que é verbalizada através da afirmação frequente de que “as várias comunidades vivem de costas voltadas”, sendo reduzidos os pontos de contacto num espaço em que, apesar de multilíngue, “(...) *as várias línguas, com exceção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam*” (Grosso, 1999a:22), sendo, precisamente, a barreira linguística o aspeto que serve de justificação para uma ausente ou pouco frequente convivência entre segmentos populacionais etnicamente distintos.

Embora sem a pretensão de elucidar quanto ao fechamento ou abertura das redes de relações entre diferentes grupos, não podemos deixar de referir que não atribuímos qualquer determinismo à variável língua no que respeita à comunicação entre indivíduos que poderão integrar diferentes grupos, recusando aceitar que seja este, de facto, o aspeto a assumir maior peso nas relações interétnicas, ou na sua ausência, desenvolvidas no território. Se a língua inglesa serve como língua mediadora noutros círculos de relação, não há razão nenhuma para que o mesmo não aconteça no círculo de amigos.

Contudo, ao longo da nossa investigação fomos verificando que as *convivências* se orientam, maioritariamente, para *dentro*: chineses indicam conviver com maior frequência com chineses e lusófonos com macaenses e portugueses.

Entre os nossos entrevistados portugueses que não tinham qualquer relação familiar com chineses só muito residualmente encontramos referências a relações de amizade densas com indivíduos deste grupo étnico, sendo apontadas relações de interconhecimento e situações pontuais de convívio – amplamente relacionadas com os contextos profissionais e a celebração de jantares de serviço, seja este público ou privado, em alturas, por exemplo, como o Natal e o Ano Novo chinês.

A constituição de redes de relacionamento social quotidiano em Macau, de acordo com o que nos foi sendo dito e o que nós próprios fomos igualmente experienciando, não foge àquilo que são atributos conhecidos das redes de sociabilidade – a sua composição social, dando destaque ao efeito geracional e a trajetórias socioprofissionais semelhantes. Entre portugueses, foi possível observar a existência de um núcleo restrito de relações com maior grau de intensidade e outro mais alargado em que a densidade das relações é menos forte mas existente.

E fora do grupo étnico de pertença?

“[Chineses] *Poucos, poucos. Mais conhecidos, mais conhecidos do que amigos. Macaenses alguns, chineses muito poucos, sempre tive um bom relacionamento com os colegas de trabalho, lá voltamos outra vez à área profissional, mas sempre tive bom relacionamento com eles, mas nunca... nunca criei muita ligação com ninguém chinês chinês, assim em particular. Macaenses, há alguns colegas com quem criei mais ligação, de facto aproximei-me mais dos... de... acho que tenho mais em comum ou... as áreas de interesse são maiores com um macaense do que com um chinês. No fundo, por exemplo, eles estão ligados ao que se passa em Portugal, acompanham, sabem do que nós estamos a falar, às vezes basta esse, basta esse... nós estarmos a falar, sei lá, de futebol por*

*exemplo e a pessoa saber ah, sim, o Benfica ou o Sporting, ou o Porto, ou o Presidente da República, ou o Primeiro-ministro e sabem que o governo mudou... É diferente o feedback que se tem de um macaense, que bem ou mal, mais ou menos acompanha... acompanha os assuntos, principalmente o que se passa em Portugal e que quando se fala, está dentro do assunto, não é, e há um feedback muito maior com um macaense do que com um chinês. O chinês tem uma forma de estar muito diferente, os interesses não são iguais, é diferente... é diferente, uma pessoa, por exemplo, sair à noite com um chinês, inevitavelmente íamos parar a um caraoque, que é uma coisa [risos] que os ocidentais... Eu pessoalmente não acho piada nenhuma e que eles acham um piadão incrível, e estarem ali a jogar, com os copos e os dados e... e... e é a língua. É a dificuldade de comunicação”.*

A nossa entrevistada havia referido anteriormente que, entre os seus colegas de trabalho, se encontravam chineses que falavam a língua portuguesa, pelo que lhe lançámos como contra-argumento relativo à língua o que ela própria já nos tinha afirmado.

*“Há muitos chineses que falam português, mas sempre com alguma dificuldade, sempre com alguma dificuldade, depois não há... não há... acaba por se esgotar um bocado o assunto. Eu acho que são interesses completamente diferentes, formas de viver completamente diferentes, que nunca... pelo menos no meu caso nunca me ligaram... nunca me ligaram a nenhum chinês particularmente, não... não... nunca criei ligação assim com ninguém, até porque como já disse durante esta entrevista, vivia rodeada de portugueses [risos] não... quase... praticamente não tinha oportunidade de contactar mais com os chineses, eu acredito que haja muitos portugueses que... só trabalhando com chineses acabam por criar mais ligações, eu como nunca passei por isso acabei por não criar muita ligação a... a nenhum chinês assim em particular” (Margarida Lopes, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62).*

Ainda que o argumento da língua seja o mais usado, o que parece estar verdadeiramente em causa são interesses, hábitos e estilos de vida distintos.

Também entre os nossos interlocutores chineses podemos encontrar um discurso semelhante.

*Wu, chinesa nascida na China continental mas residente em Macau desde criança, tendo inclusivamente feito o seu percurso escolar numa escola luso-chinesa, e sendo hoje casada com um português, tem uma rede de relações alargada na qual se incluem indivíduos portugueses – foi aliás nesse círculo que a conhecemos. Contudo, quando nos fala do seu círculo de amigos num sentido mais restrito – ou seja, de maior proximidade e densidade de relações – afirma que a maior parte dos seus amigos são chineses, referindo as diferenças culturais existentes e acrescentando: “(...) Grupos de amigos chineses e portugueses misturado há pouco. Eu acho que é por causa da língua”.*

Argumentámos que muitos chineses falam português e que, em muitas circunstâncias, ambos falam inglês.

*“Falta fazer aquela ponte, não há aquela comunicação... mas está a falar verdade... é uma desculpa porque chinês fala inglês e português fala inglês... há falta de comunicação, aquela... mas chinês com estrangeiro há muito, só com português é que não... ele não gosta tanto do português, acha que tem o nariz empinado... essa é a verdade. Eu sei. Isto começou antigamente e as pessoas não pensam que os portugueses também já mudaram... por isso a comunicação é mais distante do que de americanos e chinês...” (Wu, chinesa, funcionária num banco, Ent. 111).*

É certo que os mais diferentes grupos étnicos frequentam espaços públicos, bares, discotecas, restaurantes, o que não se verifica com regularidade é que se encontrem a interagir, e frequentar os mesmos espaços é manifestamente insuficiente para afirmar que existem relações de sociabilidade generalizadas sem serem atravessadas por fronteiras étnicas, que acabam por coincidir com questões de composição social e cultural.

Há que chamar, igualmente, a atenção para as questões de género surgindo a mulher, e referimo-nos neste caso à mulher portuguesa, muito mais penalizada no que respeita à constituição das suas redes de relações, sujeita a crítica e controle apertado por parte dos seus conacionais, tendo o homem toda a liberdade de se movimentar em qualquer meio e ambiente local, registando-se atitudes e comportamentos próprios de meios pequenos e provincianos. Esta situação talvez encontre explicação na concentração lusófona das relações que se desenvolvem e dos espaços que se frequentam, muito mais abertas e permissivas para o homem do que para a mulher o que encontra tradução, por exemplo, em situações de coabitação e dos casamentos interétnicos<sup>310</sup> realizados em que o elemento português do par é quase sempre o masculino.

Também o efeito geracional terá alguma importância. Entre os mais jovens, no sentido não só da faixa etária em que se encontram mas também no sentido de mais recentes no território, pareceu-nos existir algumas mudanças de atitude e de comportamentos. Esta é, contudo, uma situação que tivemos menos oportunidade de desenvolver e por isso é aqui levantada mais como hipótese a necessitar de ser explorada.

A baixa frequência e fraca densidade de relações entre portugueses e chineses não é vista nem sentida como problemática do ponto de vista da integração e da capacidade de relacionamento quotidiano, considerando-se que o lugar-comum *viver de costas voltadas*

*“não pode ser encarado de uma forma tão negativa quanto às vezes é dado a entender. São vivências completamente diferentes, mas não... é uma convivência pacífica, não é antagónica, não... não... as comunidades, acho que de facto vivem de costas viradas uma para a outra, mas de uma forma harmoniosa, não há hostilidade, nós não os hostilizamos a eles, nem eles a nós, acho que há uma convivência pacífica e é uma das coisas que eu aprecio em Macau. Acho que nunca se conseguiu de facto, criar uma ligação muito grande, até porque a nível... as culturas são completamente diferentes, a forma de viver é completamente diferente, os interesses, mas nunca ninguém... eu pelo*

*menos não critico, não critico e acho que os portugueses em geral não têm nenhuma crítica pejorativa a fazer ao modo de viver dos chineses, nem eles a nós. Por isso acho que é uma convivência, é um costas voltadas, de facto, mas de uma forma harmoniosa e pacífica, nunca senti qualquer tipo de hostilidade, entre uma comunidade e outra, acho que... acho que se conseguem entender perfeitamente bem, por exemplo a nível profissional, acho que há um entendimento muito bom, eu só tenho tido sempre boas experiências, os sítios por onde passei, tanto na advocacia como as finanças, como agora [local onde trabalha<sup>311</sup>], tenho tido sempre ótimas experiências e as relações que tive profissionais com chineses houve sempre um respeito mútuo, um respeito pelo modo de estar do outro, nunca notei, nunca senti qualquer tipo de tensão entre as duas comunidades”* (Margarida Lopes, portuguesa, jurista na função pública, Ent. 62).

As línguas são sem dúvida traços culturais importantes na diferenciação de minorias, e embora não sejam apenas importantes enquanto marca distintiva de determinado grupo de falantes esta é, também, matéria em que têm uma grande importância.

E a este respeito, não há dúvidas quanto à centralidade da língua portuguesa entre os traços culturalmente distintivos, associada a sociabilidades marcadamente intraétnicas, surgindo, no caso dos portugueses, como instrumento de fechamento relacional em relação à maioria chinesa.

### 3. ESCOLHAS LINGUÍSTICAS

Não deixa de ser curioso registar que, contrariamente ao que acontece noutras localizações geográficas em que com o decorrer do tempo e a inserção prolongada dos migrantes nas sociedades de acolhimento os seus descendentes tendem a utilizar a língua local mais do que a sua língua de origem, no caso de Macau esta é uma situação que não se verifica entre os portugueses. O que não significa que não existam lógicas de afastamento à língua portuguesa, sendo no entanto a língua inglesa e não a língua local que substitui o português.

<sup>310</sup> De várias origens asiáticas e, mais recentemente, com mulheres originárias da Rússia.

<sup>311</sup> Local de trabalho foi retirado para não denunciar a identidade da interlocutora.

Esta é, inclusivamente, situação amplamente referida pelos indivíduos chineses que criticam, muitas vezes duramente, o facto de os portugueses não procurarem aprender a língua local. Mas também aqui não podemos fazer generalizações. Encontrámos vários residentes portugueses que dominam a língua chinesa, e, mesmo que de forma ainda rudimentar, alguns casos já com possibilidades de comunicação que vão para além da capacidade de efetuar um pedido num restaurante, e, outros, mesmo com um interesse menos utilitário e mais cultural no conhecimento do cantonês e/ou do mandarim. Contudo esta situação tem, efetivamente, uma frequência muito pontual.

Entre os residentes mais recentes em Macau parece, no entanto, surgir uma postura diferente em relação à aprendizagem da língua chinesa.

*“Eu cheguei cá e já arranjei um curso de mandarim. Não sei nada! Mas ao menos fiz um esforço. Entendo como mais-valia pessoal, para tentar compreender, para tentar falar com as pessoas, qualquer coisa assim. A X... [uma amiga] fez a mesma coisa, fez logo um curso de cantonês para se ambientar melhor. Nós tivemos logo essa atitude. E a mim... fiquei chocadíssima como é que pessoas que há 20 anos ou 10 que cá estão não se interessam por essa parte. Mas também admiro muito as pessoas que ficaram cá, aprenderam o cantonense, falam...”* (Mafalda, portuguesa, estagiária InovContact, Ent. 72).

É o caso de *Alfredo*, residente em Macau desde 1985.

*Em chinês, eu falo... falo razoavelmente chinês. [Aprende] Falando, trabalhando. Eu na altura quando trabalhei [numa] empresa de iluminação pública, eu cheguei a ter a trabalhar comigo à volta de quarenta pessoas, tudo chineses. Chineses e vietnamitas, que na altura havia aqui uma comunidade vietnamita, refugiados vietnamitas, havia aqui um campo de refugiados vietnamitas, e a gente dávamos trabalho a essas pessoas. Na altura era gerido pelos padres de Macau, eles pediram à gente se a gente podia empregar essas pessoas, e a gente empregámos vários vietnamitas, mas eles também falavam chinês, eles*

*já falavam o chinês e então a partir do dia-a-dia, porque não tinha ninguém que falasse outra língua, era só chinês e então a gente é que se tem... aqui em Macau sempre foi assim. Por isso é que a língua portuguesa nunca foi falada em Macau, e não é falada em Macau, porque eles... a gente é que se acostuma à língua deles e não eles à nossa* (Alfredo Matos, português, empresário sem trabalhadores a cargo na área da restauração, Ent. 58).

Sem frequentar escolas, a aprendizagem de *Alfredo* deu-se através do contacto direto e regular com falantes do chinês, situação que se lhe impôs por via da atividade profissional que desenvolvia. E, cremos, é precisamente nesta questão que reside a maior ou menor apetência pela aprendizagem da língua local – na generalidade os portugueses desempenhavam funções em que não precisavam de dominar a língua chinesa recorrendo, quando a situação se lhes colocava, aos macaenses que desempenhavam o papel de intermediários bilingues.

Daí que o domínio do chinês por parte dos portugueses seja bastante reduzido, se numa perspetiva mais utilitária não sentem (ou sentiam) a necessidade de dominar o idioma local, são poucos os casos que o fizeram (ou fazem) por motivações que fujam a este âmbito – como de resto acontece em relação à generalidade das línguas. Outro dos nossos entrevistados, estudante de mandarim, que tinha acabado de transitar do quarto para o quinto ano no estudo desta língua, referiu-nos que entre os cinco colegas apenas um era português, sendo os restantes macaenses. Em relação à aprendizagem da língua afirma:

*Já me inscrevi no quinto ano, mas a coisa está-se a tornar séria porque é muito complicado... o chinês é muito difícil, é uma língua tão diferente das línguas europeias, das línguas romanizadas e eu não sei até quando é que aguento porque é preciso trabalhar cada ano o dobro e eu não vivo disto, aquilo é uma mera carolice, não me serve para evoluir na... na minha profissão, em nada, vou até... até me fartar. Eu não ando a aprender chinês a ponto de ter aspirações a trabalhar profissionalmente em chinês, é impossível, ou então tinha de parar de trabalhar e estudar chinês sete dias*

*por semana, na China, em Pequim e fazer uma licenciatura em chinês e aí... aí está bem, agora ao ritmo que nós temos aulas de duas horas que são na prática de hora e meia, duas vezes por semana, dá três horas por semana. Para mim é... quer dizer, quando nós conseguimos perceber a língua das pessoas, percebemos melhor as pessoas... (Vasco Soares, português, jurista na função pública, Ent. 73).*

Situação semelhante acontece em relação à língua portuguesa, sendo as motivações mais pragmáticas e utilitárias a prevalecer claramente sobre os interesses culturais.

Mas se as motivações para desenvolver estratégias de aprendizagem da língua chinesa, seja cantonês ou mandarim, julgamos que seguramente mais o mandarim, poderão sofrer alterações com a nova situação político-administrativa de Macau, sendo uma situação relativamente recente e, cremos, onde a necessidade do domínio da língua local para os portugueses ainda não se colocou de forma premente, o mesmo não se pode dizer relativamente aos macaenses.

E esta questão é tanto mais importante quanto põe em evidência a necessidade de efetuar escolhas linguísticas que colocam o português em contraponto com o chinês, e este contraponto tem relevância acrescida se considerarmos a importância que a língua portuguesa apresenta nas narrativas identitárias desta minoria étnica.

Os macaenses, na sua maioria escolarizados em língua portuguesa, encontravam-se, tradicionalmente, ligados à Administração Portuguesa no âmbito da qual muitos desempenhavam as suas atividades profissionais e à qual podiam aceder em situação mais vantajosa e, também, de forma mais facilitada pelo seu domínio da língua portuguesa. Tidos como mediadores bilingues entre a elite administrativa portuguesa e os seus utentes de língua chinesa, o seu *capital linguístico* funcionava como privilégio importante em processos de mobilidade social ascendente e colocava-os em situação socialmente contraste

de forma positiva em relação à maioria chinesa da população. O domínio da língua portuguesa funcionava, simultaneamente, como garante de acesso a um nicho específico e tido como vantajoso do mercado de trabalho e como símbolo de prestígio e de estatuto pela proximidade que favorecia aos círculos de poder.

Apesar de existir uma língua (dialeto) que se considera própria deste grupo, e em relação à qual hoje em dia se assiste ao desenvolvimento de iniciativas importantes para a fazer renascer e se desenvolvem estratégias para a transformar em atributo positivo na definição de uma identidade de grupo – referimo-nos ao Patuá ou *Língu Maquista* – tendo sido efetuadas diligências para a elevar ao estatuto de património intangível de Macau, a verdade é que estes pressupostos identitários não funcionaram para a manter como língua viva no decurso dos tempos.

De acordo com Senna Fernandes<sup>312</sup> (2005:1) o Patuá, por ser

*“considerado como a língua dos mais humildes, foi durante muito tempo relegado para um plano inferior, desprezado, ou deliberadamente esquecido, numa altura em que falar o português padrão era condição essencial para ascensão social, no seio da comunidade portuguesa: o dialeto não passava de um linguajar dos incultos, e não poucas vezes, confundido com a mera deturpação do português metropolitano,*

tendo sido, portanto, abandonado e resistindo hoje apenas entre alguns dos mais velhos (e porventura menos escolarizados, poder-se-á questionar).

É, efetivamente, muitíssimo interessante, e importante, toda a dinâmica que se tem procurado criar em torno do *Patuá*, desde a elaboração de estudos académicos, nomeadamente teses de doutoramento, à edição de obras, à organização de seminários de ensino/difusão deste dialeto e debate-se a sua possível candidatura a património intangível. O momento mais expressivo será, sem dúvida, a realização anual de um espetáculo de teatro em Patuá que o Grupo

<sup>312</sup> Agradecemos a Miguel Senna Fernandes ter-nos facultado um documento de sua autoria sobre o *Patuá*, não publicado mas apresentado publicamente pelo autor.

*Doce Papiçam di Macau* leva a público incluído na programação do Festival de Artes de Macau, sendo, portanto apoiado pelo Governo local<sup>313</sup>.

No momento que se vive a revitalização do *Patuá*, como diz o seu atual maior dinamizador,

*“[p]ouco importa se os macaenses voltam a falar a sua língua. O que interessa, nos dias de hoje, é a consciência que ela existiu e que teima em manter-se viva. Explica o autor porquê: qualquer cultura necessita de referências, de valores, de memória. O Patuá ocupa um lugar essencial na memória macaense, pois como língua que foi, ela resume tudo o que foi e o que é a alma macaense (Senna Fernandes, 2005:6).*

O que está aqui em causa, hoje, é a sua importância como elemento de identificação na construção de uma identidade de grupo, mas o que foi central no seu desaparecimento foram questões de escolha pessoal e que, mais do que opções culturais, foram os constrangimentos sociais que estiveram na base das lógicas de afastamento desenvolvidas.

Não sendo idênticos os constrangimentos que se colocam hoje relativamente ao português, são no entanto da mesma natureza – inscrevem-se mais no eixo social do que no cultural das dinâmicas locais.

Entre os mais jovens, é consensual a apresentação da língua portuguesa como atributo cultural importante na definição dos macaenses enquanto grupo étnico distinto, contudo quando se fala em questões de escolha linguística estes jovens são unânimes ao referir que para terem um futuro profissional e uma integração no mercado de trabalho local é imprescindível o domínio da língua chinesa.

Um jovem macaense, que havia concluído o ensino secundário, dizia-nos a propósito do mercado de trabalho duas questões interessantes: a primeira, que

considerava que na geração dos seus pais era relativamente fácil encontrar um emprego, nomeadamente na função pública, com boa remuneração mesmo com baixas qualificações, enquanto na sua geração a situação já é completamente diferente – para além de existir maior concorrência no mercado de trabalho, também o emprego na Função Pública deixou de ser atrativo pois noutras áreas de atividade, nomeadamente na indústria do jogo, as remunerações são muito mais elevadas; a segunda, que no que respeita às línguas, considera que em termos profissionais o mais importante é dominar o mandarim e o inglês, embora em alguns departamentos governamentais ainda seja necessária a língua portuguesa, nomeadamente na área jurídica, mas as áreas de aplicação desta língua são atualmente mais reduzidas e tendem a reduzir ainda mais no futuro, não se revelando, portanto, estrategicamente adequado investir nesta língua sem que o mesmo se faça em relação ao mandarim.

Dito de outra forma, se atualmente os jovens macaenses sentem a necessidade de se dedicarem à aprendizagem da língua chinesa para progredirem profissionalmente, constituindo-se esta língua como central em processos de mobilidade social ascendente, na geração dos seus pais e avós era o português que possibilitava o desenvolvimento de processos no mesmo sentido.

Também da parte de interlocutores chineses, de uma e duas gerações anteriores ao do nosso jovem macaense, ouvimos referências, por um lado, em relação à atratividade pelo desenvolvimento de uma atividade profissional no quadro da administração pública e, nestes casos, referindo a absoluta necessidade de dominar a língua portuguesa para lhe aceder. De tal forma que, nalgumas situações, os seus pais haviam optado por colocá-los em escolas portuguesas não obstante a sua língua materna, e a única que dominavam, ser a chinesa, com implicações por vezes dramáticas no quotidiano escolar e pessoal dos jovens alunos.

<sup>313</sup> Ainda que este apoio tenham um valor simbólico maior do que o económico, uma vez que os *Doce* não recebem qualquer subsídio governamental para além das verbas destinadas à preparação do espetáculo anual que integra o Festival de Artes de Macau.

*Eu estava na escola, as professoras portuguesas falavam comigo em português, que a língua chinesa elas não dominam. É tal como se fosse uma conversa entre galinhas e patos! Eu não percebia nada dela nem ela me conseguia perceber. Quer dizer, isto vai-se andando, e tenho que aprender um bocadinho de cada dia, mas foi mesmo muito difícil. [Para os meus pais] o que importava para eles é que o filho estuda, seja em português ou em chinês, naquela altura, era previsível que quem acaba o curso em português trabalhava para o governo cá em Macau. A situação era essa. É que naquela altura, nos anos 80, ou 85, 86, ainda o português era quase uma língua... era a única língua oficial e por isso para quem trabalha no governo tem que saber qualquer coisa da língua portuguesa. E aí tem muita vantagem. Senão... [silêncio] Quer dizer, no então governo de Macau não se ligava muito ao ensino chinês, propriamente dito, não se ligava nada, e os meus pais... os meus irmãos mais velhos andavam numa escola chinesa (Meng, chinês, advogado, Ent. 30).*

Nalguns casos, esta era uma estratégia familiar através da qual se procurava assegurar um futuro melhor para os filhos, colocando, até, cada um num dos diferentes sistemas de ensino existentes, noutros casos surgia como uma inevitabilidade motivada por questões de economia doméstica.

*Eu comecei a aprender português devido à situação económica da minha própria família. Então nessa altura havia somente escolas chinesas que exigia como é natural pagar a propina, com exceção das escolas oficiais. Dai o meu terceiro irmão, eu sou a quarta, o quinto irmão e o sexto, todos nós quatro fomos para a escola oficial. Ou seja, nessa altura era escola oficial luso-chinesa. E comecei a aprender o português. As minhas duas irmãs mais velhas estudaram nas escolas chinesas e os meus pais tiveram a possibilidade de mantê-las nas escolas chinesas, o que não aconteceu conosco (Lai, chinesa, professora, Ent. 99).*

Casos como os de *Lai* e de *Meng* não correspondem a situações tão singulares como à partida possa parecer. Foi possível encontrar, sem procurar, outros casos semelhantes e, a este respeito, também Graciete Batalha nos

fornece informações muito preciosas, não só quanto aos problemas sentidos por este segmento da população discente mas, igualmente, quanto à forma como o sistema de ensino estava (não) organizado. Referindo-se a um aluno chinês, escreve no seu diário:

*Pobre Á-Soc! Dei-lhe dez no primeiro período, pela sua aplicação, mas como poderei deixá-lo passar com esta linguagem que não progride? Porque não estudar numa escola chinesa onde seria certamente um bom aluno e não teria problemas? Estudando numa nossa, deveria ter um ensino diferente, aquele ensino de Português a estrangeiros pelo qual tanto tenho lutado, mas em vão... (1991:264)*

#### **4. BREVE NOTA CONCLUSIVA**

As componentes linguísticas e culturais portuguesas, nos seus mais diversos marcadores – patrimoniais, gastronómicos, musicais, editoriais, cerimoniais – são frequentemente convocadas na demarcação face a terceiros, quer enquanto grupos institucionalmente ou etnicamente organizados (*nós* e os *outros*) quer enquanto sujeitos individuais (*eu* e o *outro*).

Sem retirar às línguas, neste caso à portuguesa, a sua dimensão cultural e o seu significado enquanto instrumento usado no estabelecimento de distinção relativamente “ao outro”, portanto a sua instrumentalização em processos de construção de identidades, não podemos deixar de referir outras dimensões que se situam mais no eixo das dinâmicas sociais do que das culturais.

Machado afirma em relação à etnicidade, e com o que concordamos em absoluto, que a sua separação em dois eixos analíticos, o cultural e o social, só tem interesse do ponto de vista operativo uma vez que as dimensões associadas a cada um não deixam de ser igualmente do domínio do outro (2002:217). Também uma análise dos movimentos linguísticos não dispensa um entendimento semelhante – as dinâmicas linguísticas têm tanto de cultural como de social e a investigação desenvolvida sugere que as últimas terão um peso mais significativo nas escolhas efetuadas por aqueles que desenvolvem lógicas de aproximação ou de afastamento em relação ao português.

## 5. REFERÊNCIAS

Castells, Manuel ([1996]1999), "Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede", in *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, O Poder da Identidade*, vol. 2, Trad. Klaus Brandini Gerhart, S. Paulo, Editora Paz e Terra.

Costa, António Firmino da (2002), "Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, N.º 48.

Fernandes, Miguel de Senna (2004), *O Patuá*, documento policopiado, pp. 1-6.

Grosso, Mª José (1999a), "*O discurso metodológico do ensino do português em Macau a falantes de língua materna chinesa*", Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Texto policopiado.

Lima da Costa, Francisco (2005), *Fronteiras da Identidade: macaenses em Portugal e em Macau*, Lisboa, Fim de Século.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Ngai, Gary (1994b), "A Identidade Cultural de Macau: a sua Preservação e Desenvolvimento antes e depois de 1999", in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 35, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, p. 61-76.

Silva, Perpétua Mª dos Santos - A língua e a cultura portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Tese de doutoramento. [Consult. 20 de março de 2014] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/5879>](http://hdl.handle.net/10071/5879). ISBN 978-989-732-223-5.

Lusa, "Mega desfile multicultural vai promover "cidade latina" no aniversário da transição", notícia de 7 de dezembro de 2011, [Consult. 4 de setembro de 2014], disponível em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13451626.html>

### 39. RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

#### TEMA 3.3. AÇORIANOS EM MACAU – D. JOÃO PAULINO: “DA ATIVIDADE PASTORAL À DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA” RAUL LEAL GAIÃO

### 0. SINOPSE

O texto pretende dar a conhecer a ação em Macau de D. João Paulino de Azevedo e Castro (Lajes do Pico, 4/2/1852 – Macau, 17/2/1918), na sequência de outros textos sobre personalidades açorianas em Macau.

D. João Paulino desenvolveu uma dinâmica ação pastoral na Diocese de Macau, diocese que abrangia, na época, uma vasta área do sueste asiático. Esta ação traduziu-se nas visitas às missões católicas de Timor (com a criação e reorganização das suas missões), a Singapura, Malaca e Hainan (na China), no incremento da instrução, criando escolas e colégios e intensificando a ação educativa do Seminário de S. José que desempenhou um papel central na educação em toda a diocese.

Para além da preocupação com a definição da situação jurídica e missionária do Padroado Português no Oriente, refletida na publicação, em 1917, de *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, D. João Paulino focou-se empenhadamente no ensino e divulgação da Língua Portuguesa no seio da comunidade macaense que, devido às ligações a Hong Kong e por razões económicas e sociais, estava mais motivada e orientada para a aprendizagem da língua inglesa. O prelado dedicou à Língua Portuguesa a pastoral *Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria*, incentivando ao seu estudo, pelo facto de ser a língua de nossos pais, pela contribuição para a promoção e desenvolvimento do homem, pela riqueza da sua literatura e de todo o acervo cultural, e por ser a língua de um povo grandioso e língua universalmente falada em diversas partes do mundo.

### 1. INTRODUÇÃO

D. João Paulino esteve à frente da diocese de Macau (1903-1918) no período conturbado da implantação da República que afetou particularmente a Igreja Católica. O fervilhar do espírito republicano no princípio do século XX e a implantação da República em 1910 ameaçaram e perturbaram a Igreja e a ação dos agentes seculares e regulares, ao defender a laicização do Estado e da sociedade, pondo fim ao ensino da religião nas escolas, legislando a laicidade do casamento e decretando outras medidas que marcavam a independência do Estado em relação à Religião Católica, nomeadamente expulsando os Jesuítas e outras ordens religiosas. Em 1911, a Lei da Separação põe em causa o papel e a autonomia institucional da Igreja Católica ao reduzir ao mínimo o financiamento do culto por parte do Estado, continuando este, porém, a apropriar-se dos direitos sobre o Padroado Português do Oriente, supervisionando a ação missionária e reduzindo os seus agentes a um clero secular formado em instituições públicas.

No Oriente, os efeitos da política republicana tiveram repercussões negativas muito fortes, particularmente em Macau e Timor (territórios na dependência do Estado português), espaços onde a educação e a assistência estavam, quase exclusivamente e desde há longos anos, aos cuidados da Igreja, paralisando a sua ação por efeito de encerramento dos institutos religiosos que formavam os missionários, com a expulsão dos Jesuítas pelo decreto de 8/10/1910, determinação executada em Macau no dia 19 de novembro do mesmo ano, seguindo-se, algum tempo depois, a saída de outras ordens religiosas, como os Salesianos e as Canossianas, obrigadas a partir do território de Macau e Timor.<sup>314</sup>

Em Timor, ao tempo território integrado na Diocese de Macau, a situação ainda muito débil em termos de missão, ensino e desenvolvimento, ficou ainda mais fragilizada. Segundo a lei da Separação das Igrejas, de 20 de abril de 1911, a Igreja Católica deixava de ser a religião oficial, perdendo todas as prerrogativas inerentes a essa condição (Figueiredo, 2003). Com esta determinação, terminava oficialmente toda a interferência do Estado na vida e organização da Igreja Católica, bem como o apoio que esta recebia. O governo republicano criou as missões laicas para substituírem as católicas, com fracos resultados porém, pois era impossível recuperar as tarefas abandonadas pelas diversas ordens religiosas, tarefas para as quais os padres seculares vindos de fora não estavam preparados, assegurando estes, com dificuldade, o funcionamento de algumas escolas. Em maio de 1919, como as missões laicas não chegaram a funcionar, o Estado português reconhecia a importância das missões católicas enquanto agentes de civilização e dos interesses nacionais, regulamentando a implementação e funcionamento das designadas “missões civilizadoras”, laicas e religiosas, assumindo o Estado a responsabilidade de subsidiar estas últimas enquanto “elementos de ação civilizadora e nacionalizadora” (Figueiredo, 2003: 561).

<sup>314</sup> Os jesuítas dirigiram-se para a Índia, os Salesianos para várias partes da China, as Canossianas para Hong Kong. As ordens religiosas, saídas de Macau, no rebentar da revolução republicana,

É neste contexto agitado, e que põe em causa a ação missionária, educativa e assistencial da Igreja, que decorre o exercício das funções de D. João Paulino na vasta diocese de Macau (1903-1918).

## 2. PASTORAL – MISSÕES E ENSINO

Desde o início, uma das principais preocupações, e a que D. João Paulino prestou particular atenção, foi a criação e reorganização das missões católicas, fulcro de toda a atividade missionária no Extremo Oriente. Como a diocese estava disseminada por uma vasta área, as visitas pastorais que exigiam longas e penosas viagens, foram a forma de o bispo conhecer, organizar e dinamizar a ação missionária em toda a sua diocese. Por isso, logo após a sua chegada a Macau (1903), visita Singapura e Malaca (1904), Timor (1905) e Hainan (1906), zonas da diocese onde fomentou a ação missionária e a criação de novas escolas e missões. Com o fervor republicano, e sendo aconselhada ao bispo uma ausência temporária, aproveitou o clima ameaçador para uma visita às Missões: a partir de dezembro de 1910 (4/12/1910) visitou as missões da China (aproveitando para visitar depois Hong Kong e Cantão, apesar de não pertencerem à Diocese de Macau) e em dezembro de 1911 rumou a Singapura, Malaca e Timor. O conhecimento que estas visitas lhe proporcionaram, materializou-se na expansão das missões e na edificação de igrejas, capelas, colégios e residências dos missionários, particularmente no interior da China e em Timor.

Intensificando a forte presença e ação da Igreja no Oriente, dedicou-se empenhadamente ao ensino e à assistência social que a Igreja assumira desde a época da chegada dos portugueses ao Oriente. Sob o seu governo confiou o *Colégio de Santa Rosa de Lima* às religiosas franciscanas missionárias de M<sup>re</sup>; criou o *Colégio da Perseverança* para as raparigas sem família, entregue às religiosas canossianas e fundou um orfanotrófio, *Orfanato da Imaculada Conceição*, para o ensino de artes e ofícios a jovens chineses e entregue por D. João Paulino em 1906 à direção dos Salesianos de D. Bosco, sendo o primeiro diretor do orfanato

regressaram gradualmente; em 1911 estavam de volta as Canossianas e os Salesianos. A Companhia de Jesus e as Franciscanas Missionárias de Maria só regressariam nos anos 20 (do século XX).

o italiano P. Luigi Versiglia (1873-1930), depois bispo e vigário-apostólico na China, mártir e santo da Igreja Católica.

Com a saída forçada dos jesuítas a 19 de novembro de 1910 e mais tarde de outros religiosos e religiosas, são encerradas escolas, infantários, orfanatos, oficinas. Algumas escolas e instituições de assistência deixam de funcionar. A saída dos jesuítas que se encontravam à frente do Seminário de S. José levou a que o próprio bispo assumisse a direção desta instituição, por desempenhar um papel fulcral na educação, não só no referente à formação do clero para todas as pontas da diocese, mas também na formação profissional da população de Macau. O Orfanato da Imaculada Conceição (dirigido pelos Salesianos) e o Colégio de Santa Rosa de Lima (orientado pelas Franciscanas de M<sup>a</sup>) tiveram de reduzir a sua atividade, sendo administrados e lecionados pelo reduzido clero secular. Foram encerrados o Asilo de Santa Infância da Taipa, a Casa de Beneficência e outros estabelecimentos de instrução e de beneficência em Macau.

Com o decorrer do tempo, lentamente o bispo de Macau foi recuperando e dinamizando as diversas instituições de ensino e assistência, mostrando à comunidade chinesa, queixosa da incúria dos poderes públicos, principalmente no referente à instrução, tudo o que tinha sido erigido em proveito deles, não deixando de apontar, num período de domínio republicano, como a administração portuguesa descurou a educação da população chinesa: “Os chinas que d’antes se queixavam de que nada se fazia em Macau, por parte dos poderes públicos, em benefício da instrução dos da sua raça, já hoje não teem razão de queixa; por que quase todos, ou melhor – todos esses estabelecimentos, funcionam em proveito d’elles” (Castro, 1995: 98)

Com toda a ação desenvolvida, apesar de todos os ventos desfavoráveis da República, já em 1917 o bispo fazia um balanço positivo de tudo o que a Igreja reconquistou e ampliou no domínio da educação e da assistência: o *Seminário de S. José*, dedicado à educação de jovens portugueses, chineses e de outras

nacionalidades, destinados não só à vida eclesiástica e às missões, mas também ao comércio e à burocracia, prestou

*“relevantes serviços á colonia, instruindo-lhe e educando-lhe os filhos, podendo dizer-se que da actual geração a mór parte dos filhos de Macau, que alguma instrução tenham, ali a receberam e foram habilitados a ganhar a vida quer na colonia, quer em outras cidades do Extremo Oriente, onde ocupam rendosos lugares, ao serviço de firmas commerciaes ou em repartições do Estado. A maioria do clero actualmente ao serviço da diocese e missões, e muitos ecclesiasticos e até religiosos que se acham espalhados por fóra da diocese, ali receberam a sua educação sacerdotal ou de preparação para o estado eclesiástico e religioso.”* (Castro, 1995: 83)

Para se avaliar do papel fulcral do Seminário, o plano de estudos abrangia o ensino primário, secundário (correspondente ao curso geral dos liceus), curso de Teologia, curso de inglês comercial, chinês (cantonense), música coral e instrumental, desenho e atividades de desenvolvimento físico: ginástica, natação e outras modalidades desportivas<sup>315</sup>. Para além disso, desempenhava uma ação relevante na assistência, pois “mantem, conforme o decreto que o reorganizou, um orphanotrophio, e gratuitamente instrue a maior parte de seus alunos, sustenta e veste tambem gratuitamente ou por modica pensão um grande numero de internos.” (Castro, 1995: 86). O Seminário era, pode dizer-se, um centro de cultura “que attrahia a consideração de nacionaes e estrangeiros, a estima dos homens de lettras e não menos confiança das famílias, mesmo de fóra da colonia, pois é sabido que das Philipinas aqui vinham muitos jovens impellidos pelo amôr ao estudo e attrahidos pela fama que gosava o Seminario” (Castro, 1995: 70). Outras instituições de relevo: A *Casa de beneficência*, destinada a instruir e educar meninas portuguesas e chinesas de Macau e de fora e que não possuíam meios. O *Orfanato da Imaculada Conceição*, destinado à formação de rapazes chineses órfãos, ou que sendo pobres não tenham meios para suportar a sua educação. O ensino ministrado abrangia o ensino profissional (oficina de alfaiataria, sapataria,

<sup>315</sup> A formação profissional esteve desde cedo muito presente no Seminário onde “se habilitavam muitos jovens para diferentes uteis misters – na aula de pilotagem bem necessaria n’um tempo em que era muito frequente a navegação entre Macau e outros portos do oriente;” (Castro, 1995: 72).

tipografia, encadernação e tecelagem); ensino artístico (música, música instrumental e canto, existindo banda de música); ensino literário (língua chinesa, portuguesa e inglesa); aritmética e geografia, e ainda o ensino religioso, particularmente o catecismo, não descurando ainda o desenvolvimento físico: ginástica, exercícios desportivos vários, excursões a pé e natação. O *Asilo de Santa Infância*, destinado a recolher as crianças abandonadas. O *Asilo de S. Francisco Xavier* para recolher mulheres inválidas, cegas, surdas-mudas, paráliticas, com perturbações mentais. A *Escola de S. Francisco Xavier* para chineses, com o ensino do inglês, aritmética, geografia e escrita comercial. A *Escola de S. Lázaro* para meninas chinesas para o ensino da língua chinesa, catecismo, história sagrada e costura. A *Escola de S. Lázaro* para rapazes chineses. A *Escola de meninas* na ilha da Taipa, onde se ensinava a língua chinesa, catecismo, costura e labores; duas escolas de rapazes na ilha da Taipa; Escola de rapazes na ilha de Coloane para a aprendizagem do chinês (cantonense). (Castro, 1995: 96).

A sua experiência como diretor do *Boletim Eclesiástico dos Açores* (1894-1902), abalancaram-no, logo no início do seu episcopado, à criação do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (17/7/1903) que se tornaria um dos periódicos mais relevantes em Macau. “No interesse do serviço eclesiástico desta diocese, havemos por bem criar [...] o periódico com o título de Boletim do Governo Eclesiástico da Diocese de Macau, que será de ora avante o órgão oficial do governo da diocese no qual serão publicadas as nossas cartas pastorais, provisões, portarias, circulares, ordens, avisos, etc., bem como, em secções competentes, artigos doutrinários, consultas, notícias de interesse religioso, etc..” (Cardoso, 1997: 19).

<sup>316</sup> O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* acolheu e publicou, ao longo da sua existência, para além de temas religiosos (as pastorais, por ex.), trabalhos linguísticos, de crioulística, etnográficos e antropológicos, ao tempo pioneiros nestes domínios de investigação, por exemplo e como amostra: Silva Rêgo, *Influência da Língua Portuguesa na Malaia* (nº35, 1938); P. João José Andrade, *Em Timor. Usos e Costumes*.

<sup>317</sup> Em 1882 um padre jesuíta leva para Macau um professor de música munido de instrumentos necessários para a formação de uma orquestra, que viria a ser a Orquestra do Seminário de S. José que funcionou até à década de 50 do século XX e que chegou a ser constituída por cerca de 26

O *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* publicar-se-á em Macau e saindo na primeira quinzena de cada mês. “Imediatamente a respectiva administração o fará expedir para todos os R.<sup>dos</sup> párocos e missionários da diocese, os quais, depois de lido, o arrecadarão para oportunamente fazerem encadernar em tomos distintos, com o respectivo frontispício, índice e número de ordem” (Cardoso, 1997: 19-20)<sup>316</sup>.

Outro dos aspetos da atividade que D. João Paulino não descurou foi a música sacra e litúrgica na sua diocese, encetando e promovendo uma reforma musical através da formação de sacerdotes com preparação e sensibilidade musical para os atos litúrgicos e fazendo do Seminário de S. José um centro de formação e desenvolvimento da música, com cursos, orquestra<sup>317</sup>, coros, dinamismo que criou um ambiente musical único nas diversas paróquias de Macau e que se vai refletir na geração seguinte.<sup>318</sup>

Em 1915 iniciou a publicação de *Os Bens das Missões Portuguesas na China*, fruto da sua investigação e da sua atividade pastoral pelas diversas missões da Diocese de Macau e que lhe possibilitou uma forte intervenção política e religiosa.

### 3. O PADROADO PORTUGUÊS

Macau integrava-se numa entidade eclesiástica, o Padroado Português do Oriente, instituído no século XVI, tendo o Estado Português, entre outras prerrogativas, o direito de apresentação dos candidatos a bispos (Reis, 2003: 289). Conhecedor perfeito da história do Padroado e dos diversos problemas que se relacionam com a ação religiosa e patriótica do clero português no Extremo-

instrumentistas. O seminário possuía também uma banda. O movimento musical nas diversas paróquias de Macau foi intenso no século XX, pois praticamente todas as igrejas possuíam um coro ou um grupo de instrumentos. A igreja de S. Lázaro possuía uma excelente banda bem como o orfanato Salesiano. Cf. Gaião, 2012.

<sup>318</sup> Em 6/9/1903, numa cerimónia de entrega de prémios no seminário, presidida por D. João Paulino, foi executado pelos alunos, na abertura da sessão, um hino criado pelo próprio D. João Paulino.

O seu sucessor, D. José da Costa Nunes, empenhou-se e dedicou-se também à renovação da música sacra na sua diocese (cf. Gaião, 2013), para a qual contribuiu o P. Áureo de Castro, grande figura da criação e atividade musical em Macau (cf. Gaião, 2012), os dois naturais da ilha do Pico.

Oriente<sup>319</sup>, mereceu particular atenção de D. João Paulino a definição da Diocese de Macau, devido à controvérsia gerada sobre a delimitação das áreas sob jurisdição da diocese de Macau e da Prefeitura Apostólica de Cantão, esta sob jurisdição francesa, questão levantada pelo governo francês junto da Sagrada Congregação de Propaganda.

A ação diplomática empreendida pelo bispo de Macau, envolvendo o governo português, francês e a Santa Sé, e após diligências múltiplas, contribuiu para a definição da nova jurisdição efetiva do Bispo de Macau e do novo território diocesano através do decreto pontifício de 3/2/1903, executado em 1908:

“1º - o território do domínio português na China, a saber - Macau e as ilhas da Taipa e Coloane;

2º - todo o districto de Heung-Shan e algumas ilhas a oeste desse districto pertencentes ao districto de San-ui);

3º - toda a prefeitura de Shiu-Hing, compreendendo 12 districtos;

4º - os isentos e as christandades de Singapura e Malaca, constituindo um vicariato geral;

5º - finalmente, a parte da ilha de Timor sujeita ao domínio português, dividida eclesiasticamente em dois vicariatos geraes.” (Castro, 1995: 79)

Foram redefinidos assim os limites da diocese de Macau e da prefeitura apostólica de Cantão: a ilha de Hainão passava para a jurisdição da prefeitura e o distrito de Zhaoqing ficava sob a alçada da diocese de Macau.

*Os Bens das Missões Portuguezas na China* constituem uma obra metodicamente elaborada, pela compilação de documentos dispersos, fornecendo um manancial de informações (quando se punha em causa a Igreja) sobre a origem dos bens das Missões portuguesas (doações e esmolas dos fiéis), o modo como os bens conseguiram subsistir, atendendo particularmente à

<sup>319</sup> Em *Os Bens das Missões Portuguezas na China*, D. João Paulino passa em revisão os momentos mais críticos da Igreja, entre os quais salienta a expulsão dos jesuítas por decreto do Marquês de Pombal em 1759, com a consequente confiscação dos bens, incluindo o Colégio de S. Paulo

situação atual, a administração, o modo de aplicação dos rendimentos às diversas obras espalhadas pela vasta diocese de Macau. (Castro, 1915: III).

Os momentos difíceis com a implantação da República, levam-no a repensar as relações entre o Estado e a Igreja e o papel que a Igreja desempenhava no Extremo Oriente. Em *O Padroado Português no Extremo Oriente e a Lei da Separação do Estado das Igrejas* evidencia, neste texto, a ideia de que a evangelização fora a trave-mestra do processo de expansão da civilização nas nações idólatras e selvagens; enaltece o papel de Macau como centro irradiador da ação missionária no Extremo Oriente, evidenciando a utilidade política da ação missionária portuguesa na China e no Extremo Oriente;

#### 4. ENSINO DE LÍNGUAS. ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No início da evangelização, no século XVI, a necessidade de domínio das línguas nativas, sentida como aprendizagem prévia à evangelização, era uma preocupação constante. A primeira tarefa que era incumbida a cada missionário, ao chegar à missão a que se destinava, era dedicar-se ao estudo intensivo da língua local, uma vez que não a conhecia, ficando os missionários frequentemente “dependentes dos intérpretes para os primeiros contactos com os potenciais convertíveis e para a aprendizagem das línguas orientais. (Ferro, 1998: 387-388)

No Oriente, o ensino das línguas chinesa e japonesa, no colégio de S. Paulo em Macau, assumiu uma importância fundamental para a formação dos missionários destinados à China e ao Japão. De acordo com Ferro (1998: 392), desenvolveu-se “o recrutamento do clero nativo, que permitia ensinar a língua aos ocidentais, auxiliá-los na missão, no estudo dos textos religiosos hereges, nas traduções dos textos cristãos e no confronto com os clérigos autóctones.”

(transformado em quartel) que era destinado à preparação do clero para o Japão, permanecendo, apesar de tudo, o Seminário de S. José, recentemente criado, para a educação dos missionários para a China (Castro, 1995)

Também D. João Paulino, na continuação desta prática ligada à evangelização, achava premente a aprendizagem das línguas locais, seguindo e defendendo a estratégia do estudo das línguas locais aplicada ao terreno missionário por parte dos jesuítas a quem reconhecia e elogiava o grande papel na evangelização, nos séculos passados. Ao longo das visitas pastorais efetuadas e com a amplitude da sua ação, percorrendo o extenso e por vezes longínquos territórios da sua Diocese, o bispo de Macau teve a possibilidade de observar que alguns missionários não falavam a língua da região evangelizada, nem se preocupavam ou manifestavam interesse em aprender/estudar as línguas nativas consideradas fundamentais para o exercício do ministério missionário, o que não contribuía para uma evangelização eficaz. Neste sentido, considerou oportuna a criação no Seminário de aulas de línguas nativas, inseridas na formação do clero destinado às missões, de forma que, ao chegarem aos locais do seu múnus pastoral, estivessem munidos dos conhecimentos mínimos para poderem missionar na língua dos nativos. Este plano era fundamental para as missões da China e de Timor, onde existia uma pluralidade de línguas<sup>320</sup>, mas também para o território de Macau, onde a maioria da população só falava chinês (cantonense).

Por julgar necessário, e para o interesse da expansão da Religião Católica, considerou premente a criação da lecionação das línguas nativas no Seminário, lugar onde se fazia a preparação dos missionários para as missões em que não era falado o português, determinando o seguinte:

*“Art. 1 – São criadas duas aulas para o ensino das duas principais línguas faladas na ilha de Timor na parte sujeita à nossa jurisdição, a saber o Tétum e o Galoli.*

*Art. 2 – O ensino destas duas línguas bem como o do inglês e do chinês cantonense já professado no Seminário, será obrigatório para os alunos que se dedicam ao estado sacerdotal, conforme o país de missão para que forem destinados.”* (Cardoso, 1997: 37).

<sup>320</sup> A extensão e a distribuição por vários espaços contribuem para que fossem faladas pelo menos 21 línguas e dialetos na Diocese de Macau (no início do século XX): Português, Inglês, Punti (cantonense), Hakka e Haklo (dialetos chineses), cristão (dialeto português falado em Singapura e Malaca)” e as 14

línguas ou dialetos falados em Timor<sup>320</sup>, pois falam-se várias línguas ou dialetos, Tetum, Galóli, Idaté Macassai, Huiamá, Dagadá, Midic, Naumic, Nauete, Bunác, Vaíqueno,, Mambae, Tucuded, Kêmac e Lacalei” (Cf Gaião, 2013).

Para a aprendizagem das línguas e para o processo de evangelização, a construção de materiais para apoio ao ensino, bem como a elaboração de catecismos nas línguas locais e outros materiais de apoio religioso, eram fundamentais. Por isso saudou com entusiasmo a publicação do dicionário “Portuguez-Galoli”, publicado no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (27/7/1905) (Cardoso, 1997: 38), bem como do catecismo em português e Galoli, “obra aprimorada em todo o sentido”, sendo de grande alcance e proveito para a população de Timor, bem como para os missionários destinados à evangelização deste território (Boletim, Jan/1904: 130) (Cardoso, 1997: 38).

De igual modo, é com regozijo que D. João Paulino regista e faz a resenha dos trabalhos linguísticos, litúrgicos e catequéticos redigidos nos dialetos mais conhecidos e falados em Timor que fazem “ler o selvagem, e pela leitura incutir-lhe na alma as grandes idéas da Fé e as santas máximas da Moral Christã” (Castro, 1995: 190), trabalhos publicados em Macau e na maioria na Tipografia do Seminário de S. José e que revelam o grande empenhamento e a capacidade de trabalho da parte do clero da diocese de Macau:

- P. Sebastião M<sup>ª</sup> Aparício da Silva, *Catecismo da doutrina christã em tétum*, 1885; *Diccionario Portuguez-Tetum*, 1889.

- Rdo. Manuel M<sup>ª</sup> Alves da Silva, *Noções de Grammatica Galoli*, 1900; *Catecismo da doutrina christã em portuguez e galoli*, 1903; *Compendio em galóli de orações quotidianas e Comunhão* (com uma lição de doutrina em macaçãe (dialeto de Vinilale) e o *decálogo em macaçãe e midic* (dialeto de Leclibáto); *Evangelhos das domingos e outras festas do anno* (em portuguez e Galoli), 1902; *Diccionario Portuguez Galoli*, 1905; *Noticia da Aparição da Virgem M<sup>ª</sup> Nossa Senhora nas montanhas de La Salette* (em Galoli), 1888; *Methodo para ouvir missa*, meditando na Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, destinado aos christãos de Manatuto e Lacló, 1888. (Castro, 1995).

- Rdo. P. Manuel Fernandes Ferreira, S. J., *Resumo de História Sagrada em portuguez e tétum*, 1906; *Pequeno Catecismo e orações para*

*todos os dias* (em tétum e português), 1907. Rdo. P. Manuel Mendes Larangeira, *Cartilha – Tetum*.<sup>321</sup> (Castro, 1995)

O ensino da língua chinesa estava integrado no mesmo espírito. No Seminário, desde a sua fundação, ensinava-se esta língua para a preparação do clero destinado à China, ensino com forte tradição, salientando, o bispo, a importância da “aula da língua e litteratura sínica, onde se instruíam allem dos jovens destinados às missões, outros que exerceram com distincção os lugares d’interpretes do Leal Senado;” (Castro: 1995), procurando simultaneamente incentivar os estudos sinólogos.<sup>322</sup>

Por outro lado, o novo mundo que começava a despontar exigia a comunicação noutras línguas, principalmente a língua inglesa que se estava afirmando como língua de comunicação universal (nos negócios, nas transações comerciais, no domínio da economia), e, no caso de Macau, por ser a língua falada na vizinha colonia inglesa de Hong Kong que exercia uma enorme atração sobre a população de Macau, principalmente sobre a comunidade macaense. Sendo de grande utilidade e proveito para os jovens chineses habitantes da cidade de Macau o ensino da língua inglesa ministrado por pessoas que saibam a língua chinesa, “havemos por bem criar no nosso seminário uma aula daquela língua, que será regida por algum dos professores do seminário, idóneo para tal ensino” (Cardoso, 1997: 35). Mesmo tratando-se de uma instituição eclesiástica, eram admitidos alunos que não seguissem a religião católica, sendo apenas “exigido na aula o respeito devido àquela augusta Religião.” (Cardoso, 1997: 35). No Colégio de Santa Rosa de Lima observa como *o inglês, o francês e o alemão* são proficientemente ensinados por professoras de nacionalidade, [...] e salienta como a prática é fundamental na aprendizagem das línguas vivas, através do convívio com as professoras, por parte de muitas alunas internas ou semi-internas (Cardoso, 1997: 278).

<sup>321</sup> D. João Paulino refere ainda uma série de trabalhos de que tem conhecimento, inéditos na altura, e que evidenciam a vitalidade dos estudos das línguas nativas e a preocupação com a evangelização nas línguas locais: *Diccionario de Tetum* (P. Manuel Mendes Larangeira); *Catecismo na língua d’Ockussi* (P. Manuel Calisto Duarte Neto); *Historia Sagrada em galóli* (Rdo P. Pedro do Vale); *Vocabulario em tucodede*, falado em Maubara (P. Manuel Martins Pereira).

Mas a atenção mais vincada de D. João foi o ensino da língua portuguesa. Numa alocução no Colégio de Santa Rosa de Lima (31/1/1910) refere o estado do ensino da língua portuguesa neste estabelecimento: “A *língua materna* ensina-se [no Colégio] nas quatro classes de instrução primária e nas duas primeiras de português do ensino liceal, conforme os programas oficiais”, aplaudindo as professoras pelo esmero e pelo rigor “para que as alunas aproveitem as lições do belo idioma pátrio, empenhando-se em corrigir os defeituosos hábitos do dialeto local” (Cardoso, 1997: 278), referência às marcas do falar crioulo da comunidade macaense no momento em que estava em franco declínio, pela descrioulização em curso.

Do mesmo modo se refere ao ensino da língua portuguesa no seminário: “A língua portuguesa, especialmente, é esmeradamente cultivada tanto pelos professores, entre os quaes se contam literatos distintos, como pelos alunos, chegando mesmo os chinas a falar e escrever com muita correccção e até com muita elegância a língua de Camões; (Castro, 1995: 83)

As Missões realizam um fim não só religioso mas também patriótico, pois em todos os pontos por onde se estende a jurisdição do bispo de Macau, se fala e ensina a língua portuguesa e se criam instituições com património pertencente aos Bens das Missões. (Castro, 1995)

É na Pastoral *Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria*<sup>323</sup> (8/9/1906), dedicada à língua portuguesa, que D. João Paulino pretende motivar os portugueses e nomeadamente a comunidade macaense para a aprendizagem da língua: “...conhecido por experiência que nos filhos desta terra oriundos de famílias portuguesas se vai manifestando pronunciada tendência para não se instruírem no conhecimento da língua de seus pais, a pretexto de que têm necessidade de estudar outras que mais probabilidade oferecem de lhes

<sup>322</sup> Entre os sinólogos, D. João Paulino salienta o P. Joaquim Afonso Gonçalves, autor de diversas publicações: *Diccionario Portuguez-China*, *Lexicon Manuale Latino-Sinicum*, *Lexicon Magnum Latino-Sinicum*, *Grammatica Latina ad usum sinensium juvenum*.

<sup>323</sup> Vide Grosso (2009).

granjearem uma posição social vantajosa, um meio de vida definido e rendoso; ) (Castro, 1996: 99).

Para melhor compreensão da situação, convém referir que em 1841 foi estabelecida a concessão da ilha de Hong Kong e ocupada pelas forças britânicas, momento a partir do qual se começou a desenvolver um movimento migratório para Hong Kong de diversas partes e nomeadamente dos portugueses de Macau, (pela proximidade geográfica) além de chineses e britânicos, devido às condições políticas, económicas e sociais que a colónia oferecia, novo espaço económico emergente, gradual e forte entreposto comercial, pelo porto franco e liberdade de comércio, tendo as principais casas comerciais chinesas e britânicas, com funcionários e dinheiro, sido transferidas de Cantão e de Macau para esta ilha (Dias, 2014). A população macaense, mantendo os seus traços culturais (a prática da religião católica, os casamentos dentro da sua comunidade), com um bom domínio da língua inglesa e do cantonense, desempenhava as funções de empregados de comércio, contabilistas, cambistas e intérpretes, nas casas comerciais e outras funções na área da administração colonial e da justiça. (Dias, 2014: 261) Deste modo o apelo da Língua inglesa tornou-se dominante, e a aprendizagem do português tornou-se dispensável, não só em Hong Kong mas até em Macau. Assim se compreende a atitude de D. João Paulino, seguida de várias iniciativas no reforço do ensino da língua portuguesa.

O desinteresse pela língua portuguesa relaciona-o D. João Paulino com o “arrefecimento do amor pátrio”, sentimento nobre e sublime que se enraíza, vive, cresce e se desenvolve com as primeiras noções e os primeiros afetos. Para ele o sentimento de amor pátrio está ligado ao seio da família onde nascemos, à terra, ao “solo que pisámos, das formosas paisagens que primeiro atraíram e deslumbraram nossas vistas, do sol que doirou os primeiros dias da nossa existência” (Castro, 1996: 100), aos amigos e companheiros da escola, ao povo com as leis comuns, com a mesma religião e a mesma língua e a mesma cultura.

São estes laços que desenvolvem e fortalecem este nobre sentimento” pois a pátria é o “ ... torrão em que nasceu, essa grande coletividade no meio da qual viveu, desenvolveu e aperfeiçoou as suas faculdades, protegido pelas suas leis, amparado por seu governo paternal, instruído em suas escolas, e formado pelas

suas múltiplas instituições ...” (Castro, 1996: 102). De todos os vínculos da nacionalidade, solo onde se nasce e vive, leis e governo, comunhão de interesses, semelhança de costumes e de tendências, a religião como união na mesma fé, as tradições comuns, o património herdado, considera que a língua com que todos comunicam e todos se entendem constitui o elo mais forte, a par das tradições e da religião, exemplificando com a diáspora dos judeus.

O bispo lembra na 1ª Pastoral ao chegar a Macau (16/7/1903) como a língua e a fé criaram este sentimento:

*“foi isto o que tivemos a indizível satisfação de ver e observar nas Índias e na Península de Malaca, onde os cristãos se gloriam de terem recebido dos portugueses os ensinamentos da fé, a tal ponto que, mesmo em país de dominação estrangeira, ainda falam o português, ao menos nos atos religiosos, na prédica e exercícios de devoção nas igrejas e nas orações do culto privado em família. Os religiosos habitantes de Malaca não querem falar outra língua senão o seu português, ainda que muito adulterado, porque dizem eles, é o falar cristão”* (Cardoso, 1996: 36-37).

Todo o homem tem de promover, desenvolver e aperfeiçoar o seu ser através do exercício harmónico e integral das suas faculdades. “A faculdade de falar que existe potencialmente radicada no fundo da natureza humana, atua-se, completa-se e aperfeiçoar-se pelo exercício, primeiramente no seio amoroso da família, sob o terno olhar e por entre as carícias de nossas mães, depois na escola sob a direção de nossos mestres, e mais tarde no convívio do mundo, especialmente no trato com os homens sábios.” (Castro, 1996: 105)

D. João Paulino salienta o carácter ético da linguagem, pois foi através dela que fomos encaminhados e educados para a verdade, para o bem e para a virtude, enaltece a sua estética por ser uma das mais belas, mais suaves, mais ricas e mais perfeitas, e a riqueza semântica da língua portuguesa: “uma das mais adequadas à fixação e à expressão do pensamento em todas as suas múltiplas variedades e modos [...] uma das que melhor se prestam a promover o desenvolvimento intelectual e moral do homem, o progresso e o

aperfeiçoamento das ciências e das artes” (Castro, 1996: 106), língua que criou obras-primas da literatura (Camões, Vieira, Bernardes, Garrett ...), “sóis que brilham no firmamento das letras pátrias, através do invólucro brilhante da forma, transluzem conceitos sublimes que seduzem as imaginações, enchem de vida as almas, e fazem vibrar de nobre entusiasmo os corações!” (Castro, 1996: 107)

Para mostrar a importância e a necessidade de aprendizagem, enumera os fortes motivos para os portugueses se interessarem pelo estudo da língua portuguesa:

1. A primeira língua falada por povos civilizados;
2. Língua de um povo grande;
3. Uma das línguas mais universalmente faladas: Europa, África ocidental e oriental, Ásia (desde o Indo até ao Império do Sol Nascente), América do Norte (do Atlântico ao Pacífico), América do Sul (Brasil) e até na Oceania (Timor)
4. A língua do povo que ensinou o caminho marítimo para o Oriente
5. A língua do povo que manteve relações amigáveis com a China e o Japão;
6. A língua dos missionários que levaram a fé até ao Extremo Oriente.

Por isso propõe para todas as escolas e colégios dependentes da Igreja Católica prémios que estimulem e incentivem os jovens a aprender português:

“1.º São criados dois prémios pecuniários de \$40,00 cada um, denominados – “*Prémio Rei de Portugal*” e “*Prémio Rainha de Portugal*”.

2.º Estes prémios serão anualmente divididos e distribuídos do seguinte modo:

(a) Do *Prémio Rei de Portugal* serão dadas: I. \$ 40,00 ao aluno do Seminário diocesano que mais se distinguir no exame final do curso de português; II. \$ 30,00 ao aluno do mesmo estabelecimento mais distinto no exame final da instrução primária (2º grau); III. \$

70,00 serão divididas em partes iguais que constituirão outros tantos prémios para os três alunos chinês do “*Orfanato da Imaculada Conceição*”, da “*Escola de S. Francisco Xavier*” e da “*Casa de Beneficência*” que mais se distinguirem no exame de português final.

(b) Do *Prémio Rainha de Portugal* serão dados: I. dois prémios de \$ 40,00 cada um às duas alunas do “*Colégio de Santa Rosa de Lima*” e da “*Casa de Beneficência*”, que mais se distinguirem no exame final do curso de português; II. Dois prémios de \$ 30,00 cada um às duas alunas dos mesmos estabelecimentos que mais se distinguirem no exame final da instrução primária (2º grau).

& Único. Quando em qualquer dos estabelecimentos não haja aluno ou aluna que mereça algum dos prémios, a importância deste será proporcionalmente dividida pelos premiados do mesmo grupo.

3.º Este prémios só poderão ser dados a alunos não europeus, pois que aos alunos europeus não faltam estímulos para se instruírem na língua da mãe pátria.

4.º Oportunamente, em cada ano serão dadas por Nós ou por quem Nos represente as necessárias providências para que aos superiores dos estabelecimentos sejam entregues as quantias destinadas a cada um.

5.º Estas Nossas determinações serão de efeito permanente e perdurarão enquanto não for mandado o contrário.” (Cardoso, 1996: 116-117)

## 5. CONCLUSÃO

A dedicação às Missões e ao ensino, para além da propagação da fé e da formação da população, têm para o bispo das Lajes um carácter político, nacional e de sentimento pátrio: “Com efeito, além da perfeição do ensino, especialmente das línguas mais apreciadas no Extremo Oriente, e sobretudo do ensino e difusão da língua portuguesa, teve-se em vista com isso neutralizar certa propaganda de descredito movida contra a colónia por aventureiros que impunemente ahi trabalhavam na desnacionalização d’ella, e que infelizmente encontraram o

campo disposto para trabalharem á vontade em proveito da sua causa.” (Castro, 1995: 98)

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1997). *Textos de D. João Paulino, Provisões e outros escritos*, vol. I. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1996). *Textos de D. João Paulino, Pastorais*. Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino de Azevedo e (1995). *Os Bens das Missões Portuguezas na China*. Edição fac-similada. Macau: Fundação Macau.

Castro, D. João Paulino (1996). “Estudo da Língua Portuguesa e amor à Pátria”. In Cardoso (coord.) *Textos de D. João Paulino, Pastorais*. Macau: Fundação Macau. 98-118.

Dias, Alfredo Gomes (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.; Fundação Macau.

Ferro, J. Pedro (1998). “Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol, Tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 351 – 459.

Figueiredo, Fernando (2003). “Timor (1910-1955)”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. Lisboa: Fundação Oriente, 521-282.

Gaião, Raul Leal (2012). “Açorianos em Macau – Áureo da Costa Nunes e Castro: da atividade pastoral à criação musical”. In *Atas XVIII Colóquio da Lusofonia*, 5-7/10/2012. CD-ROM ISBN: 978-989-95641-9-0.

Gaião, Raul Leal (2013). “Açorianos em Macau – D. José da Costa Nunes: O Missionário do Oriente – Evangelização e Aprendizagem de Línguas”. In *Atas XX Colóquio da Lusofonia*, 16-18/10/2013.

Grosso, Mª José (2009). “Um olhar açoriano sobre Macau”. In *Atas 4º Encontro da Lusofonia*, 31/3-4/4/2009. Lagoa, Açores. ISBN: 978-989-95641-1-7.

Reis, Célia (2003). “Religião e Culto”. In A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. Lisboa: Fundação Oriente, 287-347.

## 7. ANEXO

*D. João Paulino de Azevedo e Castro: dados biográficos:*

- 4/2/1852 - Nascimento (Lajes do Pico).
- 1869 – 1874 – Liceu da Horta.
- 1875 – Curso de Teologia – Universidade de Coimbra.
- 7/1879 – Conclusão do Curso de Teologia – Universidade de Coimbra.
- 31/8/1879 – Ordenação sacerdotal em Angra do Heroísmo.
- 14/9/1879 – Primeira missa – Igreja Matriz das Lajes.

- 1879 – Professor de Teologia, Filosofia, História Eclesiástica e Direito Canónico no Seminário de Angra.

- 1889 – Cónego do Cabide da Sé de Angra.

- 1890 – Tesoureiro-mor da Sé.

- 1894-1902 – Diretor do *Boletim Eclesiástico dos Açores*.

- 1901 – Arcediago.

- 9/6/1902 – Eleito Bispo de Macau pela bula do papa Leão XIII.

- 27/12/1902 – Sagração Episcopal (em Angra do Heroísmo).

- 6/2/1903 – Partida para Lisboa com destino a Macau.

- 23/3/1903 – Partida para Macau.

- 4/6/1903 – Tomada de posse da Diocese de Macau.

- 17/7/1903 – Funda o *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*.

- 17/11/1903 – Recebe as Franciscanas Missionárias de Mª a quem entrega o Colégio de Santa Rosa de Lima.

- 1903 – Recebe os Salesianos.

- 1902 - 1918 – Bispo de Macau.

- 1904 - Visita às missões de Malaca e Singapura.

- 9/8/1905 – 5/12/1905 - Visita a Timor.

- 1906 - Visita a Hainan.

- 1906 – Funda o *Orfanato da Imaculada Conceição* (Macau), confiado à administração dos Salesianos.

- 1917 – Publicação de *Os Bens das Missões Portuguezas na China*.

- 17/2/1918 – Falecimento em Macau.

- 6/2/1923 – Trasladação dos restos mortais para as Lajes – Pico.

## 40. ROLF KEMMLER, ALEMANHA

### TEMA 2.6. AFINAL, QUEM SÃO OS DONOS DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA? 2 ROLF KEMMLER (VILA REAL)\*

#### 1 INTRODUÇÃO

Depois do ato formal de assinatura em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, foi após algumas vicissitudes que o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (AOLP 1990) passou a entrar em vigor em Portugal no dia 1 de janeiro de 2012, isto apesar de a 'nova' convenção ortográfica já ter sido ratificada no dia 4 de junho 1991. No entanto, a própria natureza do documento legal deixa claro que se deve ter consciência do facto de a referida data da entrada em vigor ser

vinculativa somente para os agentes do ensino público e a função pública na sua generalidade.

Apesar disso, sabe-se que boa parte dos meios de comunicação social em Portugal já aderiu mesmo antes da medida pelo governo português (cf. Kemmler, 2011a: 294-295) – o que aconteceu sem a existência de qualquer vínculo legal obrigatório ao sistema ortográfico oficializado pelo Estado Português.

É inegável que houve, ao longo dos últimos anos, várias medidas tanto públicas como particulares para uma adoção e implementação do AOLP (1990) não somente em Portugal, como também no Brasil (onde o AOLP 1990 consta encontrar-se largamente implementado desde 1 de janeiro de 2009, apesar da recente mudança da data definitiva de obrigatoriedade para 1 de janeiro de 2016) e nos outros países signatários (hoje países membros da CPLP).

Tivemos ocasião de demonstrar ao longo de várias publicações, dedicadas ao passado remoto e à atualidade desta reforma ortográfica mais recente (entre as quais se destacam Kemmler, 2001, 2009, 2011a, 2011b), que, pelo menos, desde o ponto de vista histórico, a questão ortográfica sempre esteve sujeita a vicissitudes políticas, que fizeram com que, na realidade, os acordos ortográficos de 1931 e 1945 levassem tanto ao fracasso, como a tentativa para um acordo em 1986. Somente o que se pode chamar o 'pequeno acordo ortográfico' de 1971/1973 não sofreu qualquer contratempo, alterando os respetivos sistemas ortográficos de 1943 (no Brasil) e 1945 (em Portugal).

A menos de um ano antes da data-limite legal da obrigatoriedade definitiva do atual 'código da escrita' em Portugal (a partir de 13 de maio de 2015), em semelhança ao 'Velho do Restelo' camoniano persistem as vozes que se manifestam contra o AOLP (1990), pretendendo manter-se fiel às normas do regime ortográfico anterior de 1945/1973, promulgado pelos respetivos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano. Face, enfim, às incessantes reivindicações que visam uma participação mais ampla em decisões em matéria ortográfica, convém abordar a questão a quem, afinal, 'pertence' a ortografia da língua portuguesa e a quem cabe tomar decisões sobre ela. A nossa perspetiva incide sobretudo sobre a situação portuguesa, extensiva, em última

medida e por força de convénios internacionais devidamente ratificados, para os países membros da CPLP no atinente ao AOLP (1990).

## 2. O QUE É ORTOGRAFIA, DE ONDE VEM E A QUEM É QUE PERTENCE?

Como derivado do composto do adjetivo grego ὀρθός (reto, correto) e do verbo γράφειν (escrever), o termo greco-latino *orthographia* costuma ser usado na gramaticografia latina e latino-portuguesa desde a antiguidade clássica para designar uma das quatro partes da gramática, nomeadamente aquela parte que se dedica à escrita. Em 1540, a *Grammatica da lingua Portuguesa* de João de Barros (ca. 1496-1570/71) oferece-nos um primeiro esforço definitivo em língua portuguesa:

Esta paláura, Orthografia, é grega: quér dizer ciência de escreuer dereitamente (Barros, 1971: fol. 40 r.).

Na sua definição, o gramático quinhentista relaciona a origem greco-latina do termo metalinguístico português com a característica de ser uma ciência, nomeadamente a de escrever corretamente. Sem qualquer tentativa de justificar a origem das ideias ortográficas que vem manifestando em seguida, Barros introduz o elemento normativo através do advérbio 'dereitamente' no sentido de 'escrever certo', paradigmática para a maioria das definições dos séculos vindouros.

Apesar da existência de um número considerável de manuais metaortográficos que foram sendo publicados desde o século XVI até finais do século XIX, pode-se constatar que não existia qualquer sistema 'ortográfico' no sentido mais exato da palavra, pois verificava-se a coexistência de vários sistemas gráficos, orientados, ou não, pelos tratados que se encontravam disponíveis no mercado livreiro. No que respeita à língua portuguesa naquele período, podemos, portanto, falar de uma coexistência e coocorrência de vários 'códigos da escrita'. Esta situação encontra-se melhor descrita na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816):

### 3. DA ORTHOGRAPHIA, OU BOA ESCRIPTURA DA LINGUA PORTUGUEZA.

A *Orthographia* he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronuncia no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos.

Assim o vocabulo *Ortografia*, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunciação viva na Lingua Portugueza. Porém escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos.

A primeira *Orthographia* chama-se da *Pronunciação*; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se *Etymologica*, ou de *Diriuação*; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras.

Entre estas duas *Orthographias* caminha a *usual*, assim chamada, porque não tem outra auctoridade se não a do uso presente e dominante; ja para seguir as *Etymologias*, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunciação presente; ja para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex: *He*, *Huma* com H, que não ha na origem Latina; e *Filosofia*, e *Fyzica* com F e Z, que não ha nas palavras Gregas.

Ja se vê que as *Orthographias*, *Etymologica* e *Usual* estão totalmente fóra do alcance do Povo illitterato. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua (Barbosa 1822: 56-57 em Coelho 2013: 284-285).

Na senda do ortógrafo setecentista João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741), Barbosa caracteriza a ortografia como 'arte', ou seja, equipara-a com a gramática, assim designada por fazer parte das sete artes liberais da formação escolar clássica e medieval. Barbosa não somente reconhece os dois sistemas ortográficos antagônicos da 'Pronunciação' (que segue tendências fonetizantes) e 'Etymologica' (que segue tendências etimologizantes), mas também apresenta um terceiro sistema, designado pela primeira vez como 'usual'. Este último sistema ortográfico essencialmente constitui uma mistura não codificada dos dois sistemas anteriores.

### 4. A ORTOGRAFIA COMO OBJETO DE LEGISLAÇÃO (1897-1943)

Para a nossa perspectiva de investigar a 'propriedade' da ortografia simplificada, julgamos conveniente proceder a um breve estudo das primeiras medidas legislativas em matéria ortográfica. Se bem que os acordos bi- e plurilaterais mais recentes (1971/1973, 1991) não se refiram ao documento, convém ter em mente que o acordo de 1945 (resultado da *Conferência interacadémica de Lisboa para a unificação ortográfica da língua portuguesa*) direta e explicitamente deriva da *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* de 1943 que apresentaremos brevemente no fim deste capítulo.

#### 4.1. A ORTOGRAFIA USUAL NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Em plena monarquia constitucional, o estado português somente começou a preocupar-se com uma escolha do sistema ortográfico desde finais do século XIX. Foi o Presidente do Conselho progressista José Luciano de Castro Pereira Corte-Real (1834-1914; no governo de 1897-1900) que se encarregou do assunto ao declarar, na portaria de 24 de setembro de 1897 (publicada nesse dia no *Diário do Governo*, cf. *Portaria* 1897) que, em publicações de ensino, não poderia ser empregue nenhuma ortografia reformada sem prévia consulta, sendo a única norma aceitável a *ortografia usual*:

Direção geral de instrução publica

### 3.ª Repartição

Constando que por meio dos livros e textos destinados ao ensino se procura n'alguns estabelecimentos de instrução publica introduzir e impor arbitrariamente, sem consulta nem auctorisação competente, systemas ou reformas de orthographia e até de prosodia portugueza e latina, e que, independentemente das rasões doutrinarias que possam fundamentar taes innovações, a propria carencia de regular verificação e adoção d'ellas e os processos por que pretendem fazer-se adotar podem produzir, e estão já produzindo, graves perturbações e embaraços á regularidade e até á boa disciplina academica: ha por bem Sua Magestade El-Rei mandar declarar ao reitor da universidade de Coimbra e aos diretores das mais escolas superiores, bem como aos reitores dos lyceus e commissarios de estudos, que não podem ser permittidas e devem ser cohibidas taes innovações ou reformas no ensino official, sem previo exame, consulta ou auctorisação das estações competentes, que o governo se reserva ouvir quando e como tenha por conveniente.

Outrosim manda o mesmo augusto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que 3 [sic] composição de quasquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adotado e reconhecido.

Paço, em 20 de setembro de 1897. = José Luciano de Castro (*Portaria* 1897).

Visto que o diploma não veio especificar nenhum sistema ortográfico como conjunto sistemático de regras metalinguísticas, foi quase três anos mais tarde que o Presidente do Conselho regenerador Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907; no governo de 1900-1904) considerou necessário 'esclarecer' o conceito de ortografia usual como se vê na seguinte *Portaria* (1901):

### 2.ª Repartição

*Tendo-se apresentado algumas duvidas de interpretação da portaria de 20 de setembro de 1897; e sendo, por isso, conveniente esclarece-la para seu inteiro cumprimento: manda Sua Magestade a Rainha, Regente em nome de El-Rei, que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, se declare o seguinte: define-se orthographia usual a que está exarada nos mais auctorizados dictionarios contemporaneos da lingua portuguesa e tem sido usada pelos nossos principaes auctores classicos modernos. Os auctores que não se conformarem com esta orthographia, assim o podem declarar, sendo-lhes permittido doscutir em notas succinctas a orthographia que preferem. Outrosim manda o mesmo augusto senhor declarar ao administrador da imprensa nacional e aos chefes das mais officinas typographicas do estado, que 3 [sic] composição de quasquer livros ou textos em portuguez ou latim, que n'essas officinas se fizer com o destino ao ensino publico, devem conservar e manter a orthographia usual, com inteira exclusão de qualquer systema não regularmente adotado e reconhecido.*

Paço, em 1 de fevereiro de 1901. = Ernesto Rudolpho Hintze Ribeiro. (*Portaria* 1901).

Ficou assim estabelecida como 'norma' vinculativa a da 'ortografia usual'. No entanto, parece tão evidente como problemático que os governantes não se preocuparam grandemente com a necessidade de uma fixação de regras metaortográficas propriamente ditas que pudessem servir como catálogo de regras obrigatórias.

#### 4.2. A ORTOGRAFIA OFICIAL SIMPLIFICADA EM PORTUGAL (1911)<sup>324</sup>

No rescaldo, porém, da criação da primeira República Portuguesa, surgiu entre as forças republicanas o desejo de uma simplificação e unificação da ortografia, para a qual se propuseram vários trabalhos relevantes do foneticista e académico Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914). Pelo menos desde

<sup>324</sup> Para todos os textos de natureza oficial e legal, ligados à reforma de 1911, veja-se *Bases* (1911).

1885, este filólogo vinha lutando incessantemente no sentido de conseguir uma simplificação do sistema ortográfico português.

O projeto de uma reforma ortográfica oficial foi iniciado por José António Dias Coelho, empregado da Imprensa Nacional e amigo pessoal de Gonçalves Viana, que solicitou, em 17 de dezembro de 1910, a Luís Carlos Guedes Derouet, o então administrador-geral dessa empresa, que, face ao caos ortográfico existente nas publicações da empresa – e mesmo no órgão oficial *Diário do Governo* – fossem feitas as devidas diligências para estabelecer-se uma ortografia única, de preferência o sistema estabelecido por Gonçalves Viana (*Bases* 1911: 4-5).

Derouet atendeu ao pedido de Coelho e, devido à sua iniciativa, o Ministro do Interior António José de Almeida nomeou, com portaria de 15 de fevereiro de 1911, uma Comissão incumbida do estabelecimento de uma ortografia oficial e única. Faziam parte desta Comissão os principais filólogos portugueses do tempo, nomeadamente Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos. Estes elementos da Comissão decidiram, na primeira sessão de 15 de março de 1911, convocar outros seis vogais, nomeadamente Augusto Epifânio da Silva Dias,<sup>325</sup> Manuel Borges Grainha, António José Gonçalves Guimarães, Júlio Moreira, José Joaquim Nunes e António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.

Ao trabalhar com base nas obras de Gonçalves Viana, mas sobretudo no *Questionário*, a Comissão reuniu-se semanalmente, até ao fim dos trabalhos em 23 de agosto de 1911. Na resultante portaria de 1 de setembro (*Bases* 1911: 5-6) o ministro mandou publicar o relatório da Comissão, sendo publicados este e as bases da nova ortografia tanto no *Diário do Governo*, na portaria de 12 de setembro de 1911 (*Relatório* 1911), como numa separata com caráter oficial (*Bases* 1911). Ordenou ainda que fosse adotado o sistema ortográfico proposto, estabelecendo um prazo máximo de três anos para a sua adaptação em livros de ensino. A Comissão, por fim, não foi desfeita, mas deveria manter-se a fim de responder a qualquer dúvida no futuro.

Visto que a portaria tornou obrigatória a adoção do novo regime ortográfico «[...] em todas as escolas, e bem assim nos documentos e publicações oficiais [...]» (*Bases*, 1911: 6) não será descabido falar-se da criação de um novo 'código da escrita' que substituiu a coexistência algo caótica de inúmeros 'códigos da escrita' de cariz individual. Evidentemente, este código mais recente servia para ser utilizado por todos os portugueses. Não pode, porém, haver dúvida que o novo regime ortográfico desde sempre foi concebido para ter natureza obrigatória

- a) nas escolas (leia-se, em todo o sistema de ensino, quer para agentes de ensino, quer para alunos);
- b) nos documentos oficiais (leia-se na produção escrita da função pública portuguesa), como ainda
- c) nas publicações oficiais (leia-se, no *Diário do Governo* como órgão do Estado ou outras publicações com caráter oficial).

#### 4.3. O ACORDO ORTOGRÁFICO LUSO-BRASILEIRO (1931)

Devido a uma iniciativa da Academia Brasileira de Letras foi em 30 de abril de 1931 que se assinou em ambos os países um primeiro acordo ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e Academia Brasileira de Letras. Os signatários do acordo foram, em Portugal, o presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas bem como o embaixador brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva, e, no Brasil, o presidente da Academia Brasileira de Letras, Fernando Magalhães assim como o embaixador português Duarte Leite. Depois das tentativas anteriores que tinham fracassado, este acordo constitui, portanto, bem mais do que uma simples aproximação interacadémica, já que a participação dos respetivos embaixadores serviu para documentar o interesse e o empenho oficial que os dois países tinham no acordo.

A fim de ser estabelecida a ortografia única, a Academia Brasileira de Letras comprometeu-se a adotar a ortografia simplificada portuguesa de 1911 (com inclusão dos conteúdos da reforma de 1920), tendo exigido por sua parte umas

<sup>325</sup> O filólogo Augusto Epifânio da Silva Dias acabou por recusar fazer parte da comissão.

leves modificações das bases, que a Academia das Ciências de Lisboa reconheceu adotar. As academias resolveram ainda juntar os seus esforços na solução de futuros problemas ortográficos, procurando através das suas influências junto dos respetivos governos que fosse oficializada a ortografia reformada.

Em Portugal, o acordo foi devidamente publicado no *Diário do Governo*, em 7 de maio de 1931 (*Acordo 1931a*), republicado com retificações em 25 de maio de 1931 (*Acordo 1931b*), sendo oficializado através da portaria 7 117 do Ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, em 27 de maio de 1931 (publicada em 1 de junho de 1931, cf. *Acordo 1931c*), limitando-se a portaria a apresentar em sete pontos breves as respetivas alterações ao sistema ortográfico vigente. No Brasil, tendo em consideração «[...] a vantagem de dar uniformidade à escrita do idioma nacional, o que sòmente poderá ser alcançado por um sistema de simplificação ortográfica que respeite a história, a etimologia e as tendências da língua [...]» (ABL 1933: 19), a ortografia simplificada do acordo foi admitida no ensino bem como nas repartições e publicações públicas através do decreto n.º 20 108 de 15 de junho de 1931, exarado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Mesmo que o primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro não tenha tido o destino desejado pelos signatários e legisladores envolvidos no processo nos dois países, trata-se de uma primeira oficialização bilateral do que começou como um acordo interacadémico.

#### 4.4. A CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA LUSO-BRASILEIRA (1943)

Poucos dias após a saída do prelo do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (PVOLP)* no Brasil, foi em 29 de dezembro de 1943 que António de Oliveira Salazar e o embaixador brasileiro João Neves da Fontoura assinaram a *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*, que imediatamente foi oficializada no Brasil por Getúlio Vargas, em 18 de janeiro de 1944 através do decreto n.º 14 533. Em Portugal, o documento foi ratificado em 15 de março de 1944 pelo presidente António Óscar de Fragoso Carmona e reza o seguinte:

Artigo 1.º As Altas Partes Contratantes prometem-se estreita

colaboração em tudo quanto diga respeito a conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países.

Artigo 2.º As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respetivo vocabulário, por acôrdo entre as duas Academias.

Artigo 3.º De harmonia com o espírito desta Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar, sobre matéria ortográfica, deverá ser de futuro posta em vigor qualquer dos dois Governos sem prévio acôrdo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias.

Artigo 4.º A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras serão declaradas órgãos consultivos dos seus Governos em matéria ortográfica, competindo-lhes expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta Convenção e tudo o mais que repute útil para manter a unidade ortográfica de língua portuguesa (*Convenção 1944c*: 327-328).

Nos seus quatro artigos, a *Convenção*, que viria entrar em vigor em 1 de janeiro de 1944, prevê o estabelecimento de um acordo ortográfico com base nos princípios estabelecidos pelas duas academias no âmbito da discussão das bases do *Vocabulário* de 1940, incluindo os princípios básicos aplicados no *PVOLP* de 1943 (artigo 2.º). Além de constituir as duas academias como 'órgãos consultivos' para a resolução de futuras questões (artigo 4.º), no sentido de estabelecer a união luso-brasileira em matéria ortográfica, a *Convenção* prevê a mais ampla colaboração e consulta no futuro (artigo 3.º).

Resumindo, o papel da *Convenção* de 1943 não é de fornecer regras metaortográficas, mas sim de estabelecer as bases legais para que no futuro o sistema ortográfico luso-brasileiro pudesse ser alterado pelas academias. Nada consta que nos permita presumir que a *Convenção* tivesse deixado de estar em vigor. Pelo contrário, convém recordar que no Brasil o documento somente chegou a ser legalmente ratificado mediante o «Decreto Legislativo Nº 9, de 1957», de 29 de maio de 1957.

5. O AOLP (1990) NA FUNÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL

Tendo em princípio entrado em vigor no dia 13 de maio de 2009, quando os documentos de ratificação foram depositados junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na realidade o AOLP (1990) somente passou a entrar em vigor no sistema português de ensino com o início do ano letivo de 2011/2012. Assim, o dia 13 de maio de 2015 automaticamente fica estabelecido como data-limite para a aplicação definitiva deste regime ortográfico (Kemmler 2011a: 294).

Para este efeito, a Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular que pertence ao Ministério da Educação e Ciência, estabeleceu o seguinte no documento de 8 de setembro de 2011 (MEC / DGIDC, 2011):

6. APLICAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO NA AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS

Tendo em conta a entrada em vigor do Acordo Ortográfico (AO) no sistema de ensino no ano letivo de 2011-2012, e uma vez que os manuais escolares serão adaptados de modo progressivo às novas regras de ortografia, o Ministério da Educação e Ciência esclarece que:

Os critérios de classificação das provas de aferição do 1.º Ciclo e das provas finais dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário considerarão como válidas exclusivamente as regras definidas pelo AO a partir dos anos letivos indicados na grelha abaixo (inclusive).

Aplicação do AO na avaliação externa dos alunos	
Ano letivo	Ano de escolaridade
2013-2014	6.º
2014-2015	4.º, 9.º, 11.º e 12.º

Até aos anos letivos indicados, serão consideradas como válidas ambas as grafias (i.e., a anterior ao AO e a definida pelo AO).

Isto significa, que para os alunos que estiveram no sexto ano da escolaridade no ano letivo de 2013-2014, a grafia do AOLP (1990) já passou a ser inteiramente vinculativa nas provas de aferição. Para os restantes anos escolares para os quais a aplicação ainda não era obrigatória, o mesmo passar-se-á a partir do ano letivo 2014-2015 que está a começar presentemente.

Entre as universidades portuguesas, há algumas que em observância da Resolução do Conselho de Ministros 8/2011 já passaram expressamente a adotar o novo regime ortográfico há algum tempo.

Consta, assim, que a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, passaram a aplicar as normas do AOLP (1990) desde setembro de 2011.

No que respeita às universidades públicas de Algarve, Aveiro, Beira Interior, Évora, Nova de Lisboa, como ainda das universidades da Madeira e dos Açores e a Universidade Aberta, não se regista qualquer tomada de posição explícita e oficial sobre a implementação (ou não) do AOLP (1990), pelo que se julga que estas instituições devem respeitar a legislação em vigor.

No que diz, porém, respeito à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme Carvalho / Coutinho (2012), o antigo diretor entendeu não querer pronunciar-se sobre o acordo, pelo que as duas normas são aceites naquela faculdade – isto quando a reitoria da mesma universidade manifestamente utiliza a grafia do AOLP (1990) em toda a documentação.

Deixando de lado o sistema de ensino, onde a adoção do AOLP (1990) parece inevitável enquanto o Ministério da Educação e Ciência como ministério responsável continue a exigir o cumprimento do calendário de adoção nas escolas, com efeito, não se conhecem muitos casos em que uma entidade pública portuguesa se tenha manifestado abertamente no sentido de não adotar a nova norma ortográfica do Estado Português.

## 7. CONCLUSÕES

Mais de vinte e três anos após a assinatura do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* em Lisboa, podemos constatar que este, de momento, está a vigorar em Portugal, como o 'código da escrita' oficial. Foi, com efeito, o último governo de José Sócrates que providenciou que o AOLP (1990) entrasse em vigor tanto no sistema educativo em todos os níveis, a partir do ano letivo de 2011/2012 como na função pública portuguesa, em qualquer comunicação oficial e oficiosa. A forma como o novo regime ortográfico entrou em vigor prevê que este seja aplicado, havendo, no entanto, tolerância no ensino. Em publicações oficiais, por exemplo, não se observa qualquer tolerância, devendo todos os textos ser redigidos segundo o AOLP (1990).

É digno de nota que a maioria da comunicação social portuguesa já adotou o AOLP (1990) ou desde há bastantes anos ou mais recentemente. Restam o diário *Público* e a estação televisiva TVI, como ainda alguns outros meios de comunicação de importância reduzida. No entanto, convém lembrar que nada obriga qualquer elemento da comunicação social a adotar qualquer regime (orto)gráfico que seja.

Seja como for, não deixa de parecer algo estranho o apego que certas pessoas, quer sejam intelectuais, quer não, mostram às normas do regime ortográfico anterior de 1945/1973, promulgado pelos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano, ao passo que rejeitam o 'código da escrita' oficial e próprio da República Portuguesa. Não cabe dúvida, repita-se, que nenhum escritor, nenhuma pessoa que escreve para fins particulares é de alguma forma vinculada ao 'código da escrita' do estado português, quer na sua forma atual, quer numa das formas anteriores.

*Quem quizer, athe pode regressar a orthografia uzual, o systema cacographico segundo o qual Fernando Pessoa escreveu durante toda a sua vida. Quem quizer, enfim, ignorar o 'codigo da escripta' official para os seus escriptos de natureza particular, pode fazello!*

Dado, enfim, que o estado português vem apostando na ortografia simplificada da língua portuguesa desde a reforma de 1911, servindo-se deste regime de escrita para os fins que são próprios do poder discricionário da administração da República Portuguesa, nenhum particular efetivamente poderá reivindicar direitos proprietários que se baseiam no mesmo sistema ortográfico.

Neste sentido, a ortografia simplificada e unificada deve ser entendida como tendo sido estabelecida pela comissão de reforma ortográfica em 1911. Uma vez que esta comissão foi empossada pelo representante competente da República Portuguesa que passou a publicar os resultados dos trabalhos da mesma, não cabe dúvida de que estamos perante uma reforma ortográfica feita 'por encomenda', o que estabelece claramente o direito proprietário da parte do mesmo estado.

Se a reforma de 1920 ainda constitui a continuação da atividade com a qual a comissão da reforma de 1911 foi incumbida pelo estado português (sendo cooptados novos membros para suprir a falta daqueles elementos que entretanto tinham falecido), o primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1931 foi negociado entre as academias dos dois países signatários, sendo oficializado em seguida pelos dois países que se fizeram representar no ato da assinatura pelos seus respetivos embaixadores. Com efeito, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras foram instituídas como órgãos consultivos em matéria ortográfica com a *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira* de 1943.

A partir daí, as medidas ortográficas subsequentes resultaram de negociações bilaterais (os acordos de 1945 e de 1971/1973) ou mesmo multilaterais (o AOLP de 1990) entre as academias e outras entidades envolvidas ou consultadas. Somente a seguir às negociações entre aqueles que tinham sido incumbidos por força de convenção internacional devidamente ratificada em Portugal e no Brasil (que, recorde-se, têm supremacia sobre leis nacionais) é que se dava a oficialização das respetivas medidas ortográficas nos países signatários.

Parece evidente que a *Convenção* tenha sido complementada pelos protocolos modificativos de 1998 e 2004 que servem para oferecer um pano de fundo legal para a entrada em vigor do AOLP (1990), já que em princípio deveria

estar a vigorar desde 1994 quando Brasil nem sequer tinha ratificado o próprio acordo. Com a entrada em vigor definitiva iminente em Portugal e no Brasil, enfim, os dois países que historicamente têm constituído polos opostos em matéria ortográfica, voltaram *de facto* a ficar fiéis às letras da *Convenção* de 1943, afirmando (embora implicitamente), mais uma vez, o direito marcadamente proprietário no regime ortográfico do AOLP (1990) que agora se estende por todos os países membros da CPLP que o assinaram ou vieram a adotar posteriormente.

Tudo leva a crer, no entanto, que os cidadãos particulares que (por razões profissionais ou semelhantes) não se encontram vinculados à ortografia atualmente em vigor nos respetivos países da lusofonia em que se aplica o AOLP (1990) poderão continuar a optar por servir-se de qualquer outro regime ortográfico sem serem intimados a proceder a uma adoção do mesmo ou de outro regime ortográfico que vier a ser estabelecido.

Negar, enfim, o poder discricionário do estado português ou brasileiro ou mesmo a intervenção das academias na elaboração das bases de novos acordos, ao passo de exigir simultaneamente a manutenção do regime ortográfico de 1945 e 1971/1973, não faz qualquer sentido. Com efeito, este tipo de reivindicações retrógradas não servem para outra coisa senão para documentar a profunda ignorância de quem faz estas propostas: deve lembrar-se que a *Convenção* de 1943 serve como base legal para a elaboração e oficialização do acordo de 1945 que constitui a essência da ortografia atual. É, enfim, o mesmo documento que estabelece a futura colaboração de Portugal e o Brasil em matéria ortográfica (leia-se, a partir de 1944), como ainda estabelece as academias como 'órgãos consultivos'.

Quem reconhece a ortografia de 1945 deverá, por conseguinte, reconhecer TODO o conteúdo da *Convenção* e tudo que resulta da colaboração entre os estados e as academias envolvidas.

Para terminar, convém responder à pergunta inicial: os donos do AOLP (1990) são os países-membros da CPLP, representados pelos seus respetivos governos constitucionalmente eleitos. Mesmo que estes até poderiam resolver não admitir o uso da ortografia oficial com fins privativos (o que evidentemente não faria qualquer sentido), todos estes países têm em comum servirem-se deste mais recente 'código da escrita' para os fins próprios dos respetivos estados, quer dizer, para o sistema de ensino e para publicações e correspondência de natureza pública e oficial.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 8.1. LITERATURA ATIVA E PASSIVA

ABL (1933) = ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1933): *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Organizado PELA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS de Acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa, Vocabulário Oficial*, Rio de Janeiro: Z. Bonoso & Cia Ltda.

ABL (1943) = ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (1943): *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Barros, João de (1971), *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por M<sup>ª</sup> Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [primeira edição 1540]<sup>326</sup>

Carvalho, Cláudia / Coutinho, Isabel (2012), «Faculdade de Letras de Lisboa sem posição sobre o acordo», em *Público* (8 de fevereiro de 2012), pág. 5.

Coelho, Sónia Catarina Gomes (2013): *A Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa: Edição crítica, estudo e notas*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10).

Kemmler, Rolf (2001), «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: *Lusorama* 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484, págs. 128-319.

Kemmler, Rolf (2009), «Para a história da ortografia simplificada», em: Silva, Maurício (Org.) (2009): *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*, São Paulo: Editora Contexto, págs. 53-94.

Kemmler, Rolf (2011a), «Uma querela lusófona com final feliz: a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2011): *15.º Colóquio da Lusofonia, Macau: quatro séculos de Lusofonia - Passado, Presente e Futuro (11-15 abril 2011)*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-7-9), ficheiro CD AtasEncontros 2011 Macau/ATAS2011.pdf, págs. 287-298.

<sup>326</sup> Dado que a parte fac-similada e os textos elaborados por Maria Leonor Carvalhão Buescu se encontram num único volume, nas referências ao fac-símile será indicada a paginação original

[por exemplo Barros (1971: fol. 1 r)] enquanto indicações relativas ao texto não fac-similado são citadas da seguinte forma: Buescu in Barros (1971: 1), etc.

Kemmler, Rolf (2011b), «O destino de um projeto linguístico da República Portuguesa no mundo lusófono: a questão da ortografia simplificada desde 1910 até 2010», em: *Cadernos Eborenses: Revista Internacional de Tradução, Linguística e Literatura* 2 (2010) ISSN 1646-7132, págs. 9-45.

MEC/DGIDC (2011) = Ministério da Educação e Ciência / Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (s.d.), «Aplicação do Acordo Ortográfico na avaliação externa dos alunos», em <http://www.dgicd.min-edu.pt/index.php?s=noticias&noticia=137> (última consulta: 21 de agosto de 2014).

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves; Abreu; Guilherme [Augusto] de Vasconcelos (1885): *Bases da Ortografia Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1900): *Proposta de um Questionário para se formularem as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme tendo-se em atenção as principiaes divergencias que se observam na maneira por que se encontram escritos os vocabulos portugueses nos diferentes escritores antigos e modernos: Proposta apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa Na sessão ordinaria de 10 de maio de 1900*, Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (1904): *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Viana, A[niceto dos] R[eis] Gonçalves (1909): *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa: Conforme a Ortografia Nacional Do mesmo autor*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>ia</sup>.

Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1912): *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, Lisboa: Aillaud, Alves & C.<sup>ia</sup>.

## 8.2. DIPLOMAS LEGAIS (ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA)

*Portaria* (1897) = «Portaria de 20 de setembro de 1897», em: *Diário do Governo* 215 (24 de setembro de 1897).

*Portaria* (1901) = «Portaria de 1 de fevereiro de 1901», em: *Diário do Governo* 31 (8 de fevereiro de 1901).

*Relatório* (1911) = «Relatório da Comissão nomeada, por portaria de 15 de fevereiro de 1911, para fixar as bases da ortografia que deve ser adoptada nas escolas e nos documentos oficiais e outras publicações feitas por conta do Estado», em: *Diário do Governo* 213 (12 de setembro de 1911), págs. 3845-3851.

*Bases* (1911) = Ministério do Interior, Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial: 1.ª Repartição (1911): *Bases para a Unificação da Ortografia que deve ser adotada nas escolas e publicações oficiais: Relatório da Comissão nomeada por portaria de 15 de fevereiro de 1911*, Lisboa: Imprensa Nacional.

*Portaria* (1920) = «Portaria n.º 2.553 de 29 de novembro de 1920», em: *Diário do Governo* 266 (30 de dezembro de 1920), págs. 1768-1773.

*Acordo* (1931a) = «Acórdão firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 106 (7 de maio de 1931), pág. 827.

*Acordo* (1931b) = «Nova publicação, retificada, do instrumento do acórdão firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 11 de abril de 1931, para a unidade ortográfica da língua portuguesa», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 120 (25 de maio de 1931), págs. 907-908.

*Acordo* (1931c) = «Portaria n.º 7.117 de 27 de maio de 1931», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 126 (1 de junho de 1931), pág. 1028.

*Convenção* (1944a) = «Aprova, para ser ratificada, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, assinada em Lisboa em 29 de dezembro de 1943 entre Portugal e os Estados Unidos do Brasil», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 52 (13 de março de 1944), pág. 307.

*Convenção* (1944b) = «Declaração de ter sido publicada, por lapso, no *Diário do Governo* n.º 52, 1.ª série, de 13 do corrente, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a designação de lei n.º 1:997, um a resolução da Assembleia Nacional que devia ter sido publicada pela Presidência da República, e com tal se deve considerar, ficando sem nenhum efeito a indicação do Ministério e o número da lei que lhe foram atribuídos », em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 53 (14 de março de 1944), pág. 308.

*Convenção* (1944c) = «Carta de Confirmação e Ratificação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 58 (21 de março de 1944), págs. 327-328.

*Convenção* (1957) = «Decreto Legislativo Nº 9, de 1957», em: *Diário Oficial: Secção I* 125 (1 de junho de 1957), pág. 13577.

*Acordo* (1945) = «Decreto n.º 35:228», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 273 (8 de dezembro de 1945), págs. 1037-1053.

*Acordo* (1973) = «Decreto n.º 32/73 de 1 de fevereiro de 1973», em: *Diário do Governo: 1.ª Série* 31 (6 de fevereiro de 1973), págs. 169-170.

*Acordo* (1991) = «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: *Diário da República: 1.ª Série* 193 (23 de agosto de 1991), págs. 4370-4388.

1.º *Protocolo* (2000) = «Decreto do Presidente da República n.º 1/2000», em: *Diário da República: 1.ª Série* 23 (28 de janeiro de 2000), pág. 368.

2.º *Protocolo* (2008) = «Decreto do Presidente da República n.º 52/2008», em: *Diário da República: 1.ª Série* 145 (29 de julho de 2008), págs. 4784, 4802-4803.

*Aviso* 255 (2010) = «Aviso n.º 255/2010», em: *Diário da República: 1.ª Série* 182 (17 de setembro de 2010), pág. 4116.

## 41. TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE AVEIRO, RÚSSIA

**TEMA 2.1 EDUCAÇÃO EM PORTUGUESA PARA FALANTES DE LÍNGUA RUSSA: INTEGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE, TATIANA GUZEVA, [tatiana.guzeva@ua.pt](mailto:tatiana.guzeva@ua.pt) M<sup>ª</sup> HELENA ANÇÃ, [mariahelena@ua.pt](mailto:mariahelena@ua.pt) CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES - UNIVERSIDADE DE AVEIRO**

## 1. RESUMO

Com a imigração do Leste Europeu em Portugal, emergiu uma nova situação no cenário educativo português: o ensino de Português Língua Não Materna, para uma comunidade tão diversificada em termos linguísticos e culturais que procura integrar-se no país de acolhimento, onde o conhecimento da Língua Portuguesa (LP) é essencial.

Neste âmbito, desenvolvemos um estudo prévio, parte de um projeto de doutoramento<sup>327</sup>, com a finalidade de refletir sobre a Educação em Português para falantes adultos de Língua Russa (LR). Realizámos entrevistas semiestruturadas a locutores não especialistas: a russofalantes sobre o português e a portugueses sobre a língua russa. Analisámos o seu perfil sociolinguístico, identificámos e cruzámos os seus comentários ‘vulgares’, na perspetiva de *Folk Linguistics*.

Os russofalantes demonstram algum domínio da língua aprendida por imersão, no entanto apontam dificuldades linguísticas, sobretudo ao nível morfosintático, lexical e semântico. Apesar da sua prolongada estadia em Portugal, ainda se autorrepresentam como culturalmente diferentes, afirmando necessidade de aprofundar a LP e de se integrarem. Os portugueses sublinham que a falta de domínio linguístico daqueles é o primeiro obstáculo encontrado para a integração social. Revelam, ainda, alguns estereótipos relativos ao ‘Imigrante de Leste’ que dificultam a proximidade entre os grupos. Assim, os comentários de ambos os grupos evidenciam a importância da educação e do contexto (socio)cultural para uma aprendizagem eficiente da LP, promovendo a interculturalidade.

Face a estes resultados, torna-se necessário implementar estratégias didáticas que contribuam para ampliar o conhecimento linguístico e cultural dos russofalantes de forma a promover a sua integração no país de acolhimento.

## 2. MOVIMENTO MIGRATÓRIO DA EUROPA DE LESTE

No início de século XXI, Portugal conheceu novos fluxos migratórios, passando a ser um país recetor de imigrantes de vários pontos do mundo,

nomeadamente das ex-colónias africanas e de países da Europa de Leste e Ásia Central (Arroteia, 2007).

Por movimento migratório entendemos as deslocções de pessoas (não) agrupadas, no espaço, durante um determinado período, por causas económicas, naturais, socioculturais, bélicas ou religiosas (Malheiros, 2013). A permanência nos países de acolhimento pode apresentar uma duração variada e ter motivos diversificados. Este recente movimento migratório a que países da Europa como Portugal assistiram foi consequência da consolidação e do alargamento da Comunidade Económica Europeia, mais tarde designada por União Europeia, da queda do muro de Berlim e do desmembramento da União Soviética (ex-URSS). Estes acontecimentos impulsionaram os novos fluxos migratórios, incentivados ainda pela crescente necessidade de mão-de-obra por parte de alguns países europeus. Por outro lado, os países da ex-URSS devido à instabilidade económica dos finais dos anos 90 não conseguiam manter os seus cidadãos, (Baganha, Marques, & Góis, 2010).

Outros motivos apontados para fixação em Portugal de estrangeiros prendiam-se com a facilidade na obtenção de trabalho e na legalização de permanência (Malheiros, 2013), com a entrada em vigor do novo regime de autorizações de permanência, estabelecido em 2001 pelo Decreto-Lei n.º 4/2001. Mais tarde, este fluxo migratório ainda se intensificou mais pela necessidade de reagrupamento familiar e nascimento de crianças no território nacional (Carneiro, 2005). Por todas estas condicionantes, Portugal proporcionava aos imigrantes a sua permanência na Europa, tornando-se um dos países escolhidos por aqueles que procuravam estabilidade económica e melhor qualidade de vida (Baganha, 2007). Ultimamente, os fluxos direcionados para Portugal são diferentes, não apenas pela consolidação da permanência de muitas famílias, mas, sobretudo, por uma prolongada e significativa receção económica marcada pelo empobrecimento e elevada taxa de desemprego (Malheiros, 2013).

<sup>327</sup> O projeto intitulado “Educação em Português para falantes de língua russa: expressões idiomáticas entre línguas e culturas” é desenvolvido no âmbito do LEIP (Laboratório em Investigação

em Educação em Português / Linha 2)/ Universidade de Aveiro, coordenado pela Profª Doutora Maria Helena Ançã, aprovado e financiado pela FCT, SFRH/BD/69987/2010.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012), a população estrangeira em Portugal, na última década, cresceu cerca de 1,6%, atingindo o seu auge no ano de 2009, com 454191 estrangeiros residentes em Portugal. Deste universo populacional, cerca de metade são oriundos de países de língua portuguesa (47,9%), a outra metade divide-se entre estrangeiros oriundos da Europa de Leste e Ásia Central, com maior destaque para a Ucrânia (11%) e a Roménia (9%). A comunidade ucraniana é nesta altura a segunda maior comunidade a seguir à brasileira (RIFA, 2009).

A partir de 2009, os Relatórios do Serviço Estrangeiros e Fronteiras (SEF) começaram a apresentar alguns decréscimos na totalidade de população estrangeira residente em Portugal. Destacamos o mais recente relatório datado de 2013, em que se registou um decréscimo de 3,8% com 401320 cidadãos estrangeiros. A comunidade ucraniana deixou de ocupar o segundo lugar como a nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal, passando a ocupar o terceiro lugar. Verifica-se também um decréscimo de imigrantes vindos de todas outras nacionalidades da Europa de Leste e Ásia Central, que, neste momento, representam cerca de 11,6%, cerca de 52143 de estrangeiros (RIFA, 2013).

Apesar deste decréscimo, não significa que, por causa da crise económica, Portugal tenha deixado de ser um país de acolhimento de imigrantes (Peixoto & Lorio, 2010). Mesmo com o decréscimo no fluxo migratório apontado, é ainda evidente a permanência de um grupo numeroso, diversificado, multinacional e multicultural, cujo estatuto de “Imigrante de Leste” tem vindo a ser alterado para o de cidadão português, com nacionalidade adquirida por naturalização, com base na Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril. Importa ainda destacar que os fluxos migratórios descritos têm sido acompanhados de consideráveis alterações políticas e sociais, que se refletem tanto nos países de emigração, quanto nos países de acolhimento, onde se criam e se estabelecem novos modelos sociolinguísticos e socioculturais para o mercado laboral e económico (Pires, 2007), através do esforço governamental de instituições como a ACIME<sup>328</sup> ou de

<sup>328</sup> Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas como serviço de coordenação e de natureza interministerial que promove a integração dos Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante - CNAIS e Centros Locais de Apoio ao Imigrante - CLAIS), que se constituem como

organizações não-governamentais que promovem planos para o acolhimento e a inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa. Para esse efeito, a capacidade de expressão e compreensão da LP e o conhecimento dos direitos básicos são extremamente importantes. Neste sentido, para viabilizar a permanência numerosa de imigrantes de Leste e Ásia Central em Portugal, torna-se essencial o desenvolvimento de medidas ao nível do ensino formal e/ou não formal no sentido de facilitar um maior domínio da LP por parte da população imigrante (Ançã, 2008).

### **3. A LP E A INTEGRAÇÃO**

No que diz respeito à natureza geolinguística dos imigrantes vindos da Europa de Leste e Ásia Central, é de referir que são falantes de LR, que, pelo contexto histórico, corresponde ao estatuto de “língua de comunicação internacional” de 160 nações (Piyonov, 2011, p. 55.).

Relativamente à distribuição geográfica, esta população distingue-se da imigração tradicional no território português (Pereira, Reis, Serra, & Tolda, 2010), para quem os problemas de inserção não são idênticos aos dos imigrantes falantes de outro grupo linguístico, nem as dificuldades da aprendizagem da LP abrangem o mesmo tipo de questões e dificuldades. Estas dificuldades envolvem fatores económicos, sociais, culturais e educacionais e as barreiras linguísticas e socioculturais interferem numa inclusão bem-sucedida em diferentes contextos e atividades educacionais, culturais, sociais e de lazer. As dificuldades de inclusão em ambientes linguísticos e culturais desconhecidos, a falta de domínio da LP, o desconhecimento dos valores culturais da sociedade portuguesa, das peculiaridades da vida quotidiana e das normas de comunicação interpessoal são os principais problemas enfrentados por imigrantes vindos destas culturas tão distintas da portuguesa (Matos, 2004; Oliveira, Ferreira, Paiva, & Ançã, 2010), representando a LP uma língua de acolhimento<sup>329</sup>.

unidades orgânicas de acolhimento e informação para os cidadãos <http://www.acidi.gov.pt/es-imigrante/legislacao/legislacao-portuguesa/acime>.

<sup>329</sup> Cf. Ançã (2003).

Sendo a língua um instrumento de cultura que contribui para a formação da personalidade humana, para a sua visão do mundo, mentalidade e atitude perante as pessoas, a promoção da língua e da cultura portuguesas para o imigrante com uma cultura diferente em Portugal tem sido uma das prioridades de diversas instituições formais e não formais que visam a sua integração linguística e social (Duarte, 2013).

A comunicação em português desempenha um papel fulcral na comunicação e entendimento intercultural, uma vez que o domínio da LP constitui uma importante ferramenta para o desempenho de várias tarefas representadas nas políticas comunitárias nacionais: acesso fácil ao mercado de trabalho qualificado, reagrupamento familiar, residência permanente, estatuto de residente de longa duração e nacionalidade, entre outras.

Em geral, a (não) integração linguística e social dos imigrantes passa por questões relacionadas com as representações sociais da comunidade portuguesa acerca da língua falada e da comunidade de Leste, bem como da comunidade de Leste em relação à LP, sua aprendizagem e integração (Duarte, 2013). Centrarmos-nos na aprendizagem da LP pelos russosfalantes procurando contribuir para tornar o processo de integração deste público mais adequado. Estas representações sociais estão presentes nos ‘comentários vulgares’<sup>330</sup> de sujeitos não especialistas acerca das línguas, sua aprendizagem e dificuldades, e especificamente na aprendizagem da LP, diferenças culturais e integração em Portugal. Assim, os comentários ‘vulgares’ de ambos os públicos passam a ter uma importância social e educativa que permite constituir um conhecimento essencial para o professor de português língua não materna (Ançã, 2009a) e para o público com língua e cultura distintas.

#### **4. COMENTÁRIOS ‘VULGARES’ E FOLK LINGUISTICS**

O termo Folk Linguistics ou “Naive Linguistics” torna-se um objeto de estudo em linguística nos finais do século XX na Europa Ocidental e América com as suas versões em inglês - *Folk Linguistics* (Hoenigswald, 1966; Niedzielski & Preston, 2003), em alemão – Volklinguistik (Brekke, 1985), em francês Laienlinguistik ou

*Linguistic Populaire* (Paveau, 2008), referindo-se às ideias espontâneas sobre a língua, vigentes na consciência do indivíduo não especialista em linguística (Garrett, 2010). Estas ideias sobre a língua podem ser consideradas “representações metalinguísticas” ou “consciência metalinguística” (Ançã, 2009a).

Ao interesse pelos aspetos “metalinguísticos” em linguística, os investigadores associam o nome de Jakobson, que destaca o sistema de funções da língua, juntamente com a linguagem comunicativa, apelativa, poética e expressiva (Jakobson, 1975).

As ideias representadas pelos linguistas clássicos sobre a consciência metalinguística de um falante têm importância metodológica para uma investigação moderna. Baudouin de Courtenay (1963) aponta para o uso consciente e inconsciente da língua (metalinguistic awareness), que ocorre a partir da constituição e associação dos conceitos relativos ao pensamento científico sobre os aspetos da linguagem humana e à própria ciência chamada linguística (Baudouin de Courtenay, 2004). O mesmo autor destaca que a “consciência linguística” não é monopólio de estudo, existe também ‘saber sobre a língua’ - knowledge of language, especialmente ‘saber popular’ - *folk knowledge*.”. O clássico Alexander Potebnia no seu estudo sobre o pensamento poético e mítico estabelece a compreensão moderna do “mito” como a tecnologia da consciência quotidiana, incluindo a metalinguística (Potebnay, 1989).

Assim, por consciência metalinguística entende-se a manifestação da função epistemológica da consciência linguística e, indiretamente, da própria língua. Como afirmam Jaworski, Coupland, & Galasiński (2004), a língua é sempre moldada pela reflexão metalinguística, meta-pragmática e/ou meta-discursiva, atividades que se constituem por crenças/opiniões sobre a língua ou sobre o que é a língua. Na prática, a consciência metalinguística quotidiana chama a atenção não apenas dos linguistas, mas também dos didatas, para o facto de ela representar um conjunto de vínculos ligados, por um lado, à língua e consciência, e por outro, à consciência quotidiana e à linguística como ciência, e, ainda, ao

<sup>330</sup> Cf. Ançã (2009a).

domínio mental cuja vida social do indivíduo se associa à língua, neste caso: a aprendizagem da língua, o discurso político-cultural, a utilização da língua em diversas áreas da sua atividade profissional. Deste modo, a problemática relacionada com a consciência metalinguística parece ser importante para a resolução das principais questões teóricas, não apenas em linguística (Golev, 2009), como também na Didática, precisamente no campo da Educação em Português, como refere M<sup>a</sup> Helena Ançã: “essas convicções e crenças convertem-se em conhecimentos fundamentais para o professor de Português” (2009b, p. 77), face ao público russofalante, aprendiz da LP.

Numa análise das representações metalinguísticas ou comentários ‘vulgares’, os autores determinam a sua importância não apenas a nível teórico como também prático, dando uma atenção especial ao facto de que os comentários quotidianos sobre a perceção das línguas e do mundo podem enriquecer o conhecimento científico. Estes comentários ingénuos, por sua vez, coincidem com as teorias que surgem em linguística, diferenciando-se apenas destas últimas, por serem expressos com palavras simples (Hoenigswald, 1966; Preston, 1999).

## 5. METODOLOGIA E RESULTADOS

### 5.1 O ESTUDO

Este trabalho é um estudo piloto, que teve como ponto de partida o levantamento das perceções/comentários ‘vulgares’ sobre as línguas, entre dois indivíduos russofalantes e dois portugueses não especialistas em linguística ou em didática de línguas. De acordo com os nossos objetivos investigativos, optámos por contactar um Centro de Apoio ao Imigrante, do distrito de Aveiro, para selecionar os sujeitos russofalantes do estudo, em conformidade com os critérios definidos. Selecionámos os sujeitos portugueses que não integravam profissionalmente a didática das línguas e a linguística. Com o objetivo de analisar o perfil sociolinguístico dos sujeitos, identificar e cruzar os comentários ‘vulgares’, elaborámos guiões de entrevistas semiestruturadas,

operacionalizámos num espaço não formal, junto de quatro sujeitos, dois falantes de LR e dois falantes de LP, todos não especialistas.

Após a transcrição das entrevistas<sup>331</sup>, procurámos, no âmbito do estudo dos comentários, encontrar as suas manifestações discursivas na perspetiva de sujeito não especialista (*Folk Linguistics*), acerca de duas línguas e culturas distintas, com maior enfoque, nos russofalantes, sobre a LP, sua aprendizagem e sua perceção da língua como instrumento da cultura, e nos falantes de português sobre a LR, em geral, em particular, sobre o contacto dos russofalantes com a LP e sobre os aspetos interculturais que manifestam os russofalantes e portugueses em relação à LP, enquanto lugar de encontro intercultural.

O nosso objetivo principal era cruzar estes comentários de não especialistas no campo didático e perceber qual o seu contributo para ampliar o conhecimento linguístico, social e cultural dos imigrantes russofalantes e também promover a sua integração linguística e social no país de acolhimento.

As entrevistas foram realizadas com dois russofalantes em LP (pela escolha dos sujeitos) num Centro de Apoio ao Imigrante, em Aveiro. Um dos sujeitos é originário da Ucrânia e o outro é da Rússia. Ambos estão legalizados, com permanência no território nacional há cerca de dez anos. Um deles fez um pedido para a aquisição da nacionalidade portuguesa e o outro recusou a aquisição da nacionalidade portuguesa, porque o Estado ucraniano não permite a dupla nacionalidade. As entrevistas com dois portugueses ocorreram num local informal.

Todos os dados recolhidos foram reunidos, organizados e codificados e, posteriormente, tratados num programa de análise de dados qualitativos (Web/QDA), tendo-se procedido à análise de conteúdo (Bardin, 2009). A apresentação dos resultados centrar-se-á nas categorias da tabela seguinte:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Identificação dos sujeitos	

<sup>331</sup> Para ser fiel, mantivemos o discurso original dos entrevistados.

Perceções sobre as Línguas	a) A LP na perspetiva dos russofalantes	também nos ensinamentos Secundário e Superior e o português foi aprendido em
	b) A LR na perspetiva dos portugueses	Portugal em contexto não formal/associativo.
Perceção sobre as diferenças culturais	Perceção dos russofalantes	Dos dois sujeitos portugueses entrevistados, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, com 35 e 37 anos, respetivamente. Ambos são de nacionalidade e naturalidade portuguesas, um tem o Ensino Secundário incompleto (com 11º ano de escolaridade) e o outro tem Licenciatura em Teatro e Pós-graduação em Animação Teatral. O primeiro encontra-se desempregado e o segundo é professor de Teatro. Estes sujeitos nunca estiveram na condição de emigrantes, um deles esteve apenas três meses em Inglaterra através do programa <i>Erasmus</i> . Quanto à caracterização sociolinguística, ambos são nativos de português europeu com conhecimento de línguas estrangeiras: ambos falam Inglês e Francês, aprendidos na escola, sendo que um deles fala, também, Alemão aprendido no colégio alemão que frequentou até aos 16 anos.
	Perceção dos portugueses	

Tabela 1 - As categorias da análise

### 5.2. IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Dos dois sujeitos russofalantes entrevistados, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, com 31 e 45 anos respetivamente. Um sujeito é de nacionalidade e etnia russas (filho de pais russos nascidos na Rússia), outro sujeito autoidentifica-se como ucraniano de nacionalidade, com cidadania ucraniana, pois os pais são de diferentes origens (pai russo e mãe ucraniana). Um dos sujeitos possui Licenciatura em Gestão e Economia e o outro Licenciatura em Pedagogia em Educação Infantil. Para ambos, Portugal é o primeiro país de imigração, onde se encontram há mais de 10 anos: um deles permanece em Portugal desde 2001 e outro, desde 2002, ambos com residência permanente, em Aveiro, desde a sua chegada. Relativamente à profissão exercida atualmente, o inquirido cuja formação é de Gestão em Economia exerce em Portugal a profissão de animador sociocultural, tendo exercido a atividade de vendedor de jornais num quiosque e trabalhado numa fábrica de caixilharia; o sujeito habilitado em Pedagogia em Educação Infantil exerce a profissão de ajudante de lar. Os dois sujeitos vieram para Portugal na condição de reagrupamento familiar e têm filhos com os quais residem.

Em relação à caracterização sociolinguística, um sujeito fala em/com a família somente em russo e autoidentifica-se como bilingue, tendo o russo como língua materna e o português como língua segunda, além do conhecimento básico do inglês, que foi aprendido em contexto formal, nos ensinamentos Secundário e Superior. O outro sujeito, apesar de ter nascido na Ucrânia, por razões históricas, também é falante de LR e fala em/com a família maioritariamente em russo, utilizando apenas algumas expressões em ucraniano; autoidentifica-se como plurilingue, tendo o russo e o ucraniano como suas línguas maternas, o português e o inglês como línguas estrangeiras, sendo que o inglês foi aprendido

também nos ensinamentos Secundário e Superior e o português foi aprendido em Portugal em contexto não formal/associativo. Dos dois sujeitos portugueses entrevistados, um é do sexo masculino e o outro é do sexo feminino, com 35 e 37 anos, respetivamente. Ambos são de nacionalidade e naturalidade portuguesas, um tem o Ensino Secundário incompleto (com 11º ano de escolaridade) e o outro tem Licenciatura em Teatro e Pós-graduação em Animação Teatral. O primeiro encontra-se desempregado e o segundo é professor de Teatro. Estes sujeitos nunca estiveram na condição de emigrantes, um deles esteve apenas três meses em Inglaterra através do programa *Erasmus*. Quanto à caracterização sociolinguística, ambos são nativos de português europeu com conhecimento de línguas estrangeiras: ambos falam Inglês e Francês, aprendidos na escola, sendo que um deles fala, também, Alemão aprendido no colégio alemão que frequentou até aos 16 anos. De seguida, apresentamos os resultados relativos às línguas.

### 5.3 PERCEÇÕES SOBRE AS LÍNGUAS

Esta categoria, por ser aquela que constitui a simbiose dos comentários de não especialistas, encontra-se explícita nas seguintes subcategorias: a) *A LP na perspetiva dos russofalantes* e b) *a LR e russofalantes na perspetiva dos portugueses*.

#### 5.3.1. A LP NA PERSPETIVA DOS RUSSOFALANTES

Nesta categoria, identificamos as perspetivas de russofalantes em relação à **caracterização da LP e a sua aprendizagem** em contexto de imersão que se desdobram nos seguintes unidades de registo:

Relativamente à **caracterização da LP**, ambos os sujeitos a caracterizam como *objeto estético*, o sujeito R1 refere que a LP “é uma língua bonita”, enquanto para o sujeito R2 a LP “é uma língua balbuciante”.

Como *objeto de aprendizagem*, R1 refere que a LP “é fácil, é completamente diferente de língua russa e ucraniana em termos escrita, oral, por isso nos temos que virar a nossa língua ao contrário para conseguir falar correto”. De forma

oposta, R2 refere que a LP “é muito difícil, tem muitas exceções e não tem estrutura, há muitos sinónimos, uma palavra tem muitos significativos”.

Verificamos que a LP é caracterizada como *objeto económico* pelos dois sujeitos. R1 refere que “Gostava de melhorar a comunicação em português para subir o nível no meu trabalho”. R2 menciona que “Gostava de trabalhar como educadora, mas para isso, preciso dominar melhor a língua” e “Melhorar a situação profissional”.

Os sujeitos caracterizam a LP como *objeto de valor afetivo*. R1 refere “Adoro português, vivo parece que duas vidas diferentes, distintas. Quando falo em russo ou ucraniano vivo uma vida, quando falo português vivo outra” e R2 refere: “estou a estudar, normalmente, hum com/por curiosidade”.

Por fim, de ponto de vista das representações metalinguísticas os sujeitos caracterizam a LP como *língua distinta da LR*: R1 refere que, apesar de ter algumas semelhanças nas palavras “internacionais”, o português é “completamente diferente” do russo; R2 refere que a LP é diferente da russa, “mas há algumas construção de frases parecidas”.

Em relação à **sua aprendizagem**, os sujeitos referem que a LP é aprendida em *ambiente de imersão*. R1 refere: “comecei aprender a língua portuguesa em Portugal, quando senti a necessidade de comunicação”; R2 afirma: “vim cá com meu marido para continuar e comecei aprender”.

Em relação aos *locais e ao tempo de aprendizagem*, verificamos nos comentários dos sujeitos que estes aprenderam a LP no ensino formal e não formal. R1 menciona que fez apenas um curso intensivo de LP, com a duração de um mês, na Universidade de Aveiro; R2 menciona vários locais de ensino não formal, onde iniciou a sua aprendizagem: Associação de Apoio ao Imigrante, durante dois meses, Centro Social, durante seis meses, e Associação Industrial do Distrito de Aveiro, sem referir o tempo. R2 ainda refere que aprendeu a LP como autodidata.

Verificamos também neste aspeto, *as (não) dificuldades* no domínio da LP. R1 não apresenta dificuldades nessa aprendizagem, enquanto R2 menciona dificuldades a nível: **fonético** – “as letras <o> pronunciar [u] que em língua russa [o] leva a pronunciar letra [a]; “palavras que começam em <s> e <c>, porque não há regra sobre este escrito; quando <c> e quando <s>; as sílabas – são ou -ção”; **semântico** – “quando nós terminamos [russos] a palavra de letra «a» ou outra letra qualquer a mesma palavra tem mesmos raízes não significa que a palavra tem outro significado e cá encontra-se muitos falados quando se encontra ultima letra «a» já tem outro significado”; **morfológico** - “a declinação é diferente; o género - porque temos três géneros; é difícil aplicar artigos - este mecanismo portugueses aprendem desde nascença e naturalmente, há pessoas que tem que aprender a língua tem que aprender com alguma técnica”; **sintático** – “a construção das frases que são bastante diferentes de construção das frases em russo”. Não encontramos registos para o nível do **léxico**, o que não deixa de ser uma dificuldade para estes sujeitos. Eles apenas afirmam que procuram a solução através da tradução das palavras, utilizando as fontes didáticas ou a própria comunicação com as pessoas nativas.

Na aprendizagem da LP, verificamos no comentário de R2, a existência de uma *língua de apoio*. Este sujeito refere o inglês como língua em que se apoiou na sua aprendizagem: “No início foi inglês, como a língua média, mas foi muito confuso através do inglês perceber a língua portuguesa”; R1 menciona que não se apoiou noutra língua e que aprendeu “o português em português”.

Os dois sujeitos mencionam algumas *fontes didáticas* utilizadas na sua aprendizagem: os dicionários tradicionais e *online*, a Internet. R1 refere ainda que recorreu a explicações de nativos portugueses: “considero explicação oral de um português ou os colegas”.

Em relação à autoavaliação do nível da sua proficiência em português, verificamos que os sujeitos atribuem a importância da aprendizagem da LP para as suas *perspetivas profissionais* referindo que o conhecimento, ao nível básico, não é suficiente para exercerem trabalhos profissionalizados, de acordo com sua formação profissional. Assim, R2 refere: “No nível profissional, tenho problemas.

Não é dificuldade entender-se e explicar o que eu quero mas dominar certa terminologia em pedagogia, sim”.

Verificamos ainda que o domínio em LP, dos sujeitos entrevistados, apenas é suficiente na *perspetiva sociocultural*, como mostra R1 ao referir que “sem saber a língua não consegue comunicar os portugueses, nem entender a cultura nem explicar a sua “cultura materna”. R2 refere ainda que “ a língua em geral é para integrar para sociedade portuguesa”. Constatamos, dessa forma, que para esses sujeitos, o seu nível de proficiência em LP corresponde somente às suas necessidades de comunicação ao nível dos trabalhos exercidos.

### 5.3.2 A LR E RUSSOFALANTES NA PERSPETIVA DOS PORTUGUESES

Nesta categoria, identificamos os comentários dos portugueses não especialistas acerca da LR, da comunidade de Leste e seu contacto com a LP, da sua aprendizagem e integração sociocultural. Relativamente ao conhecimento sobre a LR, de ponto de vista das representações metalinguísticas os dois sujeitos caracterizam-na como *língua desconhecida/distinta*. P1 refere: “Concretamente não sei muito. Sei que é uma língua. Oficial. Agora, não sei de onde é que vem, qual é a origem”. P2 menciona que “Sei que está escrita num alfabeto diferente, o cirílico e não sei mais nada”.

Como *objeto estético*, para P1 a LR é: “apelativa, chama a atenção, uma língua agressiva, forte”; P2 descreve a LR como: “Esquisita, estranha, parece bizarra mais de que estranha bizarra, engraçada, o som sonoramente não parece ser diferente do português”.

Os dois sujeitos atribuem *relevância* à LR. P1 refere que “esta língua tem um impacto ao nível mundial”; P2 menciona vários aspetos relevantes: “possibilita e abre a porta para comunicar com muita gente por ser uma área geográfica muito grande mesmo em termos comerciais, de negócio e de organização”.

A LR é caracterizada como *objeto de curiosidade*. P1 afirma que “esta língua tem um impacto ao nível mundial; é uma língua que é apelativa”; para P2, a língua

que gostaria de conhecer “seria o russo, porque é maior o que engloba mais gente e mais central”.

Ao questionar os sujeitos se conhecem/sabem algumas *palavras em russo*, P1 menciona a palavra “*niet*” que significa “não” em português e explica que ouviu esta palavra muitas vezes nos filmes americanos sobre russos. P2 menciona três palavras “*Vodka, Perestroika, Kremlin*” associando estas palavras com a Rússia.

Relativamente à questão de *identificação da língua* falada pelos imigrantes (apresentando-lhes como opções as línguas: russa, ucraniana, bielorrussa, checa, ou ainda cazaque, quirguiz), os sujeitos referem que, entre as línguas mencionadas, não conseguem identificar a língua falada, apenas a distinguem do inglês, do alemão ou do holandês.

Em relação à comunidade de Leste, verificamos que os sujeitos portugueses entrevistados a consideram uma dos *recentes fluxos imigratórios*. Assim, P1 refere que tem conhecimento da chegada, recentemente, de imigrantes de “Descendência dos países PALOP, das ex-colónias e os russos da descendência Soviética”; P2 menciona os imigrantes “das ex-colónias portuguesas, talvez brasileiros, Moçambique, Angola, Cabo Verde e recentemente dos países de Leste”.

Para esses sujeitos, os *Países de Leste* são Rússia, Ucrânia, Moldávia, Quirguistão, Uzbequistão, Cazaquistão Ucrânia, Moldávia, Azerbaijão, Croácia, Sérvia.

Quanto à *caracterização dos imigrantes* de Leste, P1 caracteriza esse imigrante como: Trabalhador, retraído, sociável, em certas situações sociável, um pouco frio”; para P2, são portadores de “Cordialidade, simpatia, educação, trabalhadores”.

Verificamos que entre os *aspetos destacados* no contacto com os imigrantes, a LR falada é referida por ambos os sujeitos: para P1, “se estiver a falar a língua deles; para P2: “a língua com o sotaque”.

## 5.4 PERCEÇÃO DE DIFERENÇAS CULTURAIS

Em relação a *integração/inserção dos imigrantes* russofalantes na comunidade portuguesa, P1 refere: “a maior parte dos imigrantes de Leste, acho-os um bocado recatados dentro da sociedade, não são muito para lidar com as outras culturas”; P2 menciona que “estão mais ou menos integrados porque estas pessoas, parecem-me com a capacidade boa de entrosamento e de luta”.

Verificamos que os sujeitos portugueses consideram que os imigrantes de Leste têm *facilidade na aprendizagem* da LP. P1 refere que “a maioria aprende bem português, as pessoas são empenhadas e têm compreensão que é importante saber a língua para conseguirem trabalhar em Portugal”; P2 explica que “aprendem rápido, talvez porque os sons sejam semelhantes; porque têm uma grande tradição de estudo e do investimento na aprendizagem”.

Observamos também algumas *técnicas de comunicação* que os portugueses utilizam com os russofalantes. P1 refere que procura usar a língua internacional (Inglês) para comunicar com imigrantes; P2 refere que se comunica naturalmente. Ambos os sujeitos referem que utilizam a técnica gestual e têm a preocupação de falar pausadamente, caso os interlocutores estrangeiros não dominem a LP.

Por fim, verificamos que os sujeitos portugueses consideram ainda um outro aspeto positivo na aprendizagem da LP pelos imigrantes russofalantes - a *difusão da LP*. Para P1 “Apesar de uma língua que já tem uma percentagem de falantes mundiais, se houver outras culturas que sabem falar, é muito bom para o português”, P2 refere: “é muito bom para Portugal, quanto mais gente falar a nossa língua há mais gente conhecer a cultura, a língua é uma forma de abrir a porta”.

Relativamente à *aceitação da LP falada pelos russofalantes*, P1 refere: “Gosto de ouvir porque dá-me realmente a entender que as pessoas tenham a preocupação de conhecer a língua inclusive os imigrantes do leste, vimos que têm os filhos que já nasceram em Portugal que falam em português com os pais e não em russo”. P2 afirma: “Gosto. Engraçado, acho giro, com sotaque”.

Nesta categoria, importa considerar a percepção dos entrevistados relativamente às características culturais destes dois grupos: russofalantes e portugueses. Relativamente à **percepção dos russofalantes** sobre a caracterização do povo português, cultura portuguesa não erudita (em geral) e sobre o país, observamos que os sujeitos russofalantes caracterizam o *povo português* como: simpático, acolhedor, amigo, aberto para ajudar, educado. Ambos referem que estão em constante *contacto com a comunidade* portuguesa, a nível profissional e pessoal. Em relação aos aspetos culturais, observamos *diferenças culturais* referidas pelos sujeitos: para R1, Portugal “tem muita história e a cultura é diferente da nossa.”; para R2 “a história em Portugal é muito rica, a história em si é aquela como se o povo conseguiu preservar esta história, os hábitos antigos, receitas e cultura antiga, que é muito interessante para mim!”. Quanto às *tradições e hábitos*, observamos que R1 refere apenas “que gosta de comer bacalhau”. R2 menciona vários hábitos entre eles: “gosto muito de ouvir o fado, as festas de medievais, dia de castanhas”. No que concerne ao hábito (tradição) português de *cumprimentar com beijo no rosto*, obtivemos várias opiniões. R1 refere que “inicialmente foi chocante, depois habituei-me, temos que respeitar as tradições cá”; R2 menciona que “Para mim, está bem. O meu marido, recusa mesmo, não gosta esta intimidade”.

Ao caracterizar Portugal, em relação às percepções dos russofalantes quanto aos *aspetos positivos* verificamos que estes descrevem o país como sendo muito verde, bonito, com muita história preservada. Quanto aos *aspetos negativos*, os sujeitos referem a política e o governo; e quanto às palavras associadas a Portugal, R1 menciona a palavra “Obrigada” por ser a primeira que foi aprendida. R2 refere a palavra “Olá”.

Relativamente à **percepção dos portugueses** sobre os *aspetos culturais* e hábitos dos russofalantes, observamos que o sujeito P1 manifesta desconhecimento das culturas de Leste e justifica “Os portugueses não têm muitos conhecimentos da cultura de Leste”, enquanto o outro sujeito, devido à sua profissão, manifesta um conhecimento aprofundado especificamente sobre a cultura erudita “(...) sei por causa do teatro e do *ballet* que é muito rigoroso e

muito relacionado com as artes e música; tem a ver com essa educação de rigor, de um sistema de estudo intensivo, de um gosto pelo estudo de um gosto pelas artes e inculcar as artes nas pessoas”.

No que concerne à *dimensão geográfica da Europa de Leste e Ásia Central*, conseguem nomear o maior país (Rússia), os outros países integrados (Bielorrússia, Ucrânia, Cazaquistão, Azerbaijão) e sabem situá-los. Quanto à questão das palavras que associam à Europa de Leste, P1 apresenta a palavra “comunismo” e justifica que “Apesar de não ser o regime atual da Rússia ainda é muito recente historicamente os anos em que foi governada por essa ideologia”. P2 associa a palavra “teatro” e justifica que “Por causa de *Stanislavskiy*, teatro de Moscovo foi uma escola do teatro, um sistema de *Stanislavskiy* que foi estudado cá. Cá e nos EUA por causa do sistema”.

Relativamente à questão sobre o hábito (tradição) de Leste de *cumprimentar com o aperto de mão* em vez de beijo no rosto, P1 refere que conhece este hábito e explica que “isso tem a ver com o espírito mediterrânico, a cultura é assim. Inclusive em certos países de descendência árabe (...) para mim é perfeitamente normal”. P2 refere que não sabia sobre este hábito e menciona: “*Eu até pensei que vocês* (refere os imigrantes de leste) dessem os beijos nos lábios”.

## **6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As estatísticas apontam que as nacionalidades vindas da Europa de Leste e Ásia Central, neste momento, representam cerca de 11,6% da população estrangeira residente em Portugal (RIFA, 2013). Este fluxo migratório, nos últimos anos, intensificou-se pela necessidade de reagrupamento familiar e nascimento de crianças no território nacional (Carneiro, 2005). No caso que analisámos, constatou-se que as respostas dos participantes confirmam a sua vinda em contexto de reagrupamento familiar, e tem sido alterado o seu estatuto de imigrante para a nacionalidade portuguesa por naturalização, em conformidade com a Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril. Apesar de as estatísticas apresentarem decréscimos da população estrangeira que reside em Portugal, nos últimos anos, constata-se que os estrangeiros, nomeadamente da

Europa de Leste, permanecem em número representativo no território português, mas necessitam ainda de se integrar. Para esse efeito é muito importante aperfeiçoar as capacidades de expressão e compreensão em LP.

A diversidade dos perfis profissionais dos imigrantes russofalantes nos seus países de origem reduz-se, quando se considera a profissão que exercem em Portugal, devido ao nível das suas competências linguísticas. Poder-se-á também considerar que se trata de um público com algum conhecimento de português, adquirido por imersão, que ainda necessita de atenção, porque apresenta dificuldades linguísticas ao nível fonético, morfosintático, semântico e lexical devido ao desconhecimento inicial que tinham da LP (Ançã, 2008; Ferreira, 2012).

Apesar da prolongada estadia dos russofalantes em Portugal, este público ainda se autorrepresenta como culturalmente diferente, apontando para a necessidade de aprofundar o seu conhecimento linguístico da LP para sua melhor integração profissional na sociedade portuguesa. Há quase um consenso por parte da sociedade portuguesa acerca da elevada preparação profissional e intelectual dos russofalantes, reconhecendo-lhes superioridade no capítulo da competência e da aprendizagem em LP. No que respeita à atribuição de diferenças culturais, os imigrantes do leste europeu são avaliados pelos portugueses como cultural e socialmente diferentes.

Tendo em consideração as ideias espontâneas sobre a língua, presentes na consciência de não especialistas, nos seus comentários ‘vulgares’, em que as características (socio)linguísticas se cruzam com as características culturais, os comentários dos sujeitos entrevistados representam, de acordo com Garrett (2010), um conjunto de vínculos ligados por um lado à consciência quotidiana que o sujeito associa com a sua vida social e profissional, e por outro lado à aprendizagem da língua do país onde o sujeito está inserido.

As dificuldades no domínio do português e as diferenças culturais observadas no público russofalante constituem aspetos relevantes, uma vez que as barreiras linguísticas e socioculturais tendem a interferir com uma integração/inclusão bem-sucedida nos vários contextos (Ançã, 2009a)

## 7. REFLEXÃO FINAL

Face aos resultados obtidos através dos comentários de não especialistas em linguística ou em didática de línguas, percebemos que a realidade atual deste público russofalante já há muito ultrapassou as dificuldades iniciais de integração e aprendizagem da LP. Neste momento, esta comunidade está já integrada, ainda que não plenamente, trabalha em Portugal e tem filhos já nascidos neste país. Assim, a preocupação atual prende-se com o aperfeiçoamento da LP, para que a sua integração passe pela progressão profissional, como meio de alcançar a plena integração social. Deste modo, entendemos que é necessário implementar estratégias didáticas adequadas que poderão contribuir para a ampliação do conhecimento linguístico e cultural dos russofalantes para promover uma integração efetiva em Portugal.

Para que se viabilize esta proposta didática, tendo em consideração a realidade na aprendizagem da LP, em contexto de língua de acolhimento, deve-se prestar uma atenção especial à cultura e à perceção do mundo dos nativos (portugueses), no sentido etnográfico mais amplo de comportamento e mentalidade nacionais. Dessa forma, torna-se possível a integração pretendida e a própria aprendizagem em LP, uma vez que o conhecimento da língua-alvo contribui para uma comunicação intercultural bem-sucedida. Assim, a Educação em Português tem um papel fundamental na prossecução desta realidade.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2003). “Português - língua de acolhimento: entre contornos e aproximações”, in *Congresso Internacional sobre História e Situação da Educação em África e Timor*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 26-28 de junho.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2008). “Apropriação da Língua Portuguesa: O exemplo de um público ucraniano adulto e jovem adulto”, in Paulo Osório e Rosa M<sup>a</sup> Mayer (eds.), *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira. Da(s) teoria(s) à(s) prática(s)*. Aveiro: LIDEL, 115–132.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2009a). “Discursos sobre as Línguas - O Papel dos “saberes vulgares” na educação em português”, in *Metodologias e Materiais para o Ensino do Português como Língua Não Materna*. Lisboa: Instituto de Linguística Teórica e Computacional: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ançã, M<sup>a</sup> H. (2009b). “Educação em Português: Representações Metalinguísticas de Cabo-Verdianos”, in M<sup>a</sup> João Marçalo et al. (eds.). *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora.

Arroteia, Jorge C. (2007). “Migrações internacionais: Portugal como destino”, in M<sup>a</sup> Helena Ançã e Teresa Ferreira (eds.), *Atas do Seminário “Língua Portuguesa e Integração.”* 27 de setembro, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Baganha, M<sup>a</sup> (2007). “Dinâmicas Migratórias em Portugal”, in *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações, 9 de março*. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.

Baganha, M<sup>a</sup> I; Marques, José e Góis, Pedro (2010), *Imigração Ucraniana em Portugal e no sul da Europa*. Observatório da Imigração, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/ACIDI.

Bardin, Laurence. (2009), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baudouin de Courtenay, Jan (1963), *Избранные труды по общему языкознанию*. Москва. [Izbrannye trudi po obshemu yazikoznaniyu. Moskva].

Baudouin de Courtenay, Jan (2004), *Введение в языкознание*. 6-е Издание. Москва. [Vvedenie v yazikoznanie. 6-e Izdanie. Moskva].

Brekle, Herbert E. (1985), *Einführung in die Geschichte der Sprachwissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

Carneiro, Roberto (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal.*, Lisboa: Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas/ACIME.

Duarte, José A. (2013), “A promoção da língua e cultura portuguesa”. Consultado em 30 de julho de 2014, <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/5220aa88c20ac/a-promocao-da-lingua-e-da-cultura-portuguesa>.

Ferreira, Teresa. (2012). “Apropriação do Português por adultos eslavófonos: o Tempo e o Aspeto”, *Tese de Doutoramento em Didática*. Aveiro: Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Garrett, Peter (2010), *Attitudes to Language*. United Kingdom: Cambridge University Press.

Golev, Nickolai (2009), *Обыденное метаязыковое сознание как онтолого-гносеологический феномен (в поисках лингвогносеологом)*, Кемерово: Издательство Алтайский Университет. [Obidennoe metayazykovoe soznanie kak ontologo-gnoseologicheskii fenomen (v poiskah lingvosinem), Kemerovo: Izdatelstvo Altaiskiy Universitet].

Hoeningwald, Henry (1966), “A proposal for the study of folk-linguistics”, in William Bright (ed.), *Sociolinguistics*. The Hague: Mouton, 16–26.

Instituto Nacional de Estatística (2012), Pagina consultada em 30 de julho de 2014, [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1)

Jakobson, Roman (1975), *Лингвистика и поэтика. Структурализм “за” и “против.”* Москва. [Lingvistica e poetika. Krukturalizm “za” i “protiv”. Moskva].

Jaworski, Adam; Coupland, Nikolas; e Galasiński, Dariusz (2004), *Metalanguage: Social and ideological perspectives*. Berlon/New York: Mouton de Gruyter.

Lei Orgânica Nº 2/2006 de 17 de Abril (2006), Consultado em 30 de julho de 2013, <https://www.portaldocidadao.pt/NR/rdonlyres/8A3641C9-BD86-422D-A3BC-876D8F464D63/0/leinacionalidade.pdf>

Malheiros, Jorge M. (2013), *Diagnósticos da população imigrante em Portugal. Desafios e Potencialidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/ACIDI.

Matos, Isabel A. (2004), “Diversidade Linguística e Ensino de Português”, Texto da comunicação apresentado no *Encontro “Línguas no Espaço Europeu: Novos Desafios para Professores de Línguas.”* Viseu: Instituto Superios Politécnico de Viseu, 30-31 de Outubro.

Niedzielski, Nancy e Preston, Dennis R. (2003), *Folk linguistics*. New York: Mouton de Gruyter.

Oliveira, Aana L.; Ferreira, Teresa; Paiva, Zilda e Ançã, M<sup>a</sup> H. (2010), “Comparação interlinguística como recurso didático: a aprendizagem do português por ucranianos, guineenses e cabo-verdianos”, in M<sup>a</sup> Helena Ançã (ed.), *Educação em Português e Migrações*. Lisboa: LIDEL - Edições Técnicas. 63-89.

Paveau, Marie-Anne (2008), “Les non-linguistique font-ils de la linguistique? Une approche anti-éliminativiste des théories folk”. *Pratiques*, 139-140, 93–110.

Peixoto, João e Iorio, Juliana (2010), *Crise, Imigração e mercado de trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, Tiago; José Reis; Serra, Nuno e Tolda, João. (2010), *Imigrantes em Portugal. Economia, Pessoas, Qualificações*. Lisboa: Edições Almedina.

Pires, Rui P. (2007), “Fluxos migratórios. Dinâmicas e modos de gestão”, in António Vitorino (ed.), *Imigração: Oportunidade ou ameaça?* Lisboa: Princípiá. 45–64.

Potebnay, Aleksander (1989), *Мысль и Язык. Слово и Миф*. Москва. [Misl' i yazik. Clovo i mif. Moskva].

Preston, Dennis R. (1999), “A language attitude approach to the perception of regional variety” in *Handbook of Perceptual Dialectology. 1*, 359–373.

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (2009), Consultado em 30 de julho de 2014, <http://www.sef.pt/documentos/56/RelatorioActividades2009.pdf>

Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (2009), Consultado em 30 de julho de 2014, [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2013.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf)